

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

RUA DA QUINTINHA, 25, 1.º — LISBOA

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TÔMO IV — FASCÍCULOS 1-2



IMPrensa NACIONAL DE LISBOA

1936

C. E. F.

S _____

P. _____

N.º _____

P. _____

Sumário:

F. Rebêlo Gonçalves, <i>História da Filologia Portuguesa. I. Os filólogos portugueses do século XVI</i>	1
R. de Sá Nogueira, <i>Alfabeto fonético</i>	14
Joseph M. Piel, <i>Os nomes germânicos na toponímia portuguesa</i>	21
Armando de Lacerda, <i>Fonética experimental. Crítica do método quimiográfico (II)</i>	57
Silvio Pellegrini, <i>Appunti su trocatori di lingua portoghese. I. «Chorava e estava cantando». II. «Malmaritatos» inesistenti nel canzoniere di Joan Airas</i>	75
R. de Sá Nogueira, <i>Bibliografia filológica portuguesa</i>	84
Jean-Baptiste Aquarone, <i>Vida e feitos de Julio Cesar</i>	92
F. Krüger, <i>Notas etnográfico-linguísticas da Póvoa de Varzim</i>	109
MISCELÂNEA:	
Leo Spitzer, <i>Bimbos. Chape-chuga</i>	183
Wilhelm Giese, <i>Notulas de filologia comparada. I. Alent. «sarridhu», andal. «mojasmelan». II. Port. «chumecov»</i>	184
José Pedro Machado, <i>Notas etimológicas. I. Sangressuqui. II. Pão</i>	186
RECENSÕES CRÍTICAS:	
H. Lautensach, <i>Die portugiesischen Ortsnamen (J. Piel)</i>	193
Joaquim da Silveira, <i>Toponímia portuguesa (J. Piel)</i>	194
Amadeu Ferraz de Carvalho, <i>Toponímia de Coimbra e arredores (J. Piel)</i>	196
Georges Le Gentil, <i>La Littérature portugaise (Hernani Cidade)</i>	198
Karl Vossler, <i>Poesie der Einsamkeit in Spanien (Hernani Cidade)</i>	200
<i>Relação ou Crónica breve das cavallarias dos Doze de Inglaterra (Hernani Cidade)</i>	201
ATRAVÉS DAS REVISTAS (M. P. B.)	203
NOTÍCIAS FILOLÓGICAS E BIBLIOGRÁFICAS (M. P. Boléo)	210
NECROLOGIA:	
<i>Abílio Roseira (David Lopes)</i>	214
<i>Henry Lang (R. L.)</i>	217
<i>D. Luíse Ey (M. Paiva Boléo)</i>	218

Assinatura anual:

Portugal e Espanha	30\$00
Colónias e estrangeiro	35\$00
Fasciculo avulso	7\$50

Redacção e Administração:

Centro de Estudos Filológicos

Rua da Quintinha, 25, 1.º

Lisboa

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

RUA JÚLIO DE ANDRADE, 6—LISBOA

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TÔMO IV



IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

1936

Índice do Tômoo IV

Estudos:

AQUARONE (J.-B.), <i>Vida e feitos de Júlio César</i> (Cont.)	92-108 e	341-357
BEAU (A.), <i>Gil Vicente</i> (o aspecto «medieval» e «renascentista» da sua obra)		358-380
CAMPOS (AGOSTINHO DE), <i>Enigma Vicentino. «Juan domado»</i>		323-340
X GONÇALVES (F. REBELLO), <i>História da Filologia Portuguesa. Os filólogos portugueses do séc. XVI</i>		1-13
X KRÜGER (F.), <i>Notas etnográfico-lingüísticas da Póvoa de Varzim</i>		109-182
LACERDA (ARMANDO DE), <i>Fonética experimental. Crítica do método quinográfico</i> (II e III)	57-74 e	294-306
X MERÊA (PAULO), <i>Arras. Achêgos para a solução dum problema filológico-jurídico</i>		285-293
NOGUEIRA (RODRIGO DE SÁ), <i>Alfabeto fonético</i>		14-23
— <i>Bibliografia Filológica Portuguesa</i>		84-91
— <i>Subsídios para o estudo das onomatopeias em português</i>		221-284
PELLEGRINI (SÍLVIO), <i>Appunti su trovatori di lingua portoghese. I. «Chorava e estava cantando». II. «Mahmurritates» inesistenti nel canzoniere di Joan Aires.</i>		75-83
X PIEL (JOSEPH), <i>Os nomes germânicos na toponímia portuguesa</i> (Cont.)	24-56 e	307-322

Miscelânea:

GIESE (W.), <i>Nótuos de filologia comparada: I. Aleut. «Sarrilha», andal. «mojasuela». II. Port. «chumeco»</i>		184-186
X MACHADO (JOSÉ PEDRO), <i>Notas etimológicas: I. Sanguesanga. II. Fão</i>		186-192 136
X SPITZER (LEO), <i>Bimbo. Chape-chuga</i>		183-184

Recensões críticas:

BEAU (ALBIN), <i>Die Geschichtsauffassung Alexandre Herculanos</i> [H. CIDADE]		388
CARDIM (LUÍS), <i>Em volta das «Lettres Portugaises»</i> [H. CIDADE]		388-390
CARVALHO (AMADEU FERREZ DE), <i>Toponímia de Coimbra e arredores</i> [J. PIEL]		196-198
ČERNÝ (VACLAV), <i>Essai sur le titanisme dans la poésie romantique entre 1815 et 1850</i> [H. CIDADE]		386-387

DUARTE (AFONSO), <i>O ciclo do Natal na literatura oral portuguesa</i> [H. CIDADE]	391
LAUTENSACH (H.), <i>Die portugiesischen Ortsnamen</i> [J. PIEL] . . .	193-194
LE GENTIL (GEORGE), <i>La Littérature portugaise</i> [H. CIDADE] . .	198-200
LOPES (DAVID), <i>A expansão da língua portuguesa no Oriente nos</i> <i>sécs. XVI, XVII e XVIII</i> [J. P. MACHADO]	381-386
<i>Relação ou Crónica breve das cavalarias dos Doze de Inglaterra</i> [H. CIDADE]	201-202
RODRIGUES (A. GONÇALVES), <i>Mariana Alcoforado. História e cri-</i> <i>tica de uma frade literária</i> [H. CIDADE]	388-390
SILVEIRA (JOAQUIM DA), <i>Toponímia portuguesa</i> [J. PIEL]	194-195
VOSSLER (KARL) <i>Poesie der Einsamkeit in Spanien</i> [HERNANI CI- <i>DADE]</i>	200-201 e 386
Através das Revistas [M. P. BOLÉO]	203-209 e 392-400
Noticias filológicas e bibliográficas [M. P. BOLÉO]	210-213
Necrologia:	
EY (D. LEISE) por M. P. BOLÉO	218-220
LANG (HENRY) por R. L.	217-218
MEYER-LÜBKE por J. PIEL	401-406
ROSEIRA (ABÍLIO) por LAURO LOPES	214-216

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo IV

1936

Fascículos 1-2

História da Filologia Portuguesa

Introdução

A entrada na História da Filologia Portuguesa e a consideração inicial dos trabalhos dos antigos gramáticos obrigam-nos naturalmente a uma recordação necessária, a um tempo preparatória e elucidativa: lembrar o que tenham sido entre os Gregos e Romanos, nossos mestres principais, a extensão e a qualidade dos estudos lingüísticos.

Nesta lembrança ressurge a fonte primeira do nosso ensino gramatical, o ascendente imprescindível dos métodos clássicos, a provar como se alongou até nós o fio duma extensa tradição, fértil em ensinamentos para disciplinar o português, como afinal tôdas as modernas línguas.

Ao princípio, nos tempos em que a cultura grega iniciou o seu curso, não houve logo estudos e investigações gramaticais, feitos com idea numa ciência privada. E, mesmo quando vieram os sofistas do áureo século e a linguagem lhes interessou em certo sentido, não foi de pronto que se descobriram as vias novas duma nova disciplina.

Antes, já havia leitura de poetas nas escolas, sobretudo de Homero; e aqueles que as dirigiam, comentando os grandes poemas, assentando nos seus mais belos trechos a base educativa da juventude, faziam de algum modo ensino de linguagem e matérias inerentes. Agora, no século v, não findara êsse costume, mas os mestres de ensino público, os célebres sofistas, começavam por buscar nas cousas da língua uma aplicação especial do chamado «problema do conhecimento».

Descoberta, por exemplo, a conformidade das palavras com os objectos, a sua verdadeira relação, chegar-se-ia a conhecer a essência íntima das próprias cousas. A magna, a capital questão, era ver se a conexão de objectos e nomes teria fundamento natural — uma designação justa a existir *por natureza* para cada objecto — ou se ao contrário assentaria num acôrdo convencional, justificando portanto uma doutrina de puro racionalismo.

Estava aqui o mesmo tema que Platão retomaria no *Crátilo*, convicto embora de que o estudo propriamente lingüístico não traria a solução do referido problema, reservada com maior probabilidade à Dialéctica. E as duas teses contraditórias apareciam defendidas por dois interlocutores do diálogo — a da justeza dos nomes por Crátilo, a dos nomes convencionais por Hermógenes —, enquanto Sócrates, num ecletismo sorridente, concluía por um princípio extenso de *justeza natural*, ao qual todavia se contrapunham algumas dificuldades do uso e da convenção.

Avultando sobretudo a primeira tese, que tinha a sua base sofística derivada da doutrinação de Heraclito, foi dela que partiram as muitas inquirições etimológicas feitas por Sócrates através do diálogo. E foi dela também que nasceram curiosos comentários do simbolismo fonético — uma análise sugestiva e variada da capacidade expressional dos sons: o φ a exprimir o *movimento*; o σ , o ξ , o φ e o ψ a indicarem a *agitação*; o α o η a serem reflexos vocais da *grandeza* e da *extensão*; e outras mais correspondências que, passando sob a agudeza da exegese socrática, antecederam afinal, de muitos séculos, as modernas observações dos símbolos sonoros, essencialmente impressionísticas, e por isso mesmo esteticamente aproveitadas em artistas da prosa e do verso.

Ainda aos sofistas coube o ensejo de servirem a linguagem mediante a atenção que votavam à Retórica. Uma vez que se passara da Retórica prática, utilitária, da *escola siciliana* (que principalmente pretendia a eficácia real do discurso forense) à Oratória especulativa dos sofistas, tendente a tirar da palavra, pelos jogos dialécticos mais subteis, a arte de vencer em tôdas as discussões, natural era que a lingua falada suscitasse cuidados de aprimoramento, sobretudo na correcção e elegância de dizer e nos efeitos fonéticos.

Assim sucedeu. E foi-se até ao ponto de fixar muitos rigores de expressão, como fêz Pródico num estudo de *Sinónimos*. Marginalmente, vinham já ensaios de certo alcance gramatical, e era Protagoras um dos que se distinguiam na sua escrita, atendendo a matérias curiosas como a classificação das proposições.

Entretanto, a sistematização gramatical, a teoria ou codificação dos factos do seu idioma não a deram os sofistas, como a não deram Platão e Aristóteles, que em relação à linguagem ainda não tinham vistas de gramáticos ou filólogos: o primeiro, comentando apenas, como já vimos, as teorias lingüísticas do seu tempo, e não indo mais longe senão para fazer, mas com intenção sobretudo literária, a criação da Poética; o segundo, entrando em digressões sobre partes da oração, noções do verbo e do nome, porém mostrando sempre —segundo bem observa W. Kroll na sua *História da filologia clássica*— que a linguagem só lhe importava «como meio expressivo da Lógica, da Retórica e da Poesia».

Estava contudo próxima a idade alexandrina e ia em breve iniciar-se uma era de estudos lingüísticos mais especiais. Então, sim, surgiram certos métodos de curioso trabalho filológico, e já com independência e carácter expresso, para o que não concorreram pouco a fundação das bibliotecas de Alexandria e a própria devoção letrada dos Ptolemeus cultíssimos. Mormente as Bibliotecas, inauguradas sob os melhores auspícios de cultura, vieram favorecer esse resultado, porquanto nelas se fez a primeira grande ordenação das obras clássicas (epopeia, tragédia, lirismo)—fundamento indispensável das edições críticas, às quais os alexandrinos se dedicaram com proveito.

Sucederam-se sem interrupção as gerações de sábios bibliotecários: um Zenódoto de Éfeso, um Eratóstenes de Cirena, um Aristófanes de Bizâncio, e tantos mais, cuja actividade, embora não conhecida por testemunhos directos, tem a sua prova capital nos inúmeros escólios ou comentários de Homero, que nos ficaram de época posterior, e que estão cheios de notícias respectivas.

Por estas notícias e por outras —que nos vêm de escritores da decadência grega— sabe-se bem até onde foram os alexandrinos na cultura filológica. Ela lhes serviu para a explicação vocabular, com o registo de *glossas* ou termos difíceis e com a escrita de vocabulários dialectais; ela lhes deu, acima de tudo, as luzes indispensáveis à crítica de textos, que não se fez sem muitos erros e deficiências, mas que denota já certo engenho e clarividência em relação à época.

Muito se insistiu, por exemplo, no estudo da prosódia e da métrica, necessárias ambas às boas reproduções textuais. Muito se fez também com respeito à interpretação, à explicação real do sentido. E para rematar esta mesma, que os alexandrinos obtinham não só pelos elementos lingüísticos, como pelos dados da História, da Mito-

logia, da Geografia. etc., tinha o seu lugar um pouco de crítica estética, fundada no ensinamento da Retórica, e referida, por esta razão, ao comentário de expressões, da sua propriedade e elegância.

Mas Gramática pura, na exacta acepção do termo, ainda não aparecia nestes estudos. Quando muito, apenas se pode citar a teoria de Aristarco sobre as oito partes da oração. A Gramática, com métodos fixos e alcance preciso, foi uma aquisição que só os Estóicos, embora contemporâneos dos melhores filólogos de Alexandria, lograram obter, e que lhes veio em grande parte da sua tendência educativa.

Com esta orientação mental, compraziam-se em reviver, para utilidade pedagógica, a velha questão da harmonia das palavras com as cousas, optando por uma *analogia primitiva*, que a influência humana sobre a linguagem depois abalara. E partiam da mesma doutrina para as suas explorações etimológicas, nas quais reaparecia o problema do simbolismo fonético, estudado inicialmente nas palavras onomatopaicas. Mas a superar tudo isto, pelo valor prático e pela novidade, estabeleciam os Estóicos os principais alicerces da Gramática escolar, cabendo a Dionísio Trácio, do final do século II a. C., a prioridade dum tratado que não se limitava a referir as oito partes do discurso, antes se alongava a comentar, com respeito ao grego, todas as suas espécies e variedades.

Grande caminho se abriu assim à futura pedagogia da língua. E com mais os complementos da syntaxe, com o progresso dos estudos lexicológicos, com a fixação definitiva dos cânones retóricos — que já haviam prescrito o essencial das leis estilísticas, das «figuras» e liberdades de composição — ficariam preparadas, por entre uma ou outra diversidade de «escolas», todas as grandes aquisições posteriores: desde o *Léxico* extenso e copioso de Hesíquio aos escritos gramaticais de Dionísio de Halicarnasso; desde o *Tratado do Sublime*, atribuído a Longino, até às eruditas páginas de Apolónio Discolo, esse gramático de polimórfico saber, que, no século II da nossa era, dissertou sobre toda a teoria gramatical.

E os Romanos? — Logo ao começo da sua cultura filológica, seguiram a gramáticos de doutrina estóica. Em Roma esteve Crates de Malos, que aí ensinou nos meados do século II a. C. Em Roma esteve também o estóico Panécio, que os Scipões acolheram no seu círculo. E estóico, por sinal, foi Élio Estilo, primeiro gramático romano e mestre dum dos maiores, Terêncio Varrão, que, fiel aos ensinamentos recebidos, retomava o problema da *analogia* no tratado *De lingua Latina*, consagrado à etimologia, à morfologia e à syntaxe.

Foi por influência dos primeiros gramáticos, favorecida naturalmente pela simpatia dos cultos, que cedo se vulgarizou um regular ensino filológico. Sem falar nos princípios modestos do *litterator* ou mestre de primeiras letras (*γραμματιστής*, como diriam os Gregos), ia esse ensino da doutrina já elevada do *litteratus* ou *grammaticus*, expositor de teorias e comentador de textos, até ao ensino do *rhethor* ou mestre de eloquência, que professava as regras da dição e composição, o geral das normas estilísticas.

Aprendendo sempre no melhor dos Gregos, e descontados alguns exageros e frivolidades, levaram os Romanos a apreciável altura a ciência filológica. E, quando já as belas-lettras floresciam no século de ouro, também os estudos filológicos tinham grande brilho de cultores. Bastava que, antes de quaisquer outros, tratassem de gramática Terêncio Varrão e César — autor dum livro *De analogia* — e que Cicero escrevesse de Retórica; bastava que, em tempo de Augusto, o erudito Vérrio Flaco escrevesse um grande tratado *Das significações*, e Sêneca — retórico ensinasse com mestria o uso artístico da linguagem.

Depois, e sucessivamente, vieram as obras de Rémio Palémon, de Ascónio Pediano e de Probo; impôs-se a autoridade do ensino de Quintiliano, autor da *Instituição oratória* e um dos mestres romanos de mais divulgada doutrina; veio à luz o livro de Festo *De verborum significatu*, resumo da obra de Vérrio Flaco; apareceram os comentários eruditos de Terêncio Escauro e Sulpício Apolinar, as digressões retóricas e gramaticais das *Noites Áticas* de Aulo-Gélio, as *Artes Gramaticais* de Diomedes, Donato, Mário Victorino e Prisciano. E ainda no próprio termo da literatura latina, ao findarem as letras latino-cristãs, era a Filologia ilustrada por um erudito como Santo Isidoro de Sevilha, o sábio das *Etimologias*, que tentou lançar as mais variadas luzes sobre as fontes lexicais do seu idioma.

Brilhante série de mestres de linguagem, que ou foram codificadores do latim ou investigadores das suas origens e significações ou comentadores dos seus recursos oratórios!

Não importa lembrar mais nomes para se entender que a Filologia latina, com toda a sua teoria gramatical e retórica, com todos os elementos que recolhera da grega e que por si ilustrara, teve o prestígio suficiente para consagrar a Gramática clássica, mantê-la em relativa dignidade através de toda a Idade-Média e fazê-la renascer nas obras gramaticais do Renascimento, que foram as primeiras a sistematizar as grandes línguas românicas, sem excepção da nossa portuguesa.

Os filólogos portugueses do séc. XVI

Antes do século XVI, não houve propriamente gramática portuguesa nem estudos filológicos complementares.

Corriam, é certo, nos conventos e nos mosteiros, nos chamados «Estudos» que eles mantinham, compêndios de arte gramatical. Mas esses referiam-se ao latim, idioma de privilégio ainda inabalado, que dava os elementos fundamentais da Gramática, da Lógica e da Teologia, em geral até das *sete artes* (como sucedia no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra), e que, para mais, era também a língua das práticas religiosas e dos documentos oficiais. Língua já muito distante da antiga pureza e perfeição, sacrificada à insciência de muitos e à falta de arte de quasi todos, mas que não se podia dispensar em virtude duma longa tradição de ensino escolar e de usos públicos.

De trabalhos gramaticais em língua latina chegaram até nós notícias exactas. Além de que andavam muito divulgadas a *Arte* de Prisciano e de que muito se lia o italiano Papias, cultor de Gramática no século XI, tinham grande voga duas obras de franceses — o *Graecismus*, ou gramática e estilística versificadas, de Eberhard de Béthune, e o *Doctrinale*, obra congénere, de Alexandre Villa-Dei, por sinal muito influenciada pela *Arte* de Donato.

Tudo isto nos é atestado pelo «Catálogo dos Códices Alcobacenses», que a Biblioteca Nacional de Lisboa benemèritamente editou. Neste Catálogo se vê como os monges de Alcobaça mantiveram até ao século XV um ensino gramatical todo fundado na lição latina.

A Filologia Portuguesa, entretanto, ia esperando pela sua hora. Não tinham ainda justo carácter filológico nacional as observações do rei D. Duarte «Da maneira pera bem tornar algũa leytura em nossa lynguagem», nem tam pouco um ou outro ensaio vocabular latino-lusitano, como aquele da livraria alcobacense (cód. 404) em que se dá uma lista de verbos latinos com a versão a par. A associação de duas línguas — a latina e a pátria —, num e noutro caso, não deixava avultar o que quer que fôsse de pura gramática portuguesa ou elementos scientificos afins.

Esta conquista estava reservada a eruditos do século XVI, o século que, fazendo a renovação do espirito das letras clássicas, renovava também os preceitos da arte gramatical. Era o tempo em que, após os grandes editores dos textos antigos — Lourenço Valla e João Poggio, Desidério Erasmo e Escalígero —, e ao lado dos mestres-

-lexicólogos — Henri Estienne, Budé e outros — apareciam os primeiros notáveis gramáticos e investigadores de etmologias: Nebrija, entre os espanhóis; os gramáticos Meigret e Ramus, entre os franceses; ainda entre os franceses, Joachim Périon, que tratou da origem da sua língua, acreditando, como os citados Budé e Estienne, na conformidade dela com a grega.

No Renascimento português tem de juntar-se à actividade dos gramáticos o labor um tanto útil dum lexicógrafo, o P.^o Jerónimo Cardoso, que compôs dois vocabulários: o *Dictionarium latino-lusitanicum* e o *Dictionarium lusitanico-latinum*, adicionados de um «Breve Dictionarium vocum ecclesiasticarum», de um «Dictionarium de propriis nominibus» e de «Varii loquendi modi». Não são estes vocabulários, contudo, obras de grandes vistas filológicas, pois apenas se limitam a dar correspondências lexicais, algumas vezes até deficientes.

Para trabalhos filológicos de mais largo alcance, só vários gramáticos quinhentistas puderam concorrer, instigados pelo fervor humanístico do Renascimento. E, se é certo que foram úteis alguns esforços anteriores — como o magistério de António Martins, que leu na Universidade Olisiponense a *Arte* de João Pastrana, como o labor de Cataldo Siêulo, que, estrangeiro embora, difundiu em Portugal o gosto dos estudos gramaticais —, o que vale de facto a inauguração da nossa Filologia são as obras de Fernão de Oliveira, João de Barros, Duarte Nunes de Leão e Pero de Magalhães de Gandavo.

¿Como há-de entender-se e definir-se a orientação doutrinária destes gramáticos?

O que primeiro sobressai, como já se esperava, dos seus escritos, é a observância geral das normas clássicas. Observância tam insistente e tam fiel que, não atingindo apenas as definições, vai tocar a própria ordenação e a substância maior das matérias.

Logo em Fernão de Oliveira, cuja *Gramatica da lingoagem portuguesa* é a mais antiga, abundam as citações de gregos e latinos. E, embora não tenha a obsessão das cousas clássicas, e até recuse a sua exclusividade; embora queira que sobretudo se aprenda português «porque melhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma»; vê-se que o exemplo antigo tem força de mais para que lhe fuja ou dele se esqueça. Assim é que vêm de base latina, por exemplo: a sua classificação dos elementos da linguagem; a maior parte do que diz sobre «composição» e «derivação»; as palavras consagradas à analogia. Assim é que dependem igualmente da

tradição clássica as memórias, que ingenuamente regista, sobre as origens da gramática, tôdas essas lendas que faziam de Hermes o primeiro mestre de leitura ou davam quanto aos Atenienses a prioridade a Hermes e quanto aos Tebanos a Cadmo.

Em João de Barros, que inaugurava o seu ensino da língua pela *Cartinha* — pequenina amostra do valor das letras, da soletração e do «proveito que tem saber muitas sílabas» —, igualmente reapareciam, por meio da sua *Gramática*, os velhos princípios: a começar pela divisão clássica das categorias gramaticais e a acabar nas regras de construção e nas «figuras de gramática», matéria esta que muito havia de ocupar o futuro ensino retórico.

Tanto é importante em Barros a influência greco-latina, sobretudo latina, que no estudo da flexão há o sistema curiosíssimo de se disporem os nomes por declinações, sistema que, por sinal, continuará mais tarde.

Um exemplo:

Primeira declinação

(a . e . i . o . u . .)

Num. Sing.	Num. pl.
NOM. a rainha	NOM. as rainhas
GEN. da rainha	GEN. das rainhas
DAT. á rainha	DAT. ás rainhas
AC. a rainha	AC. as rainhas
VOC. ó rainha	VOC. ó rainhas
ABL. da rainha	ABL. das rainhas

E note-se, incidentalmente, que o gramático é rigoroso na noção do «ablativo», não a confundindo com a do caso «instrumental», «a que os Latinos chamam effectivo», mas tomando-a na função exacta de exprimir o ponto de partida: «Do sexto caso a que chamam Ablativo, se usa, tirado ou apartando a cousa dalgum lugar per este exemplo, eu tiro muita doutrina dos liuros».

Como Oliveira e Barros, ainda Duarte Nunes e Gandavo iam na esteira dos antigos. ¿Que mais se quer do que ser a *Origem da lingua portugueza* de Duarte Nunes, e dum extremo a outro, copioso repositório de menções e abonações de mestres gregos e romanos? Leiam-se as páginas sobre a língua primitiva de Espanha (cap. II), sobre a invenção das letras (cap. IV), sobre a renovação vocabular das linguas (cap. V) e tantas mais, e ver-se há que a autoridade daqueles, com ou sem razão, é constantemente seguida.

Uma das provas melhores, que todos os gramáticos mais ou menos dão, da sua devoção clássica, está no tratamento da matéria orto-

gráfica, praticada por eles quer em secções dos tratados gramaticais, como fizeram Fernão de Oliveira e João de Barros, quer em obras especiais, como fez Duarte Nunes escrevendo a célebre *Orthographia*, e Gandavo compondo as *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthografia da lingua Portuguesa*.

Não esqueço que Fernão de Oliveira, a propósito de vários casos, como o emprêgo excessivo do *h*, deu certa nota de independência. Escreveu, por exemplo, que «nos somos tão grâdes bogios dos latinos q̃ tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias». Todavia viu-se forçado a seguir os latinos em particularidades da nomenclatura gráfica, como ainda em juizos que eles já formulavam sôbre a simplificação da escrita.

E, mesmo que assim não fôsse, haveria plena compensação nos outros autores, mais francamente sequazes dos preceitos tradicionais; sobretudo em Duarte Nunes, apesar de uma ou outra tendência simplificadora, e em Gandavo, apologista caloroso da boa escrita pelo molde romano. São do último as seguintes palavras, a respeito dos erros de escrita:

«... não auia de auer pessoa que se prezasse de si, que não trabalhasse por saber algum Latim, que nisto consiste o falar bem Portugues: & desta maneira facilmente euitarião todos estes erros, & serião perfectos em guardar a orthographia conforme à ethymologia & pronunciação dos vocabulos».

Não se julgue, todavia, que o seguirem-se aqui e noutros muitos pontos os modelos consagrados tenha privado os gramáticos de tódá a nota original. Essa natural dependência não excluiu certo gôsto de nova ordenação, de novos descobrimentos, e tam pouco obscureceu o vulto que se pretendia dar aos factos gramaticais portugueses.

Na própria Ortografia há exemplos comprovativos, como pode ver-se dum critério de Fernão de Oliveira. Conquanto respeito, em dada altura, os símbolos consagrados para as vogais, nota que eles não são suficientes para representar tódas as gamas vocálicas do português. E regista gradualmente, com bom método, duas espécies de *a*, *e* e *o*, e uma só qualidade de *i* e *u*, ao todo portanto oito vogais. Aquelas duas espécies são as que êle chama *a grande* (*á*) e *a pequeno* (*â*), *e grande* (*é*) e *e pequeno* (*ê*), *o grande* (*ó*) e *o pequeno* (*ô*), equivalendo os termos *grande* e *pequeno*, respectivamente, a *longo* e a *breve*. O mesmo registo faz Barros, com igual nomenclatura.

Duarte Nunes repete também o registo, porém não aceita a nomenclatura citada, considerando inexacta a noção de *quantidade* nas

vogais; as diferenças são afinal — diz ele — de *qualidade*, de abertura ou fechamento; e, segundo a *qualidade*, assim o acento será agudo ou circunflexo.

Dêste modo sobressai a tendência para noções novas, enquadradas em nova terminologia. E acresce que, no caso comentado, há a particularidade de Duarte Nunes e Fernão de Oliveira consignarem um facto importante da língua. É que, notando as qualidades da vogal *o*, aludem a deflexões vocálicas como a de *fermôso-fermôsa* e convencem-nos de que este fenómeno apofónico os impressionou vivamente.

Consideradas noutros aspectos, dão as obras dos mesmos gramáticos farto motivo de novidade. Assim é no caso das etimologias ou origens da língua.

Inseguras ainda em Fernão de Oliveira, que se fiava demais nas aparências, que cometia o excesso de derivar *Portugal* de *Turdugal* (= *Turdulos* + *Galos*, nomes de dois povos indígenas) e de derivar *Lisboa* duma forma *Libisoua*, as etimologias tiveram em Duarte Nunes Leão um notável cultor, de visão muita vez curiosa e louvável.

¿Quere dizer que rareiam os dislates, que sejam escassos os erros? Não, certamente, nem isto admira olhando ao tempo. Há, por exemplo, em larga escala, a idea fixa da *corrupção das linguas*, segundo o conceito vulgar no Renascimento, e que Camões retomava ao escrever:

... língua, na qual quando imagina,
com pouca corrupção crê que é latina.

Não se entendendo ainda que as línguas se alteram por evolução normal, por leis regulares e naturais, são curtas as vistas sobre as transformações fonéticas; fala-se singelamente da «corrupção... per terminação» em *sercus* > *serco*, *prudens* > *prudente*; da «corrupção per diminuição de letras ou syllabas» em *mare* > *mar*, *sagitta* > *seta*; dos «corruptos per acrescentamento de letras ou syllabas» em *umbra* > *sombra*, *stella* > *estrella*; *mica* > *migalha*.

Apesar disso, muitas são as provas de feliz discernimento em vários capítulos etimológicos, nomeadamente nos consagrados à fonte latina e aos elementos gregos e arábicos do português. E acima de tudo é notória a convicção absoluta da conformidade do português com o latim, a qual o gramático ainda mais salienta ao citar um texto latino sobre as Virgens, prontamente transformável em língua nacional, com as devidas restrições de ordem vocabular e expressão forçada.

Um religioso lho mandara com um soneto dedicatório:

De quem, senhor, honrastes tantas vezes,
 Aceitai estes versos peregrinos,
 que, lidos em Latin, serão Latinos,
 lidos em Português, são portugueses.

Élo o reproduzia satisfeito:

Canto tuas palmas, famosos como triumphos,
 Ursula diuinos martyr concede fauores,
 Subiectas sacra nimpha feros animosa tyrannos.
 Tu phoenix viuendo ardes, ardendo triumphas,
 Illustres generosa choras das Ursula, bellas
 Das rosa bella rosas, fortes das sancta columnas.
 Aeternos viuas annos ô regia planta,
 Denotos cantando hymnos, vos inuoco sanctas,
 Tam puras nymphas amo, adoro, canto, celebro,
 Per uos felices annos ô caudida turba,
 Per uos innumeros de Christo spero fauores.

A referida convicção estava aliás sempre tam presente a Duarte Nunes que chegava a manifestar-se em dissertações não etimológicas. Provocada por uma divagação da *Orthographia*, surgia ela nítida e concisa, numa lista de vocábulos portugueses, espanhóis e italianos, postos ao lado dos equivalentes latinos,

clamare—*chiamare*—*llamar*—*chamar*
clavis—*chiave*—*llave*—*chave*, etc.,

prejúncio curioso e inteligente do futuro «método comparativo».

E acontece, para maior lustre da Gramática quinhentista, que Duarte Nunes não está sozinho nesse campo. Pôsto que Fernão de Oliveira não vê com nitidez o elemento principal do idioma, João de Barros já crê firmemente numa grande base latina. A certeza dela leva-a da *Gramática* para o *Dialogo em louvor da nossa linguagem* (diálogo do autor com seu filho), onde também regista uns versos — agora dedicados a Portugal — de mais ou menos duplo efeito, e cuja fealdade se perdoa pelo fim que querem atingir:

O quam diuinos acquiris terra triumphos:
 Tam fortes animos alta de sorte creando.
 De numero sancto gentes tu firma reseruas.
 Per longos annos, uiuas tu terra beata.
 Contra non sanctos te armas furiosa paganos.
 Viuas perpetuo, gentes mactando feroces
 Quae Aethiopas, Turcos, fortes Indos das saluos:
 De Jesu Christo sanctos monstrando prophetas.

Estão vistos portanto elementos típicos de novidade nos gramáticos do século XVI. Mas acrescentarei que novidade é ainda, sugestiva e deleitante, embora natural e esperada, a vibração da nota patriótica por todos eles.

Há nisto, evidentemente, um outro critério simplista que não se pode acompanhar sem um sorriso. Gandavo, por exemplo, escrevia no *Dialogo em defensão da lingua* que o dizer-se em português *olhos* e *olhar* e em espanhol, diversamente, *ojos* e *mirar*, era uma prova da maior harmonia e lógica do seu idioma!

Fora, porém, desta vaidade excessiva — que o duelo verbal dum português e dum espanhol aí provocava —, a apologia da língua ganhava feições interessantíssimas; até quando se buscavam títulos de vetustez ou se faziam juízos estéticos de carácter um tanto sentimental. Fernão de Oliveira pretendia que houvesse em português muitos vocábulos propriamente autóctones, e chegava a crer que os Romanos «tomaram alghus como nos tomamos da sua». Duarte Nunes, por sua vez, afirmava num capítulo da *Origem* (XXIII):

«... não ha porque se negue a facilidade, & suauidade da lingoa Portuguesa, que para tudo tem graça & energia, & he capaz de nella se escreuerem todas as materias dignissimamente, assi em prosa como em verso».

Ainda para mais, e como em remate eloquentíssimo, o louvor da Língua ligava-se à idea da expansão nacional. E João de Barros podia dizer no seu opúsculo dialogado:

«Certo é que nã á hy gloria que se possa comparar a quão os mininos Ethiopas, Persianos, Indos daquê e dalê do Gange, em suas proprias terras, na força de seus tēplos e pagodes, onde nunca se ouiuo o nome romano ... aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fê...».

Afirmção curiosa tōda esta, e bem justificada pelo ambiente português em que foi escrita: um século de grande ufanía nacionalística e de natural orgulho pela Fé dilatada.

Bibliografias

I

Da Introdução

KROLL (WILHELM), *História de la filologia clásica* (traducida y ampliada por Pascual Galindo Romeo — Editorial Labor, Barcelona): «La antigüedad», capp. I-IV, pp. 13-78.

BONNET (MAX), *La philologie classique* (Paris, Klincksieck, 1892): «Histoire de la philologie», pp. 37-70.

- CROISSET (A. et M.), *Histoire de la littérature grecque*, vol. iv. (Paris, Boccard, 10^e éd.), pp. 36-68 e 414-420.
- PICHON (RENÉ), *Histoire de la littérature latine* (Paris, Hachette, 1928), pp. 164 (Varron), 204-218 (Cicéron—Traité de rhétorique), 451-454 (Époque impériale—Les Rhéteurs).
- PLATON, *Cratyle* (Paris, Les Belles Lettres, 1931), comentário de L. Méridier, pp. 7-38.
- CUCUEL (CH.), *Quid sibi in dialogo qui Cratylus inscribitur voluerit Plato* (Paris, Leroux, 1887).
- BENFEY (TH.), *Über die Aufgabe des platonischen Dialogs Kratylus* (Göttingen, Abhandl. d. Gesellsch. der Wissenschaften, 1866).
- LERSCH (L.), *Die Sprachphilosophie der Alten* (Bonn, König, 1838).
- VASCONCELLOS (CAROLINA MICHAELIS DE), *Filologia Portuguesa* (Lições dadas na Universidade de Coimbra, 1912-1913): lição II, pp. 30-37.
- CORREIA (JOÃO DA SILVA), *O problema do simbolismo fonético* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926). Há aqui referência à doutrina do *Crátilo*.
- EGER (E.), *Appolonius Dyscole—Essai sur l'histoire des théories grammaticales dans l'antiquité* (Paris, Durand, 1854).

II

Do texto

- KROLL (WILHELM), *op. laud.*: pp. 79-92 (La Edad Media), pp. 93-118 (El Humanismo) e 119-129 (El Renacimiento de la Filología).
- BONNET (MAX), *op. laud.*: «Histoire de la philologie», pp. 53-58.
- VASCONCELLOS (J. LEITE DE), *A filologia portuguesa*, in *Opúsculos*, vol. iv—Filologia (parte II): pp. 860-870.
- VASCONCELLOS (J. LEITE DE), *Lições de Filologia*: pp. 230 e 239.
- NOGUEIRA (RODRIGO DE SÁ), *Curso de filologia portuguesa*, Parte I (Lisboa, 1932): «Rápido esboço da história da Glotologia Portuguesa», pp. 34-35.
- HENRIQUES (ANÍBAL), *Breves notas sobre Fernão de Oliveira e a sua Gramática*: na ed. da *Gramática da linguagem portuguesa* por R. de Sá Nogueira (Lisboa, 1933), pp. 113-126.
- CAVACAS (AUGUSTO D'ALMEIDA), *A língua portuguesa e sua metáfora* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920): pp. 155-158. Aqui se comenta o registo das metáforas vocálicas feito por Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão.
- FRAZÃO DE VASCONCELOS, *Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII: em A língua portuguesa*, vol. III, fasc. 3.^o

Lisboa.

F. REBÊLO GONÇALVES.

2.

Alfabeto fonético

Um dos principais objectivos do Centro de Estudos Filológicos é estudar o mais cuidadosamente possível a dialectologia portuguesa, sob todos os seus aspectos, nomeadamente o fonético.

Para isso naturalmente necessitava êle adoptar um sistema de transcrições fonéticas, que lhe permitisse registar com o maior rigor praticamente possível as várias modalidades de pronúncia local.

Pensou a principio em adoptar um dos sistemas já existentes, mas optou finalmente por criar um novo, pelas razões seguintes:

1.^a Nenhum dos sistemas existentes se adapta integralmente às particularidades da fonética portuguesa. Se examinarmos cada um dos sistemas estrangeiros em presença das nossas particularidades fonéticas, sobretudo no que diz respeito às vogais, notaremos que há nêles deficiências, que implicariam grande número de acrescentos, se tivéssemos de adoptar um dêles. Ora, tais acrescentos acabariam por dar ao sistema adoptado o carácter de novo.

Se temos de transformar qualquer dêsses sistemas a ponto de a sua feição passar a ser nova para nós e para os estrangeiros, não será preferível que organizemos um inteiramente novo, que seja para nós portugueses de fácil aprendizagem e aplicação?

2.^a Nenhum dêsses sistemas é de uso fácil para nós, ou por conterem letras invertidas, fantasiosas ou estranhas de mistura com as conhecidas; ou por se afastarem muito da nossa ortografia oficial; ou por conterem muitas incoerências; ou por nos não ser dado, sem grande estudo e trabalho, utilizá-los com rigor.

As vantagens, que podia trazer para a ciência a adopção de um sistema estrangeiro, seriam as de não contribuir para o desconcerto universal, e a de pôr ao alcance dos estrangeiros os nossos trabalhos de fonética e de dialectologia.

A primeira vista essas duas vantagens são claras, evidentes, incontestáveis até. O estudo da matéria, porém, mostra-nos que as desvantagens, que se contrapõem, são de tal maneira graves, que essas vantagens se anulam quasi por completo.

Com effeito, qual será preferível: contribuir para o concerto universal e pôr ao alcance dos estrangeiros os nossos trabalhos de fonética e de dialectologia, mas dando a êsses estrangeiros noções erradas, ou não contribuir para o concerto universal e não pôr ao

alcance dos estrangeiros os nossos trabalhos de fonética e de dialectologia, mas não induzindo em erros êsses estrangeiros?

Cremos que não há que hesitar. Por isso entendeu o Centro de Estudos Filológicos que melhor seria criar um novo sistema, o que fez, tomando por base os seguintes princípios:

1.º Os símbolos serão constituídos por letras e por diacríticos;

2.º As letras serão em regra as do alfabeto português (latino), empregadas na sua forma minúscula, e na sua posição normal;

3.º Os sinais diacríticos serão os do alfabeto português, e alguns já conhecidos de outros alfabetos;

4.º As letras só representarão o valor fundamental dos fonemas, respeitando-se, contudo, a convenção velha de atribuir a algumas delas a faculdade de representar a sonoridade. (É o caso das consoantes surdas em relação às correspondentes sonoras).

5.º Os sinais diacríticos só representarão os outros elementos fonéticos: sonoridade, quantidade, acento, expiração, abertura, tensão, entonação, ponto de articulação, alteração da articulação normal;

6.º Cada sinal diacrítico só representará um elemento fonético, respeitando-se, contudo, a convenção de atribuir a alguns dêles a faculdade de representar simultaneamente o acento e a abertura. (É o caso dos acentos agudo, grave e circumflexo).

7.º Considerar-se-ão para efeitos práticos em português:

- a) três aberturas: fechada, média e aberta;
- b) dois acentos: tónico e átono;
- c) duas quantidades: breve e longa;
- d) duas sonoridades: sonora e surda;
- e) duas expirações: oral e nasal;
- f) duas tensões: tensa e relaxada;
- g) os pontos de articulação que a observação indicar;
- h) a entonação que a observação indicar.

8.º A abertura e o acento representar-se-ão pelo mesmo sinal diacrítico (cf. 6.º); as outras qualidades por sinais próprios;

9.º A vogal fechada e tónica representar-se-á pelo acento circumflexo; a fechada e átona pelo mesmo acento invertido: *â, ê, î, ô, û* — *ă, ẵ, ȳ, ȳ̃, ŭ*;

10.º A vogal média e tónica representar-se-á por uma vírgula sobreposta; a média e átona pelo mesmo sinal com a convexidade em posição oposta: *â, ê, î, ô, û* — *â̂, ê̂, î̂, ô̂, û̂*;

11.º A vogal aberta e tónica representar-se-á pelo acento agudo; a aberta e átona pelo acento grave: *â, ê, î, ô, û* — *ầ, ề, î̀, ồ, û̀*;

12.º A vogal longa representar-se-á por um traço horizontal sobreposto, ao modo latino; a vogal breve por um semi-circulo, também ao modo latino; êste último, porém, só em caso de necessidade, quando a brevidade é excessiva, se emprega; quando a vogal não tiver o sinal de longo, entende-se que ela é breve (cf. 20.º): $\bar{a}$, $\bar{e}$, $\bar{i}$, $\bar{o}$, $\bar{u}$ — $\acute{a}$, $\acute{e}$, $\acute{i}$, $\acute{o}$, $\acute{u}$;

13.º A vogal surda, e a consoante surda que não tem forma especial para representar a surdez, representar-se-ão por um circulo sotoposto: g , g , ξ , i , q , u , l , l , m , n , n , r ;

14.º A vogal nasal representar-se-á por til: $\tilde{a}$, $\tilde{e}$, $\tilde{i}$, $\tilde{o}$, $\tilde{u}$;

15.º Nenhum sinal diacrítico é colocado ao lado da letra, mas sempre em cima, em baixo ou a cortar a letra (cf. 19.º);

16.º Quando se tenham de sobrepor muitos sinais, seguir-se-á esta ordem; quantidade, nasalidade, palatalização, e acento com a abertura: $\tilde{\tilde{a}}$;

17.º O fonema velarizado representar-se-á por um ponto sotoposto: g , g , i , q , u , l , n , r ;

18.º O fonema palatalizado representar-se-á por um ponto sobreposto: $\acute{a}$, $\acute{e}$, $\acute{i}$, $\acute{o}$, $\acute{u}$, $\acute{l}$ (= lh), $\acute{n}$ (= nh).

19.º O r uvular representar-se-á por dois pontos sotopostos, por corresponder, por assim dizer, a um fonema duplamente velarizado, pois que na sua articulação vibra, segundo creio, o véu palatino e vibra a úvula: $\ddot{r}$;

20.º As consoantes em geral representar-se-ão pelas letras do alfabeto; as oclusivas tornadas fricativas, pelas mesmas letras cortadas por um traço horizontal: $\bar{b}$, $\bar{p}$, $\bar{d}$, $\bar{t}$, $\bar{g}$, $\bar{k}$;

21.º A oralidade e a brevidade das vogais não se representarão, entendendo-se que são orais e breves as vogais que não têm til ou o sinal de longo; a brevidade excessiva de vogais átonas representar-se-á por parêntesis (cf. 12.º); ap(e)t(e)cer;

22.º Muitos símbolos são indicados na lista infra, como medida preventiva, dentro das normas do sistema adoptado. Estão neste caso muitas vogais *médias*, *longas*, *nasais*, que no português normal se não encontram, bem como as oclusivas surdas fricativas.

23.º Ao formular o presente sistema de transcrições fonéticas, procurou o Centro ser claro, coerente e prático, mas ele não tem a pretensão de supor que atingiu plenamente o seu objectivo: a prática mostrará depois a necessidade de criar novos sinais, que provavelmente terão de afectar a coerência almejada. Se a necessidade a isso nos obrigar, faremos o possível por evitar ao menos os símbolos complicados.

Sistema de transcrições fonéticas

$\dot{\text{i}}$ — <i>pǎrti</i>	:	fechado	tónico	oral	sonoro	breve ¹
$\hat{\text{i}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{i}}$ — <i>pǎkár</i>	:	»	átono	»	»	breve
$\hat{\check{\text{i}}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\dot{\text{e}}$ —	:	médio	tónico	»	»	breve
$\hat{\text{e}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{e}}$ —	:	»	átono	»	»	breve
$\hat{\check{\text{e}}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\dot{\text{í}}$ — <i>sǐlcǎ</i>	:	aberto	tónico	»	»	breve ²
$\hat{\text{í}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{í}}$ — <i>sǐlvár</i>	:	»	átono	»	»	breve
$\hat{\check{\text{í}}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\dot{\text{ɨ}}$ — <i>pǎntǎ</i>	:	fechado	tónico	nasal	»	breve
$\hat{\text{ɨ}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{ɨ}}$ — <i>pǎntár</i>	:	»	átono	»	»	breve
$\hat{\check{\text{ɨ}}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\dot{\text{ɛ}}$ —	:	médio	tónico	»	»	breve
$\hat{\text{ɛ}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{ɛ}}$ —	:	»	átono	»	»	breve
$\hat{\check{\text{ɛ}}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\dot{\text{ɔ}}$ —	:	aberto	tónico	»	»	breve
$\hat{\text{ɔ}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{ɔ}}$ —	:	»	átono	»	»	breve
$\hat{\check{\text{ɔ}}}$ —	:	»	»	»	»	longo
$\check{\text{ɨ}}$ — <i>pǎi, pǎr, pǎiŭ</i>	:	semivogal			»	
$\check{\text{ɨ}}$ — <i>trǎtǎŭ</i> (= <i>trate-o</i>):	:	semivogal			surda	
$\dot{\text{ə}}$ — <i>pǎgǎ</i>	:	fechado	tónico	oral	sonoro	breve
$\hat{\text{ə}}$ —	:	»	»	»	»	longo

¹ Cf. este *Boletim*, I, p. 259, § 28.² Cf. *idem*, I, p. 259, § 27, p. 260, § 34, e III, pp. 78-82, §§ 118 e 119.

ě — pĕgár (bras.)	:	fechado	átono	oral	sonoro	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
ê — pĕdră (esp.)	:	médio	tónico	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
ĕ — pĕritó (esp.)	:	»	átono	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
é — pĕdră	:	aberto	tónico	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
è — pĕgádă	:	»	átono	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
â — pĕntĕ	:	fechado	tónico	nasal	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
ĕ — pĕntiăr	:	»	átono	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
ĭ — tĕngó (esp.)	:	médio	tónico	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
ĕ — tĕntăr (esp.)	:	»	átono	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
ĕ — mĕnză (C. V.)	:	aberto	tónico	»	»	breve ¹
ē —	:	»	»	»	»	longo
ĕ — mĕnzîndă (C. V.)	:	»	átono	»	»	breve
ē —	:	»	»	»	»	longo
â — kădă	:	fechado	tónico	oral	»	breve
ă —	:	»	»	»	»	longo
ă — kădăxĕr	:	»	átono	»	»	breve
ă —	:	»	»	»	»	longo
ă — jótă	:	»	»	»	surdo	breve
â —	:	médio	tónico	»	sonoro	»
ă —	:	»	»	»	»	longo
ă —	:	»	átono	»	»	breve
ă —	:	»	»	»	»	longo

¹ Pronúncia crioula de Cabo Verde.

á — pá	:	aberto	tónico	oral	sonoro	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
à — pàdāirě	:	»	átono	»	»	breve ¹
ā —	:	»	»	»	»	longo
â — kâmpă	:	fechado	tónico	nasal	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ă — kâmpînă	:	»	átono	»	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ǎ —	:	médio	tónico	»	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ǎ —	:	»	átono	»	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ǎ — kâmpă (N.)	:	aberto	tónico	»	»	breve ²
ā —	:	»	»	»	»	longo
ǎ — kâmpînă (N.)	:	»	átono	»	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ȃ — tǎl	:	»	tónico	oral	»	breve velar ³
ā —	:	»	»	»	»	longo
ȃ — tǎlvěj	:	»	átono	»	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ǎ — kâmpă	:	»	tónico	nasal	»	breve ⁴
ā —	:	»	»	»	»	longo
ǎ — kâmpînă	:	»	átono	»	»	breve
ā —	:	»	»	»	»	longo
ó — pó	:	»	tónico	oral	»	breve
ō —	:	»	»	»	»	longo
ò — pòzină	:	»	átono	»	»	breve
ō —	:	»	»	»	»	longo

¹ Cf. este *Boletim*, I, pp. 264-266, §§ 43-49.

² Pronúncia do Norte do país, particularmente do Pôrto.

³ Cf. este *Boletim*, I, pp. 249-250, §§ 2 e 3, p. 258, § 19, III, p. 81, § 120.

⁴ Pronúncia de alguns pontos do Norte do país.

ô — módã (esp.)	:	médio	tónico	oral	sonoro	breve
ô̇ —	:	»	»	»	»	longo
ó — módal (esp.)	:	»	átono	»	»	breve
ó̇ —	:	»	»	»	»	longo
õ — tôdã	:	fechado	tónico	»	»	breve
õ̇ —	:	»	»	»	»	longo
õ — ôrãr	:	»	átono	»	»	breve
õ̇ —	:	»	»	»	»	longo
ô — môngã (C. V.)	:	aberto	tónico	nasal	»	breve ¹
ô̇ —	:	»	»	»	»	longo
ô —	:	»	átono	»	»	breve
ô̇ —	:	»	»	»	»	longo
ô̂ — môngô (esp.)	:	médio	tónico	»	»	breve
ô̂̇ —	:	»	»	»	»	longo
ô̂ —	:	»	átono	»	»	breve
ô̂̇ —	:	»	»	»	»	longo
õ — lõmbã	:	fechado	tónico	»	»	breve
õ̇ —	:	»	»	»	»	longo
õ — lõmbãr	:	»	átono	»	»	breve
õ̇ —	:	»	»	»	»	longo
ú — mũltã	:	aberto	tónico	oral	»	breve ²
ú̇ —	:	»	»	»	»	longo
ú — mũltãr	:	»	átono	»	»	breve
ú̇ —	:	»	»	»	»	longo
ũ —	:	médio	tónico	»	»	breve
ũ̇ —	:	»	»	»	»	longo
ũ —	:	»	átono	»	»	breve
ũ̇ —	:	»	»	»	»	longo
û — mũdã	:	fechado	tónico	»	»	breve
û̇ —	:	»	»	»	»	longo

¹ Pronúncia crioula de Cabo Verde.² Cf. este *Boletim*, I, p. 260, § 37, e III, pp. 78-82, §§ 118 e 119.

<i>ũ</i> — <i>mũdár</i>	:	fechado	átono	oral	sonoro	breve
<i>ũ̃</i> —	:	»	»	»	»	longo
<i>ũ̇</i> — <i>gátũ̇</i>	:	»	»	»	surdo	breve
<i>ũ̂</i> —	:	aberto	tónico	nasal	sonoro	»
<i>ũ̃̂</i> —	:	»	»	»	»	longo
<i>ũ̂̇</i> —	:	»	átono	»	»	breve
<i>ũ̃̂̇</i> —	:	»	»	»	»	longo
<i>ũ̂̃</i> —	:	médio	tónico	»	»	breve
<i>ũ̃̂̃</i> —	:	»	»	»	»	longo
<i>ũ̂̃̇</i> —	:	»	átono	»	»	breve
<i>ũ̃̂̃̇</i> —	:	»	»	»	»	longo
<i>ñ</i> — <i>mñndã</i>	:	fechado	tónico	»	»	breve
<i>ñ̃</i> —	:	»	»	»	»	longo
<i>ñ̇</i> — <i>fñndár</i>	:	»	átono	»	»	breve
<i>ñ̃̇</i> —	:	»	»	»	»	longo

ũ — *pãũ*, *diár*, *děũă* (= *deu-a*): semivogal

<i>p</i> — <i>pá</i> , <i>kápă</i>	:	bi-labial	oclusiva	surda
<i>p̃</i> — <i>mópă</i> (= <i>mofa</i>)	:	»	fricativa	» ¹
<i>b</i> — <i>bátă</i>	:	»	oclusiva	sonora
<i>b̃</i> — <i>kóbă</i> (= <i>cova</i>)	:	»	fricativa	»
<i>t</i> — <i>tăl</i> , <i>bátă</i>	:	ápico-dental	oclusiva	surda
<i>t̃</i> —	:	»	fricativa	» ¹
<i>d</i> — <i>dă</i>	:	»	oclusiva	sonora
<i>d̃</i> —	:	»	fricativa	»
<i>k</i> — <i>kápă</i> , <i>trókă</i>	:	dorso-velar	oclusiva	surda
<i>k̃</i> —	:	»	fricativa	» ¹
<i>g</i> — <i>gátă</i>	:	»	oclusiva	sonora
<i>g̃</i> —	:	»	fricativa	»
<i>f</i> — <i>fátă</i>	:	lábio-dental	»	surda
<i>v</i> — <i>kóvă</i>	:	»	»	sonora

¹ Cf. supra, p. 4, princípio 22.º

<i>x</i> — <i>măxădă</i>	:	dental	fricativa	surda	
<i>ḡ</i> — <i>ḡikó</i> (esp.)	:	dorso-palatal	»	»	¹
<i>ḡ</i> — <i>ḡeḡ</i> (C. V.)	:	ápico-palatal	»	»	¹
<i>j</i> — <i>lójă</i>	:	dental	»	sonora	
<i>j</i> — <i>jô</i> (yo, esp.)	:	dorso-palatal	»	»	¹
<i>j</i> — <i>jôbê</i> (C. V.)	:	ápico-palatal	»	»	¹
<i>s</i> — <i>sá, ásă</i>	:	ápico-dental	»	surda	
<i>ṣ</i> — <i>sa, asa</i> (C. V.)	:	ápico-alveolar	»	»	
<i>ṣ</i> — <i>sa, asa</i> (trasmontano):	:	reverso	»	»	
<i>z</i> — <i>zéră, áză</i>	:	ápico-dental	»	sonora	
<i>ž</i> — <i>zeru, aza</i>	:	ápico-alveolar	»	»	
<i>ž</i> — <i>zeru, aza</i>	:	reverso	»	»	
<i>l</i> — <i>ládă</i>	:	alveolar	lateral	»	
<i>l</i> — <i>kăldă</i>	:	velar	»	»	
<i>l</i> — <i>săltă</i>	:	»	»	surda	
<i>l</i> — <i>pălă</i> (palha)	:	dorso-palatal		sonora	
<i>l</i> — <i>pălă</i> (palha)	:	ápico-palatal		»	
<i>r</i> — <i>fôră</i>	:	ápico-alveolar vibrante	»	simples	
<i>r</i> — <i>fărtă</i>	:	»	»	surda	»
<i>r</i> — <i>fôră</i> (forra)	:	»	»	sonora múltipla	
<i>r</i> — <i>fôră</i> (forra)	:	velar	»	»	»
<i>r</i> — <i>fôră</i> (forra)	:	uvular	»	»	»
<i>m</i> — <i>mă, kămă</i>	:	bi-labial	nasal	nasal	»
<i>m</i> — <i>kămpă</i>	:	»	»	»	»
<i>n</i> — <i>nădă, kănă</i>	:	ápico-dental	»	»	»
<i>n</i> — <i>kăntă</i>	:	»	»	»	»

¹ Represento o *ch* espanhol de *chico*, por exemplo, pelo sinal *ḡ*, e o *y* também do espanhol *yo*, por exemplo, pelo sinal *j*, por os considerar, à falta de melhor comparação, como o *x* e o *j* (portugueses e franceses) palatalizados. Represento o *ch* do crioulo caboverdeano de *cheu*, por exemplo, pelo sinal *ḡ*, e o *j* também do crioulo caboverdeano *jôlé* (= *ver*), por exemplo, pelo sinal *j*, por os considerar, relativamente aos correspondentes espanhóis, como o *x* e o *j* (portugueses e franceses) duplamente palatalizados. Os referidos sons caboverdeanos costumam ser representados respectivamente por *tch* ou *tx* e por *dj*. Têm uma oclusão mais acentuada que os espanhóis.

<i>ŋ</i> — <i>tângă</i>	:	dorso-velar	nasal sonora
<i>ɲ</i> — <i>tânkě</i>	:	»	» surda
<i>ɳ</i> — <i>bândă</i> (banha)	:	dorso-palatal	» sonora

<i>ũ</i> — <i>multa</i> (Açores):	:	»
<i>ĩ</i> —	:	»

R. DE SÁ NOGUEIRA.

Os nomes germânicos na toponímia portuguesa

(Continuado do T^omo III, p. 394)

638. ***Golães** (1. Melgaço, Via; 2. Fafe, B).

Uma destas localidades está documentada em 1014 na forma **GOLANES**, genet. de **GOLLA** séc. XV. A mesma raiz está em **OM GOLELA** geogr. séc. XV, **GOLHA** geogr. séc. XV, de **GOLIA** 1258, **GOL-ODO** (sem data) e hoje nos topónimos **GOULA**, **GOULÃO**, etc. Suponho que vem de F 1631 **VOLA**, alto alem. **WOLA**, subst. «fortuna», adv. «bene». **WOLLA**, **GOLA** seria a forma hipocorística (daí o -l- duplo) de um dos numerosos nomes formados com este elemento, cf. **Förs-temann** que cita, aliás, também um **WOLO**. Há também a possibilidade de aproximar **GOLÃES** do verbo gót. **GÖLJAN** «saúdar», cf. **Förstemann** 666.

639. ***Golão** (Sátão, Vis).

É o caso oblíquo do nome tratado no artigo precedente, que era conhecido também entre os ostrogodos como prova o topónimo italiano **CASAL VOLONE**, cf. *Rom. Germ.* II, 108.

640. **Golfar** (1. Trancoso, Guar; 2. [Quinta de], Guarda; 3. Feira, Av).

O nome gótico que está em **GOLFAR** é ***WULF-HARJIS**, nome amplamente documentado, cf. F 1652. A forma medieval é **OM GULFEIRO** séc. XI. Sobre -EIRO (nominat.) e -AR (genet.) vejam-se os arts. **BALTAR** e **BALTEIRO**. O primeiro elemento é **WULFS** «lôbo» que já encontramos tantas vezes como segundo componente na forma -UFE. Como se vê, o -w- do gótico passa para -g- no princípio das palavras (pelo menos quando seguido de um -u-), ao passo que no interior das palavras emmudece. A evolução que indiquei para o -w- inicial não se produz aliás em todos os casos. Nalguns, o português mantém o carácter labial desta consoante, como por exemplo em **BOLFIAR**, que porém não é o mesmo nome que **GOLFAR**, como me quis parecer quando redigi este artigo¹.

¹ A forma antiga de **BOLFIAR** é **OM BOLFELAR** (VILAR DE) 1050. Trata-se, creio, de **WULF-ILA** + o suf. possessivo -AR.

GULFAR é em 1258 um apelido de homem que tem ao seu lado o patronímico GULFARIZ. O *Onomástico* só tem mais um exemplo de nome composto inicialmente com WULFS: GOLFA-MIR geogr. 1258. Na provincia de Pontevedra há um GULFARIZ.

641. **Golfareira** (Felgueiras, P).

É certamente um apelativo derivado do nome precedente e significando «propriedade dum chamado GOLFAR». Esta formação é antiga, cf. *OM* GULFAREIRA geogr. 1258.

642. **Golfeiras** (Mirandela, Bça).

Vejam-se o art. GOLFO. O sufixo -EIRA tem aqui a mesma função que no nome anterior.

643. **Golfeiros** (Batalha, Lei).

Trata-se do plural do nome GOLFEIRO que segue. -EIRO não é neste caso sufixo, mas um elemento formativo (HARJIS).

644. **Golfeiro** (1. Ponte de Lima, Via; 2. Ponte da Barca, Via).

Vejam-se os artigos GOLFAR e GULFAREIRA.

645. **Golfo**, Monte do (S. Tiago de Cacém, Lish).

Vejo em GOLFO o nome VOLOLF F 1633. O primeiro elemento é o mesmo que em GOLÃES e GOLÃO, o segundo naturalmente WULFS. É também possível explicar GOLFO pelo nome simples *WULFS, cf. F 1643 VULF.

646. ***Goma** (Celorico de Basto, B).

No *Onomástico* encontro GUMA 924, FONTE DE GOMA 1258. Este nome vem do gót. GUMA «*awip*, homem», cf. ant. ingl. GUMA, ant. franc. GOMA, ant. sax. GOMO, GUMO, etc., e o lat. HOMO, NEMO < NE-HEMO, gr. *χαμαί* «em terra». GUMA é um elemento muito prolífero no onomástico antigo. No *OM* contei uns quinze nomes diferentes compostos na primeira parte com esta raiz. São eles: GOMADOS bispo 870 (GOMADUM 922, GOMADIZ 1004), GOMALDO bispo 915, GOMAR 973, GOMARIGO 922 (GUMARIGO 922, GOMARIZ 1081), GOMECIUS séc. XI (GOMICIO, etc.), GOMECINO 1220, GOMESINDI 867-912, GOMEZONI 1125, *GOMILA, cf. GOMIANIS 1220, GOMIDI 1220, GOMIEIRO 1258, GOMILI 1258, GUMIRO 976 (GUMIRIZ 1072), etc. Alguns destes nomes vivem ainda nos topónimos que seguem, aos quais quero

acrescentar, da Galiza, GOMESSENDE (seis vezes), GOMELLE e GOMEAN. Resta ainda observar que o caso de GUMA é pouco vulgar, por este nome ser formado por uma só raiz.

647. *Gomarães (Penafiel, P).

Representa o genet. em -ANIS do nome GOMAR 973 < *GUMA-HARJIS ou de GODO-MAR, cf. S 65, de etp «deus». Sobre -MAR veja-se o art. ARMAMAR.

648. Gomariz (1. Celorico de Basto, B; 2. Vila Verde, B; 3. Santo Tirso, P).

Do genet. de GOMARIGO, apontado no art. GOMA. Na província de Orense há mais duas localidades com este nome.

[649. *Gomeira (Tavira, F)].

¿Será um apelativo derivado do antropónimo GOMA? Cf. GOLFAREIRA e GOLFEIRA.

650. *Gomelha (Ponte de Lima, Via).

A forma primitiva deste topónimo deve ter sido *GOMELHE, cf. GOMELLE na província de Lugo. Vem de GOM-ILI 1258, citado no art. GOMA. Sobre -ELHE ver o art. BERTELHE.

651. *Gomes (1. Guimarães, B; 2. [Casal de] Celorico de Basto, B; 3. [Quinta do] Setúbal, e mais 4 topónimos deste tipo).

É o patronímico de GOMA: *GOM-ICI, que nas nossas fontes se escreve GUMECI 1084, GUMIZE 1044, GOMICE e GOMIZE 1050, GOMEZE 991, GOMECE 974, GOMEC 985, GOMET 1187, GOMES 985. Parece que este patronímico foi novamente ampliado, criando-se os nomes GOMECIUS séc. XI (GUMICIO 1220) e GOMECINO 1220. Ver também Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, III, 104.

652. Gomide (Vila Verde, B).

Do genet. GOM-IDI de 1220, cf. o art. GOMA.

653. *Gomie (Viseu).

Não sei como se há-de explicar o segundo componente -RI, que encontramos pela primeira vez.

654. **Gomil** (1. Paredes de Coura, Via; 2. Barcelos, B; 3. Paços de Ferreira, P).

Provém do genet. *GODO-MIRI, cf. *OM* GODOMIRA f., e *VILLA* GODEMERI 1013, GOEMIR 1088, GOYMR 1258, e S 65. Já me referi a GOMIL no art. GOMIL. A diferença destas duas formas explica-se pela diferença da «fugenvokal».

655. ***Gominhães** (Guimarães, B).

Esta povoação deve ser idêntica a *OM* GUMILANES 959, serra de GUMILAES 1058, S. FELICE DE GOMIANIS 1220, GOMIAES 1258, o explica-se pelo genetivo de *GUM-ILA, cf. na província de Lugo GOMEAN, S 58 e o art. GOMA. A nasalização do -i- deve-se, ao que parece, ao -m- precedente.

656. ***Gomirão** ou **Gomilão** (Guimarães, B).

O *Diccionario Postal* dá estas duas formas. Creio que a boa é GOMILÃO que corresponde a GOMEAN, que acabo de apontar. Veja-se porém GUMIRÃES (Visou).

657. **Gonça** (Guimarães, B).

Sachs 121 admite que GONÇA seja a forma contraída dum nome de pessoa *GUNDIZA, formado com o suf. -ISA. Esta construção é escusada. GONÇA representa a evolução correcta de GUNDIA 1096, do gót. GUNþia, cf. Sch GUNTIO e F 695 GUNDIO, em que o grupo -DI- evoluciona para -q- como em *VĪRDIA (< VIRIDIA >) VERÇA. O mesmo fenómeno observa-se em *OM* GONZARI 985 e no topón. GONCEIRO. Cf. também GONCE e CASALDEGONCE (Corunha).

658. ***Gonçalo** (1. Guarda; 2. [Horta do], S. Tiago de Cacém, Lisb; 3. [Quinta de D.], Montemor-o-Novo, Ev; mais 19 localidades chamadas S. GONÇALO e 5 em que GONÇALO aparece ligado a outro nome: GONÇALO MARTINS, etc.).

Trataram dêste nome Meyer-Lübke 33 e 75, e Leite de Vasconcelos, *Antroponímia* 30. A forma primitiva é GUNDISALVUS. Das numerosas grafias que apresenta o *Onomástico*, quero citar as principais: GUNDISALVUS 915, GUUNDISALBO 1059, GONDISSALVO 979, GONTISALVO 1001, GUNDESSALBUS 1075, GUNDIÇALVUS 1033, GUNT-SALBO 1056 (?), GUNZALBO 1088, GUNZALVO 961, GUNÇALVO 1085, GUNCALVUS 1061, GUNSALVUS 1032, GUNSALBUS 882, GUNSALVO

1002, GONSALVO 1033, GONÇALO, séc. xv. Sendo o primeiro componente, como facilmente se reconhece, *GUNþi «luta», só fica por explicar o segundo, -SALV que, tirando GUNDISALVUS, só conheço no nome GUI-SALVUS apontado por ML 52. Bruckner 253 cita um nome CANDOSALUS cujo segundo elemento explica pelo ant. alto alem. SALO «escuro». Von Grienberger 551 lembra que a composição que está em GUNDISALVUS daria um sentido: «proelio fuscatus, cego pela luta». Contudo prefiro partir com Holthausen 85 de outra raiz, *SALWA, correspondente gótico do lat. SALVUS «salvo, são», gr. *σας*, ión. *σας*, cf. lat. SOLLUS, SOLIDUS «inteiro, sólido». O elemento GUI- em GUISALVUS provém do gót. *WEIGS, que tem exactamente o mesmo significado que *GUNþi, o que explica que -SALV se limite a estes dois nomes: GUNDISALVUS e GUI-SALVUS, que significariam ambos «são, invulnerável no combate». A forma GONÇALO, sem -v-, só aparece a partir do séc. xv. Parece ter havido assimilação do -v- ao -o- final. Que o grupo -LV- em GONÇALVO não é um grupo de articulação cómoda, provam-no as formas OM GUNDISAUO 1002, GUNZABO 1077, em que o copista suprimiu o -L-. A grande popularidade do nome GONÇAL(V)O, que se reflecte principalmente no patronímico GONÇALVES < GUNDISALV-ICI, usado hoje como apelido, deve-se certamente ao culto de S. GONÇALO¹. Existe também a forma feminina GONÇALA = OM GUNDISALBA 987. Veja-se o artigo GONDISALVES 682.

659. **Gonce** (Feira, Av).

É o genetivo de GONÇA, veja-se êste artigo. Há outra localidade chamada GONCE na provincia de Lugo.

660. ***Gonceiro** (Guimarães, B)].

Vem do nome OM GUNDIARIO 946, genet. GONDIAR 1162, GUNDIAR 1220 < gót. *GUNþi-HARJIS, cf. Sch GUNTIARIUS. Apresenta a mesma evolução de -DI- para -G- que vimos em GONÇA. Ver também GONDAR e GONDEIRO.

661. ***Goncinha** (Felgueiras, P; 2. Loulé, F).

Trata-se dum nome antigo, cf. OM GUNCINA 1026, GONCINA 1077, GUNCINA 1068. Deve ser uma ampliação de GONÇA.

¹ Existem dois santos d'êste nome: S. Gonçalo de Amaraute, confessor da religião de S. Domingos, que morreu em 1260 e foi canonizado pelo papa Júlio III, e S. Gonçalo de Galiza, bispo e confessor em S. Martín de Mondoñedo, que viveu nos meados do séc. ix.

662. ***Goncinho**, Pomar (Montemor-o-Novo, Ev).

Veja-se o artigo precedente.

663. ***Gondão** (1. Penafiel, P; 2. Maia, P).

Caso obliquo do nome GONTA 953 < *GUNþa «o combatente» = GONDAA geogr. 1258, formado unicamente com o elemento GOND < *GUNþi «combate» que continua a ser o primeiro elemento formativo em dúzias de topónimos que seguem. A GONDÃO corresponde na Galiza GONTÓN (Corunha) e GONDÁN (Lugo), cf. S 59. Veja-se também GUNDÃO.

664. **Gondar** (1. Amarante, P; 2. Caminha, Via; 3. Amarante, P; 4. Guimarães, B; 5. Vila Nova de Cerveira, Via).

Na Galiza há mais seis GONDAR. A composição é clara: *GUNþ-HARJIS, cf. GONCEIRO, que significaria: «exército pronto para o combate». GONDAR, que se encontra documentado em 1258, é um genetivo de GONDEIRO < *GUNT-ARIUS. Cf. o nome de homem OM GONDARO 991.

665. **Gondarém** (1. Guimarães, B; 2. Cabeceiras de Basto, B; 3. Bouças, P; 4. Castelo de Paiva, Av; 5. Santo Tirso, P; 6. Vila Nova de Cerveira, Via).

Sachs 114 identifica -REM com -REI, genetivo de *-REDUS < REþs «conselho». Pode ser que tenha razão, porque de facto repugnam à língua portuguesa palavras terminadas em ditongo oral. Quero porém chamar a atenção para OM GONDAREN (vila) 1258 e GONDAREI 1258 que provam que a diferença entre -REM e -REI é antiga. Por esta razão não vejo inconveniente em atribuir -REM ao gót. RIMIS «descanso, *ῥῆμῖς*», elemento que temos em vários nomes como primeiro componente: OM REME-SARIO 995 (?), REMI-RIZ 1258, e hoje nos topónimos REME-GILDE, REM-ELHE e outros. GONDA-REM < *GUNþi-RIMIS significaria «descanso da batalha», o que lembra *GUNþi-FRIþus que vive no topónimo catalão CONFRIDES, cf. Meyer-Lübke, *Das Katalanische* 159, e o art. GONDE-LEU. Há também um GONDARÉN na província de Lugo.

666. **Gondariz** (Felgueiras, P).

Chamam-se GUNDERICUS um rei godo do séc. III, outro vândalo do séc. V, e vários bispos medievais, cf. Förstemann 708. Do Ono-

mástico citarei GONTERIGO 1048, GONTIRIGO 1258 e o patronímico GONTERIZ 1220, GONTIRIZ 1258. Vejam-se também GONTRIZ, GONDORIZ e GONTARIZ, que são todos variantes de GONDARIZ.

667. **Gonde** (Estarreja, Av).

Outras formas dêste topónimo são GUNDE, P e GONTE, Cor e Via. O patronímico está em GONDES (Pontevedra). Vejo em GONDE, GONTE o genetivo latinizado *GUNDI de F 694 GUNDUS, GUNDO, cf. também o art. GONDÃO.

668. **Gondeiro** (1. Penafiel, P; 2. Amarante, P; 3. S.^{ta} Marta de Penaguião, VR).

Veja-se GONDAR, art. 664, que é o genetivo de GONDEIRO.

669. **Gondeixe** (Ponte de Lima, Via).

Não sei explicar o segundo elemento -EIXE. GONDEIXE é o genetivo do nome que se escreve em 1258 GONDIXA e que é idêntico a CONDEXA, CONDEXE (cidade) 1086, hoje CONDEIXA.

670. **Gondelães** (Paredes, P).

É aparentemente o mesmo nome que GONDILÂES. A conservação do -L- só se explica por influência do sufixo -ELLUS, que quer dizer formou-se dum nome *GUND-ILA um GUNDELLUS (cf. Sch GUNTELO e OM GUNTELLI 964) e GUNDELLA com um genet. em -ANIS.

671. **Gondelou**, Casal de (Coimbra).

¿O que será a terminação -LEU? Penso em *LEWS «paz», cf. Meyer-Lübke 39, que parece estar como primeiro componente em OM LEOMIRUS 943, LEVE-GODO 1013, LEUE-SINDIZ 1039, LEUU-ILI 1097 e muitos outros nomes. Se tenho razão com esta hipótese, GONDE-LEU seria um sinónimo de GONDAREM e CONFRIDES, cf. art. 665. Veja-se também Förstemann 706 CUNTILEO.

672. **Gondelim** (1. Valença, Via; 2. Penacova, Coim; 3. [Herdade de] Montemor-o-Novo, Ev).

Vem do genet. OM GONDELINI, GONDELINE 985 (vila), de GONDELINO 967, cf. o art. GONDELÂES.

673. **Gondevinho** (Bouças, P).

Conhecemos um bispo de Noyon chamado GUNDO-WIN (por volta de 700, cf. Förstemann 711). O segundo componente d'êste nome é o gót. *WINS «amigo». A evolução fonética de *GUNDE-WINUS para GONDEVINHO é normal. O nome significa «amigo da luta».

674. **Gondesende** (1. Ovar, Av; 2. Bragança; 3. Vila Nova de Gaia, P; 4. Felgueiras, P).

Estamos em presença do genet. GONDESINDE 959 de OM GONDESINDUS 897, GUNDISENDO 994, GUNDISINDO 1043, GONDISENDO 959, GONDESINDO 1048, etc., sendo o segundo elemento sinhs «caminho» e o significado do nome «ida para o combate». A par de GONDESSENDE encontramos no OM também a forma sincopada GONSENDO, GONSINDO e GUNSINDO 1059. Nas *Inquirições* de 1258 há uma vila GONDIZENDI. O patronímico GONDESENDIZI 989, GONDESENDIZ 959, etc., é bastante vulgar.

675. **Gondiães** (1. Póvoa de Lanhoso, B; 2. Cabeceiras de Basto, B; 3. Fafe, B; 4. Vila Verde, B).

É fácil reconhecer neste topónimo o genet. *GUND-ILANIS de OM GUNDILA 870 = F 695 GUNDILA, hipocorismo formado com o suf. -ILA que nos é tam familiar. A forma feminina é GUNDILU 960, GONDILO 870. Das *Inquirições* citarei S. MAMEDE DE GONDIANES e GUNDIAES 1220.

676. **Gondião** (Arcos de Valdevez, Via).

Do oblíquo *GUND-ILANEM de GUNDILA do artigo que precede. Corresponde a GUNDIÁN na Galiza (três vezes), cf. S 59.

[677. ***Gondifelinhos** (Vila Nova de Famalicão, B)].

Veja-se o artigo que segue. Trata-se naturalmente duma formação diminutiva.

[678. ***Gondifelos** (Vila Nova de Famalicão, B)].

Esta localidade escreve-se em 1220 GUNDEFELLOS, em 1258 GONDofelos e GUNDofelos. Desconheço o segundo elemento. ¿Será o gót. FILU «muito» que aparece em FILI-MIR, bispo de Lamego 658, cf. o topónimo FERMIL, art. 443? Uma formação híbrida em que entrasse *GUNþs mais gr. φῶς dificilmente se justifica, embora tivessem o mesmo significado que GONDE-LEU e GONDE-VINHO: «amigo

do combate». Parece-me antes ser o elemento que forma o segundo componente de ML 57 SINDO-FALUS, cf. *OM* SINDO-FALIZ 972, que, na verdade, não é menos enigmático do que GONDIFELOS. Meyer-Lübke lembrou os nomes godos TAIFALI e VICTOVALI, emitindo a hipótese de se tratar de nomes híbridos feitos sobre o modelo de CHRISTOFALUS (CHRISTOPHORUS).

679. ***Gondim** (1. Arouca, Av; 2. Valença, Via; 3. Ponte de Lima, Via; 4. Fafe, B; 5. Maia, P; 6. Felgueiras, P; 7. Castelo de Paiva, Av; 8. Vila Nova de Famalicão, B; 9. Lamego, Vis).

A esta lista devem acrescentar-se os numerosos GUNDÍN e GUNTÍN na Galiza. A origem de GONDIM está no genet. GONDINI geogr. 1059 de *OM* GUNDINUS 1008, GUNTINU 985, fem. GONDINA 1039. GUNDINUS representa um derivado com o suf. -INUS de GUNDUS, GUNDA apontado no art. GONDE.

680. ***Gondinhães** (Vila Nova de Gaia, P).

Um genet. em -ANIS: *GUNTINI-ANIS, pertencente ao nome precedente. Veja-se também GONDINHÃO. Escreve-se em 1258 GONTINAES.

681. ***Gondinhão** (Marco de Canaveses, P).

É o caso obliquo em -ANEM correspondente a GONDINHÃES.

682. **Gondisalves** (1. Guimarães, B; 2. Braga).

É a forma não sincopada do patronímico GONÇALVES, cf. art. GONÇALO. A síncope da sílaba intertónica é facultativa, cf. no art. 675 GONDESENDE a par de GONSENDE.

683. **Gondivai** (1. Bouças, P; 2. Felgueiras, P).

Em 1039 GONDIUADI, 1037 GUNDIVADI, 1099 VILLA GUNDIUAL. É o genetivo do nome que segue. Veja-se também o art. ARGIVAL.

684. **Gondivao** (Vila Verde, B).

De *OM* GONDI-BADO 1008, GONDIUADO 989, GUNDIUADO 957. O segundo componente é *BADU «combate», cf. ML 56, tem por conseguinte o mesmo significado que o primeiro. Fundiram-se dois elementos onomásticos sem consideração pelo valor semântico da nova composição. Veja-se a este propósito a *Introdução*, parágrafo 3.

685. **Gondomar** (1. Braga; 2. Penalva do Castelo, Vis; 3. Barcelos, B; 4. Melgaço, Via; 5. Tarouca, Vis; 6. Paredes, P; 7. Vila Verde, B; 8. Gondomar, P.; 9. Guimarães, B).

A segunda parte deste nome vem de *MARHS «cavalo», de que tratei no art. ARMAMAR. Cf. também ML 68. No OM Vila GONDOMARI 1068. GONDOMAR aparece três vezes na província de Pontevedra.

686. **Gondomarinho** (Gondomar, P).

Do topónimo precedente. Formou-se como GONDIFELINHOS de GONDIFELOS.

687. **Gondomil** (1. Marco de Canaveses, P; 2. Vila Verde, B; 3. Valença, Via).

Vem do genet. GUNTEMIRI 1059, de GONDEMIRUS, GUNDEMIRO 935, GUNTEMIRO 953, sendo o segundo componente MEREIS «célebre». O nome significa portanto «o célebre no combate», cf. gr. Κλεῖς-μυς. Há mais um GONDOMIL na província da Corunha. De GONDOMIL existem na toponímia portuguesa CONTOMIL e GONTOMIL. A «fugenvokal» assimilou-se modernamente ao -o- de GOND-.

688. **Gondoriz** (1. 2. Arcos de Valdevez, Via; 3. Terras de Bouro, B).

Veja-se GONDARIZ, outra forma do mesmo nome.

- [689. ***Gondra** (1. Castelo de Paiva, Av; 2. Loulé, F)].

Um nome bastante duvidoso. Cf. OM GONTRO 1065, GONDEROS 1033, GONDERONA 927, GONDEROIZ 1033.

- [690. ***Gondramaz** (1. Miranda do Corvo, Coim; 2. Vila Verde, B)].

¿Será um patronímico de *GONDE-RAMA? Sobre a raiz duvidosa RAM- que encontramos como primeiro elemento de alguns nomes, cf. F 1243, S 80 e o art. RAMA.

- [691. ***Gondrozeira** (Tórres Vedras, Lisb)].

Parece ser um apelativo formado com o sufixo -EIRA < -ARIA do apelido GONDEROS apontado no art. GONDRA.

692. **Gondufe** (1. Braga; 2. Melgaço, Via; 3. Feira, Av; 4. Marco de Canaveses, P; 5. Viana do Castelo; 6. Ponte do Lima, Via).

Do genet. *GOND-ULFI de GUNDULFU 939, GONDULFO 953 = GONDULFO do artigo que segue. A forma galega é GONDULFE (duas vezes na província de Lugo). O patronímico OM GONDULFIZI 991, GONDULFIZ 985, etc., aparece no topónimo GONDULFES na província de Orense, cf. S 60.

693. **Gondulfo** (Seia, Guar).

Veja-se o artigo precedente. GOND-ULFO quer dizer «lôbo de batalha».

694. **Gontães** (Vila Real).

É o genet. em -ANIS de GONDA, do art. GONDÃO. Em 1258 êste topónimo escreve-se GONDAES, com -D-, o que prova que a forma GONT- é secundária: a oclusiva sonora -D- dissimilou-se da oclusiva sonora inicial.

695. ***Gontão** (Maia, P).

Não passa duma variante de GONDÃO. Veja-se também o artigo precedente.

696. **Gontariz** (Arcos do Valdevez, Via).

Vejam-se os artigos GONDARIZ e GONDORIZ.

697. **Gonte** (Paredes de Coura, Via).

Uma variante de GONDE e GUNDE, vejam-se estes artigos.

698. **Gontelho** (Sabrosa, VR).

Veja-se o artigo GONTILHE. A terminação -ELHO é pouco clara.

699. **Gontige** (1. Vila Nova de Cerveira, Via; 2. Marco de Canaveses, P).

Vem do genetivo do nome OM·GONTUIGIUS 985, GONTOIGIO ap. 989, GONTIGIO 991 (GONTIGIZ 1073, GONTEGIZ, GUNTIGIZ 1220). Em 1066 escreve-se VILLA GONTISI. O segundo componente é *WEIG- «combates», cf. ant. alto alem., ant. sax., ant. ingl. WIG, o mesmo que temos como elemento inicial em GUI-MARÃES, GUI-MIL, etc.

700. ***Gontijas** (Ferreira do Zêzere, Sant).

Este topónimo explica-se como sendo um patronímico em -ACI do nome precedente.

701. **Gontijo** (Braga).

Eis o caso geral de GONT-UIGIUS que apontei no art. GONTIGE.

702. **Gontilhe** (Arcos de Valdevez, Via).

Do genet. OM GUNT-ELI 974, GUNT-ILI 1068. No segundo elemento teremos que ver o sufixo -ELLUS. Cf. também GONTELLE (Orense), GUNDILLE (Corunha) e GONTELHO, art. 698.

703. ***Gontim** (Fafe, B).

É uma variante de GONDIM, art. 680. Cf. GONTIN na provincia de Pontevedra.

704. **Gontinha** (1. Cabeceiras de Basto, B; 2. Fafe, B; [Monte da] Almodóvar, Be).

Do nome de mulher GONTINA 1072, GONDINA 1039, correspondente a GONTINO 1012, que está hoje em GONDIM, art. 680 e GONTINHO, que segue.

705. ***Gontinhães** (Caminha, Via).

Veja-se GONDINHÃES, art. 681.

706. ***Gontinho** (1. Vila Verde, B; 2. Mortágua, Vis).

Vejam-se os artigos GONDIM e GONTINHA.

707. ***Gontinhos**, Casal dos (Ferreira, Be).

É, como logo se vê, um plural do nome precedente.

708. **Gontomil** (Valença, Via).

Trata-se duma variante de Gondomil, veja-se o artigo 688.

709. ***Gormão** (Vila Nova de Cerveira, Via).

Para mim o segundo componente -MÃO é o gót. MANNA «homem», na forma do genetivo latinizado -MANNI. Só dêste pode resultar -MÃO, ao passo que o caso obliquo havia de dar -MANO. A primeira parte do nome, GOR-, está também em GOR-MIRI 946, de que trata Meyer-Lübke 31. Os topónimos GOURIM e GOURIVANES vêm confirmar a

hipótese por êle apresentada, embora não mantida, de que se trata da raiz GAUR-, de GAURJAN «magoar», GAURS «triste», GAUREI e GAURIJA «tristeza», e não de uma variante do nome GOSMIRUS.

710. ***Gosandina** ou **Gusandina** (Santa Marta de Penaguião, VR).

Veja-se o artigo GOSENDO.

711. ***Gosende** (1. Valença, Via; 2. Baião, P; 3. Castro Daire, Vis; 4. 5. Felgueiras, P; 6. Paredes de Coura, Via).

Vem do genetivo *GAUDE-SINDI de GAUDE-SINDUS, cf. o artigo GOSENDO.

712. ***Gosendes** (Vila Nova de Cerveira, Via).

Do patronímico OM GODESINDIZ 1097, GOSENDIT 1033, GOSENDIZ 1097, cf. o art. GOSENDO.

713. ***Gosendinho** (Castro Daire, Vis).

Significa «pequeno GOSENDE», cf. êste artigo e GOSENDO.

714. ***Gosendo** (Oleiros, CB).

A origem dêste topónimo e dos quatro precedentes está em GAUDESINDO 994 = GOSENDO 1059, cf. GOSENDA 1258. Sobre o elemento inicial GAUD- vejam-se os arts. GOIVA e GOUVÃES; -SENDO vem de sinps «caminho, expedição».

715. ***Gostei** (Bragança).

Provém do genetivo de OM GUDE-STEIO 882, GUDESTEU 965 (patronímico GUDESTEIZ 943, GUDESTEICI 1087, GOSTEYZ 1258), a que já me referi no art. GALISTEU. GUDESTEUS é um nome teóforo que significa «paciência de Deus» ou «paciência em Deus». AGOSTEM, no concelho de Chaves, que no princípio do trabalho me escapou, parece ser uma variante de GOSTEL. Cf. P. de Azevedo, *Rev. Lusit.*, XII, 323.

716. ***Gosundeira** (Sobral de Monte Agraço, Lisb).

Deve estar por *GOSENDEIRA e indicar a propriedade dum chamado GOSENDO ou GOSENDE.

717. ***Gougeva** (1. Feira, Av; 2. Vila Nova de Gaia, P).

É o mesmo nome que GOIGEVA. Veja-se êste artigo.

718. *Gougeve (Mondim de Basto, VR).

Reconheço-se com facilidade que se trata do genetivo latinizado de GOUGEVA, GOIGEVA.

[719. *Gonjal (Vila Verde, B)].

Compare-se este nome com GOJA e GOGIDO. Há mais topónimos formados com o elemento GOUJ-, GOIJ-, GOJ-: GOGÉ (Ponte da Barca, Via), GOJE (Penalva do Castelo, Vis), GOIXE (Braga), GOIXA (Águeda, Av) GOUXA (1. Almeirim, Sant; 2. Portimão, F), GOUXO (Aviz, PA), GOUJA na provincia de Pontevedra, GOJÁN duas vezes na da Corunha. ¿Que significará esta raiz?

[720. *Goujoim (Armamar, Vis)].

Veja-se o artigo que precede. Visto o sufixo -INUS representar em muitos nomes o sufixo gótico -EINS, não prova neste caso nada contra o carácter germânico da raiz GOUJ-.

721. *Goula, Monte de (Castelo Branco).

Os cinco topónimos que seguem são formas (casos) diferentes dêste nome. Penso —sem ter a certeza— que o elemento GOUL- é idêntico a GOL- do artigo GOLÂES.

722. *Goulão, Monte do (Évora).

É o caso complemento do nome anterior. Existe também um GOLÁN na provincia da Corunha.

723. *Goulas (Ponte de Lima, Via).

Do patronimico em -ACI de GOULA. Também na provincia de Lugo temos GOLÁS.

724. *Goule (Melgaço, Via).

Representa o genetivo em -i da forma latinizada de GOULA.

725. *Goulinho (Oliveira do Hospital, Coim).

É sempre o mesmo nome de homem, ampliado desta vez com o suf. -INUS.

726. *Goulões, Herdade dos (Arraiolos, Ev).

Trata-se, como indica o artigo, dum plural recente de GOULÃO, art. 722.

727. *Gourim (S. Pedro do Sul, Vis).

Veja-se o artigo GORMÃO. GOR- e GOUR- devem representar a mesma raiz.

728. *Gourivanes (Mirandela, Bça).

Sobre GOUR- veja-se o artigo precedente. Parece-me que se pode explicar o segundo componente, -VAN, pelo gót. WANS «livre de, carecendo de», cf. o gr. εὐαν; e WANS que pertence a quasi todos os antigos dialectos germânicos. É claro que neste caso GOURIVANES não é um genetivo em -ANIS mas um patronímico em -ICI. A tradução dêste suposto nome *GAURI-VANCS seria «o que está sem tristeza». Pregunto a mim mesmo se não se deverá antes escrever GOURIVÂES. Mas não é impossível que a região de Mirandela pertencesse primitivamente à área lingüística em que se mantinha o -N- intervocálico, como sucede ainda hoje com a região mirandesa, cf. o art. IFANES. A *Chorographia Moderna* escreve, aliás, GUERIBANES.

729. Gouvães (1. [do Douro], Sabrosa, VR; 2. [da Serra], Vila Pouca de Aguiar, VR).

O elemento GOUV- provém de GAUD- que estudei no art. GOIVA. Admiti que fôsse de origem latina e viesse de GAUDIUM (que deu em português GOIVO), cf. *OM GAUDIOSO* n. h. 995 (?) = GOUVIOSUS geogr. 1258. Além de GAUDIO 1020, o *Onomástico* fornece as formas seguintes: GAUDIZI 1086, GAUDINUS 992, GAUDINIZ 946, GAUDINAZ 976, GAUDILA 994, GAUDILI 1017, GAUDILLI 1083, GAUDILIZI 1032, GAUDEMIRO 1092, GAUDESINDO 994, GAUDENGU 1091. Estes nomes dividem-se em três categorias: 1. Nomes puramente latinos como GAUDI-OSUS; 2. Com um sufixo visigótico, como GAUD-ILA; 3. Com uma raiz germânica como final: GAUDE-MIRO. É perfeitamente legítimo admitir, como fiz no art. GOIVA, a fusão dum elemento latino com outro germânico. Contudo existe a possibilidade duma raiz gótica, desconhecida por enquanto, se ter confundido com a latina de GAUDIUM, GAUDĒRE. Veja-se também Förstemann, 606 ss.

GOUVÂES vem de *GAUDILANIS, genetivo de GAUDILA, que evolucionou para *OM GOUVANIS* geogr. 1220, GOUIVAES (S. Maria de) 1220. Veja-se porém GOUVEÂES e GOVA.

Na Galiza, ao que parece, não se forma nestes nomes um -V- no hiato. A GOUVÂES corresponde GOYANES (duas vezes na provincia da Corunha) e GOYANS (na mesma provincia). Vale a pena mencionar o topónimo, puramente latino, GOYENTE (duas vezes na provincia de Corunha) de *GAUDENTE, do particípio GAUDENS.

730. ***Gouviães** (Tarouca, Vis).

Não passa, ao que parece, duma variante de GOUVÃES, em que a semivogal -i- (-e-) não foi atraída pela sílaba inicial. O *Onomástico* aponta as formas seguintes: GOUYIANES 1160, GOUUIANES 1162, GOUUIANIS 1258, GOUVIANS 1258. Veja-se também o art. GOVA.

731. ***Gouveia** (1. Alfândega da Fé, Bça; 2. Gouveia, Guar; 3. Sintra, Lisb; 3. [Herdade da] Montemor-o-Novo, Év; 4. [Monte da] Ourique, Be; 5. [Quinta da] Lisb; 6. [Quintinha de] Év).

A vila de GOUVEIA aparece no foral de Linhares, de 1169, com a forma GAUDELA, no de Gouveia, de 1186, com a de GOUDELA, cf. *Leges* 395, 453 e 454. O nome aparenta-se manifestamente com GOUVÃES, mas como? Se partirmos de GAUDILA não se explica a pronúncia actual com o acento no -e-, se por outro lado admitirmos uma base GAUD-ELLA, com sufixo românico, nada justifica a supressão do -l- que deveria resultar de -ll-. A evolução normal de GAUDILA está em GOIVA, art. 635.

732. ***Gouveias** (Pinhel, Guar).

É um patronímico ou um plural do nome que precede.

733. ***Gouvim** (1. Vila Nova de Cerveira, Via; 2. Vila Verde, B).

Outro nome formado da raiz GAUD-: GAUD-INUS OM 992, na forma do genetivo *GAUD-INI.

734. ***Gouvinhas** (Sabrosa, VR).

Do patronímico *GAUD-INI-ACI de GAUDINUS, cf. OM GAUDINAS 976, GOUUINAS 1151, GOUVINAS 1220.

735. ***Gova** (Barcelos, B).

Pode tratar-se do mesmo nome que GOIVA; veja-se este artigo. Se admitirmos uma pronúncia GOUVA, facilmente chegamos a GOVA. Há porém ainda outra possibilidade: GOVA pode muito bem provir de GAUDA, nome hipocorístico formado unicamente com a raiz GAUD-. No *Onomástico* não encontro nenhum exemplo de GAUDA, mas no *Político* aparece quatro vezes. A existência de GAUDA explicaria aliás também a diferença entre GOUVÃES e GOUVIÃES, sendo o primeiro *GAUD-ANIS, o segundo *GAUD-IL-ANIS.

736. *Gove (Baía, P).

Vem do genetivo em -i do nome anterior: *GAUDĭ (cf. *Políptico*, XIII, 45, GAUDUS) ou *GAUD-ILĭ.

[737. *Goveiras, Quinta de (Tondela, Vis)].

Vejam-se os artigos precedentes. Em -EIRAS tanto pode estar o gót. HARJIS «exército» como o sufixo -ARIUS = -EIRO. Prefiro a segunda hipótese, por não conhecer um *GAUDIARIUS = *GAUDI-HARJIS.

738. *Goxe (Braga).

Deve ser o mesmo que GOGĖ do artigo GOUJAL 719.

[739. *Grade (1. Fafe, B; 2. Castelo Branco; 3. Arcos de Valdevez, Via)].

Não incluo os topónimos MONTE DA GRADE (Mértola, Be) o QUINTA DA GRADE (Penafiel, P), onde GRADE é naturalmente o nome comum. Nos três casos que aponto, GRADE vem do genet. *GRATI = OM GRADI geogr. 1258, dum antropón. GRATUS que reconheço em OM GRADO geogr. 1081 e, com sufixo, GRATINUM n. h. 991. O patronímico *GRAT-ICI está em GRADES, cf. SAUTO DE GRADES geogr. 1258. Registo este nome puramente latino, porque encontramos a mesma raiz GRAT- em nomes, cujo segundo componente é indubitavelmente gótico, como GRADA-INDI 1258, GRAD-ILI 1048, GRAILUIFIZ 1139 (certamente deturpado de *GRADI-ULFIZ). Tere-mos por conseguinte de admitir que estes últimos nomes são híbridos ou que em GRAT- está uma raiz gótica. Förstemann 665 cita: GRADO, GRADI-GIS, GRAT-HARD e GRAD-ULF que relaciona com o gót. GRĒDUS «fames», ant. nord. GRĀD «aviditas» e ant. alto alem. GRĀTAG «avidus». A hipótese apresentada é muito duvidosa porque o -D- intervocálico gótico não se conserva no português.

[740. *Grades (1. Lousada, P; 2. [Horta do] Estremoz, Ev)].

HORTA DO GRADES, com o artigo no singular, mostra bem que se trata dum nome de pessoa, neste caso do patronímico de GRADO, cf. o artigo anterior. Em HERDADE DAS GRADES (Monte Mór, Ev), QUINTA DAS GRADES (Lisboa) temos, é claro, o plural do apelativo. Cf. também GRADES na provincia de Pontevedra.

[741. *Gradim (Felgueiras, P)].

É o genet. *GRATINI de GRATINU(M) 991 que aponto no art. GRADE. Na Galiza há três localidades chamadas GRADIN (Orense, Lugo e Pontevedra). GRATINUS é um conhecido nome latino-cristão.

[742. ***Gradiz** (Aguiar da Beira, Guar)].

Interpreto este topónimo como sendo o patronímico *GRAD-IL-ICI, dum nome de homem *GRADILA; cf. GRADILI 1048 no artigo GRADE.

743. ***Gramundes** (Oliveira do Hospital, Coim).

É o patronímico dum nome *GRADA-MUNDUS formado como *GRADA-MIRUS; cf. o art. GREMIL.

744. ***Gremil** (Guimarães, B).

Cortesão regista no *Onomástico* um CASAL DE GRAMIR 1258. Tanto em GRAMIR como em GREMIL temos o genetivo dum nome *GRADA-MIRUS que se conservou também na toponímia galega na forma GRADAMIL e GRAMIL (ambos na província da Corunha). O -e- de GREMIL é devido a uma assimilação parcial do -a- ao -i- da sílaba seguinte.

745. **Gresufes** (Póvoa de Varzim, P).

Vem do patronímico em -ICI do nome medieval OM GRES-ULFO 953. O genetivo simples está em GRIJUFÉ, GRESULFE (Lugo) e GRESULFE (Orense). A raiz GRES- encontramos também nos nomes GRESO-MARUS 919, GRISO-MARUS 959 (GRESOMARIZ 1050) e GRIS-ANDI geogr. 1055, cf. hoje GRESANDE na província de Pontevedra. A raiz gótica GRIS-, que está na base destes nomes, significaria, segundo Holthausen 39, «terror». Cf. também Förstemann 674 GRISUS, GRISO, GRISULF, etc., e Sachs 58.

746. **Grijufe** (Ponte do Lima, Via).

Vejase o artigo GRESUFES. Aqui temos o genet. simples *GRESULFI.

747. ***Grima**, Casal da (Loures, Lisb).

Bruckner, *Langobarden* 261, aponta um nome GRIMO, Gamillscheg, *Rom. Germ.*, II, 9, um topónimo italiano MONTEGRIMANO. Temos outro GRIMA na província de Almeria, a par de GRIMALDO (Cáceres) e LOS GRIMAS (Jaén). No *Onomástico* só encontro um apelido GRIMAZ de 1258. Note-se que os nomes de lugares apontados ficam todos fora da zona de maior expansão dos topónimos visigodos. Como por outro lado GRIMA é um nome bastante vulgar entre os Francos (contei no *Político* uns treze exemplos) pode ter-se quasi a certeza de que foi trazido para a Península por colonos franceses. A raiz GRIM- que vive num grande número de idiomas germânicos, cf. alem. mod. GRIMM, ingl. GRIM, significa «selvagem, terrível».

748. *Grisanda, Horta da (Alcácer do Sal).

Veja-se o art. GRESUFES. GRISANDA é um nome feminino moldado sobre *GRISANDO, cujo genetivo está em *OM GRISANDI* 1055.

[749. *Grisoma (Soure, Coim)].

¿Será um nome composto com o elemento GRIS- de GRESUFES? Não vejo como se possa explicar o segundo componente, -OMA, que só conheço do topónimo galego CARDOMA.

750. Guadramil (Bragança).

É o genetivo de GUARDAMILO, veja-se este artigo, em que se produziu a metátese do -R-. Na província de Lugo há um GARDAMIL.

751. *Gualdim, Quinta do (Santarém).

Vem do genetivo de *OM GUALDINUS* 1159, GUALDINO 1156. A raiz GUALD- que, tirando GUALDIM e GUALTAR, se apresenta na forma VALD-, cf. VALDEMIL, VALDOMAR, VALDOI, VALDOSENDE, etc., aparenta-se com o gót. WALDAN «administrar, governar», que corresponde ao alem. mod. WALTEN. Este verbo encontra-se em quasi todos os antigos dialectos germânicos. É, de resto, a mesma raiz que aparece no verbo lat. VALĒRE «ser forte». Entra sobretudo como segundo elemento na composição de nomes germânicos, soando em Portugal -GUALD(E), -ALD(E) ou -AL, cf. os arts. MANGUALDE, BALALDE e BERTAL.

752. *Gualtar (1. Feira, Av.; 2. Braga).

Trata-se de *OM GUALTARI* geogr. 1059, GUALTAR 1220, que representa o genetivo do nome GUALTARIUS ML 51. Veja-se contudo o art. BALTAR.

[753. *Guarda (1. 2. Ponte de Lima, Via; 3.-5. Barcelos, B; 6. Amarante, P; 7. Paredes, P; 8. 9. Vila Verde, B; 10. Vila Nova de Gaia, P; 11. Guarda; 12. Maia, P; 13. 14. Santo Tirso, P; 15. Bouças, P; 16. Anção, Lei)].

Na grande maioria dos casos devemos interpretar GUARDA como sendo o respectivo nome comum derivado do verbo GUARDAR, que é, como se sabe, de origem germânica: WARDŌN «observar» e se encontra em quasi todas as linguas românicas. O topónimo GUARDES faz porém suspeitar que existisse também um nome de pessoa *GUARDA; cf. por exemplo Förstemann 1539 WARDŌ.

- [754. ***Guardaes** (1. Resende, Vis; 2. Póvoa de Varzim, P; 3. Arouca, Av)].

Veja-se o artigo que segue.

- [755. ***Guardal** (1. Barcelos, B; 2. Vila Nova de Gaia, P)].

¿Será uma formação românica com o sufixo -AL < ALIS ou um nome gótico com a raiz WALD- (cf. o art. GUALDIM) como segundo componente? O *Onomástico* regista os nomes geográficos GUARDAL e GUARDAES 1258. Êste último parece ser um plural do primeiro e provaria neste caso o carácter românico de GUARDAL.

756. ***Guardamilo** (Guimarães, B).

Ê um nome *GUARDA-MIRUS. Que existiram nomes formados na primeira parte com a raiz WARD- prova-o OM GUARDILA 1058. ¿Estará no topónimo espanhol GARDEA (Alava)?

- [757. ***Guardão** (1. Ferreira do Zézere, Sant; 2. Paredes, P; 3. Tondela, Vis; 4. 5. Paredes, P; 6. Monforte, PA)].

Aparentemente um nome comum formado de GUARDA. Se GUARDA existir de facto como nome próprio, como suponho no art. GUARDA, pode ver-se também em GUARDÃO o respectivo caso oblíquo.

758. ***Guardes** (Póvoa de Varzim, P).

Êste nome tem o aspecto dum patronímico em -ICI. Poderia ser *GUARD-ILICI, cf. o art. GUARDAMILO, ou antes *GUARD-ICI.

- [759. ***Guardinhos** (Póvoa de Varzim, P)].

Vejam-se os artigos precedentes. Aqui, não há dúvida, trata-se dum apelativo.

760. **Guda** (Ponte de Lima, Via).

Veja-se o artigo GODA 605.

- [761. ***Guedes**, Quinta do (Évora)].

O nome GUEDA, de que GUEDES é um patronímico, vem citado no *Livro Preto* 107 em 995. Escreve-se também GEDA, por exemplo num cálix da Sé de Coimbra, de 1152, cf. Leite de Vasconcellos, *Antroponímia* 49 e OM 946. O genetivo em -I está em GUEDE 1258, que é hoje também o nome de duas localidades da província de

Orense, o patronímico em -ACI em GUEDAZ 1258. No que diz respeito ao significado da raiz GUED-, creio ser idêntica a GUID- de GUIDA, GUIDÃO, GUIDO, etc., vejam-se estes artigos. O -E- tónico de GUEDES representaria um antigo -I- que se dissimilou do -j- da terminação -ICI. O étimo *GAIDA «espada», proposto na última obra citada, não entra em linha de conta, porque o G- do gótico, seguido de -AI-, que se pronunciava EI ou Ê, evoluciona da mesma maneira que o G- latino diante de -E-, -I-, quer dizer, perde o seu carácter velar e passa a pronunciar-se -J-, cf. *GAIN- > GE(N)-, *GAIL- > GEL- nos arts. GEGUINTE e GELHE. Também não é fácil justificar a conservação do -D- intervocálico. A forma que deveria resultar dum patronímico composto com a raiz *GAID- seria *GÉS ou cousa que o valha.

[762. *Guedieiros (Taboação, Vis)].

¿Será o plural dum nome *VIDIARIUS, cf. VIDUARIUS em Schönfeld e VITHARI em Förstemann, ou uma formação românica em -EIRO? Sobre a raiz, veja-se o artigo que precede.

763. *Guedixe ou Guedexe (Penafiel, P).

Veja-se o artigo GUEDES.

764. *Gueidão (Santo Tirso, P).

Veja-se o artigo GUIDÕES. ¿Ou não deverá antes ver-se em GUEID- e GUID- duas raízes diferentes?

765. *Gueifães (Maia, P).

Na *Chorographia Moderna* escreve-se GUINFÃES. É a VILLA GUEIFANES de 1258. Sobre -FÃES, veja-se o art. AFÃES. Quanto ao primeiro componente, GUEI-, penso que o étimo seja o gót. *WINS «amigo», elemento que abunda no onomástico germânico e de que Förstemann 1609 cita mais de 200 exemplos. O -I- de *WINS parece de facto ser breve, por conseguinte passa normalmente para -E-, que depois da queda do -N- intervocálico entra em contacto com a «fugenvokal» -I-. Como segundo componente temos *WINS no topónimo GUILHA-VEM (que atesta também a quantidade breve da vogal) e GONDE-VINHO. É verdade que no último caso houve, ao que parece, confusão com o sufixo latino -INUS. Meyer-Lübke 83 cita como único exemplo de *WINS o nome EVOR-INUS, afirmando que os godos não possuíam ou perderam os nomes formados com esta raiz. Sachs 116 aponta um topónimo FALCU-VINO, perto de Barcelona, duvidando

que seja um nome godo. Finalmente, lembrarei ainda os nomes de lugares GUEIMONDE e GUEIMONDES, ambos na província de Lugo, e que são formados como GUEIFÂES.

766. *Gueifar (Feira, Av).

Outro nome formado com GUEI < *WINI-, cf. o artigo que precede. É citado no *OM* em 1258, na forma GUEEFAR. Sobre -FAR consulte-se o art. FARES 436.

767. *Guelha (Santo Tirso, P).

Não consegui identificar com segurança a raiz deste nome, que está também nos três nomes de lugares que seguem. Limite-me a lembrar *OM* VEILA 980 (VEILAZ 1098), GUELLA 1058, GUELA (Casal de) 1258, GUELA ap. séc. xv, GUILLA geogr. 1258, GUILO f. 1096, e o topónimo GUILLA 1258. ¿Será o gót. *WILJA* «vontade», que está nos nomes que principiam por GUILH-? Cf. o art. GUILHABREU e seguintes.

768. *Guelhim (Faro).

Veja-se o artigo anterior.

769. *Guelho (Penafiel, P).

Veja-se o artigo GUELHA. O genetivo deste nome encontra-se em GUELHE na província da Corunha.

770. Guelizes (Viseu).

Parece ser um duplo patronímico de GUELHA ou GUELHO.

771. Guemil (Monção, Via).

Vem do genetivo de *OM* GUIMIRO 958. O primeiro componente é *WEIGS «luta» que se fundiu com WEHS «santo». Desta raiz resulta normalmente em português GUI-, cf. GUIMARÃES, etc. No caso de GUEMIL o primeiro -i- dissimilou-se do segundo. Na Galiza há quatro localidades chamadas GUIMIL (Lu², Pont, Or).

[772. Guena (1. Caminha, Via; 2. Monchique, F)].

Que se trata dum nome próprio, prova-o o topónimo MONTE DA DO GUENO. Parece-me que contém a raiz WINN- de gót. WINNA, WINNO «sofrimento», WINNAN «sofrer», ant. sax., ant. alto alem. «lutar», cf. o alem. mod. GEWINNEN. A *Chorographia Moderna* escreve GUÊNA.

[773. *Guenas (Lagoa, F)].

Pode pertencer ao nome precedente, sendo neste caso um patronímico em -ACI.

774. *Guende (Paços de Ferreira, P).

Este nome representa, se não estou em erro, o genetivo de *OM* GUENDO 924, que deve corresponder a WINDO, apontado por Förs-temann e em que está talvez o nome do povo dos VENDOS, cf. Holt-hausen *WINIPS. GUENDE repete-se três vezes na Galiza (Cor, Or, Lu). Pode ser também uma variante de GAINDE, art. 521.

[775. *Gueno, Monte da do (Almodóvar, Be)].

Vejam-se o artigo GUENA.

[776. *Gueribanes (Mirandela, Be)].

O mesmo que GOURIVANES, art. 728. Encontrei esta grafia na *Chorographia Moderna*.

777. *Guetim (Vila Nova de Gaia, P).

Vejam-se os artigos GUEDES, 761 e GUIDO, 786.

778. *Guetiz (Lousada, P).

Vejam-se o artigo que precede e GUEDES.

779. *Guia (1. Guimarães, B; 2. Viana do Castelo; 3. Pom-hal, Lei; 4. Vila Nova de Cerveira, Via; 5. Arruda dos Vinhos, Lisb).

Deixo de parte os topónimos CASAL DA GUIA, HORTA DA GUIA e os numerosos NOSSA SENHORA DA GUIA, etc., em que GUIA é manifestamente um nome comum, o que aliás pode igualmente suceder com um ou outro dos exemplos apontados acima. Como se vê por GUIÃES, GUIA é também um nome de pessoa, cf. no *OM* o apelido GUIAN 1162, idêntico ao topónimo galego actual GUIAN, na província de Pontevedra, e talvez a VIÃO (HORTA DO VIÃO) no concelho de Setúbal. Como primeiro componente, o elemento GUI- está em *OM* GUI-ARIO 1090 e hoje nos nomes de lugares GUIA-MONDE e VIA-RIZ. A raiz do nome GUIA pode ser a mesma que a do substantivo GUIA e do verbo GUIAR: gót. *WEIDA «guia», que, pelo seu significado, se presta excelentemente à formação de nomes. Meyer-Lübke 52 e Sachs 100 admitem um étimo *WEIDS «longe», que me parece uma

construção bastante arbitrária. Finalmente, deve lembrar-se o gót. *WIDUS «madeira, bosque», proposto por Wrede, *Ostgoten* 69. Este último étimo tem a vantagem de ter correspondentes em bastantes dialectos germânicos, ao passo que *WEIDA aparece completamente isolado.

780. *Guiães (Vila Real).

É o genetivo em -ANIS do nome precedente.

781. Guiamonde (Arouca, Av).

Veja-se o art. GUIA. -MONDE é o genetivo de -MUNDUS < *MUNDA «protecção» que já conhecemos.

782. *Guiços (Póvoa de Lanhoso, B).

Ignoro se se pronuncia GUIÇOIS ou GUIÇÔES. No primeiro caso, tratar-se-ia dum plural ou do patronímico OM GUIZOIZ 1005 de GUIÇOR, nome de homem do séc. xv = VIZOR 992; veja-se o art. GUISSOI. No segundo caso deverá pensar-se num genetivo em -ONIS de OM VITIZA 926 (VITIZE 928), cf. GUITIZÁ na provincia da Corunha e GUIXÀ na Catalunha (ant. VITESANO 1011, GUISSANO 1385), apontado por Aebischer, *Les noms de lieux en -anum, -acum et -ascum de la Catalogne et du Roussillon*, 98, e Sachs 101. Sobre a raiz veja-se o art. GUIDÃO.

783. *Guidão (Marco de Canaveses, P).

Temos agora uma série de topónimos formados com o elemento GUID-, do gót. *WEITI «castigo», reconstruído pelo verbo FRA-WEITAN «vingar». GUID- pode também adoptar a forma GUED-, como vimos no art. GUEDES. GUIDÃO é o caso complemento de GUIDO, cf. OM GUITOM ap. 1258. Sachs 101 aponta também um nome de lugar GUIDA, no concelho de Bragança, que não encontro nos dicionários geográficos de que disponho e que seria o nome de homem VITA, apontado no art. GUIDO.

784. *Guide (Mirandela, Bça).

Vem do genetivo de GUIDO, cf. OM GUIDI, GUIDE 1258 = VIDE, séc. xv e hoje nas provincias de Pontevedra e Orense.

785. *Guidieiros (Taboão, Vis).

Não passa duma grafia diferente de GUEDEIROS, que já apontei.

786. *Guido (Paços de Ferreira, P).

Eis o caso sujeito de GUIDÃO. As formas medievais citadas no *OM* são: VITUS, UITUS 976, forma latinizada de VITA 1018 (patronímico VITAS 1018), VIDA, séc. XV, a não ser que se trate em VITA do nome latino-cristão VITA, que é uma tradução do hebr. CHAJIM «vida», cf. Spitzer, *Zeitschr. f. rom. Philologie*, XXXV, 272 e Meyer-Lübke, *Roman. Namenst.*, II, 53.

787. Guidões (Santo Tirso, P).

É um genetivo em -ONIS do nome que precede; cf. *OM* GUIDONES geogr. 1258.

788. *Guifões (1. Vila Nova de Famalicão, B; 2. Bouças, P).

Trata-se da VILLA GUIFFONES de 1258. Vejam-se os arts. GUEIFÃES e GUINFÃES.

789. Guilhabreu (Vila do Conde, P).

Vêm agora mais de vinte nomes compreendendo na primeira parte o elemento GUILH- que se identifica com o gót. WILJA «vontade», do verbo WILJAN «querer», cf. o ant. ingl. WILLAN, ant. alto alem. WELLEN, alem. mod. WOLLEN, lat. VELLE, gr. *βίβημι* «querer», etc. GUILHABREU é a villa GUILAVREU de 1258. A segunda parte do nome, -BREU, ant. -VREU, vem de -FREDUS < gót. *FRIÞUS «paz», que forma o primeiro componente de FERNANDE, FREAMUNDE e outros topónimos que já foram estudados. A evolução do grupo -FR- para -VR-, -BR- é normal em português: AFRICU > ÁVREGO, ÁBREGO, cf. Meyer-Lübke 57. O -F- sofre, como se vê — e como se verifica aliás também nas oclusivas seguidas dum -R- —, o mesmo tratamento que entre vogais: DEFENSA > DEVESA, AURIFICE > OURIVES. Observa-se contudo a tendência para restabelecer o -F-. A par de DEVESA existe DEFESA, com o mesmo sentido, e o genetivo de GUILHABREU, que no *OM* se escreve GUILHAVREI, pronuncia-se hoje GUILHOFREI. Veja-se também Sachs 106 JUBREU a par de JUFREU. Os nomes medievais portugueses compostos com WILHA, que se escreve VILI-, ULI- ou GUILI-, são tão numerosos que mal se podem citar todos. Eis alguns dos que se não conservaram como topónimos: UIL-INU 1096, VILIA-REDI 950, UILIA-RICO 984 (UILIA-RIGU 995), UILI-ARIO 950, GUILI-ANDI geogr. 1220, GUIL-OI 1220, GUILA-REU 1258.

790. Guilhada (Valença, Via).

Veja-se o art. GUILHADE. ¿Houve confusão com o sufixo -ADA ou formou-se um feminino de GUILHADO?

791. ***Guilhadães** (Feira, Av).

O sufixo -ÃES < -ANES indica que se trata dum lugar povoado por gente de **GUILHADO** ou **GUILHADE**. Como além das duas povoações chamadas **GUILHADE** em Portugal há mais três na Galiza (duas na província de Lugo e uma na de Pontevedra), que naturalmente entram também em linha de conta, é impossível identificar com segurança a terra de origem dos colonizadores. Veja-se também o art. **GUILHADESES**.

792. **Guilhade** (1. Marco de Canaveses, P; 2. Paredes, P).

Trata-se do genetivo de **GUILHADO**. Escreve-se em 1258 **GUILADI**.

793. **Guilhadeses** (Arcos de Valdevez, Via).

É uma formação análoga a **GUILHADÃES**, só com outro sufixo. Compare-se com **BRAGUESES** (Penafiel, P) de **BRAGA**. Não sei se haverá uma diferença cronológica entre os nomes de colonização formados com -ANES, -ÃES e os com -ÊNSES, -ESES; parece-me contudo que o primeiro tipo é o mais antigo. A localidade é mencionada no *OM* em 1258: **GUILADESES**.

794. ***Guilhado** (1. Barcelos, B; 2. Vila Pouca de Aguiar, VR).

Vem do nome *OM* **VILIATUS** 870, **VILIADUS** 1220, **UILLIATO** 1076 (patronímico **UILLIATIZ** 1008), geogr. **GUILADO** 1258, do gót. ***WILIHABUS**. O segundo componente, que já nos é familiar, significa «luta».

795. **Guilhafonso** (Folgueiras, P).

Representa o genetivo de **GUILHAFONSO**, cf. *OM* **UILLIFONSI** 1013 (?), **GUILFONXI** 1258, nomes geográficos. A forma galega é **GUILFONJE** (duas vezes na província da Corunha, uma na de Orense).

796. **Guilhafonso** (1. Arouca, Av; 2. Guarda).

Förstemann 1598 aponta o nome dum bispo de Viseu, **VILLIEFONS**, que tomou parte no concílio de Toledo em 688. No *Onomástico* encontro **VILIFONSO** 938 (patron. **VILIFONSIZ** 1072), **UILLIFONSO** 982, **UILLIEFONSUS** 976, **GUILHIFONSO**, **GUILFONSO**, **GUILFOSO** 1220 e finalmente o nome geográfico **GUILFOSSO** 1258. Na forma actual, interpretou-se a segunda parte do nome como sendo o nome **AFONSO**, quando é certo que só se trata do segundo componente deste último: *-FUNS «pronto, valente»; cf. o artigo **FONXE**. Sobre **AFONSO** = **ALFONSO** veja-se o art. **ALFONGE**.

797. **Guilhamil** (1. Felgueiras, P; 2. Guimarães, B; 3. Vila Verde, B).

Outro nome formado com *WILJA*. Não é raro no onomástico antigo, cf. *OM VILIEMIRUS* 959, *VILIAMIRO*, séc. XI, *UILLIAMIRUS* 964 (patronímico *UILLIAMIRIT* 1043, *UILLIAMIRIZ* 1036), *GUILHAMIRO*, *GUY-LAMIRO* 1220 (*GUILMIRIS*, *GUILHIMIRIZ*, *GUILMIRIZ* ap. 1220) e os antigos topónimos *GUILAMIRO*, *GUILAMIEIRO* 1258. Escusado será dizer que *GUILHAMIL* é o genetivo de *GUILHAMIRO*. Sobre -*MIL*, veja-se o art. *ARGEMIL*. Com outra «fugenvokal», temos *GUILHOMIL* e *GUILHEMIL*.

798. **Guilhão** (1. Vila do Conde, P; 2. Amarante, P).

Ao contrário do que sucede com os nomes anteriores, *GUILHÃO* é formado unicamente com *WILJA*. É o caso complemento de *OM GUILLA* 1258, fem. *GUULO* 1096, *GUULU* 1075, cf. *GUILHAM*, nome de homem do séc. XV, o mesmo que *WILIA* que se encontra em Cassiodoro, cf. Förstemann 1592. A *GUILHÃO* corresponde na Gáliza *GUILLÁN* (Pontevedra). O genetivo encontra-se em *GUILLE*, na mesma província.

799. ***Guilhavem** (Santo Tirso, P).

O segundo componente, -*VEM*, parece-me ser o gót. **WINS* «amigo», cf. ant. franc. *WINE*, ant. alto alem. *WINI*, lat. *VENUS* «amor», *VENIA*, etc. A vogal não está porém de acordo com -*VINHO*, de *GONDEVINHO*, veja-se este artigo.

800. ***Guilheira** (Arcos de Valdevez, Via).

É uma formação portuguesa de **GUILHO*, cf. o art. *GUILHÃO*, ou o feminino do nome que segue.

801. ***Guilheiro** (Trancoso, Guar).

Do nome medieval *UILLARIO* 950, cf. também *GUILHEIRO* na província da Corunha. O genetivo está em *GUILLAR* (Lugo e Pontevedra). Sobre -*ÉIRO* < *HARJIS* «exército», cf. o art. *BALTEIRO*.

802. ***Guilhemil** (Guimarães, B).

Vejam-se *GUILHAMIL* e *GUILHOMIL*. *GUILHEMIL* parece ser uma das localidades apontadas nestes artigos.

803. **Guilherme** (1. [Casal do] Azambuja, Lisb; 2. [Monte do] Almodóvar, Be; 3. [Quinta do] Ev; 4. S. Tiago de Cacém, Lisb).

Apesar de se conhecer um bispo de Coimbra de 969 chamado VILELMUS e o nome estar documentado mais duas vezes, uma em 1220: VILLELMO, e outra no foral de Atouguia, não parece tratar-se dum nome visigótico. A sua distribuição geográfica indica antes um nome francónico. Consultando a *Autroponímia* de Leite de Vasconcellos vejo confirmada esta opinião: «A palavra para nós vir-nos-ia pelo francês» (p. 50). O primeiro elemento é naturalmente o mesmo que nos nomes visigodos que aparecem nos topónimos precedentes. Outro argumento contra a origem gótica de GUILHERME está no facto de os godos, ao contrário do que sucede com outros povos germânicos, não possuírem nomes compostos com HILMS «elmo».

804. ***Guilhermes** (Évora).

Tanto pode ser um patronímico em -ICI como um plural de GUILHERME.

805. ***Guilherminho** (Ourique, Be).

É escusado dizer que é um diminutivo de GUILHERME.

806. **Guilhofrei** (Vieira, B).

Vem do genet. UULIAUREDI 949, GUILAVREI 1258 de GUILAVREU 1258, cf. o art. GUILHABREU. As grafias antigas de GUILHOFREI são: VILLA UULIABREDI 986, GUILAVREY 1258. Na província de Lugo temos GUILFREY.

807. **Guilhomil** (Guimarães, B).

Veja-se o artigo GUILHAMIL.

808. **Guilhovai** (1. Vila Nova de Famalicão, B; 2. Ovar, Av).

Do genetivo de OM UULIADUS 1043 (patron. UULIADIZ 1002), VILIUADO 982. Sobre o segundo elemento, vejam-se os arts. GONDIVAU e GONDIVAI.

809. **Guilhufe** (1. Barcelos, B; 2. Póvoa de Lanhoso, B; 3. 4. Penafiel, P; 5. 6. Guimarães, B; 7. Viana do Castelo).

A estes sete GUILHUFES vêm juntar-se dois na Galiza (Pontevedra e Corunha). O nome *WILLI-WULFS abunda no *Onomástico*: UULIUL-

FUS bispo 982, UULIULFU 991, GUILUFO, GUILOFO 1220. O genetivo, que deu GUILHUFÉ, está em UULIULFI 1059 (UULIULFICI 1092), GUILUFFI geogr. 1258. Sobre -UFE, veja-se o art. ADUFE.

[810. **Guila** (Ribeira de Pena, VR)].

Não sei se este nome pertencerá ainda a WILJA «vontade». A lo calidade aparece documentada em 1258. GUILA exige uma base WILL-, que se poderia ter formado de WILJ- por assimilação. Förstemann 1593 traz de facto muitos nomes que principiam por WILL-.

811. ***Guim** (Feira, Av).

Nas *Inquirições* de 1258 encontra-se um nome geográfico GUIN que deve ser idêntico a GUIM. ¿Virá do genetivo latinizado *VIMI, do nome de homem OM VIMA 1032? A par de GUIM existe porém um topónimo GUINS, cujo final indica um patronímico em -ICI e que não se pode explicar por *VIM-ICI, que havia de dar *GUIMES. Por esta razão, teremos de recorrer antes ao nome de mulher GUINA 1083 (GUIN-ILLI 874).

812. ***Guimara** (Cantanhede, Coim).

As formas documentadas deste nome são as seguintes: UIMARA, VIMARA 867-912, UIMERA 1002-1098, GUIMARUS 1009, GUIMARA 1220 (patronímico GUIMARAZ 1220, cf. hoje uns nove GUIMARÁS na Galiza). O primeiro componente VI-, GUI- representa certamente o gót. *WEIG- «luta», cf. ant. ingl., ant. sax., ant. alto alem. WIG, que está, por exemplo, em OM GUI-MIRO 958, hoje GUIMIL na Galiza (cinco vezes). Meyer-Lübke 52 e Sachs 100 pensam também em WEIHS «santo». Identifico GUIMARA com WIGMAR, apontado por Förstemann 1586. Existe a variante GUIMBRA, com supressão do primeiro -A-, que não sei explicar bem. O acento deve ter recuado para a primeira sílaba, originando um -B- epentético entre o -M- e o -R- como em OMBRO < HŪMERUS.

813. **Guimarães** (1. Mangualde, Vis; 2. Viseu; 3. Amarante, P; 4. Guimarães B; 5. Baião, P; 6. Tórres Vedras Lisb; 7. Vila Nova de Gaia, P; 8. [Quinta do] Viseu).

É o genetivo em -ANIS do nome de pessoa GUIMARA; cf. OM VIMARANES geogr. 931-950, UIMARANES 960, etc., Sachs 100 e Aebischer 27. O que admira é que se escreva sempre GUIMARÃES e nunca, análogamente a GUIMBRA, *GUIMBRÃES.

814. **Guimaré** (Monsão, Via).

Só se pode tratar, que eu saiba, do mesmo nome que GUIMAREI ou GUIMAREU do art. 816.

815. **Guimarece** (Baião, P).

Apesar da grafia um pouco desconcertante, não creio enganar-me reconhecendo em GUIMARECE o patronímico UIMARIZ 922, VIMARIZ 1018, GUIMARIZ 1040 de GUIMARIGUS 951. Este nome contém um elemento GUIM- que não me é possível relacionar com nenhuma raiz germânica. Sachs 100 admite que GUIMAR se interpretou como nome simples susceptível de entrar na composição de novos nomes. Formulada assim, a explicação não é bem clara. Talvez se tivesse feito mal a distinção dos componentes de GUIMARA, GUIMAR: GUIM-AR (-AR = *HARJIS), em vez de GUI-MAR, donde resultou considerar-se GUIM- como elemento formativo, com o qual se criou GUIMA-RIGUS que já citei, GUI-MIRO 958 (GUIMIRICI 924) = GUIMIL que é o nome de cinco localidades galegas, e GUIMA-REDO, de que trato no artigo a seguir.

816. **Guimarei** (1. Amarante, P; 2. Santo Tirso, P).

No *Onomástico* vem uma VILLA UIMAREI 1048, GUIMAREY 1258. Trata-se do genet. *VIMA-REDI de VIMAREDO 957, UIMAREDO 1043 (UIMAREDIZ 1008), UIMAREU 958, UIMAREO, séc. XI. Sobre GUIM-, veja-se o artigo precedente, sobre -REU, -REI < *REPS «conselho», DAREI, ESCAREI, GAREI, etc.

817. ***Guimarôa** (Vila Franca de Xira, Lisb).

É uma forma feminina moldada sobre um suposto *GUIMARÃO < *VIMARANEM, caso complemento de VIMARA, GUIMARA, de que tratei no art. 812.

[818. ***Guimbães** (Póvoa de Lanhoso, B)].

É possível que venha dum nome visigodo *WINI-BANUS, formado de WINS «amigo» (cf. o art. GUEIFÃES) e BANA, que temos em nomes como FROTBANUS, HARDOBANUS, ECOBAN, etc., cf. Förstemann 244.

[819. ***Guimbôa** (Paredes, P)].

Temos aqui um caso análogo a GUIMARÔA. GUIMBÔA faz supor um nome de homem *GUIMBÃO, de que GUIMBÃES seria o genetivo e GUIMBÔA um novo feminino.

820. **Guimbra** (1. Feira, Av; 2. Caminha, Via; 3. Felgueiras, P; 4. Santa Marta de Penaguião, VR; 5. Sinfães, Vis; 6. Celorico de Basto, B; 7. Paredes, P; 9. Arcos de Valdevez, Via).

Veja-se o artigo GUIMARA e os dois topónimos a seguir.

821. **Guimbras** (1. Vieira, B; 2. Coimbra).

Trata-se do patronímico em -ACI do nome precedente e corresponde aos numerosos GUIMARAS na Galiza, cf. o art. GUIMARA e OM UIMARAZI 1080, UIMARAZ 1043, VIMARAZ 1071.

822. **Guimbres** (Póvoa de Varzim, P).

A *Chorographia Moderna* escreve GUIMBRIZ. É o patronímico em -ICI de GUIMARA = GUIMBRA, cf. OM UIMARIZ 922, VIMARIZ 1018, GUIMARIZ 1040, GUIMIRICI 924, GUIMIRIC 1075, etc.

823. **Guindaes** (1. Resende, Vis; 2. Amarante, P).

A segunda das duas localidades deve ser idêntica à VILLA GAIN-DANES do OM 1258. Vê-se que GUINDAES não se formou da raiz WIND-, como supõe Sachs 102, mas representa um genetivo em -AXIS de GALINDUS = GAINDO do art. 522.

824. ***Guindas** (Lousada, P).

É um patronímico em -ACI de GAINDO, veja-se o artigo anterior. A par de GALINDUS parece ter existido a forma, não latinizada, GALINDA, que explicaria também melhor GUINDAES.

825. ***Guinde** (Paços de Ferreira, P).

Veja-se o artigo GUENDE. Parece tratar-se da mesma localidade.

826. ***Guindo** (Paredes, P).

É o mesmo que GAINDO. Veja-se também GUINDAES e GUINDAS.

827. ***Guinfães** (Maia, P).

Esta forma é tirada da *Chorographia Moderna*. É o mesmo nome e a mesma freguesia que GUEIFÃES, art. 765.

828. ***Guinheiro** (Lousada, P).

Não encontrei formas antigas deste topónimo. A meu ver representa um nome gótico *WINI-HARJIS = Förstemann 1614 VINIHERI,

VINIAR, etc., sendo o primeiro componente WIN- de *WINS «amigo», cf. o art. GUEIFÃES, e o segundo HARJIS «exército», latinizado em -ARIUS.

829. *Guins (Sinfães, Vis).

Veja-se o artigo GUIM e OM GUINIZI ap. 1012.

830. *Guio (Ponte do Lima, Via).

Veja-se o artigo GUIA e OM GUIO ap. 1258.

831. *Guissoi (1. Esposende, B; 2. Águeda, Av).

Este topónimo foi colhido na *Chorographia Moderna*. A avaliar pelas formas antigas apontadas no *Onomástico*: VIZOI 973, VIZOY 973, GUIZOI 1057 (nomes de homens, com o patronímico GUIZOIZ 1005), GUIZOY geogr. 1258, deveria escrever-se hoje GUISOI. O elemento -oi já o conhecemos, cf. os arts. BALDOI, CENDOI, etc., e Meyer-Lübke 83, Sachs 116. Quanto ao primeiro componente GUIS-, que temos também em OM GUISO, GUISI, GUISO-RIZ 1220, VISA-RIDUS 924, VIS-OTO 1314, CASAL DE GUISA-MAR 1220 e nos topónimos galegos GUIZÁN e GUISA-MONDE, explica-se como sendo o gót. WEIS «sábio», cf. ant. ingl., ant. sax., ant. franc., ant. alto alem. WIS, ou *WISUS «bom», que entra por exemplo no nome dos VISIGODOS, cf. Wrede, *Ostgoten* 132.

832. *Guivães (Castelo de Paiva, Av).

Admitindo que a pronúncia dêste nome é GÜIVÃES, há-de ver-se nêle uma variante de GOIVÃES = GOUVÃES, vejam se estes artigos.

833. *Guisandaria (Alenquer, Lish).

É um nome comum formado do nome de pessoa que se estuda no artigo seguinte.

834. Guisande (1. Sinfães, Vis; 2. Amares, B; 3. Feira, Av; 4. Braga).

Há mais sete GUISANDE na Galiza. Trata-se do genet. OM GUI-SANDI geogr. 1220, de UISANDO 950 = GUISANDO na provincia de Ávila. A separação das duas raízes que formam este nome pode fazer-se de duas maneiras: GUIS-ANDE, pertencendo neste caso a WEIS ou *WIS apontados no artigo GUISSOI, ou GUI-SANDE que se explicaria por WEIG- do art. GUIMARA. Como o elemento -SAND(E) <SAXÞS «verdadeiro», ou talvez SANDJAN «mandar», é relativamente

frequente no onomástico antigo, ao passo que -AND(E) só se encontrou no topónimo, aliás duvidoso, ALPANDE, deve dar-se antes a preferência à segunda interpretação. Veja-se também Wrede, *Ostgoten* 101, que explica GUI SANDO como vindo do gót. *WISANDS = ant. ingl. WESAND, WESEND, ant. alto alem. WISUNT, alem. mod. WISENT «bisonte».

835. **Gulfar** (1. Trancoso, Guar; 2. Guarda).

São as mesmas localidades que as apontadas no artigo GOLFAR.

836. **Gulfe** (1. Arouca, Av; 2. Feira, Av).

Vem do genetivo de GOLFO que expliquei por VOLOLF, cf. o art. 645. Talvez seja melhor interpretar GOLFO como sendo o nome GAUDULFO apontado por Förstemann 621. Sobre GAUD- veja-se o art. GOIVA.

837. ***Gumirães** (Viseu).

Vejam-se os artigos GOIMIL, GOMIRÃO e OM GUMIRO 976, GUMIRIZ 1072. Não é também impossível que GUMIRÃES seja uma variante de GOMARÃES, art. 647.

838. ***Gundão** (Santo Tirso, P).

É o mesmo que GONDÃO.

839. **Gundar** (Chaves, VR).

Veja-se o artigo GONDAR. Há também um GUNDAR na provincia da Corunha.

840. **Gunde** (Felgueiras, P).

Vejam-se os artigos GONDE e GONTE.

841. ***Gundeiro** (Santa Marta de Penaguião, VR).

Da *Chorographia Moderna*. Trata-se da mesma localidade que GONDEIRO n.º 3.

842. ***Gundela** (Resende, Vis).

Veja-se o artigo GONDELÃES.

(Continua).

JOSEPH M. PIEL.

Fonética experimental

Crítica do método quimográfico (II)

No artigo anterior fizemos um estudo crítico das curvas orais quimográficas. Vamos agora apreciar os quimogramas laringeos e, seguidamente, as curvas quimográficas da actividade nasal.

Esclarecemos, novamente, que os quimogramas nasais, orais e laringeos, são as curvas mais frequentes, obtidas com o auxílio do método quimográfico.

E sobre estas curvas que pretendem traduzir, gráficamente, a actividade oral, nasal ou laringea, que a nossa crítica incide directamente.

*

Na apreciação das curvas laringeas, procederemos de forma semelhante à adoptada na critica das curvas orais. Principiaremos por analisar, nos seus detalhes técnicos, um inscridor de curvas laringeas.

Inscridor laringeo:

A inscrição das vibrações laringeas é realizada por meio dum inscridor laringeo.

O que se disse a respeito dos variados tipos de inscridores orais, deve repetir-se a respeito dos inscridores laringeos. Há, também, variados tipos que não diferem, uns dos outros, essencialmente. O modo como todos funcionam é o mesmo: As vibrações laringeas, captadas com auxílio duma cápsula (cápsula receptora) são transmitidas a uma segunda cápsula munida duma membrana (cápsula reveladora) por intermédio dum tubo de borracha (tubo de ligação). A membrana da cápsula reveladora está ligada a uma alavanca inscritora, que inscreve sobre a superfície coberta de negro de fumo, do cilindro registador, os movimentos provocados pelos movimentos da membrana. Esta, por sua vez, reage perante as vibrações que lhe são transmitidas pela cápsula receptora, por intermédio do tubo de ligação.

O sistema inscridor laringeo consta das seguintes partes: *a)* Cápsula receptora; *b)* Tubo de ligação; *c)* Válvula; *d)* Cápsula reveladora; *e)* Membrana; *f)* Ligamento; *g)* Alavanca; *h)* Inscridor.

Finalmente, há a considerar a superfície móvel, recoberta de negro de fumo, sobre a qual se realiza a inscrição quimográfica.

Vamos analisar, separadamente, cada uma das partes do sistema:

a) Cápsula receptora: — Pode apresentar vários formatos, sendo a cápsula de forma cônica a mais empregada. O vértice do cone permite a ligação dum tubo de borracha (tubo de ligação). A base do cone pode ser aberta ou recoberta por uma membrana. Apoiando a base do cone, aberta ou fechada por uma membrana, sobre a região laringea, as vibrações laringeas, transmitidas através dos tecidos da região laringea, provocam vibrações correspondentes do ar encerrado na cápsula receptora.

As dimensões duma cápsula reveladora são geralmente reduzidas — cerca de 10 milímetros de altura por 30 milímetros de diâmetro (na base).

A cápsula reveladora é geralmente apoiada sobre a região laringea, com auxílio do polegar e do indicador. Acontece, porém, que, desta forma, a pressão com que a cápsula se apoia sobre a região laringea pode sofrer oscilações. Estas oscilações provocam movimentos da membrana da cápsula reveladora que se prestam a falsas interpretações. Este inconveniente, embora atenuado quando o experimentador é um foneticista treinado, não é facilmente eliminável. Em alguns sistemas, a cápsula é mantida sobre a região laringea com auxílio duma fita ou colar que se aperta em volta do pescoço. Mas este processo não tem dado resultados aproveitáveis, tendo sido pôsto de parte pela maioria dos foneticistas.

O emprêgo duma almofada de borracha¹, igualmente colocada sobre a região laringea com auxílio dum colar, oferece, também, inconvenientes, pois qualquer movimento do pescoço pode provocar um desvio do inscridor.

Quer empregando a simples cápsula ou a almofada como receptores, os desvios do inscridor que podem ocasionar, não terão importância de maior se os desvios do traçado, positivos ou negativos, não forem interpretados como revelações especiais da actividade laringea. Os movimentos de deslocação, acusados pelo traçado, não devem ser aproveitados como dados susceptíveis de interpretação, o que nem sempre tem sido observado pelos foneticistas. Tais desvios, revelados pelo traçado laringeo, não oferecem garantia de fidelidade.

¹ Ver: *Scripture, Anwendung der graphischen Methode auf Sprache und Gesang.*

b) Tubo de ligação:—Este tubo, de borracha, liga a cápsula reveladora à cápsula receptora. O seu comprimento e diâmetro varia segundo as circunstâncias, devendo estar em relação com a sensibilidade do inscridor. O seu diâmetro mede, geralmente, cerca de 5 milímetros. A sua espessura é também variável.

O tubo de ligação actua como factor de absorção. Como a energia captada pela cápsula reveladora, no caso duma inscrição laringea, é muito menor do que a energia que motiva os deslocamentos dum inscridor oral, assume, aqui, maior importância o facto duma parte dessa pequena energia ser absorvida pelo tubo de ligação, além doutras perdas inevitáveis. O grau de sensibilidade dum inscridor laringeo é muito prejudicado pelo tubo de ligação, cujo coeficiente de absorção varia, principalmente, segundo o seu comprimento, diâmetro e espessura.

Dissemos, já, que a existência de tubos de ligação pneumática, dificulta a sincronização de inscrições simultâneas.

c) Válvula:—Colocada entre a primeira e a segunda parte do tubo de ligação, a válvula permite igualar a pressão interior do sistema, à pressão exterior, depois de aplicada, sobre a região laringea, a cápsula receptora.

Quando a cápsula receptora está apoiada sobre a região laringea, é diminuída a capacidade do sistema pneumático, de forma que o ar por elle encerrado, sofre um aumento de pressão, correspondente à diminuição de volume. É por esta razão que o inscridor sofre desvios, se fizermos variar a força e a maneira de apoio da cápsula receptora sobre a região laringea.

Quando o foneticista realiza uma inscrição laringea, depois de ter apoiado a cápsula receptora sobre a região laringea do locutor, abre a válvula um momento. A alavanca inscridora que sofrera um desvio, volta, então, à linha-zero.

d) Cápsula reveladora:—Como a cápsula reveladora oral, pode actuar, em maior ou menor grau, nos fenómenos de ressonância. As suas dimensões são geralmente muito menores do que as duma cápsula oral. Muitos inscridores laringeos apresentam um diâmetro de, aproximadamente, 15 milímetros, por 5 milímetros de altura.

e) Membrana:—A membrana que reveste a cápsula reveladora é, no geral, do mesmo material das membranas empregadas nas inscrições orais. Difere no diâmetro, que é menor, e no grau de tensão, que é elevado.

Tratando-se duma cápsula laringea, pretende-se que a sua membrana esteja apta a reagir perante os movimentos vibratórios. Não

se dispondo dum meio, que nos possa garantir um determinado grau de tensão da membrana, esta pode, já, por esta razão, apresentar variados graus de sensibilidade. Seguindo os usuais preceitos, a membrana deve ser tendida até ficar transparente, o que corresponde a um grau de tensão muito elevado. Acontece, porém, que as membranas vulgarmente empregadas, quando fortemente tendidas, rompem-se com frequência, e raramente se pode realizar uma série de experiências, com a mesma membrana. Alguns foneticistas, procuram remediar o mal, empregando, como membranas, materias elásticas, mais resistentes, com prejuízo para a sensibilidade do inscritor. As membranas muito resistentes, embora muito tendidas, não reagem suficientemente perante amplitudes relativamente pequenas, contribuindo para a inexactidão dos dados obtidos com auxílio do método quimográfico,

Por outro lado, a mudança das membranas, contribui para dificultar, ou mesmo invalidar, um estudo comparativo dos gráficos obtidos. As inscrições realizadas com diversos inscritores laringeos, ou com um mesmo inscritor a que foram adaptadas, uma após outra, duas ou mais membranas, não poderão permitir uma análise comparativa dos valores revelados, se estes dependerem do grau de sensibilidade oferecido pelo sistema.

Além da tensão da membrana, como factor de modificação da sensibilidade, há que atender a outros agentes de deformação, como seguidamente esclarecemos.

f) Ligamento: — Os inconvenientes provocados pela peça de ligação, da membrana com a alavanca, já apontados, quando falamos dos inscritores orais, subsistem, em princípio, no caso de se tratar dum inscritor laringeo. Todavia, como não há grandes desvios a registar, como os provocados pelos movimentos de massa, a alavanca pode ser directamente ligada à membrana, sem intervenção de peças articuladas. Em alguns inscritores, a alavanca inscritora apresenta um cotovêlo que se apoia sobre um pequeno disco de alumínio, ou cartão, colocado sobre o centro da membrana. Aproximando, mais ou menos, a alavanca da cápsula, assim o cotovêlo se apoiará, com maior ou menor pressão, sobre o disco central. A elasticidade da membrana e flexibilidade do braço metálico da alavanca, permitem uma maior ou menor aproximação. O inscritor de Calzia-Schneider, é um escritor laringeo, que apresenta as características apontadas¹.

¹ Consultar: Pancocelli-Calzia, *Das Hamburger experimentalphonetische Praktikum*.

Como as peças acessórias reduzem, necessariamente, o grau de sensibilidade destes sistemas, são os sistemas complicados que têm conduzido a piores resultados. Esses sistemas complicados oferecem, muitas vezes, uma maior segurança que é apenas aparente, permitindo obter traçados mais facilmente, cujo aspecto nada deixa a desejar. Se, porém, submetemos estes sistemas de valor illusório, a uma série metódica de experiências, destinadas a pôr à prova a sua sensibilidade, constataremos a sua insuficiência.

g) Alavanca:—Absolutamente indispensável na inscrição de desvios tão exíguos, como os provocados pelas vibrações laringeas, por intermédio do processo quimográfico.

A exiguidade das amplitudes das vibrações da membrana da cápsula reveladora, obriga a dar ao braço inscridor da alavanca comprimentos demasiados em relação à energia de que dispomos, tornando ainda menor, o grau de sensibilidade do inscridor.

Não se deverá esquecer que o conjunto das peças de que se compõe o inscridor, propriamente dito, formam um sistema vibratório, cujas características são propícias ao fenómeno da ressonância. Determinadas frequências são favorecidas, ao passo que outras são contrariadas.

Ainda que nos limitemos a exigir, dum inscridor laringeo quimográfico, a revelação das zonas vozeadas e das zonas áfonas, e simultaneamente a frequência das vibrações laringeas, para o que bastará medir o comprimento das ondas reveladas, a sensibilidade do inscridor é insuficiente para que possamos delimitar com segurança as referidas zonas vozeadas e zonas áfonas, havendo, ainda, objecções a formular no que diz respeito à revelação do comprimento de onda.

h) Inscridor:—O triângulo de cartão endurecido, celulóide, ou outro material, que forma, propriamente, o inscridor, é igual ao adaptado às alavancas dos inscridores orais.

Como os desvios sofridos pela alavanca inscridora são relativamente pequenos, e conseqüentemente, também o são, os arcos de círculo descritos sobre o negro de fumo, praticamente, o inscridor não deixa de tocar a superfície sobre a qual se realiza a inscrição, pelo facto de se tratar duma superfície cilíndrica. Tal facto tem grande importância, tratando-se da inscrição de movimentos de massa, como vimos, ao falarmos dos inscridores orais.

A tensão com que o vértice do triângulo inscridor se apoia sobre o negro de fumo é, portanto, sensivelmente, a mesma. Mas há a considerar a energia que provoca os movimentos do inscridor, que

é diminuta, exigindo que as resistências a vencer sejam reduzidas ao mínimo. E, mesmo quando reduzidas ao mínimo, não podem garantir uma exactidão aceitável.

Pelo que diz respeito ao triângulo, este deve tocar o negro de fumo, tão levemente quanto possível, a fim de reduzir, também quanto possível o atrito a vencer, provocado pela própria inscrição. Com o auxílio de parafusos micrométricos, especialmente adaptados aos inscrictores ou seus suportes, podemos aproximar ou afastar gradualmente o triângulo inscriptor do cilindro do quimógrafo, mas o operador, aumentando ou diminuindo o grau de tensão que neste caso o interessa, não deixa de ignorar o seu valor. Os velhos mestres da quimografia pretendem resolver questões como estas, com uma longa prática, a qual conduzirá o foneticista a operar nas melhores condições. No caso presente, a simples inspecção duma curva laringea, desde que estejamos treinados nessas observações, revelará se foram, ou não, perfeitas, as condições em que realizamos a experiência. Se o traçado é muito grosso, isso significa que o inscriptor está apoiado, com demasiada tensão, sobre o negro de fumo. Deveremos, simplesmente, manobrar o respectivo parafuso micrométrico de forma a afastar o triângulo inscriptor, até que o traçado passe a surgir normal. Se, pelo contrário, o traçado apresenta interrupções, embora o som pronunciado, tivesse sido um som, continuamente vozeado, isso indicar-nos-á que o triângulo inscriptor não está suficientemente aproximado do negro de fumo.

Os conselhos técnicos que figuram nos manuais tradicionais da fonética experimental, seriam suficientes para nos provarem quanto é impreciso o método quimográfico. Suponhamos que o foneticista pretende realizar a inscrição laringea duma frase. Montado o dispositivo, principiará por provocar uma série de inscrições preliminares, com o fim de se informar sobre as condições em que vai realizar a sua inscrição definitiva. Admitindo que a primeira inscrição obtida para um som vozeado, acusou uma demasiada aproximação do inscriptor, repetirá a experiência depois de ter dado ao triângulo inscriptor um maior afastamento. Após variadas tentativas, imaginemos que o nosso foneticista obtém agora uma série descontínua de ondas, apesar de o som emitido ter sido sempre o mesmo som vozeado. Estará então aconselhada a manobra contrária, do respectivo parafuso micrométrico. E se o operador é exigente, embora desconheça ainda, os principais inconvenientes do sistema, repetirá as provas pacientemente. Mas se é bom observador, em breve poderá constatar que a passagem da emenda do papel, ao rodar o cilindro,

Ihe dificulta extraordinariamente o seu desejo de exactidão e que, antes de conseguir regular as condições da inscrição, já o inscritor atingiu o final da superfície de inscrição disponível, obrigando-o a substituir o papel defumado. E uma tal substituição equivale a ter de recommençar a longa série de tentativas. E se prestarmos um pouco de atenção a essas experiências preliminares, seremos frequentemente levados a duvidar, fortemente, do valor científico duma inscrição fonética, quimográfica. Como explicar, no caso exposto, que uma série continua de vibrações laringeas possa provocar uma inscrição descontínua de ondas? As razões podem ser variadas, mas seja qual fôr o motivo, uma tal inscrição prova-nos que as condições que presidiram à experiência, não se mantiveram inalteradas durante a emissão do som vozeado proferido. Como no caso apresentado, sabemos que o som emitido foi um som vozeado, por exemplo um «z», diremos que o aparelho estava mal regulado. Mas se tal não tivesse sucedido durante uma prova, e tivesse ocorrido durante uma inscrição definitiva, o resultado seria, como tantas vezes acontece, uma recolha de dados errôneos.

Se as condições que presidem à inscrição podem variar durante uma prova, o mesmo poderá succeder posteriormente. Basta que o inscritor esteja demasiadamente apoiado sobre o negro de fumo, para poder deixar de acusar uma determinada série de vibrações laringeas—deixando de reagir perante as vibrações laringeas, o inscritor limitar-se-á a traçar uma linha desprovida de ondulações, que pode ser interpretada como uma zona áfona.

Quando, por qualquer motivo, o inscritor abandona a superfície de inscrição, deixando, aqui e além, de produzir uma linha-zero, ou deixa de inscrever os seus movimentos, o operador aproxima o inscritor até obter continuidade na inscrição. Esquece-se, geralmente, que essa aproximação vai afectar a sensibilidade do inscritor. A falta de continuidade na inscrição pode ser provocada por variadas deficiências, que, devidamente eliminadas, obstaríam a uma demasiada tensão do inscritor sobre o negro de fumo. Por ignorância ou comodidade, o experimentalador comum, prefere remediar a dificuldade aproximando mais o inscritor da superfície de inscrição, quando este deixa de a tocar. Tal prática só estaria indicada se o inscritor deixasse de tocar o negro de fumo, em qualquer dos seus pontos, e não apenas neste e naquele ponto.

Uma maior tensão de apoio do triângulo inscritor, aumenta a resistência, diminuindo, portanto, a possibilidade do inscritor reagir perante as menores energias que devem provocar uma inscrição.

Não se esqueça que a sensibilidade dum inscridor laringeo, quimográfico, é tam deficiente, que operando mesmo nas melhores condições, raramente se conseguem obter quimogramas laringeos aproveitáveis, quando os sons são proferidos por uma voz feminina. Alguns autores confessam, até, que os seus inscridores reagem mal, ou nem mesmo reagem, perante determinados sons vocálicos isolados¹.

Superfície de inscrição: Vimos, já, que o inscridor oral tem a vencer uma resistência que varia segundo o afastamento da linha-zero e segundo a espessura do negro de fumo. No caso duma inscrição laringea, como os afastamentos são muito pequenos, podemos abstrair da primeira causa. Aqui, o factor mais importante, de valor variável, a considerar, é a espessura do negro de fumo. Se a camada de negro de fumo que recobre a tira de papel, não está distribuída homogeneamente por toda a superfície, a resistência que o inscridor tem a vencer será variável. Não se dispondo dum meio que nos garanta uma deposição do negro de fumo, perfeitamente homogênea, a resistência a vencer, difere dum momento para o outro. Ao contrário do que seria para esperar, muitos experimentadores empregam processos muito imperfeitos, com os quais é impossível conseguir uma deposição homogênea do negro de fumo. Um dos processos mais aperfeiçoados, é o seguinte: O cilindro do quimógrafo é destacável e adaptável a um eixo dum defumador. A rotação do eixo a que é adaptável o cilindro do quimógrafo, provoca a deslocação duma chama defumadora, de forma que, se o cilindro roda, a chama desloca-se. O eixo do defumador deve, porém, ser pôsto em rotação com o auxilio dum motor apropriado e não movido à mão, como geralmente se procede. A velocidade de rotação do cilindro, deve ser uniforme para que a deposição do negro de fumo se dê duma forma regular².

A fim de tornar evidente a influência exercida sobre a inscrição por uma camada de negro de fumo irregular, fizemos a seguinte

¹ Ver, por exemplo: Ernst Selmer, *Ein neuer Reiseregistrierapparat für experimentalphonetische Zwecke*: «Der Kehltonschreiber ist derselbe wie beim alten». *Reisekymographion*, nur etwas mehr schräg zur Schreibfläche angebracht. Die Membrane kann mitunter etwas launisch sein und auf einzelne vokalische Reize, wie z. B. a, nur schlecht oder überhaupt nicht reagieren, eine Erfahrung die man übrigens bei vielen Larynxschreibern macht.

² Consultar, entre outros: *Scripture, Anwendung der graphischen Methode auf Sprache und Gesang*, pág. 2; *Research and Students' Apparatus for Physiology, Pharmacology, Psychology, Bacteriology, Phonetics, Botany, etc.*, manufactured by C. F. Palmer (London) Ltd.

experiência: Ligámos um dos braços dum diapasão eléctrico com a membrana duma cápsula vulgar de inscrição. A haste do diapasão, ligada à membrana, era munida dum triângulo inscriptor que foi devidamente aplicado sobre a tira de papel defumado dum quimógrafo duplo. Quando o diapasão vibrava, os seus movimentos eram inscritos, como se se tratasse duma inscrição cronográfica, vulgar. A cápsula cuja membrana era obrigada a executar as vibrações do diapasão, foi ligada, pneumáticamente, a uma segunda cápsula. Esta segunda cápsula, munida de alavanca inscritora, inscrevia os movimentos da sua membrana, sobre o mesmo cilindro do quimógrafo. Ambos os sistemas inscriptores (diapasão e cápsula inscritora) foram sincronizados. Atendendo ao fim que tínhamos em vista, defumámos a tira de papel, que ia receber as inscrições do diapasão e cápsula, muito irregularmente, provocando uma deposição não homogénea do negro de fumo. As duas curvas, obtidas simultâneamente, pelo processo indicado, apresentaram curiosas diferenciações, nos lugares onde a camada de negro de fumo variava muito em espessura¹. A curva inscrita pela cápsula, provocada pelas vibrações do diapasão, apresentou zonas de grande diferenciação, em lugares onde a curva correspondente, directamente inscrita pelo diapasão, não revelava modificações apreciáveis. É claro que as duas inscrições foram feitas em níveis diversos, distando um do outro, cerca de trinta milímetros.

Manobrando o parafuso micrométrico (do suporte ou da cápsula) de forma a afastar ou a aproximar o inscriptor duma cápsula a que são transmitidas vibrações dum valor constante, podemos obter, também, curiosas curvas que nos revelam como a resistência variável, motivada pela própria inscrição, pode actuar como agente de modificação do quimograma.

Se a fonte vibratória deixa de ser um diapasão, ou qualquer outro agente cujas características conhecemos, e os movimentos inscritos são provocados pela fonação, não poderemos garantir que as modificações reveladas pela curva correspondem a variações fónicas. Também não podemos garantir que todas as variações fónicas tenham sido assinaladas pela curva.

Em vários tipos de inscriptores laríngeos, mais ou menos complicados, tem-se procurado resolver as dificuldades de inscrição, aumentando o comprimento do braço inscriptor da alavanca. Tal processo

¹ Ver: Lacerda, «Die Chromographie» nos *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, t. x.

afecta o grau de sensibilidade do inscridor, reduzindo-o. Sabemos que a alavanca inscritora deve ser tam curta e tam leve quanto possível. (Experiências de Frank). O modelo que nos deu melhores resultados, tanto quanto o pode permitir o método quimográfico, foi o inscridor de Weitkus, o qual é ao mesmo tempo o modelo mais simples¹. Também empregámos êste inscridor, como registador da actividade nasal, obtendo resultados muito superiores aos que nos foi possível conseguir, empregando inscridores nasais vulgares.

Curvas laringeas: — Com o auxílio dos inscridores laringeos, tem-se pretendido obter traçados que revelam o lugar e o grau de sonoridade, e, ainda, a frequência; vejamos o que há a dizer quanto à revelação do lugar e grau de sonoridade, por intermédio dum quimograma laringeo.

Observemos o traçado obtido para o grupo *aba*, constituído por fonemas portugueses e reproduzido na fig. 1. O referido traçado compõe-se das seguintes inscrições: Inscrição cronográfica (Z); inscrição labial (L); inscrição nasal (N); inscrição de referência ou linha-zero (Null); inscrição oral (M); inscrição laringea (K). É esta última inscrição (K) que presentemente nos interessa e que passamos, portanto, a analisar:

O ponto 1 foi encontrado com auxílio da curva oral e corresponde ao ponto em que se iniciou a saída de ar surdo. O ponto 2 assinala, tanto na curva laringea como na curva oral, o início das vibrações. Quanto à zona 1-2, discutimos já, anteriormente, a sua importância, não nos interessando, agora, saber se essa zona 1-2 deve ser delimitada como zona constituinte do fonema correspondente (*á*), ou não².

Como a correspondência dos pontos das curvas que formam o traçado, foram encontradas por intermédio dum rectificador de cor-

¹ Neste modelo a alavanca metálica foi substituída por um fino caule duma graminéa, e a peça de ligação por um pequenino rectângulo de celulóide. Êste rectângulo de celulóide assenta com um dos seus topos sobre a parte central da membrana da cápsula inscritora; sobre o seu tópo superior assenta o caule que serve de alavanca. Uma das extremidades do caule é colada a uma pequena lingüeta de celulóide; a sua outra extremidade, livre, é munida dum triângulo inscridor, também de celulóide e de dimensões muito reduzidas. Construído de forma tam simples e empregando materiais muito leves, reduzindo ao mínimo os atritos a veneer, êste inscridor apresenta um grau de sensibilidade muito superior ao dos restantes inscridores quimográficos. Ver: Lacerda, «Die Chromographie», nos *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, t. x.

² Consultar: Menzerath-Lacerda, *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung*.

respondências de curvas simultâneas, concluímos que as vibrações orais se iniciaram no mesmo momento em que se iniciaram as vibrações laringeas.

Do ponto 2 ao ponto 3 (K) figura uma zona vozeada. Diremos, portanto, que toda a emissão do grupo *ábat*, com excepção do trecho 1-2, foi vozeada. A inserção laringea revela-nos, de facto,

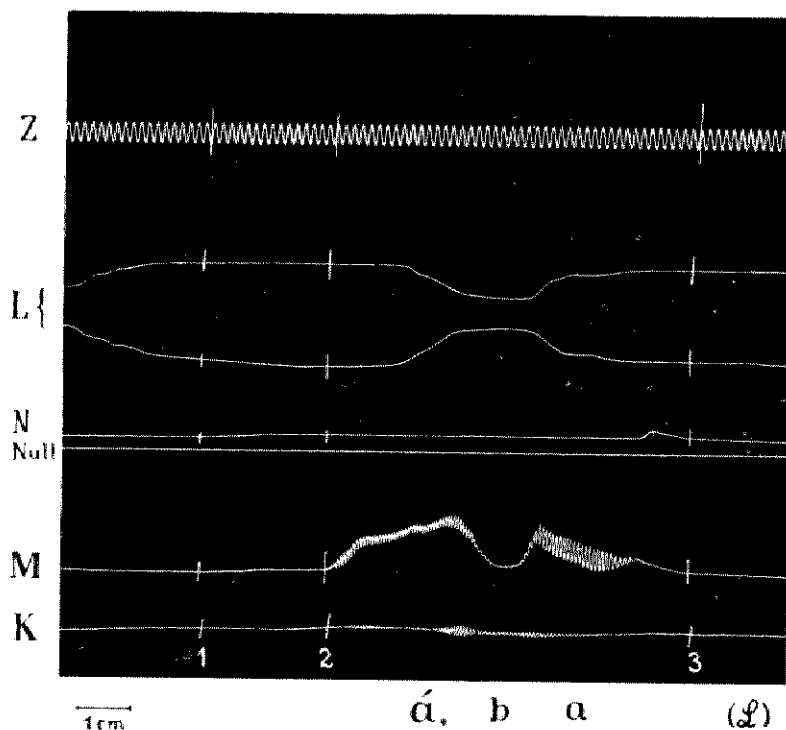


Fig. 1

uma sonoridade contínua, do ponto 2 ao ponto 3, o mesmo sucedendo com a inserção oral. No ponto 3 cessam as vibrações laringeas, dando-se, ainda, em seguida, uma saída de ar surdo.

Observando a zona 2-3, da inserção laringea, notamos que a amplitude é: crescente-decrescente-crescente-decrescente-crescente-decrescente, apresentando três pontos culminantes, de amplitude máxima. Alguns foneticistas têm, erroneamente, procurado interpretar as diferenciações de amplitude em curvas quimográficas, o que prova, simplesmente, um desconhecimento do método que empregam como auxiliar. As diferenciações de amplitude, reveladas pelo quimograma, só poderiam ser analisadas como elementos de

informação sobre a marcha da amplitude da fonação, se a amplitude das vibrações inscritas fôsse, necessariamente, equivalente à amplitude das vibrações laringeas, o que é teórica e praticamente impossível.

Uma zona *a-b*, pode acusar uma amplitude maior do que a amplitude revelada numa outra zona *c-d*, embora a amplitude das ondas laringeas que provocaram a zona *a-b*, tenha sido menor do que a amplitude das ondas laringeas que provocaram a zona *c-d*. Para que se dê este caso, bastará que o sistema inscriptor obedeça a condições que favoreçam mais as frequências que provocaram a zona *a-b*, ou que a resistência a vencer pelo inscriptor tenha sido menor para *a-b* do que para *c-d*. Esta última razão será a mais aceitável, no caso da frequência vibratória ter sido a mesma para *a-b* e para *c-d*.

As diferenças de amplitude acusadas pela inscrição laringea, podendo ou não corresponder a diferenças da amplitude real, ou seja: da amplitude com que vibraram as pregas vocais, poderá servir apenas como um guia grosseiro, nas apreciações sobre intensidade sonora. Deve notar-se que as ondas laringeas não são captadas directamente visto que a cápsula receptora é colocada sobre a região laringea e não dentro dela. De resto, o problema da intensidade sonora e sua inscrição, implica grandes dificuldades de variada ordem. Por agora, diremos, apenas, que só em casos muito especiais, são aproveitáveis as indicações fornecidas pelo traçado no que diz respeito à amplitude vibratória. Muitas vezes, um aumento ou decréscimo da amplitude da curva, não teve como causa uma acção acústica correspondente. Digamos, simplesmente: entre a acção acústica e a reacção do sistema, interpõem-se elementos de deformação, podendo o sistema, já por si, favorecer ou prejudicar determinadas frequências. Entre os primeiros elementos de formação, figuram os factores do amortecimento e o grau de inércia do inscriptor; entre os segundos, figuram as características de ressonância do sistema.

Como ignoramos os valores dos elementos de deformação, tratando-se dum registador quimográfico, as curvas não são rectificáveis. Elementos de deformação, accidentais, como por exemplo o atrito, apresentam um valor instável.

A marcha da amplitude, revelada por quimogramas, não pode ser aproveitada como fonte de informação. Todavia, têm aparecido alguns trabalhos em que os seus autores formulam considerações sobre a marcha da amplitude, servindo-se de quimogramas, como auxiliares dêsses seus estudos.

Realizando inscrições simultâneas da actividade oral e laringea, é interessante notar como a inscrição oral pode influenciar a inscrição laringea, nomeadamente a amplitude revelada pelo gráfico. A capacidade total dum sistema inscridor oral, em relação ao seu grau de abertura, influencia: 1) A amplitude da curva obtida. O inscridor reage tanto mais facilmente quanto maior fôr a pressão no interior do sistema. Por sua vez, a pressão interior do sistema depende da capacidade total do sistema e do seu grau de abertura em relação à corrente de ar fonatório. A pressão no interior do sistema varia, portanto, constantemente.

Se fizermos variar o grau de abertura durante a emissão dum som cuja amplitude é sensivelmente constante, obteremos variações na amplitude revelada. Aumentando, progressivamente, o grau de abertura dum inscridor oral, durante o registo simultâneo das vibrações orais e laringeas dum tom que é emitido conservando a sua frequência, tanto quanto possível, constante, obtemos, geralmente uma curva laringea cuja amplitude (no quimograma) vai diminuindo, mais ou menos, progressivamente. A correspondência, não pode, como já esclarecemos, ser perfeita; se o fôsse, as curvas seriam, em determinadas condições, rectificáveis; 2) Influencia a vibração das praças vocais. O acréscimo da amplitude freqüentemente revelado pelo trecho da curva que precede uma oclusão ou uma constricção, deve ser muitas vezes provocado pela influência do grau de abertura oral, sobre as vibrações laringeas. Este facto ajuda-nos a esclarecer como o bocal empregado nas inscrições orais, pode influenciar as manifestações vibratórias das pregas vocais. O aparelho fonador, pode, de certa maneira, ser comparado a um sistema pneumático, cujo grau de abertura, é o grau de abertura oral. O emprêgo dum bocal corresponde a um aumento irregular da cavidade oral, passando o seu grau de abertura natural, a funcionar sob a acção do grau de abertura, artificial, dado ao sistema. Modificando a corrente fonatória, modifica, implicitamente, a fonação. O emprêgo dum bocal, com um grau de abertura reduzido, motiva aumentos de pressão supra-glótica, contribuindo para uma diferenciação na produção e transmissão das vibrações laringeas. O locutor, muitas vezes, insensivelmente, deixa de proferir os fonemas naturalmente, procurando adaptar a sua emissão fônica às condições que lhe são impostas pelas características do sistema registador, entrando em acção jogos complicados de compensações orgânicas.

A inscrição quimográfica da actividade oral, não só modifica essa própria actividade, como modifica, também, a inscrição da curva

laringea, simultânea. Todos aqueles que têm trabalhado com o velho método quimográfico, sabem bem como é difícil, por vezes impossível, obter inscrições de amplitude suficiente, para vogais abertas.

Voltando, agora, a analisar o traçado do grupo *aba*, representado na fig. 1, chamamos a atenção para as seguintes observações:

1) A curva laringea acusa um aumento de amplitude a partir do ponto 2. Este aumento de amplitude, pode ou não corresponder, no seu ponto máximo, a um momento de intensidade máxima. A marcha da amplitude, observada no trecho correspondente, da curva oral, não nos revela diferenciação apreciável.

2) O segundo aumento de amplitude, revelado pela curva laringea, coincide, aproximadamente, com o momento da constrição e diminuição da corrente fonatória, conforme nos esclarecem o labiograma (L) e a curva oral (M), respectivamente. Sabemos que a continuidade da actividade articulatória não permite estabelecer um ponto delimitativo, na zona do labiograma, correspondente à constrição¹.

3) O terceiro acréscimo de amplitude, que a inscrição laringea nos apresenta, coincide, aproximadamente, com o momento em que a constrição se tornou menor.

Esta última observação, parece invalidar o que observámos anteriormente, e que nos levou a dizer que a diminuição do grau de abertura oral, provoca geralmente, um aumento da amplitude, na zona correspondente do traçado laringeo simultâneo. Esclarecemos: Uma menor constrição pode ser compensada por um maior valor de acção glótica.

Factores de modificação:

Mencionámos, já, os factores que, duma maneira geral, condicionam a forma duma curva quimográfica. Tratando-se, em especial, duma inscrição laringea, citaremos, como mais importantes, os seguintes:

a) Resistências a vencer, de valor variável, como o atrito oferecido pelo negro de fumo e que o inseritor tem de vencer;

b) Resistências de valor, mais ou menos constante, tais como as que oferecem todas as peças que formam o inseritor e têm de ser postas em movimento provocando a inscrição;

¹ Consultar: Lacerda, «A labiografia e os seus métodos de investigação», no *Boletim de Filologia*, t. II.

- c) Movimentos efectuados com a cápsula receptora sobre a região laringea e que o operador não pode evitar com segurança;
 d) Efeitos provocados por uma inserção oral simultânea.

Zonas vozeadas e zonas áfonas:

Se observarmos a inserção laringea do traçado do grupo *ápa* (constituído por fonemas alemães), reproduzido na fig. 2, recorrendo as considerações que devem ser formuladas na apreciação dum quimograma laringeo, teremos de nos limitar a constatar duas

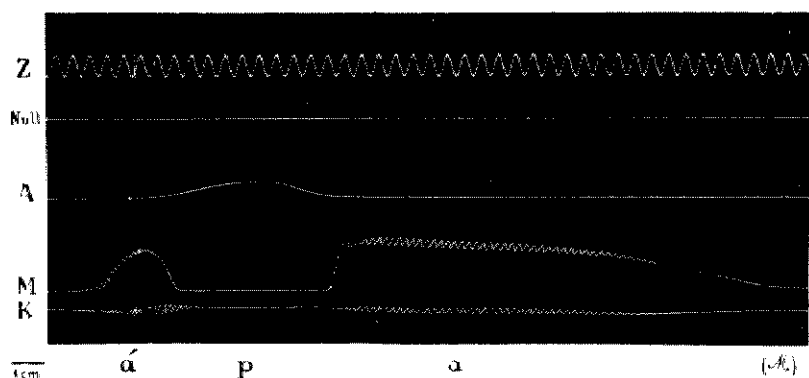


Fig. 2

zonas vozeadas e uma zona áfona intercalar, além do apuramento dos comprimentos das ondas que formam os trechos vozeados.

Quanto às duas zonas vozeadas e uma zona áfona intercalar, não teria sido preciso realizar a inserção laringea do grupo *ápa* para saber da sua existência. Já sabíamos anteriormente que o complexo sonoro *ápa* se compunha dum fonema vozeado inicial, seguido dum fonema áfono medial, e dum fonema vozeado final.

Não atendendo, por agora, à questão da frequência do fundamental, avaliada por intermédio do quimograma, e pondo de parte, como inaceitável, apreciações do curso da amplitude revelada, vejamos se a inserção laringea nos permite estabelecer a duração da acção vocal dos fonemas vozeados que fazem parte do grupo representado pelo traçado. Medindo, simplesmente, as duas zonas onduladas e a zona intercalar, desprovida de ondas, encontraremos a duração de cada uma delas, com auxílio do cronograma (Z) e um rectificador de correspondências. Este rectificador, torna possível, marcar, com grande aproximação, os pontos do cronograma, sincronicamente correspondentes aos pontos da curva que nos interessam. E no presente caso, os pontos que nos interessam, são os

que assinalam o início e final das ondas de cada uma das duas zonas que as revelam. Diremos, porém, que medindo as distâncias que separam esses pontos e traduzindo essas distâncias em duração, por intermédio do cronograma respectivo, encontraremos valores muito discutíveis. Os valores encontrados, da forma apontada, traduzem de facto a duração das zonas onduladas do traçado; mas as zonas onduladas do traçado (ou desprovidas de ondulação) é que podem, ou não, traduzir a duração real dum período de actividade vocal (ou de actividade áfona).

Para encontrar o momento em que se iniciaram as vibrações laringeas, por intermédio da curva laringea, terei de aceitar como pontos de demarcação, os pontos seguintes: O ponto em que se inicia a primeira onda visível (quer a olho nu, quer socorrido duma lente); o ponto em que cessa a última onda do primeiro trecho ondulado; o ponto em que se inicia a primeira onda da segunda zona ondulada; o ponto em que cessa a última onda do segundo trecho ondulado. Vejamos se a demarcação destes pontos nos oferece caminho seguro:

A primeira onda visível, pode ter sido motivada pela segunda, terceira, ou outra onda laringea posterior, não sendo possível provar-se que o inscriptor laringeo tenha reagido imediatamente, perante a primeira vibração laringea, revelando a actividade vocal desde o seu verdadeiro início.

Se as provas que antecedem uma inscrição, ou as próprias inscrições, nos mostram que o inscriptor pode em numerosos casos deixar de reagir, mercê do seu deficiente grau de sensibilidade, teremos de pôr em dúvida o valor dos pontos delimitativos oferecido pelo quimograma. Esses numerosos casos, além da sua possível frequência, são irregulares, não oferecendo possibilidade de verificação.

A actividade laringea, pode ter-se iniciado, de facto, num momento anterior ao momento apurado por intermédio do quimograma. Para que isto suceda, basta que a energia transmitida ao inscriptor pela primeira, ou primeiras ondas, tenha sido insuficiente para vencer a resistência motivada pela inscrição. Pode, mesmo, suceder que a primeira ou primeiras ondas não tenham chegado a vencer o amortecimento provocado pelas tecidos que revestem a zona de captação laringea e através dos quais é transmitida a energia à cápsula receptora do inscriptor. Neste caso, será natural considerar como nulo o valor de tais ondas iniciais, pelo menos, acusticamente. Seja como fôr, não poderemos saber se parte da curva que ante-

cede a primeira onda revelada corresponde de facto a um período áfono, ou corresponde a um período vozeado, ou, ainda, a um período vozeado, cujo valor acústico possa ser considerado como nulo.

A curva oral simultânea não nos poderá auxiliar a resolver a dificuldade, pelas seguintes razões: A actividade laringea pode anteceder a actividade oral. O momento em que se iniciam as vibrações orais pode ser posterior ao momento em que se iniciaram as vibrações laringeas.

Não havendo possibilidade de garantir a exactidão do ponto que nos revela o início das vibrações laringeas duma zona vozeada, não podemos medir com segurança a duração da referida zona, visto que nos falta o primeiro ponto, exacto, de referência.

Supondo indiscutível o ponto do quimograma que nos revela o início dum cortejo de ondas laringeas, teríamos de aceitar, ainda, como ponto delimitativo, o ponto da curva em que cessa a última onda. Este ponto, oferece, por sua vez, a mesma falta de garantia; este ponto, pode marcar-nos, apenas, o momento em que a energia transmitida ao inscridor deixou de ser sufficiente em relação ao grau de sensibilidade do sistema registador.

A curva oral, no exemplo apresentado, não nos pode auxiliar a estabelecer as zonas vozeadas e as zonas áfonas, como já, anteriormente, esclarecemos. Além da falta de simultaneidade que pode existir entre as manifestações da actividade oral e da actividade laringea, sabemos que as zonas vozeadas, ou áfonas, reveladas pela curva oral, não oferecem garantia sufficiente.

A primeira zona vozeada, revelada pela curva oral, e tal como é revelada pela referida curva, termina ao ser atingida a linha-zero. Repetimos: As últimas vibrações não teriam sido reveladas se a velocidade do cilindro quimográfico tivesse sido menor; um menor grau de inclinação da parte descendente da curva, contribuiria para occultar a ondulação. Lembremos, ainda, que a revelação das vibrações, tanto na inscrição laringea, como na inscrição oral, depende do valor da energia captada e transmitida ao inscridor, em relação ao valor das resistências a vencer. O valor das resistências a vencer pode ser igual ou maior do que o valor da energia captada e transmitida ao inscridor.

Quando o traçado se compõe de duas curvas simultâneas, uma oral e outra laringea, o foneticista procura, geralmente, valer-se duma delas para apreciar a outra, esquecendo que nem uma nem outra lhe podem fornecer dados numéricos aproveitáveis.

Os registos simultâneos da actividade oral e da actividade laringea, apresentam-se, por vezes, da seguinte forma: A curva oral acusa uma zona vozeada que tem como correspondente, na curva laringea, uma zona áfona. Um traçado tal, não pode, normalmente, corresponder à realidade. Pode ser provocado por um assincronismo das curvas, motivado por diferença suficiente nas dimensões dos tubos de ligação. A sincronização das curvas com o auxílio dum rectificador vulgar, só pode se perfeitamente exacta, se a velocidade de transmissão e o espaço a percorrer pela modificação a registar, forem iguais em ambos os sistemas.

O caso exposto (curva oral acusando uma zona vozeada que tem como correspondente, na curva laringea, uma zona áfona) embora raro, tem valor suficiente, para tornar mais duvidosos, os dados fornecidos pelas curvas quimográficas. O investigador desconhece quando pode passar-se um caso idêntico ao relatado, e não pode regular o inscitor de forma a evitar a possibilidade de erro.

Com o fim de obter dados que julga mais seguros, o foneticista que emprega o método quimográfico, repete x -vezes uma dada experiência e tira depois a média das mensurações realizadas mediante os quimogramas.

Porém, a média encontrada, também não oferece segurança, em virtude de variarem, extremamente (ou poderem variar), as condições que presidem a cada uma das inscrições duma determinada série de repetições. Além de variar a causa que motiva o quimograma, variam as condições de modificação da sua acção.

Procedendo da forma indicada, o erro pode ser aumentado e não minorado. Procederia de forma igualmente grosseira, aquele que, pretendendo encontrar a medida exacta dum dado comprimento, o medisse várias vezes, empregando variadas escalas mal aferidas e extraísse depois a média dos números obtidos.

Continuaremos.

Coimbra.

ARMANDO LACERDA.

Appunti su trovatori di lingua portoghese

I

«Chorava e estava cantando»

§ 1. Cantare non è, normalmente, azione di chi sia occupato da un dolore che strappa le lagrime. Tuttavia si direbbe, se si dovesse argomentare da certe manifestazioni letterarie, che i trovatori portoghesi del trecento avessero diversa opinione. Non mi riferisco, ben s'intende, a casi di quel «cantar piangendo» o «pianger cantando» in cui «cantare» e «piangere» sono, in maniera più o meno pronunciata, rispettivamente metafora per «comporre» e «dolersi»; ma ai due casi che ora esporrò.

Si tratta di due «pastorelle». Nell'una, di Airas Nunes, il solito cavaliere racconta come, passando lungo un fiume, udì e scorresse non visto una bella giovane sola soletta, che «*chorava e estava cantando*»; e come la donzella si desse, tra sospiri e lagrime d'innamorata infelice, a intrecciare una ghirlanda di fiori, fosse riassalita da una crisi di pianto, tornasse quindi a intonare una canzone e s'allontanasse infine, compiuta la ghirlanda, modulando con la voce deliziosa un altro pezzo del suo repertorio¹. Analogamente nella rimanente «pastorella», che è del re Dionigi. Qui la protagonista entra in scena tenendo in mano uno smagliante pappagallo, e piacevolissimamente cantando, come le impongono la dolce stagione e le convenzioni del genere a cui la *cantiga* appartiene; eppure ella ha il cuore così gonfio d'amarezza, che la vediamo mancare e rovesciarsi a terra tra i fiori, ove resta muta lungo tratto del giorno, di quando in quando rinvenendo per poi di nuovo scolorare².

Ora, coteste circostanze non possono non sorprendere. Nel desiderio di trovar loro qualche chiarimento, e considerando ch'esse si presentano in composizioni rientranti in una specie letteraria quanto mai legata a motivi stereotipi, ho voluto indagare se la movenza

¹ V 454, B 868-869-870; si può vedere il testo in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II, num. CCLVI.

² V 137, B 534 (num. LVII in LANG, *Das Liederbuch des Königs Denis*, e num. II in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II).

assunta due volte dalla «pastorella» trovadorica ispano-portoghese¹, che pur conta un numero piuttosto esiguo d'esemplari², non s'incontri anche presso la «pastorella» delle altre letterature coeve.

§ 2. La mia indagine è rimasta infruttuosa per la «pastorella» mediolatina³, per quella medioaltotedesca⁴, per quella italiana⁵, e per quella francese⁶. La «pastorella» provenzale⁷ m'ha fornito invece quanto cercavo.

¹ Ricordo che quella che suol chiamarsi «prima scuola poetica portoghese» rappresenta in realtà la prima fiorita lirica in volgare dell'intera Penisola Iberica. Anche il sumnominato Aires Nunes, se gli eruditi non s'ingannano viveva alla corte di Alfonso X di Castiglia.

² Fondandosi insieme sulla presenza della parola *pastor* e sull'andamento generale della *cantiga*, si possono riguardare come «pastorelle» i seguenti componimenti dei primi canzonieri (le cifre romane danno il numero che i testi portano in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II): V 102, B 519, I; V 137, B 534, II; V 150, B 547, III; V 278, B 676, ex; V 454, B 868-869-870, cclvi; V 554, B 967, cclxxx; V 689, B 1098, cccxxx. Altri testi (V 720, B 1128, cccl; V 867, B 1262, cccclxxiv), dove pur compare la parola *pastor*, ma probabilmente col significato di «ragazza» (cfr. MICHAËLIS, *Randyglossen*, I, pp. 212-213; MICHAËLIS, *Glossario do Cancioneiro da Ajuda*, p. 64, s. v. *pastor* e *pastorinho*; NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. I, p. 22, n. 3, p. 492, n. alla p. 22, vol. III, p. 657), non hanno nulla a che fare col nostro genere. Al quale a rigore non appartiene nemmeno quel poemetto castigliano pubblicato dal Morel-Fatio (*Textes castillans inédits*, pp. 368-373) e ripubblicato dalla Michaëlis (*Observações sobre alguns textos lyricos*, pp. 20-23), poemetto impropriamente definito come «pastorella» (ved. MOREL-FATIO, *Textes castillans inédits*, p. 366, e ZAUNER, *Altspanisches Elementarbuch*², p. 140).

Alla «pastorella» si possono invece avvicinare ragionevolmente le quattro «serrane» dell'Arcipreste de Hita (*Libro de buen amor*, ediz. Cejador y Frauca, vol. II, pp. 32-39, 45-48, 50-54, 60-66).

³ L'indicazione dei testi che a questa spettano si ricava, meglio che da altri scritti, da BRINKMANN, *Geschichte der lateinischen Liebesdichtung im Mittelalter*, pp. 77-88.

⁴ Per l'indicazione dei testi tedeschi considerati, in genere con discutibile diritto, quali «pastorelle», vedasi: JEANROY, *Les origines de la poésie lyrique*¹⁻³, p. 128, n. 1; BARTSCH, *Deutsche Liederdichter*¹, pp. xiv-xvi, xxv (= pp. xvi-xix, xxviii della 3^a ed.); BRINKMANN, *Entstehungsgeschichte des Minnesangs*, pp. 149, 157.

⁵ La più antica poesia italiana, come è noto, non ha conosciuto la «pastorella», ove si eccettui la deliziosa ballata di Guido Cavalcanti, *In un boschetto*; cfr. JEANROY, *Les origines de la poésie lyrique*¹⁻³, p. 129, e CESAREO, *Le origini della poesia lirica*², p. 413.

⁶ Le «pastorelle» francesi sono state raccolte, come ognuno sa, dal BARTSCH, *Altfranzösische Romanzen und Pastourelles*. Vi si aggiunga: MEYER, *Pastourelle franco-latine*.

⁷ Le «pastorelle» provenzali si possono leggere in AUDIAU, *La pastourelle*. Da questa raccolta (come vi si avverte a pp. v-vi) sono state escluse «toutes

Si osservi, infatti, la seguente prima strofa d'una «pastorella»¹ di Cadenet:

L'autrier, lenc un bosc fullos
trobiey en ma via
un pastre mont angoyssos
chantan; e disia
sa chansos: «Amors,
ye m elan dels lauzejadors,
car la dolers
qu'a per ellas m'amia
m'i fai piegz que l'mia».

Ma assai più importante è per noi un testo² di Gui d'Ussel, testo che racconta l'incontro del trovatore con

una pastorella
ab color fresqu' e novella,
que chantef mout gen,
e disia en plaingnen:
«Lassa! mal vin qui pert son jauziment!»

Il trovatore s'accosta e richiede la giovinetta di spiegazioni intorno alla canzone da lei cantata, ottenendone la seguente risposta:

«Seigner, non a gaire
qu'eu sol'i aver
a tot mon voler
tal que m fai doler,
car non l'ai enquera,
mas il m'oblid' e s'esfera,
per altra, de mi;
per qu'eu plane, et autressi
chan c'oblides la dolor que m'aussi».

les pièces qui n'ont de la pastourelle que l'allure générale ou le début, et qui sont en réalité des sirventes, des romances, des panégyriques ou des parodies grotesques». I componimenti esclusi sono elencati nel volumetto dell' Audiau, in note, a pp. v-vi (cfr. del resto JEANROY, *La poésie lyrique des troubadours*, vol. II, pp. 338-339); al loro gruppo va aggiunto un testo (*L'aut jorn, au mes d'aubriu cortes*) pubblicato dall' UGOLINI in *Poesie gascon-provenzali inedite*: testo che è di contenuto politico, ma ha l'andatura delle «pastorelle», o, più precisamente, delle «serrane» dell' Arcipreste de Hita.

¹ Riporto la strofa da AUDIAU, *La pastourelle*, p. 26. Si può vederla anche in APPEL, *Der Troubadour Cadenet*, p. 75.

² *L'autrier cavalcava*. Alcuni manoscritti (C ed R) l'attribuiscono, invece che a Gui d'Ussel, a Guglielmo Figueira; ma l'accordo degli studiosi nell'accettare l'attribuzione a Gui è generale; vedi LEVY, *Guilhem Figueira*, pp. 12 e 68; CARSTENS, *Die Tenzonen aus dem Kreise der Troubadour Gui, Eble, Elias und Peire*

Come si vede, la pastora di Gui d'Ussel si presenta all' incirca nella stessa situazione delle due pastore da cui prende le mosse il presente articolo. Soltanto, mentre l'atteggiamento delle ultime ha per noi un' incoerenza che resta inspiegata, il poeta provenzale, variando col motivo del pianto la trama solita del genere trattato, ha dato una spiegazione plausibile al comportarsi della sua eroina: ella canta e piange, sì, ma canta per dimenticare il dolore, per stordirsi. Presso Gui d'Ussel, insomma, la variante ha una giustificazione e una logica che le mancano invece presso Don Denis e Airas Nunes.

Questa circostanza e la cronologia⁴ invitano a concludere che il motivo della pastora piangente e insieme cantante rappresenti, nei canzonieri portoghesi, un tratto di derivazione oltrepirenaica; tratto anche questo, come la maggior parte dei motivi passati dalla lirica trovadorica di Provenza alla lirica trovadorica della Penisola Iberica, impoverito, nel passaggio, anzi ridotto allo scheletro dello schema.

§ 3. Procurare di tracciar più compiutamente la storia del motivo è forse azzardato, perché niente assicura che siano a nostra disposizione, coi tre componimenti su cui possiamo basarci, tutti gli atti, per così dire, del processo. Ma senza scrupoli si può ritenere che il motivo sia stato personale invenzione di Gui d'Ussel (o, in linea subordinata, di Guglielmo Figueira). Che poi Airas Nunes abbia avuto diretta conoscenza della pastorella *L'autrier cavalcava*, è cosa assai probabile. Quel chierico, che fra i trovatori di lingua gallego-portoghese fu uno dei più dotati di senso artistico, si palesa

d'Ussel, p. 11; AUDIAU, *Les poésies des quatre troubadours d'Ussel*, p. 136; AUDIAU, *La pastourelle*, p. ix.

I versi da me riferiti sono i 5-9 e 28-36. Riporto dalla raccolta dell' Audiau; il testo del resto può vedersi anche in LEVY, *Guilhem Figueira*, pp. 66-70. SCHULZ-GRA, *Altprovenzalisches Elementarbuch*⁴, pp. 162-164, e AUDIAU, *Les poésies des quatre troubadours d'Ussel*, pp. 56-59.

⁴ L'attività poetica di Gui d'Ussel cade nel primo decennio del XIII secolo (ved. CARSTENS, *Die Tenzonen aus dem Kreise der Troubadours Gui, Eble, Elias und Peire d'Ussel*, p. 22; AUDIAU, *Les poésies des quatre troubadours d'Ussel*, pp. 15-16, 19; AUDIAU, *La pastourelle*, p. xi); quella di Guglielmo Figueira (per caso che, malgrado ogni apparenza, sia sua e non di Gui d'Ussel la «pastorella» *L'autrier cavalcava*) rientra nella prima metà dello stesso secolo (ved. LEVY, *Guilhem Figueira*, p. 13). Airas Nunes par visse alla corte di Alfonso X di Castiglia (ved. NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. I, pp. 221, n. 1), re dal 1252 al 1284. Don Denis visse dal 1261 al 1325.

nella sua produzione (F 454-469, 1133; B 868-885, 1601) in stretto ed immediato contatto con la letteratura occitanica. Nella sua «pastorella» il passo a *pastor parecia mui ben E chorava e estava cantando* potrebbe dirsi traduzione quasi letterale di *pastorella Ab color fresqu' e novella, Que chantet mout gen, E disia en plaignen*; si aggiunga che Gui d'Ussel godeva di grande rinomanza (ved. AUDIAU, *Les poésies des quatre troubadours d'Ussel*, p. 18). Riguardo a Don Denis, ho l'impressione che l'idea della pastora disperata e nondimeno intenta a cantare gli sia stata suggerita da Airas Nunes; tanto più che, nel complesso, la conoscenza della letteratura provenzale che il re dimostra, sembra, tutto sommato, piuttosto di seconda mano che attinta alle scaturigini¹.

II

«Malmaritate» inesistenti nel canzoniere di Joan Airas

§ 1. Allorché il benemerito editore critico di Don Denis ebbe a scrivere² che il tema della malmaritata appare due volte nei primi canzonieri portoghesi, additò uno solo dei componimenti che aveva in mente.³ Si arguisce tuttavia, da altri passi della sua opera⁴, che egli vedeva il secondo di cui diremo al § 2, o in un'altra *cantiga d'amigo* dello stesso trovatore, in una *cantiga d'amigo* di Joan Airas, o nella quale la protagonista si lagna d'esser *guardada come outra molher non foi . . . nen á de seer* (F 611, B 1021 = CCXCVII in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II).

Ora, veramente, in questa ultima poesia non c'è parola che dia ragguaglio sulla condizione di colei vi si fa parlare, e che perciò può esser tanto una donna sposata quanto una ragazza sorvegliata

¹ A questo proposito è utile la lettura dell'opuscolo del LAPA, *Uma cantiga de D. Denis*. Il Lapa ha qui avuto modo di mostrare che, sebbene la *cantiga* in questione richiami particolarmente un sirventese di Guglielmo Montanhagol, la dottrina in essa esposta può esser venuta a Don Denis, anziché direttamente dai provenzali, attraverso altri trovatori provenzaleggianti di Portogallo; ved. pp. 12-31, e specie pp. 15 e 31.

² Ved. LANG, *Das Liederbuch des Königs Denis*, pp. LXV-LXVI.

³ Una *cantiga d'amigo* di re Dionigi (F 188, B 585 = CIX dell'edizione Lang, XXXVI nella raccolta del Nunes).

⁴ Ved. *Das Liederbuch des Königs Denis*, p. XLIV, n. 5, e p. 137, n. a CIX.

rigidamente dalla famiglia¹. Ma che si tratti precisamente dell' ultimo caso risulta dal fatto che il componimento in causa fa ciclo da una parte con un gruppetto di *cantigas d'amigo* del medesimo autore, nelle quali appunto si rispecchiano i veti e gli ostacoli con cui un' energica madre s'oppone decisamente all' amor della figlia, allontanandola dall' amato e impedendo i colloqui dei due (*V* 598, *V* 602 = *B* 1001, *V* 608 = *B* 1018, *V* 609 = *B* 1019, *V* 620 = *B* 1030; sono rispettivamente i num. CCLXXXV, CCLXXXVIII, CCXCIV, CCXCV, CCCVI in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II), e d'altra parte con una *cantiga d'amor* (*V* 535, *B* 947) che fa da *pendant* a queste *cantigas d'amigo*, poiché Joan Airas vi rappresenta precisamente la sua amata come sottoposta a severissima sorveglianza per ordine della madre di lei, esprimendosi tra l'altro così:

- ¹ Non vi molher, des que naci,
tan muito guardada com' é
a mia senhor, per bõa fe;
mais, pero a guardan assi,
.....
- ⁷ E de sa madre sei ña ren:
que a manda muito guardar
.....
- ¹³ Do[s] que a guardan sei eu já
que lhis non pod' ou' alá ir².

§ 2. Con maggior diritto il Lang si riferiva a un' altra *cantiga d'amigo* di Joan Airas (*V* 618, *B* 1028, num. CCCIV in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II), in cui la protagonista raccomanda all' innamorato di non lasciar trasparire nulla della loro relazione, aggiungendo (vv. 15-18³):

Do que me guarda tal é seu euidar:
que amades, amig', outra senhor.
Ca se a verdade poder osmar,
nunca veredes jamais u eu for.

Nei quali versi anche il NUNES (*Cantigas d'amigo*, vol. I, p. 218) ritenne che si possa sospettare un' allusione a un marito geloso,

¹ Cf. LAPA, *Das origens da poesia lirica em Portugal*, p. 54, n. 3.

² Si può vedere il testo completo in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. I, p. 217, e in GASSNER, *Zwanzig Lieder des Joan Ayra de Santiago*, pp. 396-397; il Gassner però, che non ha tenuto conto delle varianti del codice *B*, ha dato il v. 13, come tornerò a rilevare meglio nel corso del presente articolo, in maniera non soddisfacente.

³ Al v. 17 il Nunes ha mutato senza ragione il *ca* dei mss. in *e*.

mentre il Gassner¹, con più fantasia che fondamento, vi ha visto un' allusione a un «Tugendwächter männlichen Geschlechts». Ma in proposito è da fare qualche osservazione.

1. Se nei versi ultimamente riportati troviamo, stando ai codici, i singolari *do que me guarda* o *se a verdade poder osmar*, il rimanente della *cantiga* offre la serie di plurali *de vos saberem*... *como me vos sabedes muit' amar* (vv. 2-3), *se souberem que mi queredes ben* (vv. 6, 13, 20), *sempre mi temi de mi-o saberem* (vv. 9-10), *m'an d'alongar de vos, se o souberem* (vv. 10-11), *de longi mi vos faran catar* (v. 24); plurali che non faranno pensare a un intero corpo d'eunuchi stipendiati, quando semplicemente lasciano intravedere intorno alla bella del trovatore una famiglia assai maldisposta verso di lui. Anche questa nostra poesia dunque appartiene al ciclo prima indicato, e non fa che svolgere il tema della ragazza contrastata nel suo amore dal parentado.

2. Il v. 13, prima riportato, della *cantiga d'amor* di cui al § 1, presenta nei codici un errore (*do* per *dos*)² di cui i codici stessi indicano in modo lampante la correzione, sia attraverso la forma verbale *guardan* (guasta in *V*, che ha *guardar*, ma salda in *B*, dove troviamo *guardam*), sia attraverso il seguente plurale *lhis*. Ora, analogo errore, e in un contesto analogo, presentano i manoscritti in un' altra *cantiga d'amigo* pure di Joan Airas (*V* 627, *B* 1037, num. cccxiii in NUNES, *Cantigas d'amigo*, vol. II). Quivi i vv. 7-10 nuovamente farebbero supporre un marito geloso³, se fosse esatto il testo dato dal Nunes, che è il seguente:

Tal dona sei eu, quando quer veer
seu amigo, a que sabe ben querer,
que lho non pode per ren entender
o que cuida que a guarda mui ben.

Ma i codici hanno *podè* e *cuydā*, e così di nuovo impongono indiscutibilmente di correggere, e di leggere:

que lho non poden per ren entender
o[s] que cuida que a guarda[u] mui ben.

¹ *Zwanzig Lieder des Joan Ayra de Santiago*, p. 397, n. al v. 107.

² Non rilevato, come già s'è avvertito, dal Gassner (ved. opera e passo citati nella n. precedente), che nel singolare *do que a guarda* vede un «Tugendwächter männlichen Geschlechts».

³ Il Gassner, sempre nel passo citato, suppone anche qui un «Tugendwächter».

Questi due casi di plurale ridotto a singolare entro contesti così somiglianti, anzi quasi uguali, non paiono rappresentare una coincidenza fortuita, ma piuttosto una modificazione sistematicamente introdotta da qualche copista o raccoglitore che, al pari di quanto è occorso alcuni secoli dopo a qualche critico, abbia pure creduto di dover «interpretare» come donna maritata l'eroina del canzoniere di Joan Airas. Sicchè è lecito chiedersi se lo stesso intervento non si sia per avventura verificato anche nel passo *do que me guarda* ecc., così analogo, per espressioni e contenuto, ai due ora esposti. Che si debba rispondere affermativamente è dimostrato dalla circostanza, già prima indicata, che in tutta la *cantiga*, con sola eccezione dei versi di cui stiamo discutendo, si ha a che fare con una vigilanza esercitata da un plurale e non da un singolare. Pertanto è da ritenere che si debba leggere:

Do[s] que me guarda[n] tal é seu cuidar:

 Ca se a verdade podere[n] osmar¹.

Se si accetta questa più che fondata congettura, si toglie all'andamento concettuale della poesia ogni discrepanza, e insieme scompaiono tanto la supposta sposa infedele, quanto il preteso «Tugendwächter».

Heidelberg.

SILVIO PELLEGRINI.

Sigle. Opere citate

- A=Canzoniere portoghese detto d'Ajuda.—Edizione critica con commentario: CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, *Cancioneiro da Ajuda*, Halle a. S., 1904.
 B=Canzoniere portoghese detto Colocci-Brancuti.—Edizione diplomatica parziale: ENRICO MOLteni, *Il canzoniere portoghese Colocci-Brancuti, pubblicato nelle parti che completano il codice vaticano 4803*, Halle a. S., 1880.—Per le parti comuni al codice vaticano ved. JOLE RUGGERI, *Le varianti del canzoniere portoghese Colocci-Brancuti nelle parti comuni al Codice Vaticano 4803*, in *Archivum romanicum*, vol. xi, 1927, pp. 459-510.
 V=Canzoniere portoghese detto della Vaticana (cod. vat. 4803).—Edizione diplomatica: ERNESTO MONACI, *Il canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*, Halle a. S., 1875.
 APPEL (CARL), *Der Troubadour Cadenet*. Halle, 1920.

¹ In *se a* ha luogo elisione.

- ARCIPRESTE DE HITA, *Libro de buen amor*. Edición³... de Julio Cejador y Frauca. Madrid, 1931.
- AUDIAU (JEAN), *Les poésies des quatre troubadours d'Ussel*. Paris, 1922.
- AUDIAU (JEAN), *La pastourelle dans la poésie occitane du moyen-âge*. Paris, 1923.
- BARTSCH (KARL), *Altfranzösische Romanzen und Pastourellen*. Leipzig, 1870.
- BARTSCH (KARL), *Deutsche Liederdichter*, Leipzig, 1864. 3^a edizione: Stuttgart, 1893.
- BRINKMANN (HENNIG), *Geschichte der lateinischen Liebesdichtung im Mittelalter*. Halle/Saale, 1925.
- BRINKMANN (HENNIG), *Entstehungsgeschichte des Minnesangs*. Halle/Saale, 1926.
- CARSTENS (HENRY), *Die Tenzonen aus dem Kreise der Troubadours Gui, Eble, Elias und Peire d'Ussel*. Königsberg, 1914.
- CESAREO (G. A.), *Le origini della poesia lirica e la poesia siciliana sotto gli Svevi*². Palermo, 1924.
- GASSNER (ARMIN), *Zwanzig Lieder des Joan Ayras de Santiago*. In *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos*. Coimbra, 1933, pp. 385-418.
- JEANROY (ALFRED), *Les origines de la poésie lyrique en France au moyen-âge*. Paris, 1889. 3^a edizione: Paris, 1925.
- JEANROY (ALFRED), *La poésie lyrique des troubadours*. Toulouse-Paris, 1934.
- LANG (HENRY R.), *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle a. S., 1894.
- LAPA (RODRIGUES), *Das origens da poesia lirica em Portugal na idade-média*. Lisboa, 1930.
- LAPA (RODRIGUES), *Uma cantiga de D. Denis (C. V. 208; C. B. N. 605)*. Paris, 1930.
- LEVY (EMIL), *Guilhem Figueira*. Berlin, 1880.
- MEYER (P.), *Pastourelle franco-latine*. In *Romania*, vol. IV, 1875, pp. 380-382.
- MICHAËLIS DE VASCONCELLOS (CAROLINA), *Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch. I. Der Ammen-Streit*. In *Zeitschrift für romanische Philologie*, vol. XX, 1896, pp. 145-218.
- MICHAËLIS DE VASCONCELLOS (C.), *Observações sobre alguns textos lyricos da antiga poesia peninsular. I. O «Romance de Lope de Moros»*. In *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, pp. 1-32.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS (C.), *Glossario do Cancioneiro da Ajuda*. In *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920, pp. v-xii, 1-95.
- MOREL-FATIO (ALFRED), *Textes castillans inédits du XIII^e siècle*. In *Romania*, vol. XVI, 1887, pp. 364-382.
- NUNES (JOSÉ JOAQUIM), *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Coimbra, 1926-1928.
- SCHULZ-GORA (O.), *Altprovenzalisches Elementarbuch*¹. Heidelberg, 1924.
- UGOLINI (F. A.), *Poesie guasco-provenzali inedite in un ms. vatiano*. In *Archivum romanicum*, vol. XVI, 1932, pp. 385-410.
- ZAUNER (ADOLF), *Altspanisches Elementarbuch*². Heidelberg, 1921.

Bibliografia Filológica Portuguesa

É do conhecimento de todos a alta importância das bibliografias, ainda que elas se limitem à indicação dos títulos das obras, dos autores, e da data da edição e da casa editora. Quando elas vão mais longe e nos dão indicações de outras naturezas, o seu valor torna-se naturalmente muito maior, sobretudo se essas informações são dadas com escrúpulo e fundamento.

Um dos campos em que uma bibliografia estava fazendo muita falta é o filológico. Felizmente o Centro de Estudos Filológicos começou há pouco a publicação em verbetes de um trabalho desses, que, estou disso convencido, não deixará de merecer os aplausos de quantos se interessam pelos estudos filológicos portugueses.

A fim de que os leitores do *Boletim de Filologia* façam uma ideia precisa de como é essa bibliografia, a seguir transcrevo o *Prólogo* e dois dos verbetes já publicados.

Prólogo

O presente trabalho não é definitivo e nem podia sê-lo: é muito modestamente um apanhado de elementos para a organização definitiva da *Bibliografia Filológica Portuguesa*, e, conseqüentemente, para a *História da Filologia Portuguesa*.

Se bem que tenhamos duas Faculdades de Letras, a de Lisboa e a de Coimbra, e tenhamos tido outra, a do Porto, embora de pouca duração, a História da Filologia Portuguesa é ainda hoje para nós quasi absolutamente desconhecida¹. Urge remediar o mal, pois que esta situação é deprimente para a nossa cultura. Raros são aqueles que poderão falar com algum conhecimento de causa dos nossos dicionários, das nossas gramáticas, e dos nossos estudos filológicos em geral, apontar-lhes os méritos e os deméritos, criticá-los e historiá-los em suma.

¹ Sobre a História da Filologia Portuguesa, o trabalho mais desenvolvido que temos é o folheto de LETTE DE VASCONCELLOS, *A Philologia Portuguesa*, Lisboa, 1888 (q. v.), reeditado nos *Opúsculos*, IV, pp. 839-919, Coimbra, 1929. Antes disso há um pequeno capítulo de ADOLFO CORREIA em *A Língua Portuguesa, Noções de Glottologia Geral e Especial Portuguesa*, Porto, 1881 (q. v.), reeditada depois várias vezes. Qualquer destes trabalhos, além de antigo, é muito sucinto.

Esta ignorância, além de ser um índice de desleixo por todos os títulos condenável, é uma das principais causas da lamentável inconsciência com que muitos, sem preparação adequada, se fazem lexicógrafos, e com que muitos outros se deixam iludir, com prejuízos materiais e culturais, por doutrinas falsas.

Por reconhecer este grande mal, e por desejar contribuir para a sua cura, há muitos anos resolvi ir a pouco e pouco reunindo elementos para a organização de uma Bibliografia Filológica Portuguesa, que não só servisse de informadora do leitor vulgar, mas também e sobretudo de auxiliar tam perfeito quanto possível do futuro organizador da História da Filologia Portuguesa.

Precisamente quando julgava perdidas tôdas as possibilidades de realizar o meu objectivo, pela força das circunstâncias da minha vida particular, recebi um inesperado auxílio, que me levou a prosseguir com todo o ardor a minha interrompida tarefa: resolveu a Junta de Educação Nacional subsidiar extraordinariamente a organização e publicação de uma Bibliografia Filológica Portuguesa e incumbir dêsse trabalho o Centro de Estudos Filológicos.

Logo que as coisas tomaram este aspecto e fui indicado para dirigir a obra, revi os meus apontamentos e estudei o mais cuidadosamente que me foi possível o plano a seguir. Depois de muito meditar e observar os vários aspectos do problema, assentei nos seguintes pontos, que submeti à apreciação do Centro, e este aprovou:

1.º O objectivo principal desta Bibliografia é lançar os fundamentos da História da Filologia Portuguesa, e prestar aos estudiosos o maior número possível de informações sobre as fontes para o estudo dos problemas filológicos.

2.º As notícias das obras serão distribuídas em secções: dicionários, gramáticas, ortografias, etc.

3.º Em cada secção as notícias serão dispostas pela ordem cronológica das primeiras edições, o dentro de cada ano pela ordem alfabética dos títulos das obras¹.

4.º Quando se julgar conveniente, organizar-se-ão dois índices alfabéticos, um de autores, e o outro de obras. Como esta Bibliografia é feita em verbetes e ao sabor das possibilidades, naturalmente os referidos índices terão de ser refundidos à medida que as circunstâncias o aconselharem.

¹ Claro está que esta ordem poderá ser alterada pelo coleccionador como melhor entender.

5.º As notícias constarão da data da 1.ª edição ao alto da página¹, do nome do autor por extenso e completo sempre que fôr conhecido, da transcrição integral e fiel do frontispício, da enumeração de tôdas as edições conhecidas, da descrição bibliográfica das várias edições, de observações críticas e informativas, do sumário quando a natureza da obra o aconselhar, e as bibliotecas públicas mais importantes onde existem as obras.

6.º Como cada notícia é, por assim dizer, uma obra independente, a publicação delas não obedece a nenhuma ordem: vão-se publicando as que fôr possível publicar. Isto não prejudica nada, visto que fazendo-se a publicação em verbetes, o coleccionador vai colocando na devida altura da ordem estabelecida os que fôr recebendo nas sucessivas emissões, e, pelo contrário, facilita o trabalho dos organizadores da Bibliografia, que dêste modo poderão mais regularmente respeitar a periodicidade das emissões de verbetes.

7.º Sendo feita a emissão dos verbetes ao sabor das possibilidades, e não segundo a ordem definitiva, não é possível indicar a paginação. Contudo, para efeitos de conferência, os verbetes vão numerados à margem pela ordem da publicação.

8.º Se, depois da publicação de uma notícia, se alcançarem novos dados que convenha juntar, far-se-ão verbetes suplementares, que o coleccionador colocará na sua devida altura. Quando isso suceder, a numeração dêsses verbetes será indicada pelo último número do ou dos a que eles se referem, seguido das letras A, B, C, etc.

9.º Para facilitar a identificação dos verbetes ou fôlhas que, depois de perdidas, se encontrarem, cada fôlha terá impressa à margem esta indicação: *Bibliografia Filológica—Centro de Estudos Filológicos—N.º . . .*, e ao alto, em forma resumida, os nomes da obra e do autor.

10.º Para efeitos bibliográficos, cada verbete vai datado e assinado por quem o organizou.

11.º Às bibliotecas públicas muito especialmente não convém guardar os verbetes em gavetas ou caixas, mas sim em capas de cartão, de costaneira de lona, flexível, seguras por uma ferragem, género braçadeira, fixada por parafusos de chave e não de porca. A capa de costaneira flexível tem a vantagem de se poder guardar

¹ Quando não seja conhecida a data da 1.ª edição, põe-se a data conhecida, e, entre parênteses, o número de ordem da edição de que se trata. [Faltou acrescentar que as edições não datadas entrarão num *Apêndice*, onde serão dispostas numa ordem aproximada].

nela um número de verbetes inferior ao máximo que a capa comporta; a ferragem fixada por parafusos de chave tem a vantagem de evitar que algum leitor pouco escrupuloso subtraia da capa um ou mais verbetes, visto que a ferragem só pode ser desapertada por meio da respectiva chave, e esta fica nas mãos do bibliotecário.

12.º Como o objectivo fundamental desta Bibliografia é recolher o maior número possível de elementos para a feitura da História da Filologia Portuguesa; como, por melhor que fique, ela não bastará a quem se ocupar da feitura da referida História; o Centro de Estudos Filológicos está empregando todos os esforços para ir adquirindo na medida das suas possibilidades todas as obras de filologia portuguesa. Dêste modo, quem vier a dedicar-se a essa tarefa, encontrará no Centro, não todo, porque isso é impossível, visto que há obras e edições esgotadas, grande parte do material indispensável para o seu trabalho.

13.º Como pela sua natureza esta obra tem de ser muito extensa, e até interminável, visto que nela se devem ir encorporando, à medida que vão aparecendo, tôdas as publicações e as edições novas da especialidade; como as dificuldades da sua execução são grandes, visto que não há uma biblioteca onde existam todas as espécies e todas as edições de cada espécie, que permita ao organizador fazer tôda a obra no mesmo local; como, finalmente, o que importa é que a Bibliografia se faça, e se faça quanto antes, o Centro entende que não pode deixar de pedir a colaboração de quantos possam e queiram dar a sua contribuição a esta, contanto que sigam o plano adoptado, e as observações críticas sejam judiciosas e não reflitam ataque pessoal, e, ainda que condenatórias, não excluam a gravidade que impõe uma obra desta natureza. Por isso, estabeleceu no seu plano que os verbetes fôsem datados e assinados pelos respectivos autores. Dêste modo esta Bibliografia toma o aspecto de uma revista literária, redigida por vários colaboradores.

14.º De quando em quando o Centro fornecerá a indicação das bibliotecas públicas em que existem as obras, a fim de que os coleccionadores as registem nos respectivos verbetes¹.

15.º O Centro aceitará, com os seus melhores agradecimentos, tôdas as informações que os estudiosos de Portugal e do estrangeiro queiram enviar-lhe para o enriquecimento e aperfeiçoamento desta Bibliografia.

¹ É bom acrescentar que esta indicação só será fornecida quando tivermos conhecimento seguro da matéria.

16.º As principais abreviaturas usadas são:

- B.C. Biblioteca do Centro de Estudos Filológicos.
 B.A. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.
 B.N. Biblioteca Nacional de Lisboa.
 B.Aj. Biblioteca da Ajuda (Lisboa).
 B.U. Biblioteca da Universidade de Coimbra.
 B.P. Biblioteca Pública do Porto.
 B.E. Biblioteca de Évora.
 (q.v.) *queira ver*.

Lisboa, Novembro de 1935.

O Secretário do Centro,

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Seguem-se os dois modelos de verbetes:

Existe:	1783
B.C.	BERNARDO DE LIMA E MELO BACELAR
B.A.	
B.N.	
B.Aj.	
B.U.	
B.P.	
B.E.	

DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA, em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais dictionarios juntos: a sua propria significação: as raizes de todas ellas: a accentuação: e a selecção das mais usadas, e polidas: a *Grammatica Philosophica*, e a *Orthographia Racional* no principio, e as explicações das abreviaturas no fim desta Obra. Obra da primeira necessidade para todo aquelle, que quizer falar, e escrever com acerto a lingua Portugueza; por ser impossivel, que pelos Livros atégora impressos possa algum saber a terça parte do idioma Portuguez. Composto por Bernardo de Lima, e Melo Bacellar, Prior no Alentejo.—Lisboa, na Offic. de José de Aquino Bulhoens, 1783.

Edições:—Só teve uma edição.

Descrição:—É um volume de formato médio, que consta de 8 páginas de «Prologo», 37 de «Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza», 565 de texto, 2 de «Abreviações deste Diccionario», 14 de «Appendice, e erratas deste Diccionario, Grammatica, e Orthographia».

Observações:—Esta obra pode-se classificar de um autêntico *monstro lexicográfico*: as definições não são tiradas dos factos da

língua, mas sim do valor etimológico de cada vocábulo, de uma maneira peregrina, como abaixo se verá.

Inocêncio, *Dic. Bibl.*, t. p. 378, diz a este respeito:

«Esta tentativa, anterior de alguns annos, como se vê pela data, á publicação da primeira edição do *Diccionario* de ANTONIO DE MORAES E SILVA, faz por certo honra aos bons e patrióticos sentimentos do auctor, cujo zelo inconsiderado o levou a tentar uma empresa na verdade superior ás suas forças e para a qual lhe faleciam os elementos e especies necessarias. Á força de querer ser conciso e systematico em demasia, tornou-se escuro, e por vezes ridiculo; e nas suas extravagantes investigações etymologicas adoptou opiniões insustentaveis, e só proprias de um espirito irreflexivo, que deixando-se dominar por idéas antecipadas, vê tudo a travez do prisma de uma imaginação preocupada. A obra logo que sahio á luz, começou a servir de alvo aos apodos e sarcasmos dos criticos; e ha quem diga que a auctoridade publica interviera, mandando retirar da circulação os exemplares, que por isso chegaram a tornar-se raros, e valerem consequentemente preços mais elevados. D'ha annos a esta parte os que apparecem no mercado têm sido vendidos por 480, 600 e 720 réis conforme o empenho do comprador, e a mão em que se acham. Eu tenho um, com que fui ha muitos annos brindado por um amigo, e que a este custou, segundo o que depois poudo saber, 1.200 réis».

Para se fazer uma idea dêste *Diccionario* vou transcrever dêle alguns passos:

«*Abdômen*; parte do embigo».

«*Almoço*, rs-o, ar, ado, ador, etc. (alius morsus) outra pequena comida; Ar. v. *almoxarife*».

«*Beringela*, 1 (berinum gelu, avermelhado gelo) hortalica similhante; bention».

«*Bígode*, daria, dear, deado, deira, dentes, rrilha (bis pogonès) duas torcidas da barba».

«*Bisouro* (bis sonans) c. insecto, que duas vezes soa com as suas quatro azas».

«*Bisugo* (his suctus) peixe, a que sugão duas vezes a gostosa cabeça. v. bifa».

«*Cachucho*; c. peixe de cachaco gostozo».

«*Caracol*, la, lar, lado, leiro (caris collis) peixe glutinozo, ou amphibio (coròs eidòs) de curva, ou espiral figura: c. planta».

«*Carapinha*, nheira, to, xo (carà pinea) cabeça de pinha gelada, ou de cabêllo em nós similhantes».

«*Defuncto*, to; o que gozou da vida».

«*Enxaqueca* (exakesis) saúde em meia cabeça, e doença na outra; xacaque, Ar. v. enchacotado, enxarfia, a. 3 e s. 4».

«*Laranja*, al, eira, ar, ada, ado, ice (la aurata) maçã dourada. v. a».

«*Ligeiro*, amente, eza (aligerus) o que traz azas, ou sua velocidade».

«*Oganho* (oge annus) este anno».

«*Periquito* (perilatos) c. ave perita em fallar».

«*Rata*, o, ão, azana, ocira, onice, ada, ar, inhar, ção, do (raut Al. raptans) c. insecto roedor».

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Existe:

B.C.

B.A.

B.N.

B.Aj.

B.U.

B.P.

B.E.

1900-1901

ANTÓNIO AUGUSTO CORTESÃO

SUBSIDIOS PARA UM DICCIONARIO COMPLETO (HISTORICO-ETYMOLOGICO) DA LINGUA PORTUGUESA comprehendendo a etymologia, as principaes

noções e leis phonéticas, muitos elementos de dialectologia e de onomatologia, tanto toponymica como anthroponymica, archaismos, neologismos, etc., etc. por A. A. CORTESÃO, Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. Coimbra, França Amado — Editor, 1900-1901.

Edições: — Só teve uma edição.

Descrição: — São 2 volumes de formato grande; o 1.º publicado em 1900, e o 2.º em 1901; o 1.º consta de 2 páginas de «Prefácio», 1 de «Abreviaturas dalguns auctores e obras», e 119 de texto; o 2.º consta de 158 páginas de texto, 49 de «Additamento», 1 de «Explicação das abbreviaturas», 1 de um posfácio intitulado «Ao terminar», e 1 de «Erratas principaes». — No 1.º vol. houve um salto da pág. 4 para 9, facto para que se chama a atenção do leitor em nota de fim do 2.º vol.

Observações: — Esta obra, como o próprio titulo o indica, não passa de *subsídios para um dicionário completo da lingua portuguesa*, se tomarmos este titulo no sentido grosseiro que vulgarmente se

lhe atribui, visto que rigorosamente todos os dicionários existentes são incompletos, todos elles não passam de *subsídios para um dicionário completo*.

Não obstante a modéstia do título e a pequena extensão do conteúdo, esta obra é preciosa pela doutrina, pelas abonações, e pela inclusão de termos que os outros dicionários não registam por sistema, como são os obscenos.

Esta obra começou a ser publicada em *O Instituto*, de Coimbra, vol. 46.º, em Julho de 1899. O «Prefácio», as «Abreviaturas dalguns auctores e obras», e o texto da letra A, foram publicados nessa revista nos seguintes lugares: vol, 46.º, pp. 569-576, 697-704, 1017-1024, 1081-1088; vol. 47.º, pp. 57-64, 127-128.

No *Prefácio*, depois de fazer algumas referências ao *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido de Figueiredo, 1899 (q. v.), dá-nos o A. êste esclarecimento, que convém registar aqui: «Pretendemos, porém, justificar a publicação deste modesto trabalho, producto de um entretenimento que nos attrae e prende nas poucas horas feridas que nos sobejam da nossa profissão, e indicar que tomámos por base ou ponto de partida o *Novo dicionário* do sr. C. de Figueiredo».

Vid. notícia crítica de LEITE DE VASCONCELOS na *Revista Lusitana*, VII, pp. 307-312, e uma ligeira referência do mesmo A. nas *Lições de Filologia Portuguesa*, p. 232.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

C -

Vida e feitos de Julio Cesar

(Continuado do T6mo III, p. 336)

Elles em esto falando, veer6m novas a Cesar que os cavalleiros d'Arionistus se chegav6m contra o outeiro e lançav6 dardos aos seus e pedras e queriam com elles tomar peleja. Cesar leixou a fala¹ e foe-sse pera seus cavalleiros e mandou-lhes que n6o fizessem nojo aos de Arionistus e que assy fosse que elle bem podesse pelejar com elles sem perillgo; elle quys antes seer em paz que seus iniigos dizerem que eram enganados per sua fala. Quando as novas chegar6o aa hoste de Cesar da sem rrazom² d'Arionistus e como toda França per elle era enganada³, hy n6o ouve nem hu6a a que[m] nom crecesse vontade de pellejar.

Passa-[fl. 35 b]-dos dous dias, mandou Arionistus dizer a Cesar, per seus mesegeiros, que de boa mente trautaria duas⁴ cousas que antre elles era[m] começada[s], e que veessem a boo meo⁵, pois suas falas se partir6o sem aver fim, e que lhe veesse falar ou lhe enviasse taaes messegeiros a que ele podesse dizer sua vontade. Cesar vyo que nom era bem de lhe falar por que os saynes n6o se podiam teer⁶ de lhe fazer nojo e pareceo-lhe perillgosa cousa de lhe envyyar nem hu6u hom6o da sua meshada polla crueldade que em ele conhecia. Pero pareceo-lhe bem de lhe enviar Gayos Valleryos⁷, hu6u mancebo franc6s sages em falar, que Vallerius Flattus⁸ fizera cidad6o de Rroma, e Arionistus esteveira tanto em Rroma⁹ que bem o poderia entender. E n6o sabia rrazom por que elle nem nem hu6u dos outros seynes lhe devessem fazer mall e enviou com ele Maurius Titus: «H6i, disse elle, a Arionistus e conta-me a rreposta que em elle achar-des». Quando elles entrar6o nas tendas¹⁰ elle¹¹ os vyo e braadou t6a

¹ rompi sa parole FR. ² l'orgueil FR. ³ O tradutor portuguez resume o original franc6s que diz: ... que tote France avoit entredite as Romains en cel parlement, et que si chevalier avoient tret et lancie as chevaliers Cesar, et que per ee estoit li parlemenz departiz, ... ⁴ de ces choses FR. ⁵ O texto franc6s diz: et an treroit a aucun chief FR. ⁶ ne se porent tenir FR. ⁷ Gaius Valerius FR. C. Valerius Proculus, C6sar. ⁸ Placcus FR. ⁹ en France FR. ¹⁰ es tentes Arionistus FR. ¹¹ elle 6 Arionistus.

alto que elles e todos ho ouvyrõ: «Estes [fl. 35 c] me võe desafiar!»¹, e nũca lhe quis ouvir sua mensagem e feze os tornar². E em esse meesmo dia se desliou³ e passou as tendas de Cesar trres mill passos por filhar a vyanda que lhe viinha dos sequanois e da terra d'Os-cum. Des aquell dia endeante nom quedou Cesar de hordenar⁴ suas gentes ante suas tendas pera pelejar cõ Arionistus, se vcesse. Mais elle⁵ esteve em suas tẽdas⁶ e fez alojar a gente de cavallo arredor da oste⁷. E os rromaños, todos aquelles cinco dias, escaramuçarõ⁸ com elles e hy ouve de muy fremosas justas e dos sseynees crã seys mill cavalleiros a huã parte, e escolherõ seis mill de pee, ligeiros e fortes, cada huũ seu pollo guardar e defender se lhe cumprisse; e hiam todos juntamẽte a pelejar e os de cavallo sse rrecolhiã a elles quando lhes era mester e eles os ajudavam e metiã-sse por elles em todos periigos. E se alguũ era tam ferido que lhe fosse forçado de leixar a ssella, os de pee sse poyuham arredor dello e faziã muyto pollo guardar. E sse lhes [fl. 35 d] compria de hirõ longe, os de pee se pegavam aos cabos⁹ dos cavallos e corryam tanto como elles¹⁰.

Quando Cesar vyo que os seynees lhe nõ queriam dar batalha¹¹ e que lhe mingrava a vyanda, hordenou sua gente ã trres batalhas e mudou-sse e passou aa hoste de Arionistus e pousou em huũ lugar convinhaavell, quynhentos¹² passos de seus iniigos, e as duas batallas fez estar todas armadas e aa terceira deu cuydado de armar as tendas. Arionistus enviou contra lá ataa quinzẽ mill¹³ homeẽs, afora os de cavallo, que hyam apõs elles por lhes torvar o alojamento. As duas ligioões que Cesar hordenara se manteverõ contra elles e a terceira hordenou ho alojamento. Depois que as tendas foram armadas¹⁴, Cesar leixou duas ligioões¹⁵ ã guarda e foe-sse

¹ espier FR. *Havendo no português a mesma palavra (espíar) é singular que o tradutor não a tenha empregado.* ² O texto francês diz pelo contrário: ainz les fist tantost metre es anniax (na cadeia). ³ Tradução inexacta e incompleta do texto francês: Et ce jour meismes se desloja, si ala aillors e tendi ses tentes au pié d'un mont a .xj. mile pas de l'ost Cesar. Au tierz jour se resmut et passa les tentes Cesar .ij. mile pas par forselorre li la viande qui. . . FR. ⁴ O texto francês diz: ordener chascun jour et d'aprestre .v. jors autiers a bataille devant ses tentes. . . ⁵ elle é Arionistus. ⁶ Omissão das palavras: foz ces .v. jors FR. ⁷ de César. ⁸ pongoient FR. ⁹ as cretes e as crins des chevax FR. ¹⁰ O autor francês acrescenta: tant estoient il de cele chose duit FR. ¹¹ et que li Sesne se tenoient outre lui en lor tentes FR. ¹² .xj. cent no original francês. ¹³ .xvj. mile FR. ¹⁴ ordenees et garnies FR. ¹⁵ et une partie d'autre aide FR.

aas lojas¹ donde movera e levou as outras quatro ligioões; e, en outro dya, hordenou toda sua gente em batalha e sayrom fora de suas tendas. E as outras duas ligioões, que [fl. 36 a] ficarõ nas tendas, fezerõ esso meesmo por cercar os sseyne de huã parte e da outra². E desque atendeo atees meo dya e vyo que Arionistus nom viinha aa batalha, tornou-sse aas tendas. E desque forom dentro, Arionistus mandou cõbater os³ do novo arrayall, mais elles sse defenderom agramente⁴ e durou a peleja ataa soll posto. Entõ ffez Arionistus tornar sua gente⁵ que muytas feridas derom e rreceberõ. Aa noute demandon Cesar os presunciros porque nõ pelejara Arionistus e eles rresponderõ que custume era dos seynees que os feeticeiros⁶ lancem sortes quall he boa ora de pelejar e que elles as lançarom e virõ que elle nõ podia aver vittorya se pelejassẽ ante trres dias da luua⁷.

Entom⁸ leixou Cesar em todas suas tendas, tambem nas primeiras como nas segundas, tanta gente como entendia que lles compria⁹ e da outra hordenou trres aazes bem armadas¹⁰ e enderençou contra [fl. 36 b] as tendas dos seynees. E entõ conveo que elles saysssem aa batalha. E assy como sayã fora cada huã gente se hia a ssua parte e poynhan-sse em aaz a pequeno espaço de huũs aos outros e sayrõ-sse adeante e poserõ-sse a huũ cabo¹¹. E despois sayrõ marcone¹² e despois tribote¹³ e despois doange¹⁴ e despois nemtte¹⁵ e despois sodoçois¹⁶ e despois ssuevois¹⁷ (tantas tiinha Arionistus

¹ loges FR. ² O texto francês diz: ... car Cesar lor avait commandé au soir, et porosfroit de ça et de la la bataille as Sesnes. ³ les .ij. legions des noveles loges FR. ⁴ aigrement FR. ⁵ O tradutor abrevia aqui com razão o texto francês que diz: fist ... retourner ... cele partie de sa gent qui s'estoit combatue as deux legions. ⁶ que les matrones FR. ⁷ devant prime lune FR. ⁸ Este trres não está no seu lugar nesta frase. Ainda que os mss. francezes V e P omitam au, o Sr. Fluttre, na sua edição, constrói assim esta passagem: se il assenbloient devant prime lune. [Au] tierz jor apres lessa Cesar... ⁹ Em todo este período o tradutor não respeita bem o original que diz: ... lessa Cesar en ses .ij. pe[r]jre de tentes itant de gent qui pooit s'asfire au garder. Devant les menors tentes derriennement dreciees ordena et arouta un mout grant nombre de sa gent. Le remenant devisa en .iiij. conroiz bien armez et bien apareilliez, saz cels qui remanoient por les tentes garder, si s'adreça vers les tentes as Sesnes et vint a meïsmes. ¹⁰ armados no ms. ¹¹ O texto francês era um pouco difícil para o tradutor: Si come il isoient fors, chascune maniere de lor genz si s'estoit a une part et avoit entreval des uns as autres. ¹² Marcomani César. Marcomanne FR. ¹³ por Triboce FR. Triboci César. ¹⁴ por Wange FR. Vangiones César. ¹⁵ por Namete FR. Nemetes César. ¹⁶ por Sedusios FR. Sedusci César. ¹⁷ por Suavois FR. Suebi César.

de desvairadas maneiras dos seynees¹, e lançarô fora carretas e carros e todallas outras cousas que nem huñ nom ouvesse esperança de fugir. Lá hiam suas molheres com as mãos têdidas, chorando e braadando que sse nom metessem [em] servidoõe dos rromaños.

Cesar deu a cada huñ² ligiom, huñ legado e huñ questor — que som maneyra de balius³ — por seer testemunha como o cada huñ fazia. Entõ começarô a batalha contra a parte direita por que ally parecia aos seynees lugar mais fraco: cornas e vozinas começarô a tanger. Os rromaños sse quizerom ajudar de seus dardos [fl. 36 c] nos primeiros golpes. Mais os seynees chegarom tâ agynha que lhe tolherom o esforço d'arremessar e leixarô os dardos e pelejarom aas espadas. Os seynees fezerô falanga de seus escudos, assy como aviam ã custume, e rreecebiam⁴ os gollpes dos rromaños, e os escudos erã juntos huñs com os outros: e aquesto chamavã os franceses falanga. Taaes hi avya dos cavaleiros rromaños que rrachavam⁵ os escudos e feriã em descuberto e faziam muytas chagas. E tam rry-jamente⁶ se combatyam os rromaños que os seynees, que eram na seestra aaz, leixarô a praça e fogiam com as espádoas voltas. Mais os da aaz direita eram tantos, e tam rryjamente sse combatiã, que começarô a vencer os rromaños daquella parte. Quãdo esto vyo Publius Crasus (huñ forte⁷ mancebo que [guardava]⁸ a cavalaria daquella aaz) que eram muytos feridos e que os rromaños avyã o peor, elle viron o rrostro a huñ cabo e vyo Connaber⁹ e o sobrynho¹⁰ d'Arionistus que matara [fl. 36 d] Marciam, huñ vallente cavaleiro rromaño. E Publius Clasus¹¹ ffoe a elle e feri-o per tall virtude de sua espada que lhe falssou a cota¹² e lançou o fferro da outra parte,

¹ Sesnes FR. São os germanos. Cf. César. ² sic. no ms. ³ manieres sont de baillix FR. ⁴ sostindrent de legier FR. ⁵ et asrachoient les escuz de la phalange FR. O tradutor pensou que asrachoient significava rrachavam. ⁶ ruistement FR. ⁷ aigres juveneiax FR. Toda esta frase não passa duma contradição. ⁸ Cf. o texto francês que diz: ... qui gardoit la chevalerie del tierz conroi qui toz estoit ancore fres ne cop n'i avoit feru, il guie cels de sa garde cele part où il vit que Romain en avoient le pior. O texto francês de resto afasta-se também do texto latino: Id cum animadvertisset P. Crassus adulescens, qui equitatu praecerat, quod expeditior erat quam ille qui inter aciem versabantur, tertiam aciem laborantibus nostris subsidio misit. César, *De Bel. Gal.*, I, LII. ⁹ Conabré FR. Tudo o que se segue até ao episódio da perseguição dos germanos e da passagem do Reno pelos fugitivos não figura no texto de César. ¹⁰ serorge Ariovistus FR. ¹¹ Por Crassus. ¹² li fausa le blanc hauberc FR.

assy que Connabre cayó logo fora da sella¹. E ally forô mais de myll seynees arredor delle cuydando que era vivo.

Mais os cavalleiros que sêguyam Publius Crassus virom o ffre-moso golpe que seu condestabre fizera. Saltarô com eles e rromperô a primeira aaz e derribarom e ferirôm tâtos que toda a mesnada d'Arionistus voltou as costas e ffoçgirom sem deteêça atees o rryo, que era a cinco mill passos da batalha. Mais aquelles foram poucos, ca os cavalleiros de Cesar os matarô todos no encalço², e os que chegarô à agua provarô de hir aallem a nado. Os outros entravam em barcos se per ventura escapariã³. Arionistus viinha fogindo e achou huã pequena barca atada na rribeira e passou ò ella e escapou.

Elle avya duas molheres: huã era de Suane⁴, cõ esta espo-[fl. 37 a]sara elle aallem do rryo; a outra foe irmaã de Novetiam⁵, o rrey de Noruega. Esta esposara com elle em França. E ella lhe envyou seus irmaãos⁶ o huã morreo e outro fogio⁷. E de duas filhas que elle tiinha, huã foe presa e outra morta. E yndo Cesar no encalço dos seynees com seus cavalleiros, achou que Gayos Vallerius lhe tragia a mensagem cõ que o ell enviara a Arionistus⁸. E quando o Cesar vyo nom foe menos ledo de sua viinda ca de sua victoria por que era homê honesto e seu familiar e posera-sse por elle em aquelle perigo e escapara por sua booa ventura⁹. E como chegou a Cesar, disse que vira lançar sortes aos seynees e que acharô que sse em aquella ora pelessem que averiam o peor¹⁰. E em esto chegou Maurius¹¹ Titus, seu companheiro.

Desde que esta batalha foe sabuda aallem do rryo, todolos que eram aaquem passaram e tornaron-sse pera suas casas e os que estavam da outra pa[r]te souberom como eles [fl. 37 b] fogiam e forom empós elles e matarô muytos. Despois que Cesar ouve vencidas aquestas duas batalhas¹², levou suas legiões a terra de sequanois

¹ trebuch a morz de la sele. ² en cele chace FR. ³ ...se il en trovoient nule par aventure FR. ⁴ Suave FR. sueva. ⁵ Voccion FR. Voccio César. ⁶ la li envoie ses freres FR. ⁷ l'un et l'autre peri et fu ocise en cele fuie FR. ⁸ O tradutor não percebeu o que diz o texto francês: ... il trova que l'en menoit Gaius Valerius, son message qu'il ot ançois envoie a Arionistus por parler a lui. Ses gardes le tiroient apres els en .iij. chaennes. ⁹ Et bele aventure l'en avint car... il fu deschaennez FR. ¹⁰ O texto francês não diz nada disto: il dist que li Sesne avoient enquis oiant lui par sort se il l'ardroient a cele hore ou il garderoient enquire, et la sorz l'avoit respitié FR. ¹¹ Marius FR. ¹²ij. granz batailles veincues en un seul esté FR.

de que elle lançara os sequees¹ por envernar hy² e ficou hi Labienus em sua guarda. Cesar passou aaquella França que he aalem dos Alpes de Tollosa ataa Gemiries³, e aalem huñ pouco, e aly teve seu consselho.

Enquanto Cesar aly invernava, novas lhe viñham a meude⁴ que toda aquella⁵ França que sse chamava Belgue fazia comuñ juntamente contra o poboo rromaño. Labienus meesmo, que ficara com as legiões, lhe fez certo per suas leteras que esta conjuraçõ nõ era se nom que sse temyam que França fosse espalhada⁶ e que os rromaños se metessem polla terra e a destruysssem e que lles pesava pollas legiões que invernavam na comarqua donde os seynees forom lançados. E taes hy avya de fra[n]ceeses nobres e poderosos que per suas rry-[fl. 37 c]-quezas trabalhavã de seer rex de cidades e de comarquas, e esto nõ era ligeira cousa a elles desque os rromaños tevessem senhorios nas terras. Por esto se temyam⁷ elles de os tirar de seu poder.

E depois que Cesar foe certo, per leteras e messegoiros, desta cousa, fez meter asinha nova gente em terra onde estava (ataa duas legiões enteiras) e deu-lhe por condestabre huñ legado que era chamado Quintus Perius⁸. Aquelle os levou aallem das Alpes em França⁹. E desqu[e] ha hoste lá foe, Cesar encaminhou após elles desque vyo que poderia achar comprimõto d'hervas e de paceres. Encomẽdou aos de Ssees¹⁰ e aos outros franceses vezinhos de belgues que se trabalhassem de saber seus ffeitos e lho fezessẽ certo. E elles lhe fizeram saber que os belgues ajuntavã suas gentes em huñ lugar cõ grande esforço. Cesar o nõ pos em duvyda nem en tardança¹¹ e moveo contra elles e a-[fl. 37 d]-juntou pam e vianda de guisa que em quinze dias foe com toda sua gente na comarca de belgues.

E depois que hi foe¹², os de Rraynes, que he huñ grande cidade de belgues vezinha dos outros franceses de celte¹³, enviarõ-lhe dous

¹ Sesues *FR.* ² O tradutor português omite esta frase: Ce fu auques par tens encore poissent bien chevalier errer se besoinz fust *FR.* ³ Genvres *FR.* No ms. francês V vem a forma Gemires. O texto de César não fala nem dos «Alpes de Tolosa» nem na tal cidade de Genvres. Cf. *De Bel. Gal.*, I, liv. ⁴ sovent *FR.* ⁵ tote icele tierree partie *FR.* ⁶ que se tote Francee fust apesiee, que les oz des Romains... *FR.* ⁷ Por ce semonnoient li un les autres d'oster els de la poesté as Romains *FR.* ⁸ Pedius *FR.* ⁹ ... lues que li osterz fu entrez. ¹⁰ Sens *FR.* ¹¹ nel mist n'an deute n'an delai que il ne s'en alast vers els *FR.* ¹² et en meins d'eure que l'en ne cuidoit *FR.* ¹³ qui Celte estoient elamé *FR.*

messegeiros dos mais honrrados da villa: Ssicius e Andacumborius¹ erã chamados e derom sua mensagem a Cesar: «Senhor, os de Rraynes vos mandam saudar e dizem que som prestes de meter sy meesmos e quanto ham no poderio de Rroma e elles nom som da conjuraçõ dos outros belgues; antes som todos prestes de fazer vosso mandado e de vos rreceberem em suas villas e castellos e de vos ajudarem con suas viandas e cõ todalas outras cousas. Todolos out[r] os belgues som [m]etidos em armas contra vós e todolos tyois², que moravã aaquem do rryo, son con elles e tanto son sandeus que os de Seysones³, que soyã seer nossos amigos [fl. 38 a], tanto como parentes e aviã jurado nossos usos (os) e custumes, elles os tomarõ todos pera ssy e leixarõ nossa conpanhya por espanto que lhe poserom».

«E quantas cidades ha hi armadas, disse Cesar, e de que poderio san em batalha?» E os messegeiros rresponderan: «Hy ha taaes deles que san de linhagem dos seynees e foran viindos antiãgamente d'aalem do rryo e lançarõ os franceses fora da terra chaã⁴ e moraron hy sempre assy que já som muyto acostumbrados aa maneira dos franceses⁵. Porõ aqueles que som mais vezinhos do rryo som mais fortes e mais husados d'armas pollas guerras em que sempre andam. Levam o melhor de seus imiigos e que assy fosse que todolos outros lugares de França nos esquecessesem. Do nome dos belgues somos nós certos ca nós avemos liança com elles per casamentos, e nosos amigos nos disseran quanta ajuda cada hũa cidade e cada hũa villa lhe avia [fl. 38 b] prometida, e esso meesmo os conselhos.

Os de Beauves⁶ e de seu termo⁷ som de grande poder⁸ antre os belgues e som muyta gente virtuosos e de vitoria⁹ maravilhosa. Estes prometerõ que trageriam aa batalha com mill homeës d'armas, dos quaes os saseenta mill seriam escolheitos boos combatentes e poderosos de seer duques e capitaães de batalha. Depois destes som os de Soissom, seus vezinhos, que ham grande terra e¹⁰ larga,

¹ Siccius et Andocumborius *FR.* Iccius e Andocumborius *César.* ² et tant de Tyois come il abitoit deça le Rin *FR. César diz:* germanosque qui cis Rhenum incolant. *De Bel. Gal.*, II, III. ³ Soissons *FR.* ⁴ planteive *FR.* ⁵ O tradutor omite este fim de frase: et cil qui d'els sont engendré, que il seul se sont desfendu et gardé si lor país que Cymbre ne Tyois n'i mistrent onques puis lor piez *FR.* ⁶ Biauves *FR.* (Beauvais). ⁷ et d'antor *FR.* ⁸ et de tres grans fierté *FR.* ⁹ d'auctorité *FR.* ¹⁰ et planteif et large *FR.*

de que Domiciatus foe rrey¹, o mais poderoso francês do seu tempo, ca os seus mandados eram temidos atees Bretanha. Aagora ha hi outro rey que sse chama Gabla²; naquelle he dado ho encarrego enteiramente de toda a batalha per outorgamento de todos. Esto he por siso e rrazom e direitura que em elle sentem. Este ha de cidades e de castelos ataa doze e prometeo saseenta mill homeës armados. E outros tantos prometerõ os da Nyeveras³ que tõe doze villas e castellos a ssen mandar de que poderom aver quinzze mil homeës ardidos. E os d'Erras⁴ [fl. 38 c] e d'Ameans⁵, dez mill, e os de Corona⁶ com os de Edim⁷, viinte e cinco mill, os manapois⁸, sete mill; os do Cal-laaos⁹ dez mill; os de Beremendoois¹⁰, dez mill; os de Canbray¹¹, dezooyto mill. Cumdrois¹² e currios¹³, ceressois¹⁴ e pungenois¹⁵, que todos estes eram seynees per naçam, seriã acerqua do saseenta mill».

Cesar falou francamente aos messegeiros de Arras¹⁶ e disse-lhes que lhes fizessem viir os mais âciaños homeës de suas cidades e os filhos dos mais poderosos homeës e todo foe fleito assy como elle mandou.

Depois chamou Domiciatus d'Oscum e disse-lhe: «Grando nosso proveito seria quem podesse estorvar que esta gente nom voesse contra nós toda junta aa batalha. Esto podia soer ligeiramente, se os da comarqua de Oscum fossem aa terra de Beauvois¹⁷ e andassem pellos campos rroubando e queymando villas e lugares¹⁸. Ora hii vos, disse Cesar, cõ elles e fazee o millhor que ôtenderdes». E Domiciatus fez [fl. 38 d] seu mandado.

Desque Cesar soube que os belgues erã juntos contra elle e o logar em certo¹⁹ onde estavã, suas escuytas lhe disserom que eram contra Rruans²⁰ e ele se trigou de passar a agoa d'Ayssa²¹ que corrya

¹ O tradutor omite estas palavras: Bien membre a uoz peres que Diviciacus en fu rois... FR. ² Galba FR. ³ de Nevers FR. ⁴ d'Arras FR. ⁵ d'Amiens FR. ⁶ Teroenne FR. Théroutanne (Pas-de-Calais). ⁷ Hedine FR. Hesdin (Pas-de-Calais). ⁸ li Menapisis FR. Esta tribu occupava a foz do Escaldo, do Mosa e do Reno. (Nota do Sr. L.-A. Constans, editor de César, De Bel. Gal., t. 1, p. 51). ⁹ Calès FR. Calais (Pas-de-Calais). ¹⁰ Vermendois FR. Vermandois. Antigo condado francês, dividido hoje pelos departamentos do Aisne e do Somme. ¹¹ Cambrai FR. (Nord). ¹² Condrois FR. ¹³ Eburoids FR. ¹⁴ Ceressois FR. ¹⁵ Pemanais FR. Désies quatro últimos povos o Sr. L.-A. Constans diz: qu'ils n'avaient de german que le nom et se partageaient les Ardennes. Op. cit., p. 51, nota 2. ¹⁶ Reins FR. Reims. ¹⁷ Biauvoisins FR. Beauvoisis, cuja capital é Beauvais. ¹⁸ manoirs FR. ¹⁹ et il les senti en un lieu pas ment loign de la seue ostz FR. ²⁰ Reins FR. Reims. ²¹ d'Aisne FR. É o nome dum rio do norte da França.

contra aquela parte e alojou-sse aallem do rryo. E fazia-lhe grande proveito a agua que lhe guardava a hoste de huũ cabo¹ que seus iniũigos nom lhe podiam enpeecer e podian-lhe viir seguramente viandas da cidade de Rraãns e doutros lugares. Sobre a agua avia hũa ponte e Cesar a fez guardar de boa gente, e doutra parte da agua estavã Quyntus Titurius³ e Sabinus com seis mill cavalleiros⁴, e fez cercar todas suas tendas de paaos de doze pees em alto e de boas tavoas⁵ de dezooito pees.

Acerqua d'ally estava huũ castello dos de Rraãns⁶, que era chamado Bibras⁷, a oyto mill passadas. A este castelo [fl. 39 a] chegarõ os belgues e cõbaterom-no tam rryjamente que a grande pena o poderom os de dentro defender todo o dya; ca os de fora eram tantos e lançavam tantas pedras que nẽ huũ nom podia estar sobre o muro por o defender. E os belgues fezerom de seus escudos hũa pavesada⁸ e veerom cubertos della ataa o muro e derribarom huũ grande lança e poserõ o fogo aas portas. Mais a noute se chegou e o combate se partio⁹. Desque Secius¹⁰ soube esto, que era senhor do castello (huũ daquelles que foe enviado a Cesar da parte dos de Rraãns a rrequerer paz, assy como vos dissemos), envoyou dizer a Cesar que nom podia mais teer o castello sem seu acorro. Cesar tomou os archeiros de Nemidy¹¹ e de Creta e outros que sabiam tirar com fundas, e aa mea noute os fez hir ao castello e de sua viinda foe ho castello seguro¹². E os de fora perderom a esperanza de filhar e partirõ-sse dhi e foram-sse per Rrancieũ¹³ tomando e queymã-[fl. 39 b]-do villas¹⁴ e fazendo quanto mall podyam. E veeron-se direitos¹⁵ aa hoste de Cesar e alojarõ-sse ao¹⁶ menos de dous mill passos della, segundo o que parecia per seus fogos¹⁷.

¹ a l'une des costieres FR. ² ceindre FR. ³ Quintus Titurius Sabitius FR. A forma Sabinus do ms. português é a boa, mas o nosso tradutor julgou que se tratava de dois personagens. ⁴ que Cesar lessa ilueques FR. ⁵ il fist fermer environ par devers terre de paliz de .xij. piez de haut et boen fossé de .xviij. piez de lé FR. ⁶ de Rencien FR. ⁷ Bibrax FR. Nota do Sr. L.-A. Constans, op. cit., p. 52: «D'après la distance indiquée, Bibrax ne peut être que Beaurieux ou Vieux-Laon». ⁸ une haie qu'il apeloient testue FR. ⁹ qui departi l'asaut FR. ¹⁰ Sicius FR. ¹¹ numidiens FR. ¹² O texto francês não diz tal: Li messagier meisme les i menerent. Cil dou chastel a lor venue furent asseüré de lor vile deffendre et tenir. ¹³ Rencien FR. ¹⁴ viles et recez FR. ¹⁵ direitos de-reitos no texto. No texto francês: ensamble batant. ¹⁶ Sic no ms. ¹⁷ O texto francês diz: Li fronz des loges et de lor estz avoit bien .viij^m. pas de lé, si con la flambe de lor cuisine monroit.

Cesar nã quys combater logo cõ elles pella multidoõ de sua gente. Pero enviava cada dia seus cavaleiros a escaramuçar e a justar¹ cõ elles por que queria veer de que virtude erã seus inimigos e como os da sua hoste o ssabiam fazer. E depois que os seus nom valiam menos em armas que os belgues, começou de hordenar suas aazes em batalha². Sua hoste era alojada em huñ outeiro baixo sobre a agua³. A campina era assaz larga antre anballas hostes, tão to que bem podiam rregar suas aazes⁴. A entrada do outeiro nã era tam larga⁵ que huñ cavallo nom podesse lá bem sobir. Cesar cuydou que polla multidoõ de seus inimigos poderia acontecer sua gente sse rrecolher⁶ hy e fez fazer duas covas através do monte⁷ e a cada parte⁸ dellas fez fazer duas torres e pos em ellas boo rregimento que, sse os belgues [fl. 39c] quisessem combater os romaãos pela traseira⁹, que nom podessem pelas covas e pellas torres¹⁰. E ello tiinha muytos boos engenhos¹¹ dentro nas torres.

Desque Cesar esto ouve feito, encomendou suas logeas¹² a dous legioões, que novamente trouxera daalem das Allpes, por guardar as tendas e lhe dar acorro sse cunprisse¹³. E do[s] outros seis legioões hordenou suas aazes¹⁴ e os belgues outrossy. Huñ pequeno rrybeiro¹⁵ avyam antre ssy. Os belgues atendiam que os rromaãos passassem a elles e esso meesmo atendiam os rromaãos delles e assy se tiinhm huñs aos outros¹⁶. E quando nẽ huñs delles nã quiserom passar o rryo¹⁷, Cesar tornou suas gentes aas tendas. Os belgues se partirõ

¹ et i avoit granz pongneüz et granz jostes FR. ² il entendi a ses batailles ordener FR. ³ sor Aysue FR. ⁴ ...ses eschieles ordener FR. ⁵ No nosso ms. a palavra larga em parte está apagada (a perna do g, e a melade superior do r foram rasgadas). Por isso é que esta palavra não traduz exactamente a do texto francês: l'entrée ...n'estoit pas si roiste par devers la frontière de l'ostz que uns chevaux n'i poist aler ses galoiz. ¿ Seria agra (ingrupo) que o corrector queria dizer? ⁶ O tradutor português afasta-se um pouco do original francês: Cesar, qui doutoit que la granz multitude de ses amemis ne tendist a ceindre sa gent et a enclorre la... FR. ⁷ de la champaigne lors de juij. piez FR. ⁸ As chies de ses ij. fossez fist... FR. ⁹ de costé FR. ¹⁰ O tradutor português omite este membro de frase: ainz les covenoit combatre front a front, ou autrement naient. ¹¹ boens mangoniæx et autres engins... FR. ¹² il comande les loges as ij. legions noveles. ¹³ O nosso tradutor aqui simplifica a construção da frase francesa que diz: Quant Cesar of ce fet, il comande... (vid. nota 12), que il avoit amenes d'outre les Halpes, ou conduit Quintus Pedius por garder les tentes... ¹⁴ eschieles FR. ¹⁵ mare FR. ¹⁶ Omissão desta frase no texto francês: Li chevalier en dedenz s'eslessoient li un as autres de ça et de la. ¹⁷ et Cesar vit que si chevalier avoient eü le meilleur dou pongneüz... acrescenta o compilador francês.

donde estavam e chegarõ ao rryo, donde a agua era mais profunda, por poer aalem hũa parte de sua hoste. E sua teençõ era tall que derrybassem o castello daalem da ponte que Quintus Turius guardava e que cortassem a ponte e, se o podessõ fazer, que corressem pellos cã-[fl. 39 d]-pos dos Reynees¹ e gastassõ a terra donde viñham viandas e acorro aos romaãos²

Quintus Turius o fez saber aos rromaãos e Cesar enviou aaquella parte a cavalaria por guardar a ponte. Os de Mediam³ e de Creta, fundeiros e archeiros ligeiramente armados, [forom com eles]⁴. Cesar meesimo veeo cõ elles e foe fera a batalha donde os belgues queriam passar, mais os romaãos ouverõ o melhor, que pelejavã de terra e matarõ delles muytos. Os outros, que se trabalhavam d'escapar por cima dos corpos dos mortos, os romaãos os botavam por força atrrás com as lanças que erã espessas⁵. E os que passaram no começo foram ençarrados e asinha desbaratados.

Quando os belgues virom que nom podiam passar⁶ nem derribar a torre que Quintus Titurius guardava e que os rromaãos nom quiserom passar o rribeiro por pellejar com [fl. 40 a] elles, disserom que nõ avia tam boõ consselho como de sse tornar aa terra⁷ donde veerã e, em quall quer lugar que os rromaãos fossem a elles em sua terra, elles poderiam ajuntar mais gente e pelejar a seu salvo em sua terra que na estranha e allã poderiam mais asinha aver viandas que aly ayyam muy poucas e muy caras. E esto fez todolos belgues acordar aaquella sentêça⁸, e os beauves, que nom queriam tardar muyto na hoste por que avyam novas que Domiciatus e os d'Oscum andavã gastando sua terra e que lhe compria de aver alguõ acorro.

¹ Renciens *FR.* ² et empeeschassent lor voitures et lor charroi *FR.* ³ Li Numidien *FR.* ⁴ O original francês autoriza-nos a completar com verdade a frase incompleta: Quintus Tyturius le fist savoir a Cesar; et il envoie cele part tote la chevalerie outre le pont. Li Numidien et cil de Crete, fondeor et archier legierement armé, alerent avec. Cesar meïsmes les suivi... *FR.* ⁵ rebouterent li Romain arriere par force as trenchanz darz que il lor lançoient espesement *FR.* ⁶ Aïne *FR.* ⁷ a son hostel *FR.* ⁸ No ms. as palavras sentêça e e são separadas por um ponto que nós substituímos por uma vírgula para que a construção da frase fique correcta. Mas ao fazer isto a tradução do original francês fica inexacta apesar da nossa boa vontade: Ce fist toz les Belges a ceste sentence acorder que cil de Biauvoisins ne voloient a nul fuer plus demorer en cele ostz, come cil qui noveles avoient eïtes que Diviciacus et cil d'Ostum s'estoient en lor terre enbatu... *FR.*

Depois que esta cousa foe cõfirmada, toda sua hoste sse desordenou e começaram a hir como gente que fogia, cada huõ como mais¹ asinha podia chegar a sua casa². Cesar soube estas coizas per suas escuytas e nõ quis que nem huõ saísse das tendas por hir após eles; ca nom sabia a rrazom de seu partimento e temia-sse de ser enganado. Em outro dia³ [fl. 40 b], depois que elle foe certo da cousa, envyrou após elles todos os de cavallo⁴. Quintus Pedius e Lucius Acunculeus⁵ os guyavam. E mandou que Tytus Labienus fosse despós eles cõ trres legioões e aquelles seguirom os belgues huõ grande pedaço⁶ e feriram nos traseiros e matarõ muytos delles. Pero os belgues manteverõ bem ho combate contra os rromaãos mais nõ ouverom nem huõ acorro dos deanteiros que fogiã cada huõ como podia⁷, que toda sua esperanza era soamente em fogir. E por esto matarõ os rromaãos muytos delles sem seu danço⁸ e aquelle encallço durou des a manhaã ata a noute. Entom se tornarõ os rromaãos a ssuas tendas assy como Cesar mandou.

Ao terceiro dia äte que os belgues fossem juntos, Cesar se tornou⁹ con toda su[a] oste aa terra de Soyssõ¹⁰, que era cerqua de Braans¹¹, e aderenço contra a cidade e aprendeo qu'em ella avya pouca gente e cuydou a filhar no primeiro combate mais nom foe assy ca os mu-[fl. 40 c]-ros eram muy alltos e as cavas muy profundas e hy avya tâta gente que bem poderia manteer o muro todo o dia. E aa noute, todos aquelles que escaparõ sse meterom dentro assy que a villa foe toda chea. Quando Cesar soube esto, fez alojar sua gente e guarnir suas tendas e tirar os engenhos assy como compria a combater. Huõ arteficio de madeira¹² foe logo levâtado com boas torres¹³ e altas e per cima huõ engenho a que os rromaãos chamavõ viga¹⁴, e chegarõ-no ao muro. Quando os da cidade virõ estas obras que os rromaãos em tam pouco tempo fezerõ prestes, forõ todos espantados e tanto temerõ a ameaça de Cesar e dos seus

¹ comais *no ms.* ² Chascuns qui mielz mielz se metoit a la voie sanz nul ordre tenir et sanz conduit, en grant haste de venir en meson *FR.* ³ al a jorner *FR.* ⁴ por retargier cels qui en la quee des fuiant estoient *FR.* ⁵ Arunculeius *FR.* Aurunculeius *César.* ⁶ grant piece *FR.* ⁷ chascuns mielz pot, lues que il oïrent la noise de cels det[r]iers *FR.* ⁸ car nus de lor dux nes pooit retourner de la fuie, si les ocioit l'en en fuiant *FR.* ⁹ grant aleüre *FR.* ¹⁰ Soissons *FR.* ¹¹ Renciens *FR.* habitantes do território de Reims. ¹² Uns terrax de merrien et de motes fu errament dreciez *FR.* ¹³ tors et bretesches de fust levees par desus *FR.* ¹⁴ vignes *FR.* vineæ *César.*

que lhe mandaron messegeiros de paz e preposerom de sse lhe rrẽder. Cesar os rrecebeo salvas suas vidas e sua cidade e sen aver a rrogo dos rromaños¹ e rrecebeo logo em arrafeõs dous filhos de rrey Gabba com outros dous que mais valiam na cidade e na terra², e rrenderõ-lhe logo suas armas [fl. 40 d]. Despoys que Cesar tomou Sayssom, foe-sse com toda sua hoste a Beauves³. E quando chegou a cinco mill passos da villa, sayrom a elle os mais honrrados homeõs da villa fazendo sinaaes de bocas e de mãos que sse queriã meter em seu poder e nom queriam filhar armas contra os rromaños. Desque Cesar chegou aos muros, fez armar suas tendas arredor da cidade. E molheres e moços pequenos sobiam aos caramanchodões⁴ e rrequeriã paz com as mãos tendidas ssegundo seu costume. Domiciatus⁵ d'Oscum⁶ fallou por elles a Cesar⁷. «Cesar, senhor, disse elle, os de Beauves forõ sempre amygos e companheiros dos d'Oscum e aynda agora o forom⁸. Mais seus principes e meestres os enganarom⁹, que lles fizeram entender que vós tinhees os d'Oscum por servos e que esso meesmo fariees a elles se sse vós¹⁰ rrendessem. E aquelles que forõ principes e cabeças deste [fl. 41 a] consselho som fogidos ã Bretanha e a terra por esto he ã gram periigo. Ora avee mercee dos beauves por amor dos d'Oscum, que soyam a sser seus amigos, e assy aviinrá que nós seremos mais prezados e amados de toda França e nós vos devemos esto de rrogar, ca elles nos ajudarom já a acabar muytas guerras». Cesar disse que o faria de booa mête por amor d'elle e dos d'Oscũ e por que Beauves era grande cidade e de grande nomeada e poboada de booa gente. Cesar rrequereo seiscentas arrefeõs e depois que as teve, os de Beauves lhe rrenderõ suas armas e Cesar se tornou aa terra de Meaãs¹¹ e os ameaneses¹² se lhe rrenderõ sem tardança e os de Novres¹³ se lançarom contra as marchas d'Amynoyes¹⁴. Cesar enqueereo de que cus-

¹ par la priere de cels de Reins *FR.* O tradutor tomou Reins por romains.

² Tradução pouco exacta do texto francês que diz: Cesar en reçut les ostages, si come ij. filz le roi Galbe et autres des mielz vaillant de la cité et don país... Galba in *César*. ³ Biauvers *FR.* Beauvais. ⁴ as creniax *FR.* ⁵ Diviciacus.

⁶ de d'Oscum no ms. ⁷ Faltta aqui a tradução da frase seguinte: ...ce fu cil qui avoit coreü par Biauvoisins em proie tant [com] li Belgue furent en ostz contre Cesar. Il avoit de cels d'Ostum renvoieiz et li autre estoient o lui en l'ostz Cesar *FR.* ⁸ et fussent encore, mes... *FR.* ⁹ les ont retrez *FR.* ¹⁰ vq no ms.

¹¹ Amiens *FR.* ¹² Aminois *FR.* ¹³ Nevers *FR.* ¹⁴ qui de rien n'amoient les Romains *FR.*

tumes eram e de que natureza e disserõ-lhe que elles nom sofreriã em sua terra nõ huũs viços¹ per que seus corpos [fl. 41b] enfraquecessem e eram homeẽs rrijos e cruees e de gram virtude e pras-mavam muyto aos franceses que sse rrenderom aos rromaños e quebrantarõ a antiãga virtude de sua terra e afirmavã que nõca enviassem nem hũa messagẽ aos rromaños nõ posessem cõ elles nem hũa condiçom de paz.

Desque Cesar andou huã grande peça pella terra onde os de Nyvres² erã ajuntados, os presoreiros que elle tijnha lhe fezerom entẽder que elles erã alojados sobre huã aagua³ longe d'aly, a dez mill passos⁴. Os de d'Arcoys e d'Avermẽdois⁵, que erõ seus vezinhos, os consellarõ que sse metessem ã aventura⁶ de batalha. E com elles viĩham os avaloois⁷ de contra o rryo⁸ a grande esforço; suas molheres e seus filhos e os homeẽs velhos eram metidos em huã lugar çarrado e cercado de paos⁹ que nem huã nam podesse hir a elles.

Quando Cesar esto aprendeo, envyrou deante seus centuriõdes e suas esenytyas [fl. 41c] por escolherem logar convinhaavell pera pousarem os rromaños e podessem armar suas tẽdas. Na companhia de Cesar avia assaz de belgues¹⁰ daqueles que sse lhes rrenderõ. Estes pararom mentes como a hoste de Cesar andava¹¹ huã¹² longe da outra pella carryagẽ que andava na meetade, e enviarom caladamẽte dizer aos de Nevres que nõ atendessem ataa que toda a oste dos rromaños fosse alojada¹³, mais que combatessem a primeira legiom que chegasse e sse a podessem desbaratar fariã deteer a carryagẽ e as outras legiõdes nom sse ousariam a combater com elles. Os de Nevres creerõ de booa mẽte este consselho e elles nõ avyã husado cavallaria (ca todo o seu esforço era em gente de pee) e por

¹ O tradutor não respeitou bem o texto francês que diz: L'en li dist que il ne sousfroient que nule marcheandise alast en lor país, dont lor ener eüssent amoioiement de delices ne d'esbanoi FR. ² Quant Cesar ot grant piece cele part ou il oĩ que li Nivernois estoient assenblé FR. O tal Nyvres é Nevers. ³ sor une iane FR. ⁴ ... la l'atendoient a cop FR. ⁵ eil d'Artois et de Vermandois FR. ⁶ se meüssent en aventure FR. ⁷ Avalois FR. São os Atuatuaci no texto de César. ⁸ venoient de vers le Rin FR. ⁹ qui clos estoit de mares et de palu. O nosso tradutor tomou palu (palude) por uma palavra da família de pãlus. ¹⁰ Belgues-François FR. ¹¹ coment les oz Cesar erroient par chemin FR. ¹² lã longe no ms. ¹³ ... la ou Cesar devoit ses tentes ficher pres d'els FR.

esto lançaram arredor de sua hoste espinhos de ferro¹ espessos tanto que gente nã de cavallo nam podia a elles entrar sem periigo. Em o lugar que os rromaãos escolherom pera seu alojamento era huã ou-[fl. 41 d]-teiro sobre a agua², a que chamavam Sabis³. E antre a agua e o outeiro avya outro outeiro mais baixo⁴ e os de Nevres jaziam em huã tam grande boosco escondidos per a beira da agua que os nom podiam veer; na agua nã avya mais que tres pees em alto.

Cesar enviou logo sua cavalaria adeante e elle após ella con toda sua gente. Os rromaãos nom soyam teer aquelle custume quando chegavam acerqua de seus iniigos. Cesar acustumava, quando era cerqua delles, de meter deante quatro ligioões ou cinco⁵, e aquella vez fez hir deante seis, e despois toda sua carriagẽ juntamente, e leixou na rreguarda duas ligioões⁶. A cavalaria de Cesar hia de deante e passou a agua.

E os cavalleiros de Nevres veerõ a pellejar com elles. Grande foe a peleja. Empero os de Nevres nom poderõ soffrer nã defender a passagem e⁷ os rromaãos aviam beestas e fundas na deanteira que faziã [fl. 42 a] toda a praça⁸. Mais tanta avãtagem aviam que tiñham o boosco preto, e depois que nã poderom soffrer os cavalleiros de Cesar, tornarõ-sse dentro, e daly sayam fora a pelejar e os rromaãos corryam cõ elles pero non ousavam entrar com elles no boosco. As suas ligioões, que veerom deante, armarom suas tendas⁹.

Como os de Nevres, que estavã no boosco, as conhecerom¹⁰, sauirom a elles de todas partes segundo o tiñham ordenado e ferirõ nos rromaãos e desbaratarõ-nos mais asinha que homẽ nom cuyda-

¹ O tradutor afasta-se um pouco do original: por ce avoient il esparses ramille et espines entremellees entor les loges, que li chevalier Cesar n'avenissent a els de legier por corre em proie. Cil espinoiz estoit si larges et si espes qu'a paine pooit l'en lor gent choisir, ne chevax ne poist a els venir FR. ² uns larges tretres estoit qui descendoit en pendant vers l'iaue FR. ³ É o nome latim do rio Sambre. ⁴ O tradutor português resume o original: qui venoit en descendant vers celui tertre, si que li uns venoit encontre l'autre. Entor .cc. pas avoit de l'un a l'autre... En i cele partie dou tertre ou il n'avoit point de lois, estoient par delez l'iaue estendu itant de chevaliers come il avoit en l'ostz de cels de Nevers, et les pooit l'en veoir FR. ⁵ .xv. ou .xvj. FR. ⁶ por garder et por desfendre lor hernois et la queue de l'ostz. ⁷ car li Romain FR. ⁸ qui la place delivroient FR. ⁹ En dedenz entendoient les .xvj. legions, qui venues estoient avant, a lor paveillons et a lor loges drecier FR. ¹⁰ parçurent le premercin hernois de l'ostz as Romains FR.

ria, e correrõ com elles atees a agua e ataa o outeiro onde os rromaños começarõ armar suas tendas. Aquy teve Cesar de fazer muytas cousas em huã soo ora¹: assy como enderençar sua hoste² em booo lugar e de aver cuydado que viinham seus imiigos e meter sua gente em armas e fazer tanger as vozinas por chamar a gente que andava alongada e hordenar suas batalhas e [fl. 42 b] mostrar a seus cavalleiros de bem fazer. E a mais grave cousa destas er[a] o tempo que falecia e seus imiigos andavam já ferindo em sua gente. A todas estas cousas non avya sendõ dous conselhos e eram: que os seus cavalleiros sabiã o que avyam de fazer — e herã husados a batalhas — e que cada huã condestabre tiinha ja mādado que se nom partisse de sua gente; e assy o fazia cada huã aaqueles que avya d'encaminhar³.

Cesar mandou aquelas cousas que soya⁴ de mandar e amoestou sua gẽte de bem fazer e hia buscando huũs e outros por lhe falar e chegou primeiro aa dez⁵ ligions e nom os deteve em muytas palavrass. Pero tanto lhe disse que por amor de Deus e por salvar suas almas e vidas e suas honrras que se nõbrassem de sua primeira virtude e nõ ouvessem medo e mantevessem rryjamente a peleja contra seus imiigos⁶, que eram acerca delles a huũ lanço de dardo e aviã já rrota aa vanguarda. E yndo Cesar assy confortando sua [fl. 42 c] gente achou que pelejavã já. Ca os de Nevres estavã tam prestes que os rromaños nom ouverom vagar de laçar⁷ seus elmos nem seus condestabres de os hordenar, e chegarõ-se aa primeira

¹ en un seul point. ² Tradução demasiadamente livre da primeira parte do trecho correspondente do original: ...si come l'aigle drecier et metre en haut — ce estoit l'ensaigne quant si home devoient corre as armes —; sonner la buisine... FR. ³ Para tornar esta frase mais clara citamos o período francês tal qual vem superiormente estabelecido pelo Ex.^{mo} Sr. Flutre: A totes ces grietez n'avoit que .ij. conseilz et .ij. aides: ce que li chevalier Cesar estoient sage et introduit par l'usage des batailles ou il avoient esté arriere, et savoit chascuns ce que il devoit fere a besoign sanz ensaigner, et ce que Cesar avoit commandé as legaz conestables de chascune legion que ne se departissent de lor genz a nul fuer quant il commençoient aucune ovraigne. Cil furent presant au besoign; si fist chascuns dou mielz que il sot entor cels que il avoit a guier FR. ⁴ ce que il ot a commander FR. ⁵ la disieme legion fu par devers lui... FR. ⁶ anemis. Dona lor le signe d'assembler a lor anemis, qui pres estoient au giet d'un dart... FR. ⁷ lança[r] no ms.; lor biauxmes lacier ne de lor escuz prendre FR.

bandeira que acharom que cada huñ nom perdesse tempo de pelejar buscãdo a ssyna¹.

Cada huñ condestabre hordenou sua ligiom o melhor que pode como compria a tall lugar onde sse nom podiam guardar ordem nem castigo de cavalaria e daquella parte donde cada huñ ligiom estava se defendia o melhor que podia de seus imigos, mais os espinhos lhes empeciam tanto que sse nõ podiã guardar de seus adverssairos que lhes nom sayam de todallas partes e desque faziam seus golpes escondian-sse que os nom podiam veer nem sabiã os rromaños de quall parte sse guardassem e aly ouve muy desvairadas aventuras.

(*Continua*).

JEAN-BAPTISTE AQUARONE.

¹ ...: en cele partie ou chascuns vint quant il se furent torné de lor œvre, se tindrent; a cele baniere que chascuns trovoit premeraine se tenoit, que il ne perdist le tems de combatre que que il entendist a querre la seue baniere *FR.*

Notas etnográfico-lingüísticas da Póvoa de Varzim

Âncoras de pedra. Jangadas de cortiça. Moinhos de vento

*Aos eminentes folcloristas Cláudio Basto,
A. Santos Graça e José da Silva Vieira,
testemunho de recordação de 1935.*

No mês de Agosto de 1935 passei alguns dias de férias na Póvoa de Varzim (fot. 1). O renome da célebre praia, o interêsse filológico e etnográfico que despertaram em mim publicações recentes sobre a língua e a vida desta povoação, e sobretudo o desejo de conhecer pessoalmente o autor do instrutivo livro sobre «O Poveiro» e de apreciar em convivência mais íntima a gente e as «cousas e palavras» da sua vila natal, incitaram-me, depois de conhecer — dias inolvidáveis para mim — a hospitalidade e o meio simpático da capital e da Universitas Conimbricensis, a escolher a praia da Póvoa de Varzim como sítio de descanso e de recreio. Foi em companhia do prezado autor de «O Poveiro», cicerone informado sobre tôdas as cousas que se referem à sua terra, que tive o prazer de conhecer a Póvoa e seus arredores, os encantos da paisagem, monumentos artísticos e monumentos da tradição popular. Foi numa destas excursões — organizada para cumprimentar em Esposende o Sr. José da Silva Vieira, simpático livreiro e erudito, que no meio pacato da sua vila tem desenvolvido uma actividade deveras extraordinária em prol do folclore minhoto — que recolhi os materiais que formam o assunto do presente artigo. Logo ao sair da Póvoa e ao chegar a Abremar, apenas distante meia hora daquela vila, o aspecto singular desta aldeiazinha costeira prendeu a minha atenção. Descemos do automóvel e visitámos a praia. Eis aqui as minhas impressões desta visita e as notas etnográfico-lingüísticas que me sugeriu¹.

¹ Agradeço ao Sr. Melo Furtado, colaborador do «Centro de cultura portuguesa e brasileira de Hamburgo», a amabilidade de rever o estilo do artigo e de traduzir o capítulo final.



Abremar (fot. 2), aldeiazinha de pescadores e agricultores, está situada entre Esposende-Barcelos e a Póvoa de Varzim, muito mais perto desta vila, a que pertence administrativa e economicamente. Todos estes lugares são bem conhecidos dos filólogos e etnógrafos: Esposende por uma série de estudos folclóricos e lingüísticos, impressos quasi todos na tipografia do Sr. J. Silva Vieira; Barcelos por dois livros excelentes, que quasi esgotam a matéria folclórico-filológica¹, e a Póvoa de Varzim por um grande número de trabalhos dedicados aos diferentes aspectos da sua vida cultural². Por agora pomos de lado o que nos dizem estas publicações, para nos dedicarmos a alguns aspectos particulares que ainda não encontraram a atenção que merecem, especialmente quando encarados do ponto de vista comparativo. Também não nos detemos em considerações de carácter geral sobre a geografia e a economia da região. O que pode esclarecer — dentro dos limites dum esboço como o presente — estes caracteres, são precisamente os objectos escolhidos por nós e que já por si falam uma linguagem bastante eloquente. Vamos, pois, *in medias res*, com o fim de ilustrar alguns aspectos da cultura material poveira, que decerto dão a esta uma nota particular e que — segundo vamos ver — não menos interesse possuem, vistos numa perspectiva mais ampla inter-peninsular e inter-românica.

Abreviaturas de revistas e estudos não citados com o titulo completo

BDC = *Bulleti de dialectologia catalana*, Barcelona.

BE = *Boletim de etnografia*, Lisboa.

FEW = W. v. WARTBURG, *Französisches Etymologisches Wörterbuch*, 1928 e sgs.

HPyr = F. KRÜGER, *Die Hochpyrenäen*, Hamburg-Barcelona 1935-1936.

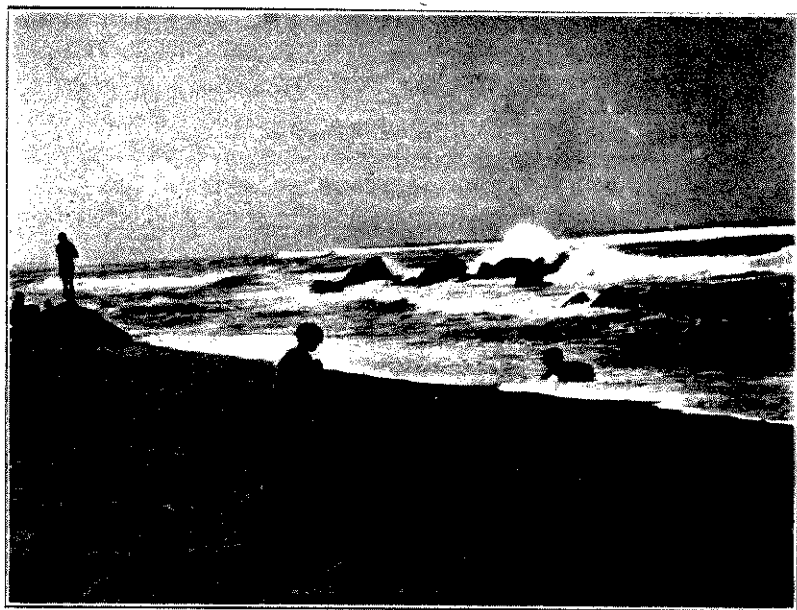
LiPort = *A Lingua portuguesa*, Lisboa.

Portugalia = *Portugalia*. Materiais para o estudo do povo portuguez.

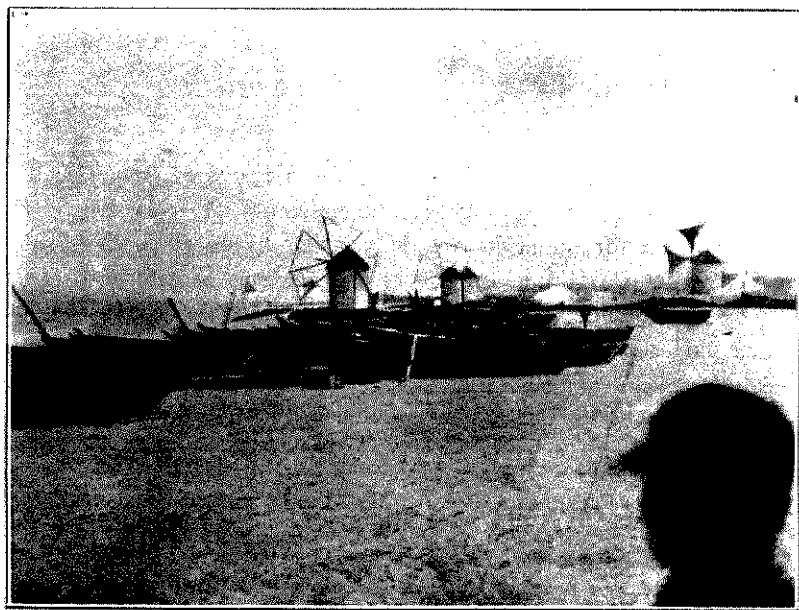
REW = MEYER-LÜCKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 3.^a ed.

¹ Referimo-nos às *Tradições populares, Linguagem e toponímia de Barcelos*, de A. GOMES PEREIRA, Esposende 1916, e às *Notas etnográficas sobre Barcelos*, de FERNANDA DE MATOS CUNHA, Porto 1932.

² Podem-se consultar sobre a história da Póvoa o artigo de FONSECA CARDOSO, «O poveiro, estudo antropológico», publicado na *Portugalia* II, 517-533, e a documentação dada por SAMPAIO no seu estudo sobre «As póvoas marítimas do norte de Portugal», *Portugalia*, II, 586 e sgs.; sobre os aspectos folclóricos o livro de SANTOS GRACA, e sobre a linguagem o artigo do Dr. LEITE DE VASCONCELOS «Linguagem popular da Póvoa de Varzim», incluído nos *Opúsculos*, II, 269-302.



Fot. 1 — Praia da Póvoa de Varzim



Fot. 2 — Aspecto geral de Abromar

- RFE = *Revista de filología española*, Madrid.
 RL = *Revista Lusitana*, Lisboa.
 RLR = *Revue des langues romanes*, Montpellier.
 RLiRo = *Revue de linguistique romane*, Paris.
 VKR = *Volkstum und Kultur der Romanen*, Hamburg.
 WS = *Wörter und Sachen*, Heidelberg.
 DESCAMPS (P.), *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris 1935.
 EBELING (W.), «Die landwirtschaftlichen Geräte im Osten der Provinz Lugo» (Spanien), *VKR*, v, 50-151.
 GK = F. KRÜGER, *Die Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete*, Hamburg 1925.
 GRAÇA (A. SANTOS), *O Póvoiro. Usos, costumes, tradições e lendas*, Póvoa de Varzim 1932.
 KRÜGER (F.), «Die nordwestiberische Volkskultur», *WS*, x, 1927, 45-137.
 LOURO (M. F. DO ESTANCO), *O livro de Alportel*, Lisboa 1928-1929.
 MESSERSCHMIDT (H.), «Haus und Wirtschaft in der Serra da Estrêlas», *VKR*, iv, 1931, 72-163; 246-305.
 PICÃO (J. DA SILVA), *Atravez dos campos*, Elvas, i, 1903; ii, 1905.
 VASCONCELOS (J. LEITE DE), *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa 1915.
 — *Opúsculos*, Lisboa 1928 e seguintes, 4 volumes.
 — *De terra em terra*, Lisboa 1927, 2 vols.
 VIEIRA (J. AUGUSTO), *O Minho pittoresco*, Lisboa, i, 1886; ii, 1887.

As âncoras de pedra

Entre os aparelhos que usam os pescadores da costa atlântica merece atenção especial a âncora. Consiste, em Abremar, num triângulo de paus, entre os quais fica cangada uma pedra de forma comprida (fig. 1 a e fot. 3).

Na praia de Abremar abundam as âncoras desta espécie. É o utensílio predilecto para fundear, especialmente na areia. Encontramos a mesma forma na Póvoa de Varzim¹ assim como nas praias do Norte: no Rio Minho², no Pôrto do Són³, em Finisterra⁴ e, conforme se pode deduzir das informações dos dicionários, também em outras partes da Galiza⁵. O mesmo tipo aparece na costa asturo-

¹ SANTOS GRAÇA, *loc. cit.*: Aprestos marítimos.

² ABEL VIANA, *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto-Minho*. I. Viana do Castelo 1930, p. 37.

³ X. LORENZO FERNÁNDEZ, «As dornas do Pôrto do Són». *Nós*, ano xvi (1934), 113, fig. 8.

⁴ Devo esta informação ao Dr. W. Schroeder, colaborador do «Centro de cultura portuguesa e brasileira de Hamburgo», que há pouco estudou a pesca desta região.

⁵ CUBEIRO PIÑOL, CARRÉ ALVARELLOS, s. v. *poutada*.

-cantábrica¹ e uma forma bastante parecida na Vascónia². Difere o tipo vasco da forma atlântica por uma ligeira transformação, constituindo a base uma cruz de 42 centímetros de comprimento, e composta a parte superior de quatro paus de 77 centímetros (fig. 1 c), entre os quais fica presa a pedra que aqui tem uma forma mais rectangular. Formas semelhantes estão espalhadas pelas costas do



Fot. 3 — Âncoras de pedra, batego, ganchorra (Abremar)

Levante e do Sul da Península³. Temos também notícias da sua existência nas Ilhas dos Açores, como se deduz do vocabulário publicado por Luís da Silva Ribeiro sobre a Ilha Terceira⁴.

Qual é a origem desta espécie de âncoras? A forma e o material empregado na sua construção mostram um carácter extremamente

¹ B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA, 666. PEREDA, no «Vocabulário de Sotileza», aponta *rizón* «âncora de tres brazos» (mencionado também por GARCÍA LOMAS). Provavelmente trata-se da âncora de ferro; cf. gal. *rizón* «âncora de cuatro uñas para las lanchas y botes» (CUEVEDO PIÑOL), em Finisterra e na Corunha «âncora pequena com quatro unhas».

² Há originais deste objecto no Museu de S. Sebastián e no Museum für Völkerkunde de Hamburgo.

³ Cf. B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA.

⁴ LUÍS DA SILVA RIBEIRO, *Linguagem popular da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo (Açores) 1934, s. v. *poita*, *apoitar*.

simples. Com efeito, trata-se de um tipo de âncora bastante arcaico, usado já em tempos pre-históricos¹ e conservado até hoje — devido precisamente à sua simplicidade — em vários países de carácter tradicional, como, por exemplo, nas costas do Mar Báltico, na Noruega, Islândia, no Brasil, etc. Fica provado pelas nossas indicações que, na delimitação e reconstrução d'este antigo estrato cultural, a Península Ibérica e ilhas adjacentes desempenham um papel importante, formando a esfera da sua difusão um círculo que abrange quasi tôdas as costas da Península, desde Portugal até à Vascónia, ao Levante e à zona meridional². Corresponde a esta unidade etnográfica uma concordância lexicológica — referimo-nos à grande difusão do tipo *polla*, *poutada*, *poitaça*, *potada*, de que trataremos em seguida — que deixa adivinhar uma tradição enraizada e comum, desde há muito tempo, a tôdas as costas ibéricas, tradição na qual participam também os Açores e o Brasil³.

Reúnimos num quadro (fig. 1) os tipos principais do aparelho: a) tipo português; b, b') tipos galegos⁴; c) tipo vasco⁵; d, d') tipos do resto da Península⁶.

¹ Compare-se o que diz L. RÜTIMEYER no seu famoso livro *Urethmographie der Schweiz*, Basel 1924, p. 308, baseando-se em parte nas indicações da obra fundamental de E. KRAUSE, «Vorgeschichtliche Fischereigeräte und neuere Vergleichsstücke. Eine vergleichende Studie als Beitrag zur Geschichte des Fischereiwesens. Na *Zeitschrift für Fischerei*, Berlin 1904, vol. xi, 133-300 e mais especialmente nas pp. 246-248. É interessante observar que nem Krause nem Rüttimeyer, apesar da sua excelente informação bibliográfica, tinham conhecimento da existência das formas ibéricas.

² Não sei se existe o mesmo tipo nas costas de Portugal meridional. BALDAQUE DA SILVA, conhecedor desta matéria, referindo-se ao objecto estudado (p. 401 da sua obra), restringe-o ao Norte do país.

³ Encontramos no Brasil pelo menos o verbo *poitar* «fazer parar (a canoa) no meio do rio; ancorar» (Figueiredo).

⁴ Reproduzimos as fotografias do Dr. W. Schroeder. O tipo b') representa uma força natural armada com um travessão, o tipo b), composto de três partes, corresponde ao tipo português a).

⁵ Reprodução do original conservado no «Museum für Völkerkunde» (museu etnológico) de Hamburgo.

⁶ Tomados da rica colecção de B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA (sem localização). Acrescenta este autor: «Se compone, en general, de una piedra para que pese y baje al fondo, y esta piedra va provista de varias piezas de madera, que forman especie de uñas, en unos casos; puntas muy salientes en otros, y lisas sencillamente entre varas, en algunos».

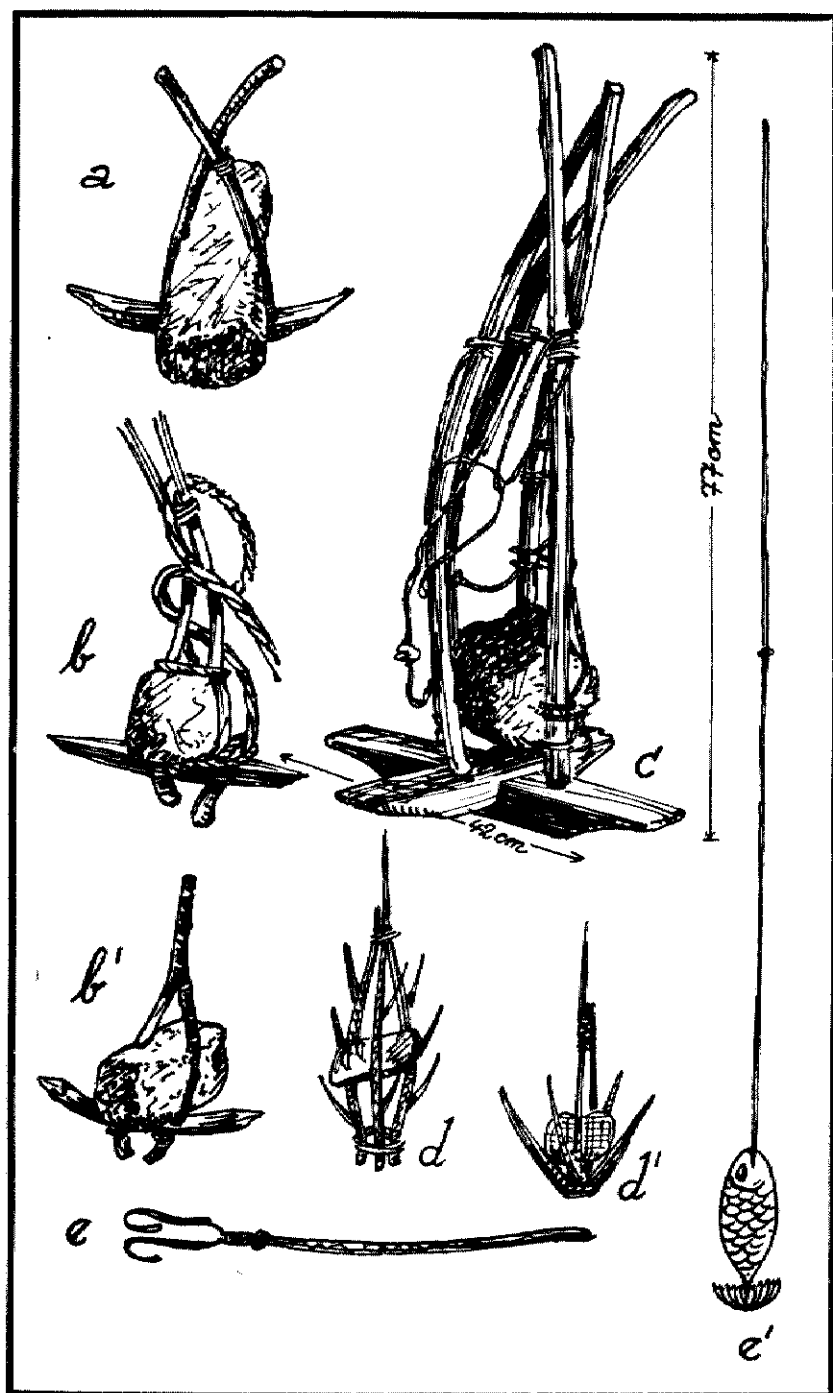


Fig. 1—Âncoras de pedra

Designações:

1. *Poita*: Póvoa de Varzim e no Norte do país¹; Açôres (infinitivo *apoitar* «lançar a *poita* para fundear o barco, parar, sentar-se»); Brasil (infinitivo *poitar*);

poitaça: Rio Minho;

poitada: Caminha²;

poutada: Porto do Són, Finisterra; registam a mesma significação Cuveiro Piñol—«dos palos en forma de triángulo y una piedra larga que los atraviesa y con la cual se agarra a las peñas» e Carré Alvarellos—«aparato formado por una piedra alargada, perpendicular a una tabla y sujeta a ella entre dos varas»;

potuda, potala: sem localização (B. Rodríguez Santamaría).

A origem deste tipo de palavra não oferece dificuldade nenhuma. Explica-se simplesmente pela forma e pela função do aparelho que, como uma unha ou pata, se agarra ao fundo do mar: REW 6309 franco PAUTA, «pata»³. Cf. gal. *pouta* «mano, garra», *botou-ll-as poutas* «le echó las manos, agarró fuertemente» (Valladares), «garra del gato», *poutada* «zarpada que da el gato» (Cuveiro Piñol), como também na costa fronteiriça das Astúrias (Acevedo); catal. *pota* «pata, peu d'animal», *potarró* «ungla de porc».

A forma *poita* deriva simplesmente de *pouta*, por diferenciação vocálica como *roubar* > *roibar*, *ouve* > *oive*, *soube* > *soibe* no mesmo distrito. É de supor que a designação se deva sobretudo às pontas agudas do aparelho: *pouta*, *poita*, *pota* «garra». Demonstram-no as designações que observamos em aparelhos semelhantes de pescaria armados com uma espécie de unhas. Assim o aparelho reproduzido na fig. 1 e chama-se *potera*; emprega-se no Levante «para recoger

¹ BALDAQUE DA SILVA, 401.

² A. R. GONÇALVES VIANA, *Apostilhas aos dicionários portugueses*, Lisboa 1906, II, 280-281. Lê-se na *Estrella de Caminha*: «Os tripulantes de uma das lanchas, logo que lançaram a *poitada* ao mar, considerando a lancha segura, deitaram-se a dormir».

³ Os autores que se ocuparam da etimologia desta palavra andam bastante longe da realidade: CORNU, *Portug. Sprache*, § 35, PACTA; A. COELHO propôs primeiro PULTARE (palavra desconhecida), para aderir depois à etimologia proposta por CORNU; ANTENOR NASCENTES regista s. v. *pouta* as indicações destes autores sem as recusar; FIGUEIREDO regressa a PULTARE; o *Glossario paraense* de VICENTE CHERMONT DE MIRANDA, Pará 1906, regista s. v. *poita*: Chumbada(!); peso collocado na linha de pesca para fazel-a mergulhar. Etym.: IGNACIO MAURA dá-a de origem tupy mas não indica o termo. Em guarany encontra-se *pindápoi* «pescar», cujo supino é *pindápoita* e *pohyi* «cousa pesada, peso, pesar», sup. *poiyita*.

peces de tamanho grande que algumas vezes se enganchan en los anzuelos de los palangres»¹.

A mesma palavra aparece na Catalunha² e na costa andaluza³ como designação do aparelho reproduzido na fig. 1 e' «para pescar jibias, calamares, etc.». Comparem-se demais *ungles, grapes, brasos* = «unha das âncoras de ferro» no domínio catalão (Dicc. Alcover) e designações semelhantes em outros países. Têm a mesma base ideológica *pantoun, poutou* «crochet qui est au bout de la corde d'un puits et auquel on passe l'anse du seau; croc pour soulever la marmite» na França meridional (Trésor dou Felibrige).

2. *Cangalhas* (Abremar). É provável que se trate dum traslado directo da terminologia agrícola. Os habitantes de Abremar são pescadores e agricultores ao mesmo tempo. Sabe-se que na terminologia do jugo as palavras *cangalhas* e *cangalhos* (e a palavra originária *canga*) são difundidíssimas no Norte de Portugal e na Galiza. Significam estes vocábulos as duas peças de madeira que de cada lado atravessam o jugo e que, providas duma corda ou correia na parte inferior, abraçam o pescoço do animal⁴. Desempenham pois a mesma função que os paus da âncora com relação à pedra que lhes fica no centro⁵. Baldaque da Silva (p. 401) distingue entre a *poita*, com-

¹ B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA, 667.

² A. GRIERA, «Terminologia dels ormeigs de pescar dels rius i costes de Catalunya», WS, VIII (1923), 101; E. ROIG i J. AMADES, «Vocabulari de la pesca», BDC, XIV (1926), 56; B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA, p. 667.

³ A. ALCALÁ VENCESLADA, *Vocabulario andaluz*, Andújar 1934: *potera* «aparato parecido a un cigarro puro con ocho o diez anzuelos para pescar jibias y calamares».

⁴ Cf. F. KRÜGER, «Die nordwestiberische Volkskultur» WS, x, 52; E. FRANKOWSKI, «As cangas e jugos portugueses de jungir os bois pelo cachação», *Terra Portuguesa*, Março de 1916, fig. 5, etc. No Minho e em Trás-os-Montes a palavra *cangalhas* significa também «duas peças de madeira (ou uma forca) colocadas ao alto na dianteira do carro» (F. KRÜGER, *loc. cit.*, p. 78; A. GOMES PEREIRA, *Tradições populares, linguagem e toponymia de Burrellos*, Espoused 1916, p. 214); servem os galhos deste aparelho para sustentar a carga do carro. Desempenham uma função semelhante às *cangalhas* de Aleobaça, grandes ganchos de madeira em que se sustenta a carga das bestas, de um e outro lado delas (cp. a reprodução na revista *Terra Portuguesa*, III, 148). Compare-se, sobre a origem e as modificações das *cangalhas* do carro, o estudo de W. EBELING, «Die landwirtschaftlichen Geräte im Osten der Provinz Lugo», *LKR*, v, 81, sobre as *cangalhas* = «armação de transporte para bestas», o estudo comparativo que o leitor encontra no meu livro *Die Hochpyrenäen C*, vol. I: *Transport und Transportgeräte*, Barcelona 1936.

⁵ Compare-se também a significação de *cangar* «ficar preso, prender, gravidar (fiquei logo cangada)» na Póvoa de Varzim (Santos Graça).

posta duma *cangalha*, e o *sacho* de madeira. Este último — correspondente ao travessanho inferior — também é um termo da agricultura. Nos Açores *cangalho* aparece como «aparelho de pesca formado por um arame ligado a uma linha com três anzóis». Todas estas palavras pertencem à raiz *cang-*¹, muito espalhada no Oeste da Península, segundo R. Menéndez Pidal derivação de *CANNICA (cf. *RFE*, VII, 26), segundo Meyer-Lübke, *REW* 1585, continuação directa duma palavra gálica CANGA «Ochsenjoch».

3. *Angulet*, *aingura* nas províncias vascas; corresponde ao prov.-catal.-esp.-port. *ancora* (*REW* 443^b ANCOR) e às variantes regionais desta palavra².

4. *Piedra* «algumas personas llaman a la potala piedra» (B. Rodríguez Santamaria 666). É sabido que este termo se emprega com frequência para designar as pedras que servem para carregar e afundar rédes de vária espécie³: *piedra*, *pedrera*, *petral* (B. Rodríguez Santamaria 604, com desenhos), catal. *pedra*, *pedral*, *pedreta*⁴, provenç. *peirou* (TF), ital. *petrone*.

Ao lado dos vocábulos mencionados encontramos em Portugal as seguintes denominações para âncora (de ferro): *fateira*, de procedência árabe (Steiger 115) e *ferro* (Baldaque da Silva, 374, 498) que corresponde a uma palavra muito espalhada para designar a forma mais ou menos moderna deste aparelho: *ferro* no Rio Minho⁵, na Galiza e nas costas da França meridional (*RLR*, XXIII, 133: Palavas; Lohc 31: Grau d'Agde; *FEW*, III, 470^b).

¹ Comparem-se as referências que faço no meu livro *Die Gegenstandskultur Sanabrias*, Hamburg 1925, p. 302.

² Ao lado da palavra latina encontramos na Vascónia a designação *arba* (LHANOË, *Dictionnaire basque-français*: região de Labourd) que procede talvez duma forma arcaica do aparelho. Consta que o mesmo vocábulo significa um apresto de transporte bastante arcaico («barria rústica hecha de dos ramas en forma de V, para transportar argoma en lugares en que no se pueden traer carros»; corresponde pois à *zorra* portuguesa na sua forma primitiva) e «leña que se corta sin deshojar las ramas» (AZKUE, *Diccionario vasco-español-francés*). Parece, pois, que a significação primordial é «forca», que se podia aplicar perfeitamente à forma da âncora primitiva descrita antes.

³ Informa-nos RÜTIMEYER, *loc. cit.*, p. 309, que também neste caso se trata dum residuo de tempos antiquíssimos (substituído com frequência por pedaços de chumbo, etc.).

⁴ A. GRIERA, *WS*, VIII, 101; ROIG-AMADES, *BDC*, XIV, 47.

⁵ ABEL VIANA, *Notas históricas... do Alto Minho*, p. 39.

A apanha do sargaço

As algas desempenham uma importância extraordinária na vida dos pescadores portugueses e galegos. Representam a matéria prima para o adubo dos campos, o elemento vital para o cultivo das batatas e cebolas no terreno árido das dunas.

Há algas que se apanham sobrenadantes na água e algas que, formando uma vegetação rica no fundo do mar, se cortam com instrumentos especiais¹. Eis aqui as *denominações* mais importantes *das algas*:

1 a) port. *alga* (Figueiredo); em galego *alga*, *algazo* (variante *argazo*)²; esp. *alga*, catalão *alga* (BDC, XIV, 2).³

1 b) port. *algaço* (Figueiredo)³, como em certas partes da Galiza.

1 c) *argazo* Rio Minho (Tui), Rio Lima (arredores de Viana do Castelo)⁴, Póvoa de Varzim⁵, como em certas partes da Galiza; *argaceiro* «homem que se emprega na apanha do argazo» Minho (Figueiredo), ao lado de *homens-do-argazo*, *mulheres-do-argazo*, Viana do Castelo⁶.

1 d) *salgaço* ao lado de *algaço*, Póvoa de Varzim⁷; galego *salgada*.

1 e) *sargaço* Abremar; freqüente em português e em galego. Das regiões atlânticas a palavra espalhou-se pela Castela (esp. *sargazo*); *sargaceiro* «homem que se emprega na apanha do sargaço».

Os tipos *alga-algaço-argazo* que coexistem em português e em galego, derivam, como já demonstrou o Dr. Cláudio Basto⁸, da palavra ALGA, REW 334. Parece impossível separar dêste grupo o tipo *sargaço*⁹ (falta no REW). Considero-o como derivação de *ar-*

¹ Cf. p. 137.

² Os dados galegos são conforme o *Diccionario de la Real Academia Gallega*, La Coruña.

³ Figura também no *Vocabulário da Póvoa de Varzim*, de SANTOS GRACA. As indicações de Figueiredo não permitem uma localização exacta.

⁴ RL, XIII, 84-85.

⁵ SANTOS GRACA, 218.

⁶ RL, XIII, 85.

⁷ J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Opúsculos*, Coimbra 1928, vol. II, 284, 286, 296.

⁸ *Lusa*, I, 166. Sabe-se que é freqüente a troca de *l* antecconsonântico em *r* (*folgar* > *forçar*, *Algarve* > *Argarve*, na região da Póvoa de Varzim, etc.).

⁹ Parece que o Dr. Cláudio Basto quer separar *argazo* e *sargaço* (RL, XIII, 88: «são vocábulos distintos»; RL, XIX, 260). Também o Dr. Leite de Vasconcellos não esclarece bem este assunto (*Opúsculos*, II, 284): «*argazo* por *salgaço* (*sargaço*)», onde, à primeira vista, parece haver dissimilação do -s-, deve ter resultado por influência de *alga*».

gaço sob influência de outra palavra, provavelmente *sal*, *salgado* «impregnado de sal». Em algumas regiões *sargaço* chega a significar uma planta que junto com outro mato serve para, depois de curtido, adubar as terras e mesmo «vegetação do monte»¹. Compreende-se esta extensão do sentido da palavra, tomando em conta que, nestes dois casos, o sargaço serve para o mesmo fim que o sargaço do mar: adubar terras, como estrume².

2) *moliço*, Ria de Aveiro: são as algas que no fundo da ria formam uma vegetação espessa³. *REW* 5649 *MOLLIS*; comparem-se *molime* «a rama da giesta que se usa como adubo das terras e como cama dos gados» Alto Minho (*RL*, XXII, 32) e *moliço* «espécie de mato pouco áspero» (Figueiredo), «caruma seca» Minho (*RL*, XIX, 266)⁴.

3) O *Diccionario de la Academia Gallega* menciona *cebra*, *xebra*, *xebre*, *ceiba*, palavras que se relacionam com *seba* «especie de espadaña marina que se recoge para estercolar y es más ancha que la *correola*»⁵, «estiércol compuesto de algas marinas»⁶. Existe o vocábulo *seba* também em português no mesmo sentido: «conjunto de algas de várias espécies, que o mar arroja às praias, onde são apanhadas para adubo das terras»⁷.

É esta palavra a que nos fornece a explicação das demais: *seba* forma aumentativa de *sebo* «substância gorda e consistente, extraída das vísceras abdominais de alguns quadrúpedes», *REW* 7762 *SEBUM* «Talga», *sebento* «imundo», *sebo* «sujo de sebo». Esta qualidade e a substância explicam perfeitamente a aplicação de *seba* às algas que servem para adubo de terras. *Cebra*, *xebra*, *xebre*, *ceiba* são variantes explicáveis por tendências fonéticas do galego.

4) *correão* «alga marinha em forma de correia e aproveitada para adubos de terra» em português⁸. Acrescentam-se a este vocábulo *correola*, *curriola* usadas na Galiza. No distrito de Viana do Castelo

¹ *RL*, XIII, 88.

² Cf. o que diz Cláudio Basto no seu artigo sobre «Os nomes das agulhas secas», na *RL*, XIX, 258-269 a respeito de *mondilho* «vegetação que se aproveita para estrume» — «caruma seca» que serve para o mesmo fim e com respeito a *moliço*. Também *argaço*, *arguiço* «caruma seca».

³ *Portugalia*, II, 51.

⁴ Cf. o que dissemos na nota 2.

⁵ VALLADARES. Na definição da palavra *golfe* = «alga» menciona também *ceva*, *ceiva*. CUYEIRO PIÑOL: *seba*, *xebra*, *ceiba*.

⁶ CARRÉ ALVARELLOS, *Dicc. gal.-cast.*, A Cruña 1931, junto com *xebre*.

⁷ BALDAQUE DA SILVA, 354; FIGUEIREDO.

⁸ FIGUEIREDO.

chama-se *fitá*¹. Isto indica claramente a origem da designação devida à forma comprida das folhas desta espécie de algas, denominação que se encontra em muitos nomes de plantas: *corriola*, *carriola* «guia, trêpo ou rebento de qualquer planta trepadeira» Alto Minho², *correola* «llantén», *corregola*, *corrigiola* «corregüela» na Galiza, port. *corriola*, *corrijola*, mencionados já no REW 2253 CORRIGIA.

5) *bodelha*, -o, «alga vesiculosa, ou carvalho do mar», junto com *botelha* no Minho³.

6) *fitá* cf. n.º 4.

7) *limo* «da família das algas»⁴ = «imundície» REW 5058 LIMUS «Schlamm». Existe a variante *lismo*⁵ que originariamente significa a matéria viscosa que cobre o corpo dos peixes (RL, XIX, 249; REW 5045).

8) *craca* em certas partes da Galiza = «molusco que vive nos rochedos e no costado dos navios» em português?

9) *fuco* nalgumas partes da Galiza⁶. É uma aplicação pouco li-sonjeira do nome de varão *Fuco*⁷ = *Farruco* = *Francisco*, semelhante ao transmontano *farruco* «feixe pequeno de lenha ou de qualquer outra cousa»⁸. Pode-se comparar *carall de Jan* «substância d'origem vegetal que la mar escup» em Vilanova-Catalunha⁹, designação ainda mais grosseira.

10) *tabôrro* «alga castanho-escura, com talo de meio metro com pseudo-folhas estreitas e compridas» Viana do Castelo⁹, *tabôrra*, -o, «argazo»¹⁰, *taburram* «variedade de alga» Póvoa de Varzim¹⁰.

11) *gólfe* «más ancha que el *argazo*»¹¹ em partes da Galiza; na Corunha aponteí *gôlfô*.

12) *ocla* na costa asturiana (Rato y Hévia), *ocla* no concelho de Colunga (Braulio Vigón), *ouca* na parte ocidental das Astúrias (Acedo). Aparece a mesma palavra na Galiza para designar a «milén-

¹ RL, XIII, 85. FIETA. Cf. também port. *correão* «cinta larga de coiro e fivela».

² RL, XIX, 207.

³ FIGUEIREDO; CLÁUDIO BASTO menciona as duas formas (RL, XIII, 84, 86, 87).

⁴ FIGUEIREDO; RL, XIII, 84.

⁵ Cf. Dicc. Acad. Gallega, «género de plantas marinhas» (CARRÉ ALVARELLOS).

⁶ Significa demais «hombré rústico y zafio» (CARRÉ ALVARELLOS).

⁷ FIGUEIREDO. Aparece *Farruco* como alcunha num poema do ano de 1822 (LEITE DE VASCONCELLOS, *Antreponímia portuguesa*, Lisboa 1928, p. 277).

⁸ BDC, XIV, 16.

⁹ RL, XIII, 85.

¹⁰ M. BOAVENTURA, *Vocabulário minhoto*, Esposende 1922.

¹¹ VALLADARES.

rama acuática: planta de tallo nadador, folhas sumergidas, hendidas em muitas partes; cresce en las aguas corrientes o estancadas del país»¹. Parece que a palavra galega nos traz a explicação desta família de palavras que não pode ser outra senão *REW* 826 *AVICA*, *AUCA*².

13) *marracho* «alga marinha» em certas partes das Astúrias³.

*

Na maneira de apanhar o sargaço há diferenças notáveis de praia para praia⁴. Quem vir o curioso espectáculo no Norte do país, notará logo os pormenores que o separam do de Entre-Douro-e-Minho. Nas praias de Viana do Castelo empregam aparelhos diferentes dos da ria de Aveiro. Até em povoações situadas a pouca distância o *processus* apresenta características diferentes. Quem assistir algum dia ao curioso espectáculo que na praia da Póvoa se desenrola nas horas de apanhar o sargaço, ficará surpreendido ao observar, a meia hora de caminho, em Abremar, uma mudança radical no método dêste trabalho. A Póvoa, à hora de apanhar o sargaço, é um formigueiro de mulheres, raparigas e velhinhas. Em Abremar são os homens que intervêm no trabalho arriscado.

¹ Cf. para mais detalhes os dicionários de CUVEIRO PIÑOL e de VALLADARES.

² Também o autor do *FEW* menciona casos da passagem de *auca* «nome do animal» a nomes de plantas (I, 169).

³ C. CABAL, *Las costumbres asturianas: La familia, la vivienda, los oficios primitivos*, Madrid 1931, p. 213.

⁴ De entre as obras relativas à vida marítima e à pesca utilizadas neste artigo mencionamos:

Portugal

SILVA (BALDUQUE DA), *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa 1891.

EÇA (V. DE ALMEIDA DE), *A pesca*. Exposição portuguesa em Sevilha. Lisboa 1929. — «As pescas em Portugal. As salinas», *Notas sobre Portugal*, I, 269-286.

BRANDÃO (RAUL), *Os pescadores*, 2.^a edição, Lisboa 1924.

OSÓRIO (BALTHAZAR), «Pescas e peixes. Uma nota relativa à pesca e aos peixes da ria d'Aveiro» no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, xxx (1912), 216-224, 264-271.

MAGALHÃES (L. DE), «Os barcos da ria de Aveiro», na *Portugalia*, II, 49-62.

THOMAZ (P. FERNANDES), «A pesca em Buarcos», na *Portugalia*, I, 147-154; «A pesca fluvial», *ib.*, I, 379-384.

PINHO (J.), «Ethnographia Amarantina. A pesca», na *Portugalia*, II, 448-459.

SILVA (A. DA), «A alfaia marítima da Ilha de S. Miguel» (Açores), na *Portugalia*, I, 834-846.

PASSOS (CARLOS DE), «Barcos de pesca», na *Terra portuguesa*, IV, 192-202.

GRAÇA (A. SANTOS), *O Póvoa*, Póvoa de Varzim 1932.

É claro que um assunto tam interessante e pitoresco não escapou à observação científica. Encontramos notícias num artigo publicado na *Ilustração Portuguesa*, 19-x-1908, n.º 139, sobre a *apanha do argaço* na Apúlia (com fotografias). Cláudio Basto tratou-o várias vezes referindo-se mais especialmente à região de Viana do Castelo: num artigo dedicado aos tipos do Minho na revista *Lusa*, I, n.º 21, 15-I-1918, pp. 165-166 (desenho de um *argaceiro*) e um outro artigo publicado na *RL*, XIII, 84-88. Baldaque da Silva dedica um capítulo interessante do *Estado actual das pescas em Portugal* à apanha das plantas marinhas (pp. 361-369). Luis Chaves, no seu estudo sobre *A grei portuguesa*, descreve o traje dos *sargaceiros* e *moliceiros* na *RL*, XXVIII, 59-60 (com referências ao traje dos pescadores portugueses em geral).

O papel da mulher (casada e rapariga) na vida económica do Norte de Portugal é importantíssimo. Nos portos das grandes cidades dedicam-se ao trabalho de carregar e descarregar os barcos; nas ruas fazem o transporte; ajudam nos trabalhos do campo e às vezes trabalham só elas quando os homens — como pescadores ou fora do país — ganham o pão¹. Em algumas partes as mulheres

VIANA (ABEL), *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Minho*, I, Viana do Castelo 1930 (cap. 3: A pesca do sável; cap. 4: o carôcho, barco típico do rio Minho).

Galiza

FERNÁNDEZ (X. LOURENÇO), «As dornas do Porto do Són», *Nós* 1934, Ano XVI, números 126-127.

Península ibérica

SANTAMARÍA (B. RODRÍGUEZ), *Diccionario de artes de pesca de España y sus posesiones*, Madrid 1923.

Domínio Catalão

AMADES (J.) i ROIG (E.), «Vocabulari de l'art de la navegació i de la pesca», no *BDC*, XII, 1-116; XIV, 1-88.

ROIG (E.), *La pesca a Catalunya*, Barcelona 1927.

GEJERA (A.), «Terminologia dels ormeigs de pescar dels rius i costes de Catalunya», na *WS*, VIII, 97-103.

THEDE (M.), «Die Albufera von Valencia», na *LKR*, VI, 346-383.

França meridional

GOURRET (P.), *Les pêcheries et les poissons de la Méditerranée*, Paris 1894.

WESTPHAL-CASTELNAU, «Termes de marine et de pêche en usage au Gran de Païavas, près Montpellier», na *RIE*, XXIII (1883), 130-145.

ROHE (A.), *Die Terminologie der Fischersprache von Grâu d'Agde (Hérault)*, Tübingen 1934.

¹ R. BRANDÃO, 219 diz do areal da Coimbrã perto de Nazaré: «é uma terra de mulheres. São elas que a habitam e cultivam a areia movediça, enquanto

pescam à linha;¹ no Douro remam em bateiras². Nas praias ajudam no embarque e desembarque dos navios e puxam, com os homens, as barcas para terra. O seu trabalho é indispensável na feitura das rêdes, em secá-las e remendá-las³. A intervenção da mulher na vida económica justifica o dito de Raúl Brandão: «A poveira, a bem dizer, é um homem» (p. 152).

Os visitantes nacionais e estrangeiros facilmente se acostumam a este aspecto. Mas há um caso excepcional, verdadeiramente sur-



For. 4—Apanha do sargão (Póvoa de Varzim)

preendente na vida da Póvoa de Varzim, que não deixa de chamar a atenção de uns e de outros: é no momento em que a mulher salta para as ondas a fim de tirar do mar os tesouros que este manda para terra. Quando o mar começa a atirar, em grandes ondas, as primeiras algas para a praia, logo aparecem raparigas munidas do aparelho característico para apanhar as plantas lançadas pelo mar.

os homens, todos serradores, trabalham em Lisboa no ofício». Cf. DESCAMPS, 250 sgs.

¹ DESCAMPS, 245, 259: em Matozinhos.

² R. BRANDÃO, 146: «As mulheres, altas, airosas e trigueiras, trabalham como moursas. Tenho-as visto lançar as rêdes e remar naqueles lindos barcos feitos com duas cascas de táboa, bateiras ou saveiras...».

³ Compare-se a descrição pitoresca do serão dos poveiros no livro de SANTOS GRAÇA 163.

Juntam-se-lhes outras. Tôda a praia se enche de mulheres e raparigas e há momentos de indescritível movimento, de intensa alegria. Começa o espectáculo, dum atractivo especial. Donairosas, entram no mar com uma graça e uma coragem admiráveis, como se o oceano fôsse o seu elemento natural. Saia arregaçada, lenco na cabeça ou cabelos em desalinho no cocuruto, saltam ao mar para apa-

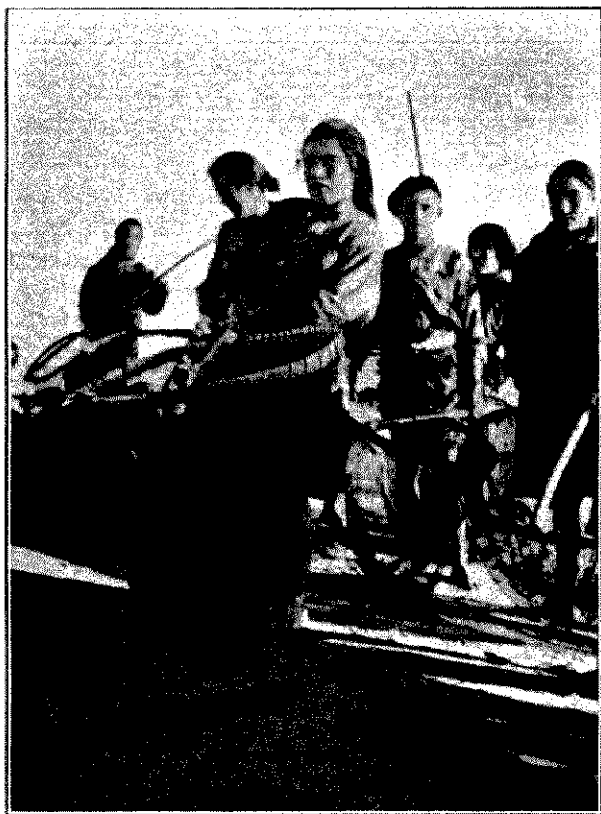


Fot. 5 — Apanha do sargaço (Póvoa de Varzim)

nhar os despojos que êste arremessa. Para captá-los, empregam uma rêde em forma de saco, aberta na parte superior por um arco e provida dum cabo comprido de madeira. Primeiro, a mêdo, logo mais atrevidas avançam para o mar agitado. Em breve se encontram no meio das ondas espumantes. Quanto mais abundantes os despojos, tanto mais atrevidas na luta com os elementos, tanto maior alegria na praia. Metidas na água até ao peito, levantam-se num salto com as ondas para apanhar em seguida o sargaço cuspid pelo mar. Às vezes, quem olha da praia, só vê os cabos dos aparelhos na água; uma onda mais alta encobriu as mais atrevidas. Uma vez a rêde cheia, correm para começar de novo a luta com o mar. Às vezes os homens também intervêm, armados com um aparelho diferente. Mas em geral a apanha do sargaço na Póvoa de Varzim é obra das mulheres, «das sargaceiras». Aquelas que não

podem entrar no mar levam à cabeça grandes porções de sargaço da praia para os campos.

O grande movimento destas horas, em que o mar traz para a praia as algas, demonstra claramente a importância e o ganho que para a povoação consiste em apanhar o sargaço. Com efeito, o sar-



Fot. 6 — Sargaceira com o ganha-pão (Póvoa de Varzim)

gaço desempenha um importante papel na agricultura das aldeias marítimas. É interessante observar que o mesmo se reflecte no vocabulário, na linda metáfora dada ao aparelho que tanta importância tem para arrancar ao mar a preciosa matéria. Na palavra *ganha-pão*, nome do saco de rede (fot. 6) com que se apanha o sargaço, aparece, duma forma pitoresca, concentrada a importância d'êste trabalho para a economia daquela gente. *Ganha-pão* — define Cândido de Figueiredo no seu dicionário — é um objecto com cujo auxílio se adquirem os meios de subsistência; na Póvoa de Var-

zim *ganha-pão* é o aparelho que, mais que nenhum outro, subministra a substância para, no terreno excepcionalmente árido das dunas, desenvolver o cultivo de batatas, cebolas, etc.¹ Só ao ver de perto aquele espectáculo curioso e difícil, se compreende o sentido profundo que os poveiros atribuem à denominação do aparelho empre-



Fot. 7 — Jangada de cortiça, vara, ganchorra (Abre-mar)

gado naquele acto. Comparem-se as fots. 4, 5 (apanha do sargaceo) e 6 (uma sargaceira nova com *ganha-pão*)². Encontra-se exactamente o mesmo aparelho nos arredores de Viana do Castelo (Affife; Castelo do Neiva, Anha). Chamam-no aqui *redeinho* (< *rêde*)³.

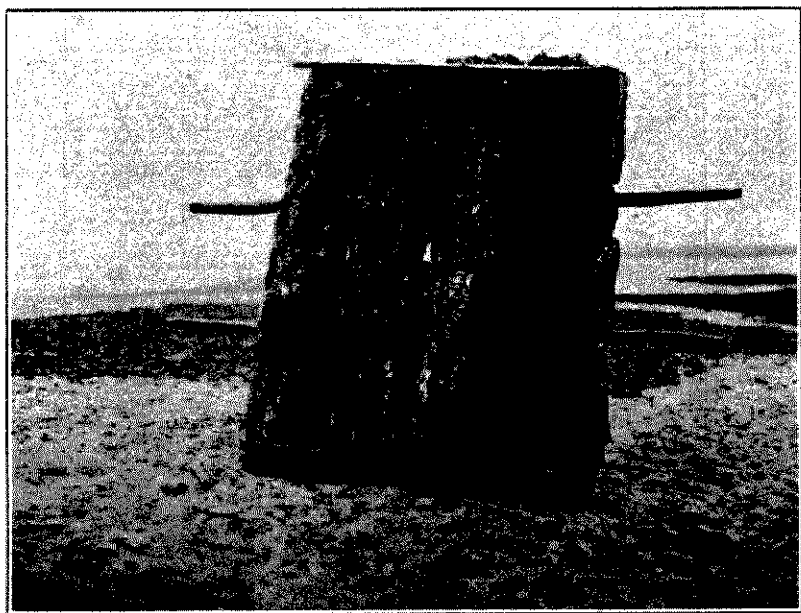
¹ Em Buarcos aparece *ganapão* no sentido de «rêde para apanhar a sardinha que se escapa da rêde». (*Portugalia*, I, 150).

² Devo a fotografia 4 à amabilidade do Sr. editor do *Comércio da Póvoa de Varzim*.

³ CLÁUDIO BASTO, *RI*, XIII, 85, 86; BALDAQUE DA SILVA, 365-366.

É diferente, como já dissemos, a colheita do sargaço em *Abremar*, aldeia situada a meia hora da Póvoa. Ocupam o lugar das sargaceiras os próprios pescadores. Isto envolve uma mudança completa da manobra, dos aparelhos e da terminologia.

A diferença entre as duas povoações vizinhas nota-se em muitos aspectos; podemos até dizer que esta diferença se sente no carácter



Fot. 8 — Jangada de cortiça (Abremar)

geral da sua vida económica. Na Póvoa, é a pesca que domina a vida do bairro antigo; em Abremar, a pesca parece estar mais intimamente ligada à agricultura. Manifesta-se este carácter em diferentes traços, que se revelam à primeira vista no aspecto exterior da aldeia:

- 1.º nos *montes* (de sargaço) que, reunidos em grande número nos arredores, parecem indicar a ligação estreita que há entre a pesca e a agricultura¹;
- 2.º nos campos de batatas, cebolas e milho, que surgiram em grandes extensões da areia das dunas;
- 3.º nos moinhos de vento que, duma forma característica e pitoresca, dominam o aspecto geral da paisagem e da aldeia².

¹ Cf. p. 138.

² Ver pormenores na p. 156.

Parece que entre as formas típicas dos barcos — da *lança grande*, da *lança pequena*, do *batel*, da *catraia grande*, da *catraia pequena*, e do *caico*¹ — não existem diferenças fundamentais entre a Póvoa e Abremar (fots. 2, 3).

Chama, no entanto, a nossa atenção um barquinho curioso que empregam nesta última aldeia e que se vê na praia por toda a parte, ao lado do barco propriamente dito. Trata-se duma jangada, de que podem dar uma ideia as fots. 7 (parte lateral) e 8 (parte superior). A jangada de Abremar é composta de rolos de cortiça e provida de duas varas para o transporte na praia. Serve para a colheita do sargão; na Apúlia também se usa para a pesca por entre os rochedos que orlam a costa desta aldeia².

Não é preciso insistir na simplicidade d'êste barquinho, unicamente devido à riqueza de cortiça típica da região, e que se oferece tanto ao agricultor³ como ao marinheiro para seus usos respectivos. Não sabemos se em alguma parte da Europa existem barquinhos parecidos. De todos os modos o barco rudimentar de Abremar faz-nos lembrar as canoas de cortiça utilizadas nas Américas, e que o técnico desta matéria, E. Krause, considera como o tipo mais arcaico dos barcos⁴.

¹ SANTOS GRACA, 187.

² Veja-se a obra de BALDAQUE DA SILVA, 367.

³ Cf. o que dizemos sobre a casa das abelhas, etc., na p. 143.

⁴ E. KRAUSE, *loc. cit.*, pp. 152-153.

Recordamos além disto os barquinhos arcaicos feitos de junco «Schilf» usados ainda na Sardenha e tipos semelhantes de cana no Tigris (M. L. WAGNER, «Reisebilder aus Sardinien», no *Globus*, xciv, pp. 60-61; A. BYHAN, *Überlebens bei den Sarden. Mitteilungen aus dem Museum für Völkerkunde in Hamburg*, xiii, Hamburg 1928, pp. 252 sgs.), e finalmente os barquinhos igualmente simples feitos dum tronco de árvore escavado. Encontramos vestígios d'êste último grupo na Suíça (E. KRAUSE, 138 sgs.; RÜTIMEYER, *Urethnographie der Schweiz*, Basel, 1924, pp. 302 sgs.; W. MITZKA, *Deutsche Bauern- und Fischerboote*, Heidelberg, 1933, p. 3). Parece que o nome *gamela* ou *masseira* que se dá a um barco simples do Rio Minho (A. VIANA, *Notas históricas*, p. 36) e a *gamela* que antes existia na Foz do Douro («quatro tábuas com o fundo chato» R. BRANDÃO, 69) e em Amarante (*Portugalia*, II, 452) indicam uma origem semelhante (gal. *gamela* «espécie de tinaja que serve de bote»; port. *gamela* «grande vasilha de madeira, em forma de tijela»; alent. *gamelão* «tronco escavado para o gado beber»; sahnant. *gamel-lón* «pila de madeira para abrevadero», etc.). O certo é que no Sul da Galiza existiam antes barcos desta categoria: «two roughly hollowed chest-nut trunks joined by planks nailed across them» (BELL, *Spanish Galicia*, p. 155; *La Barca Orense*, R. Sil). Compare-se também sobre a forma simples da *masseira* Baldaque da Silva, 366, 399-400. Parecem-se mais com uma jangada as «lanchas» observadas nos lagos dos Pirenéus. R. VIOLANT e SIMORRA, «La pesca al Pallars», no *Butlletí del Centre Excursionista de Catalunya*, 1935, p. 360, descreve-os da forma

A jangada-barquinho da Apúlia chama-se simplesmente *barca*, a de Abremar *cortiça*, palavra que merece uma interpretação lingüístico-etnográfica mais extensa. (Ver p. 139).

Ao lado da jangada de cortiça existem outros tipos compostos de troncos de madeira ligados (assentes às vezes num eixo com rodas) ou em forma de caixa¹. Utilizam-se nas costas do Norte de

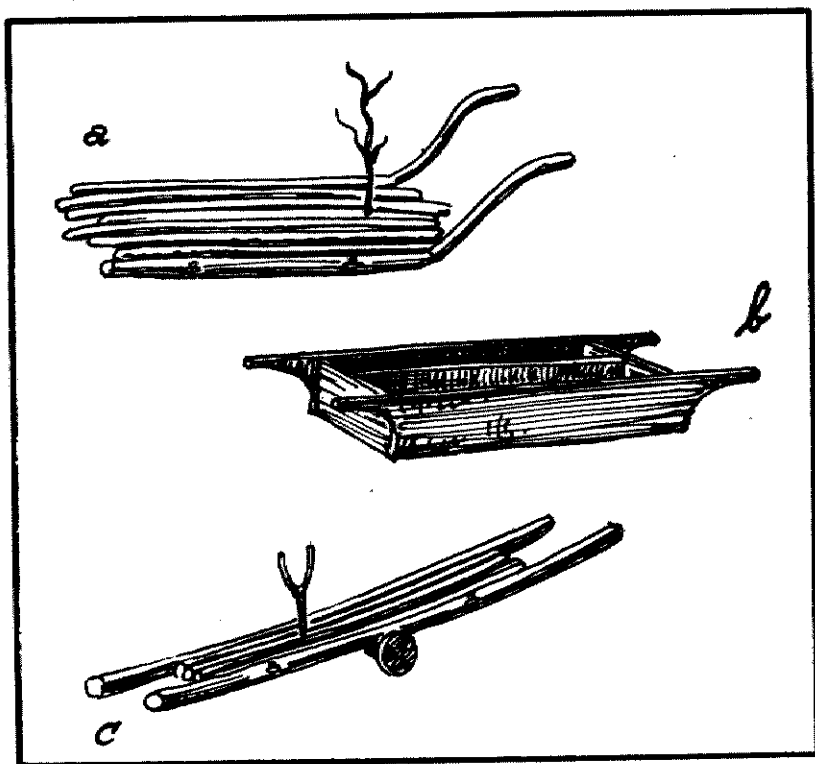


Fig. 2 — Jangadas de madeira para a pesca e colheita do sargaço

Portugal para a pesca e a colheita do sargaço, a maior ou menor distância da terra. Suponho que a obra de Baldaque da Silva, que traz uma descrição exacta e reproduções destas jangadas, não estará ao alcance de todos os leitores. Reproduzo pois três exemplares destes barquinhos notáveis (fig. 2 a, b, c)².

seguinte: «una mena de llanxes amb trones d'arbre lligats amb redortes, a estil dels rais».

¹ Compare-se BALDAQUE DA SILVA, 367-368. As jangadas em forma de caixa podem ser feitas de madeira ou de cortiça—observação importante para addivinhar a origem desta classe de barquinhos.

² Jangadas de Anha, das Marinhas e de Neiva.

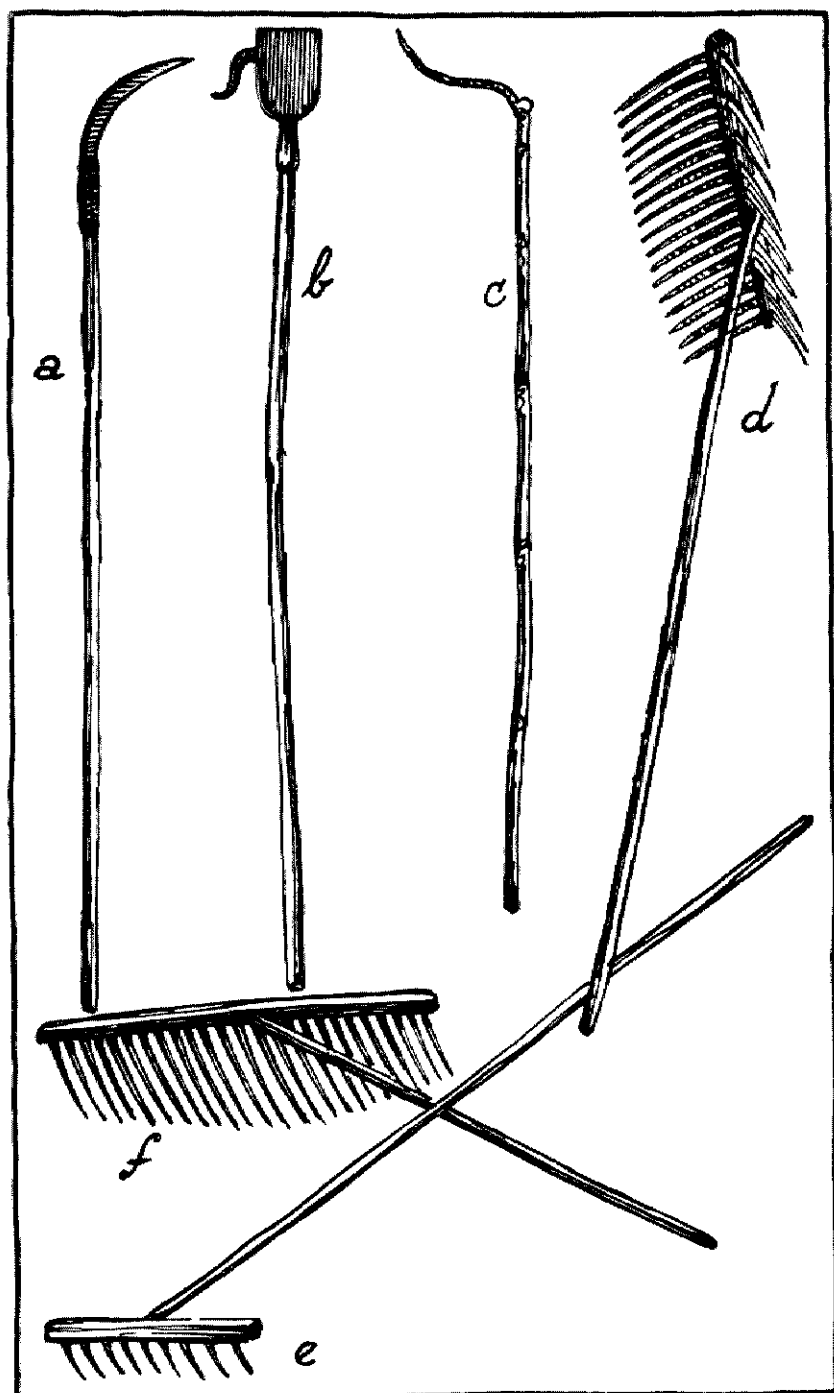


Fig. 3 — Foice, rapadelra, fueiro, encinho-engajo, graveto e graveta

O pescador de Abremar —vai sempre só na *cortiça*— leva consigo dois aparelhos: uma *vara* comprida que lhe serve de remo e um engajo para apanhar o sargaço (fots. 3, 7). O engajo compõe-se dum cabo comprido e flexível e de dois pentes com fortes dentes de madeira encravados no travesseiro do cabo. Esta forma facilita bastante o trabalho e explica ao mesmo tempo a designação que lhe dão: *ganchorra*, derivação aumentativa de *gancho*. (Note-se também o género feminino, que corresponde perfeitamente ao carácter aumentativo da terminação)¹. Encontramos a mesma forma do aparelho, com duas ordens de dentes, no norte do Minho, onde aparece a denominação *garamanha*², palavra que — como *ganchorra* — indica a forma característica (de gancho) e cuja origem e difusão precisam ainda um estudo especial³, e a denominação (bastante comum) *ancinho*⁴. Na Foz do Minho encontra-se a forma feminina *ancinha* para designar «uma espécie de ancinho usado na apanha do argaço já sêco; tem os dentes maiores, mais bastos e o pente mais largo»⁵. Em Aveiro o *ancinho* dos pescadores é armado com uma só ordem de dentes⁶; emprega-se em forma diferente⁷. Em todo o caso *ganchorra-garamanha-ancinho* pertencem a uma classe especial do engajo. São até certo ponto tôdas aparentadas com os engajos armados de dentes compridos que se usam em Portugal, nas eiras, para limpar o milho⁸ e que aparecem em formas semelhantes e igualmente bastante rudimentares na Galiza⁹ e nos Pirenéus; lembra-nos finalmente

¹ FIGUEIREDO menciona *ganchorra* no sentido de «grande gancho para atracar os barcos».

² BALDAQUE DA SILVA, 365.

³ Ocupar-me-ei desta família — *garamanha, garavacho, garavato*, etc. — nos *Hochpyrenäen A*, vol. II.

⁴ BALDAQUE DA SILVA, 365; CLÁUDIO BASTO, *RL* XIII, 85: «fazem a apanha com *ancinhos* especiais de rabo muito comprido e em que há também dentes para trás: entram pelo mar e com tal apresto colhem o argaço sobrenadante, que fica preso entre as duas ordens de dentes».

⁵ *RL*, xv, 248. Sobre a origem da palavra compare-se *REW* 9055 *uncin*, além disso H. MESSERSCHMIDT, *VKR*, v, 162. No Minho dizem também *incinho* (LEITE DE VASCONCELLOS, *Opúsculos*, II, 51), forma que corresponde ao galego *eneiño*.

⁶ LUÍS DE MAGALHÃES, «Os barcos da ria de Aveiro», na *Portugalia*, II, 53-57 (fotografia). Também DESCAMPS, 245, se refere a «*grâteaux simples et doubles*».

⁷ Cf. na p. 135.

⁸ Encontram-se fotografias no livro de MARQUES DE ABRÊE, *Vida rústica: «Luz matutina»*, e nas *Notas etnográficas sobre Barcelos*, de F. DE MATOS CUNHA, Pôrto 1932, est. v, 1.

⁹ Reproduções no livro de F. LÓPEZ CUEVILLAS-X. LOURENZO FERNÁNDEZ, *Vila de Calvos de Randín*, Santiago de Compostela 1930 p. 46; W. EBELING, *VKR*,

a forma especial do engajo empregado em vários países para apañhar castanhas¹. Considerados neste quadro mais amplo de etnografia comparada, os engajos das sargaceiras e dos sargaceiros portugueses² alcançam uma importância maior do que parece à primeira vista³. Reunimos num quadro de conjunto algumas formas: 3 *d encinho-engajo*, 3 *e graveto* da Costa do Norte, 3 *f graveta* do Minho⁴.

*

Um processo completamente diferente de colhêr o sargaço observa-se na *ria de Aveiro*. É devido às condições geográficas especiais dêste distrito. Encontramos uma descrição exacta no estudo que Luís de Magalhães dedicou há anos aos barcos da ria de Aveiro, publicado na revista *Portugalia*, II, 49-62⁵. Como esta revista não

v, 117; V. RISCO, «Estudo etnográfico da Terra de Melides», inserto na *Terra de Melide*, p. 369, fig. 74 m.

¹ Cf. RÜTIMEYER, 237 sgs.; H. KAESER, *Die Kastanienkultur und ihre Terminologie in Oberitalien und in der Südschweiz*, Aarau, 1932, pp. 72-80.

² Compare-se também o quadro duma sargaceira do Minho com sua *graveta* na obra de J. AUGUSTO VIEIRA, *O Minho pittoresco*, Lisboa 1887, II, 197, tam rica em informações sobre os aspectos etnográficos desta região.

³ Limito-me aqui a esboçar o assunto. Poder-se-ia escrever um livro inteiro sobre as formas do engajo na Península ibérica, o seu emprêgo, a difusão geográfica das variantes e a sua variada terminologia. Demonstra muito bem o que se pode esperar duma investigação dêste género o esboço cartográfico de ORLITZKI, *Die Verbreitung der verschiedenen Rechenformen in Deutschland* («A repartição geográfica das diferentes formas de engajo na Alemanha»), publicado na revista *Die Landarbeit*, n.º 4, 1924, e reproduzido por W. PESSLER, *Deutsche Volksstammsgeographie*, Braunschweig-Berlin-Hamburg, 1931, n.º 16.

⁴ Fig. 3 *d*, e BALDAQUE DA SILVA, 362, 365; fig. 3 *f* VIEIRA, *Minho pittoresco*, II, 197.

⁵ Compare-se também o que diz DESCAMPS sobre a «sociedade familiar dos moliceiros» pp. 241-243, e as páginas excelentes que R. BRANDELL dedica no seu livro *Os pescadores* à gente e à paisagem da ria de Aveiro (pp. 85-111). Não queria deixar de transcrever aqui — para leitores estrangeiros — a linda passagem, poética e objectiva ao mesmo tempo, que se ocupa de «granha-pão» desta região «anfíbia»:

«Este lindo barco serve para tudo. Vai à pesca e carrega o sal e o moliço pelas terras dentro. É o meio ideal de transporte entre estas terras ribeirinhas. Substitui os animais de carga, as diligências nas feiras e é o encanto da ria. Tem não sei quê de ave e de composição de teatro. Anima a paisagem. Às vezes usa uma vela latina, às vezes duas, a segunda colocada à proa e mais pequena. Navega à vela pelo interior das terras, e estou em dizer que é capaz de escorregar por cima das ervas. Por último chega a servir de casa: tem um cubículo onde se dorme perfeitamente agasalhado. Não conheço outro mais artístico, mais leve, mais adequado às funções que exerce e à paisagem que o

será acessível à maioria dos leitores (pelo menos estrangeiros)¹, damos aqui resumidamente os resultados.

As terras circunvizinhas de Aveiro são ricas em culturas as mais variadas: culturas de trigo e centeio, milho e feijão, e sobretudo batata, cebola e também arroz. Qualquer destes géneros produz com notável exuberância. O segrêdo, porém, desta fertilidade — prossegue Luís de Magalhães — está nas adubações com os *moligos* (espécie de alga)² que no fundo da ria formam uma vegetação espessa e sempre renascente. Deve-se a esta exuberância da vegetação marinha uma indústria que ocupa os homens — verdadeiros pescadores de plantas — durante vários meses do ano; os de Vagos vivem exclusivamente da apanha das algas, passando três quartos do ano a percorrer em barcos especiais a ria; sôbre tal trabalho baseia-se ao mesmo tempo uma exportação considerável (ao lombo de béstas), indústria que deu origem a particularidades etnográficas do maior interesse. É que na ria, dada a enorme extensão das algas e as condições especiais em que vivem, a apanha do *moligo* realiza-se por meio de barcos especiais — *barcos moliceiros* — cuja forma se distingue da dos outros em vários aspectos, «dando a projecção dêle a silhueta duma cabeça de cisne voltada para traz»³. A apanha faz-se da seguinte forma: «há dispostas na borda uma *forquilha* e uma outra peça de madeira chamada *tamanca*⁴ que amparam compridos

circunda. Esta manhã a ria está cheia dêles que a cruzam em todos os sentidos rapando-lhe infatigavelmente o fundo tapetado de cabelos verdes. Amontoam-se no areal para o inverno. Todo o horizonte está cheio de velas. Saem da cinza e da noite, saem do sol e dos buracos alagadiços, do lodo e das nuvens. Um rapaz ao leme e dois homens em cada barco, com os grandes ancinhos seguros nas *tamancas*, vão rapando sempre, arrancando sempre à ria os seus cabelos finos, que só resistem enquanto verdes. Tira-se o ancinho, cheio de fios a escorrer e mete-se o moligo na caverna. E o barco segue, levando à proa uma padiola com degraus para o descarregar e ao lado uma prancha que lhe serve de segundo leme. Mal tocam na água... Ao longe outros e outros ainda rapam, fazendo circuitos leves de audorinha. Rapam as mulheres da lavoura, rapam os homens de perna nua metidos na água até à cinta, e acolá anda um bando de cachopi-nhas a rapar, sempre a rapar, com as saias ensacadas... ».

¹ Para leitores alemães encontra-se um exemplar na biblioteca do Centro de cultura portuguesa e brasileira de Hamburgo, outro na Biblioteca do Estado de Berlim.

² Cf. p. 120.

³ Ver a fotografia e a descrição na revista *Portugalia*, II, 53.

⁴ *Tamanca*, -o, significa na vida diária: calçado grosseiro com a base de madeira, ou feito exclusivamente de madeira. (Sôbre as diferentes formas dêste calçado, variantes lexicológicas e a origem da palavra veja-se o que digo na

e largos *ancinhos* de pau; esses ancinhos cravam os dentes na emaranhada vegetação dos *moliços*. Impelido pelo vento ou pelas varas, o barco avança e os ancinhos operam assim uma espécie de dragagem, arrastando consigo as algas. Quando os sentem pesados, os barqueiros recolhem-nos, amontoam as algas no barco e tornam a meter os ancinhos nas forquilhas, repetindo indefinidamente essa



Fot. 9 — Montes de sargão nos arredores de Abremar; no primeiro plano camadas de sargão

operação. Doutras vezes, em sítios menos fundos, o moliço é ceifado à gadanha ou mesmo à foieinha de mão e recolhido depois para bordo. Nesta faina, os homens andam metidos na água, muitas vezes até ao peito».

revista *VKR*, VIII, 288-298). É coisa conhecida que as denominações do francês *soulier*, provençal *galoch*, alemão *Schuh*, etc., aparecem com frequência na tecnologia em sentido metafórico. No caso presente trata-se duma denominação que também aparece na linguagem dos pescadores do Mediterrâneo: *galócho* «galoch de bois» (chaussure) = *Sorrlamp*: «Hölzer, die in der Mitte hohl sind und von denen die beiden Enden festgemacht sind» (A. RONE, *Fischersprache von Grau d'Agde-Hérault*, Tübingen 1934, p. 20), quer dizer exactamente a mesma coisa que a *tamanca* da ria de Aveiro; e entre os pescadores catalães *galotxa* «peça de fusta, de forma de ferradura, amb la vora aenallada per posar-hi una corda. Forma part de la trossa que ferma l'antena de la barca de bou al pal» (*BDC*, XIV, 30), «dent o grau que forma el corró del torn, emprat per cobrar la

Os barcos moliceiros — diz-nos Luís de Magalhães (p. 58) — costumam trazer a reboque uma pequena bateira que se manobra com uma vara e que serve para apanhar o molicho nas praias e nos pontos de menos fundo, onde o barco não pode chegar. Chama-se este barquinho *matola* (palavra que parece ser uma desfiguração de **batola*, correspondente a *bateira*, *batel* «barco, barquinho», REW 985 BAT «barco», alemão Boot)¹, ou *ladra*, denominação pitoresca (trata-se de *ladra* = pessoa que furta ou rouba) que maravilhosamente se relaciona com o grupo *ladrão*, *ladroeira*, *ladroeiro* «rebento vegetal que prejudica o desenvolvimento da planta, roubando-lhe parte da seiva»², figurando-se o povo, tanto o barquinho auxiliar como o rebento vegetal, como parasitas que roubam o que pertence a outro³.

sirga de certs ormeigs de pesca a bord» (BDC, XII, 38). Recorde-se nesta ocasião que *tamanco* aparece também em sentido metafórico, ainda que diferente, na linguagem das salinas (R. DE SÁ NOGUEIRA, «Subsídios para o estudo da linguagem das salinas», em *A Língua Portuguesa*, IV (1935), 91, s. v. *caneiro*).

¹ Sabe-se que a troca de *b-* em *m-* e vice-versa é um caso frequente em dialectos portugueses (*uma batola* > *uma matola*). LEITE DE VASCONCELLOS na sua *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris 1901, cita na p. 112, relativas ao Alto Minho, *batata* > *matata*, *boneira* > *monceira*. Há muitos casos assim nos falares regionais.

² RL, XVIII, 123; FIGUEIREDO. Podem-se considerar como casos semelhantes port. *mamões* «rebento que rouba à planta o suco», infinitivo *esmanoar* (RL, V, 49; XXII, 27), no dialecto galego do Bierzo *mamón* «sarmiento que brota en la parte baja del tronco de la cepa» (GARCIA REY), francês *voleur*, *loup* «reje-ton», etc.

³ Já falei d'este fenómeno da «personificação de objectos», tam frequente na linguagem popular, no artigo «Volkstümliche Namengebung» publicado na revista VKR, I, 209-282, e citei mais exemplos da significação de *latro* em português e nas demais línguas românicas.

Como exemplos semelhantes, que também pertencem à linguagem dos ditos pescadores, mencionarei: a) a palavra *neto* (em latim *netos*, etc. «Enkel», port. «descendente dos avós») que no Rio Minho significa «pequeno pandulho que se coloca entre dois pandulhos consecutivos do tresmalho» (veja-se o esboço publicado por ABEL VIANA nas suas *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto-Minho*, est. III); b) a palavra *netá* que na linguagem dos pescadores de Buarcos significa uma rêde de arrasto, puxada para terra pela família do pescador. É parecida com a rêde de sardinha, diferindo apenas desta por ser menor (*Portugalia*, I, 151-152). Encontra-se a mesma forma de rêde na Nazaré Referindo-se a esta forma BALDAQUE DA SILVA (pp. 244, 505) nota expressamente: «Na praia da Nazaré empregam artes mais pequenas do que as que ficam descritas, a que chamam *netas*; e fazem também umas artes de dimensões muito menores, que denominam *netinhas*». Compare-se a esplêndida descrição da manobra no livro de R. BRANDÃO, *Os pescadores*, p. 228. Parece, pois, que se



Há ainda outro sistema para colher as algas. Em sítios menos fundos, de vegetação abundante, os homens entram no mar para cortá-las. Na ria de Aveiro ceifam o molíço à *gadanha* ou com a *foicinha de mão*, andando metidos na água muitas vezes até ao peito. Recolhe-se logo o molíço para bordo do *moliceiro*¹. Um método semelhante observa-se em Castelo do Neiva e Anha. Descreve-o Cláudio Basto da forma seguinte: A corta dos *tabórros* (é uma alga castanho-escura, com talo de meio metro) faz-se com *foicinhões*, foices com cabos compridos. Os lavradores vão em jangadas que são de choupo², e depois de cortados os *tabórros* apanham-nos com *croques*, ancinhos especiais de ferro, com dentes recurvos de meio metro pouco mais ou menos, reunidos todos juntos ao *encabadoiro*³.

emprega o vocábulo *neto-neta-netinha* para distinguir objectos duma certa categoria, porém de tamanhos diferentes e de dimensões pequenas.

Não sei se se trata do mesmo caso em galego, onde distinguem entre as seguintes medidas de vinho (feitas de madeira): *canada-media canada-neto* (provincia de Lugo); compare-se VALLADARES *neto* «medida de um cuartillo ora se trate de áridos, ora de líquidos»; no Bierzo *neto* «um cuartillo de vino»; na Maragateria *echar un neto* «tomar um vaso de vino» (Garrote), como em português *neto* «copo»; no Oeste das Astúrias *un neto de vrño* «medida de capacidade», na parte central *nietu* (Acevedo), Aragão *nietro* «medida de dieciséis cántaros» (Borao). Cf. cat. *nov, petit* «medida de vi».

Precisam também uma explicação, da parte dum técnico, os termos *netu-bisnetu-trineta* que se encontram na linguagem das salinas: «operações da colheita do sal: rapação = «acto ou efeito de rapar o sal nas salinas» (R. DE SÁ NOGUEIRA, em *A Língua Portuguesa*, 1935). A distinção entre as gerações parece evidente.

No artigo mencionado antes (VAR, I, 250) citei já alguns casos semelhantes desta categoria, observados em dialectos portugueses: *netos* «regos nos campos margea los quando confluem com outros para estabelecer o paralelismo», no Alto Minho (RL, xxv, 180); «cada um dos grelos que formam a segunda rodada na couve» Trás-os-Montes (RL, xii, 112); «rebento lateral no tróço da couve galega» Paredes de Coura (RL, xiv, 161); finalmente — exemplo sobremodo pitoresco — na linguagem familiar «pedacinhos de pão que ficam na mesa depois das refeições» (ib.). Quem não ficar ainda convencido da nossa explicação pode comparar o nome *fernandinhos* que tem exactamente o mesmo sentido (RL, xx, 245).

¹ *Portugalia*, II, 57.

² Parece, portanto, que se trata do sistema que descrevemos já antes na p. 129; fig. 2 c.

³ RL, xiii, 85.

Reproduzimos da obra de Baldaque da Silva (p. 364) a forma da *foice* na fig. 3 a e a forma da *rapadeira* que serve para rapar de cima dos rochedos a vegetação que sobre eles se acumula, na fig. 3 b.

Na lagôa de Óbidos apanham as plantas sobrenadantes nas águas para as atirar para dentro da embarcação com um apresto especial (reproduzimos segundo Baldaque da Silva, 364, compare-se aqui fig. 3 c), chamado *fueiro*¹. Eis aqui um outro termo tomado da agricultura. Sabemos todos que *fueiro* é um termo originariamente próprio do carro: são as estacas compridas que no carro servem para amparar a carga².

Em sítios baixos apanham as plantas marinhas agarradas ao fundo com o *graveto* (fig. 3 e), reproduzido por Baldaque da Silva, 362, e parecido com a *graveta* com que desfiavam os rolos de algas que flutuam na vaga (fig. 3 f)³.

*

O sargaço, depois de apanhado, é estendido na praia para secar, formando camadas rectangulares que em Viana do Castelo se chamam *estendais* (singular *estendal*)⁴. Depois de sêco, é pôsto em medas de forma cilíndrica e cume cónico chamadas *montes* em Abremar⁵, *palheiros*⁶ em Viana do Castelo. O cume é formado por uma camada de palha-centeia, chamada *capela*⁷, para resguardar o *monte* contra a chuva, e guarnecido por uma *cinta* com pedras para o sustentar.

Serve para o transporte do sargaço uma padiola, chamada em Abremar e Viana do Castelo⁸, conforme ao uso minhoto⁹, *carrela*.

¹ DESCAMPS escreve *fueria*, evidentemente uma errata (das muitas que se encontram nesta obra).

² Compare-se sobre o vocábulo, derivado de REW 3589 FUNIS, F. KRÜGER, GK, 224, e H. MESSERSCHMIDT, VKR, IV, 151.

³ J. AUGUSTO VIEIRA, *O Minho pittoresco*, II, 197. Compare-se sobre o vocábulo o que já dissemos na p. 133.

⁴ CLÁUDIO BASTO, RL, XV, 74.

⁵ A palavra não figura no *Dicionário* de Figueiredo. Pode-se comparar a grande difusão de MONTE no sentido de pilha, meda (de erva, feixes de trigo, etc.) na França.

⁶ CLÁUDIO BASTO, RL, XIII, 86. Compare-se *palheiro de milho*, etc.

⁷ Em sentido semelhante *capelo* (do *palheiro*) no Bierzo, *capilucho* na província de León; *capa*, *capellina*, *capucha*, etc., nos Pirenéus. Chama-se também *capela* o teto do moinho de vento.

⁸ RL, XV, 73.

⁹ GOMES PEREIRA, *Tradições populares, linguagem e toponymia de Barcellos* Esposende 1916, p. 246.

Os *montes*, reunidos em grande número dos dois lados da aldeia, dão a Abremar um aspecto sumamente pitoresco. Ver fot. 9, vendo-se no primeiro plano as camadas de sargaço estendidas no chão.

A cortiça como elemento etnográfico

Como já deixámos dito, vamos reunir neste capítulo, num simples esboço, as notícias de que dispomos hoje para nos darem uma ideia do reflexo que a indústria do sobreiro¹ tem na etnografia e na formação do vocabulário português². Resumindo unicamente o que sabemos até hoje sobre este assunto, encontramos já uma série larga e variada de objectos usados em diversos ramos da vida portuguesa: aparelhos de pesca, utensílios de camponeses e aprestos empregados na indústria caseira e para fins domésticos.

1. *jangada* composta de vários rolos de cortiça provida de dois paus travesseiros: *cortiça* Abremar; cf. p. 130.

Há certas relações entre a cortiça-jangada e os

2. *rolos de cortiça* presos com pinos de madeira que servem para conservar na altura desejada a rede sardinheira, quando lançada ao mar. Usam-se na praia da Póvoa de Varzim e em outras costas. Encontra-se a explicação e a gravura (fig. 4 a) no livro de Santos Graça, pp. 189 nota e 219: *boírel*. O nome explica-se pela semelhança que tem com a *bóia*; forma diminutiva: *boia* **boiarel* > *boírel*; cf.

¹ Comparem-se, sobre o aspecto económico, os seguintes estudos ultimamente publicados (com referências a trabalhos anteriores): J. A. DA CUNHA MONTEIRO, «La culture du chêne-liège et la production du liège». Forma parte (pp. 225-264) da obra *Le Portugal et son activité économique*, publicada em Lisboa, em 1932, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. — J. A. FERREIRA DA COSTA, «A cortiça em Portugal». Separata do vol. III dos *Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*. Lisboa 1935, 41 páginas (com bibliografia). — A. MENDES DE ALMEIDA, *Portugal: A sua riqueza silvícola*. Exposição Portuguesa em Sevilha. Lisboa 1929. — Sobre a repartição geográfica, H. LAUTENSACH, *Portugal*. Gotha 1932, vol. I, 121 (mapa).

Representa um estudo bem feito sobre os aspectos etnográficos e lingüísticos da elaboração da cortiça o cap. v «cultura forestal» do opúsculo do Dr. Luís DA CUNHA GONÇALVES sobre «A vida rural do Alentejo», publicado no *Boletim da Classe de Letras*, vol. xv, 121-179.

² O primeiro que dedicou um estudo etnográfico-lingüístico à elaboração da cortiça na Península foi o Dr. R. MARX, «Die katalanische Terminologie der Korbstopferzeugung». Na *Revue de dialectologie romane*, Hamburgo, vol. vi, 1-80. — Seguiu-se o «Vocabulari del suro i de les indústries derivades», publicado no *BDC* XIII, Barcelona 1925, pp. 81-157 (cf. na mesma revista, XVIII, 142-146).

boyarin «boya especial, muy ligera, por ser completamente hueca», na costa cantábrica (B. Rodríguez Santamaría,¹195).

No tresmalho do rio Minho, aos *boireis* corresponde a *cortiçada*, formada por rodela de cortiça de 10 a 12 centímetros de diâmetro²; *tarear a cortiçada* «regular a correspondência entre as cortiças»³. Esta designação tem grande difusão. Encontra-se também em outras costas portuguesas, ao lado de *corcho*³. Corresponde-lhe nas costas espanholas *corcho*⁴, no domínio catalão *suro*, *suret-surada* «conjunto de s.»⁵, na costa de Murcia *zuro* La Ribera, La Puntica Mar-Menor⁶, REW 8357 SUBER «Kork», no Mediterrâneo francês *subre*, etc.; *nado de suro*⁷ (TF), na Sicília *sàvaru* (Coray)⁸.

Na Nazaré, as bóias superiores da rede de arrastar são chamadas *panas* (R. Brandão, 229)⁹, palavra que aparece também em outras costas da Península para designar bóias de vária espécie feitas de cortiça: *pana* na Andaluzia «corcho cuadrangular que en algunos puertos andaluces ponen a la jábega como gallo o boya» (Alcalá Venceslada), nas costas de Múrcia «grande bóia de cortiça composta duma tábua e dum pedaço cilíndrico ou cónico; serve para indicar as pedras das rédes fundeadas» (fig. 4 b)¹⁰, em sentido semelhante

¹ A. VIANA, *A pesca do sável*, pp. 26-27.

² *Ibid.*

³ BALDAQUE DA SILVA, p. 492.

⁴ B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA, pp. 248-259: descrição das diferentes formas.

⁵ BDC, XIV, 63; WS, VIII, 102, *anar en surada* «trobar-se el peix nadant a flor d'aigua» (BDC, XIV, 4), forma denominativa *surar* «mantenir l'estabilitat dintre l'aigua» (BDC, XII, 67).

⁶ Devo esta informação à amabilidade do Dr. W. Bierhenke, Múrcia.

⁷ Cf. *nata* «liège plat pour les filets» na costa de Palavas (RLR, XXIII, 139), *nato* em Grau d'Agde «Korktafel» (Rohe, 37). REW 5424 *NATTA «Decke».

⁸ A *troina* «suro rodó foradat pel mig i enfilat, que serveix per a mantenir les xarxes en surada» (BDC, XIV, 67), que GRIERA, WS, VIII, 103, relaciona com TRUNCULU «petit tronc» — etimologia inadmissível —, parece que não pode ser separada da palavra *troina* que no Rouergue significa um instrumento de música popular feito de cortiça: «trompette de berger, espèce de chalumeau d'écorce roulée en spirale en forme de cornet» (Vayssier).

A palavra *barnois* usada em Blanes com o significado de *troina* (WS, VIII, 98) corresponde a cat. *bornoi* «rosari de suros petits i de forma arredonida; té per objecte el mantenir els sardinals en surada» (BDC, XIV, 11; cf. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA) e a *bournoú* «morceau de liège fixé au filet par une corde pour le maintenir» (RLR, XXIII, 139), *borney* (Rohe, 46) na costa da França meridional. Relaciona-se pois com a palavra catalã *born* que significa a casa das abelhas feita de cortiça (Diccionari Alcover).

⁹ BALDAQUE DA SILVA, 243, 506, menciona a forma *panda*.

¹⁰ Informação e desenho do Dr. W. Bierhenke.

entre os marinheiros catalães¹ e na Provença². Sobre as formas das costas espanholas cf. Rodríguez Santamaría, 577.

3. A *bóia* de tronco de pirâmide quadrangular, feita com fôlhas de cortiça pregadas umas às outras com pinos de madeira³, deve o seu nome à função especial que desempenha e à sua forma, que deu motivo a designações estranhas: em português *vigia* = «senti-

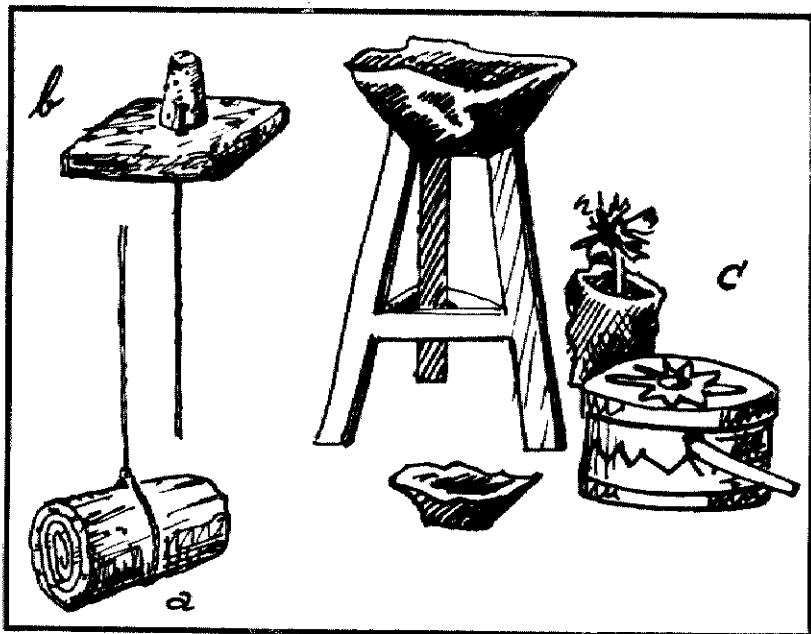


Fig. 4 — Artefactos de cortiça

nela, guarda» derivado do verbo *vigiar*, *REW*, 9326, *VIGILARE*, ou *baliza*, termo moderno que corresponde ao espanhol *baliza*, catalão *balisa*, francês *balise*⁴; espanhol *marcador*, *flotador*, *surtidero*, *divisa*⁵, além disso espanhol *gallo*, *gallito*, catalão *gall*⁶ = português *galo* «Hahn». O autor dum livro sobre a animalização de objectos nas

¹ *BDC*, xiv, 45; *WS*, viii, 101.

² Gourret, 199.

³ Veja-se a rica colecção de bóias publicada por Santos Graça; além disso B. Rodríguez Santamaría.

⁴ Sobre a história da palavra, *FEW*, I, 285^b.

⁵ Encontramos uma série de termos no Dicionário de Rodríguez Santamaría, 190, 462.

⁶ Griera, *WS*, viii, 100; *BDC*, xiv, 30.

metáforas da língua espanhola, supõe que neste caso a bóia se compara com um galo que indica o caminho à galinha para comer¹. Um outro filólogo vê a explicação na semelhança entre o objecto e a crista do galo². Aquela explicação é bastante arbitrária, esta última demasiado restrita. Trata-se dum objecto que — como é sabido — surge da água como um galo arrogante. É a esta particularidade que a bóia deve o seu nome pitoresco; contribui além disso para esta designação a côr viva (bandeira) da parte superior do objecto, indispensável para indicar o caminho ao pescador — explicação simples e natural que não precisa de complicações filológicas³. Em outras regiões qualificam a bóia de *perro* «cão»⁴; na praia de Vilanova (Catalunha) de *conill* «coelho» ao «suro que va a la part superior de l'ormeig de la teranyina, més petit que la petitoia»⁵.

4. No Rio Minho para esgotar a água que no barco entra pela borda usam um utensílio feito duma placa de cortiça, dobrada em forma de cuia e reforçada por duas taboinhas semi-ovaladas: *vertedouro*⁶. Na Póvoa *vartedouro*⁷, e em Aveiro *vertedoíro*⁸, (REW 9249 VERTERE), usam formas diferentes feitas duma só peça de madeira. O *vertedouro* do Rio Minho corresponde a formas arcaicas de vasos para tirar água observadas em outros países⁹. Lembra-nos especialmente o *gippu* sardo, feito também duma placa de cortiça dobrada e armado dum cabo¹⁰.

É provável que haja mais utensílios de cortiça utilizados pelos pescadores portugueses. Limitamo-nos a esboçar o assunto para dedicar duas palavras a objectos da mesma espécie conservados em outros meios e outras regiões do país.

¹ P. PREIS, *Die Animalisierung von Gegenständen in den Metaphern der spanischen Sprache*. Tübingen 1932, p. 32.

² A. GRIERA, *WS*, VIII, 100.

³ Basta recordar que *galo* aparece também com outros sentidos metafóricos, em português, explicáveis pela mesma idea: «elevação na testa ou na cabeça produzida por pancadas», «vela que nos officios da Semana Santa ocupa o vértice do candeieiro triangular», etc.

⁴ B. RODRÍGUEZ SANTAMARÍA, 190.

⁵ *BDC*, XIV, 19.

⁶ Cf. A. VIANA, *A pesca do sável*, p. 37; A. VIANA, *Vocabulário minhoto*, Espo-sende 1930, p. 37.

⁷ Cf. o desenho publicado por SANTOS GRAÇA.

⁸ Reproduções na revista *Portugalia* II, 56-59.

⁹ Tratarei este ponto no capítulo «Utensílios domésticos» do 2.º volume da parte A de *Die Hochpyrenäen*.

¹⁰ Cf. M. L. WAGNER, *Das ländliche Leben Sardiniens im Spiegel der Sprache*, Heidelberg 1921, p. 153, n. 1.

Entre eles merece menção especial:

5. A *casa das abelhas*. É o tipo português da casa das abelhas tam uniforme em todo o país¹ que os portugueses mal se podem figurar que fora do seu país exista uma variedade enorme de formas². Consiste o tipo português numa caixa cilíndrica composta de cortiça e coberta por uma tábuia de cortiça, um telhado, etc. É esta a forma original já conhecida entre os romanos³ e conservada até hoje, com grande difusão, entre formas mais modernas. Publicaram-se fotografias dêste objecto ultimamente na revista *Wörter und Sachen*, x, 109 (região do Minho)⁴, no estudo de Messerschmidt sobre a Serra da Estréla⁵, e no *Album de constructions apicolas* (Pôrto), de E. Guedes e Andrade. Dispõe dum exemplar original o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. A designação é quasi uniforme em todo o país: *cortiço*, nome devido ao material empregado na construção simples dêste aparelho, < lat. *CORTICEA «casca de árvore», *REH*, 2265. Brinkmann, autor dum estudo comparativo sobre as formas e os nomes das casas de abelhas nos países românicos, acha comprovada a existência do *cortiço* original em 22 distritos e uns 60 lugares espalhados com certa regularidade geográfica por tôdas as províncias de Portugal⁶. Encontramos o mesmo vocábulo na região vizinha de Espanha: nas províncias de Pontevedra⁷, de Orense, na zona galego-portuguesa de Sanábria⁸ e na zona fronteiriça da província de Cáceres⁹. Comparada com a freqüência da palavra *cortiço*, comum em todo Portugal, resulta relativamente rara a designação *corcho*, devida, como aquela, ao material da casca do sobreiro.

¹ É claro que não nos referimos a tipos modernos.

² O Sr. W. BRINKMANN, aluno do Seminário de línguas românicas de Hamburgo, trata na sua tese *Bienenwohnung und Bienenstand in den romanischen Ländern* desta variedade, sob o ponto de vista etnográfico e lingüístico. Êste trabalho está a sair do prelo.

³ Tem sido mencionada com freqüência a notícia de COLUMELLA, *De re domestica*, ix, 6, 1: «Sive illa (regio) ferax est suberis, haud dubitanter utilissimas alvos faciemus ex corticibus, quia nec hieme rigent nec candent aestate».

⁴ F. KRÜGER, *Die nordwestiberische Volkskultur*, WS, x, 109.

⁵ VKR, iv, 247.

⁶ Deve-se esta informação à gentileza e à colaboração valiosa de tantos portugueses, que, interessados pelo assunto, responderam duma maneira perfeita ao questionário do autor.

⁷ Há uma fotografia do *cortizo* de Campos no *Estudo etnográfico da Terra de Melide*, de V. Risco. Santiago 1933, p. 375.

⁸ Cf. o estudo citado na n. 4, WS, x, 108-109.

⁹ AURELIO M. ESPINOSA, *Arcaísmos dialectales* [En Cáceres y Salamanca]. Madrid 1935, p. 85.

Aparece, bastante isolada, em Vilar Formoso, na Serra da Estrêla (ao lado de *cortiço*)¹, além disso no Alentejo e no Algarve² e em algumas partes do centro e do sul de Espanha (Salamanca-Cáceres-Avila-Cádiz)³.

Vamos encontrar a mesma palavra *corcho*, para designar outros objectos feitos da casca do sobreiro, na mesma zona meridional.

Seria estranho se naquela outra importante zona de elaboração do sobreiro — na Catalunha — não encontrássemos circunstâncias etnográficas e lingüísticas parecidas. Com efeito, no mapa lingüístico da casa de abelhas catalã⁴ têm grande predomínio palavras que claramente indicam o material do objecto: *suro* na parte Sul (Valência), tipo de palavra que já encontrámos antes (p. 140)⁵, derivado de SUBER «(casca de) sobreiro» — *rusc* «casa d'abelles, feta amb un cilindre buit de suro»⁶ que corresponde perfeitamente a *rusca* «l'escorça exterior del suro»⁷, REW 7456 *RUSCA⁸ — *arna*, palavra pre-românica que indica a mesma origem de *rusc(a)*, pois também significa «casca de árvore»⁹, — *born*, que já mencionámos na p. 140.

Apresenta-se a mesma situação na parte meridional de Itália, onde não só aparece um tipo de casa de abelhas¹⁰ que se poderia confundir com o *cortiço* português ou o *suro* valenciano, mas tam-

¹ VKR, IV, 248.

² FIGUEIREDO; RL, XXXIII, 148.

³ Parece que nesta região tem uma extensão bastante grande a palavra castelhana e literária *colmena*. Já COVARRUBIAS fala de *colmena* «caixa de corcho o de pino hueco». Mas não faltam notícias da existência de *corcho*; cf. também na Andaluzia *corcha* «caja cilíndrica de corcho, de una pieza, donde se lleva el hurón». (VENCESLADA).

⁴ Cf. *Atlas lingüístic de Catalunya*: *arna*.

⁵ W. GIESE, na *Zeitschrift f. roman. Philol.*, LIV, 527: Morella (Maestrat).

⁶ BDC, XIII, 144.

⁷ BDC, XIII, 144.

⁸ Não podemos entrar aqui na discussão da repartição da palavra *ruche* na Galo-romania. É evidente que *ruche* — hoje em dia é palavra literária — representa no fundo e originariamente o mesmo tipo de «cortiço» feito de casca de árvore. Cf. as variantes apresentadas mais adiante.

⁹ Cf. o que fica dito sobre este ponto no meu estudo *Die Hochpyrenäen*, B, 86. Num outro capítulo desta obra vou tratar do conjunto das designações da casa de abelhas no domínio catalão.

¹⁰ Cf. G. ROHLFS, «Problemi etnografici-lingüistici dell'Italia meridionale», em *RLiRo*, IX, 254 (com fotografia): Calábria, e M. L. WAGNER, *loc. cit.*, p. 83: Sardenha. Um objecto original encontra-se no «Museum für Völkerkunde» de Hamburgo.

bém, como em outras partes, uma relação estreita entre o material do objecto e a sua designação. Assim, encontramos na Calábria, onde as casas de abelhas são de «corteccia di quercia ripiegata a forma di tubo», a denominação *scorza*, palavra que representa o latim *SCORTEA* «casca de árvore», *REH* 7742, e que aparece em outras regiões para designar objectos arcaicos feitos de casca de árvore¹.

Assim, de oeste a leste da zona mediterrânica encontramos nas designações da casa de abelhas um reflexo claro das condições geográficas particulares que, nestes países, deram origem à elaboração dum produto característico: a cortiça. As condições geográficas, os objectos etnográficos (derivados destas) e a terminologia formam, pois, um conjunto inseparável, sendo o estudo dos factores etnográficos indispensável para a compreensão do estado lingüístico, na sua repartição geográfica e na estrutura particular.

Não merece menos interêsse

6) O *objecto* conservado em forma original no Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos e *destinado a fazer a barrela* «faire la lessive».

São duma variedade enorme os objectos que para êste fim usam as donas de casa nos países românicos, de formas e de materiais bastante diferentes, conforme as condições geográficas respectivas². Encontramos por exemplo: cestos³, vasos grandes de barro ou gesso, depósitos de pedra, gamelas primitivas feitas de árvores escavadas⁴, cubas compostas de aduelas, etc.

¹ Cf. *Die Hochpyrenäen*, B, 85: *eskórso* «moule en bois pour former le fromage»; feito da casca da tilia. Na parte setentrional da Itália aparece também o tipo *scortea* para designar casas de abelhas feitas de casca de árvore.

² Dou neste capítulo apenas alguns exemplos escolhidos para mostrar o valor e o interêsse geral dêste assunto. Um estudo extenso e comparativo do assunto fica reservado para a descrição da vida caseira nos Pirenéus, que forma parte do 2.º volume da secção A de *Die Hochpyrenäen*. Nessa altura apresentarei também um quadro comparativo de reproduções dos tipos principais.

³ Em certas partes de Portugal (cf. *cesto barreleiro*), na Galiza, no centro de Castela, nos Pirenéus aragoneses, em partes da Catalunha e da França meridional, etc. Sôbre esta base explicam-se muitas designações que até hoje pareciam obscuras a alguns filólogos. Vejam-se, por exemplo, as interpretações fantasistas que Fräulein FEILER, autora dum livro (sem documentação etnográfica) sôbre *Bezeichnungen für den Waschtrog im Galloromanischen*, Erlangen 1931, dá em casos semelhantes (pp. 322, 326, 331, 335).

⁴ Cf. a reprodução do *bugader* pirenaico no meu opúsculo «Sach- und Wortkundliches vom Wasser in den Pyrenäen». *VKR*, II, 139-243, Taf. IV, Abb. 5 onde já fica esboçado o assunto de que nos ocupamos aqui.

O que nos interessa neste momento são os tipos seguintes, todos muito arcaicos:

a) O aparelho cilíndrico, aproximadamente de 1^m,20 de altura, feito da casca de árvores (pinho, bétula, sorveira brava, etc.) e sem fundo, que se tem conservado até hoje como resto dum antigo estado de cultura em vários países, em forma quasi idêntica: nas Astúrias¹, nos Pirenéus² e na Calábria³.

É interessante a coincidência que existe entre a designação dada a este aparelho primitivo em países tam diferentes, coincidência explicável pela identidade material (*rüsco*, *rusca* nos Pirenéus franceses e aragoneses—*rüş* em Guardia Piemontese de Calábria) e é também notável a relação que há com a denominação da casa de abelhas (*rüsco*, *rüş*—tipo francês *ruche*, catal. *rusca* «casa de abelhas»⁴) devida à mesma razão. Compare-se também o que dizemos no parágrafo seguinte sobre *trobo*.

b) O aparelho igualmente cilíndrico feito dum tronco de árvore tornado ôco. Encontra-se até hoje na sua forma primitiva em várias regiões de silvicultura abundante, por exemplo nas Astúrias⁵, nas províncias vascas e em várias partes dos Altos Pirenéus. É evidente a semelhança com a casa de abelhas feita dum tronco ôco ou da casca da árvore (veja-se acima). Não surpreende pois a coincidência da terminologia: por exemplo *bük* ou *rüşkë* nos Pirenéus⁶ e *trobo* nas Astúrias, que significa tanto o tronco ôco para fazer a barrela, como a casa de abelhas construída exactamente da mesma forma.

c) O aparelho cilíndrico feito de duas partes de casca de sobreiro, fechadas por uma série de pregos de pau⁷. É o objecto de fazer a

¹ VKR, II, 187-188, Taf. V, 8.

² HPyr, A, vol. II, com referências aos estudos de G. ROHLFS, Tübingen.

³ G. ROHLFS, RLiRo, IX, 255-256, com reprodução do objecto.

⁴ A mesma designação applica-se a muitos outros objectos arcaicos elaborados da mesma maneira; compare-se HPyr, B, 85-86.

⁵ Veja-se *Vocabulario del bable de Occidente*, de B. ACEVEDO, Madrid 1932, s. v. *trobo*.

⁶ Compare-se G. FAHRHOLZ, *Wohnen und Wirtschaft im Bergland der oberen Arlège*, Hamburg 1931, p. 54. Sobre a raiz de *rüşkë*, veja-se p. 144; *bük* corresponde a catal. *buch* «rusch o casera d'abelles», também largamente espalhado na parte meridional da França com o mesmo sentido (FEW, I, 601^a).

⁷ Exactamente como as cortiças que formam a casa de abelhas (LEITE DE VASCONCELOS, *Museu*, p. 227, *viros* ou pregos de esteva que servem para *coser* as lâminas dos cortiços das colmeias (Grândola); *pinos*, em Avis; MESSERSCHMIDT, VKR, IV, 248: *bios*, *bius*, *biros*, *tornos*, *pregos*).

barrela que podemos admirar no Museu de Belém. O Sr. Luis Chaves, digno conservador dêste notável Museu, escreve-me acêrca dêste curioso objecto: «chama-se *barreleiro* e provém de Grândola (Estremadura Transtagana); assenta numa banca de madeira tôsea, talhada para receber e para dirigir a água para o exterior, chamada



Fot. 10 — Utensílios de Alberca, provincia de Salamanca¹

barreleira; dão porém o mesmo nome de *barreleira* ao aparelho da barrela, quando de madeiras¹.

Não tinha até agora conhecimento da existência dêste aparelho, faltando datas relativas a ôle na literatura etnográfica. Apareceu, porém, últimamente um outro exemplar parecido, na região vizinha de Espanha, em Alberca, na provincia de Salamanca, tam rica em tradições antigas e especialmente rica nos objectos de que tratamos neste momento². Descobriu-o o Sr. V. Schlee, aluno do Seminário românico de Hamburgo, nas suas peregrinações por terras de Salamanca. Hoje as donas de casa preferem para limpar a roupa um

¹ Cf. p. 145.

² Refiro-me à Serra da Gata em geral e às zonas vizinhas.

vaso grande de barro (*la colaera* = «coladera»), objecto igualmente característico desta região¹. Existem, porém, nesta terra outros numerosos utensílios feitos de cortiça, que demonstram a importância que têm a elaboração e o aproveitamento do «corcho» para usos caseiros. A fot. 10, que devo à amabilidade do Sr. Schlee, fala uma linguagem eloquente: vemos à direita um *corcho* (*colcho*), cilindro de cortiça que serve para guardar castanhas ou qualquer outra coisa, utensílio que, na sua forma e no material, corresponde exactamente ao *barreleiro* conservado no Museu Etnológico e ao mesmo tempo ao *cortiço* das abelhas de que falámos atrás². Deve ser parecido com a *corcha* andaluza «caja cilíndrica de corcho, de una pieza donde se lleva el hurón»³. Ao lado do *corcho* vemos um banquinho *táho*⁴ e em cima dele *la herá de la sá*⁵, saleiro feito de corcho⁶ e dividido em dois compartimentos para guardar sal e pimenta.

Seguem um *baño* «conca de madeira destinada a diferentes fins»⁷, um prato *tahadó* (*prato tajador*), também de forma exquisita, para

¹ Compare-se sobre a olaria desta região o estudo comparativo de W. BERNKE, *Ländliche Gewerbe der Sierra de Gata*, Hamburg 1932 (com muitas referências à olaria portuguesa).

² Vid. p. 143.

³ VENCESLADA, *Vocabulario andaluz*, Andújar 1934. Compare-se também *cortiço* «gaiola de perdizes» no Alto Minho (RL, xix, 214).

⁴ Corresponde a palavra ao português *talho*; cf. p. 151.

⁵ Surpreende a denominação *herá* = esp. *herrada*, port. *ferrada*. Substituição dum objecto diferente, mais parecido com a *ferrada* originária? Menciona a mesma palavra LAMANO Y BENEITE, *El dialecto vulgar salmantino*, Salamanca 1915: *herrada* «salera». Observei já numa outra ocasião (HPyr, B, 68) a confusão que hoje se nota no oeste da Península no emprêgo das palavras *ferrada* e *ferrado*. Merecem menção especial *ferrada* «um vaso rectangular de madeira ou cortiça (!), para condução da vianda dos cevados» e *ferrado* «ferrada pequena em que transportam e guardam o barro empregado na vedação dos cortiços das abelhas» na Beira Alta (RL, xviii, 112), *ferrada de cortiça* «balde cilíndrico do mesmo feitio que o cortiço de abelhas» para ordenhar, na Beira Baixa (compare-se a reprodução na fot. 11), *ferrada* «balde cilíndrico de lata (!) para o mesmo fim» na Serra da Estrêla (MESSERSCHMIDT, FKR, iv, 97), finalmente *ferrados* «receptáculos de barro tóscos ou de lata para ordenhar cabras e ovelhas» (SILVA PICÃO, i, 258; RL, ii, 34). Parece que em todos estes casos há uma generalização do sentido original da palavra, conservado apenas em algumas regiões.

⁶ Compare-se p. 150.

⁷ Relaciona-se o sentido da palavra com o português *banho* «vaso que contém uma substância em que se mergulha»; compare-se francês *baignon* «petite cuve», etc. (FEW, i, 224; REW, 916, BALNEUM). Tratarei do aspecto etnográfico deste objecto num estudo dedicado aos aparelhos arcaicos de madeira conservados na Península Ibérica (*cunqueiros*, etc.).

migar carne¹, uma *calabaza* para levar vinho, típicas *castañuelas*², e um *kalbočéro*, *kargočéro*, *karbočéro* de barro para assar castanhas³; ao fundo uma *damajuana*, garrafa de vidro com vime⁴.

7) Tem estreita relação com o cortiço das abelhas, como é sabido por todos os portugueses do Norte, o apresto usado naqueles dias de festa e de aspecto pitoresco que são para a juventude os dias da *espadelagem do linho*. As formas dos aparelhos empregados neste trabalho variam muito nos países românicos, conforme as condições geográficas e outros elementos que determinam o carácter particular da sua cultura. Compreende-se facilmente que num país como Portugal, para o qual a elaboração da casca do sobreiro representa uma riqueza nacional tanto sob o ponto de vista económico como etnográfico, o *cortiço* — espalhado como casa de abelhas pelo país inteiro — seja considerado também como o meio mais cómodo e razoável para servir na indústria caseira do linho. E, com efeito, encontramos o sistema de se aproveitar o *cortiço* — cilindro de 1 metro de altura e 30 a 40 centímetros de diâmetro — para a espadelagem das estrigas do linho em quasi tôdas aquelas regiões que

¹ Este utensílio deve chamar a atenção dos leitores portugueses que encontram exactamente a mesma forma (de Moncorvo) no Museu Etnológico de Belém e num estudo que dedicou a este *prato (de migar carne)* o Dr. LEITE DE VASCONCELOS, no *BE*, 3, p. 16. Apareceu também na Galiza, nas Astúrias, no Bierzo, na provincia de Salamanca, como já dissemos (compare-se ademais LAMARO, *loc. cit.*, s. v. *tajadero*, *tajador*), nos Pirenéus e — como utensílio da queijaria — nos Alpes, resto indubitável duma tradição antiga conservada até hoje em alguns raros exemplares.

² Digo «típicas» para caracterizar a forma primitiva particular de certas regiões do Oeste da Península. Reuniu uma colecção rica e interessante de *castañuelas* da provincia de Salamanca o P. C. MORÁN no seu estudo sobre *Arte popular* (desta provincia), publicado pela Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria, *Memoria LXVI*, pp. 25-32. A forma reproduzida na fotografia corresponde exactamente ao tipo simples de *castañuelas*, ainda conservado nas Astúrias e que ilustra maravilhosamente a origem e a denominação d'este célebre instrumento de música.

³ Muito parecido com a forma descrita por BIERHENKE, *loc. cit.*, p. 143; *calbote* «castaña asada».

⁴ *damajuana* = francês *dame-jeanne*. Compare-se sobre este caso de personificação de garrafas e utensílios semelhantes o que escrevi no *VJR*, 1, 247 sgs.; BIERHENKE, *loc. cit.*, *moza* (= port. *moça*) «jarra» na Serra de Gata, catal. *matri-moni* (= port. *casal*) «dois pequenos vasos de vidro, para azeite e vinagre, no serviço da mesa», etc. Parece que pertence a este grupo também *teresa* «pequeno pote de barro para vasilha de azeitonas ou de carne, azeite, queijos, etc.» do Alentejo (SILVA PICÃO, 1, 270) = *Teresa*; originariamente derivada da família *tarro*, etc.? (cf. p. 155).

até hoje conservaram esta indústria antiga e cheia de encantos pitorescos: na Serra da Estrêla e outras partes da Beira¹, no Minho², em Trás-os-Montes³ e nos distritos vizinhos da Galiza⁴, quer dizer na mesma zona em que abunda a casa de abelhas em forma de cortiço⁵. É inútil acrescentar que nenhuma palavra se presta melhor para designar o apresto tam enraizado na estrutura vegetal do país do que *cortiço*. Com efeito este nome é comum na zona portuguesa e além da fronteira.

8) Vimos já num parágrafo anterior (6) a importância que os vasos feitos de cortiça têm na vida caseira para *guardar substâncias alimentares* como frutas secas, sal, etc. Assim temos no Algarve o *cortiço* do sal⁶ e na casa alentejana o *saleiro* «pequeno cortiço, arrimado ao canto da chaminé, contendo o sal da cosinha»⁷, entre os pastores do Alentejo a *baralha* «metade de um cortiço, no sentido longitudinal, onde guardam os queijos» e a *baralha* «recipiente de cortiça onde nos montes é guardado o sal»⁸. Aparecem *cortiço* como «utensílio de cortiça para guardar o sal na cosinha» também no Alto Minho⁹ e *cortizo* «cubete de corcho, más o menos grande, y que sirve, ya para recoger los enjambres de abejas, ya para colocar habas, sal, etc.»¹⁰ na Galiza, utensílios que se parecem muito com a *herrada* de Salamanca de que falámos antes¹¹. Em outras regiões de Portugal o *saleiro* de cortiça já se tem transformado num utensílio mais moderno, revelando só o nome especial a tradição antiga: assim em partes da Serra da Estrêla *cortiço* é um caixote de madeira (!) onde se conserva o sal¹²; o mesmo se pode dizer do *cortiço* transmontano, usado hoje, que é um caixão de madeira de forma variável¹³.

¹ MESSERCHMIDT, *VKR*, IV, 286; J. LOPES DIAS, *Etnografia da Beira*, Lisboa 1926, I, 113.

² *Portugalica*, I, 370; *RL*, XVIII, 99; XIX, 214; G. FELGUEIRAS, *Espadeladas e esfolhadas*, Gaia 1932, pp. 24 e sgs.

³ *RL*, XI, 308; XII, 106; XX, 155.

⁴ *WTS*, X, 128.

⁵ Vid. p. 143.

⁶ ESTANCO LOURO, 389.

⁷ SILVA PICÃO, I, 141, 269.

⁸ *RL*, XXVI, 72.

⁹ *RL*, XIX, 214.

¹⁰ VALLADARES.

¹¹ Ver p. 148.

¹² MESSERCHMIDT, *VKR*, IV, 98.

¹³ *RL*, XIII, 108; XX, 155. Também lhe chamam *teco*.

Encontra o leitor português uma colecção rica de *saleiros* e *cortiços* no Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, entre outros objectos pertencentes a esta classe.

9) Percorrendo a casinha alentejana — tam rica nos utensílios tratados aqui — encontra o visitante ainda um outro objecto que não pode deixar de chamar a sua atenção. É o *leito das crianças*, um berço muito curioso e primitivo, feito da metade dum cortiço¹. Talvez este tipo de berço — privilégio etnográfico de famílias pobres — já não exista hoje. Consta, porém, que esta forma tinha dantes maior difusão nas terras abundantes em sobreiro. É interessante a este respeito a observação dum turista alemão que, há mais de cem anos, percorreu o Sul da Península Ibérica e que ficou surpreendido com as formas de berço usadas naquela altura: «Hier und da sahen wir an den Fenstern statt der Wiegen kleine Korkschaachteln hängen, worin Kinder schliefen»². Encontrou-as na Extremadura e na provincia de Tarragona. É provável que se trate da mesma forma de berço observado pelo Dr. Leite de Vasconcelos no Alentejo, tipo de berço não menos arcaico do que aquele que a investigação etnográfica e lingüística ultimamente revelou em outros países românicos³.

10) Outros utensílios curiosos da casa alentejana são os *banquinhos* de cortiça para as crianças se sentarem ao lume. Chamam-se *tropeços*⁴; aparecem também na região de Castelo Branco⁵, na Serra da Estrêla (*trup(u)ésu*, *trap(u)ésu* Malpica)⁶ e em Moncorvo onde lhes dão o nome de *talho*⁷. Reproduzimos o exemplar desenhado por

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, no artigo *Cunhões do berço* publicado na *RL*, x.

² «Aqui e além, em vez de berços, vimos pequenas caixas de cortiça, onde dormiam crianças». CHRISTIAN AUGUST FISCHER, *Reise von Amsterdam über Madrid und Cádiz nach Genua*, Berlin 1801, pp. 340, 463.

³ Não me é possível entrar em detalhes aqui. Cf. todavia as observações feitas a este respeito no 2.º volume de *Hochpyrenäen*, A: o berço.

⁴ J. LEITE DE VASCONCELOS, *De terra em terra*, Lisboa 1927, vol. II, 154. *Um ou dois tropeços de cortiça* (SILVA PICÃO, I, 139, 271). *Tropeço*, etc. (cf. *beir. tropeço, trepeço*, FIGUEIREDO) pertence às numerosas derivações de *TRIPED*, *REW*, 8912 **TRIPETIA*. Cf. também *trâbès, tripès, trespès* nos Pireneus franceses e as designações da trempe da cozinha dos dialectos do Oeste (F. KUTGEN, *GA*, 87-88).

⁵ J. LEITE DE VASCONCELOS, *loc. cit.*, I, 160.

⁶ H. MESSERSCHMIDT, *VKR*, IV, 104.

⁷ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Museu*, p. 270. A palavra *talho* pertence à família, bastante espalhada no Noroeste e Oeste da Península, das derivações do *REW* 8542 *TALIARE* «*talhar*» que significam banquinhos de feitio muito variado, porém, todos de forma bastante simples: na Galiza *tallos* (ou *mesa, mesinha*), nas Astú-

Messerschmidt e muito semelhante ao conservado no Museu Etnológico de Belém, na fot. 11, à esquerda. Sabemos que existiam ou existem ainda em algumas outras regiões da Península, que já tivemos a ocasião de mencionar várias vezes neste artigo. O turista alemão Chr. Aug. Fischer relata no ano de 1801 que na Extremadura (espanhola) usam «baldes, cadeiras, mesas e presépios de cortiça»¹, e um outro alemão, M. Willkomm, a quem devemos descrições de viagem cheias de notas etnográficas e folclóricas, ficou surpreendido pelas cadeirinhas fabricadas de cortiça pelos pastores da Serra Nevada².

11) Formam uma última série de objectos feitos de cortiça os *vasos*, as *escudelas* e outros utensílios semelhantes que se empregam na casa ou nos campos. São particularmente frequentes no Sul, como explica facilmente o meio geográfico. Encontram-se — diz uma aluna muito bem informada da Universidade de Coimbra, num opúsculo dedicado ao Barranco do Velho no Algarve — dispersos por tôdas as pequenas casas do Barranco e servem para mil fins muitas vezes não imaginados por nós³. E prossegue: «Assim, ao lado do *cocharro* para beber água, que é tirado da saliência dum tronco mal cortado, encontrareis a *bacia* de lavar o rosto, num tóscico lavatório de madeira; o tapête para proteger os pés do frio solo de ladrilho, e que é um simples e enorme bocado de cortiça planada; o *banquinho*, perto da lareira; o *vaso de flores*, no jardim suspenso da casa; os inúmeros *cortiços das abelhas*; a *marmita*, mais apurada, de flor talhada na tampa, e que servirá para conservar quente o jantar, que tem de ser transportado longe, na panela; e, tantos outros objectos, que seria fastidioso enumerar mas a que não queremos deixar de juntar o *colchão* fofíssimo, de finíssimas aparas, que um proprietário mandou fazer, e que é dos mais saudáveis e higiênicos».

rias *taqueta*, *taðwêla*, em Sanábria *tallo*, *tayo*, em Salamanca *tajo* (cf. F. KRÜGER, *GK*, p. 197). Pertencem a esta categoria de objectos simples também *mesa* «banco pequeno de três pernas» no Minho e *burro* «banco rústico de pernas de azeitunheiro, junto da chaminé», «feito de tronco de árvore» (FIGUEIREDO, *VKR*, iv, 96: Serra da Estrêla).

¹ CHRISTIAN AUGUST FISCHER, *Reise von Amsterdam über Madrid und Cádiz nach Genua*, Berlin 1801, p. 346.

² M. WILLKOMM, *Zwei Jahre in Spanien und Portugal*, Leipzig 1847, II, 81-82.

³ MARIA AMÉLIA MACHADO SANTOS, «O Barranco do Velho. Tentativa de estudo duma pequena região portuguesa», in *Biblos*, vol. VIII (1932), 190-204, p. 197. Reproduzimos na fig. 4 c os objectos desenhados pela autora.

O *cocharro* a que se refere a autora do mencionado artigo é uma espécie de escudela pequena de cortiça, espalhada no Algarve e no Alentejo e parecida com as cuncas feitas duma só peça de madeira que há pouco se utilizavam ainda nas Serras do Norte¹ e na vizinhança galego-asturiana². É a escudela típica daquelas terras, mencionada já por vários autores: *cucharro*³, *cocharro* «vaso de cor-



FIG. 11 — Banquinho de cortiça, ferrada de cortiça, ferrada de lata, medida do grão da Serra da Estrela.

tiça, em regra com a forma de hemisfério» (Alportel⁴, no Algarve), à qual se relacionam estreitamente os *cochos* «escudelas para água», *cocharros* «para aparar o leite ao mungir as vacas» mencionados por Luís Chaves no seu estudo sobre *A Grei Portuguesa*⁵, e finalmente

¹ Referimo-nos às diversas formas de *cunca*, *cunco* do Alto Minho, Barroso, etc.

² Tratarei do conjunto destas formas areais no capítulo «Utensílios caseiros» de *Hochpyrenäen A*, vol. II.

³ *RL*, VII, 117. Refere-se a esta classe de objectos também o Dr. LAURE DE VASCONCELOS no seu livro sobre o *Museu*, p. 200, e no segundo volume de *De terra em terra*, p. 252. Ver também a colecção do *Museu*, *RL*, XVIII, 97.

⁴ Fotografia do Dr. MESSERSCHMIDT, Hamburgo.

⁵ *ESTANCO LOURO*, 233.

⁶ *RL*, XXVIII, 83.

o côro «taça para beber água» e as maiores chamadas *cozarro* e empregadas como receptáculos nas lavagens de louça, ou roupa, ou como gamela para os animais no Alentejo¹.

A etimologia desta palavra até hoje ainda não ficou bem esclarecida. A explicação ultimamente proposta por P. Preis, que pensa numa relação com *cocho* «porco»², não parece aceitável. Observamos: 1.º que o que caracteriza todos estes vasos-escudelas é o material: a cortiça; 2.º que dêste material derivam as designações de inúmeros utensílios usados em Portugal, na Espanha, etc. Parece pois provável que também a origem de *cocho-cocharro-cucharro* se encontre procurando nesta direcção. O que dá certeza à nossa conjectura é que precisamente no Sul a palavra *corcho* aparece no sentido de cortiça de colmeia, correspondente ao *cortiço* do resto do país e mais especialmente do Norte³, existindo além disso no Alentejo, conforme aponta Cândido de Figueiredo, ao lado de *cocho*, *cocharro* a forma original *corcho* no mesmo sentido de «vaso de cortiça» e no Algarve a mesma palavra *corcho* para designar uma pequena tábua em que os serventes de pedreiro levam a argamassa⁴.

Tudo isto demonstra claramente que a origem de *cocho*, *cocharro*, *cucharro*, conforme ao material empregado, não pode ser outra senão *corcho* = cortiça. A redução de *r* será devida a uma dissimilação *corcharro* > *cocharro*, pois que aparecem as duas variantes *corcho-cocho*⁵.

No Alentejo a palavra *cucharro* aparece também no sentido de escudela de barro «que faz a água saborosa e fresca». Dias Nunes deriva a palavra do espanhol *cuchara* (*A Tradição*, Serpa, II, 170, 165 desenho), explicação que não carece completamente de probabilidade (cf. nos Pirenéus franceses *cutcharrou* «espèce de cuiller» < espanhol *cuchara*). Tomando em conta as formas e as significações

¹ L. DA CUNHA GONÇALVES, «A vida rural do Alentejo. Breve estudo léxico-etnográfico», no *Boletim da Classe de Letras*, xv (1922), 148. Compare-se também *RL*, xxxiii, 140-141, 147-148.

² P. PREIS, *Die Animalisierung von Gegenständen in den Metaphern der spanischen Sprache*. Tübingen 1932, p. 26.

³ Compare-se p. 143, ademais *corcha* «cortiça», ESTANCO LOURO, 235.

⁴ Esta palavra parece que corresponde a *cocho* «taboleiro para transportar cal amassada» relacionado por GONÇALVES VIANA, *Apostilas*, I, 315, com *COPULUM-POCULUM*. Não conheço exactamente a forma dêste aparelho. Consta porém que, em regiões atrasadas dos Pirenéus e dos Alpes, se empregam ainda hoje cortiças para o transporte (de adubos, etc.) ao ombro.

⁵ Compare-se ESTANCO LOURO, 235: *corcho* «côcho ou côche. No Alportel tal objecto é sempre de cortiça ou *corcha*, daí o seu nome».

citadas antes, inclino-me mais a supor a base *corcho*, tanto mais quanto é freqüente dar a vasos de barro designações que originariamente correspondem a vasos feitos de outras matérias (cf. *ferrado*, *borracha*, *banco*, mencionados no artigo citado antes).

Aparece finalmente em Trás-os-Montes a palavra *corcho* para designar uma «especie de caixote em que se põem as crianças, quando já podem sentar-se» (Figueiredo). Não conheço exactamente a forma e o material d'êste caixote. Parece-me, porém, provável que na cultura arcaica desta provincia o *corcho* significasse originariamente um caixote parecido com o «reposoir ancien taillé dans un tronc d'arbre évidé» que antes existia no Sul da França e cujos nomes indicam claramente a forma simples e o material de que eram feitos: *brusc*, *bournac*, *bourgne*, palavras que na mesma região aparecem como nomes do cortiço de abelhas e de outros objectos feitos da casca de árvores ou de árvores escavadas¹.

Pertencem a êste grupo de objectos de cortiça também os *tarros* para comida, de que há exemplares no Museu de Belém²; a palavra tinha anteriormente sentido diferente: «um vaso térreo em que se colhe o leite ao ordenhar» (cf. *A Tradição*, II, 170 = *ferrado*), relacionado com *tarrago*, *tarrenho*, *tarranho*, também «vasilhas de barro», o que explica perfeitamente a origem da família: são todos derivados de TERRA, *REW* 8668, segundo a interpretação engenhosa de D. Carolina Michãelis de Vasconcelos na *RL*, XIII, 410³. Não temos indicações exactas do *canado* «marmitta de cortiça» (*RL*, XXXIII, 107).

Entre os objectos mencionados no estudo de D. M. Amélia Machado Santos⁴ merece atenção ainda a *marmitta*, tanto sob o ponto de vista semântico⁵ como no que respeita à forma artística, que nos lembra o exemplar da caixa de costura de Santa Vitória (Estremoz) feita também de cortiça artisticamente trabalhada, e descrita pelo Dr. Leite de Vasconcelos no *BE* 1, pp. 9-10.

¹ Tenciono tratar êste assunto no capítulo «berços» do 2.º volume de *Hochpyrenäen*, A. Por agora remeto o leitor para fotografia e descrição do objecto publicada no meu opúsculo «Volkskundliches aus der Provence», na *VORETZSCH-Festschrift*, Halle 1927, pp. 344-345.

² Cf. LEITE DE VASCONCELOS, *Museu*, pp. 210-211; L. CHAVES, *RL*, XXVIII, 83.

³ É de advertir que *tarro* aparece também no sentido de pinha, pinhoca fechada (*Boletim da Classe de Letras*, xv, 151).

⁴ Já falámos do *banquinho* na p. 151, do cortiço das abelhas na p. 144.

⁵ *marmitta* significa originariamente «panela de lata com tampa». Mudança semântica devida à semelhança da forma.

12) Além dos objectos descritos há muitos mais, empregados para fins ocasionais: *fosforeiras* cordiformes de cortiça¹, *fucas* de cortiça, *guarda-jóias* de cortiça², etc.³

Não tentamos neste capítulo dar uma colecção completa. Era apenas nosso desejo pôr em relêvo, num rápido resumo, a contribuição que um ramo de indústria portuguesa tam importante traz à etnografia e à lingüística do país, para animar algum coleccionador mais competente a publicar um dia o estudo completo que o assunto merece.

Os moinhos de vento

São três os aspectos mais salientes que na fisionomia de Abremar determinam o carácter particular desta povoação: os barcos, cortiças e demais aprestos de pesca espalhados numa larga fila na praia a certa distância do mar; os numerosos montes de sargaço que rodeiam numa posição alta a aldeia, e os moinhos de vento que, levantados nos sítios mais altos e ventosos, como castelos brancos e airosos dominam os arredores da povoação e o panorama da praia — aspectos que, na sua particularidade e na sua combinação, caracterizam a base económica e o modo de viver daquela gente trabalhadora e forte que, tanto no mar como na terra, procura os meios da sua vida modesta.

Representam aqueles aspectos os três elementos ou fases principais em que se vai desenvolvendo a luta contínua pela humilde existência: a vida marítima, a utilização dos produtos do mar para a cultura⁴ e o aproveitamento dos produtos da terra. Dedicamos êste capítulo — como os demais, simples esboço — ao objecto que nesta terceira fase desempenha, como já indica a fot. 2, um papel predominante: ao moinho de vento, tanto mais que, se não me engano, ainda não existe uma descrição exacta dêste objecto típico e pitoresco do Norte do País⁵.

¹ LEITE DE VASCONCELOS, *De terra em terra*, II, 161.

² ESTANCO LOURO, 389.

³ Cf. também o «tintero de corcho» e a «pila para tener agua bendita a la cabecera de la cama» reproduzidos pelo P. C. MORÁN no seu estudo sobre *Arte popular* (na provincia de Salamanca) e que completam os objectos desta provincia mencionados na p. 148.

⁴ Cf. o capítulo «Apanha do sargaço».

⁵ Cf. as referências dadas nas notas seguintes. Encontramos, porém, uma descrição exacta do moinho de vento (tipo diferente, construído de madeira) da freguesia de Lavos (Figueira da Foz) na RL, XIX, 147-149, e do moinho do Al-

Não faltam no Norte de Portugal, como é sabido, moinhos de água para moer os grãos de milho¹ que o lavrador obtém na eira da sua casa pelo processo conhecido da debulha com o mangual, tam espalhado ainda nesta região². Existem por muitas partes aqueles, simples e pitorescos, movidos por um redízio horizontal (no cavouco do moinho) que se consideram como o tipo original desta classe de engenhos. Encontram-se no interior do país, «acaçapados ao pé dum rio e semi-ocultos em amieiros e salgueiros»³, onde a água abundante das serras se oferece para pôr em movimento a *andadeira* e o *chamadoiro* que tam agradável ruído produzem aos ouvidos do «dono da casa».

Na costa atlântica predomina o moinho de vento, que imprime à paisagem o seu cunho simpático desde Vila do Bispo até Caminha, na fronteira espanhola.

garve na revista *Portugalia*, I, 386-387. O trabalho dactilografado de Fräulein KÄTHE BRÜDT, aluna do Centro de Cultura Portuguesa e Brasileira de Hamburgo, sobre aspectos folclóricos da Ilha da Madeira, contém também um capítulo dedicado aos métodos de triturar os grãos e ao moinho de vento desta ilha.

Acrecentamos os seguintes estudos sobre moinhos de vento no domínio românico, importantes sob o ponto de vista comparativo. Ilha de Mallorca: ROSETH, *Terminologie de la culture des céréales à Majorque*, Barcelona 1923, pp. 178-188; Ilhas Baleares: FR. DE B. MOLL, «Vocabulari tècnic dels molins de vent de les Balears», *BDC*, xii (1934), 1-35; Ibiça: W. SPELBRINK, Hamburgo, na sua tese (no prelo) sobre a cultura material desta ilha mediterrânica; França: *Dictionnaire des Sciences*, x, p. 792 e pl. 1; Bélgica: P. e L. MARÉCHAL, «La meunerie au pays de Namur. Vocabulaire technologique», *Bulletin de la Société de Littérature Wallonne*, liv (1912), 155-198 (cf. além disso as referências nas notas seguintes); Roménia: FR. DAMÉ, *Incercare de terminologie populară română*, Bucaresti 1898 [1901], 159-163. Tenho noticia da existência dum moinho de vento na Sicília para o uso das salinas (reprodução no livro de G. PETRÉ, *La famiglia, la casa, la vita del popolo siciliano*, Palermo 1913, p. 409). O *ALS* não menciona moinhos de vento na Itália.

¹ Podem-se comparar a descrição e terminologia do moinho movido por água do distrito de Barcelos no livro de A. GOMES PEREIRA, *Tradições populares, linguagem e toponímia de Barcelos*, Esposende 1916, pp. 261-264; da região da Guarda no opúsculo do mesmo autor *Tradições populares, linguagem e toponímia da Guarda*, Esposende 1912, p. 61; da Serra da Estrêla no estudo de H. MESSERSCHMIDT, *VKR*, iv, 104-117; além disso a descrição e as referências contidas na *GK*, 125-135, e *WS*, x, 96; finalmente *RI*, xi, 199; xii, 110; xv, 341, 342, 345, etc. O moinho galego ficou ultimamente bem descrito por V. RISCO, *Terra de Meilide*, Santiago de Compostela 1933, p. 388, e pelo Sr. X. LOURENÇO FERNANDEZ na revista *Nós*, xiii (1931), n.º 96.

² *GK*, 240-246; *WS*, x, 82-84; MESSERSCHMIDT, *VKR*, iv, 154 sgs.; G. FELGUEIRAS, *Espadeladas e esfolhadas*, Gaia 1932, pp. 54-56.

³ Cf. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Museu*, p. 226.

No que respeita à forma exterior do moinho de vento, parece que predomina o tipo representado nas nossas fots., 12-13: cilindro de pedra fixo, terminando por um cone móvel e coberto de várias maneiras¹. Encontra-se este tipo — com ligeiras variantes — no norte do país², na região de Esposendo³ — Póvoa de Varzim⁴, Rates⁵, na região de Alcobaça — S. Martinho do Pôrto⁶, na Estremadura (Cartaxo)⁷, no Alentejo⁸ e no Algarve⁹. Existia (ou existe ainda?) também no Pôrto Santo¹⁰. O mesmo tipo cilíndrico-cónico acha-se espalhado por muitas regiões de Espanha: na Galiza¹¹, nas províncias de

¹ Forma uma excepção o moinho da região da Figueira da Foz, devido ao material empregado na sua construção. É todo de madeira, revelando-se nisto a influência do pinheiro, abundantíssimo nesta região (RL, xix, 147). Vimos o mesmo tipo de moinho entre S. Martinho do Pôrto e Alcobaça, nas serras desta região. Corresponde-lhe o moinho do Pôrto Santo (Madeira), também construído de tabuado. O material de construção implica um sistema diferente de virar o moinho, girando todo o edifício em cima dum eixo vertical encaixado numa pedra da *cepa*, quer dizer, do morro de terra em que se levanta o moinho, por meio de rodas que assentam numa *carreira*, murozinho circular ao redor da pedra da *cepa*. Trata-se pois do sistema que, com certas variantes, encontramos nos moinhos construídos também de madeira de outros países, como por exemplo na Roménia (Daké, *loc. cit.*, p. 160) e sobretudo no *Bocksmühle* alemão.

² J. AUGUSTO VIEIRA, *O Minho pitoresco*, I, 193 (reprodução do moinho d'A Insua de Caminho), I, 237 (S. Thiago de Anha).

³ J. AUGUSTO VIEIRA, *op. laud.*, II, 196.

⁴ Compare-se também a reprodução na revista *Portugalia*, II, 680.

⁵ H. LAUTENSACH, *Portugal*, Gotha 1932, vol. I, 132.

⁶ Reprodução na revista *Terra Portuguesa*, III, 101. Nesta região há também o tipo de moinho de madeira reproduzido na RL, xix, 148.

⁷ Reprodução no BE, II, 45.

⁸ Descrição na revista *Portugalia*, I, 386-387.

⁹ H. LAUTENSACH, *loc. cit.*: «von Vila do Bispo im Süden bis Rates im Norden»; L. CHAVES, RL, XXVIII, 59.

¹⁰ O tenente-coronel ALBERTO ARTUR SARMENTO na sua *Notícia histórico-militar sobre A Ilha do Pôrto Santo*, Funchal 1933, dá-nos informes interessantes, p. 88-89. Diz que o primeiro moinho de vento foi mandado construir pelo Senado em 1603 e que no começo do século passado somente dois existiam, o do Concelho e outro particular. Estes moinhos tinham a forma quasi cilíndrica e eram construídos a pedra e cal, cobertos por um cone que gira em carril de lajedo. Hoje são vulgares os moinhos de plataforma circular e talho chamado de *cafeteira*, construídos de tabuado, rodando o cavername sobre a base. Conheci o estudo do Sr. Sarmento por intermédio de Fräulein Brädt, que promete dar-nos a descrição e a terminologia deste tipo de moinho. Na Ilha da Madeira parece que não existem moinhos de vento; empregam-se moinhos de água e moinholas movidas pela mão (W. HARTNACK, *Madeira, Landeskunde einer Insel*, Hamburg 1930, pp. 88, 142).

¹¹ Prevalece na Galiza o tipo de moinho movido a água, ao lado da moinhola de mão (quasi comum na região de Finisterre; informação do Dr. W. Schroeder,

Cádiz¹, Extremadura², Toledo³, na Mancha⁴, Cartagena⁵, nas Ilhas Baleares⁶, Ibiça⁷ (fot. 14) e Canárias⁸. Continua a área de difusão no Mediterrâneo na Sicília⁹, na Grécia¹⁰, e em outros países do Adriá-

Hamburgo). Aparece porém o moinho de vento na vila de Ortigueira (La Coruña), reproduzido em *FoCoEsp*, I, 352 por T. DE ARANZADI. Diz este etnógrafo que subsistem também restos de moinhos de vento, abandonados, nos arredores de Bilbao (Vascónia).

¹ Reprodução no estudo de O. JESSEN, sobre *Südwest-Andalusien*, Gotha 1924 (Conil), e no *FoCoEsp*, I, 353 (Vejer de la Frontera).

² T. DE ARANZADI, *loc. cit.* Não disponho de fotografias.

³ Encontro uma fotografia magnífica do Serviço aéronáutico militar espanhol extraída da *Revista de la Aeronautica* e publicada na revista parisiense *L'Illustration*, 22-XII-1931: «crête de Yemenes (Toledo), face à la plaine de la Manche», seis moinhos abandonados. — O Dr. SCHMIEDER, no seu estudo *Zur Siedlungs- und Wirtschaftsgeographie Zentralspaniens*, publicado nos *Mitteilungen des Deutsch-Südamerikanischen und Iberischen Instituts*, VII (1919), p. 33, menciona a existência de moinhos de vento na região de Madrigal de las Altas Torres.

⁴ Há muitas reproduções: O. JESSEN, *La Mancha*, Hamburg 1930 (Campo de Criptana); GARCÍA MERCADAL, *La casa popular en España* (Alcázar de San Juan-Ciudad Real); *Libro de oro ibero-americano. Catálogo oficial y monumental de la Exposición de Sevilla*, ed. Unión ibero americana, p. 548; etc.

⁵ Reprodução no livro de Fr. CHRISTIANSEN, *Die spanische Riviera und Mallorca*, Berlin 1929, p. 172.

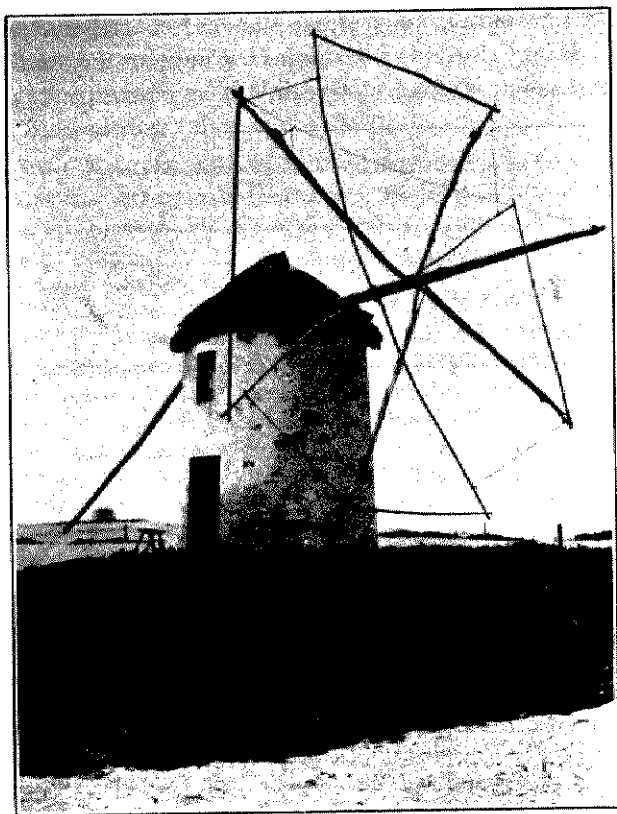
⁶ L. SALVATOR, *Die Balearen*, Würzburg-Leipzig 1897, I, 44, 180, 342 (reprodução), II, 359; Fr. CHRISTIANSEN, *Die spanische Riviera und Mallorca*, p. 280 a, e Fr. CHRISTIANSEN, *Spanien in Bildern*, Berlin 1928, p. 148 (excecentes reproduções do moinho de Alcudia); reprodução dos famosos moinhos de Inca no *Diccionari Enciclopèdic de la Llengua Catalana*, ed. Salvat-Barcelona, II (1931), 955, e no livro de C. MATSCHOS e W. LINDNER, *Technische Kulturdenkmale*, München 1932, p. 27 (chamamos a atenção sobre esta obra técnica, pois traz num quadro comparativo os tipos principais de moinhos de vento dos países europeus, em fotografias esplêndidas). Comparem-se também as referências aos moinhos baleáricos.

⁷ Compare-se na p. 157 nota, e a reprodução no *Diccionari Enciclopèdic* (nota anterior) s. v. «Eivissa».

⁸ Há uma boa reprodução do moinho canariense em *Meyers Geographisch-Historischer Kalender*, 1931, informação que devo à amabilidade do Sr. Paul Meyn, Hamburgo, que, há anos, fez um estudo comparativo sobre as formas e a terminologia dos moinhos nos países românicos.

⁹ Cf. p. 157 nota. Trata-se dum moinho para moer o sal das salinas?

¹⁰ Cf. L. SALVATOR, *Paxos und Antipaxos*, Würzburg-Wien 1895, p. 159. Ao redigir este artigo ocorreram-me bastantes fotografias de moinhos da Grécia publicadas em semanários populares alemães (que tanta importância prestam às cousas folclóricas e etnográficas), por exemplo no semanário *Die Gartenlaube*, 7-XI-1935 (Creta oriental: «portela dos trinta moinhos de ventos» — aspecto estupendo), em *Reclams Universum*, 5, IX, 1935 (Mykonos; publicada num artigo sobre o tema *Mühle, Mühle, mahle!*; aparece ao mesmo tempo o tipo do moinho



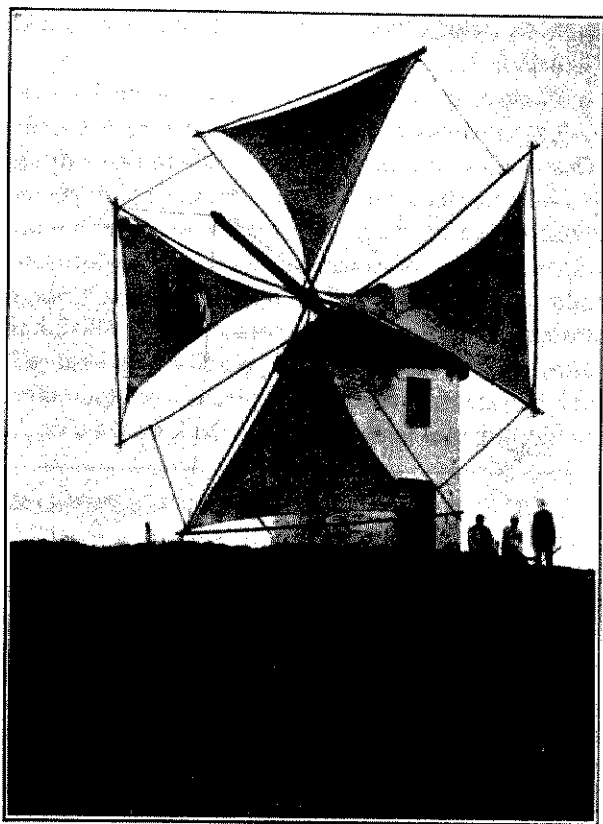
Fot. 12 — Moinho de vento (Abremar)

tico¹. Continua também na França onde aparecem — hoje cada vez mais raros — moinhos massivos e de grande envergadura (como nas Ilhas Baleares). Lembra-nos a famosa residência do autor das «Lettres de mon moulin» na Provença², hoje decaída e em ruínas, cujo protótipo porém se conservou na região dos Alpes (Saint-Saturnin,

egípcio) e na revista de modas *Die Dame* 1935, 1.^a fase, de Dezembro, p. 32 (num artigo sobre a ilha Skyros). Comparem-se também as fotografias de Fr. M. FELDHAUS, *Die Technik der Antike und des Mittelalters*, Berlin-Nowawes 1930, pp. 122, 408.

¹ NOBESÁ no seu livro sobre *Albanien* dá algumas informações. Berlin-Leipzig, 1925, pp. 130-131.

² Tenho uma fotografia do moinho de Alphonse Daudet do ano 1911. Não sei se ainda existe. Na altura de rever as provas veio-me às mãos um sêlo recente de 2 frs. que apresenta êste moinho reconstruído.



Fot. 13 — Moinho de vento (Abreimay)

perto de Apt)¹ e em outras regiões da França meridional, particularmente no distrito da Haute-Garonne² e do Quercy³. Como reliquia pitoresca de tempos já passados admira-se no Maconnais o

¹ Encontro uma reprodução bastante boa no guia turístico de G. TARDIEU, *Les Alpes de Provence*, Paris, Masson 1912, p. 222. Compare-se sobre os moinhos de vento que antes existiam na Provença *Encyclopédie départementale des Bouches-du-Rhône*, xiii, 100-101.

² Reproduções no fascículo Languedoc da série *Le Pays de France* (Hachette), pp. 35, 70.

³ See, *Le vieux Quercy*, Aurillac 1930, pp. 469-470. A mesma fotografia aparece na *Illustrierte Völkerkunde* de G. BUSCHAX, 2.^a ed., vol. II, 246; atribui-a o autor erroneamente ao Norte da França. Devemos uma boa reprodução (cf. a fot. 15) e descrição do moinho quercienso ao Dr. HEINZ MEYER publicada na revista *VKR*, vi, 84.

moinho de Romanèche, ultimamente ennobrecido com o título de «monument historique»¹.

Para o Norte o tipo de moinho com base cilíndrica e teto móvel é raríssimo. Encontramos um exemplar, já bastante aperfeiçoado, no extremo Oeste, na costa da Bretanha², substituindo-se ao tipo mencionado para Leste um moinho de aspecto completamente diferente. Êste tem uma forma rectangular, paredes de madeira e um teto fixo, assente todo o edificio (com o mecanismo interior) sobre um eixo vertical e virando-se sobre êste eixo, com o auxilio duma tranca, para o lado que o vento exija. Êste sistema — como se pode adivinhar, bastante sólido e complicado — está espalhado pelo Norte da França³, Bélgica⁴, conservado, embora em poucos exemplares, com todo o cuidado que tam venerando objecto merece⁵, e em grandes partes de Alemanha⁶.

¹ J. JEANTON, *L'habitation rustique au pays mâconnais*, Tournus 1932, pp. 114-115, pl. xxxii. Jeanton acha o tipo maconnês bastante banal sob o ponto de vista architectónico, «surtout si on le compare à ses frères du Nord et des Flandres». Não carece de certo interêsse esta observação do eminente etnógrafo do Mâconnais, que acertadamente nota a diferença entre o moinho da sua terra e o do Norte da França (diferença de que nos havemos em breve de occupar) sem se dar conta de que o moinho maconnês representa um tipo mais simples e genéticamente anterior ao do Norte, e sem notar que o moinho do Mâconnais representa o tipo genuinamente meridional — como tantas outras cousas desta região, entrada geográfica e etnográfica do Midi.

² Vid. a fotografia de Guérande reproduzida por BRUNNES, *Géographie humaine de la France*, II, 444. Nesta região (Ile d'Ouessant) há ainda um outro tipo: moinho de madeira com teto fixo montado sobre uma coluna de pedras cilíndricas (*ibid.*, II, 529).

³ Cf. a fotografia do moinho de Aunay-sous-Anneau- (Loire-Inférieure) publicada por R. VIELL, *Die Terminologie der Mühle in Romanisch-Bünden*, Chur, 1927, fig. 5. Corresponde-lhe na sua parte superior o moinho mencionado na n. 2 de Ouessant e no seu aspecto total o moinho que já na *Encyclopédie* de DIDEROT aparece como modelo de moinho de vento (*Recueil de Planches de l'Encyclopédie*, I, s. v. «Agriculture»). Cf. o *Dictionnaire des Sciences*, 1751, t. x, 792, e Planche, I.

Um outro tipo (da região do Somme) aparece no livro mencionado de BRUNNES, II, 444.

⁴ A Bélgica, no que respeita ao estudo etnográfico-linguístico dos moinhos de vento, é um dos países românicos melhor conhecidos. Cf. P. et L. MARÉCHAL, «La meunerie au pays de Namur», *Bulletin de la Société de Littérature Wallonne*, LIV, 155-198. — Os resultados duma exploração metódica são publicados nas *Enquêtes du Musée de la Vie Wallonne*, t. II, 271-290. — J. DEWERT, *Moulins du Hainaut*, Charleroi 1930.

⁵ Cf. a noticia interessante publicada nas *Enquêtes* sob o título: «Comment le vieux moulin de Mauvinage fut sauvé».

⁶ Remeto o leitor para a obra interessante de C. MATSCHOS e W. LINDNER, *Technische Kulturdenkmale*, München 1932, onde encontra (p. 24 sgs.) uma preciosa

Não se sabe quasi nada sobre a origem e a data do aparecimento destas construções engenhosas¹. Temos pois de nos limitar a pôr em relêvo a sua repartição geográfica que, com base nos factos já mencionados, nos aparece mais clara. Interessa-nos a êste respeito tanto a relação estreita que existe entre as formas observadas nos países germânicos e a do Norte da França como, por outro lado, o contraste marcante entre aquela forma e o tipo que observamos desde a costa atlântica até o Adriático. É êste o tipo espalhado por tôda a zona mediterrânica, o tipo meridional por excelência, simples e claramente oposto à forma mais desenvolvida dos países do Norte². Como sob outros aspectos a França divide-se em duas partes nitidamente opostas: a parte setentrional relacionada com os países vizinhos de Leste e a parte meridional em contacto estreito com os países meridionais. Eis aqui um fenómeno muitas vezes tratado já sob o ponto de vista lingüístico. Parece-nos que não menos interêsse apresenta o aspecto etnográfico e a combinação dêstes dois pontos de vista³.

ilustração dos moinhos de vento dos países germânicos. Existiam em 1895 ainda mais de 18000 moinhos de vento na Alemanha. Últimamente — devido ao grande impulso que o regime de A. Hitler suscitou em todos os ramos do folclore e da etnografia alemã — apareceram, tanto em obras científicas como em revistas de divulgação, um sem número de artigos dedicados aos antigos moinhos que tam ameno aspecto oferecem entre os monumentos da tradição nacional.

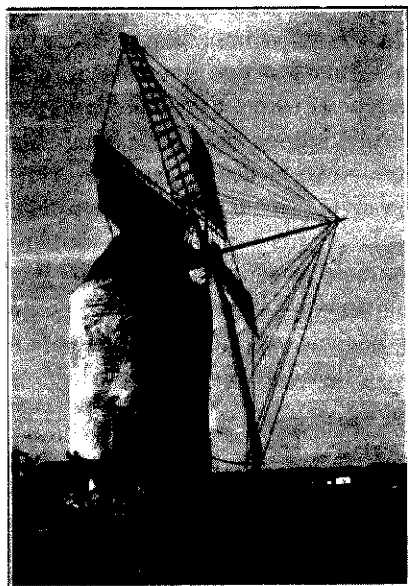
O *Atlas der Deutschen Volkskunde*, obra que, em forma cartográfica, recolhe os fenómenos da vida popular alemã, vai dar uma idea completa da repartição geográfica dos diferentes tipos de moinho de vento conservados na Alemanha (cf. A. SPAMER, *Die deutsche Volkskunde*, Leipzig 1935, vol. II, 425, espêcime do questionário relativo ao moinho de vento). Encontra-se já uma reprodução do mecanismo interior do moinho de vento na obra de RAMELLI, *Schatzkammer der mechanischen Künste*, 1620, p. 302.

¹ Cf. VIELL, p. 25. Na França meridional os moinhos de vento datam pelo menos do século XIV. Temos noticias certas da vila de Rodez que possuía dois moinhos de vento nesta época (ARRÉ, *Dictionnaire des institutions, mœurs et coutumes du Rouergue*, Rodez 1903, p. 298) e do departamento da Aude onde aparecem molendinos no ano 1362 exactamente no mesmo sítio chamado depois *Les Moulins* por se encontrar nêle um grupo de três moinhos de vento (SABARTIÈS, *Dictionnaire topographique de l'Aude*). — Encontrei uma boa reprodução do moinho de vento espanhol numa gravura do século XVII (*Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal*, 1668-1669, ed. do Centro de Estudios Históricos, Madrid, lám. VIII).

² Há também moinhos com teto móvel em algumas partes da Alemanha (cf. MATSCHOS-LINDER, *ob. cit.*, p. 26). Mas trata-se duma forma completamente diferente.

³ Esbocei êste assunto, que algum dia tentarei tratar mais detalhadamente, numa conferência que fiz a convite da Faculdade de Letras da Universidade de

Dentro desta unidade mediterrânica há certas diferenças que se podem observar facilmente, comparando as formas das diversas regiões. O que chama em seguida a atenção é o sistema de varas, velas, etc., que gira sob o impulso do vento. Há sistemas simples e



Fot. 14 — Moinho do vento do Ibiçá

sistemas mais desenvolvidos que correspondem quasi exactamente à menor ou maior capacidade do moinho e do seu mecanismo interior. Distinguimos os tipos seguintes:

a) O sistema português. Dizemos português, pois é comum aos moinhos das diversas regiões de Portugal (Minho, Entre-Douro-e-Minho, Estremadura e Algarve). As nossas fotografias dão uma boa ideia deste sistema (fots. 12, 13). O cume do moinho é atravessado por uma trave enorme — *mastro*, na Figueira da Foz e no Algarve; *eixo* em Abre-mar — a que estão seguras quatro pares de *varas* (Figueira da Foz, Algarve; em Abre-mar di-

zem *mastos*) que sustentam as velas triangulares. As *varas-mastos* têm as extremidades ligadas por vórgas e cordas respectivamente (em Abre-mar chamam-se simplesmente *cordas*, na Figueira da Foz *verdascos*) e são ligadas à ponta da trave na mesma maneira. Na Figueira da Foz estas últimas chamam-se *espias*, em Abre-mar só distinguem entre *mastos* «varas, vórgas de madeira» e *cordas*. Trata-se dum sistema extremamente simples, unicamente composto da trave

Coimbra no mês de Agosto de 1935. Escolhi para demonstrar a relação que existe entre a divisão linguística e a divisão etnográfica da França, alguns objectos que para a cultura humana têm um carácter primordial: para a vida doméstica a casa rural, para a agricultura o arado, para o trabalho caseiro a casa de abelhas (ruche). Podíamos acrescentar a cadeia do lar que, para a vida íntima dum povo, tem aproximadamente a mesma importância que tem, como manifestação exterior, a forma da sua casa. Em todos estes casos notamos uma diferenciação nítida entre as formas da cultura do Norte e as do Sul, tanto mais notável quanto é certo que coincide com o aspecto que oferece o mapa linguístico do país.

¹ Fotografia do Dr. W. Spelbrink, Hamburgo.

(duma só peça!), varas, cordas e quatro velas. Encontramos uma forma semelhante na Ilha da Madeira¹ e exactamente o mesmo tipo, continuação do tipo minhoto, na Galiza² e em diferentes lugares da Andaluzia³, um tipo semelhante (fig. 5a) em Alcudia (Balears)⁴ e Cartagena⁵ e outro tipo parecido, ampliado por um maior número de varas e velas, na Grécia⁶.

b) Representa uma transformação do tipo a o sistema empregado nas Canárias (fig. 5b). As oito varas são substituídas por quatro asas rectangulares compostas de duas vêrgas laterais atravessadas por oito varas seguras a cada um dos mastros principais. Sujeitam-se a êste sistema de varas, as velas também de forma rectangular. Aproximam-se dêste tipo as asas dos moinhos da França meridional (cf. fot. 15)⁷.

c) Forma êste sistema a base para as antenas providas de velas que em forma mais desenvolvida e variada se encontram em outras regiões. Nas Balears⁸ e na Ilha de Ibiça⁹ a antena compõe-se de quatro ou seis varas compridas, quasi paralelas, atravessadas por outras varas mais curtas, formando o todo como que uma rêde quasi rectangular que sustêm as velas do moinho. Há em geral seis antenas em cada moinho. Aproximam-se dêste tipo de asas as antenas compridas usadas hoje nos moinhos da Mancha (Campo de Criptana e região de Ciudad Real¹⁰; fig. 5c).

Claro que um sistema de antenas como o descrito, de bastante envergadura e fôrça, corresponde a um moinho bastante desenvolvido no que respeita ao tamanho, à disposição interior e ao meca-

¹ Oito varas, seis velas.

² *FoCoEsp*, I, 352: Ortigueira.

³ *FoCoEsp*, I, 353 Cádiz; O. JESSEN, *op. laud.*

⁴ Fr. CHRISTIANSEN, *Die spanische Riviera und Mallorca*, p. 280 a; Fr. CHRISTIANSEN, *Spanien in Bildern*, p. 148.

⁵ Fr. CHRISTIANSEN, *Die spanische Riviera und Mallorca*, p. 172, 176: «Ein Stern von acht Stäben bildet das Windrad, an den Spitzen mit einer Leine verbunden, wie das Gestell eines Papierdrachens». («Oito varas ligadas ao mastro principal formam como uma estrêla com o centro em forma de rodela. As pontas das varas e a ponta do mastro são ligadas por cordas, à semelhança dum papagaio de papel. Entre elas e as varas prendem-se as velas triangulares»).

⁶ Comparem-se as referências dadas na p. 159 nota 10.

⁷ Cf. as referências dadas na p. 161 nota.

⁸ Cf. os detalhes dados no artigo de MOLL, *BDC*, XXII, 7, e no *Diccionario Alcover*, s. v. «antenas».

⁹ Fot. 14. Informação do Dr. Spelbrink.

¹⁰ Cf. as referências dadas na p. 159 nota 4.

nismo de que dispõe¹. Resulta, pois, que os moinhos que há muito chamaram a atenção geral — os da Mancha e das Ilhas Baleares — representam o tipo mais adiantado dos moinhos meridionais.

Damos num quadro de conjunto (fig. 5) os tipos principais das asas que facilmente deixam adivinhar o desenvolvimento gradual que este importante elemento do moinho conseguiu: a) Alcúdia (Mallorca) — Cartagena — Grécia; b) Canárias — França meridional; c) Baleares — Ibiça — Mancha — Sicília².

O edifício do moinho, erigido numa plataforma alta, compõe-se dum cilindro de pedra e cal e dum cone móvel formado por caibros e coberto com palha, como em muitas outras regiões de Portugal³, e de modo semelhante nas Ilhas Baleares, Ibiça⁴ e nas Ilhas Jónicas. Na Andaluzia e na Mancha parece que predomina o cone coberto com tábuas, como na França meridional. O cone, quanto ao material empregado, chama-se *palhoça* ou, quanto à função, *capela-carapuça*⁵. Compare-se no mesmo sentido: algarv. *capoeira*; balear. -ibiç. *capell*, ao lado de *caperutxa*, *caracull*, *curucull*, *barraca*, *barracull*; querc. *capèl*, *couver* (= port. *coberto*); Figueira da Foz *cume*.

O interior do moinho divide-se em dois compartimentos ou andares, separados por um sobrado de *traves* e comunicando por uma *escala* simples em caracol. No primeiro andar, iluminado por uma janela (tapada por uma tábua), encontra-se o mecanismo da mó, no rés-do-chão, a *caixa de encher a farinha* (cf. mais adiante) e os aprestos do moinho, como por exemplo os *picos*, instrumentos de picar as mós, a *vassoura* [*basóura*] de varrer a farinha, a *pá* para

¹ Isto não quer dizer que haja diferenças fundamentais no mecanismo de moagem, conforme vai descrito nas páginas seguintes. A este respeito só observamos certos aperfeiçoamentos no detalhe e no tamanho. O que distingue, no entanto, o moinho simples (tipo a) do moinho mais desenvolvido (tipo c) é o sistema de fazer rodar o cone superior.

² a) CHRISTIANSEN, *Spanische Riviera und Mallorca*, p. 280 a; b) cf. p. 159 nota 8; c) GARCÍA MERCADAL, *Casa popular en España*.

³ Traz também uma fotografia R. PESTALOZZI no seu livro *Fahrt nach Portugal*, Zürich 1934, n.º 48, sem localização.

⁴ Com uma espécie de junco que se encontra nas praias *borró-gerp-faió*, nas Baleares; *juncos* em Ibiça.

⁵ Os termos que damos adiante sem localização referem-se a Abremar. Os termos da Figueira da Foz são tomados de RL, xix, 147-149; os do Algarve de, *Portugalia*, i, 386-387; os baleáricos de BDC, xxii, 1-35, e ROKSETH, 178-188; os de Ibiça do estudo de SPELBRINK, os do Quercy do trabalho de MEYER, VKR, vi, 84.



Fot. 15 — Moinho de vento do Querrey¹

apanhar a farinha, e as medidas seguintes: a *maquia*, a *meia maquia* e a *rasa* (18 *maquias* = 1 *rasa*)².

Sobre a extremidade superior da torre cilíndrica assenta uma peça de madeira circular provida de *rodas* (também de madeira) e chamada *trilho*; no Algarve *frechal*. Dão também o nome de *ciutrel*

¹ Fotografia do Dr. Heinz Meyer, Hamburgo.

² A palavra *rasa* no sentido de «medida» é frequente no Norte do país: *rasão* «cilindro de madeira com que se passa sobre a *rasa* (!) cheia de semente para a *arrasar* ou igualar a superfície», Arcos de Valdevez (*RL*, xxv, 197); *rasa* «vaso quadrado de madeira para medir o grão» — *rasão* «rolo de madeira que passa por cima da *rasa*», Barcelos (A. GOMES PEREIRA, 250); *raza* «alqueire» vulgar no Norte (LEITE DE VASCONCELOS, *Opúsculos*, II, 113). — Sobre a *maquia* não se torna necessário insistir aqui. Encontra-se também *ras* como medida, no provençal (GLASER, *ZFSL*, xxvi, 174).

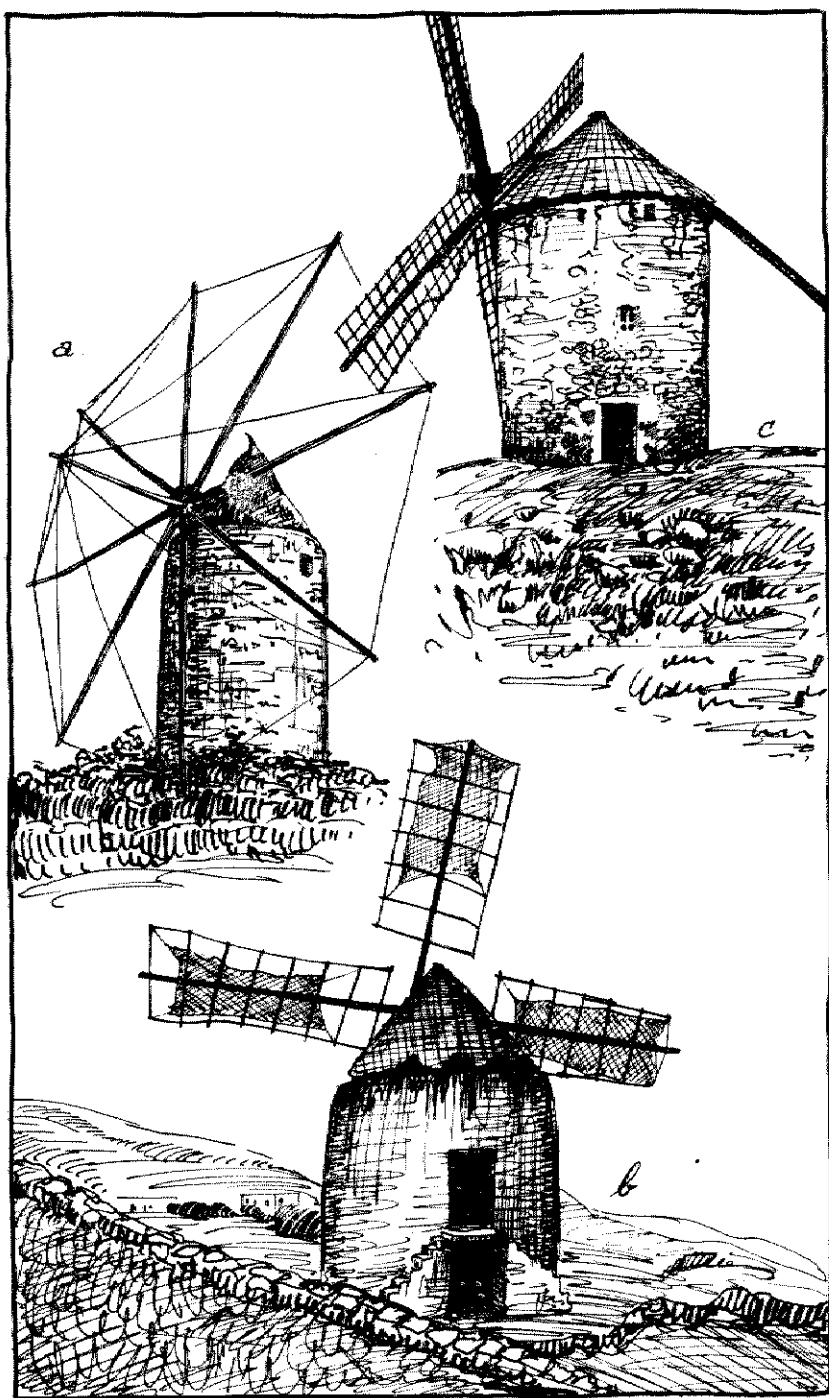
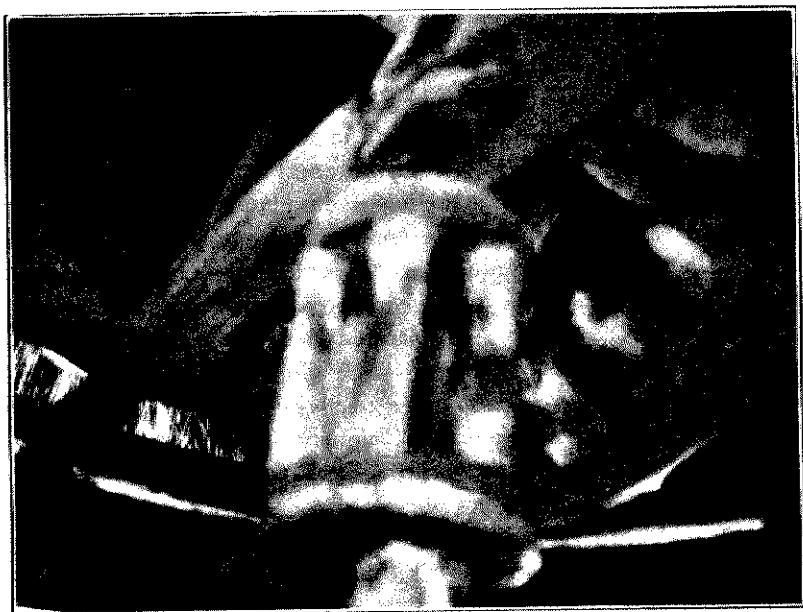


Fig. 5 — Tipos principais das asas dos moinhos

a tóda a parte superior em que termina a tórre cilíndrica. Daqui partem os *caibros* que, como já dissemos antes e como se vê na fot. 16 (do lado esquerdo), sustentam a *palhoça*. Servem as rodas, anexas ao *trilho* por sôbre um caneiro na extremidade da parede, para fa-



Fot. 16 — Carrinho e entrova do moinho de vento (Abremari).

zer rodar o conjunto do cone superior, conforme exija a direcção do vento, por meio duma trave, que sai do cone no lado oposto ao *eixo* (ou *mastro*) principal (fot. 12): *rabo*.

Compreende-se perfeitamente a designação *trilho*, palavra que, como é sabido, designa em várias partes de Portugal e em Espanha o utensílio de lavoura próprio para debulhar cereais na eira, girando sôbre êles¹ e que, além disso, se emprega em vários outros sentidos semelhantes: cf. bras. *trilho* «carril de ferro, sôbre que andam os combóios» (denominação particularmente parecida com a do moinho abremarense) e na Península «vereda» = alem. «Weg», «Fährte», *caminho trilhado*, etc. No moinho de madeira do Pôrto Santo (Madeira), o murozinho circular que corresponde ao nosso *trilho*, chama-se *carreira*.

¹ Pode-se comparar o artigo instrutivo de W. BIERHENKE sôbre «Das Dreschen in der Sierra de Gata», *VKR*, II, 26 sgs.

Compreende-se também a designação *rabo*¹ a que corresponde no Quercy *la kūyo del muli* (= lat. CODA, francês *queue*) exactamente no mesmo sentido.

O sistema de fazer girar o cone do moinho (e suas partes anexas) com o auxílio dum rabo saindo para fora — modo de proceder muito simples e natural — conservou-se até hoje na maior parte da Península (Portugal²—Galiza—Sul de Espanha—Mancha), assim como também no Quercy e na Provença(?)³. Foi substituído por um sistema mais complicado, no interior do moinho, nos grandes moinhos das Ilhas Baleares⁴, de Ibiça e parece que também nas Ilhas Jónicas. Umas estacas cravadas no chão da plataforma servem para amarrar o rabo por meio duma corda sempre que o caso o exige.

A palhoça é atravessada dum lado pelo eixo, sustentando-o na parte inferior o *chaço* de forma curva e a *cantadoira* colocada debaixo daquele. Os dois termos parece que são tomados da terminologia do carro rural: no Pôrto *chaço* significa a chapa de ferro colocada sobre o eixo (para proteger a parte lateral do carro contra o roçamento do eixo)⁵; *cantadoira* designa originariamente as peças de madeira, sob as quais ou entre as quais trabalha ou *canta* o eixo do carro⁶. Nas Ilhas Baleares correspondem ao *chaço-cantadoira* a *seiola* de pedra dura ou de ferro e o *sotacoll* de madeira⁷.

Do outro lado, o rabo do eixo encaixa num orifício aberto na parte superior do *trilho*⁸, chamado *sculata*, palavra que se relaciona

¹ Na Figueira da Foz dão o nome de rabo à saliência em que termina o telhado ou o cume do moinho de vento (*RL*, xix, 147).

² Forma uma excepção o moinho do Algarve descrito na *Portugalia*, I, 386, que já tem um sistema mais adiantado, semelhante ao das Ilhas Baleares.

³ Este sistema conservou-se também nos antigos *Bocksmühlen* de Alemanha (*MATTSCHOSSE*, *loc. cit.*, p. 26).

⁴ Cf. *BDC*, xxii, 13 s. v. «congrenys».

⁵ *GK*, 209, n. 3.

⁶ *GK*, 205, 209; *MESSERSCHMIDT*, *VKR*, IV, 151; *EBELING*, *VKR*, V, 67, 69. Este termo aparece também em Rates, perto da Póvoa de Varzim.

⁷ *ROSETTE*, 182; *MOLL*, *BDC*, xxii, 25, 32. Não se compreende a explicação que dá *MOLL* para a palavra *seiola*: derivada de *CILIA*, cat. *cella*, esp. *ceja*. Parece muito mais provável a etimologia recusada por ele **SEDIOLA*, tanto mais que há em espanhol *asiento*, em português *assento* «base», em catalão *jassa*, *jàssera* «cadastruna de les dues bigues que sostenen el pis superior de la torre» (*BDC*, xxii, 17), derivado de *REW* 4566 *JACIUM*, que corresponde perfeitamente ao al. *Lager* = «seiola, etc.».

⁸ As minhas notas não me satisfazem completamente. No Algarve distinguem entre o *agulhão* «ferro de ponta conica na extremidade do eixo» e a *rata* «orifício aberto no frechal (= trilho) onde entra o agulhão» (*Portugalia*, I, 386) e

com *culatra* «nádegas, parte posterior dum canhão; etc.» REW 2384 CULUS.

Ao eixo que gira sob o impulso do vento adere uma roda dentada, a *entrosa*, à qual corresponde na região da Figueira da Foz *entrosga*, no Algarve *entrosa*, vocábulo freqüente em Portugal para designar a roda dentada de azenhas, noras, etc.; infinitivo *entrosar*¹.

Os dentes da *entrosa* engranzam no *carrinho*, parte superior do *veio* vertical que serve para imprimir o movimento de rotação à mó superior.

A fot. 16² pode dar uma idea dêste sistema de engranzagem freqüente em moinhos, azenhas, etc.³. Vemos em cima uma trave, inferior ao eixo, que atravessa o moinho em posição horizontal: *ponte* no Algarve e na região da Figueira da Foz, *linha* em Abremar⁴. Na *linha* há um encaixe de madeira com ferro, saliente, no qual gira o veio vertical. O encaixe tem vários nomes: *taco* no Algarve, peça e palavra que aparece também no mecanismo da atafona⁵ e que os dicionários etimológicos derivam duma base germânica (REW, 8534)⁶; *raposa* na região da Figueira da Foz, animalização do objecto⁷; *castanha* em Abremar, outra metáfora que tem analo-

no moinho da freguesia de Laves entre o *aguihão* «saliência de ferro que encaixa numa reenterancia também de metal, *rela*» (RL, xix, 148). *Rela* parece indicar que *rala* é um erro de imprensa ou confusão entre a palatal e e aberto. De qualquer modo trata-se da sexualização de objectos tão freqüente nestes casos. *aguihão* e *rela* (RANA + -ELLA) correspondem perfeitamente às partes que encontramos na extremidade inferior do eixo do moinho de água (cf. GK, 133; H. MESSERSCHMIDT, VKR, iv, 113).

¹ REW 4515 a aceita a etimologia *INTORSUM*, proposta pelo Dr. W. BIERHENKE, *Ländliche Gewerbe der Sierra de Gaia*, Hamburgo 1932, pp. 38-39 (onde o leitor encontra as palavras pertencentes a esta família).

² A fotografia decerto não é esplêndida, facto explicável pelas condições especiais que apresenta o primeiro andar do moinho descrito onde o espaço reduzido e a luz difusa não favorecem o instantâneo.

³ Sobre a parte técnica comparem-se as informações do Dr. BIERHENKE, *op. laud.*, p. 37 sgs. Encontramos o mesmo sistema, como é natural, em todos os moinhos de vento da Península. Compare-se a reprodução do «antiquíssimo engranaje de madeira» do moinho manchego no *Libro de oro*, p. 548.

⁴ Aparece a palavra no *Dicionário* de CÂNDIDO DE FIGUEIREDO no sentido de «trave horizontal em que assentam as pernas da asua», REW, LINEA.

⁵ «Peça em que assenta o carrêto da atafona» (FIGUEIREDO).

⁶ O caso é complicado. Não será possível, considerando as significações de *taco*, *tacão* em português, *taco*, *tacón* em espanhol, atribuir-se-lhes uma base onomatopaica?

⁷ Na Galiza (provincia de Lugo) *raposo* aparece no sentido de «mão lateral do cabo da gadanha» (VKR, v, 124). — PREIS, no livro já mencionado na p. 142,

gias em português *castanha* «peças de madeira ou ferro, pregadas no navio, e por onde passam os cabos», alent. «cruzeta das azenhas» (Figueiredo), cub. *castaña* «pieza que sirve de chumacera a la maza mayor en los ingenios», prov. *castagno* «t. de marine: linguet, pièce de bois destinée à arrêter le cabestan» (TF)¹.

Ao *carrinho* de Abremar — palavra que encontramos também na azenha trasmontana como designação do mesmo objecto² — corresponde no Algarve o *carrête* (com sete ou oito *fuselos* «pausinhos que formam o corpo lateral do objecto»), na Figueira da Foz o *roquete* (com seis *fuselos*)³. Aparecem as mesmas designações no moinho do Pôrto Santo: *carrete-fuselos*, além disso *roca* = «parte do veio que faz com que saiam os grãos da quelha-moega».

considera *raposa* «enceixe do moinho» como exemplo de terminologia sexual. Não conheço exemplos desta categoria referentes à raposa. A palavra portuguesa *sorra* que Preis menciona ao lado de *raposa* não vem a propósito. E as significações que dão os vocabulários portugueses (desconhecidos de Preis) deixam adivinhar uma origem semântica diferente da palavra. — Há no entanto uma metáfora sexual clara na designação catalã *trugeta*, que corresponde ao objecto da *raposa* (ROKSETH, 183; BDC, xxii, 27, 32), como já expus na VKR, i, 255-256.

¹ Podem esclarecer ou pelo menos apoiar o emprêgo metafórico de nomes dos frutos os exemplos seguintes: Gal. *maçan* «extremidade do eixo do carro que sobressai» (GK, 210), Alto Minho *maçaum* «maçã; peça do rodízio nos moinhos» (RL, xxii, 26), port. *maçã* «nome de alguns objectos, que têm proximadamente o feitio de maçan, como a parte da espada, em que se prende o espigão da fôlha» (FIGUEIREDO) = port. *maçã*, esp. *mazana*, REW, 5427; em certas partes da provincia de Lugo *majá* significa estaca ou tórno que empregam para atar a correia do tinão do carro (EBELING, VKR, v, 101, n. 2), não pode ser o sentido original. Na Extremadura espanhola *manzana* «centro del yugo de carro». Romã «a cabeça ou espigão do eixo, que sobressai da face da roda do carro» Estremadura (= gal. *maçan*), *remã* «parte mais grossa do eixo do carro» Taveiro-Coimbra, correspondente a port. *romã* «parte mais grossa do mastro» (RL, xviii, 148), *romão* «parte do eixo entre os couços» Trás-os-Montes (GK, 206, 210). MEYER-LÜCKE, REW, 7369, menciona parte destas palavras no artigo sobre ROMANA «romana, balança». A identidade da designação *maçan-romã* «cabeça do eixo do carro» e as demais significações de *romã* «parte grossa» demonstram que se trata de uma metáfora popular derivada de *romã* «fruto da romanzeira = Granatapfel». Cf. também REW, 6645 *romum* (port. *pomo* «Apfel») > «pomo da espada», etc. Cravo de naranxo «cravos com cabeça grossa que empregam na Galiza na roda do carro» (EBELING, VKR, v, 79); *naranxo* corresponde ao port. *laranja* «Apfelsine». É sabido que também outros frutos como cat. *nou*, *ametlla*, *pinyó*, etc., aparecem como designações de objectos ou partes de objectos.

² WS, x, 97.

³ Não entramos aqui na interpretação de *roquete* e *fuselos*. Nos *Hochpyrenäen* D daremos um resumo dos termos do moinho que derivam duma compara-

O *veio* vertical (pronunciam *bejo* em Abremar) é um ferro de forma circular na extremidade superior e continua em forma quadrangular passando ao lado do rabo do tremunhado (veja-se mais adiante)¹ para encaixar na parte mais grossa da *sigurelha* (e *cabaço*)² da mó superior, produzindo assim a rotação necessária para o trabalhar do moinho. Na parte inferior à *sigurelha*, e encaixado nesta, há outro veio vertical chamado *ferro*, que, atravessando a mó inferior, assenta numa trave chamada *siguransa da pedra*, por meio duma pedra *gode* encaixada nesta. Os termos *veio*³ e *sigurelha*⁴ correspondem aos vocábulos que encontramos nos moinhos de vento da Figueira e do Algarve e nos moinhos de água do Minho. A parte grossa da *sigurelha* tem no Algarve o nome de *castelo*, metáfora bastante freqüente na terminologia rural⁵. Ao *gode* de pedra—em Trás-os-Montes *gôgo* «pedra oval encravada no fundo do rodizio do moinho de água»⁶—corresponde no Algarve um quadradinho de ferro *mealho*⁷ e na região da Figueira da Foz a *rela* (palavra que encontramos já antes, com o respectivo *agulhão*).

ção com os aprestos da fiação. São bastante freqüentes. De qualquer modo pode o leitor comparar *AFS*, 252 a, onde encontra bastantes analogias com os termos do *carrinho*; entre elas também a palavra LANTERNA que aparece em tantos outros países com o mesmo sentido: cat. *lanterna* (*BDC*, xii, 17, 31; também na Ilha de Ibiza (fot. 17); com efeito o carrinho baleárico tem a forma deste objecto), Quercy *lanterno* (*VKR*, vi, 84), no domínio wallon *lantône* (*Marchais*, 184). Na Serra de Gata (Espanha) empregam o termo correspondente *farol* (W. BIERHENKE, *Lindliche Gewerbe der Sierra de Gata*, p. 35).

¹ O sistema é muito parecido ao do moinho civissenco do que a excelente fotografia 17 do Dr. Spelbrink dá uma clara idea.

² Não tenho informação exacta do significado de *cabaço* neste caso especial.

³ Cf. *GK*, 131, n. 5; MESSERSCHMIDT, *VKR*, iv, 112.

⁴ Cf. *GK*, 131; MESSERSCHMIDT, *VKR*, iv, 112.

⁵ Cf. *castelo* «as partes elevadas ao centro do jugo ou da canga» em várias partes de Portugal (*GK*, 117, *VKR*, iv, 138), alent. *castelo* «pequenas hastes insertas na ponte do carro, para segurar cordas, etc.» (*RL*, ii, 32; xxxiii, 123); cat. *castell* «construcció que s'eleva damunt la coberta alta d'un vaixell» (*Dicc. Alcover*), etc.; nos barcos da sardinha, em Buarcos, chamam-se *castelos* os renos de proa e de ré (*Portugalia*, i, 150). Compare-se também *castelo* «a parte que fica no centro da melancia quando esta se parte cuidadosamente» Alentejo (*RL*, xxxiii, 122).

⁶ Comparem-se as variantes dadas *GK*, 133, e *gode* «pedra achatada em forma de bola de pão» no moinho de Barcelos (A. GOMES PEREIRA, *op. cit.*, p. 262). Etimologia? Cf. *REW*, 2275, 2288 *corulus* > *godo*. Tem menos probabilidade semántica a derivação de *cutis* «Hauto», proposta pelo Dr. PIEL, *Biblos*, 1934, p. 139.

⁷ Cf. MESSERSCHMIDT, *VKR*, iv, 112-113.

A parte do moinho que serve para a moagem tem grandes semelhanças com a parte correspondente do moinho de água. Não surpreende pois a relação da terminologia: a *moega* «cubo para o depósito do grão na parte superior do moinho»; *quelho* «caleira por



Fot. 17 — Carrinho-entrosa, moega-quelho, mó superior do moinho de vento de Ibiçá²

onde sai o grão a cair no olho da mó superior», tem um rabo sacudido continuamente pelo *veio*, o que faz com que o grão vá caindo do *quelho*; *tremunhado* «caixa onde trabalha a mó superior e que a cobre» com a *caixa da farinha* ao lado do *tremunhado*, onde se junta a farinha que sai de entre as mós; *andadeira* «a mó superior, mó-vel», *pé* «a mó inferior, fixa», e finalmente o *cano*, tubo por onde passa a farinha da caixa do primeiro andar para a *caixa de encher a farinha* do rés-do-chão¹. Falta no moinho de vento de Abremar somente uma cousa: o *chamadoiro* ou *cadelo*,² pauzito pendente do *quelho* e inclinado sobre a mó superior, que recebe desta, nas horas da rotação, os golpes para que o grão, pouco a pouco, vá

caindo do *quelho* no olho da andadeira. É substituído, como já vimos antes, pelo contacto que há entre o veio quadrangular e o rabo do *quelho* que presta o mesmo serviço³. É esta a única novidade que o visitante pode encontrar neste moinho modesto, testemunho singular duma vida tradicional e sã que não conhece ainda as bênçãos da industrialização moderna.

¹ Encontramos todos estes termos na descrição do moinho de água da região de Barcelos (cf. A. GOMES PEREIRA, *loc. cit.*, p. 263). Para a explicação etimológica, etc., indico a *GK*, 126 sgs.

² Nome pitoresco que corresponde ao *cachorro* do Pôrto Santo (SARMENTO, *loc. cit.*, p. 89) = «cão, cãozinho», signo desanimalização de objectos tão frequente na terminologia do moinho de todos os países (cf. *VKB*, I, 256 e últimamente *BDC*, xxii, 33).

³ Fotografia do Dr. W. Spelbrink, Hamburgo.

⁴ Tratarei este capítulo da história técnica do moinho nos *HPyr D*.



Resumindo agora os resultados da nossa exposição, quais são as conclusões de ordem geral que podemos tirar?

Em primeiro lugar, é evidente que o nosso estudo não é um trabalho de investigação estritamente lingüística. Parece-nos que, além do lingüista, interessa também ao etnógrafo. É certo que não alargámos a investigação até ao ponto de saber em que medida é que os fenómenos estudados encontram a sua confirmação geográfica. Porém, a simples escolha dos assuntos é, por si só, sobremodo eloquente. O tríptico — âncora, jangadas e apanha do sargaço, moinhos de vento — mostra claramente a íntima relação entre a pesca e a agricultura, as quais penetram tam profundamente nos vários aspectos da cultura, do trabalho, dos conceitos de vida e da própria terminologia, que essa inter-penetração pode ser considerada como típica no domínio das nossas investigações. Aos geógrafos compete prosseguir, por seu turno, o estudo de tam interessantes fenómenos.

Em segundo lugar, o nosso trabalho é uma contribuição para o estudo da etnografia; esta encontra-se de tal maneira ligada à terminologia, que é impossível separar as duas ciências: etnografia e lingüística. Dir-se-á que se trata de mais um subsídio para os estudos de «Coisas e Palavras» (*Wörter und Sachen*). É certo. Mas precisamente esta expressão e a escola que a representa necessitam de mais algumas palavras de esclarecimento; de mais a mais já sofreram a crítica depreciativa de van Gennep em França e de Vossler na Alemanha, o último dos quais ridiculizou os trabalhos d'este género, tais como os que se ocupam do «dobrar, fiar e tecer». A verdade, porém, é que este método, — fundado por Meringer, Schuchardt e Meyer-Lübke, e que sofreu, no decorrer dos anos, várias modificações — é do mais largo alcance e fecundo em novos pontos de vista.

Antes de mais, é preciso dizer que a escola «coisas e palavras» exige, para a explicação etimológica de uma palavra, o conhecimento do seu correspondente no domínio das coisas, quer se trate da cultura material, quer da espiritual. Que este princípio, que parece tam simples, deve ainda hoje ser expressamente acentuado, mostram-no os trabalhos aparecidos nos últimos anos, trabalhos em que os seus autores, com a maior despreocupação, põem de parte esta base elementar.

Além disso, a escola das «coisas e palavras» tem finalidades mais altas. Aqui, apenas quero referir-me àquilo que, através do nosso estudo, mais nos prendeu a atenção. Os materiais colhidos e as

observações feitas durante o nosso passeio na praia da Póvoa de Varzim, collocámo-los num plano etnográfico-lingüístico muito mais vasto. Partindo das jangadas feitas de cortiça — as quais, juntamente com a âncora de pedra e muitos outros objectos, mal foram notados até agora, como raridades etnográficas, pela etnografia europeia —, procurámos demonstrar o papel que desempenha a cortiça nos aspectos da cultura material em Portugal (e, por vezes, em esfera mais ampla). Se a cortiça, como todos sabem, é um dos principais productos da riqueza nacional portuguesa, parece-nos mais que justificado que o etnógrafo, e com elle o lingüista, procurem estudar este problema: de que maneira e em que extensão a exploração da cortiça influi, acima da esfera industrial, na vida diária, na casa, na economia popular ou onde quer que seja. Tivemos ocasião de ver a irradiação deste fenómeno, não só no que respeita aos objectos que são feitos de cortiça, mas também quanto à terminologia, a qual só se pode compreender tomando em conta esta base de natureza económica.

Pusemos em destaque, desta maneira, partindo de um só objecto e da sua designação característica, um ramo completo da cultura portuguesa no ponto de vista etnográfico e, relacionadas com este, deduzimos considerações de ordem lingüística, interpretando inúmeros fenómenos isolados dentro dum quadro de conjunto.

Investigámos também certos aspectos que nos impressionaram na costa de Portugal, observando-os dum ponto de vista que se não limita a este país, isto é, situando-os num quadro inter-românico. Mais uma vez aqui se prova como um «pormenor» só transparece em todo o seu significado quando observado num âmbito maior, quando visto dentro do todo em que elle se integra. Os romanistas estão habituados a estudar os vocábulos isolados e as palavras que traduzem determinado conceito, do ponto de vista inter-românico, e a dar, segundo esse princípio, as explicações mais diversas. Ora se a palavra, como acima dissemos, só pode ser considerada em relação com a «coisa» que ella designa, é lógico que estudemos num campo inter-românico não só as palavras mas também os objectos. Quanto mais largos forem os nossos horizontes, tanto maiores e mais proveitosos serão os resultados dos nossos estudos. Isso tentámos nós fazer, dentro dos limites dum esboço de proporções reduzidas.

Vimos que a âncora de pedra não é um privilégio de Portugal, mas sim o resíduo duma cultura antiquíssima, comum a toda a Península Ibérica, e, ao mesmo tempo — o que é bem característico e

significativo — concluímos como se pode compreender a denominação e a explicação dum objecto através do tipo do mesmo objecto e da sua difusão (âncora de pedra).

Leva-nos um pouco mais longe o estudo comparativo que fizemos a propósito dos elegantes moinhos de vento que pitorescamente embelezam a região da Póvoa de Varzim. Como em tantos outros casos, nós podemos — pela repartição geográfica dum objecto, bem como pela repartição geográfica dos fenómenos lingüísticos — determinar as suas camadas genéticas e as fases da sua evolução. Desta forma a «geografia das coisas» transforma-se em «história das coisas», do mesmo modo que a «geografia dos sons» e a «geografia das palavras» de há muito se transformaram em «história dos sons» e «história das palavras». Procurámos dar um exemplo característico no caso dos moinhos de vento, cujas formas estudámos, desde a România mediterrânica até à França e, ligeiramente, ainda para além desta. Os resultados são deveras instrutivos, pois provam que neste, como em muitos outros casos, a civilização da România mediterrânica difere profundamente da civilização da România do Norte. Mais ainda: observa-se como, a uma diferenciação etnográfica, corresponde nitidamente uma diferenciação lingüística — e mais uma vez o filólogo se encontra com o etnógrafo.

Ainda haverá quem não queira reconhecer, em face de tais resultados, que o filólogo não pode manter-se no seu isolamento lingüístico? Éle tem o dever, bem pelo contrário, de dirigir a sua atenção para além do estreito campo em que trabalha, se realmente quiser colaborar no esclarecimento da história da civilização europeia. Já Hugo Schuchardt — que, como poucos, tam profundamente compreendeu o valor e o sentido das investigações sobre «coisas e palavras» — falando da lingüística românica, disse: «A lingüística românica tem feito notáveis progressos (...); porém, o que precisamos agora é duma intensificação dos estudos etnográficos».

Vocabulário

Aguilhão, 173; algarv., 170, 171.
aingura, vase., 118.
alga, 119; cat., esp., gal., 119.
algaço, 119; gal., 119.
algazo, gal., 119.
ametlla, cat., 172.
anar en surada, cat., 140.
ancinha, minh., 132.

ancinho, 132.
ancinhos, 135.
âncora, 118; cat., esp., prov., 118.
andadeira, 157, 174.
angulet, vase., 118.
apanha, 132.
apoiatar, açor., 113, 116.
arba, vase., 118.

argaceiro, minh., 119, 123.
 argaço, 119, 120; gal., minh., 119.
 argaço, homens do, 119.
 argaço, mulheres do, 119.
 argazo, gal., 119, 121.
 arguiço, 120.
 arna, cat., 144.
 arrasar, 167.
 asiento, esp., 170.
 assento, 170

Bacia, 152.
 baignon, fre., 148.
 balisa, cat., 141.
 baliza, 141; esp., 141.
 banco, 155.
 banquinho, 151, 152.
 banho, 148.
 baño, salmant., 148.
 baralha, alent., 150.
 barca, 130.
 barcos moliceiros, 134.
 barnois, cat., 140.
 barraca, balear., 166.
 barracull, balear., 166.
 barrela, 145.
 barreleira, 147.
 barreleiro, 147, 148.
 bateira, 136.
 batel, 129, 136.
 bios, 146.
 biros, 146.
 bisneta, 137.
 bins, 146.
 bodelha, 121.
 bodelho, 121.
 bóia, 139, 141.
 boirel, 139.
 boireis, 140.
 born, cat., 140, 144.
 bornoi, cat., 140.
 bornoy, prov., 140.
 borracha, 155.
 borró, balear., 166.
 botelha, minh., 121.
 bourgne, prov., 155.
 bournac, prov., 155.
 bournón, prov., 140.
 boyarin, cantabr., 140.

brassos, cat., 117.
 brusc, prov., 155.
 buch, cat., 146.
 bugader, cat., 145.
 burro, minh., 152.
 bük, prov., 146.
 Cabaço, 173.
 cachorro, açor., 174.
 cadelo, 174.
 cafeteira, açor., 158.
 caibros, 169.
 caixa de encher a farinha, 166, 174.
 calabaza, salmant., 149.
 calbote, salmant., 149.
 caminho trilhado, 169.
 canada, gal., 137.
 canado, 155.
 caneiro, 136.
 cang, 118.
 canga, 117.
 cangalha, 118.
 cangalhas, 117; gal., 117.
 cangalho, açor., 118.
 cangalhos, 117; gal., 117.
 cangar, 117.
 cano, 174.
 capa, arag., 138.
 capél, quere., 166.
 capela, 138, 166.
 capelo, leon., 138.
 capell, balear., 166.
 capellina, arag., 138.
 caperutxa, balear., 166.
 capilucho, leon., 138.
 capoeira, algarv., 166.
 capucha, arag., 138.
 caracull, balear., 166.
 carall de Jan, cat., 121.
 carapuça, 166.
 carreira, açor., 158, 169.
 carrela, 138.
 carrete, açor., 172.
 carrête, algarv., 172.
 carrinho, 171, 172, 173.
 carriola, minh., 121.
 cantar, 170.
 cantadoira, 170.
 casa das abelhas, 143.

castagno, prov., 172.
 castanha, 171, 172.
 castaña, cub., 172.
 castañuelas, salmant., 148.
 castelo, alent., 173; algarv., 173.
 castell, cat., 173.
 catraia grande, 129.
 catraia pequena, 129.
 cebra, gal., 120.
 ceiba, gal., 120.
 ceiva, 120.
 ceja, esp., 170.
 cella, cat., 170.
 cepa, 158.
 cesto barreleiro, 145.
 ceva, 120.
 cinterel, 167.
 coberto, 166.
 cocharro, 152, 153, 154; alent., 153.
 cocho, 153, 154.
 colaera, salmant., 148.
 colchão, 152.
 colcho, salmant., 148.
 colmena, cast., 144.
 conill, cat., 142.
 corcha, 154; and., 144.
 corcho, 140, 143, 144, 154, 155; salmant., 148.
 cordas, 164.
 correão, 120, 121.
 corregola, gal., 121.
 correola, gal., 120, 121.
 corrigiola, gal., 121.
 corrijola, 121.
 corriola, 121.
 cortiça, 130, 132, 139.
 cortiçada, minh., 140.
 cortiço, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 154; minh., 148.
 cortiços das abelhas, 152.
 cortizo, gal., 150.
 coser, 146.
 couver, querc., 166.
 coxarro, alent., 154.
 côxo, 154.
 craca, gal., 121.
 cravo de naranxo, gal., 172.
 croques, 137.
 cuchara, esp., 154.

cucharro, 153, 154; alent., 154.
 culatra, 171.
 cume, 166.
 cunca, minh., 153.
 cunco, minh., 153.
 cunqueiros, 148.
 curriola, gal., 120.
 curucull, balear., 164.
 cutcharrou, Pir. fre., 154.
 Chaço, 170.
 chamadoiro, 157, 174.

Damajuana, salmant., 149.
 dame-jeanne, fre., 149.
 divisa, esp., 141.

Echar un neto, leon., 137.
 eixo, 164, 169.
 encabadoiro, 137.
 enciño, gal., 132.
 encinho, 133.
 engaçó, 133.
 entrosa, 171; algarv., 171.
 entrosar, 171.
 entrosga, 171.
 escala, 166.
 escudelas, 152.
 eskórso, gasc., 145.
 esmamoar, 136.
 espadelagem do linho, 149.
 espias, 164.
 estendal, 138.

Facas, 156.
 faió, balear., 166.
 farol, esp., 173.
 farruco, 121.
 Farruco, 121.
 fateixa, 118.
 fernandinhos, 137.
 ferrada, 148.
 ferrada de cortiça, 148.
 ferrado, 148, 155.
 ferro, 118, 173; gal., minh., prov., 118.
 fita, 121.
 flotador, esp., 141.
 foice, 138.
 foicinha de mão, 137.
 foicinhões, 137.

forquilha, 134.
 fosforeiras, 156.
 Francisco, 121.
 frechal, algarv., 167.
 fuco, gal., 121.
 Fuco, 121.
 fueiro, 138.
 fueria, 138.
 fuselos, aqor., algarv., 172.

Gadanha, 137.
 galo, 141, 142.
 galocho, prov., 135.
 galotxa, cat., 135.
 gall, cat., 141.
 gallito, esp., 141.
 gallo, esp., 141.
 gamela, gal., minh., 129.
 gamelão, alent., 129.
 gamellón, salmant., 129.
 ganapão, 127.
 gancho, 132.
 ganchorra, 132.
 ganha-pão, 126, 127.
 garamanha, 132.
 garavancho, 132.
 garavato, 132.
 gerp, balear., 166.
 gode, 173.
 godo, 173.
 gôgo, 173.
 gôlfe, 120; gal., 121.
 gôlfo, gal., 121.
 grapes, cat., 117.
 graveta, minh., 133.
 graveto, 133, 138.
 guarda-jóias, 156.
 gúppu, sard., 142.

Heřá, salmant., 148.
 heřá de la sa, salmant., 148.
 herrada, esp., 148, 150.

Incinho, minh., 132.

Jangada, 139.
 jassa, cat., 170.
 jässera, cat., 170.
 joncs, balear., 166.

Kalbočéro, salmant., 149.
 karbočéro, salmant., 149.
 kargočéro, salmant., 149.
 kūyo del muli, quere., 170.

Ladra, 136.
 ladrão, 136.
 ladroeira, 136.
 ladroeiro, 136.
 lancha grande, 129.
 lancha pequena, 129.
 lanterno, quere., 173.
 lantiène, wall., 173.
 laranja, 172.
 leite das erianças, 151.
 limo, 121.
 linha, 171.
 lismo, 121.
 loup, fre., 136.
 llanterna, cat., 173.

Maçã, 172.
 maçân, gal., 172.
 maçaum, minh., 172.
 mamões, 136.
 mamón, gal., 136.
 manzana, extrem., 172.
 maquia, 167.
 marcador, esp., 141.
 marmita, 152, 155.
 marracho, ast., 122.
 masseira, minh., 129.
 mastos, 164.
 mastro, 164, 169.
 matola, 136.
 matrimoni, cat., 149.
 mazana, esp., 172.
 mapá, gal., 172.
 mealho, algarv., 173.
 media, 137.
 meia maquia, 167.
 mesa, gal., 151; minh., 152.
 mesinha, 151.
 moça, 149.
 moega, 174.
 moliceiro, 123, 137.
 moliço, 120, 134, 135; minh., 120.
 molime, minh., 120.
 mondilho, 120.

monte, 128, 138, 139.

moza, salmant., 149.

Nado de suro, prov., 140.

naranxo, gal., 172.

nata, prov., 140.

nato, prov., 140.

neta, 136, 137.

netinha, 136, 137.

neto, 136, 137; leon., 137.

neto, gal., 137.

neto de viño, ast., 137.

nietro, arag., 137.

nietu, ast., 137.

nou, cat., 172.

noy, cat., 137.

Ocla, ast., 121.

ouca, ast., gal., 121.

Pá, 166.

palheiro de milho, 138.

palhoça, 166, 169.

pana, and., cat., mure., prov., 140.

panda, 140.

pautoun, prov., 117.

pé, 174.

pedra, cat., 118.

pedral, cat., esp., 118.

pedrera, esp., 118.

pedreta, cat., 118.

peirou, prov., 118.

perro, 142.

petit, cat., 137.

petrone, ital., 118.

picos, 166.

piedra, esp., 118.

pinos, 146.

pinyó, 172.

poita, 114, 116, 117; açor., 113, 116; bras., 116.

poitaça, 114; minh., 116.

poitada, minh., 116.

poitar, bras., 114, 116.

pomo, 172.

ponte, algarv., 171.

pota, cat., 116.

potada, 114, 116.

potala, 116.

potarrô, cat., 116.

potera, 116; and., 116, 117; cat., 117.

pouta, gal., 116.

puntas (botou-lí-as—), gal., 116.

pontada, 114, 116; ast., 116; gal., 112, 116.

póntou, prov., 117.

prato, ast., gal., leon., salmant., 149.

prato tajador, salmant., 148.

pregos, 146.

Queelho, 174.

queue, fre., 170.

Rabo, 169, 170.

rala, algarv., 170, 171.

rapadeira, 138.

raposa, 171, 172.

raposo, gal., 171.

ras, prov., 167.

rasa, 167.

rasão, 167.

raza, 167.

rêde, 127.

redeinho, 127.

rela, 173; algarv., 171.

remã, 172.

rizón, gal., 113; montanh., 113.

roca, açor., 172.

rodas, 167.

rolos de cortiça, 139.

romã, 172; extrem., 172.

romão, 172.

roquete, 172.

ruche, fre., 144, 146.

rusc, cat., 144.

rusca, arag., prov., 146; cat., 144, 146.

rüskê, prov., 146.

rüsco, arag., prov., 146.

rüs, calabr., piem., 146.

Sacho, 118.

sal, 120.

saleiro, alent., 150, 151.

salgaço, 119.

salgada, gal., 119.

salgado, 120.

sargaceira, minh., 133.

sargaceiro, 119, 123.

sargaço 119, 120; gal., 119.
 sargazo, esp., 119.
 scorza, calabr., 145.
 sculata, 170.
 seba, 120; gal., 120.
 sebento, 120.
 sebo, 120.
 sebozo, 120.
 seiola, balear., 170.
 siguransa da pedra, 173.
 sigurelha, 173.
 sinta, 138.
 sotacoll, balear., 170.
 soulier, fre., 135.
 subre, prov., 140.
 surada, cat., 140.
 surar, cat., 140.
 suret, cat., 140.
 suro, cat., 140, 141.
 surtido, esp., 141.
 súvaru, sic., 140.

Tabôrra, 121.
 tabôrrro, 121, 137.
 taburram, 121.
 tacão, 171.
 taco, algarv., esp., 171.
 tacon, esp., 171.
 taçwéla, ast., 152.
 tahadó, salmant., 148.
 táho, salmant., 148.
 tajadero, salmant., 149.
 tajador, salmant., 149.
 tajo, salmant., 152.
 talho, 148, 151.
 tallo, sanabr., 152.
 tallos, gal., 151.
 tamanca, 134, 135.
 tamanco, 134, 136.
 tarear a cortigada, 140.
 taresa, alent., 149.
 tarraço, 155.
 tarranho, 155.

tarrenho, 155.
 tarro, 149, 155.
 tayo, sanabr., 152.
 tayuela, ast., 152.
 teco, 150.
 Teresa, 149.
 tornos, 146.
 trap(u)esu, 151.
 traves, 166.
 tremunhado, 174.
 trepeço, beir., 151.
 trespès, Pir. fre., 151.
 trilha, 167, 169, 170; bras., 169.
 trineta, 137.
 tripès, Pir. fre., 151.
 trobo, 146; ast., 146.
 troina, cat., 140.
 tropeço, alent., beir., 151.
 trouino, rouerg., 140.
 trugeta, cat., 172.
 trup(u)esu, 151.
 trübes, Pir. fre., 151.

Ungles, cat., 117.

Vara, 132, 164.
 vartedouro, 142.
 vasos, 152.
 vaso de flores, 152.
 vassoura, 166.
 veio, 171, 173, 174.
 verdasco, 164.
 vertedoiro, 142.
 vertedouro, 142.
 vigia, 140.
 viros, 146.
 voleur, fre., 136.

Xebra, gal., 120.
 xebre, gal., 120.

Zorra, 118, 172.
 zuro, mure., 140.

Miscelânea

Bimbos

M. Abílio Roseira atteste (*BF*, III, 397) le mot *bimbas* pour l'argot de Lisbonne au sens de 'fesses', *bimba* pour le Brésil au sens de 'pénis rabougri', 'cuisse' et met en rapport avec ces mots le mot d'Extremadure *bimbos* 'Galiciens'; sans aucun doute le sens intermédiaire est '*idiot, bête'. Je signale ici le radical **bimb-*, **bemb-* que M. M. L. Wagner a attesté pour l'Amérique espagnole (*RFE.*, x, 75):

Honduras *bimba* 'grande bouche aux lèvres enflées', Ecuador *bemba* 'id.', Perou *id.* 'groin', Mexique *bembo* 'bouche aux grandes lèvres', 'bête'.

Il s'agit donc du radical onomatopéique signifiant quelque chose d'enflé ('lèvre, bouche', 'fesse, cuisse, pénis'), ensuite la bêtise et l'enfantillage, représenté en roman par l'it. *bimbo*, *bambino*, *bamboccio* (*REW*³, n° 921), variante de *bab-* (*REW*³ n° 852). Il est curieux de voir comme le français, langue d'un peuple éminemment actif, a développé les sens 'flâner, vagabonder, faire la noce', 'se balancer, osciller' (*FEW* s. vv. *bam-* (*bamb(al)*), *bimb-*), alors que les peuples plus proprement méditerranéens en restent à l'observation amusée et critique de la balourdise. M. v. Wartburg fait remarquer que la forme *bimb-* est plus rare en français qu'en italien (et plus rare aussi que sur la péninsule ibérique)—la nasale française serait-elle en antagonisme avec le *-i-* clair (un **bimb-* français est un **bëmb*, alors que le portugais connaît un véritable *?*)?

Chape-chuga

Dans son gracieux article (*BF*, III, 703), qui suit les destinées d'un mot charmant, tout en désapprouvant la tourmente de la guerre qui l'a fait naître, M. Abílio Roseira explique le nom des bateaux à voile par le bruit monotone des eaux qui se brisent à la proue 'curvo-convexa': *chape*, mot onomatopéique de la langue (cf. *REW*³ s. v. *Klapp-*) aurait entraîné «um elemento novo — *chuga* —, repetição rítmica do primeiro e seu complemento melódico».

Tout en acceptant l'explication par le va-et-vient des vagues faisant osciller «de cima abaixo» le bateau, je me demande s'il ne faudrait pas voir dans *-chuga* un reflet de *sugar* 'sucer' (cf. le nom populaire et ancien de la sangsue *sanguexuga* à côté de *sangués(s)uga*; *REW*³ s. v. *sanguisūga* cite un anc. port. et galic. *sambexuga*). Les deux mouvements du navire seraient alors analysés par le sentiment populaire comme un coup se répercutant au dehors plus une absorption au dedans, cf. les deux impératifs dans le nom de l'entonnoir *chante-pleure*, port. *cantimplora*. On pourrait se demander aussi s'il n'y a pas dissimilation d'un type **chope-chupa*, mais la succession *-a- -u-* me semble moins fréquente dans les mots expressifs en roman que celle, contraire, *-u- -a-* (anc. prov. *buf-baf* etc.).

Université d'Istanbul.

LEO SPITZER.

Nótulas de filologia comparada

I

Alent. «sarrilha», andal. «mojasuela»

Emquanto que os freios usuais, com ou sem alavancas, apertam a bôca e a língua dos animais e o *cabeção*¹, por meio dum pequeno arco de ferro, às vezes dentado, aperta o nariz do animal para o domar ou governar, existem outros instrumentos especiais, caracterizados por molestarem a parte inferior da mandíbula inferior dos cavalos, muares ou burros.

Pertence a este último tipo a conhecida *sarrilha* alentejana (de *serra*, *SERRA*) que descreve L. da Cunha Gonçalves no seu valioso estudo *A vida rural do Alentejo* (Coimbra 1922), nas seguintes palavras: «O carro alentejano é sempre puxado por uma parelha

¹ Cf. para a Alemanha e Itália R. ZSCHILLE e R. FORRER, *Die Pferdetränse in ihrer Formenentwicklung*, Berlin 1893, p. 12; para a Camargue (*cabassoun*) o que escrevi em *Philologisch-Philosophische Studien, Festschrift für Eduard Wechsler*, Jena e Leipzig 1929, p. 310. C. DE FIGUEIREDO, s. v. *cabeção*: «cabeçesto, com duas rédeas de lã e um pequeno arco de ferro, para domar e governar uma cavalgadura, sem lhe ferir a boca».

de muares, sem freio, guiados por meio da *sarrilha* — uma pequena chapa de ferro, dentada e recurvada, colocada por baixo do lábio inferior de cada uma e presa a *loras* de linho, e cadeias de ferro, que servem de rédeas ou *arreatas*» (p. 52).

Corresponde à *sarrilha* a *moja-suela* andaluza que encontrei em cavalgaduras, machos e burros, no

nordeste da província de Cadiz e que se vê na fig. 1. É um ferro com bordos dentados. A palavra *mojasuela* é formada pelo imperativo *moja* de *mojar* 'ferir' e *suela* 'sola' forma zombeteira de «pele, coiro».

Parece que estes aparelhos que molestam a parte inferior da queixada inferior são de origem moura.

Dos mouros se introduziu na Península ibérica o freio à gineta, freio com alavancas, que aperta a bôca, o qual tem um ferro especial curvo, que estende a língua do animal e, com as rédeas puxadas, fere-lhe o céu da bôca. A este ferro

curvo está presa uma argola que passa pelo lábio inferior e o aperta de baixo para cima¹. Este tipo de freio com alavancas usa-se muito na América². Ainda hoje é empregado no Maghreb³.

No norte de Marrocos conhece-se também outro instrumento para guiar bêstas de carga (fig. 2): uma argola

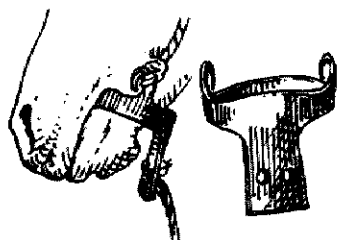


FIG. 2

de ferro, da qual se prolonga, na parte inferior, para diante, uma chapa de ferro com dois buracos para atar o ramal. Esta argola fere a bôca e também a parte inferior da queixada inferior.

II

Port. «chumeco»

Num dos últimos livros de Aquilino Ribeiro, *Quando ao gavião cai a pena* (1935), encontramos na p. 126 a passagem seguinte: «António das Arábias não gozava de grande nomeada como *chumeco*», onde

¹ ZSCHILLE-FORRER, *op. cit.*, p. 12. Vejam-se, além disso, as minhas notas históricas na *Miscelânea J. Leite de Vasconcelos*, pp. 74-5; cf. p. 81.

² *Yebala y el bajo Lucas*, Madrid 1914 (Soc. Esp. de Hist. Nat.), p. 259 (com gravura).

³ *Yebala*, pp. 259-60 (com gravura).

se emprega a palavra *chumeco* por «sapateiro remendão» (cf. p. 107), num sentido desprezível e pejorativo, e com muita razão, pois o António das Arábias não é, na verdade, grande artista, como se vê na p. 119. Cândido de Figueiredo s. v. traz «sapateiro» (térmo de gíria); C. Michaëlis traduz por «Flickschuster». A etimologia já está indicada por Figueiredo: «Do ingl. *shoemaker*», que significa «sapateiro» e «sapateiro remendão».

Recordamos que também a palavra alemã *Schuhflicker* «sapateiro remendão» foi introduzida em francês: *schoufflique* («terme méprisant», *Mém. Soc. de ling. de Paris*, VIII, 51), *chouffliqueur* (Ulrix 1874) e em rumeno: *clofingar*¹.

O significado pejorativo de *clofingar* é o de «vagabundo, tunante» (G. POP, s. v.; GRAUR). O romeno conhece também o alemão *Schuster* «sapateiro» na forma de *suster* e na acepção pejorativa de «cigano», «gatuno» (?)².

Hamburgo.

WILHELM GIESE.

Notas etimológicas

I

Sanguessuga

De há muito que um *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* era ambicionado por quantos se ocupam do estudo desta língua. Cabe a um brasileiro, o Sr. Antenor Nascentes, a honra de o ter feito.

Os dicionários que precederam o seu não eram consultados com confiança: uns por falta de elementos científicos, outros porque apresentavam certas deficiências que de modo algum abonavam satisfatoriamente a autoridade do autor e, conseqüentemente, o seu livro.

Neste o autor mostra-se conhecedor da matéria e da respectiva bibliografia, o que é muito importante; na grande maioria dos casos

¹ WEIGAND, *Jahresber. des Instituts f. rumän. Sprache*, VIII, 318; J. BORCIA, *Deutsche Sprachelemente im Rumänischen*, Leipzig 1903, p. 41; I. JORDAN na *Revista Filologică* (Bucureşti), II, 272-5 e em *Buletinul Institutului de Filologia română «Alexandru Philippide»*, II, 276; cf. A. GRAUR no *Bulletin linguistique* (Paris-Bucureşti), II, 138.

² A ela se refere A. GRAUR, *loc. cit.*, p. 139.

um vocábulo é apresentado ao consulente com os informes que pôde colher, mas, no caso de haver divergências entre as diversas opiniões apresentadas, não indica a melhor, o que, se por um lado é razoável, pois o leitor podia formar uma de acôrdo com o seu critério — mas para isso precisava do *estôfo* necessário para o fazer — por outro lado tem o inconveniente de não se conhecer a do autor, embora este em muitos casos coloque em primeiro lugar a que parece mais exacta. Noutras ocasiões apresenta etimologias, que, embora à primeira vista se afigurem certas, parecem-me não corresponder exactamente ao resultado a que se chegaria depois duma análise científica mais profunda e que, em meu entender, é indispensável.

O que vai seguir-se não quero de maneira nenhuma dizer que o Sr. Nascentes o devia também apresentar na sua obra no artigo subordinado ao vocábulo em questão; longe de mim tal cousa. Se se fôsse fazer isto para todos, quantos anos de ardoroso labor ela lhe não custaria, e qual não seria a sua extensão?

Não; só pretendo chamar a atenção do illustre professor do *Colégio Pedro II*, para uma palavra que decerto lhe escapou e para que um estudioso, conhecedor destas despretenciosas linhas, não siga uma opinião que pode parecer boa em absoluto.

Eis o que se diz a p. 710 do *Dicionário* acêrca de *sanguessuga*: «*De sangue e suga*»; e mais nada.

Quem lêsse isto concluiria, na melhor das hipóteses, o seguinte: o termo foi formado já no português, visto que o povo tem ainda a consciência da sua composição. Neste raciocínio há duas partes: a primeira julgo que não está certa, a segunda é exacta.

O vocábulo não foi formado já no português:

1.º Porque a sua composição normal portuguesa nunca seria esta, mas **Sugassanguê*, tendo em vista outros casos idênticos, como *deita-gatos*, *faz-tudo*, *pintamonos*, *saltapocinhas*, *espanta-pardais*, etc., onde o verbo, que funciona como determinante, aparece em primeiro lugar, e a palavra determinada depois.

2.º Porque em Latim já existia um vocábulo a que tanto a Fonética como a Semântica não se opõem para o indicar como origem do nosso. Eis alguns passos de autores latinos onde elle ocorre: «*cruciatum in potu maximum sentiunt* (sc. elephantum) *hausta hirurgine, quam sanguisugam uolgo coepisse appellari adverto*»¹.

¹ PLÍNIO, *Hist. Nat.*, v. III, 10 (citação de Bloch, in *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, s. v. *Hirudo*).

«*Sanguisuga vermis aquatilis, dicta quia sanguinē sugit. Potantibus enim insidiatur cūque illabitur faucibus, vel vbi vspiam adhaeserit, sanguinem hausit: & cū nimio cruore maduerit, id enomit quod hausit, et recentiorē deūd sugat*»¹.

«*Sanguisuga, vermis est aquatilis cesso alitur*»².

Esta etimologia não foi desconhecida por alguns dicionaristas como Adolfo Coelho, Cândido de Figueiredo (*Novo Dicionário*, II, 667, que o Sr. Nascentes parece não ter consultado). Outros como Solano Constâncio (e portanto também Faria), apontam, com menor propriedade científica, *sangue* e o lat. *sugo*. Mas a hipótese de a etimologia assentar em duas formas portuguesas, não me lembra ter encontrado em qualquer dicionário ou tratado.

Sanguisuga é portanto um vocábulo que já existia no latim; não é hipotético, está documentado. Plínio indica-o como popular e de data recente para o seu tempo; era mais expressivo do que *hirūdo*, atestado desde os tempos de Plauto; esta palavra não deixou vestígios a não ser no antigo provençal *eruge*, *iruge*, masculinos. A primeira passou às outras linguas românicas: no italiano *sanguisuga*, no francês *sangue*, no velho espanhol *sanguisuela*, no moderno *sanguija* por *sanjuga*, no provençal moderno *cancsuga*. (Para melhor e mais completa exemplificação ver MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, voc. n.º 7575).

O Sr. Nascentes cita mais adiante um vocábulo cuja composição me parece que o podia ter pôsto de sobreaviso para a composição dēste: *sanguissorba*; a etimologia, segundo a opinião de Adolfo Coelho, que cita, está no latim botânico *Sanguisorba*. Surpreende-me bastante que não tenha notado o seguinte: para um vocábulo muito menos usual se conheça a respectiva origem e para um outro vulgaríssimo se precise de aproveitar uma perifrase e, ainda para mais, julgo que sem base científica.

Sanguissorba, documentado ou não, o que não consegui apurar, baseia-se, em meu juízo, na substituição da idea *sugar* pela de *sorver*, no vocábulo que deu motivo a este artigo.

No mesmo caso deve-se apontar *sanguexupa*, também formação analógica com *sanguessuga*, onde *sugar* cedeu o lugar a *chupar*³.

¹ *Originum SANCTI ISIDORI*, liv. 12, cap. v, in *Auctores Latinae Linguae in unum redacti corpus*; MDCII, col. 1126.

² DUCANGE, *Glossarium*, VII, p. 303.

³ Cf. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa, composto sobre os que até ao presente se tem dado ao prelo*, Lisboa, 1803, s. v. *Sanguexupa*.

Na língua arcaica existiu a forma *samberuga*, documentada, entre outros, nos seguintes passos:

*Outrossy tenha peytuga / tall ca sy lha destempere / nunca erre sambexuga, / jtem mayz brãco rrequere*¹.

«...nos meterão dentro nũa cisterna de agoa encharcada que nos dava pela cinta, na qual avia infinidade de **sambexugas**, onde estive-mos dous dias...»².

A explicação dêste termo (que ainda hoje é dialectal, pois, segundo me comunicaram, emprega-se em Moura) está, quanto a mim, num cruzamento com *bicha*.

Duarte Nunes de Leão, na *Ortografia da Língua Portuguesa*, no capítulo *Reformação de algũas palauras que a gente vulgar usa de screue mal*, cita neste caso *sambiruga* por *sanguiruga* (fl. 71 v, ed. de 1576). De *sambiruga*, *sambexuga* surge, por assimilação *se-messuga*, beirão e minhoto (cf. também MEYER-LÜBKE, *REW*, v. c.) e *Xamexuga* (Portalegre); o mesmo caso de assimilação também se effectuou em *amos*, arc. e pop. <ambos (cf. *Elucidário*, 2, p. 77); *promo*, arc. <plumbu; *imora*, pop. <embora; *tamém*, pop. <também; *lamer*, pop. <lamber, etc. No entanto há uma corrente contrária; *primbo*, pop. <primo (J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Lições*, p. 299); *Tameira* <Tambeira (*Elucidário*, s. v.).

A palatização do *s* em *sambiruga* não é duvidosa: é um dos raros vestígios dêsse fenómeno «de que nos oferece não poucos exemplos o galego hodierno e era também já conhecida (a palatização) no espanhol antigo» (NUNES, *Gramática Histórica*, p. 93). Confronte-se ainda *rôxo* de *rüsseu*. É mais vulgar diante de *-i-* ou *-e-* como em *beixiga* de *vessiga*, *pêzego*, pop., de *pêssego*, etc. Em *Xamexuga* o primeiro *x* explica-se por assimilação.

Lisboa, Janeiro de 1936.

JOSÉ PEDRO MACHADO.

¹ *Canc. Geral*, I, p. 182, vv. 7-10 (*trauas do coudele moor a rruy monys quãdo defenderã as mulas, & sayo por couteyro Joam de barbedo sendo typhoso*).

² FERNÃO MENDES PINTO, *Peregrinação*, cap. LXXXII (vol. III, p. 90, na ed. de Aguda, Vila Nova de Gaia, 1930; a propósito devo dizer que Cândido de Figueiredo, *Novo Dicionário*, II, 667, cita êste passo em abono de *sanguexuga*; como se conclue do que fica eserito a citação não serve para êsse vocábulo mas para *sambexuga*).

II

Fão

Esta nota foi sugerida pela leitura dum artigo do Sr. Dr. Joseph Piel, professor da Faculdade de Letras de Coimbra, subordinado ao mesmo título e apenso à sua obra *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, em publicação no *Boletim de Filologia* (III, p. 223); despertou-me ainda mais interesse porque no passado ano escolar me ocupei, pôsto que superficialmente, do assunto para um ponto da cadeira de *Filologia Portuguesa* da Faculdade de Lisboa. Eis as observações que me permito fazer à opinião defendida pelo ilustre professor.

O Dr. Leite de Vasconcelos (*Opúsculos*, III, p. 342) faz o termo derivado de *Fanum* e não do grego φαῖς, «farol», baseado na falta de representantes nas outras línguas românicas. (Cf., porém, o port. e fr. *fanal*, embora com influência do italiano; o siciliano *fanó*, «archote», in *REW*, 6463). Como nada há nas outras línguas novilatinas que atestem a etimologia helénica, o Dr. José Leite põe-na de parte; «infelizmente o mesmo argumento se pode alegar contra a derivação da *Fanum*», diz o Dr. Piel, acrescentando ainda que «o único exemplo de *Fano* na toponímia italiana não basta para confirmar a identidade de *Fão* com *Fanum*».

O Dr. Piel apresenta como etimologia do vocábulo «um gótico *Fana*, ant. alem. *Fano*, mod. *Fuhne*», com o significado de *bandeira*. Além de não só me querer parecer o vocábulo pouco próprio para nomes de pessoas e em consequência disso também para a toponímia (visto que o Sr. professor diz os nomes de lugares oriundos, *sem excepção*, de nomes próprios), parece-me também a opinião foneticamente pouco sustentável: *Fana* daria em português *Fãa*, *Fã*; e como se explicariam então as seguintes formas: «*Fanotheus*», «*Fanulfo*», «*Ebre-Fanus*», que são apresentados pelo autor do artigo?

Mas não me quero embrenhar mais em questões germânicas, em que sou leigo.

Está de há muito assente que a palavra se deve derivar da forma latina; a idea de lugar sagrado manteve-se mesmo na Idade Média, como se verá num passo dum documento que transcreverei; e isso não deve de modo algum surpreender-nos porque, como aliás é sabido por todos, a Igreja absorveu muitos templos da época pagã, cujos nomes substituiu «naturalmente pelos dos santos» (ALBERTO SAMPAIO, *As «Villas» do Norte de Portugal*, p. 47). Quanto a φαῖς

não me parece ter existido por ali qualquer vilória que fôsse honrada (e sobretudo que tivesse importância para o merecer) com um farol, tanto mais que *Fão* está afastado do mar cõrea de três quilómetros. Há ainda a acrescentar um *Fao* na Galiza, muito longe do mar, e estas ligadas às vilas que o Dr. Piel apresenta com a mesma origem; não parecerão muita *bandeira* junta, num território onde as romarias eram tam numerosas, como a Galiza e o norte de Portugal?

«As principais razões que me levam a não aceitar *Fanum* como origem de *Fão*, justifica o Dr. Piel, são as seguintes: 1.º Em 959 *Fão* chama-se *Villa Fano* (*Livro de D. Mumadona, Dipl.* 48 e 258). Sendo a localidade uma «villa», *Fano* só pode ser um nome de pessoa ou um adjectivo; 2.º Temos no século XIII uma *Villa Fanes* em que *Fanes* se revela à primeira vista como sendo o patronímico **Fanici* de *Fano*...».

No documento apontado em primeiro lugar vem, realmente, uma alusão à vila, mas assim: «sed plerisque manet cognitum eaque *villa nuncupata fano*...», mas *Fano* de maneira nenhuma se pode considerar como nome de pessoa ou de adjectivo, e se não traduzamos as três palavras em itálico: *vila chamada Fano*, tal como hoje dizemos a *aldeia chamada Lourinhã*; não me parece que Lourinhã, nem por sombras, pareça um nome de pessoa e ainda menos um adjectivo. Aquilo não é mais do que uma das muitas expressões usualísimas nos documentos medievais para designar qualquer povoado. Além dêste caso ainda se deve observar o título do documento que me parece não ter merecido a devida atenção ao illustre professor: *Kartula de fano prope rippa maris*; acêrca de função adjectival, ou nome de pessoa, nada; nota-se perfeitamente que o documento trata duma localidade chamada *Fano*, tal como se depreende também do outro documento extraído do *Livro de D. Mumadona*, no capítulo que diz: *Hoc est inuentario de omnes hereditates siue et ecclesias de vimaranes*, no passo seguinte: «Et in aula maris ad foze de flumen catauo de hanc parte *villa nuncupata fano* cum salinas et ecclesia sancti pelagii martiris et cum omnibus prestationibus suis ab integro per suis terminis et locis antiquis» (*Dipl. et Chart.*, p. 258). A mesma expressão, portanto as mesmas conclusões apoiadas ainda pelo facto de, como se verificou pela leitura, a tradição de lugar sagrado se ter mantido. A vila do antigo templo pagão tinha, à data do documento, uma igreja, cujo orago era o mártir S. Pelágio.

Tudo isto me parece suficiente para justificar a etimologia *fanum* do nome de lugar em questão, em prejuízo de qualquer outra (pelo

menos das que têm sido apresentadas até hoje); mas mesmo que o não fôsse eu queria acentuar isto: o vocábulo nunca foi adjectivo, não só porque a isso se opõem a análise morfológica e a etimologia, mas também os documentos que serviram de base ao estudo do autor.

Lisboa, Novembro de 1935.

JOSÉ PEDRO MACHADO.

Recensões críticas

H. LAUTENSACH, *Die portugiesischen Ortsnamen*. Separata da revista *Volkstum und Kultur der Romanen*, Hamburgo, vol. VI (1933), pp. 136-165.

O Dr. Hermann Lautensach é geógrafo e devemos-lhe uma série de estudos sobre a geografia de Portugal, cuja apreciação compete aos geógrafos. O trabalho que motiva estas linhas apelida-o o autor de «síntese lingüístico-geográfica». Pertence este estudo àqueles que estão destinados a abrir novas perspectivas.

Não só para a filologia, mas também para a geografia, tem um alto interesse o estudo dos nomes de lugares. O geógrafo precisa deles para compreender bem as «relações culturais e morfogenéticas» dum país. Condição indispensável para um estudo deste género é que o terreno esteja suficientemente desbravado pela filologia. No que toca a Portugal, esta condição estava realizada. Graças aos trabalhos de Leite de Vasconcelos, David Lopes, J. J. Nunes, Joaquim da Silveira, P. A. de Azevedo (para só indicar os principais investigadores desta matéria), possuímos hoje um importante núcleo de estudos toponímicos que já merecem uma tentativa de síntese.

É esta que nos procura dar H. Lautensach, que sistematicamente se familiarizou com a bibliografia existente dispersa sobre o assunto. Que o fez conscienciosamente, mostra-o a resenha bibliográfica final onde, com dificuldade, se encontrará uma lacuna importante. O fim que o autor se propõe é o de determinar e explicar a repartição dos diferentes tipos de nomes de lugares, para poder chegar a uma divisão de Portugal em regiões toponímicas, baseando-se na análise (naturalmente sumária) dos 3:646 nomes de freguesias contidos no *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920*, Lisboa 1923.

Na divisão de nomes em categorias, H. L. segue a que é sugerida por Leite de Vasconcelos (veja-se também *Opúsculos*, III, 139) distinguindo dois grupos: Um que abrange os topónimos que existem ainda na língua como nomes comuns ou de pessoas, e outro que compreende todos os restantes topónimos. Poder-se-iam formular muitos reparos a esta classificação; o que se não pode negar é que é muito cómoda. É claro que adoptando-se este critério, tornar-se-á inevitável separar palavras semânticamente aparentadas, e tratar por exemplo GUXPILHEIRA e FIGUEIRÓ em secções diferentes de RAPOZEIRA e FIGUEIRINHA, embora o sentido em ambos os casos citados seja idêntico. Também surge a dificuldade de saber onde deverão ser estudados os topónimos que vêm de nomes comuns regionalmente limitados. No grupo A a sub-divisão é bastante fácil. No grupo B distingue-se entre nomes que derivam de palavras do latim vulgar, latinizadas, ou do antigo português (categorias que, parece-me, será praticamente impossível separar), nomes árabes ou arabizados, e finalmente nomes geográficos da época clássica romana. Dum modo geral as etimologias estão certas. Onde há deslises, acerca dos quais não quero insistir por não importarem à natureza do trabalho que estamos a analisar, a culpa não é do autor mas quasi sempre das fontes em que colheu as suas informações.

As partes mais originais do trabalho de Lautensach são aquelas em que opera com o conceito de «densidade toponímica», e em que tenta estabelecer uma divisão de Portugal em regiões toponímicas. Estas passagens são acompanhadas de belos mapas e tabelas. Talvez que a divisão em oito regiões: Minho, Trás-os-Montes, Beira Ocidental, Beira Oriental, Norte da Estremadura, Beira do Sul e Norte do Alentejo, Alentejo do Sul e Algarve, seja demasiado esquemática e que mudasse de aspecto desde que considerássemos a totalidade dos nomes de lugares em vez de nos limitarmos aos de freguesias. O próprio Lautensach, aliás, confessa que o exame isolado destes últimos nomes pode, nalguns casos, dar uma idea falsa da realidade. Por isso estendeu a cerca de quatro concelhos (Braga, Macedo de Cavaleiros, Ferreira do Alentejo e Vila do Bispo) o seu exame a todos os topónimos contidos na *Carta Chorographica* 1/100.000, verificando que neste caso os nomes da categoria A, quer dizer, aqueles que correspondem a nomes comuns da língua de hoje, têm uma supremacia absoluta sobre as outras categorias. A afirmação, porém, de que, seguindo este critério, se não chegará a divisão alguma, parece-me prematura.

J. M. PIEL.

JOAQUIM DA SILVEIRA, *Toponímia Portuguesa* (esboços), in *Revista Lusitana*, vol. 33, pp. 233-268.

Depois dum longo intervalo, Joaquim da Silveira apresenta a continuação dos seus «esboços» de toponímia que iniciara em 1913 no vol. xvi da *Revista Lusitana* (pp. 147-58) para continuar nos vols. xvii (114-34) e xxiv (189-226). A nova contribuição compreende 15 artigos¹ dedicados a um ou mais nomes, refinando-se neste último caso nomes derivados dum mesmo étimo ou em que se observam fenómenos fonológicos idênticos. Basta uma rápida vista de olhos para reconhecer-se que o autor, que — se não estou mal informado — é filólogo por devoção e não de profissão, não perdeu o seu tempo. O método é talvez ainda mais seguro que nos artigos precedentes, a documentação riquíssima. Vê-se que os problemas foram pensados e repensados com carinho. J. da Silveira é uma autoridade incontestada neste género de estudos de que tem uma prática de muitos anos.

Na sua nova colheita explica primeiro alguns nomes teóforos de origem árabe, cujo segundo componente é ALLAH: ADELA, ATELA, FATELA, RAMELA, que à primeira vista parecem formações latinas com o sufixo -ella. No art. 39 ocupa-se dos derivados de *olla* «panela», que na Península tomou o sentido de «redemoinho» ou antes «escavações produzidas por redemoinhos». São os top. OLO, OLA, OULELA, etc. Muito curiosa e absolutamente justa é a explicação de SANTA-GÔEZ, que não deve o seu nome a santo nenhum, mas representa um antigo CENTEGIÃO que, por sua vez, designou uma colónia de indivíduos duma das localidades galegas chamadas CÉLTIGOS ou seja «celtas». — Também é exacta a derivação de FRIEME do antropónimo FRONIMICUS. Falta só saber qual a raiz que está na terminação. Para a inicial, veja-se este *Boletim*, III, 231, art. FORMILO.

O exemplo do ant. FELGOSOLA que veio a dar modernamente FRAGOSOLA (art. 43) é muito instrutivo. Quem havia de supor que FRAGOSOLA não fôsse

¹ Repetiu-se por engano o n.º 37 com que fecha a contribuição do vol. xxiv.

um derivado de **FRAGA**, **FRAG-OSA**? Mesmo em casos que parecem absolutamente claros não se pode, como se vê, dispensar as formas antigas. São numerosos na toponímia os descendentes do lat. **filex**, **-icis**. Lembrarei que **FOLGOZO** se emprega ainda hoje na Galiza, cf. Krieger, *Sanabria*, 154, a par de **FERGOZA** que é precisamente a forma intermediária, com dissimilação do primeiro **-L-**, admitida por J. da Silveira e que explica que **FELGOSELA** pudesse dar **FRAGOSELA**. Os topónimos **FELGA**, **FELG-AES**, **FELG-AR**, **FELGU-EIRA** baseiam-se numa forma latina ***filica**, ao passo que para **FEITOS**, **FE(t)T-OSA**, **FE(t)TAL** temos de partir do étimo **filictum**. Sobre a história destas palavras cf. MEYER-LÜBKE, *RFE*, VIII, 237, sobre a sua repartição toponímica, J. J. NUNES, *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, XIII, 131-175.

No art. 46 reúnem-se os nomes de lugares derivados do lat. **horreum**: **URROS**, **URRÓ**, **URRÓS**, etc. Seguem considerações sobre **CAMPIA**—**CAMPOSA**, **ESPRENDO**—**ESPRENDÉM**—**ESPLENDENS** de **SPERAINDEO**, sobre **SANTOS EVOS**, em que se esconde o santo **EUSEBIUS**. **SELEYS**, **SERRALEIS** (art. 50) são interessantes por conterem na segunda parte o genetivo dum apelativo latino: **Sella Regis**. O autor tem perfeitamente razão interpretando da mesma maneira o **VILLA REX** dum documento de 1059. ¿Não será o actual **Virões** da freguesia de Roriz, concelho de Santo Tirso? No art. 48 o autor refere-se à nasalação espontânea de ditongos finais: **-REI** < **-redi** > **-REM**. ¿Não se teria dado aqui o mesmo fenómeno, passando **-ENS** a confundir-se com **-AES**?

SALAMONDE, do art. 51, virá de facto de **Sandemundus**? Tenho as minhas dúvidas. Que **-ND-** passe em latim vulgar nalguns casos para **-NN-**, é um facto averiguado, mas isto não prova que este fenómeno se haja de dar também no português. O passo das *Origines* (p. 299) de M. Pidal mostra pelo contrário que este fenómeno—em que Pidal quer ver um «rasgo saliente del antiguo osco-úmbrico» se produz unicamente no nordeste da Península, no catalão e aragonês. Apesar de haver bastantes vocábulos portugueses com **-ND-**, não conheço caso nenhum em que o **-D-** se assimile ao **-N-**, como o português desconhece também a passagem de **-MB-** para **-M-** (**palumba** > **paloma**). **SENAMIRU** 993 e **SENDAMIRO** 986 não me parecem ser o mesmo nome. No primeiro está uma raiz diferente de **sinpa** «caminho, expedição» port. **SEND-**, cf. *Onom. Medioev.* **SEN** 1310, **SENA-DRUDIA** 1048, **SENA-DRUGIA** 1038, **SENA-REI** 1258, **SENA-MIRO** 1071, **SENA-MIR** 1258, **SENA-MONDO** 1258, **SEN-ANDUS** 1059. Este último exemplo é menos seguro porque se pode separar também **Se-NANDUS**. Em todo o caso, pode-se afirmar que existe em nomes medievais uma raiz gótica **sin-** em que reconheço o elemento que está em gót. **sinista** «o mais velho», cf. o lat. **senex**, **senior**, **senere**, etc., e o grego **ἰνῆ** «velho». Lembrarei também que o francês **sénéchal** provém dum hipotético ***sini-scalla** «servidor mais velho».

A propósito de **FERMIL**, cf. t. III, p. 441 d'este *Boletim*. A respeito de **ARGOMIL**, cf. t. II, p. 134, onde também admito um ***Agro MIRI**. Sobre **DEGOIVA**, **ADEGOIVA**, cf. t. III, p. 393.

A explicação de **Burgães** convence plenamente. O artigo final é dedicado ao nome **ELVIRA**, à sua história e repartição na toponímia.

Felicitemos calorosamente o ilustre autor pelo seu substancioso trabalho, e esperamos nos dê em breve mais alguns destes «esboços», elaborados com um tam elevado espírito crítico, que certamente tem em preparação.

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO, *Toponímia de Coimbra e arredores* (Contribuição para o seu estudo). Separata de *O Instituto*, vol. 87, n.º 4. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

Neste trabalho, que o autor apresenta com excessiva modéstia, A. Ferraz de Carvalho leva-nos a um passeio toponímico através da cidade e dos campos de Coimbra. É um guia seguro e judicioso, que se acompanha confiadamente. Conhece admiravelmente os documentos antigos e — o que é mais — sabe aproveitá-los. O mesmo sucede com a bibliografia científica. Sem se perder em hipóteses estéreis, procura sempre ver com os próprios olhos, e as soluções que propõe nunca têm nada de fantasista.

São precisamente contribuições deste género que fazem falta, trabalhos que se confinem a uma pequena área e sejam o resultado dum longo e paciente estudo da história local. Sem eles é inútil pensar por enquanto numa obra sintética sobre os nomes geográficos, que seja definitiva e abranja todo o país.

O próprio carácter da monografia de Ferraz de Carvalho implica que nem todas as explicações que dá resistam a um exame crítico aprofundado. Os nomes de lugares e sítios são testemunhas duma história de muitos séculos, têm as suas raízes em épocas que a história por vezes obstruiu, de modo que em muitos casos devemos confessar a nossa impossibilidade de desvendar as origens de muitos deles, pelo menos com os meios de que a ciência actualmente dispõe. Sem insistir nas numerosas derivações impecáveis e novas que o livrinho traz e que os apaixonados da história coimbrã justamente apreciarão, limito-me a apontar algumas com que não se pode concordar ou que me parecem duvidosas.

Água de Maias (p. 33): A derivação de *Maias* de *maladias*, que o próprio autor apresenta com ponto de interrogação, é uma impossibilidade fonética. Em *malado*, do got. *mālþ* «lugar de reunião», temos o sufixo romano *-ado* < *-atu*, ampliado por sua vez em *mal-ad-ia*, que naturalmente tem o acento no *-i-*. Lembrarei contudo que o substantivo gótico citado entra também na formação de nomes próprios. Está, por exemplo, em *Agro de Mad-uffo* 1258 e no apelido *Mada-íl*. Um nome **Mad-ila*, com o suf. *-ila*, explicaria perfeitamente *Maia*, tanto mais que as formas medievais *Madie*, *Maede* 1142, *Maeli*, *Mad-ili*, e o patron. *Maes* 1258, *Aldeia de Mais* 1463 < **Mad-il-ici* são provas da existência deste **Madila*. Infelizmente, o papel que *Maia* desempenha na toponímia hodierna não concorda com esta interpretação. Existe *Maia*, *Casal da Maia*, *Maia*, *Maias*, *Casal das Maias*, *Maio*, *Casais do Maio*, *Monte do Maio*, etc., que todos indicam não um nome próprio, mas um apelativo. Não se tratará antes de *RE W³ 5250 MAJES* «maio», que em vários dialectos românicos designa a «árvore de maio» que entrava na festa das «maias»?

Misarela (p. 37): Sendo *Miserere* a forma medieval, é muito mais simples admitir que fôsse um lugar onde havia uma cruz e onde se rezava um «miserere». A ser um derivado de *MISER*: **MISER-ELLUS*, não se vê porque razão o sufixo *-ellus*, que soa e soava sempre em português *-elo*, se havia de mudar em *-ere* neste único caso. Temos de proceder inversamente: foi a terminação *-ERE* da palavra latina *MISERERE* que o povo, por lhe não ser familiar, transformou em *-elo*. Pode também tratar-se dum banal caso de dissimilação. Havendo

aliás uma gafaria em Coimbra, é pouco verosimil que existisse outra a dois passos.

Monte São (p. 45): Não é um apelativo *salão* = *solão*, mas vem dum nome próprio visigótico *Salo* (cf. «Onom. Mediev.» *Casal de Salo*), acus. **Sal-onem*, de *Salom*, apelido de homem 1248. Existe também a forma masculina em -a *Sala*, *Salla*, patronímico *Salliz*, séc. xi, que deu modernamente o topónimo e o apelido *Sá*, ant. *Saa*. O mesmo elemento entra também na composição de nomes formados com dois temas, cf. *Sala-miro* 984.

Lavarrabos (p. 45): A explicação que o autor dá deste nome, relacionando-o com *rabaal* e *rabalares* de lat. *RAPUM*, embora muito inteligente, não convence plenamente. A forma *Lavarrabos* é antiquíssima; Cortesão cita-a para 1299. Não se poderá antes comparar com os actuais nomes de lugares *Quinta de Lava-Mãos* (conc. de Viseu), *Lava-Tolos* (Penacova) e principalmente *Lavacolos* (Fundão) ant. *Lavacolhos*, *Lavacollos* 1190. *Lavacolizinos* rio 1257 em que *colo* é certamente um eufemismo com que se designa outra parte do corpo? O rio, se o nome ainda existisse, chamar-se-ia hoje poéticamente **Lavacuzinhos*. Cf. também *Lavaconos* num documento de 1401 apontado á p. 40, nota.

Bolão (p. 48): Para explicar *Bolão* não deve recorrer-se a uma forma latina **BULLIO*, mas a **BULLO*, -onis.

Antozede (p. 48): Em Antozede não está, de facto, o sufixo latino -*ETUM*.

Geria (p. 49): Veja-se, a propósito deste nome, o art. *Geira* do meu estudo á p. 378 desta revista.

Ceira (p. 58): A propósito de *Ceira*, que segundo André de Rêsende deriva do nome duma antiga cidade, lembrarei que não deve tomar-se demasiado a sério a indicação dum autor, que também noutros casos se não mostrou muito esculpulozo na utilização das suas fontes. Que uma localidade tire o seu nome dum rio, é um fenómeno muito natural, mas não o inverso. O rio é o que dura, a povoação pode desaparecer. Por isso, os nomes dos grandes rios da Península são todos ou quasi todos de origem pré-romana.

Bera (p. 60): Também este topónimo é primitivamente um nome de pessoa, nada tendo que ver com *bera* «locus planus et campestris», de Ducange; veja-se no «Onomástico»: *Bera* 968, patron. *Beraci* 1005 = *Beraz* 1013, *Beraz* 1258. No Minho encontramos quatro vezes *Vira*. O genet. latinizado **Beri* está hoje em *Ver*, no concelho de Arcozelo. O nome *Bera* vem do got. *baira* que conhecemos da composição *baira-bagus* «árvore do urso = amoreira».

Invibora (p. 61): Não creio que seja um nome celta em -*BRIGA*, como pretende J. da Silveira, *Rev. Lus.*, xvii, 122. Trata-se simplesmente do nome do reptil. As formas antigas *Imbibra*, *Embibere* acrescentarei *Villa Viberes*, séc. xiv, e *Fonte Bibir* 1258. Esta última e *Embibere* reflectem claramente o genet. *VIPERAE* de *VIPERA* que evoluciona regularmente para **vibra*, **libra*, cf. o catal. *vibra*. A forma com -o, que é também a espanhola, é provocada pelo -*b-*. Ainda hoje há bastantes lugares que devem o seu nome às víboras, cf. *Campo de Vibora* (Leiria), *Herdade da Vibora* (Monforte), etc.

Orelhudo (p. 63): Um nome latino **AURELUTUS* parece-me formação impossível. Melhor será explicar *Orelhudo* como uma alcunha derivada de *orelha*, formada como *Cabeçudo*. A forma antiga *VILLA ORELUTI* seria uma latinização de *Orelhudo*, como sucede certamente com *ORELONI*, de *Orelhão* «orelha grande».

Taveiro (p. 64): A origem pré-romana de *Taveiro* (*Taveira*, *Tuvarés*), que Leite de Vasconcelos já estipulava nas *Lições de Filologia Portuguesa*, p. 165,

está fora de toda a dúvida. A forma espanhola é *Talavera* (Lerida, Toledo, Badajoz, Cáceres). O elemento *tala-* é certamente ibérico, cf. Meyer-Lübke, *Das Katalanische*, p. 161. A evolução fonética de *Taveiro* aparece representada em *Villa Talabario* 980, *Villa Talubario* 967, *Talaveiro* 980. Com a raiz *tala-* se formaram também o apelido *Tárrora* de *Tauvera*, séc. xi (para a mudança do -e- intertónico em -o- depois duma labial cf. em cima *vīpĕra* > *vībora*), *Talaba* nome de homem 927 (cf. *Talaván* e *Tulave*, nas províncias de Cáceres e Albacete), *Taluay*, *Taluaya*, ap. de homem, séc. xv = *Talaya*, nas províncias de Corunha e Oviedo, *Talamancos*, ap. h. 911 = *Talamanca* (Barcelona e Madrid).

Arzila (p. 65): Não há inconveniente em ver em *Arzila* o nome da cidade marroquina. São vários os exemplos da simples transplantação de nomes africanos para a Península, cf. *Meca*, *Tunes*, *Ourém* = *Orão* e *Alquerabim* de *Al-Kairuan* (Cairo), cf. David Lopes, *Revue Hispanique*, ix. O -r- é um «schalllaut», um som intercalado sem justificação etimológica, como explicou justamente o mesmo autor, *Revista Lusitana*, xxiv, 271¹. As duas novas explicações de *Arzila* propostas por Ferraz de Carvalho são inaceitáveis: ARC-ELLA por causa da vogal tónica e do -e- (a forma esperada *arcela* existe de facto, e significa «género de protozoários»²), e o nome gótico *Argilo*, *Argelo*, por ter o acento no a inicial, sendo -ilo um sufixo diminutivo.

JOSEPH M. PIEL.

JORGES LE GENTIL, *La Littérature Portugaise* (Coleção Armand Colin, Paris).

O Prof. Le Gentil é, com os Srs. Aubrey Bell, Edgard Prestage e Philéas Lebesgue, dos estrangeiros que têm consagrado à literatura portuguesa mais demorada, mais minuciosa e mais culta atenção.

Este manual, que a Livraria A. Colin em boa hora teve a ideia de publicar, é uma prova inofismável da probidade do intelectual, como da competência do professor. Onde melhor se poderá reconhecer a solidez da cultura é nos juízos críticos, sempre lúcidos e frequentemente muito pessoais, sobre as grandes individualidades literárias, tanto como na luminosa e rigorosa perspectiva das vistas de conjunto. Os séculos xvi, xvii e xviii são, a este último respeito, modelares.

O livro inspira-se numa viva simpatia por Portugal e sua cultura. Há mesmo afirmações, em que o Prof. Le Gentil transcenderá, na valoração das nossas cousas, os limites que a si próprios se marcam os portugueses menos hipertrofiados de *chauvinismo*.

Assim, creio que haverá exagêro em atribuir-nos (p. 4), com a expansão do lirismo e do romanesco, o *nascimento do método experimental*. Portugal deverá contentar-se com mais modesta glória.

¹ O exemplo de *estrêla* não serve, porém. Este vocábulo foi contaminado por *ASTRUM* «astro». — O -r- «epentético» existe também em dialectos bascos e alemães, cf. SCHUCHARDT, *Das Baskische und die Sprachwissenschaft*, p. 16.

² Esta definição que encontro nos dicionários não é lá muito explícita. Cf. contudo *REW*³ 613 ARCĚLLA.

É verdade que, quanto fizemos no século dos descobrimentos, fizemo-lo sem alheios estímulos ou orientação, fecundando com as nossas experiências os dados da ciência peninsular. É verdade também que de muito serviu à ciência europeia o acervo de factos que revelámos e de abusões que varremos da superfície do orbe. Mas também é verdade que todo este esforço se integrava no espírito do século de Rabelais, de Leonardo de Vinci, de Francisco Bacon. E não podemos esquecer que, salvo o caso excepcional de Pedro Nunes, a nossa ciência não se ergueu, normalmente, da *indagação utilitária* à *especulação metodológica* ou *filosófica*. Contentemo-nos de reivindicar a autonomia mental da iniciativa e realização dos descobrimentos e a incontestável superioridade nas ciências e práticas com elles relacionadas. Isto basta para orgulho de um povo de dois escassos milhões de habitantes, um pouco afastados, por fatalidade geográfica, das correntes de intercâmbio cultural.

Também não nos é fácil dar o nosso assentimento a esta afirmação: «Nous la sentons (a língua portuguesa) plus proche que l'espagnol du roman que parlaient et les hommes de la reconquête et les mozarabes. De là vient qu'elle s'est imposée comme le véhicule du lyrisme péninsulaire, à une époque où le domaine du castillan, d'abord restreint à une province, allait s'élargissant». (P. 4). Não será fácil de provar que as poucas semelhanças, mais fonéticas do que lexicais, até agora estudadas (Vid. Menendez Pidal, *El idioma español en sus primeros tiempos*) bastem a explicar a generalização do galaico-português como primeiro órgão do lirismo peninsular. A razão da preferência dada à nossa língua estaria, sobretudo, na circunstância de haver sido a N.W. da Península, em Compostela, principal foco da vida espiritual da Península desde o século x, o probabilíssimo local de nascimento e difusão deste lirismo.

Pág. 36.—«On s'achemine du lyrisme courtois au lyrisme subjectif, inconscient chez B. Ribeiro, conscient chez Christovam Falcão». Entre os dois poetas não poderá, a meu ver, estabelecer-se tal diferença. Bernardim, atento, mais do que Falcão, ao mundo interior, fazendo do seu *eu* o objecto absorvente da sua contemplação, revela-o às vezes com uma lucidez incompatível com a *inconsciência* que lhe attribui o Prof. Le Gentil. Depois, tem-se exagerado a espontaneidade de Bernardim Ribeiro. Ele não desconhecia Vergílio, nem Boccaccio, nem Sannazzaro, nem Petrarca. É enamorado de dialéctica amorosa, e das subtilidades do formalismo poético mais gratas ao tempo. Mais vago e mais enigmático do que Falcão, que é homem de olhos abertos à vida objectiva e aos interesses do mundo exterior, não o cremos, por isso, menos consciente na realização de um lirismo quem nos dá a lúcida razão da própria desconexão: «*das tristezas não se pode contar nada desordenadamente, porque desordenadamente aconterem elas...*».

Pág. 130.—«On y sent conver les passions (no pre-romantismo português) mais elles ne s'extériorisent que sous le déguisement arcadien». Assim é, em geral. Mas é preciso exceptuar quasi toda a poesia que José Anastácio da Cunha escreveu à volta de 1770. Não é fácil encontrá-la mais romântica na veemência passional, como no desarticulado da forma, como na novidade do metaforismo.

Pág. 131.—«Envisagé d'un point de vue strictement littéraire, il (o romantismo) nous semble beaucoup plus timoré que le nôtre, beaucoup moins soucieux de rompre avec les habitudes intellectuelles de l'âge précédent. La véritable révolution dans le style et dans les idées ne se produira que trente ans plus tard, en 1865». Creio que esta critica resulta muito mais do confronto entre o

movimento romântico da juventude de Garrett e Herculano (1825 a 1840 e tal) e a inquietação revolucionária da geração de Antero, do que entre aquele movimento e o mundo de preconceitos que, para triunfar, precisou de destruir. Há maior salto, ideológico como social, de Garção para Garrett, do que de Garrett para Antero — para só falar dos maiores.

Estes reparos, que, entre quantos o livro pode suscitar, brevíssimamente apontamos, como o impõem os limites do espaço ... e até do tempo, em nada atenuam a convicção de que o Sr. Le Gentil fez um manual perfeitamente à altura das suas responsabilidades de professor da cadeira de literatura portuguesa e brasileira na Universidade de Paris — dos melhores, certamente, que sobre a literatura portuguesa têm saído de mãos de nacionais ou estrangeiros.

Lisboa.

HERNANI CIDADE.

KARL VOSSLER. *Poesie der Einsamkeit in Spanien. Erster Teil.* München 1935. Verlag der *Bayerischen Akademie der Wissenschaften.*

O ilustre professor da Universidade de Munique, ao estudar a poesia que o isolamento inspirou a poetas peninsulares, dá larga parte aos poetas portugueses.

É precisamente a *sauidade* o objecto do primeiro capítulo do livro. O autor, depois de, em conformidade com D. Carolina Michaëlis e Lang, mostrar as fases por que a palavra foi passando, nos séculos XIII e XIV, acentua a diferença entre ela e a espanhola *soledad* quanto à evolução fonética e semântica. A forma portuguesa prende-se, mais do que a castelhana, ao solo nacional, na mesma medida em que, mais do que ela, se afasta da norma evolutiva do étimo comum.

Como evoluiu a palavra de *soidade* (< *solitatem*) para *sauidade*? Vossler, lembra a explicação de D. Carolina Michaëlis, que fazia intervir na transformação a relação semântica com o grupo — *saúdo, saúdas, saúdações*, etc. E aproveitando uma sugestão de Lang, acrescenta que também se pode pensar na influência de *suavis* que foi uma palavra muito usada, cheia de alma e de vida na poesia trovadoresca, como na poesia humanística. Creio que a opor a tal influência não haverá razões de ordem fonética e, quanto ao sentido, compreende-se fôsse fácil acordar na memória a palavra que especificamente exprime o que de doçura se sente na *sauidade*. A objecção principal está no carácter erudito da palavra *suave*. Não é verdade que a cultura dos que a usavam quasi certamente lhes impediria a confusão de imagens gráficas ou auditivas que a influência implica?

Uma observação do Prof. Vossler a que eu adiro, é a que ele faz na p. 33, a respeito da poesia *Sedia-m'eu*, de Meendinho, que admiravelmente traduz. Segundo ele, se se atenta na frequência com que nas *cantigas de amigo*, entre as expressões amorosas, ocorrem os nomes de Deus, da Morte e do Céu, concluir-se-á que, mesmo sem influência do platonismo, o amor ausia pela eternidade. Assim me parece. O que há de comum entre o Cristianismo e o platonismo creio bem que, no que respeita à poesia provençal, tem induzido no erro de atribuir a este o que será exclusiva sugestão ou doutrinação daquele.

No confronto entre os poetas italianos e os poetas peninsulares, quanto a descrições naturalistas, sente o Prof. Vossler a impressão de quem, num museu

de pintura, passe de uma sala italiana para uma sala espanhola: «as sombras tornam-se mais espessas e mais largas, a luz retira-se para objectos espiritualmente significativos, o claro e variiegado idílio toma uma afadigada expressão visionária». O autor aponta os poetas de quem recebe esta impressão: Ausias March, Miranda, Bernardim e Cristovam Falcão. Estes poetas são, na verdade, bem seleccionados para a prova, uma vez esquecendo, como demasiado rápido, o aliás nítido, animado idílio da *Écloga* II, de Bernardim, ao descrever Aónia e os seus patos. Mas Garcilaso? E Camões? Este, sobretudo, bem merecia a atenção do eminente crítico alemão. Há na sua *Lírica* descrições naturalistas que são, na verdade, imitações, bem que admiráveis, de Vergílio e Sannazzaro. Mas outras existem mais dêle e por isso mais definidoras que, sem deixar de servir a Vossler como demonstrativas da maior incidência da luz sobre os aspectos melancólicos e de sugestão espiritual, ou a preferência do sombrio, lhe poriam em evidência uma nitidez de observação e um poder pictural que são tudo quanto há de mais contrário à vaga abstracção da poesia de Ausias March, ao alheamento do mundo exterior da poesia de Miranda no subjectivismo visionário de Bernardim ou mesmo de Falcão.

O livro de Vossler é ricamente documentado e o autor, que é um filólogo do novo tipo, mais interessado pela *alma* do que pelo *corpo* das palavras, acima de tudo buscando o seu conteúdo de ideias, de emoção e de beleza, dá aos seus leitores alemães, de cada poesia citada, uma tradução perfeita, porque lhe respeita, além do sentido, a construção estrófica, o ritmo e quanto possível o esquema de rimas.

Lisboa.

HERNANI CIDADE.

Relação ou Crónica breve das cavalarias dos Doze de Inglaterra (*Ms. quinhentista da Biblioteca Pública Municipal do Porto*). Precedida dum estudo de A. de Magalhães Basto, chefe de serviço da secção de mss. E com uma Advertência Preliminar de Joaquim Costa, Director da Biblioteca. 1935. Imprensa Portuguesa. Porto.

«Donde conheceria Camões esta tradição nacional (a dos Doze de Inglaterra) que aparece pela primeira vez tratada por êle artisticamente?» — pergunta T. Braga. Os nossos camonistas não podiam resolver o problema, porque, embora certos da existência de uma crónica ou relação sobre o Magriço e os companheiros, tanto quanto o podiam justificar as referências de Jorge Ferreira de Vasconcelos, de Manuel Correia, que a utiliza na descrição do torneio (in *Comentários aos Lusíadas*), do seu continuador Pedro de Mariz, que também dela se serve no *Diálogos de Vária História*, e de Faria e Sousa, que diz ter «visto um papel antigo deste successo», a verdade é que era preciso confrontar a narrativa dessa crónica com a dos *Lusíadas*.

Onde estava, porém, o ms.? Pode agora supor-se que entre os *Códices de Santa Cruz*, figurando no catálogo publicado pelo Sr. Rocha Madahil com o título: 2= Fol. 260 *Libellum de rebus gestis quorundam Equitum Lusitanorum cum Alvaro Gonsalves Magriço in Gallis*. De Coimbra teria passado para a Biblioteca M. do Porto, onde o encontrou o faró do cultíssimo investigador, Sr. Artur de Magalhães Basto, que é também quem faz esta identificação.

O respectivo *Catálogo de Manuscritos* indicava-o por esta forma, nem clara nem hermética: *Cavalarias de alguns fidalgos portugueses. Algumas cousas q. fizeram o Conde do branches Dom Alvaro d almeida, e alvaro glz magriço e outros cavalleiros portugueses em frança e basilea e alguãs em allemanha*. É suficientemente clara a indicação? Mas o ms. occultou-se às pesquisas de Juromenha e Braga. Parecerá estranho, ... depois da descoberta do Dr. M. Basto, mas é assim mesmo. Foi a este erudito que coube a glória do ôvo de Colombo.

Mas haverá alguma relação entre o ms. encontrado e as narrativas de Mariz e de M. Correia, que constituem a base de todas as referências ulteriores ao episódio? E com o texto dos *Lusiadas*, haverá semelhanças que denunciem o parentesco? Eis em que consiste o trabalho principal do seu descobridor, no volume com o título acima. Nêle o leitor poderá ver os três textos confrontados e não deixará de se sentir tentado a aceitar as conclusões do autor, discretamente formuladas, aliás, sobre a filiação na *Crónica breve* do ms. portuense do formoso episódio dos *Lusiadas*.

A p. 95 ocorre no texto do ms. este período: «e pois elas (as mãos cabeludas do Magriço, que êle se recusava a deixar que a dama lhe beijasse) me livraram, justa coisa é que *a quam tamanha* vós com elas fizestes, vo-las beije!» Magalhães Basto sugere em nota: «Ou *quanta manha*? Ou *quam tamanha*?» Creio que nenhuma das expressões se integrará no sentido. A interpretação será: «justa coisa é que, *a* (=por) *quam tamanha* (coisa), ou *a quanta manha*, vós com elas fizestes, vo-las beije!» O *a* que precede o *quam* (ou *quanta*) é indispensável e será preposição, não artigo. Pode subentender-se, como precedendo-a, a expressão — *atendendo*.

Lisboa.

HERNANI CIDADE.

Através das Revistas

O *Boletim de Filologia* tem recebido com regularidade numerosas revistas nacionais e estrangeiras, com as quais gostosamente permuta.

Dos últimos números recebidos salientamos aqueles artigos que julgamos de mais interesse para os nossos leitores e para a bibliografia do Centro de Estudos Filológicos.

PORTUGAL:

Arquivo histórico de Portugal, dirigido por JOSÉ DA CUNHA SARAIVA e ANTÓNIO MACHADO DE FARIA.—Vol. II, 1936, fasc. 6.

Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fasc. 1-3 de 1936 (vol. XII): M. DE JONG, *Relações literárias entre Portugal e a Holanda* (pp. 1-48).

Boletim do Instituto Alemão de Coimbra.

Vol. V, 1935: EVA SEIFERT, *Germania Romana*, pp. 1-15, *O legado dos germanos à România ocidental*, pp. 16-26, e *Uma volta pelos arabismos da terra ibero-românica*, pp. 43-55; MARGARETHE KÜHN, *Auto da alma* [tradução em verso alemão], pp. 56-82; CARL ERDMANN, *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa* (Cont.), pp. 83-142.

Boletim do Instituto Francês de Portugal, Lisboa.

Tomo V, n.º 1 (sem data!): RENÉ BOUVIER, *Albuquerque* (Cont.), pp. 13-48.

Brotéria. Revista de cultura contemporânea, dirigida por DOMINGOS MACRÍCIO. Lisboa.

Vol. 22. Junho de 1936: MÁRIO MARTINS, *O misticismo optimista de Tagore*, pp. 442-453; MARIANO SALDANHA, *O primeiro catecismo concani. Comentário histórico e lingüístico*, pp. 483-491; RIBA LEÇA, *A crise no Parnaso*, pp. 492-505.

No fim, valiosa secção de bibliografia crítica sobre obras portuguesas e estrangeiras.

A Língua Portuguesa, dirigida por RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA. Lisboa.

Vol. IV, 1935, fasc. III-VIII: *Número de homenagem ao Dr. Leite de Vasconcelos.*

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA, *Subsídios para o estudo da linguagem das salinas*, pp. 75-145; ARMANDO SOUSA GOMES, *Marcomanos não são polónios*, pp. 147-149; CARDOSO MARTIN, *Os «Autos pastoris» da minha terra*, pp. 150-171; J. XAVIER FERNANDES, *Um pouco de toponímia* [Alcobaça, Bragança, Chaves, Grijó, Leiria, Menção, Peniche, Portalegre], pp. 172-185; JOÃO DA SILVA CORREIA, *Necessidade de um exame de reparação às formas interjeccionais*, pp. 186-189; TENENTE AFONSO DO PAÇO, *A vida militar no rifoneiro português*, pp. 190-198; JORGE GUIMARÃES DAUFÍAS, *Diga-se me-nis-tro e não mi-nis-tro*, pp. 199-202; PEDRO BATALHA REIS, *Uma carta inédita de Garrett*, pp. 211-214; RODRIGUES LAPA, *O Atlas lingüístico de Portugal e Ilhas. Uma necessidade da nossa filologia*, pp. 215-220; CLÁUDIO BASTO, *Algumas dificuldades de «Os Lusíadas»*, pp. 221-235; A. G. DA ROCHA MADALIL, *A carta de conto de D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Pedroso*, pp. 261-266

Portucale. *Revista ilustrada de cultura literária, científica e artística.* Dirigida por CLÁUDIO BASTO e PEDRO VITORINO.

Vol. ix, Janeiro-Abril de 1936, n.º 49-50: LEITE DE VASCONCELOS, *Hispania, España, Hespanha*, pp. 3-5; J. TAVEIRA DE CARVALHO, *Um autógrafa de Camilo*, pp. 34-5; ADOLFO FARIA DE CASTRO, *Maria Peregrina de Sousa*, (1809-1886), pp. 36-48; CLÁUDIO BASTO, *A origem anedótica de topónimos portugueses* [Alvor-ninha, Carocedo, Mileu], pp. 53-55; CLÁUDIO BASTO, *Português prático*: Garcia de Orta, Fírenéus, p. 59; CLÁUDIO BASTO, *José Caldas* (1842-1932), pp. 61-63.— No fim, as habituais e úteis secções de bibliografia, novidades (dentro e fora de Portugal) e Res & Verba.

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Tômo II, fasc. 1 e 2 de 1936: HERNANI CIDADE, *Doutor Teófilo Braga. As directrizes da sua obra de história literária*, pp. 187-206; RICARDO JORGE, *O nosso amorismo novelesco nos quinhentos. Sua influência na literatura universal*, pp. 207-223; PIERRE HOURCADE, *Èça de Queiroz et la France*, pp. 241-279; CARLOS MANUEL RAMOS, *A mais bela aventura de António Feijó*, pp. 280-304; A. DO PRADO COELHO, *Teófilo Braga. (Notas de estudo)*, pp. 326-342; LIBERATA MARIA HENRIQUES, *A «gíria» académica.* (Trabalho para a aula de Filologia Portuguesa).— *Curso de férias em Cascais*, pp. 360-395.

Revista de Guimarães.

Vol. 45, Julho-Dezembro de 1935: JOÃO LOPES DE FARIA, *Documentos inéditos dos fins do século XVIII*, pp. 139-149.

Seara Nova. *Revista de doutrina e crítica.* Dirigida por ANTÓNIO SÉRGIO, CÂMARA REYS, JAIME CORTESÃO, MÁRIO DE AZEVEDO GOMES, RAÚL PROENÇA e SARMENTO PIMENTEL.

ANO XVI, n.º 479, 25 de Junho de 1936: P. HOURCADE, *Èça de Queiroz e a França*, pp. 355-358. [Tradução de parte do artigo publicado na Revista da Faculdade de Letras de Lisboa].

Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, publicados pela Faculdade de Ciências do Porto.

1936, vol. VIII, fasc. 1: F. BOUZA-BREY, *Um conto oriental na Galiza. As versões galegas das palavras retorneadas*, pp. 1-26; JOÃO FELIPE FERREIRA, *Contribuição para o estudo da abóbada palatina nos portugueses*, pp. 27-53. [Estudo de carácter anatómico]; J. R. DOS SANTOS JÚNIOR, *Nota de coreografia popular transmontana: A dança dos pretos (Carviçais)*, pp. 95-101.

ALEMANHA:

Archiv für das Studium der neueren Sprachen, dirigida por ALOIS BRANDL e GERHARD ROHLFS.

ANO 91, vol. 169, fasc. 1-2, Abril de 1936: E. R. CURTIUS, *Der Kreuzzugsgedanke und das altfranzösische Epos* [O pensamento das Cruzadas e a antiga epopeia francesa], pp. 48-56; G. ROHLFS, *Was bedeutet der Schwertname Durendal?* [Que significa o nome da espada Durendal?], pp. 57-64.

No fim, duas secções extensas: uma de críticas desenvolvidas a obras sóbre as línguas e literaturas francesa, inglesa e alemã e outra de bibliografia. Nesta, algumas obras são acompanhadas dum breve resumo crítico.—A pág. 154 insere o sumário do fasc. 3 do *Boletim de Filologia*.

Ibero-Amerikanisches Archiv. Revista trimestral publicada pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim.

Fasc. I do ano X, Abril de 1936: ALBIN EDUARD BEAU, *Die Geschichtsauffassung Alexandre Herculanos* [O conceito de história de A. H.], pp. 1-28; HERMANN BRUNN, *Zum Andenken an Lope de Vega* [Em recordação de L. de V.], pp. 29-42. Insere no fim uma secção bibliográfica consagrada a Portugal, a cargo de GERTRUD RICHERT, onde são recensadas, em breves linhas, algumas publicações portuguesas.

Romanische Forschungen. Revista de linguas e literaturas românicas, dirigida por FRITZ SCHALK. Erlangen.

Vol. 50, fasc. 1.º, 1936: KARL VOSSLER, *Rückschau auf das Lope-Jahr 1935* [Vista retrospectiva do ano de Lope de Vega], pp. 1-20; FRANZ RAUHUT, *Der «Sponsus»*, pp. 21-50; ROLF GREIFELT, *Die Uebersetzungen des spanischen Schelmenromans in Frankreich im 17. Jahrhundert* [As traduções do romance picaresco espanhol em França no século XVIII], pp. 51-84.

Volkstum und Kultur der Romanen. *Sprache, Dichtung, Sitte.* Dirigida por FRITZ KRÜGER, Hamburgo.

ANO VIII, 1935, fasc. 2-3: O. KELLER, *Contributo alla conoscenza del dialetto di Val Verzasca* (Ticino), pp. 141-208; F. KRÜGER, *Die Hochpyrenäen* [Os Altos Pirenéus. Indústria caseira, trajo, officios], pp. 210-328.

O fascículo 4 insere críticas de F. KRÜGER, A. BEAU e W. GIESE a nove obras portuguesas sobre a lingua e a literatura.

Zeitschrift für französische Sprache und Literatur, dirigida por E. GAMILLSCHG e E. WINKLER. Jena e Leipzig.

Vol. 60, fasc. 1-2, 1935: D. SCHELEKHO, *Religiöse Elemente im weltlichen Liebeslied der Troubadours* [Elementos religiosos nas canções de amor profanas dos trovadores], pp. 18-35 (Concl.); W. SUCHIER, *Wortstellung und Satzbau im Französischen* [Ordem das palavras e acento de frase em francês], pp. 69-92; HANS MARCHAND, *Zu den französischen Ordinalia* [Sobre os numerals ordinais em francês], pp. 93-102.—No fim, críticas desenvolvidas a obras francesas por PH. AUG. BECKER.

BRASIL:

Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro.

ANO 28, Fevereiro 1936, n.º 170: LAUDELINO FREIRE, *Bi-milenário de Horácio*, pp. 176-7; AFRÂNIO PEIXOTO, *Horácio ou o Juízo*, pp. 178-188; ALOYSIO DE CASTRO, *Os amores de Horácio*, pp. 189-213; E. ROQUETTE-PINTO, *O «velho» Horácio*, pp. 213-215.

ESPAÑA:

Al-Andalus. *Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada.*

Vol. III, 1935, fasc. I: LUCIEN BOUVAT, *Les noms persans de l'Espagne et du Portugal*, pp. 193-199.

Boletín de la Academia Española.

1935, Agosto-Novembro, tomo 22, fasc. 110: *Número especial comemorativo do 3.º centenário da morte de Lope de Vega.*

1936, Março, tomo 23, fasc. 111: JOSÉ MARIA AGUADO, *Homero en Horacio.* Estimación, alusiones, traducciones, imitaciones y ensayos del príncipe de los criticos en el príncipe de los poetas, pp. 39-56; EMILIO COTARELO, *Ensayo histórico sobre la Zarzuela o sea el drama lírico español desde su origen a fines del siglo XIX*, pp. 57-88 (Cont.).

Emerita. *Boletín de lingüística y filología clásica.* Centro de Estudios Históricos de Madrid.

Tômo III, 1935, fasc. 2.º: JOSÉ MARIA JIMÉNEZ, *Suplemento a una bibliografía de Virgílio*, pp. 298-315.

Insero no fim duas secções desenvolvidas de «Resenas de revistas» e «Resenas de libros».

Revista de Filología Española. Revista trimestral dirigida por R. MENÉNDEZ PIDAL e publicada pelo «Centro de Estudios Históricos» de Madrid.

Fasc. 1.º de 1936 (tômo 23): SANCHIS GUARNER, *Extensión y vitalidad del dialecto valenciano «apitxat»*, pp. 45-62; ISIDRO DE LAS CAGIGAS, «*Adarves*»; DOROTHY CLOTELLE CLARKE, «*Duen de casa*» [etimologia de *duende*]; L. AMBRUZZI, *Sobre «pebetes»* [no sentido de *niño*, *chiquilín*; acrescenta-se o port. *picete*, de sentido pejorativo]; L. SPITZER, *Remarque sur la différence entre «poesia popular» et «poesia de artes»*, pp. 68-71.

Religión y Cultura. Revista mensal dos PP. Agostinhos, Madrid.—Vol. 33, n.º 100, Abril de 1936.—Vol. de 142 páginas.

Catalunha:

Anuari de l'Oficina Romànica de lingüística i literatura. Propriedade da Biblioteca Balmes, de Barcelona.

Vol. VII, 1934: FRANCESC DE B. MOLL, *Transcripció de cançons populars amb notes sobre fonètica sintètica*, pp. 9-39; M. SPONER, *Documentos antiguos de Galicia*, pp. 113-192. [Comêço da publicação de 156 documentos, dois dos quais pertencem ao século X, 92 ao século XIII, 30 ao século XIV e 32 ao século XV. «No he encontrado en los diferentes archivos documentos en idioma gallego posteriores a 1494, lo que se explica por haber prohibido los Reyes Católicos redactar documentos en otro idioma que en castellano»]; CARLO TAGLIAVINI, *Discussioni etimologiche italo-iberiche*, pp. 193-203. [Estudo de alguns iberismos na língua italiana. Por iberismos, o A. entende não só as palavras provenientes das línguas ibero-românicas, mas também aquelas palavras das línguas da Índia e do Extremo Oriente, que entraram no património lingüístico europeu com a expansão dos portugueses e espanhóis. O A. estuda as palavras *banana*, *banda* (rinoceronte) e *timballo*]; H. HATZFELD, *La fuerza de lo popular como elemento vital del estilo religioso en la Provenza y la Bretaña*, pp. 205-217; G. HESS, *Las «Maximes» de la Rochefoucauld*, pp. 219-250.

O volume termina por uma extensa bibliografia, disposta por matérias, à semelhança da da RFE, e consagrada dum modo especial à língua e literatura catalã, pp. 271-352.

Estudis Universitaris Catalans. Barcelona.—Vol. IX, 1934, 394 páginas.

Galiza:

Arquivos do Seminario de Estudos galegos, de Santiago de Compostela.

Vol. VI, 1933-34: J. R. SANTOS JÚNIOR, *As telhas do teu telhado*. Nota etnográfica, pp. 105-124; A. A. MENDES CORREIA, *Cale, Portucale e Pôrto*, pp. 161-213.

Boletín de la Academia Gallega, Coruña.

Ano 31, n.º 261, Janeiro de 1936. Em publicação à parte, continuação da «Colección de documentos históricos».

Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela.

Ano VII, 1935, Julho-Setembro, fasc. 25: SANTIAGO MONTERO DIAZ, *La colección diplomática de San Martín de Juvia*, pp. 1-156.

Logos. *Boletín católico mensual*, Janeiro-Fevereiro, 1936: FR. ATANASIO LÓPEZ, *Documentos galegos medievais*, pp. 26-28.

Nós. *Boletín mensual da cultura gallega*, dirigido por VICENTE RISCO e ALFONSO CASTELAO. Ourense.

ANO XVII, Abril de 1935, n.º 136: J. VENDRYES, *En col da poesia bárdica. A poesia de corte na Irlanda e mais en Gales*, pp. 65-68; XOSE RAMON e FERNANDEZ OXEA, *Arquivo filolóxico e etnográfico de Galiza. Folk-lore encol dos nenos*, pp. 71-72.

ESTADOS UNIDOS:

Language. *Journal of the Linguistic Society of America*. Baltimore, U. S. A.

Vol. XI, n.º 3, Setembro de 1935: C. C. RICE, *Romance etymologies* [Etimologias de *avali*, *gofo*, *migrarse*, *mucca*, *potiron* e do port. *canhos*], pp. 238-241; EDWIN B. WILLIAMS, *Portuguese ser in the third present indicative e Hiatus in the third plural of Portuguese verbs* [Breves notas sobre a conservação de *s* na 2.ª pessoa e queda na 3.ª —*és*, *é*, por analogia com outros verbos; conservação do hiato nalguns verbos: *crêem*, *têem*, *vêem*, *dêem*, *têem* e *vêem*], pp. 243-4.

Revista Hispánica Moderna. Boletín de «Instituto de las Españas» nos Estados Unidos (Universidade da Colúmbia). O director da secção de Estudos portugueses é o Prof. J. DE SIQUEIRA COUTINHO.

1936, Janeiro, fasc. 2: J. DE SIQUEIRA COUTINHO, *Os portugueses na Etiópia*, pp. 81-90; E. K. MAPES, *Escritos inéditos de Rubén Darío recogidos de periódicos de Buenos Aires*, pp. 119-132; FRANCISCO CASTILLO NÁJERA, *Breves consideraciones sobre el español que se habla en México*, pp. 157-169.—No fim, extensa e útil *Bibliografía hispanoamericana*, no género da que publica a «Revista de Filología Española», à qual serve de complemento.

FINLÂNDIA:

Neuphilologische Mitteilungen, editada pela Associação de Filologia moderna de Helsingfors e dirigida por A. LÄNGFORS e H. SUOLANTI.

1936, n.º 1-2: D. SCHELDKRO, *Die Marienlieder in der altprovenzalischen Lyrik* (Cont.) [As canções à Virgem na antiga lírica provençal], pp. 15-42.—No fim, extensa secção de recensões.

1936, n.º 3 e 4: EUGEN LERCH, *Flaubert et Baudelaire et les «hauts lieux»*, pp. 117-135.—No fim, duas extensas recensões em francês.

FRANÇA:

Bulletin Hispanique. Revista trimestral publicada sob o patrocínio das Universidades de Bordeaux, Toulouse, Alger e Poitiers.

Fasc. I, Janeiro-Março de 1936, tomo 38: JEAN SARRAILH, *L'histoire et le drame romantique. A propos d'«Alfonso el Casto» d'Hartzenbusch*, pp. 19-40; ROBERT RICARD, *Chronique hispano-mexicaine*, pp. 41-57. [Revista crítica das principais publicações no domínio da bibliografia, fontes e textos, da história, da arqueologia, etnografia e sociologia].

Fasc. 2, Abril-Junho de 1936: G. LE GENTIL, *Le mouvement intellectuel au Portugal*, pp. 208-225. [Revista crítica das principais publicações portuguesas no domínio da história e da história literária].

Revue de littérature comparée, dirigida por P. HAZARD e J. M. CARRÉ. Paris. Ano XVI, Janeiro-Março de 1936: *Número consagrado à Espanha*.

Revue des Langues romanes, editada pela «Société des langues romanes» de Montpellier.

Tômo 67, 1933: A. DAUZAT, *Essais de géographie linguistique. Aires phonétiques*: I—La diphtongue au dans la basse Auvergne; II—Les altérations de l'intervocalique dans le Massif central, pp. 1-50; L. KARL, *Correspondance de Frédéric Mistral avec Hugo Schuchardt*, pp. 51-58.

Romania. Revue trimestrielle consacrée à l'étude des langues et des littératures romanes, dirigida por MARIO ROQUES.

1934, n.º 238: A. DURAFFOUR, *La survivance du plus-que-parfait de l'indicatif latin en franco-provençal*, pp. 145-152; A. LÂNGFORS, *Mélanges de poésie lyrique française*. VI: Les refrains dans le poème intitulé «D'amors et de jalousie», pp. 204-217; A. GRAUR, *Notes sur l'article postposé en roumain*, pp. 233-237.—No fim, são publicados «comptes-rendus» de revistas lingüísticas.

HOLANDA:

Neophilologus. Revista trimestral publicada em Groningen, Batávia.

Fasc. 3 de 1936, ano XXI: MARIUS WALKHOFF, *Notes Etymologiques II*, pp. 192-202. [Palavras francesas perdidas às línguas germânicas, em especial ao neerlandês]. Recensões a obras portuguesas: A. Gonçalves Rodrigues, «Mariana Alcoforado. História e crítica de uma fraude literária». (M. de Jong).

ROMÊNIA:

Buletinul Institutului de Filologie Romină «Alexandru Philippide», Iaşi.

Vol. II, 1935, 317 p.: H. MIHĂESCU, *Latino conjecturale, latino volgare*, pp. 13-25; GR. GR. SCORPAN, *O problemă de fonetică veche rominească. Difongul ea urmat de e în texte sec. XVI*, pp. 27-46; IORGU IORDAN, *Forme de conjugare mixtă în limba română*, pp. 47-127; G. IVĂNESCU, *Din fonetica evolutivă a limbii romine. Cu câteva discuții de fonetică generală*. [1. Sorte do ditongo lat. au; 2. Mudança dos grupos br, bl e mn intervocalico em ur, ul e un], pp. 128-161; SPITZER, *Atît(a) amar de vreme* [port. «um rôr de»], pp. 162-164; I. IORDAN e P. CIUREANU, *Note lingvistice* [baidar, notas sobre o argot, etc.], pp. 164-240.

No fim, extensa secção de recensões por I. IORDAN e G. ISTRATE. O volume termina por um índice de autores e de vocábulos.

SUÉCIA:

Studia Neophilologica. A Journal of Germanic and Romanic Philology. Editada por ZACHRISSON, Uppsala.

Vol. VIII, n.º 1, 1935: KARIN RINGENBOX, *Quelques observations sur les formules indiquant l'heure du jour en français, en italien et en espagnol*, pp. 15-35; NILS KJELLMAN, *Die deutsche Sprache in Porto Alegre, Brasilien* [Palavras da língua portuguesa do Brasil usadas na linguagem corrente dos alemães, como

abraço, caminhão, frijoada, etc., seguidas de comentários. É de salientar a afirmação de que a influência recíproca dos alemães na língua de Porto Alegre se pode considerar nula], pp. 36-44; J. MELANDER, *Enklise oder Proklise des tonlosen Objektpronomens im Altfranzösischen* [Ênclise e próclise dos pronomes complementos átonos em antigo francês], pp. 45-60.

REVISTAS NOVAS:

Vox Romanica. *Annales Helvetici explorandis linguis romanice destinati.* Dirigida por J. JUD e A. STEIGER. Zurich e Leipzig. (Depositária em Paris, Librairie Droz. Preço anual: 100 frs.).

Foi com grande prazer que o *Boletim de Filologia* recebeu a visita desta revista de larga envergadura, à qual deseja o maior êxito. De harmonia com o espírito da escola lingüística suíça, consagrar-se-á de preferência, como dá a entender o subtítulo, ao estudo das quatro línguas faladas na Suíça e prestará atenção especial à dialectologia, lexicologia e onomasiologia; estudará também outros problemas que interessam a toda a România. Publicará artigos em todas as línguas românicas, inclusivamente em reto-romeno, e ainda em alemão e inglês.

Os nomes bem conhecidos dos Professores JUD e STEIGER são garantia segura de que manterá sempre o alto nível científico de que dá mostras o conteúdo deste primeiro fascículo, referente a Janeiro-Junho de 1936: LOUIS GAUCHAT, *Friedrich Diez*, pp. III-VI; W. MEYER-LÜBKE, *Zur Geschichte von lat. G^o, Gⁱ, und J im Romanischen* [Para a história do lat. G^o, Gⁱ e J nas línguas românicas], pp. 1-31; E. TAPPOLET, *Die Genusschwachheit und ihre Folgen im Französischen.* (Mon enfance). [O enfraquecimento da noção de género em francês], pp. 32-48; LEO SPITZER, *(En) soñar un sueño*, pp. 49-63; BRUNO MIGLIORINI, *I nomi italiani del tipo «bracciante»*, pp. 64-85; J. U. HUBSCHMIED, *Ausdrücke der Milch-wirtschaft gallischen Ursprungs* [Expressões referentes à indústria do leite, de origem gaulesa: alem. *senn, ziger*, lomb. *mascarpa, mašoka, matùs*]; ALBERT BARTH, *Beiträge zur französischen Lexicographie* [Subsídios para o estudo da lexicografia francesa: *apache* e *pouvoir qui*], pp. 106-120; PAUL AEBISCHER, *Resina, risina dans le latin médiéval*, pp. 121-133.

No fim, larga secção de extensas críticas a obras lingüísticas, entre elas a de A. STEIGER ao trabalho de M. L. Wagner «Sobre alguns arabismos do português» publicado na *Biblos*, 1934, e secção de notícias bibliográficas e filológicas.—Na secção de necrologia publica JUD um artigo sobre a actividade científica de HENRY R. LANG.

M. P. B.

Notícias filológicas e bibliográficas¹

— O IV Congresso Internacional de Linguistas realiza-se em Copenhague, desde 27 de Agosto a 1 de Setembro de 1936. O primeiro, devido a iniciativa holandesa, realizou-se em Haia, em 1928, o segundo em Genebra, em 1931, e o terceiro em Roma, em 1933.

Êsses congressos conseguiram fazer consagrar a autonomia da *Linguística* — ciência que possui desde há muito o seu domínio próprio ao lado da *Filologia*. Demonstraram, de maneira iniludível, a fecundidade duma cooperação intelectual entre especialistas e escolas linguísticas diferentes. Favoreceram consideravelmente o contacto amigo e a compreensão mútua entre linguistas de países e de meios diversos».

No programa dêstes congressos concede-se um grande lugar à *linguística geral*. Nas circulares de convite acentua-se que os *factos* concretos devem constituir sempre a base sólida dos trabalhos; estes, porém, devem ter por objectivo esclarecer algum *princípio* fundamental.

Nas comunicações a fazer podem ser versados problemas que digam respeito a tôdas as formas da linguagem humana, seja a palavra individual, sejam as línguas nacionais e especiais de qualquer época e país. Recomenda-se a escolha de assuntos que comportem uma demonstração ou discussão de método.

— Estão publicadas as *Atti del III Congresso internazionale dei linguisti*. Florença, (Le Monnier), 1935, 449 páginas.

— O centenário da Filologia Românica. — A 29 de Maio de 1876 — há precisamente 60 anos — finava-se em Bonna, com 82 anos de idade, FRIEDRICH DIEZ, um desses raros homens que deixam sulco luminoso no campo da investigação científica.

Quarenta anos antes, em 1836, começara a publicar a *Grammatik der romanischen Sprachen*, com a qual ficava definitiva e cientificamente fundada a Filologia Românica. É, portanto, no presente ano que ocorre o centenário desta disciplina.

O *Boletim de Filologia*, revista do Centro de Estudos Filológicos, não podia deixar de assinalar o seu significado e associar-se antecipadamente às homenagens que, certamente, nas revistas da especialidade, vão ser prestadas ao grande pioneiro e Mestre, de quem todos nós somos ainda devedores e cuja vida e obra são um nobre exemplo de probidade e de amor desinteressado da ciência.

¹ A fim de tornar o mais completa possível esta secção, que interessa de modo especial a autores e editores, a Redacção do *Boletim de Filologia* pede aos seus leitores portugueses e estrangeiros a fineza de lhe enviarem ou de lhe comunicarem com regularidade, as obras recentemente publicadas ou no prelo, de que sejam autores ou editores, ou de que tenham conhecimento, obras que versem assuntos de interesse relativos a qualquer das línguas e literaturas românicas, especialmente da Península Ibérica e da América do Sul.

— **Espírito de colaboração nos trabalhos científicos.** — A propósito da obra «*La Comédie latine en France au XII^e siècle; textes publiés sous la direction et avec une introduction de Gustave Cohen*» (Paris, 1931, 2 vols.), faz P. Jourda na *Revue des Langues Romanes* (1934, p. 218) a seguinte observação que merece ser meditada nalguns países: «Antes de mais, é digno de louvor nesta publicação o espírito de «*équipe*» que ela representa: ao apêlo do Sr. Gustave Cohen acorreram treze dos seus antigos alunos de agregação para, em grupo, editarem, traduzirem e comentarem textos pouco conhecidos da literatura latina da Idade Média, imitando assim o exemplo dado pelos alunos de Brunetière e pelos do Sr. Bédier, ao publicarem as lições sobre Victor Hugo ou um texto crítico dos *Trágicos*. Iniciativa interessante, que deverá suscitar trabalhos semelhantes».

Consta-nos que a *História de Espanha*, que está a ser publicada pelo Centro de Estudios Históricos de Madrid, embora dirigida superiormente por Menéndez Pidal, é toda feita por discípulos seus.

Em Portugal começa-se agora a compreender melhor a necessidade deste espírito de colaboração nalguns trabalhos científicos, havendo já, felizmente, ensaios meritórios. O Centro de Estudos Filológicos está procurando fomentá-lo com a *Bibliografia Filológica*, em publicação, e com a indispensável, pôsto que morosa, organização do *Dicionário* do português arcaico.

— Veio passar uma temporada a Portugal o Prof. Dr. MAX LEOPOLD WAGNER, colaborador do Atlas Lingüístico da Itália e da Suíça (a quem foi confiada a Sardenha) e considerado o romanista que hoje conhece maior número de línguas. Fêz em Coimbra, no mês de Março de 1936, uma série de conferências sobre *Atlas lingüísticos*.

— **O Brasil e a Filologia portuguesa.** — O Dr. Rebêlo Gonçalves, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, a convite da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de S. Paulo (Brasil), regem nesta cidade, no ano lectivo de 1934-35 um curso de Filologia portuguesa. Por sua iniciativa, à qual os professores e autoridades brasileiras deram logo o mais caloroso e decidido apoio, vai ser fundado naquela cidade um Instituto de Filologia Portuguesa.

— O bi-milenário de Horácio foi comemorado pela Academia das Ciências de Lisboa no dia 26 de Março de 1936, tendo feito uma conferência o Dr. Rebêlo Gonçalves, membro da Direcção do Centro.

*

Publicações recebidas:¹

— A BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, por iniciativa do seu Director Prof. Dr. J. Providência Costa, teve a feliz idea de organizar *Cursos e Conferências* de extensão universitária. Os trabalhos apresentados, de que se faz geralmente separata, são reunidos em volumes de cerca de 250 páginas. Estão

¹ A algumas das obras de que damos notícia neste lugar, será feita a devota crítica na secção das «*Recensões*».

já publicados os vols. I, II, IV e V, que inserem também trabalhos de carácter literário e lingüístico. Os que mais interessam aos leitores do *Boletim* são os seguintes:

Literatura: 1. ALBIN E. BEAU, *Antero do Quental e a ideia de morte*, vol. I, pp. 1-18; 2. CECÍLIA MEIRELES, *Notícia da poesia brasileira [moderna]*, vol. II, pp. 219-268; 3. AGOSTINHO DE CAMPOS, *Estudos sobre o soneto*, vol. IV. 4. MANUEL DE PAIVA BOLEÃO, *O Bucolismo de Teócrito e de Vergílio*, vol. IV. — O vol. III, que está no prelo, insere também trabalhos de carácter literário.

Filologia: 1. MANUEL DE PAIVA BOLEÃO, *Língua falada, lógica e clássicos. A propósito da discussão «Um dos que...»*, vol. II, pp. 77-94; 2. SAÚL DE NAVARRO, *Glossário [de alguns brasileirismos]*, vol. II, pp. 213-218. No vol. VI sairá o trabalho do Prof. M. L. WAGNER sobre *Restos de latinidade no Norte de África*.

— O Prof. Dr. F. KRÜGER, catedrático da Faculdade de Letras de Hamburgo e Director do Centro de Cultura Portuguesa e Brasileira da mesma Universidade, publicou já três volumes da sua vasta obra sobre os *Altos Pirenéus*, ou sejam os Pirenéus espanhóis e franceses desde Andorra até ao país dos bascos:

1. *Die Hochpyrenäen. A: Landschaften, Haus und Hof* [A paisagem, a casa e o casal rústico], Hamburg (Friederichsen, de Gruyter & Co.), 1936, 238 páginas, 6 gravuras no texto, 132 fotografias e um mapa. Preço 16 RM.

2. B: *Hirtenkultur* [A vida dos pastores], 1935, 103 páginas, 16 fotografuras e 9 gravuras. Separata da *Volkstum und Kultur der Romanen*, Seminar für romanische Sprachen und Kultur, Hamburg.

3. C: Teil I. *Transport und Transportgeräte* [As formas e os meios de transportar objectos], 240 páginas, 89 fotografuras e 13 gravuras. Barcelona, Imprenta de la Casa de Caritat, 1936.

Esta obra, que se pode considerar monumental, abrangerá 6 vols. e um de índices, os quais serão publicados por todo o ano de 1936.

— O Dr. R. DE SÁ NOGUEIRA publicou *Questões de linguagem*, 2.ª parte, 1935, 335 páginas, e 3.ª parte, 1936, 336 páginas, Lisboa (Livraria Clássica Editora). Abrangem assuntos vários publicados em jornais e revistas portugueses e brasileiros e são acompanhados de índices de autores e de assuntos, de grande utilidade.

— O Dr. HERNANI CIDADE publicou *Camões lírico*, 1936, 10+343 páginas, Lisboa, (Imprensa Nacional). Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. III (1936).

— P. A. REVILLA, *Catálogo de los Códices griegos de la Biblioteca de el Escorial*. Madrid, 1936, 560 páginas.

— Dissertações da «Catholic University of America», Washington:

1. JOSEPH WILLIAM DUCIBELLA, *The phonology of the Sicilian dialects*, 1934, 493 páginas.

2. SISTER MARY DOMINIE RAMACIOTTI, *The Syntax of Il Fiore and of Dante's Inferno as Evidence in the Question of the Authorship of Il Fiore*, 1936, 179 páginas.

3. LÉON BAISIER, *The Lapidaire Chrétien, Its composition, its influence, its sources*, 1936, 130 páginas.

4. SISTER M. CALIXTA GARVEY, *The Syntax of the declinable words in the Roman de la Rose*, 1936, 232 páginas.

Trabalhos em publicação e a publicar:

— O DR. DAVID LOPES tem no prelo uma obra sobre *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os sécs. XVI, XVII e XVIII*.

— O DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO tem no prelo a obra *Lope de Vega. Alguns elementos portuguezes da sua obra*.

— Foram já distribuídos os primeiros 150 verbetes da *Bibliographia Filológica Portuguesa*, publicada pelo Centro de Estudos Filológicos, e dirigida pelo Dr. R. de Sá Nogueira.

Custo de cada emissão de 50 verbetes 5\$00.

Os pedidos devem ser feitos ao Secretário do Centro.

M. P. Borlôo

Necrologia

Dr. Abílio Roseira

Faleceu em Madrid, no dia 9 de Dezembro de 1935 findo, este membro do Centro. Prestamos hoje homenagem a tão bom companheiro que a morte tão cedo nos roubou. As suas qualidades de carácter e de espírito tinham grande relêvo, como viamos todos os que lidávamos com êle, e o seu bom saber não o tinha menor. O Centro perde nêle um trabalhador infatigável, uma grande esperança, pois, nos estudos a que se dedicara.

A sua produção literária não avoluma, porque o período de aquisições se prolongara, mas ia agora entrar em plena laboração, uma vez que êle fixara definitivamente as directrizes do seu pensamento. É que o seu espírito desejoso de saber se dispersara um pouco. Começara os seus estudos pela música, onde revelara qualidades artísticas que o seu mestre, Rey Colaço, pôs em relêvo publicamente. A sua curiosidade insatisfeita levou-o depois para a filologia e a arqueologia e o Prof. Leite de Vasconcelos distinguira-o entre os seus discipulos; adiante se registam as primícias do seu labor nesses campos.

Nos últimos anos o signatário quis aproveitar estas aptidões e fazê-las aplicar aos estudos luso-árabes. Pretendia este professor que tal saber musical e filológico, dirigido para o estudo das influências arábicas no campo português, daria realizações que esclareceriam os vários aspectos da acção secular das gentes muçulmanas em Portugal, tão incompletamente estudadas ainda. Roseira organizara um plano de trabalhos que levariam muitos anos a efectivar, mas era uma garantia de método e de objectivas a atingir. Dentro dêle se propôs a Junta de Educação Nacional amparar e facilitar tais empreendimentos e mandou-o para Madrid. É sabido que a capital espanhola possui hoje pelo seu Centro de Estudos Históricos e pela Escola de Estudos Árabes institutos de alta cultura neste campo. Roseira foi, pois, para lá cheio de fé e de entusiasmo: a sua correspondência dêsse tempo assim o mostra... E súbito uma morte estúpida fez apagar essa chama que ardia tão viva e tantas esperanças criara!

Os seus companheiros do Centro, curvados sobre o seu ataúde, recordam comovidamente estas esperanças e com funda saúde a sua boa memória!

Foi professor de liceu: era-o, à data da sua morte, no liceu de Évora. Fôra algum tempo funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Bibliografia. Notícia do seu labor literário:

A. No campo da filologia portuguesa:

1. *Considerações sobre um anglo-americanismo beirão*. N-A *Lingua Portuguesa*, vol. II, pp. 45-57. Teve separata. Estuda aí o vocábulo *alvacote*, «casaco de abafar», muito usado em certa região do distrito da Guarda, o qual é o inglês *overcoat*, «sobretudo». Também usado no crioulo de Cabo Verde na forma *ovarcote*. Mostra que a palavra tomou esta forma por virtude de etimologia popular, isto é, do adj. fem. *alva* e *cote*. Êste segundo elemento é obscuro, mas pode provir do adv. lat. *cotidie*, como pretendem alguns etimólogos, ou de *cotio* que está em muitas expressões, que exemplifica largamente, como: *trazer a roupa a (de) cotio*. Justifica eruditamente tôdas as suas afirmações com ampla bibliografia.

2. *Vida do cativo monge confesso*. No *Boletim de Filologia*, tomos I, pp. 40-52, 125-162; III, pp. 54-58. Teve separata de 50 páginas. 1935.

É a versão portuguesa arcaica de uma carta de S. Jerónimo, tirada do códice alcobacense n.º 181 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Versão incompleta, de 200 linhas na publicação. Estudo filológico feito com esmero, isto é, linguagem (ortografia, fonética, morfologia, sintaxe e estilo e glossário), texto (e modo de transcrição), anotações (concernentes à fidelidade da tradução) e conclusão acêrca da data do documento e do seu valor literário.

3. *A lição nunesiana da vida do cativo monge*. No *Boletim de Filologia*, t. III, pp. 320-323. 1935.

Emquanto o Dr. Roseira fazia imprimir a *Vida do monge confesso*, saiu o *Florilégio da literatura portuguesa arcaica*, do Dr. J. J. Nunes, e lá apareceu o mesmo texto. Nesta nota Roseira mostra que a edição do texto pelo Dr. Nunes foi por vezes infeliz.

4. *Resquícios filológicos*. No *Boletim de Filologia*, t. III, 1. *Lusismo malogrado*, 2. *Expressões sumárias*, 3. *Burrinho*, 4. *Chape-chuga*, respectivamente pp. 171, 327-9, 402 e 403.

O enunciado do assunto destas notas filológicas é bastante para ajuizar da matéria tratada.

5. *Documentos velhos brigantinos*. No *Boletim de Filologia*, t. III, pp. 153-165. 1935.

Durante alguns meses que passou em Bragança a reger no seu liceu, o Dr. Roseira colheu muitos materiais etnográficos e filológicos, e no Arquivo da cidade copiou alguns documentos históricos de grande valor. Deu aqui quatro dêsses documentos, dos anos de 1328, 1340, 1344 e 1346. Esta publicação está feita com escrúpulo paleográfico e pena é que não fôsse acabada. Os outros materiais não chegaram a ser aproveitados e ficaram entre os seus papéis.

6. *Quasi nada de dialectologia estremenha*. No *Boletim de Filologia*, t. III, pp. 395-9. 1935.

São algumas notas de linguagem colhidas pelo autor no concelho de Torres-Vedras, contribuição para o estudo dos falares da Estremadura.

7. *Fona*. N-A *Lingua Portuguesa*, vol. IV, pp. 267-270. 1936.

É a explicação etimológica do vocábulo no sentido de «pessoa avarenta, sovina». A sua origem é o nome *Mafoma*, sem dificuldade quanto à fonética e à semântica. É caso paralelo a *tuta (e meia)* por *matuta (e meia)*, com dissimilação, como em *phantomineiro* por *phantomimeiro*, e contaminação com o nome de diabo *Mammona*, sem dúvida.

B. No campo da etnografia:

1. *Cantiga para arrular*. Na *Revista Lusitana*, vol. 29.º, pp. 300-301. 1931.

2. *Costumes de Semide*. No *Boletim de Filologia*, t. III, pp. 243-280. Teve separata de 38 páginas. 1934.

Semide é no concelho de Miranda do Corvo. Este estudo contém materiais importantes para o conhecimento da linguagem e costumes populares da região. Consta de 4 capitulos: 1. Linguagem (fonologia, fonética histórica, morfologia, formação de palavras, sintaxe, estilo e métrica); 2. Textos (prosa, verso e músicas); 3. Apontamentos para o estudo da nomenclatura do milho; 4. Vocabulário. Está feito com o cuidado e o pormenor que o autor punha no que empreendia.

Henry R. Lang

Faleceu a 25 de Julho de 1934 em New Haven, nos Estados Unidos da América, o professor Henry Lang, ao qual a língua e a literatura portuguesa devem tão assinalados serviços. Contava 81 anos de idade. Nascido em 22 de Setembro de 1853 em Warten (St. Gallen), na Suíça, frequentou o gymnásio de Zürich e, dotado dum temperamento activo e impetuoso, emigrou para a América do Norte, onde fez face corajosamente às dificuldades da existência. Foi ajudante de farmácia, estudante de Direito e finalmente advogado em New Haven. Aí se familiarizou com o português e italiano, dada a importância da colónia destes dois países e se dedicou em seguida, sem mestres, ao estudo da ciência lingüística, entrando como «instructor» na Universidade de Harvard. Aos 38 anos transferiu-se para Estrasburgo, onde preparou, sob a direcção de Gustavo Gröber, a sua tese de doutor, aparecida, na sua forma completa e definitiva, em 1894: *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, que ficou sendo a sua grande obra. A excelente edição das obras poéticas do rei-trovador, feita com todos os preceitos da crítica, aparecia valorizada com cerca de cento e meio de páginas de prefácio, dedicado ao difícil problema das origens do nosso lirismo. Aí, Henry Lang, desenvolvendo ou corrigindo os estudos precedentes de Diez e Milá y Fontanals trata dum modo decisivo a questão, acentuando a peculiaridade do antigo lirismo galego-português e discriminando as influências estrangeiras. O livro teve grande e merecida ressonância e o seu autor foi convidado para reger a cadeira de filologia românica, criada nessa ocasião na Universidade de New Haven. Por aí se conservou e aí se dedicou aos seus estudos românicos, com constante preferência dos temas portugueses e espanhóis, e, dentro deles, focando sobretudo os problemas da versificação, que já em 1894 lhe tinham merecido particular interesse. Assim, andou empenhado em longa polémica com Menéndez Pidal acerca da métrica do Poema do Cid e deixa valiosíssimas contribuições nesse campo, como sejam: *The Descort in old Portuguese and Spanish poetry; The original meaning of the metrical terms: estrabot, strambote, estribote; Las formas estróficas y términos métricos del Cancionero de Baena; A repetição de palavras rimantes na fúndia dos trovadores galaico-portugueses, etc.*

A prática e o gosto dos problemas da versificação levaram-no a empreender edições e estudos sobre os cancioneiros peninsulares.

Estão neste caso a edição do *Cancioneiro gallego-castelhano* (1902), as notas sobre o *Cancioneiro da Ajuda*, na *ZRPh.*, vol. 32 (1908), a edição fac-simile do *Cancionero de Baena* (1926) e as *Communications from Spanish Cancioneros* (1929). Os trabalhos de Lang são pois dum altissimo valor para quem queira investigar as antigas linguas e literaturas portuguesa e espanhola. Pena é que muitos estejam dispersos em revistas e outras publicações de difficil e dispendioso acesso. Seria óptimo que, pelo menos no que respeita à filologia portuguesa, os seus trabalhos avulsos fôsem reunidos e traduzidos em volume.

Lisboa.

R. L.

D. Luísa Ey

18 de Fevereiro de 1854—17 de Maio de 1936

No dia 17 de maio faleceu num hospital dos arredores de Hamburgo a grande amiga de Portugal e incansável divulgadora da nossa lingua e literatura D. LUISA EY.

Nascida em 1854 na propriedade de Eylungen (na Turíngia), fundada por seu pai, frequentou em Clausthal uma escola secundária. De seu pai herdou notáveis aptidões artisticas, que mais se revelaram em Berlim, ao frequentar os cursos de piano da Academia de Música.

A par de qualidades artisticas, cedo sentiu em si a vocação pedagógica e o gosto da actividade científica.

Em 1883, depois de passar alguns meses em França, aceitou o oferecimento de vir ensinar a lingua franceza num colégio alemão do Porto. Após três anos de actividade docente neste colégio, entregou-se ao ensino de linguas vivas em casas particulares, ao mesmo tempo que ia aprofundando os seus conhecimentos da lingua portuguesa.

Em 1896 regressa à Alemanha, a matar saúdaes; volta ao nosso País em 1905 e aqui permanece até ao fim de 1906. A partir desta data, nota um biógrafo, Fräulein Ey passa a considerar como a sua «tarefa da vida» (Lebensaufgabe) fomentar e divulgar na Alemanha o estudo e o interesse pela lingua e literatura portuguesas.

Efectivamente, logo dois anos depois começa a ensinar portugês na Escola Complementar do Comércio de Hamburgo. E no ano seguinte, ao fundar-se nesta cidade o Instituto Colonial (donde saiu, em 1919, a actual Universidade), foi convidada a reger a cadeira de lingua portuguesa—lugar que desempenhou durante 14 anos e meio, com uma proficiência e entusiasmo raros.

Na carta de agradecimento às felicitações, que grande número de portugueses e portuguesas lhe enviaram, por ocasião do seu

80.º aniversário natalício, D. Luísa Ey pôde afirmar, com verdade, que perto de 50 anos da sua existência foram dedicados «ao estudo e à propaganda da língua e cultura de Portugal — país que me acostumei a considerar a minha segunda Pátria e que sempre procurava — e não debalde — ligar por laços intelectuais e de simpatia à minha Pátria de nascimento».

Além do ensino da língua e literatura portuguesas, que lhe era tão caro («den mir so lieb gewordenen Unterricht», escreve ela num artigo de recordações, em 1933), consagrou-se, com paixão e desinteresse admiráveis, à elaboração dum dicionário (no qual trabalhou durante seis longos anos), de gramáticas e de métodos para a aprendizagem do português, e à tradução e divulgação de obras de alguns dos nossos melhores escritores.

Ésses trabalhos, àparte pequenas incorrecções de pormenor, inevitáveis em obras desta natureza, impõem-se pelo rigor e riqueza de informações, e assim se explica que sirvam de base a trabalhos congêneres doutros autores.

Embora não tivesse preparação filológica especial, D. Luísa Ey possuía aptidões lingüísticas e pedagógicas pouco frequentes. Dominava de tal modo a língua portuguesa que, aos 80 anos, não obstante não haver voltado a Portugal desde 1906 e ter deixado o ensino desde 1924, conseguia ainda falar e escrever o português com admirável correcção e fluência.

As suas principais obras são as seguintes:

1) *Portugiesische Konversationsgrammatik*, 4.ª ed., 1926, 456 págs., e «Chave», 4.ª ed., 1926. — Traduzida para inglês com o título: «Portuguese Conversation-Grammar», 2.ª ed., 1922; e para francês: «Grammaire française», 2.ª ed., 1929.

2) *Kleine portugiesische Sprachlehre*, [Pequeno método de português], 9.ª ed., 1928, 219 págs. — Traduzido para holandês: «Kleine portugeesche Spraakkunst», 1923.

3) *Neuere portugiesische Schriftsteller* [Escritores portugueses modernos], cinco volumes publicados e prefaciados por LUISE EY, a saber: Trindade Coelho (1918), Guerra Junqueiro (1920), Júlio Dantas (1920), A. Correia de Oliveira (1922) e Eça de Queiroz (1926). Volumes de 122 a 144 págs.

4) *Langenscheidts Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache* [Vocabulário alemão-português e vice-versa]. Com indicação da pronúncia, segundo o método Toussaint-Langenscheidt. I parte: 9.ª ed., 1928, XLIV + 623 págs.; II parte: 8.ª ed., 1928, XIV + 456 págs.

5) *Brieflicher Sprach- und Sprech- Unterricht für das Selbststudium der portugiesischen Sprache* [Lições, em forma de cartas, para a aprendizagem da lingua portuguesa sem mestre]. — Método Toussaint-Langenscheidt, 755 págs.

6) *Metoula-Sprachführer. Portugiesisch* [Guia da lingua portuguesa. Ed. abrev. do Método Toussaint-Langenscheidt], 4.^a ed., 1931.

7) *300 portugiesische Sprachbriefe* [300 cartas para o estudo do português]. (W. Violet, Stuttgart).

8) *Prévot-Deutsche Grammatik für Portugiesisch* [Gramática alemã para o estudo do português]. — Remodelada por LUISE EY.

Além destas obras, publicou em jornais e revistas numerosos artigos sobre as belezas naturais, artísticas e literárias de Portugal. Valeria talvez a pena que alguém se desse ao trabalho de recolher e traduzir os de maior interesse, assim como dar à luz algumas das cartas que trocou com figuras proeminentes da nossa literatura. Dessa tarefa, ninguém se poderá desempenhar melhor que o «Centro de Cultura Portuguesa e Brasileira» da Universidade de Hamburgo, ao qual Fräulein Ey deixou generosamente em testamento a sua valiosa biblioteca portuguesa e outros documentos particulares.

Depois de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — e, sob certos aspectos, ao lado dela — não há seguramente senhora estrangeira, neste primeiro quartel de século, que tenha mais direito, pela sua actividade, dedicação e desinteresse em prol do nosso País, à estima e ao reconhecimento dos portugueses.

A D. Luísa Ey não interessava, como sucede a tantos estrangeiros, somente a lingua portuguesa e o pitoresco da nossa Terra e da nossa Gente; interessou-lhe sempre, acima de tudo, a *Alma portuguesa* (como ela própria escreveu aos 80 anos, na carta supracitada). «Estudar esta nas suas expressões, nos seus sentimentos, na sua naturalidade, tem sempre sido e ainda é o meu estudo predilecto». E concluía: «Eis o segredo do meu amor a Portugal»¹.

Lisboa.

M. DE PAIVA BOLÉO.

¹ Para mais informações de carácter pessoal pode ver-se: *Unser Eichsfeld. Illustrierte Monatschrift für eichsfeld. Heimatskunde* [Revista ilustrada para o conhecimento do nosso país natal de Eichsfeld], ano xxiii (1928), n.º 11, pp. 246-8; MANUEL DE PAIVA BOLÉO, *A lingua portuguesa em Hamburgo, Coimbra*, 1934, pp. 8 e 117-127. (Aí vem publicada a carta citada no texto).

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo IV

1936

Fascículos 3-4

Subsídios para o estudo das onomatopeias em português

SUMÁRIO:—I. Objectivo.—II. Bibliografia.—III. Considerações sobre a natureza das onomatopeias em geral.—IV. Caracteres gerais dos sons da natureza, e modo de os interpretar foneticamente.—V. Ortografia das onomatopeias.—VI. Fontes das onomatopeias.—VII. Comentários fonéticos sobre algumas onomatopeias.—VIII. Índice das onomatopeias.

I. Objectivo

1. Não é intuito meu fazer um estudo exhaustivo das onomatopeias em português: o que pretendo está claramente enunciado no título d'este trabalho, isto é, dar a minha contribuição para o melhor estudo da matéria.

Se quisesse cumprir desenvolvidamente o programa indicado no Sumário, longe iria parar. Essa pretensão não a tenho; deixo-a aos outros, aos que tiverem maiores cabedais e melhores condições para a realização da empresa; aqui limito-me a registar o que me foi possível recolher, bem ou mal, e oferecê-lo à meditação dos estudiosos, para que façam aquilo que é necessário que se faça, e eu não pude fazer.

2. O estudo sistemático das onomatopeias ainda se não fez em português. O que há são simples contribuições, mais ou menos rudimentares, mais ou menos exemplificadas, mais ou menos acompanhadas de comentários de naturezas várias.

A bibliografia, que adiante apresento (§ 3), mostra bem quão pouco cuidado tem sido este assunto. Contudo, urge fazer um estudo profundo e metódico da matéria, não só porque é um aspecto ainda

mal conhecido da filologia, como porque o seu estudo traz ensinamentos preciosos ao conhecimento de outros problemas, particularmente de problemas de carácter fonético (cf. §§ 111-131).

II. Bibliografia

3. A bibliografia, que me foi dado alcançar sobre as onomatopeias em português, é muito pobre. Será porque não existe mais? Não sei. Eis o que pude alcançar:

a) Leite de Vasconcelos, *Evolução da linguagem*, 1882. Cf. *Opúsculos*, I, pp. 80-81, do mesmo autor.

b) Leite de Vasconcelos, «Vozes de animais e relações fónicas do homem com elas», in *Portucale*, VII, pp. 3-11.

c) Cláudio Basto, «Vozes dos animais», in *Lusa*, I, pp. 185-186, donde copiei a poesia de Meliton González (cf. § 5).

d) João da Silva Correia, «A interpretação verbal de sons e ruídos naturais», in *Biblos*, II, pp. 574-594.

e) Serafim Silva, «Nótula filológica. Onomatopeias», in *Diário Português do Rio de Janeiro*, de 10, 17 e 24 de Novembro de 1935.

f) Anónimo, «Onomatopéa», in *O Panorama*, II, 1.^a série, 1838, p. 183. (Artigo curto e de pouco valor).

g) Jorge Galvão de Oliveira, *A interjeição e as onomatopeias: sua influência na linguagem*. Recife (Brasil), 1933.

4. Vozes de animais:

Palram pêga e papagaio
E *cacareja* a galinha,
Os ternos pombos *arrulham*,
Geme a rôla inocentinha.

Muge a vaca, *berra* o touro
Grasna a rã, *ruge* o leão,
O gato *mia*, *uica* o lobo
Também *uica* e *ladra* o cão.

Relincha o nobre cavalo,
Os elefantes dão *urros*,
A tímida ovelha *bala*,
Zurrar é próprio dos burros.

Regouga a sagaz raposa,
Brutinho muito matreiro;
Nos ramos *cantam* as aves,
Mas *pia* o mocho agoureiro.

Sabem as aves ligeiras
O canto seu variar:
Fazem *gorjeios* às vezes,
Às vezes põem-se a *chilrar*.

O pardal, daninho aos campos,
Não aprendeu a cantar;
Como os ratos e as doninhas,
Apenas sabe *chiar*.

O negro corvo *crocita*,
Zune o mosquito enfadonho,
A serpente no deserto
Solta *assobio* medonho.

Chia a lebre, *grasna* o pato,
Ouvem-se os porcos *grunhir*,
Libando o suco das flores,
Costuma a abelha *zumbir*.

Bramam os tigres, as onças,
Pia, pia o pintainho,
Cucurica e canta o galo,
Late e *gane* o cachorrinho.

A vitelinha dá *berros*,
O cordeirinho *balidos*,
O macaquinho dá *guinchos*,
A eriancinha *engidos*.

A *fala* foi dada ao homem,
Rei dos outros animais:
Nos versos lidos acima
Se encontram em pobre rima
As vozes dos principais.

PEDRO DINIS.

5. Vozes de fauna:

... el hombre *chirla* y *efunde*,
llantea, se *desgañata*,
zollipa, *ulula*, *bisbisa*,
chichisteo, *jipa*, *guaya*,
gargariza, *patalea*,
musita, *rezonga* y *habla*.
El asno *rebuena* y *rozna*.
El loro *vocea*, *canta*,
chilla, *silba*, *cicifera*,
chirla, *parlotea* y *habla*.

El toro *resopla*, *muge*,
bufa, *bravia* y *rebrama*.
Los pajarillos *gorjean*,
chirrian, *pipian*, *cantan*...
La pantera y la onza *himplan*.
La oveja *balita* y *bala*.
La cigueña *crotorea*.
Grilla el grillo. El pato *parpa*,
Maula el gato, *mía*, *bufa*,
miaga y *sopla*. El ganso *grazna*.
La gallina *cacarea*,
cloquea, *gaznea* y *gazna*.
El cuervo y grajo *crascitan*,
graznean, *grajea*n, *croajan*.
La perdiz *castañetea*
y *cuchichia*. La rana
croa. El javali *rebudia*.
El perro *regruñe*, *ladra*,
late, *aulla*, *hipa*, *gañe*,
ulula, *gruñe* y *regaña*.
El buho *ronca* y *ayea*.
Cantan chicharra y cigarra
El cochillo *guañe* y *gruñe*.
Los leones *rugen*, *brunan*.
Los gamos *pitán* y *roncan*.
El gallo *gallea* y *canta*.
Berrea y *muge* el becerro.
Voznea el cisne en el agua.
El lobo *ulula* y *aulla*
si vacía está su panza.
El mono *castañetea*,
chilla cuando se le casca
é *hipa* si llega á ver
cosa alguna que le escama.
El cerdo, constantemente,
gruñe y *regruñe* por nada.
Relincha el caballo, *bufa*
y *resopla* si se espanta.
La grulla *gruye*; las tórtolas
y palomas, *apareadas*,
arrullan...

MELITON GONZÁLEZ.

III. Considerações sobre a natureza das onomatopeias em geral

6. Que são onomatopeias? Em vez de responder a esta pergunta com uma definição minha, vou ceder a palavra a um dos mais lúcidos filólogos dos últimos tempos, Kr. Nyrop, *Grammaire Historique de la Langue Française*, III, § 13:

«Les onomatopées sont des mots *imitatifs*, c'est-à-dire des mots qui prétendent imiter par les phonèmes dont ils se composent certains bruits tels que le cri ou le chant des animaux, le son des instruments de musique, le vacarme des machines, le bruit qui accompagne les phénomènes de la nature, etc. L'onomatopée est toujours une *approximation*, jamais une reproduction exacte, et il n'en peut pas être autrement. Les phonèmes de la voix humaine diffèrent dans leur timbre et autres qualités des bruits de la nature qu'ils veulent imiter». (Cf. Grammont, *Traité de Phonétique*, pp. 377-378).

7. As onomatopeias podem ser classificadas de várias maneiras. Aqui vou limitar-me a apontar apenas duas, que mais particularmente podem interessar o meu objectivo.

8. Geneticamente as onomatopeias podem ser classificadas de uma maneira geral em dois grupos: *onomatopeias puramente fonéticas*, e *onomatopeias fonético-ideológicas*.

Que quer isto dizer?

Chamo *onomatopeias puramente fonéticas* àquelas cuja formação se baseia apenas na imitação, tanto quanto possível exacta foneticamente, dos sons que representam; chamo *onomatopeias fonético-ideológicas* àquelas que procuram, sim, imitar os sons que representam, não por fonemas que mais ou menos perfeitamente se lhes assemelham, mas por vocábulos ou expressões frásicas de pronúncia mais ou menos semelhantes.

São exemplos de *onomatopeias puramente fonéticas*: *trrrrrrim* (cf. §§ 103 e 131), e *tac tac* (cf. §§ 99 e 127-130); são exemplos de *onomatopeias fonético-ideológicas*: *pouca terra, pouca terra* (cf. § 69), e *estou fraca, estou fraca* (cf. § 55).

9. Morfológicamente as onomatopeias podem ser classificadas de uma maneira geral em dois grupos: *onomatopeias não vocabulizadas*, e *onomatopeias vocabulizadas*.

Chamo *onomatopeias não vocabulizadas* àquelas que imitam o mais aproximadamente possível os sons que representam, mas não constituem vocábulos da língua, ou porque lhes falta estrutura vocabular, ou porque não entraram ainda no vocabulário.

São exemplos de *onomatopeias não vocabulizadas*: *pffff* (cf. §§ 58, 3.º, e 123), e *uau uau* (cf. § 36), a primeira por lhe faltar estrutura vocabular, o que depois lhe foi dada sob a forma *bufa*, e a segunda por não constituir propriamente um vocábulo da língua, embora tenha estrutura vocabular.

Muitas vezes as imitações que fazemos dos sons naturais não passam de uma ou mais consoantes apostas, facilmente pronunciadas como imitação, mas dificilmente representadas ortograficamente.

Tôda a gente conhece mais ou menos e consegue imitar a voz do galo quando corteja a galinha, arrastando a asa. Pois bem: como representar essa voz ortograficamente? (Cf. § 56, 3.º).

A onomatopeia *pffff*, adiante estudada (cf. §§ 58, 3.º, e 123), traduz com certa aproximação o som da ventosidade intestinal, quer fonética, quer ortograficamente. Contudo, quer fonética, quer ortograficamente falta-lhe o que quer que seja para que ela tenha a estrutura dos vocábulos portugueses: faltam-lhe vogais de apoio para as consoantes; são *onomatopeias não vocabulizadas*.

O termo era necessário? Era. Por isso impunha-se a *vocabulização* da onomatopeia *pffff* o que o povo fez, dando a esta a forma *bufa*.

Ao optar por esta forma teria o povo cometido uma arbitrariedade? Não, como adiante mostrarei no § 123.

Neste trabalho de vocabulização das onomatopeias não há rigor, mas aproximação, como diz Nyrop nas palavras acima transcritas no § 6. Contudo, em regra não há arbitrariedade: há interpretações foneticamente erradas, mas fundadas em razões.

IV. Caracteres gerais dos sons da natureza, e modo de os interpretar foneticamente

10. Os caracteres dos sons da natureza são vários. Aqui os que interessa apontar são: o *timbre*, o *tom*, a *entonação*, a *quantidade*, a *sonoridade*, a *ressonância*, a *brusquidão*, a *intensidade*, a *continuidade*, a *repetição*, a *rapidez da repetição* e a *suspensão*.

11. O *timbre*, o *tom* e a *entonação* dos sons da natureza são interpretados pelas várias modalidades que podem tomar o timbre, o tom e a entonação da fonação humana; a *quantidade*, pela maior

ou menor duração da emissão das vogais, e pelo emprêgo, em certos casos, das consoantes fricativas; a *sonoridade*, pela vibração ou não vibração das cordas vocais, isto é, pelo emprêgo dos sons vozeados (sonoros) e dos sibilados (surdos); a *ressonância*, pela nasalidade; a *brusquidão*, pelas consoantes oclusivas; a *intensidade*, pela maior ou menor força com que se expulsa o ar e pelo emprêgo adequado das consoantes oclusivas; a *continuidade*, pelo emprêgo das vogais longas, das consoantes fricativas e das vibrantes; a *repetição*, pela repetição dos fonemas ou das sílabas; a *rapidez da repetição*, pelas consoantes vibrantes; a *suspensão*, pela suspensão (reticências).

12. Este modo de interpretação por meio da fonação humana dos sons da natureza não é perfeito, porque, como diz Grammont, *Traité*, pp. 377-378: «L'onomatopée n'est jamais une reproduction exacte, mais une approximation. Les sons du langage ont certaines qualités, les bruits de la nature en ont d'autres, et les uns ne peuvent recouvrir strictement les autres».

Contudo, ele tem certa capacidade de aproximação, como vou procurar mostrar:

a) *Timbre*.—Os sons bucais têm o seu timbre característico, que os torna em regra inconfundíveis com qualquer outro som da natureza. Todavia, a faculdade, que temos de imprimir a esses sons grande número de modalidades, permite-nos amoldar-lhes os timbres mais ou menos aproximadamente aos timbres dos sons que pretendemos imitar.

b) *Tom*.—Os tons, que podem tomar os sons bucais, são de diferenças mínimas entre dois limites extremos de certa agudeza e de certa gravidade, conforme os indivíduos.

Este poder de variabilidade permite-nos reproduzir os tons dos sons da natureza com precisão rigorosa, ou pelo menos com proporcionalidade rigorosa.

c) *Entonação*.—O que ficou dito para o *tom* é aqui aplicável.

d) *Quantidade*.—A quantidade ou duração de um som natural pode ser maior ou menor, isto é, pode ter vários graus. Nos sons da linguagem corrente costumam-se considerar praticamente dois graus: *breve* e *longo*.

Há sons bucais vocálicos breves e longos, e há sons bucais consonânticos breves e longos. Ortograficamente as vogais breves costumam ser representadas pelo sinal $\acute{}$ sobreposto, e as longas pelo sinal $\bar{}$ também sobreposto; as consoantes breves pelas oclusivas, e as longas pelas fricativas, pelas vibrantes e pelas laterais.

Nos sons das onomatopeias os graus são em muito maior número. Aqui adopto o seguinte simbolismo para distinguir êsses graus:

ă vogal brevíssima;
 a » breve;
 ā » longa;
 aaaa » longuíssima¹;
 ffff consoante longuíssima¹.

e) *Sonoridade*.—A sonoridade dos sons bucais costuma dividir-se em dois graus: o da chamada *sonoridade* propriamente dita, e o da *surdez*.

Há *sonoridade* quando vibram as cordas vocais; há *surdez* quando essas cordas não vibram.

Comparando os sons da natureza com os bucais, êles também podem dividir-se em *sonoros* e *surdos*: os primeiros são interpretados onomatopaicamente pelos fonemas sonoros, e os segundos pelos surdos.

f) *Ressonância*.—A ressonância de um som natural traduz-se em regra por uma forte nasalidade, produzida pela expiração do ar exclusivamente pelo nariz, isto é, pelas consoantes nasais.

O tiro do canhão, por exemplo, é um som de grande ressonância. A onomatopeia respectiva, qualquer que ela seja das indicadas no § 20, *a*), deve constar fundamentalmente de uma oclusiva, de uma vogal breve ou ditongo, e de uma consoante nasal longuíssima (*m* ou *n* velar).

Assim, aquilo que ortograficamente costumamos representar por *pum*, foneticamente deve ser simbolizado por *pummm* (cf. § 17, *f*).

Estão nestes casos as onomatopeias do *bandolim* (cf. § 22), da *guitarra* (cf. § 63), da *viola* (cf. § 110), dos *pratos de banda de música* (cf. § 93), do *tambor* (cf. § 104), do *sino* (cf. §§ 103 e 131), dos *insectos* (cf. §§ 65 e 124).

g) *Brusquidão*.—Brusquidão é a qualidade que consiste na maneira repentina como começa ou acaba um som.

A brusquidão com que começa ou acaba um som qualquer da natureza é interpretada onomatopaicamente pelas consoantes oclusivas e às vezes por uma suspensão.

¹ Com estes *aaaa* e *ffff* generalizo o simbolismo que adopto neste trabalho para indicar as vogais e as consoantes longuíssimas. A repetição da letra applica-se a qualquer vogal e a qualquer consoante contínua; o número de vezes da repetição depende da maior ou menor longuidão.

É por isso que as onomatopéias dos tiros começam sistematicamente por oclusivas (cf. § 20), ao passo que as dos insectos, por exemplo, começam por fricativas (cf. § 65).

h) *Continuidade*. — A continuidade dos sons da natureza é interpretada em regra pelas fricativas. São disto exemplos as onomatopéias dos *gases* (cf. §§ 58 e 123), dos *líquidos* (cf. § 67), dos *insectos* (cf. §§ 65 e 124-128).

i) *Intensidade* é a qualidade que consiste na maior ou menor força com que se produz um som.

A intensidade com que se produz um som qualquer da natureza é interpretada onomatopaicamente ou simplesmente pela maior ou menor força com que se expulsa o ar, ou pelo emprêgo adequado das consoantes oclusivas: se a onomatopeia é iniciada ou terminada por vogal ou por fricativa, a intensidade é expressa apenas pela maior ou menor força com que se expelle o ar; se é iniciada ou terminada por consoante oclusiva, a par da maior ou menor força com que se expulsa o ar, há as seguintes particularidades que obedecer: as oclusivas surdas traduzem maior intensidade que as sonoras; as bi-labiais, maior que as linguo-dentais; e estas maior que as velares (cf. § 115). Porquê?

A razão de ser de traduzirem as surdas maior intensidade que as sonoras dei-a já no meu artigo «Subsídios para o estudo da assimilação em português», no *Boletim de Filologia*, II, p. 250, por estas palavras:

«As consoantes surdas são também chamadas *fortes*, e as sonoras *brandas*¹. Porquê?

«Comparemos primeiramente as oclusivas sonoras com as oclusivas surdas.

«Antes da explosão de uma oclusiva surda, quem nos ouve e não está acompanhando com a vista os movimentos dos órgãos da fala, não sabe nem deduz que fonema vamos produzir.

«Antes da explosão de uma oclusiva sonora, porém, quem nos ouve e não está acompanhando com a vista os movimentos dos órgãos da fala, pode calcular com maior ou menor segurança que fonemas vamos produzir, pelo timbre da voz que precede a explosão².

¹ «Sem dar disso razão, Navarro Tomás diz: «Impropriamente suele llamarse, a las sordas, fuertes, duras o asperas, y a las sonoras, débiles, dulces o suaves». (*Manual*, § 15)».

² «É fácil de compreender a diferença dos timbres de voz que precede a explosão das oclusivas *b*, *d*, *g*: antes da explosão do *b*, o ar expellido dos pul-

»Por isso, para que uma oclusiva surda seja convenientemente interpretada pelo ouvido de quem nos ouve falar, e não acompanha com a vista os movimentos dos órgãos da fala, o que a maior parte das vezes sucede, é necessário que a articulemos com precisão rigorosa, visto que é a articulação o único elemento que nos permite identificá-la¹.

»Pelo contrário, para que uma oclusiva sonora seja convenientemente interpretada pelo ouvido de quem nos ouve falar, e não acompanha com a vista os movimentos dos órgãos da fala, é desnecessário que a articulemos com precisão rigorosa, visto que, além da articulação, outro elemento tem que nos permite identificá-la, que é o timbre da voz que precede a explosão².

Quanto a serem as oclusivas velares de explosão menos intensa que as oclusivas linguo-dentais, e estas menos que as bi-labiais, compreende-se: a explosão das oclusivas é produzida pela porção de ar represada pela oclusão; essa porção de ar varia conforme a capacidade do local em que ele se encontra represado; essa capacidade varia conforme o ponto da oclusão, isto é, conforme a natureza articular da oclusiva: o local de represa das oclusivas velares é a cavidade faríngea, limitada superiormente pelo véu palatino, que se eleva e adapta às paredes posteriores da faringe, para interceptar a saída do ar pelo nariz, e anteriormente pelo posdorso da língua, que se eleva e adapta à região velar, para interceptar a saída do ar pela boca antes da explosão: o local de represa das oclusivas linguo-dentais é a mesma cavidade faríngea, acrescida da, por assim dizer, palatal, limitada pela periferia da língua, que se adapta à região alveolar de todos os dentes superiores, para impedir a saída

mões armazena-se em toda a cavidade da faringe e da boca, visto que a oclusão se faz nos lábios, podendo essa cavidade tornar-se mais ou menos espacosa pela distensão das bochechas: antes da explosão do *d*, o ar expellido dos pulmões armazena-se em toda a cavidade da faringe e em parte da da boca, isto é, na que é limitada pela abóbada palatina e pela língua, visto que a oclusão se faz na região alveolar; antes da explosão do *g*, o ar expellido dos pulmões só pode armazenar-se na cavidade da faringe, visto que a oclusão se faz na região velar. Que é que resulta daqui? Que as cavidades diferem de capacidade e de condições de ressonância: as condições de ressonância determinam o timbre daqueles fonemas, e a capacidade determina-lhes a quantidade ou duração.

¹ »Determina esta precisão a oclusão bem feita, e a intensidade da expiração».

² Grammont, *Précis*, p. 393, diz: «Quand l'occlusive est sonore l'attaque est plus douce, et, bien que nous ne percevions de sonorité qu'au moment de l'explosion, nous sentons qu'elles ont commencé avant et que le mot ne figure à notre oreille que quelques moments du bruit; de là naît facilement l'impression que ce bruit est continu».

do ar pela bôca antes da explosão; o local de represa do ar das oclusivas bi-labiais são as mesmas cavidades laríngea e palatal, acrescidas de certa porção da cavidade bucal, limitada aos lados pelas bochechas, e à frente pelos lábios, que se unem para impedir a saída do ar antes da explosão. Ora, como a intensidade da explosão pode ser tanto mais sensível quanto maior fôr a câmara de ar, isto é, quanto maior fôr a quantidade de ar represado, resulta do que fica exposto que a intensidade da explosão aumenta no sentido posterior-anterior, isto é, *velar, linguo-dental, bi-labial*.

É isto que deve explicar o começarem por bi-labial as onomatopeias dos sons de explosão intensa, como é o tiro do canhão, e nunca começarem por velar, e o terminarem por velar as onomatopeias de sons secos, como é o tiro da metralhadora, *tac tac tac tac* (cf. §§ 20, d, 120, 130, 2.^o).

j) *Repetição*.—A repetição de um som da natureza é interpretada pela repetição da onomatopeia respectiva. Assim temos *pó pó* do automóvel (cf. § 21), e *tic tic tic* do relógio de algibeira (cf. §§ 99 e 129-130).

k) *Rapidez da repetição*.—Certos sons da natureza repetem-se com pouca rapidez, o que permite que a sua interpretação consista apenas na repetição da onomatopeia respectiva, como sucede com o bater do relógio de algibeira, que é *tic tic tic* (cf. §§ 99 e 129-130).

Outros sons, porém, repetem-se com tanta rapidez, que os nossos órgãos articulatórios não têm agilidade bastante para os reproduzir convenientemente. Está neste caso o tiro da metralhadora, traduzido por *te te te te te te*.

Quando queremos proferir com grande velocidade esta onomatopeia, a língua atrapalha-se, e, sem querer, passamos a articular um *r* muito prolongado, isto é, *rrrrrrr* (cf. § 120).

A repetição rápida, pois, é interpretada normalmente por um *r* prolongado.

l) *Suspensão*.—A suspensão repentina de um som corresponde às reticências.

V. Ortografia das onomatopeias

13. A ortografia das onomatopeias não está ainda fixada, nem me consta que alguém tenha procurado estudá-la e fixá-la.

Em geral emprega-se o traço de união entre os elementos componentes das onomatopeias, particularmente se estas são constituídas pela repetição de um monossílabo.

Assim, o canto do galo, por exemplo, costuma ser representado por *có-có-ró-có*. Porquê?

Não sei se alguém procurou alguma vez justificar esta prática. A meu ver, ela só é justificável em certos casos de onomatopeias vocabulizadas, que abaixo indicarei, como *grim-grim* (cf. § 61), e *bique-bique* (cf. § 24).

14. A representação gráfica das onomatopeias deve ser considerada sob dois aspectos: o das onomatopeias vocabulizadas (cf. § 9), e o das onomatopeias não vocabulizadas.

As onomatopeias vocabulizadas são vocábulos como outros quaisquer, e como tais a ortografia delas deve amoldar-se às regras gerais da ortografia da língua.

As onomatopeias não vocabulizadas são imitações de sons da natureza, que, embora não interpretem com rigor êsses sons, pretendem ser dêles a interpretação fiel.

Como a parte verdadeiramente interessante das onomatopeias não vocabulizadas é a sua fonética, a sua representação gráfica não pode deixar de ser feita de modo que, dentro do possível, tôdas as suas qualidades fonéticas fiquem anotadas. A sua ortografia, pois, tem de ser expressiva.

A forma *có-có-ró-có*, assim grafada, não se justifica como onomatopeia vocabulizada; como onomatopeia não vocabulizada, ela é inexpressiva.

Como onomatopeia vocabulizada é um vocábulo, e como tal a ortografia que lhe compete, de harmonia com as regras gerais da ortografia da nossa língua, é *còcòròcò*; como onomatopeia não vocabulizada não é um vocábulo, mas uma imitação do canto do galo, com a pretensão manifesta de ser exacta, e, como tal, a ortografia que lhe compete não pode ser uma fundada nas regras da ortografia vigente, mas uma aproximada, que satisfaça a condição de traduzir tão rigorosamente quanto possível todos os elementos fonéticos que caracterizam essa onomatopeia.

A forma acima citada, assim grafada, pouco diz, e induz em erro, pois que ela tanto pode representar o canto do galo, como o da galinha quando acaba de pôr. Ora, como êsses cantos não podem confundir-se, porque têm caracteres fonéticos que os tornam nitidamente inconfundíveis, impõe-se que a sua ortografia seja outra.

O canto do galo pode ser representado por *có... còró... cóóóó*, e o da galinha quando acaba de pôr, por *có... còròcò* (cf. § 56).

15. Uma onomatopeia como a citada, ou a consideramos como uma unidade vocabular, ou como uma série de elementos independentes apostos.

No primeiro caso entendo que se deve escrever *côcôrdôcô*, e no segundo com os elementos separados por meio de sinais representativos das pausas que os medeiam, como são os da pontuação.

O traço de união, a meu ver, só se deve empregar nas onomatopeias vocabulizadas, quando estas constituam, por assim dizer, palavras compostas, como é, por exemplo, *tie-tac* (cf. § 99).

16. O estabelecimento de princípios ortográficos, para a representação das onomatopeias não vocabulizadas, tem de ser fundado numa convenção nova, embora se aproveitem para essa convenção os sinais já conhecidos.

Esse novo sistema poderia ser um alfabeto fonético já adoptado, como o do *Boletim de Filologia*, IV, p. 14, ou um meio termo entre esse alfabeto e o vigente. A meu ver, este último critério é que se deve adoptar, por ser mais compreensível pelo vulgo, e para que não haja grandes diferenças entre a grafia das formas ainda não vocabulizadas e a das já vocabulizadas: as onomatopeias não vocabulizadas são candidatas natas a vocábulos, e por isso há toda a conveniência em se lhes dar aparência gráfica que lhes facilite a aspiração.

Assim, o exemplo citado do bater da pêndula do relógio de parede, seria grafado na forma vocabulizada *tie-tac*, e na não vocabulizada *tie, tac; tie, tac; tie, tac* (cf. § 99), e o canto da codorniz seria grafado *paspalhós* (cf. § 44). Se empregasse a notação fonética do *Boletim de Filologia*, teria de representar essas duas onomatopeias não vocabulizadas por *tik, ták; tik, ták; tik, ták* e *părpălôj*.

17. No presente trabalho adopto os seguintes princípios gerais na ortografia das onomatopeias não vocabulizadas:

1.º As onomatopeias colhidas na literatura terão a ortografia que têm na obra donde as tirei.

2.º As colhidas directamente por mim serão representadas numa ortografia fundada na oficial, e, sempre que as circunstâncias o aconselhem, no alfabeto fonético do *Boletim de Filologia*.

Pôsto isto, particularizemos:

a) *Timbre*.—O timbre dos sons constitutivos das onomatopeias será representado pelas letras do alfabeto normal, como se faz no sistema ortográfico vigente.

Dêste modo os sons *x* e *j* de final de sílaba serão representados por *x*, embora fôsse mais razoável representá-los por *x* e por *j*, como se faz no alfabeto fonético do *Boletim de Filologia*.

Em consequência do que fica exposto, escreverei *paspalhós* (cf. § 44), em vez de *páxpālój*.

Ainda dêste modo os sons *lh* e *nh* serão assim representados, e não por qualquer sinal simples, como sucede no alfabeto fonético do *Boletim de Filologia*, onde são representados respectivamente por *l* e por *n*. Por isso escrevo *paspalhós* e *nhau* (cf. § 59).

De igual modo a oclusiva velar surda será representada por *c*, se a vogal seguinte fôr *a*, *o* ou *u*, e por *q* se essa vogal fôr *e* ou *i*.

Escrevo, portanto, *câcârâcâ*, *côcôrôcô*, *cucurucu* e *quiquiriqui* (cf. §§ 56 e 122). Segundo o sistema do *Boletim de Filologia*, essas formas seriam grafadas *kâkârâkâ*, *kôkôrôkô*, *kûkûrûkû*, *kîkîrîkî*.

O *u* átono, particularmente o final, será representado por *o*: *cochirho* (cf. § 64, 4.^o).

Etc., etc.

Contudo, há casos em que emprego o alfabeto fonético para mostrar certas particularidades notáveis da pronúncia das onomatopeias, como sucede com o tiro do canhão, vulgarmente representado por *pum*, o qual grafo *pũũũũũ* (cf. infra *f*, e §§ 20, *a*, e 112-121).

b) *Tom e entonação*.—O tom e a entonação serão representados por linhas rectas sobrepostas às sílabas das onomatopeias, dêste modo: a linha horizontal indica uniformidade de tom ou de entonação; e a oblíqua ascendente da esquerda para a direita indica elevação de tom; e a descendente, abaixamento.

Assim, *câ... côrâ... côôôô* indica ser de tom uniforme a parte que está abaixo da linha horizontal, e ser de tom progressivamente mais baixo a que está debaixo da linha oblíqua; por outro lado, *câ... côrôcô* indica ser de tom uniforme a parte que está debaixo da linha horizontal, e ser de tom progressivamente mais alto a que está debaixo da oblíqua.

c) *Acento e abertura*.—O acento e a abertura das vogais das onomatopeias são representados de harmonia com a ortografia oficial portuguesa: a vogal tónica e aberta recebe o acento agudo; a átona e aberta, o acento grave; a tónica e fechada, o acento circunflexo.

d) *Quantidade*.—A anotação gráfica da quantidade deixei-a indicada no § 12, *d*).

e) *Sonoridade*.—É expressa pelas letras do alfabeto normal, tal como se faz na ortografia vigente.

1) *Ressonância*. — No § 12, *f*, ficou indicado que a ressonância dos sons da natureza é traduzida onomatopoeicamente pela nasalidade, particularmente pela oclusiva velar nasal *ŋ*, e pela bi-labial *m*.

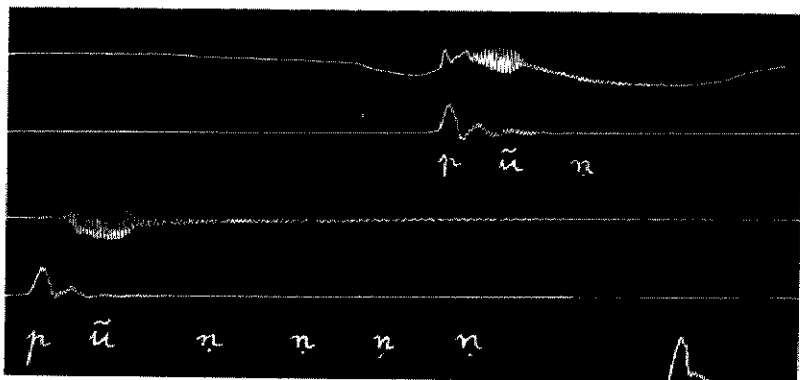
Aqui, porém, representarei essa ressonância com os sinais usados na ortografia vigente para representar a nasalidade, salvo em certos casos em que convenha chamar a atenção do leitor para certas particularidades fonéticas.

Assim, o tiro do canhão representado vulgarmente por *pum*, escrevo-o *pũmm*, e o representado vulgarmente por *pumba* escrevo-o *pũmmmba*, para mostrar bem claramente a natureza da ressonância deles (cf. §§ 20, *a*, 115 e 116).

Com efeito, podemos distinguir facilmente os seguintes elementos fonéticos nessas onomatopeias: a oclusiva surda bi-labial *p*, um *ũ* nasal breve, e a oclusiva velar nasal *ŋ* ou a bi-labial *m* muito longas, e na segunda a sílaba final *ba* (cf. § 116).

A demonstração dêsse mecanismo é simples: pronuncie-se *pum* com a nasalidade prolongada, tapando o nariz; se nos não servirmos de artifícios, que nos levem a pronunciar anormalmente essa onomatopeia, notaremos que, quando entramos na fase da ressonância, o ar expirado não sai pela boca, em consequência da oclusão feita pelo posdorso da língua em concurso com o véu palatino.

A seguinte inserção quimográfica corrobora este conceito:



Esta gravura contém duas inserções quimográficas da onomatopeia *pum*, do tiro do canhão: a 1.ª e a 2.ª linhas constituem uma, e a 3.ª e a 4.ª, outra.

A 1.ª e a 3.ª linhas a contar de cima para baixo representam a expiração nasal; a 2.ª e a 4.ª, a expiração bucal.

Ambas as inserções foram feitas com uma oliva nasal colocada em uma das narinas (a esquerda) na superior tapei com o dedo a narina direita, o que, fazendo que no tambor respectivo se acumulasse todo o ar expirado pelo nariz.

originou a curvatura que se vê na inscrição, e, obrigando-me a perder em breve a respiração e, portanto, a pronunciar menos longamente o *η* velar, determinou que a linha vibrada correspondente a essa consoante seja mais curta do que a da inscrição inferior; na inferior deixei livre a narina direita, o que permitiu prolongar mais a pronúncia do *η* velar.

Quer numa, quer na outra vê-se que a vogal é fortemente nasalada, mas de pouca duração relativamente à consoante nasal que a segue.

VI. Fontes das onomatopeias

18. Neste capítulo vou indicar algumas das fontes das onomatopeias que me foi dado recolher. Uma simples inspecção mostrará ao leitor que muitas fontes não cito, e que, portanto, muito falta a este trabalho para ser completo.

Feita esta observação, passemos às fontes que pude explorar.

19. ANDORINHA. — Não pude alcançar uma forma substantiva que designe a voz das andorinhas. Das verbais encontrei *trinfar*, que é considerada onomatopaica, e *trissar*, que corresponde ao espanhol *trisar*, e provém do latim *trissare*, de igual significado. Em grego havia τριζω, que se referia à voz das aves em geral (cf. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français*, s. v.).

Sobre a forma portuguesa, cf. Júlio Moreira, *Estudos da Língua Portuguesa*, I, p. 177.

20. ARMAS DE FOGO. (Cf. §§ 112-121). — Por comodidade englobo neste parágrafo os vários tipos de armas de fogo: sendo as detonações dessas armas fundamentalmente da mesma natureza, nada justificaria que se tratassem separadamente, cada um na sua devida altura da ordem alfabética, o *canhão*, a *espingarda*, a *pistola*, etc. Contudo, dentro deste parágrafo, cada tipo de armas constituirá uma secção, como segue:

a) CANHÃO: *bāunnnn*; *pāunnnn*; *dāunnnn*; *tāunnnn*; *trāunnnn*; *bōnnnn*; *pōnnnn*; *bōmmmba*; *pōmmmba*; *būnnnn*; *pūnnnn*; *dūnnnn*; *tūnnnn*; *būmmmba*; *pūmmmba*; *tūmmmba*; *trūmmmba*.

Estas formas representam de uma maneira geral o som do tiro do canhão, segundo a interpretação onomatopaica portuguesa. Particularmente, contudo, elas não se empregam indiferentemente, como mostrarei no § 115.

A par destas formas há ainda as seguintes verbais: *troar*, *retumbar*, *rebombar* ou *ribombar*.

As primeiras formas são puras onomatopeias provavelmente todas de criação portuguesa, mas de algumas delas encontrei correspondentes em línguas estrangeiras.

Nyrop, *Gram.*, III, § 24, indica para o francês as formas *poum* e *petouf*.

Troar ou *atroar*, *retumbar* e *rebombar* provêm respectivamente de *trom* (canhão antigo, cujo nome é de si onomatopaico), *tumba* e *bomba*, formas onomatopaicas acima citadas, e que devem ter explicação análoga à que adiante dou para *pumba* (cf. § 116).

Em espanhol existem as formas *tronar*, *retumbar* e *rebombar*, correspondentes às portuguesas citadas, e o italiano tem *rintronare* e *rimbombare*.

b) ESPINGARDA: *pum*; *pim*; *pimba*, que são puras onomatopeias (cf. § 119). A forma *pimba* deve ter explicação análoga à que adiante dou para *pumba* (cf. § 116).

Em francês há *pif paf*; *pif paf pouf*; *pan pan* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, §§ 17, 24 e 25).

c) PISTOLA e REVÓLVER: *pim*; *pâu*, *tâu*; *trâu*; *pá*; *paz*; *traz*, que são também puras onomatopeias (cf. § 118).

Deve notar-se que as formas *pâu*, *tâu* e *trâu* são proferidas com um *â* palatalizado, para traduzir melhor a secura do som que se pretende imitar (cf. o meu trabalho «Subsídios para o estudo da assimilação em português», in *Boletim de Filologia*, I, p. 258, § 19).

d) METRALHADORA: *trrrrê... tẽ, tẽ, tẽ, tẽ; trrrrá... tá, tá, tá, tá; pá, pá, pá, pá; tá, tá, tá, tá; tac, tac, tac, tac; pim, pim, pim, pim*, formas que também são puras onomatopeias (cf. § 120).

e) FOGUETE: cf. adiante § 121.

21. AUTOMÓVEL.—As crianças portuguesas chamam *pópó* ao automóvel, por imitação do som produzido pela buzina, que é, segundo a interpretação onomatopaica corrente, *póóóó, póóóó, póóóó*.

Ao tipo da buzina eléctrica, modernamente usada, chama-se em inglês *klaxon*, que é também de estrutura onomatopaica.

À explosão do motor do automóvel chamam os franceses *teuf teuf* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 20).

22. BANDOLIM.—O som produzido pela palheta nas cordas do bandolim é traduzida pelo verbo *trinar*, que Antenor Nascentes, *Dicionário*, s. v., considera de natureza onomatopaica, a meu ver, com certa razão.

Cândido de Figueiredo, *Dicionário*, s. v., diz que êle deriva de *trino*, e este do lat. *trinus*.

A Academia Espanhola, *Diccionario*, s. v., tem igual opinião a respeito do espanhol *trinar*.

O latim *trinus*, do radical de *tres*, três, significa a idea de *três*, e não a de *trinar*, musicalmente falando.

Se *trinar* não é pura onomatopeia, de formação análoga a *trilar*, pelo menos, salvo erro, é como onomatopeia que êle é geralmente usado, como se êle fôsse derivado de *trim*, *trim*, *trim*, ou cousa parecida.

23. BESOURO.—Vid. *Insectos* (cf. §§ 65 e 124-128).

24. BIQUE-BIQUE.—Na revista *Portucala*, VII, p. 4, diz Leite de Vasconcelos: «O nome da ave *bique-bique* (em Reis Júnior, *ob. cit.*, isto é, *Aves de Portugal*, IV, 24) e *bite-bite* (*id.*, *ib.*, e Seabra, *Oiseaux*, n.º 161) será também acaso onomatopaico».

25. BEZERRO.—Vid. *Boi* (cf. § 26).

26. BOI.—Neste parágrafo englobo as vozes da vaca e do bezerro.

As onomatopeias portuguezas que pude coligir representativas da voz dos bovinos são: *mmmmmm*; *bbbbbb*; *mmmmmméééééé*; *bbbbbbéééééé*; *mmmmmmuuuuuu*; *bbbbbbuuuuuu*, e os verbos que traduzem essas vozes são *mugir* e *berrar*.

Mugir representa o lat. *mugire*, que também passou para o espanhol e para o francês sob a mesma forma *mugir*, e para o italiano sob a forma *muggire*, de cujo radical se deve ter formado *muggiare* e provavelmente *mugliare*.

Quanto à origem de *berrar*, as opiniões têm variado: Meyer-Lübke tira-o do lat. *verre*; Cornu supõe-no derivado do lat. *belare*; Cândido de Figueiredo deriva-o do lat. *barrire* (cf. A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.). A Academia Espanhola, *Diccionario*, s. v. *berrear*, atribui a esta forma espanhola o étimo lat. *verre*.

Não é impossível que uma das hipóteses apresentadas seja a verdadeira. Contudo, o que me parece fora de dúvida é que o port. *berrar* e o esp. *berrear* têm sabor marcadamente onomatopaico, podem muito bem ter provindo directamente da voz do carneiro ou da cabra, por intermédio da forma onomatopaica *brrrrr* (cf. § 37).

Em outras linguas há: *μῶ*, gr.; *mu*, lat.; *muu*, esp.; *muu*, catal.; *mu*, rom.; *mah mah*, ital.; *moâ* e *meuh*, franc.; *moo* e *boo*, ingl.; *möö*, finl.; *böh* e *buh*, din. (cf. Nyrop, *Gram.*, III, §§ 14 e 22).

Quanto aos verbos há: *μύζω* e *μυζάωμαι*, gr.; *mugire*, lat., e os seus derivados em outras línguas, como ficou acima indicado; *beugler* e *meugler*, fr. (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22).

27. BOEIRINHA.—Na revista *Portucala*, VII, p. 5, diz Leite de Vasconcelos: «A boeirinha (ave), quando canta, diz: *semeia milho*... *semeia milho*... (repetidamente, em voz de falsete: Cadaval); decerto se dirige ao lavrador, com ironia, pois pensa em ir comer o grão!».

28. BOMBA.—Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 112-121).

29. BURRO.—Diz-se que *ornea*, *orneja* ou *urneja* e *zurra* ou *azurra*.

A propósito de *ornear* e *ornejar* diz A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.: «De fundo onomatopéico». Creio também que assim é, mas a explicação é insuficiente. Note-se que em galego e em leonês também há *ornear*, segundo informa o *Dicionário* da Academia Espanhola, s. v.

Zurrar é também considerado de origem onomatopaica, o que me parece bem.

Em espanhol, além da forma *ornear* já citada, há *rebuznar* e *roznar*; em italiano há *ragghiare* e *ragliare*; e em francês *braire*.

Quanto à origem de *rebuznar* e *roznar*, cf. adiante § 36, 2.º; pelo que diz respeito a *braire*, cf. O. Bloch, *Dictionnaire*, s. v.

30. CABRA.—Vid. *Carneiro* (cf. § 37).

31. CALHANDRA.—Vid. *Cotovia* (cf. § 47).

32. CAMELO.—A voz deste animal é expressa pelo verbo *blaterar*, do lat. *blaterare*.

33. CAMPAINHA.—Vid. *Sino* (cf. §§ 103 e 131).

34. CANÁRIO.—Diz-se que *canta*, *trila*, *trina* (cf. § 22).

35. CANHÃO.—Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 112 sgs.).

36. CÃO.—As modalidades da voz do cão podem classificar-se de uma maneira geral em quatro grupos:

1.º, de ameaça e agressão: *au*, *au*; *ão*, *ão*; *uau*, *uau*; *uão*, *uão*; *ham*, *ham*; *hây*, *hây*; *béu*, *béu*; *rebéubéu*; *béco*, *béco*.

Estas vozes são tôdas puras onomatopeias, que se não empregam como vocábulos, mas como simples imitações da voz do cão. O acto de produzir essas vozes exprime-se pelos verbos *ladrar* e *latir*, donde se derivaram os substantivos *ladro*, *ladrido* e *latido*.

LadRAR provém do lat. *latrare*, e *latir* do lat. *glattire*. Há no espanhol *ladrar*, no italiano *latrare* e no francês *lairar*; no espanhol *latir*, no italiano *ghiattire*, e no francês *glatir*, donde se tiraram *clatir* e *glapir*.

Há ainda em francês *aboyer* e em italiano *abbaiare*.

A respeito de *aboyer* diz Bloch, *Dictionnaire*, s. v.: «*Abayer* jusqu'au début du XVII^e siècle, rarement *bayer*.— Onomatopée, attestée aussi par l'italien *abbaiare*, comparable au latin *baubari* et au grec *bauzein*. Des formes avec les radicaux *bau* et *hau* existent dans les parlers du Nord-Est et de l'Est; *abayer*, plus rarement *aboyer*, se dit seulement dans les parlers septentrionaux; pour les parlers méridionaux, voir *japer*; en outre, *lairar* dans l'extrême Sud-Ouest, latin *latrare*, cf. de même italien *latrare*, espagnol *ladrar*.» (cf. Grammont, *Traité*, p. 386).

As formas *au*, *au*; *uau*, *uau*; *ão*, *ão*; *uão*, *uão* são correntes, e creio que elas são mais ou menos conhecidas em todo o país.

As formas *ham*, *ham* e *hây*, *hây* são fundamentalmente idênticas às anteriores. Elas foram empregadas por Gil Vicente na farsa *Quem tem farelos*.

A forma *bêu*, *bêu* é também onomatopeia corrente.

Quanto a *bêco*, *bêco*, segundo Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 4, é interpretação onomatopaica da voz do cão em Óbidos. Sou informado de que igual interpretação se dá em Reguengos de Monsaraz.

Rebêubêu é forma reforçada de *bêu*, *bêu*.

2.º, de desconfiança: *rrrrr* (cf. § 59, 2.º). Esta voz é pura onomatopeia, que se não emprega como vocábulo, mas como simples imitação da voz do cão. O acto de produzir essa voz exprime-se pelos verbos *rosnar* e *roncar*.

A respeito de *rosnar* diz A. Nascentes no *Dicionário*: «G. Viana, *Apost.*, II, 363, deriva com dúvida, do lat. *rebucinare*. Cortesão compara com o esp. *roznar*, *zurrar*. A. Coelho deriva do lat. *resonare*, ressoar. É francamente onomatopeico».

A conclusão de A. Nascentes parece-me categórica em excesso: as hipóteses de Gonçalves Viana e Adolfo Coelho não são destituídas de aceitabilidade. Eu preferiria dizer: é de crer que a sua forma actual tenha algo de onomatopeia.

Em francês há *gronder* e no provençal *grondir*, provenientes do lat. *grundire*, modalidade de *gammire* (cf. § 91).

3.º, de dor: *caim*, *caim* e *caí*, *caí*. Estas vozes são puras onomatopeias, de natureza fonético-ideológica, que se não empregam como vocábulos, mas como simples imitações da voz do cão. O acto de produzir essas vozes exprime-se pelo verbo *ganir*.

Ganir provém do lat. *gammire*. Há em espanhol *gañir* e no italiano *gammire*.

Caim, *caim* é de formação onomatopaica, mas deve ter influído nela a palavra *cão*, e dela se formou o verbo *caíñar*.

Quando alguém bate num cão e ele grita *caim*, *caim* diz o povo que ele se vinga chamando *Caim* a quem lhe bate.

Quanto a *caí*, *caí*, cf. João da Silva Correia, *Biblos*, II, p. 582.

4.º, de tristeza e desespero: *uivo* derivado de *uivar*, sobre cuja origem se deve consultar A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.

Além das formas registadas, convém citar *ulular*, que é termo erudito, desconhecido, salvo erro, do povo. Provém do lat. *ululare*, correspondente ao grego ὠλεῖν. Em espanhol há *ulular* e *aullar*; em italiano *ululare* e *urlare*; e em francês *hurler*.

Referindo-se aos vários tipos da voz do cão, Nyrop, *Gram.*, III, § 13 sgs., fornece-nos as seguintes onomatopeias em várias línguas: *hou hou hou*; *ouan ouan*; *ouah*, *ouah!*; *ouap!*; *vou vou*; em francês (§ 22); *bup bup*, em catalão (§ 14); *bu bu*, em italiano (§ 14); *ham ham*, em romeno (§ 14); *bau bau*, no grego e no latim, donde se teriam formado os verbos βᾶζω e *baubare* (§ 14); *bow wow*, em inglês (§§ 13 e 14); *vov vov*, em dinamarquês (§ 13); *hau hau*, em finlandês (§ 13); e *béu*, *béu*, em português (§ 14).

37. CARNEIRO.—Englobo aqui a voz da ovelha e da cabra, que são sensivelmente as mesmas.

Essas vozes são interpretadas onomatopaicamente assim: *béééé*; *méééé*; *brrrrr*.

Os verbos que traduzem a voz destes animais são *berrar* (para os carneiros e para as cabras) e *balar* e *balir* (só para os carneiros).

Pelo que diz respeito à origem de *berrar* cf. § 26.

Quanto a *balar*, ele representa o lat. *balare*, que também deu em italiano *belare*, em espanhol *balar*, e em francês *bêler*.

Balir é de crer que se tenha formado dentro do português, do radical de *balar*, por analogia com *mugir* e *rugir*. Contudo, é de notar que há em espanhol *balitar*.

A respeito de outras línguas, dá-nos Nyrop, *Gram.*, III, §§ 13, 14 e 22, as seguintes formas: βῆ, grego; *ba-a*, *ba-a* e *beée beée*, espanhol; *bee bee*, catalão; *bé bé*, italiano; *be he he*, romeno; *beh, meh, bée*, francês; *bae* e *mae*, dinamarquês; *baa*, inglês.

38. CAVALO. — As onomatopeias relativas ao cavalo podem-se classificar de uma maneira geral em três grupos:

1.º Da voz: *iiiiii*. — O acto de produzir esta voz exprime-se pelos verbos *relinchar*, *rinchar* e *nitrir*.

Em espanhol há *relinchar*; em italiano há *nitrire*, *pittrire* e *annitrire*; em francês *hennir*; em latim, *hinnire*.

Quanto à origem de *relinchar*, veja-se A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.

2.º Da respiração: quando o cavalo produz uma expiração forte, como sinal de que pressente perigo, diz-se que *sopra* ou *bufa* (cf. § 59, 3.º) ou *resfolga*. Em espanhol diz-se que *resopla* ou *bufa*.

3.º Do andar: quando o cavalo anda a passo, diz-se que faz *chop, chop, chop, chop*; *truc, truc, truc, truc*; quando anda a galope, diz-se que faz *catapum, catapum, catapum*; *quetepum, quetepum, quetepum*; *tacapum, tacapum, tacapum*; *tacatum, tacatum, tacatum*; *catrapuz, catrapuz, catrapuz*; *catrapum, catrapum, catrapum*.

39. CEGONHA. — A voz desta ave é designada pelo verbo *gloterar*, do lat. *glottorare* ou *gloctorare*.

Em espanhol há também *gloterar*, e *crotorear*.

40. CHASCO. — O nome desta ave deve ser já de si de origem onomatopaica: ao que parece éle provém de *chas, chas, chas*, interpretação onomatopaica da voz do *chasco*. Cf. Cândido de Figueiredo, *Dicionário*, s. v.

41. CHOQUES. — Neste parágrafo não englobo tôdas as onomatopeias dos choques. Aqui só trato de algumas, de carácter geral; as de carácter especial vão tratadas nos lugares próprios, como as das badaladas dos sinos e similares, que vão tratados em *Sino*, §§ 103 e 131.

Aqui limito-me a fazer referência às seguintes:

1.º Bater à porta: *truz, truz*; *traz, traz*; *tuc, tuc*; *pum, pum*.

2.º Da bofetada: *traz*; *paz*. Há em francês *flac flac* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, §§ 17 e 25).

3.º Da queda de um corpo: *catrapuz*; *trapuz*; *cachapuz*.

42. CIGARRA. — O som produzido por êste insecto é designado pelos verbos *cantar* e *fretenir*. Esta última forma provém da latina *fritinnire*.

Ao canto da cigarra também se chama *cegarrega*.

Com respeito à origem do vocábulo *cigarra* deve consultar-se A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.

43. CISNE. — Diz-se que *areusa*, e em espanhol que *vaznea*.

44. CODORNIZ. — A interpretação da voz desta ave é muito vária: Leite de Vasconcelos, *Portucalé*, VII, p. 4, dá-nos estas: «Canto da codorniz: *paspalhós... paspalhós* (Oliveira do Hospital, Cadaval), e *codorni... codorni...* (Nisa), que é o próprio nome da ave alterado. Dizem no Minho que a mesma ave se faz ouvir pela expressão *cal-co-ré* (vid. *Trad. pop. de Portugal*, § n.º 293); por isso, tanto *paspalhós* como *calcoré* tornaram-se nomes da codorniz, com muitas variantes: *paspalhão* (cf. o § n.º 2), *paspalhaz*, *calcaré*, *cracolé*, *quat-gurré*, *calcurré*, *carcalhota* (ampliado com o sufixo *-ota* ou *-alh-ota*), como pode ver-se em Seabra e Reis Júnior nos seus Catálogos.»

Segundo me informa o meu amigo Dr. Deusdado Castelo Branco, em Beijós há a forma *parpallhós*, e, segundo me informa o Dr. João da Silva Correia, há também a forma *curculhér*.

Quando eu tinha os meus dez anos, interpretei a voz da codorniz por *rau*, *rau*; *rau*, *rau*; *ticalaz*, *ticalaz*, e hoje parece-me ouvi-la dizer *capataz*, *capataz*, *capataz*.

Em espanhol há *parpallás*, e em francês *courcaillet* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22), e *courcailler*.

45. CORUJA. — Diz-se que *chirreia*. Em francês há *chuintier*. A forma portuguesa *chirrear* corresponde à espanhola *chirriar* (cf. § 80).

46. CORVO. — Diz-se que *crocita*, que faz *crás*: *crá*, *crá*; *quá*, *quá*; *qual!* *qual!* (Cf. João da Silva Correia, *Biblos*, II, p. 574).

Nyrop, *Gram.*, III, §§ 14, 15 e 22, dá-nos as seguintes formas de outras línguas: — *gra*, *gra*, espanhol e italiano; *car* e *maud*, inglês; *kra kra*, dinamarquês; *kraæ kraæ*, sueco; *kark*, russo; *croa*, *croa*, francês. Em romeno há *car*.

Pelo que diz respeito aos verbos que designam a voz do corvo, há: — *crocitare*, latim; *crocitar*, *croscitar*, *crascitar*, *graznar*, *graznear* e *croajiar*, espanhol; *crocidare*, italiano; *croasser* e *croailler*, francês.

47. COTOVIA.—Traduz-se o seu canto por *bem te vi... bem te vi...*, segundo Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 5.

Em francês a ave é chamada *turlut* por onomatopeia, e diz-se que ela diz *tirelire*. O seu canto é expresso pelo verbo *grisoler* (Cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22).

48. CUÇO.—Diz-se que *cuca* ou *cucula*, e que faz *cu, cu*.

Em latim havia as formas *cucus*, *cuculus* e *cuculus*, mas nenhuma destas pode representar directamente o étimo da portuguesa *cuco*;—segundo as regras da fonética portuguesa, a primeira só poderia dar *cugo*, a segunda *cogu*, e a terceira *culho*.

É de crer que a forma portuguesa represente a latina *cucus*, sem o abrandamento do -c- intervocálico, devido à acção do canto da ave, mas não é de todo inaceitável a hipótese de que ela é uma onomatopeia formada dentro da nossa língua.

Em espanhol há *cuco* e *cuculillo*, e diz-se que ele faz *cucú*; em italiano há *cuculo*; em francês *coucou*, em inglês *cuckoo*, e em alemão *kuckuck*.

Segundo Grammont, *Traité*, pp. 400-401, a voz do cuco é *ou ou* e não *cou cou* (Cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 16). Adiante, § 56, sugiro idea análoga a respeito do canto do galo. Contudo, a oclusiva é justificável num e noutro casos, para indicar a brusquidão com que começam essas emissões de voz (cf. § 12, g).

49. ESPINGARDA.—Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 114 sgs.).

50. ESTORNINHO.—Diz-se que *pissita*, do latim *pisitare*, onde também há *pusitare*.

51. FLAUTA.—Não conheço onomatopeia alguma que traduza o som da flauta, em português. Em francês há *turlu* (Cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 24), e *turlututu*.

52. FOGUETE.—Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 114 sgs.).

53. FRANGO.—Vid. *Galo* (cf. § 56).

54. GALINHA.—Vid. *Galo* (cf. § 56).

55. GALINHA DE ANGOLA.—A voz desta ave é interpretada por *quiquiá*, *quiquiá*, *quiquiá*, e fonético-ideologicamente por *estou fraca*,

estou fraca, e ainda por *estou fresca*, *estou fresca* (cf. Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 6).

56. GALO. (Cf. § 120).—Por comodidade englobo neste parágrafo as vozes do galo, do frango e da galinha.

Essas vozes podem ser classificadas em sete grupos:

1.^o, do galo quando canta:—*cá... càrá... cáááá; có... còró... cóóóó; cu... curu... cuuuu*.

Estas vozes são puras onomatopeias, e, a meu ver, a ortografia que lhes convém é a que adopto. Em geral a ortografia usada é *cá-cá-rá-cá, có-có-ró-có, cu-cu-ru-cu*.

O canto do galo varia, e por isso as onomatopeias indicadas não passam da representação de um dos tipos dêsse canto. Quando o galo canta nesse tipo, êle produz em regra quatro emissões de voz, fazendo uma suspensão mais ou menos sensível entre a primeira e a segunda, e outra entre a terceira e a quarta, o que represento por meio das reticências. Termino a onomatopeia com a multiplicação da vogal, para exprimir a longuidão da emissão final, em conformidade com o convencionado nos §§ 12, *d*), e 17, *d*).

A separação por hífen das quatro emissões não me parece justificável, como se costuma fazer:—*cá-cá-rá-cá; có-có-ró-có; cu-cu-ru-cu*, pelas razões apontadas nos §§ 13 e 14. Menos justificável me parece o emprêgo do hífen entre as duas emissões mediais, o que é corroborado pela grafia *có-eró-có* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 14).

A pronúncia das quatro sílabas destas onomatopeias tem particularidades que convém apontar:—a primeira sílaba é breve, as duas do meio são mais breves, e a última é longuíssima e de tom mais baixo que o das três primeiras. Estas particularidades são importantes, porque, sendo as três primeiras sílabas breves e a última longa e de tom mais alto, essas onomatopeias podem deixar de representar o canto do galo para passarem a representar o da galinha, quando esta acaba de pôr um ovo (cf. *infra*, 3.^o).

Foneticamente, estas onomatopeias, se bem que não sejam a representação fiel das referidas vozes dos galináceos, não são de todo injustificáveis.

Se, em vez de *cá... còró... cóóóó*, por ex., disséssemos *ó... ó, ó... óóóó*, seríamos talvez mais rigorosos¹. Salvo êrro, o canto do galo, do tipo do representado por *cá... càrá... cóóóó*, é cons-

¹ Grammont, *Traité*, pp. 378 e 400-401, tem opinião análoga a respeito do canto do cuco (cf. § 48).

tituido por quatro emissões de voz, cada uma das quais com o valor de uma vogal. Essas vogais são de uma maneira geral iguais entre si pelo que diz respeito ao timbre, mas diferentes na quantidade e no tom: a primeira é breve, a segunda e terceira são mais breves que a primeira, e a quarta é longa; entre a primeira e a segunda há uma suspensão mais ou menos demorada; entre a terceira e a quarta há outra suspensão, mas menos demorada; e entre a segunda e a terceira não há suspensão nenhuma praticamente; a primeira tem maior intensidade que as três últimas; as três primeiras são de altura mais ou menos iguais entre si, e a quarta é mais grave, com a particularidade de a sua gravidade ir crescendo gradualmente até acabar a emissão.

De uma emissão a outra há uma interrupção brusca, mais ou menos demorada, provocada por uma suspensão momentânea da expiração, ou por uma oclusão gutural.

Não conheço a estrutura da laringe das aves, e por isso não posso formular uma explicação da causa dessas interrupções. Seja qual fôr essa causa, o certo é que para o nosso ouvido há uma interrupção mais ou menos semelhante à que é produzida pela oclusão velar, o que justifica de certo modo o emprêgo da oclusiva *c* (= *k*), para interpretar essa interrupção.

Ainda que não haja de facto oclusão alguma, o emprêgo da oclusiva nestas onomatopéias justifica-se como índice da brusquidão com que começa cada emissão da voz do galo (cf. § 12, *g*).

Outras interpretações do canto do galo são *coquericó* e *cocoricó*.

Fonético-ideologicamente o canto do galo tem interpretações curiosas como:— «Quando Cristo nasceu disse o galo: *Jesus Cristo é ná...a...ado*. E é esta a sua linguagem», segundo a lenda colhida por Leite de Vasconcelos no Minho, e arquivada nas *Tradições populares de Portugal*, p. 148 (cf. João da Silva Correia, *Biblos*, II, p. 575).

Em Leite de Vasconcelos, *Portugale*, VII, p. 5, e em João da Silva Correia, *Biblos*, II, pp. 574-594, há outras interpretações fonético-ideológicas, que não vale a pena citar aqui.

O acto de produzir a voz do galo é expresso em português pelos verbos *cucuricar* e *cucuritar*, e ainda por *cantar*.

2.º, do frango quando canta:—*quí...quíri...quíiii*.

As observações feitas a respeito do canto do galo são na sua generalidade aplicáveis aqui.

3.º, do galo quando corteja a galinha, arrastando a asa:—não sei representar ortograficamente a voz do galo nestas circunstâncias

(cf. § 9). Limito-me a fazer dela a seguinte descrição:—é uma série, de sons guturais, breves, e sucessivamente mais graves, articulados assim mais ou menos: o posdorso da lingua começa por fazer uma oclusão completa na região velar, deixando sair o ar pelas fossas nasais, sem que o som resultante tenha o timbre característico da nasalidade; depois, à medida que a voz se vai tornando mais grave, a oclusão vai-se desfazendo, até que o som final é um ó longo bem definido.

4.º, da galinha quando canta:—*có, có, có, có; gó, gó, gó, gó.*

Estas vozes são sempre emitidas no mesmo tom e com os mesmos intervalos.

5.º, da galinha quando acaba de pôr (cf. §§ 14 e 17, *b*):—*có, có, có, có, còròcò... có, có, có, có, còròcò...*

As quatro primeiras emissões são feitas no mesmo tom; a parte final começa com o mesmo tom dos elementos iniciais, passa depois a um tom mais agudo, e termina noutro ainda mais agudo e longo.

Chama-se *cacarejar* ou *cororejar* ao acto de produzir estas vozes da galinha. Em latim havia *glocire*, *glocitare* e *glocidare*.

6.º, da galinha quando está choca:—*có... có... có...*

7.º, da galinha quando chama os pintainhos para lhes mostrar alguma coisa que comer: *quẽ, quẽ, quẽ, quẽ, quẽ*. Em francês tem isto o nome de *gloussement*.

Em linguas estrangeiras encontramos as seguintes formas: *cucurire*, latim; *glocire* e *glocitare*, latim; *chirchirichi*, italiano (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 14); *kikiriki*, espanhol (cf. *id.*, *ib.*); *clo clo*, esp. (cf. *Dicionário da Academia*); *cloquear*, esp. (cf. *id.*); *gaznar*, *gaznear* e *gallear*, esp. (cf. § 5); *cocoroci* e *quiquiriqui*, catalão (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 14); *cucuriger*, romeno (cf. *id.*, *ib.*); *coq, coquelicot, coquericot, cocorico, crételer, caqueter*, francês (cf. Nyrop, *Gram.*, § 22); *glousser*, francês; *kykilikiy*, dinamarquês (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 14); *kukkukiekuu*, finlandês (cf. *id.*, *ib.*); *kukeliku*, sueco (cf. *id.*, *ib.*); *cock a doodle doo*, inglês (cf. *id.*, *ib.*).

57. GARÇA.—Diz-se que *gazeia*.

58. GASES. (Cf. § 123).—Neste parágrafo não englobo as onomatopeias dos sons produzidos pela vibração dos gases. Aqui sómente trato de algumas, de carácter geral; as de carácter especial vão tratadas nos lugares próprios como as dos sons produzidos pelas asas dos insectos, que vão tratadas em *Insectos*, § 65.

Aqui limito-me a fazer referência às seguintes:

1.º, do escape do vapor: *ffffff; xxxxxx; ssssss*. Estas onomatopeias representam o escape do vapor das locomotivas, por exemplo, através das válvulas de segurança ou de qualquer outra abertura. Pelo que se refere ao escape do vapor da locomotiva em andamento, veja-se *Locomotiva*, § 69.

2.º, do vento: *vvvvv* (cf. § 65). Representa esta onomatopeia o ruído produzido pelo vento ao atravessar uma fresta.

3.º, das ventosidades intestinais: *ppffff* (cf. §§ 59, 3.º, e 123), e, sob a forma vocabulizada, *bufa*. Quando é sonora tem o nome de *traque* (cf. § 123).

59. GATO.—As onomatopeias relativas ao gato podem classificar-se em três grupos:

1.º, da voz normal: *miau; mién; minhau; mau, mau; nhau; nhén; remiau; reminhau; renhau; rrrrenhau; renhau-nhau*.

Estas vozes são tôdas puras onomatopeias que se não empregam como vocábulos, mas como simples imitações da voz do gato. O acto de produzir essas vozes exprime-se pelo verbo *miar*, donde se tirou o substantivo *mio*.

Miar tem todo o aspecto de ser de origem onomatopaica, mas é lícito duvidar-se sobre se a sua formação é portuguesa, pois que há *miar*, *miagar* e *miullar* em espanhol; *miagolare*, em italiano; *miauler*, em francês; e *miauen*, em alemão. Êste paralelismo pode indicar uma origem comum. Por outro lado, a par do português *miau* há o espanhol *miau*, e o francês *miaou* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, §§ 13 e 22); a par do português *nhau* há o italiano *gnao* e *nao*, e o finlandês *nau* (cf. *id.*, *ib.*, § 13).

2.º, de ameaça: *rrrrrr* (cf. § 36, 2.º). O acto de produzir esta voz é *roufenhar*. Em francês chama-se-lhe *ronronner*, derivado de *ron-ron*, e em espanhol *maullar*. Provavelmente por galicismo, também se ouve dizer em Portugal que o gato faz *rom-rom*. Contudo, por êle produzir um som semelhante, há quem chame *romão* ao gato (cf. João da Silva Correia, *Biblos*, II, pp. 582 e 588).

3.º, de susto: *ppffff; pfffff* (cf. § 58, 3.º). O acto de produzir êste som é *bufar*, *rufar*, *arrufar*, *soprar*, *assoprar* (cf. § 38, 2.º). Em espanhol diz-se *bufar* e *soplar*.

60. GRILO.—Diz-se que faz *cri, cri; gri, gri*.

Em francês também há *cri cri* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, §§ 17 e 21).

Em espanhol há o verbo *grillar*, proveniente do latim *grillare*.

61. GRIM-GRIM.—A propósito dêste nome diz Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 4: «Há uma ave chamada *grim-grim* (em Reis Júnior, *Catálogo das Aves de Portugal*, 1931, n.º 85): êste nome tem carácter onomatopaico».

62. GROU.—Designa-se a voz desta ave pelo verbo *gruir* ou *groir*. Em espanhol há também *gruir*. Ambos êles representam o latim *gruere*.

Quanto ao nosso *grou*, cf. A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.

63. GUITARRA.—*pssstrim pím, pssstrim pím* é a imitação do som das cordas da guitarra, particularmente quando toca o fado corrido.

64. HOMEM.—As onomatopeias relativas ao homem são muitas e variadas. Algumas delas vão tratadas em lugares próprios, como a *bufa* em *Gases*, § 58. Aqui tratarei das seguintes:

1.º, do assobio: *üüü, rüüü*. Assim imitam com a voz, com um grito muito agudo, o assobio forte, as pessoas que não são capazes de produzir êsse assobio.

2.º, do choro das criancinhas pequeninas: *ũê. ãê. ãê* (= *ũêê*).

3.º, do espirro: *â... twim; twim*.

4.º, do falar baixo: *cochichar, ciclar, resmungar*.

Sobre a forma *cochichar* veja-se *cochicho* em Gonçalves Viana, *Apostilas*, s. v. *Ciclar* parece ser formação puramente onomatopaica. Quanto a *resmungar*, veja-se A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.

Em espanhol há *cuchichear, chuchear, rezongar, refuñfuñar, gruñir, bisbisar, musitar*.

Em italiano há *bisbigliare, brontolare, barbotare, borbottare*.

Em francês há *chuchoter, barboter, marmotter, grogner, grommeler*.

5.º, do riso: *â, â, â, â, â; i, i, i, i, i; ó, ó, ó, ó, ó; cá, cá, cá, cá, cá; há, há, há, há, há; hi, hi, hi, hi, hi; hó, hó, hó, hó, hó*, onde o *h* exprime aspiração forte. Devemos acrescentar a forma *gargalhada*.

6.º, da tosse: *quefum, quefum, quefum*.

7.º, do vômito: *brrrrrr*. Deve-se acrescentar a expressão *chamar pelo gregório*, onde a palavra *gregório* é aplicada onomatopaicamente, faz lembrar o som *grrrrrr*, semelhante a *brrrrrr*.

8.º, de vários: *gargarejo, gargarejar; gago, gaguejar; arrôto, arrotar; soluço, soluçar; fungar; ronco, roncar; rouco; roufenho; esgançado; tatebitute; titubiar; tataro; tãtaro; tartarear; tartamudo; tataranha; fífia; balbo; balbuciar; ressonar; escarro; fanhoso; etc.*

Em espanhol há: *gargarismo; gargarizar; gangoso; eruto, eructación, erutar, regoldar; solozo, solozar; refunfuñar; ronco; desgañarse, desgañarse; titubear; tartamudo; etc.*

Em italiano: *balbo; rattare; singhiozzo, singulto, singhiozzare; rauco, roco, focolo; titubare; tartagliare; balbuzzare, balbettare; etc.*

Em francês: *gargarisme, gargariser; bégue; rot, éructation; hoquet; sanglot; rauque; tituber; couac; cracher; etc.*

Em latim: *singultus; raucus; titubare; balbus; etc.*

65. INSECTOS. (Cf. §§ 124–128). — Não englobo aqui todos os insectos. Refiro-me apenas ao tipo geral, como a abelha, a mosca, etc.

Os insectos quando voam, como são as moscas e as abelhas, produzem com as asas um som característico, que se costuma imitar onomatopaicamente por *zum, zum*.

Zum, zum é, salvo melhor juízo, forma vocabulizada de *zzzzzzz*, que traduz mais fielmente o referido som.

A par de *zzzzzzz* há também *vvvvvvv* (cf. § 58, 2.º).

Em África há um insecto de cor escura e de forma semelhante à da vespa, a que se chama *fonfom*. Esta designação deve ser, com o ensurdecimento do *v* em *f*, a vocabulização de *vvvvvvv*.

A par de *zum, zum* aparece também *rum, rum*, embora menos freqüentemente.

Como ficou acima dito, *zzzzzzz* aparece vocabulizado sob a forma *zum, zum*. É de crer que sejam também vocabulizações dessa onomatopeia as formas *zenir, zunir* e *zumbir*, donde *zumbido* (cf. §§ 126–128).

Em espanhol há *zumbido* e *zumbar*, e em francês *zon zon* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22), donde *zonzonner*.

Outra onomatopeia curiosa, pertencente ao tipo das apontadas, é *tsé-tsé*, nome do insecto africano que produz a doença do sono.

66. LEÃO. — Designa-se a voz dâste animal pelo verbo *rugir* (cf. § 72), do latim *rugire*, e pelo verbo *urrar*.

Em espanhol há *rugir* e *bramar*, e em grego *βρυάουσι*.

67. LÍQUIDO. — O som que produz um líquido, quando sai em jacto por um orifício, é *xxxxxxx* ou *jjjjjjj*.

A primeira destas onomatopeias aparece-nos vocabulizada sob a forma *xixi*, para designar a urina e o urinar.

É de crer que na formação de *mijar* haja algo de onomatopeia.

Para traduzir o som produzido por um líquido no gargalo de uma garrafa que se enche, empregam os francezes a onomatopeia *glou glou* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 25).

68. LÔBO. — Diz-se que *ulula* e que *uira*. Em espanhol há também *ulular*, e há *aullar*.

Com respeito à origem destes verbos, cf. supra, § 28. *Uao*.

Em francês diz-se que faz *hou hou* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22).

69. LOCOMOTIVA. — As onomatopeias relativas à locomotiva podem classificar-se em dois grupos:

1.º, da locomotiva em pleno andamento: *pfffff*, *pfffff*, *pfffff*, *pfffff* ou *ffffff*, *ffffff*, *ffffff*, *ffffff* (cf. § 58), devendo pronunciar-se a primeira e a terceira emissões num tom mais agudo que a segunda e a terceira.

Como imitação fonético-ideológica há: *pouca terra*, *pouca terra*; *pouca terra*, *pouco pão*, *pouca terra*, *pouco pão*; *pouca terra*, *muita calha*, *pouca terra*, *muita calha*.

2.º, da locomotiva no momento de partir: *pfffffffffffff*....., *pfffffffffffff*.....; *pfffffffffffff*....., *pfffffffffffff*.....; *pfffffffffffff*....., *pfffff*.....; *pfffff*....., *pfff*; *pfff*, *pfff*; *pfff*, *pfff*.

Observe-se a grafia que empreguei: quero dizer com ela que a primeira emissão é mais prolongada que a segunda, esta é mais que a terceira, e assim sucessivamente; por outro lado, as reticências, tais como ficam indicadas, mostram que a pausa entre a primeira emissão e a segunda é mais longa que a entre a segunda e a terceira, e assim sucessivamente, para indicar o aumento progressivo da velocidade da máquina; resta acrescentar que a primeira, a terceira, a quinta, isto é, as ímpares, são mais agudas que as pares.

Fonético-ideologicamente há uma interpretação muito interessante e expressiva, mas não a aponto por ser muito obscena.

70. MACACO. — Diz-se que *guincha* e *chia* (cf. § 88). Em espanhol há *chillar*, *castañetear* (cf. § 84) e ainda *hipar*.

71. MAÇARICO. — Não pude encontrar onomatopeia alguma em português representativa da voz desta ave.

Em francês dá-nos Nyrop, *Gram.*, III, § 22, as seguintes: *courlis*, *courlieu*, *courlieru*, *courleri*, *courleret*.

72. MAR.—O barulho que o mar faz é designado pelos verbos *bramar*, *bramir*, *rugir* (cf. § 66), e ainda *zurrar* (cf. § 29), como se pode ver dêste dito marítimo: «quando não há vento e o mar zurra, é que alguém o empurra».

73. MEGENGRA.—Conheço os seguintes nomes de origem onomatopaica, que o povo dá a esta ave: *chapim*, *cachapim*, *patachim*, *chinchinim*, e *bem dito*, *bem dito* em Beijós, segundo me informa o meu amigo Dr. Deusdado Castelo Branco.

74. METRALHADORA.—Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 114 sgs.).

75. MILHAFRE.—Diz Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 4: «Voz do milhafre, no *Livro de Esopo*, séc. XV, fábula III: *Sygo biobiobio* (num desenho)».

76. MOCHO.—Diz-se que *pia*, que faz *piu*, *piu* (cf. §§ 80 e 87).

Para designar vocabulizadamente o *piar* do mocho ou de qualquer outro animal, há a forma *pío*, cuja pronúncia é diferente da de *piu*: esta tem uma sílaba, enquanto aquela tem duas; em *piu* há o ditongo *iu*, ao passo que em *pío* há, por assim dizer, dois *ü*, pois que se diz *piü*. (Cf. o meu artigo «Subsídios para o estudo da assimilação em português», § 66, in *Boletim de Filologia*, I, pp. 270-272).

A forma *pío* não deve provir de *piu*, mas deve ser um regressivo de *piar*.

João da Silva Correia, *Biblos*, II, p. 574, diz: «...; e em Semide a voz do mocho é traduzida por *bois! bois!*—...».

Nyrop, *Gram.*, III, § 22, dá-nos as seguintes formas do francês: *boubou*, *houhou*, *hourougou*, *hourouhou*, *ugou*, *dugoudugo*, *ho ho*.

Quanto à origem do nome *hibou* (mocho), diz Bloch, *Dictionnaire*, s. v.: «Paraît être un mot de formation onomatopéique, comme *houhou* du normand, *hourhou* du gascon et d'autres termes analogues».—Há ainda *boubouler*.

77. OVELHA.—Vid. *Carneiro*, § 37.

78. PAPAGAIO.—Diz-se que *palra*. Em espanhol há os verbos *parlotear*, *vociferar*, *vocear*, *chillar*, *chilrear*, *chirlar*, *silbar*.

79. PARDAL.—Faz *xarim*, *xarim*, *xarim*, o que outros escrevem *charim*, não sei porquê, e diz-se que *chirla* e que *chilreia*.

Em francês há *guilleri* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22).

80. PASSARINHOS. — Considero neste parágrafo todos os pássaros pequeninos, sem distinção. Os que têm particularidades vão tratados em lugares próprios, como a *Andorinha*, § 19.

Diz-se que os passarinhos fazem *pin. pin.*, e que dão *píos* (cf. §§ 76 e 87), que *pípitam*, *chilream*, *gorjeam*, *cantam* e *pípiam*.

Pipilar representa a forma latina *pípillare*. Em espanhol há *pipiar*, que corresponde ao nosso *pipiar* e ao latim *pípiare*, e há também *gorjear*, *chillar* e *chirriar*.

Em grego há *πιπιζω* ou *πιζω*, e em francês *ré!*, *tíou!*, *toti!*, *cui!* *cui!*, segundo Nyrop, *Gram.*, III, § 22, e *pépier*, *piauler* e *gazouiller*.

81. PATO. — Diz-se que faz *quá*, *quá* e que *grasna* ou *grassita*. Em espanhol há *graznar* e *parpar*.

Quanto à origem de *grasnar* veja-se A. Nascentes, *Dicionário*, s. v.

Nyrop, *Gram.*, III, §§ 14, 20 e 22, dá-nos as seguintes formas de outras línguas: *mech mech*, em catalão; *qua qua*, em italiano; *monac monac*, *conia conia*, *conan conan*, *quand quand*, *cancan* e o verbo *cacarder*, em francês; *pack pack*, *quack quack*, *gick gick*, *gack gack*, em alemão; *mac mac*, em romeno; *rap rap*, em dinamarquês; *kriak*, em russo; *quack*, em inglês.

82. PAVÃO. — Diz-se que *pupila*, do latim *pupillare*.

83. PÊGA. — Diz-se que *palra*.

84. PERDIZ. — Não encontrei em português onomatopeia alguma que traduza a voz desta ave.

Em espanhol há *cuchichiar* e *castañetear* (cf. § 70).

85. PERU. — Os sons produzidos pelo peru podem classificar-se em dois grupos:

1.º Da voz: *gru*, *gru*; *glu*, *glu*, donde se tiraram *grulhar* e *grugulejar*.

Em francês há *glous!* *glous!* *glous!*; *glouglou* e *glouglouter* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, §§ 17, 22 e 25).

2.º Quando incha, diz-se que o peru faz *txum*.

86. PETINHA-DAS-ÁRVORES. — *tei pei pei pee* é: «Nota de reclamo da petinha-das-árvores (em Reis Júnior, *Aves de Portugal*, IV, 24)», segundo Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 3.

87. PINTAINHO. — Faz *piu, piu*, donde se tirou *piar*, e daqui *pio* (cf. §§ 76 e 80).

Cf. Garcia de Diego, *Contribución al Diccionario Hispánico Etimológico*, n.º 457.

88. PISCO. — Faz *pís, pís*, donde provavelmente lhe veio o nome.

89. PISTOLA. — Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 114 sgs.).

90. POMBO. — Faz *requetecunqu...*, *requetecunqu...* e *rete-cunqu...*, *rete-cunqu...* e ainda, segundo João da Silva Correia, *Biblos*, II, p. 574, *rompe-te cu, rompe-te cu*.

O verbo que traduz a voz do pombo é *arrullhar*, que também se encontra em espanhol sob a forma *arrullar*.

Em francês há *roucou, roucouner, renconner* e *rencouller* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22).

91. PORCO. — Faz *güi... güi...*, em Nisa, segundo Leite de Vasconcelos, *Portucale*, VII, p. 4, e quando o matam faz *qüê-qüê*.

Para traduzir estas vozes há os verbos *grunhir, gornir* e *roncar* (cf. § 64, 8.º), e ao animal, provavelmente por onomatopeia, se dá o nome de *reco*.

Grunhir vem do latim *grunire*, que também deu em espanhol *gruñir* e *regruñir*; em italiano *grugnire* e *grugnare*; e em francês *grognier*.

Em francês há ainda *gronder*, que representa o latim *grundire* (cf. § 36, 2.º).

Em espanhol há ainda *guañir, roncar* e *rebudiar*, e em finlandês *oh*, segundo Nyrop, *Gram.*, III, § 13.

92. POUPA. — Faz *upe, upe*, e diz *poupa o pão* e *poupa o milho*, segundo João da Silva Correia, *Biblos*, II, p. 577.

Em latim há *upupa* e em grego *ὑπupa*. Segundo Grammont, *Traité*, p. 379, há em francês *poupon* e *boubou*, em romeno *pupăză*, em macedónio *pupă*, em italiano *bubbola*, em piemontês *pupula*, em calabrés *púpita*, em siciliano *pipituni*, e em espanhol *abubilla*.

93. PRATOS DE BANDA DE MÚSICA. — Fazem *txim, txim, txim*.

94. QUEBRAR E RASGAR. — Os sons produzidos por uma coisa que se quebra ou se rasga são de várias naturezas, conforme for a natureza dos corpos que se quebram ou se rasgam, e até conforme as circunstâncias em que esses corpos se quebram ou rasgam.

Aqui limito-me a citar estas onomatopeias: *trrrrr* (cf. § 120); *frrrrr*; *prrrrr*; *critx*, *critx*.

Nyrop, *Gram.*, III, §§ 17 e 25, dá-nos do francês *crie crie*; *crie crie*; *crie crie*, e os verbos *criquer*, *criqueter*, *criqueler*, *criquer*, a que se pode juntar *criquer*.

95. RÃ.—Faz *râ-râ* em Fozcoá, (o que não passa de repetição do nome do batráquio), e *rén-rén* em Óbidos, segundo Leite de Vasconcelos, *Portugale*, VII, pp. 3-4.

Para designar essas vozes há o verbo *coaxar*, que representa o latim *coaxare*.

De outras línguas dá-nos Nyrop, *Gram.*, III, §§ 14, 15 e 22, as seguintes formas: *xéz* em grego; *bré bré* e *gra gra* em italiano; *oacaca* em romeno; *koak koak* em sueco; *brke ke ke ke koar koax*; *coax! coax!*; e *coi!* em francês, bem como os verbos *coasser* e *croasser*.

Acrescente-se que há em latim *coax! coax!* e em espanhol *croar*.

96. RAPOSA.—Diz-se que *regouga*, de origem duvidosa.

97. RASGAR.—Vid. *Quebrar* (cf. § 94).

98. RATO.—Para designar a voz dêste animal, há em português o verbo *chiar* (cf. § 70) e em francês *guirer* (cf. Nyrop, *Gram.*, III, § 22).

99. RELÓGIO. (Cf. §§ 129-130).—Neste parágrafo refiro-me só às onomatopeias dos sons produzidos pelo movimento da pêndula e do balanceiro. As onomatopeias dos sons das horas e do despertador são implicitamente tratadas em *Sino* (cf. § 103).

Das onomatopeias dos sons da pêndula e do balanceiro conheço três tipos em português: *tac... tac... tac... tac...*; *tic... tac...*, *tir... tac...*; *tir tac*, *tie tac*; *tie tie tie tie tie tie*; e *tico tico tico tico tico tico*.

Tic tac, *tie tac* representa o som produzido pela pêndula dos relógios vulgares de parede; *tie... tac...*, *tir... tac...*, e *tac... tac...*, *tac... tac...* representam o dos relógios grandes; e *tie tie tie tie tie tie tie tie* e *tico tico tico tico tico tico* o do balanceiro dos relógios de algibeira.

100. REVÓLVER.—Vid. *Armas de fogo* (cf. §§ 20 e 112-121).

101. ROLA. — Diz-se que *geme*. O nome desta ave, ao que parece, é de natureza onomatopaica. O nome latino, por sua vez, *turtur*, também ao que parece, era onomatopaico.

102. ROUXINOL. — Diz-se que *canta*. Não pude encontrar nenhuma onomatopeia que lhe diga respeito.

Em francês, segundo Nyrop, *Gram.*, III, § 22, ele diz *tí ou tí tí ou tí tí ou tí tí*.

103. SINO. (Cf. § 131). — Neste parágrafo englobo não só as onomatopeias interpretativas do som produzido pelas badaladas dos sinos propriamente ditos, mas ainda as de natureza semelhante.

Essas onomatopeias podem classificar-se nos seguintes grupos:

1.º, do sino: *tläunnnn, tläunnnn; taläunnnn, taläunnnn; pläunnnn, pläunnnn; paläunnnn, paläunnnn; täunnnn, täunnnn; päunnnn, päunnnn; talalä, talalä; dläunnnn, dläunnnn; bäunnnn, bäunnnn; däunnnn, däunnnn; böunnnn, böunnnn; döunnnn, döunnnn; tão toleirão, tão toleirão; tem lendeas, tem lendeas.*

2.º, da campainha de mão: *tlim, tlim, tlim; tim, tim, tim.*

3.º, da campainha eléctrica: *terrrrinnnn.*

4.º, do *tam-tam* das casas de jantar: *tam, tam, tam.*

5.º, dos objectos de cristal ou similares: *tim, tim, tim.*

Na categoria dos verbos há *tlintar* e *tilintar*, provenientes de *tlim*, acima indicado, e *tenir* do latim *tinnire*.

Nyrop, *Gram.*, III, § 24, dá-nos as seguintes formas francesas: *bing bing; bim bam boum; din don, din don; drelin drelin; drelin dindin; tintin; dindan; digne, digne, dig, din, dig, din, don* (carrilhão), e a forma verbal *derliner*.

Acréscete-se o latim *tintinare* e o italiano *tintinnire*.

104. TAMBOR. — Do tambor pude recolher as seguintes formas: *pum, pum, pum purupum; tum, tum, tum turtum; tam, tam, tam taratam; bum, bum* (bombo); *rana rataplana mata aquela ratazana; rataplum, rataplum*. Para designar a acção de produzir esses sons há os verbos *rufar* e *rufilar*.

Nyrop, *Gram.*, III, § 24, dá-nos as seguintes formas do francês: *rataplan, rataplan; planplan; ran tan plan; ran plan plan; tarare; boum-boum; palalalalan.*

Há ainda em francês *fla*, dupla pancada dada no tambor.

105. TORDO. — Diz-se que *trucila*, do latim *trucilare*.

106. TOSSE.—Vid. *Homem* (cf. § 64).

107. VACA.—Vid. *Boi* (cf. § 25).

108. VEADO.—Diz-se que *brama* (cf. §§ 66 e 72).

109. VENTO.—Vid. *Gases* (cf. §§ 58 e 123).

110. VIOLA.—Diz-se que faz *zou-zou-zou-zou-zou-zou-zou-zou-zou-zou*.

Há em francês *zon-zon*, donde *zonzonner* e *flon flon* (cf. *Nyrop, Gram.*, III, § 24).

VII. Comentários fonéticos sobre algumas onomatopeias

111. Este capítulo é um dos mais delicados das onomatopeias.

Sabemos que as onomatopeias são formas imitativas: sabemos que essas imitações são em geral apenas aproximadas, e não rigorosas; sabemos que essas imitações não podem ser rigorosas, porque o nosso aparelho fonador e os nossos órgãos de articulação, embora dotados de condições excepcionais para produzirem uma grandíssima variedade de sons e de articulações, são incapazes de produzir e imitar todos os sons da natureza; o que nos falta saber e pretendo investigar são as razões fonéticas por que imitamos como imitamos, isto é, por que as onomatopeias têm a forma que têm.

As categorias de onomatopeias que aqui vou tratar são as seguintes: *armas de fogo, galo, gases, insectos, relógio, sino*.

112. ARMAS DE FOGO.—As detonações produzidas pelas armas de fogo (cf. § 20) não se traduzem em regra onomatopaicamente de qualquer maneira: elas traduzem-se por onomatopeias que se distinguem entre si por várias qualidades fonéticas, tais como o timbre, a articulação, a expiração (oral ou nasal), o tom, a quantidade.

As onomatopeias do canhão são em regra longas e nasais; as da pistola são breves e em regra orais; as da espingarda são intermédias, isto é, são breves e nasais.

113. Nas onomatopeias apresentadas no § 20 observam-se os seguintes fenómenos fonéticos: tôdas elas, excepto as do foguete, começam por uma oclusiva; predominam as oclusivas surdas; só

aparecem as oclusivas bi-labiais e linguo-dentais no início, e no fim de uma das onomatopeias aparece a oclusiva velar surda; aparecem vogais breves, vogais nasais e vogais orais, tôdas distribuídas com certo critério; aparecem consoantes nasais muito longas; aparecem só certas vogais e só certos ditongos, também distribuídos com certo critério; e aparecem uns *rrr* mais ou menos demorados.

Tudo isto de uma maneira geral tem a sua razão de ser. Vejamos porquê.

114. De uma maneira geral, o que caracteriza as detonações das armas de fogo são as seguintes qualidades: *explosão inicial*, *violência dessa explosão*, *ressonância mais ou menos demorada*, conforme a natureza da detonação.

A primeira característica, *explosão inicial*, dessas detonações justifica que as onomatopeias, que as traduzem, comecem sempre por uma oclusiva (cf. § 12, *g*); a segunda característica, *violência dessa explosão*, justifica que a oclusiva empregada seja em regra *surda*, visto que a explosão das oclusivas surdas é mais violenta que a das oclusivas sonoras (cf. § 12, *i*); a terceira característica, *ressonância mais ou menos demorada*, justifica o emprêgo ora da nasalidade, ora da oralidade, ora de vogais graves, ora de vogais agudas, ora de vírgulas, ora de reticências.

O tiro do canhão é em geral grave, longo e ressoante. Por isso, as onomatopeias que o representam têm por base vogais graves e nasais, e terminam por consoante nasal muito longa.

O tiro da pistola é agudo, breve, mais ou menos sêco, isto é, sem ressonância. Por isso, as onomatopeias que o representam têm por base vogais agudas, breves, nasais ou orais.

O tiro da espingarda é intermédio entre o do canhão e o da pistola, como ficou acima dito (cf. § 112), isto é, tem menos ressonância, menos longuidão, e menos gravidade que o do canhão, e mais que o da pistola. Por isso as onomatopeias que o representam têm por base vogais de tom, de quantidade e de ressonância intermédios.

115. Pelo que diz respeito às oclusivas que iniciam essas onomatopeias, devemos fazer um comentário mais minucioso.

Sendo a *violência* uma das características do tiro do canhão, e sendo as oclusivas surdas de explosão mais violenta que as sonoras (cf. § 12, *i*), ocorre perguntar a razão por que a par de *pânnnnn*, de *pũnnnn*, etc., há *bũnnnnn* e *bũnnnn*.

Esta duplicidade, salvo melhor juízo, não representa arbitrariedade, mas colisão de factos: o tiro do canhão é violento, sim, mas também é sonoro; a maior violência é expressa pela oclusiva surda, e a maior sonoridade pela oclusiva sonora.

Em *bãunnnn* e em *bũunnn* a sonoridade da vogal é reforçada pela oclusiva sonora, com prejuízo da violência da explosão: em *pãunnnn* e em *pũunnn* a violência da oclusiva é reforçada pela sua surdez, com prejuízo da sonoridade. Há, pois, uma colisão, que deu origem a um fenómeno de compensação.

Outras perguntas occorre fazer: por que é que essas onomatopeias não começam pelas oclusivas velares (*k*, *g*)? e por que é que predominam as onomatopeias iniciadas por oclusivas bi-labiais (*p*, *b*) em vez das línguo-dentais (*t*, *d*)?

A resposta a estas perguntas deve ser principalmente esta, quanto a mim: porque as oclusivas bi-labiais favorecem mais a ressonância das onomatopeias que as línguo-dentais, e estas mais que as velares (cf. § 12, *i*).

A capacidade que a cavidade bucal toma, quando se pronunciam as oclusivas bi-labiais, é maior do que a que toma quando se pronunciam as oclusivas línguo-dentais, e maior ainda do que a que toma quando se pronunciam as oclusivas velares.

Como a maior capacidade da cavidade bucal corresponde a um maior grau do poder de ressonância, e como a ressonância é uma das características dos tiros do canhão, compreende-se que as onomatopeias respectivas comecem preferentemente pelas oclusivas bi-labiais.

Por outro lado, o emprêgo das oclusivas bi-labiais conforma-se mais com o princípio da predisposição em que assenta a assimilação, do que o emprêgo das oclusivas línguo-dentais, e mais ainda do que o emprêgo das oclusivas velares (cf. §§ 122, 123, 130, 2.^a).

Com efeito, enquanto os lábios estão preparados para proferir o *p* e o *b*, a língua pode tomar a posição rigorosa correspondente a qualquer vogal, o que não sucede com as oclusivas línguo-dentais nem com as velares: enquanto a língua está preparada para proferir as oclusivas línguo-dentais *t*, *d*, e as oclusivas velares *k*, *g*, ela não pode tomar a posição rigorosa correspondente a qualquer vogal.

Quando muito, o que pode suceder é o seguinte: enquanto a língua está preparada para proferir as oclusivas línguo-dentais, ela está aproximadamente preparada para tomar a posição das vogais palatais, e enquanto ela está preparada para proferir as oclusivas

velares, ela está aproximadamente preparada para tomar a posição das vogais velares.

Se ela estiver preparada para proferir as oclusivas velares ou línguo-palatais, só depois da explosão destas é que ela pode tomar a posição rigorosa das vogais.

Do que fica exposto se vê que, além de tudo mais, a articulação das onomatopeias com oclusivas bi-labiais é menos trabalhosa que a das oclusivas línguo-dentais, e menos ainda que a das com oclusivas velares.

116. Pelo que diz respeito à terminação da forma *pumba*, explico-a dêste modo: *pumba* provém de uma forma hipotética **puma*, pela desnasalação do *m*, tal como teria sucedido com *zumbir* (cf. § 126).

No § 177 do meu «Curso de Filologia Portuguesa», publicado na revista *A Língua Portuguesa*, explico de igual modo a passagem de *cam(a)ra*, *com(o)ro*, *um(e)ro*-, *num(e)ro*, *mem(o)rare*, respectivamente a *cambra*, *combro*, *ombro*, *numbro*, *lembrar*.

A forma **puma* deve ter provindo de *pum*, com a nasalidade bi-labial muito longa, isto é, *pummm*. No momento em que se termina a pronúncia desta, os lábios abrem-se para ajudar a respiração, e naturalmente surgiria o *a* final.

As formas *pimba*, *tumba* e *bomba* (cf. § 20, *a* e *b*), devem ter explicação idêntica.

117. As formas *pãu* e *bãu* devem resultar da intensificação da ressonância. Como ficou dito no § 12, *i*), a intensidade da explosão é tanto mais sensível, quanto maior for a câmara de ar. Ora, o *a* é a vogal cuja articulação requiere maior câmara de ar, e por isso é a que melhor se presta para os sons de grande intensidade. No ditongo *au* o *a* fornece as condições para a intensidade, e o *u* as condições para a gravidade.

118. Isto é o que se passa com o tiro do canhão. Vejamos agora o que se passa com o tiro da pistola.

Nos tiros da pistola notam-se as seguintes particularidades: porque êles são menos ressoantes que os do canhão, isto é, porque são mais secos, só aparecem nas onomatopeias que os representam as oclusivas surdas, que, com o concurso das vogais agudas, breves, orais, ou de nasalidade pouco ressoante, denotam com mais precisão as qualidades do som que traduzem.

119. Para os tiros da espingarda nada há que acrescentar: são, como disse já, um intermédio entre os do canhão e os da pistola (cf. §§ 114 e 116).

120. Outro tanto não sucede com os tiros da metralhadora.

Nas onomatopeias destes tiros notam-se particularidades que não existem nas outras: há nelas, além de algumas características apontadas para as onomatopeias dos outros tiros, a repetição, o *rrrrrr*, e a terminação na oclusiva velar surda *k*.

O que principalmente caracteriza os tiros da metralhadora são a repetição, a brevidade, o tom agudo, e a pouca ressonância.

A repetição das detonações é representada de duas maneiras: pela repetição da oclusiva apoiada numa vogal, ou pelo emprêgo de uma vibrante muito longa, traduzida ortograficamente por uma sucessão maior ou menor de *rr* (cf. § 12, *k*).

A repetição da oclusiva é de fácil explicação: o tiro da metralhadora é uma sucessão de tiros análogos aos da espingarda, e por isso é natural que a sua interpretação onomatopaica seja uma sucessão de onomatopeias análogas entre si.

A repetição dos *rr* tem uma explicação fonética de certo interesse: o *r* apical tem um ponto de articulação semelhante ao das oclusivas linguo-dentais *t*, *d*; pode-se até considerar o *r* múltiplo apical como uma sucessão rapidíssima de oclusivas linguo-dentais.

Sendo assim, compreende-se que, querendo pronunciar com muita rapidez *tê. tê. tê. tê. tê.* se passe insensivelmente a *rrrrrrr* (cf. *traque*, § 123).

Uma vez vulgarizada a forma *trrrrr*, com *r* apical, aqueles que têm o *r* velar passariam por imitação a empregar *terrrr*, com *r* velar. Por outro lado, também por imitação se deve ter passado a dizer *prrrrr*, *krrrrr*, etc.

É pitoresca a designação *costureira* que o povo dá à metralhadora, pela semelhança que o tiroteio desta arma tem com o barulho produzido pela máquina de costura.

121. Com os foguetes dão-se particularidades que convém estudar.

Como ficou dito no § 20, *e*), as crianças costumam interpretar onomatopaicamente o som produzido pelos foguetes de duas maneiras: *fixxxxxt... ta, pum, pum*, e *estcalôôôôô*.

A primeira forma é constituída de duas partes: *fixxxxxt... ta*, que representa o som que o foguete produz enquanto sobe, e *ta, pum, pum*, que representa o rebentar das bombas.

Há na primeira parte a seguinte particularidade fonética notável: o som produzido pelo foguete, quando sobe no ar, começa fraco, e, rapidamente, mas gradualmente, vai-se tornando cada vez mais forte, e finalmente pára de repente. Depois disto há uma pequena suspensão brusca, que é seguida do rebentar das bombas.

Olhando para a ortografia da primeira parte, *fxxxxxxt*. . . vemos que ela é constituída por três fonemas: *f*, *x* e *t*. Como explicá-los?

O *xxxxx* traduz, e a meu ver com muita felicidade, o ruído sibilado e contínuo que o foguete produz enquanto sobe, ruído que caracteriza o escape dos gases (cf. §§ 58 e 123); o *f* simboliza a suavidade do mesmo ruído no início; o *t*, como oclusiva que é, e oclusiva surda, corresponde à paragem brusca (cf. § 12, *g*) da primeira parte do som do foguete, devendo notar-se que êsse *t* não é completo: êle estaca na implosão, vindo a explosão a dar-se depois da suspensão, pelo que depois das reticências aparece novamente o *t*.

A segunda parte, . . . *ta. pum, pum*, também tem as suas particularidades fonéticas que convém observar de perto: o som produzido pelo foguete logo que termina o ruído da ascensão é o do rebentar das bombas, que é *pum, pum*. Quanto a estes dois elementos nada particular tenho a dizer, pois que o assunto foi já suficientemente tratado no § 114 sgs.

Sendo assim, um problema surge: ¿como explicar o elemento *ta* que precede *pum, pum*?

Como ficou acima dito, a primeira parte desta onomatopeia termina com um *t* incompleto, apenas na sua fase implosiva, aparecendo a parte explosiva só depois da suspensão. O *a* que lhe vem agregado é a consequência do abrir da bôca para proferir a segunda parte da onomatopeia.

A segunda onomatopeia do foguete, isto é, *estralôtôtó*, salvo melhor juízo, só interpreta o rebentar das bombas: nela não figura a parte correspondente à ascensão do foguete.

Não obstante isso, há nela uma particularidade fonética que convém notar: no rebentar das bombas de um foguete não há regularidade, isto é, as bombas não rebentam com intervalos regulares: ora rebentam duas ou mais ao mesmo tempo, ora rebenta uma só, seguida do rebentar de outra ou de outras.

Em geral são as primeiras bombas que rebentam às duas ou mais simultaneamente, rebentando no fim as últimas uma por uma.

O elemento *estra*, segundo creio, traduz o rebentar de duas ou mais bombas ao mesmo tempo, e o elemento *tôtó* o rebentar de bombas isoladamente.

No elemento *estra* encontramos o *r*, que deve ter explicação idêntica à que acima dei dos *rr* do tiro da metralhadora (cf. § 120) e a que me refiro abaixo, ao tratar do canto do galo (cf. § 122, 2.º). Esse elemento encontra-se também no verbo *estralejar*.

122. GALO. (Cf. § 56).—Os comentários fonéticos a respeito das várias onomatopeias indicadas no § 56, e interpretativas do canto do galo, incidirão sobre as seguintes perguntas: por que é que essas onomatopeias começam tôdas por oclusiva? por que é que tôdas começam pela mesma oclusiva velar? como explicar a variedade de vogais que as constituem? como explicar a vibrante *r* apical simples, que aparece no meio de tôdas elas?

Procuremos responder a estas perguntas:

1.º, *por que é que essas onomatopeias começam tôdas por oclusiva, e por que é que começam tôdas pela mesma oclusiva velar?* Conforme deixei dito no § 56, seríamos, a meu ver, mais rigorosos, se imitássemos o canto do galo por *ó... ó. ó... óóóó*, isto é, sem a oclusiva inicial. Ali, e a seguir, faço um comentário fonético, para o qual remeto o leitor. Ali avento a hipótese de haver determinado o aparecimento medial da oclusiva a interrupção brusca que se dá de uma emissão a outra, interrupção que deve ser provocada por uma suspensão momentânea da expiração, ou por uma oclusão gutural.

Se é certa esta hipótese, fica explicada a razão de ser da oclusiva medial, bem como a da natureza dessa oclusiva, que por isso tem de ser velar, mas não fica explicada a razão de ser da oclusiva inicial, nem a da sua natureza.

É de crer que essa oclusiva inicial represente a maneira brusca como começa o canto do galo (cf. § 12, *g*).

Quanto à natureza dessa oclusiva, é de crer que ela seja velar, por serem velares as vogais em que ela se apoia nas mais vulgares dessas onomatopeias, que são *có... còró... cóóóó* e *cu... curu... cuuuu*, isto é, por um fenómeno de assimilação (cf. §§ 115, 123 e 130, 2.º).

Em *quí... quíri... quíiii* teria aparecido a oclusiva velar, apoiada numa vogal palatal, em consequência da acção análogica das formas *có... còró... cóóóó* e *cu... curu... cuuuu*.

2.º, *como explicar a vibrante r apical simples que aparece no meio de tôdas elas?* A explicação dessa vibrante deve ser análoga à da que aparece no tiro da metralhadora (cf. §§ 12, *j*, e 120): a repetição rápida da sílaba *co* teria produzido um som semelhante a uma

vibração, que teria sido primeiramente velar, e depois, porque essa vibrante tinha de ser simples e porque as vibrantes velares só podem ser múltiplas, esta teria de ser substituída pela simples.

3.º, *como explicar a variedade de vogais que as constituem?* No citado § 56 vimos que há *cá... càrà... càáàà, có... còró... còóóó, cu... curu... cuuuu* e *quí... quiri... quiii*. Vimos ali que atribuo as três primeiras formas ao canto do galo, e a última ao do frango.

O emprêgo das vogais nessas onomatopeias depende do tom da voz do galináceo: os galos têm a voz mais grave que os frangos: por isso a onomatopeia do canto dêstes tem por base a vogal *i*, que é a mais aguda que temos, enquanto a daqueles tem por base as vogais *u. o. a*.

123. GASES. (Cf. § 58).— As onomatopeias relativas aos gases, apontadas no § 58, são: *ffffff. xxxxxx. sssss*, que traduzem o escape do vapor das locomotivas, por exemplo, através da válvula de segurança ou de qualquer outra abertura; *vvvvv*, que representa o ruído do vento ao atravessar uma fresta; *ppffff* e *bufo*, que significam a ventosidade intestinal surda, e *traque* que representa a mesma ventosidade, mas sonora.

Comentemos.

Uma das principais características dêsses sons é a continuidade, como é do conhecimento de todos.

Este facto justifica que as respectivas onomatopeias tenham por base consoantes contínuas (fricativas), e que a da ventosidade intestinal sonora tenha na sua constituição uma vibrante (*r*), cuja razão de ser deve ser a mesma que deixei indicada a respeito do tiro da metralhadora (cf. §§ 12, *j*, e 120). Na verdade há certa semelhança entre o traque e o tiro da metralhadora.

A par desta característica comum, há particularidades que distinguem entre si os vários sons produzidos por gases: o do vento, ao atravessar uma fresta, tem em regra certa sonoridade e ao mesmo tempo certa suavidade, o que justifica o emprêgo da fricativa sonora lábio-dental *x* na respectiva onomatopeia; o do vapor, ao escapar-se pela válvula de segurança ou por qualquer outra abertura, não tem em regra sonoridade no sentido em que empregamos esta palavra quando nos referimos à voz humana, e às vezes apresenta-se-nos com certa suavidade, o que justifica o emprêgo do *f*, outras apresenta-se-nos com certo ruído, o que justifica o emprêgo do *x*, e outras apresenta-se-nos com uma suavidade intermédia, o que justifica o emprêgo do *s*.

Este emprêgo das fricativas é subtil, mas fundamental: o *f* é mais suave que o *s*, e este é mais que o *x*, porque o *f* é produzido pela vibração do ar ao sair por uma abertura formada por uma parte rija, os incisivos superiores, e uma parte mole, o lábio inferior; o *x* é produzido pela vibração do ar ao sair por uma abertura formada por duas partes rijas, os incisivos superiores e inferiores; o *s* é produzido pela vibração do ar ao sair por uma abertura formada por uma parte rija, os incisivos superiores, e por outra mixta, os incisivos inferiores em concurso com a língua.

As ventosidades intestinais, expelidas sem ruído, têm, além da característica geral de continuidade, a de início brusco, o que justifica o emprêgo da oclusiva bi-labial surda com que se inicia a onomatopeia que as representa.

A forma *bufa*, a meu ver, é vocabulização de *pfffff*: este não tinha vogais, e, para lhe dar forma vocabular, intercalou-se um *u* entre o *p* e o *f*, e apoiou-se esta última consoante num *a* ou num *o* (= *u*) (cf. § 9).

Há nesta vocabulização certa justificação fonética. Com efeito, a vogal que mais convém à primeira sílaba é *u*, por ser labial, e servir de base à bi-labial *b* (cf. §§ 115, 122 e 130, 2.º); a vogal que mais convém para terminar a sílaba é *a*, por permitir mais liberdade à saída do ar, e dar mais clareza ao timbre do *f*, cuja surdez contribui para que êle seja pouco perceptível.

124. INSECTOS. (Cf. § 65).—As onomatopeias relativas aos insectos, apontadas no § 65, são: *zzzzz*; *zum, zum*; *zenir*; *zumbir*, donde *zumbido*; *rum, rum*; *vvvvv*; *fonfom*; *tsé-tsé*.

Comentemos:

A onomatopeia *zzzzz* representa uma série de sons como: o produzido pelo vento, quando sopra violentamente através de uma fresta, por exemplo; o produzido pelas asas de insectos, quando voam, como as abelhas, por exemplo; o produzido por uma bala no seu trajecto através do ar; etc.

Tal como fica representada, é uma onomatopeia não vocabulizada, ainda na sua forma primitiva. Encontramo-la vocabulizada na nossa língua sob várias formas, como *zum-zum*, *zumbir*, *zenir*.

A forma primitiva, a não vocabulizada *zzzzz*, é a que mais fielmente interpreta os sons que representa: o que caracteriza êsses sons são a continuidade, a sonoridade, a ressonância, vários tons, conforme a sua natureza, a intensidade e a fricção. Ora, o fonema *z* tem todas estas características.

Como ficou dito no § 65, a par da forma *zzzzzz* há outra não vocabulizada, que é *vvvvvv*, que traduz os mesmos sons, quando têm mais sonoridade, provocada por maior ressonância.

125. A forma *zum-zum* apresenta-nos quatro elementos, que convém estudar: o *z*, que já aparece na forma primitiva *zzzzzz*; a vogal *u*; a nasalidade; e a repetição da sílaba *zum*.

A razão de ser do primeiro elemento já foi explicada acima (cf. § 124).

A razão de ser do *u* e a da nasalidade devem ser a mesma: a vogal nasal *ũ* tem grande poder de ressonância, que lhe é dado pela cavidade nasal e pela forma que a cavidade bucal toma para a produção daquela vogal. Esse *ũ* nasal, portanto, é um reforço de ressonância, que ajuda de certo modo a caracterizar a onomatopeia, sobretudo quando se trata de um som grave. Contudo, a forma *zum-zum* (= *zũ-zũ*) só se aplica para traduzir os sons, cuja ressonância se lhe assemelha, como são os produzidos pelas asas das abelhas, pelo falar contínuo das multidões, etc.

126. A forma *zumbir* apresenta-nos, além dos elementos de *zum* da forma anterior, um *b*, a terminação verbal, e a ausência da repetição.

A terminação verbal, considerada de uma maneira geral, não necessita de comentário especial, visto que a formação de verbos dentro da nossa língua é um fenómeno vulgar e regular. Onde há um problema fonético e morfológico que convém estudar, é na natureza da conjugação do verbo que se formou: como se sabe, a conjugação viva em português é a 1.^a, isto é, os verbos que se formam dentro do português são em regra da 1.^a conjugação. Sendo assim, como explicar que o verbo tirado da onomatopeia *zum-zum* seja da 3.^a conjugação?

A resposta a esta pergunta não pode ser categórica. Vou aventar uma hipótese: uma das características do som, que esta onomatopeia representa, é, como ficou acima dito, ter ele vários tons, conforme a sua natureza: o som produzido pelas asas das abelhas não é muito grave, é um meio termo, e contudo a onomatopeia respectiva baseia-se na vogal mais grave que temos, que é *u*; para atenuar a gravidade da sílaba *zum*, ter-se-ia escolhido a terminação *-ir*, que se baseia na vogal mais aguda da nossa língua.

Quanto ao aparecimento do *b*, a explicação que os gramáticos dariam seria a de que ele é anaptítico.

A meu ver, porém, como deixei dito no meu «Curso de Filologia Portuguesa», § 177, nota, publicado na revista *A Língua Portuguesa*, tal explicação não é verdadeira: inclino-me a crer que o *b* de *zumbir* provém da desnasalização do *m* de uma forma anterior **zumir*, paralela a *zenir*.

127. A forma **zumir* teria sido tirada de *zum*, cuja nasalidade, pela adjunção do sufixo *-ir* teria de se consonantizar. Resta explicar a razão porque essa consonantização se fez em *m* e não em *n*.

Creio que a explicação fonética é esta: o *u* é uma vogal labial, e por isso, por assimilação, a consonantização da nasalidade fez-se em *m* que é labial, e não em *n* que é áptico-dental (cf. *ũa*, *are*., que deu *uma*). Como se verá a seguir, em *zenir* a consonantização da nasalidade fez-se ali em *n* e não em *m* por motivo idêntico.

128. A forma *zenir* apresenta-nos os seguintes elementos particulares, que convém estudar: um *ẽ* mudo, um *n* e a terminação verbal em *-ir*.

Pelo que diz respeito à terminação verbal, é inteiramente aplicável aqui o que ficou dito sobre a forma *zumbir* (cf. § 125).

Quanto ao *ẽ* mudo, êle deve estar por *i*, por dissimilação: *zenir* < *zinir*.

A forma *zinir* teria sido tirada de **zim*, ou melhor **zi*, cuja nasalidade, pela adjunção do sufixo *-ir*, teria de se consonantizar, tal como teria sucedido com *zũ* acima estudado.

Resta explicar a razão porque essa consonantização se fez em *n* e não em *m*.

Creio que a explicação fonética é esta: o *i* é uma vogal palatal, e por isso, por assimilação, a consonantização da nasalidade fez-se em *n*, cujo modo de articulação se aproxima mais do do *i*, que o do *m*, que é bi-labial. Como se viu acima, em **zumir* (cf. § 127), a consonantização da nasalidade fez-se em *m* e não em *n* por motivo idêntico.

129. RELÓGIO. (Cf. § 99).—As onomatopéias relativas ao som produzido pela pêndula e pelo balanceteiro dos relógios, apontadas no § 99 são: *tac... tac...*, *tac... tac...*; *tíc... tac...*, *tíc... tuc...*; *tíc tac*, *tíc tuc*; *tíc tíc tíc tíc tíc tíc*; e *tico tico tico tico tico tico*.

Estas onomatopéias têm particularidades fonéticas muito interessantes, que vou procurar estudar.

A primeira particularidade que salta à vista e ao ouvido é a distribuição das vogais; outra não menos importante é a mecânica das

pausas que há entre cada som; e, finalmente, há a particularidade da maneira como começam e como acabam, isto é, pela oclusiva surda *t* e pela oclusiva surda *c* (= *k*).

Comentemos estas particularidades.

130. Conforme deixei indicado no § 99, *tac... tac... tac... tac... e tic... tac, tic... tac...* representam o som produzido pelo movimento da pêndula dos relógios grandes, de cadência lenta; *tic tac, tic tac* representa o produzido pelo movimento da pêndula dos relógios de parede pequenos, vulgares, de cadência rápida; e *tic tic tic tic tic* e *tico tico tico tico tico tico* representam o produzido pelo balanceiro dos relógios de algibeira, de cadência muito rápida.

Nestas onomatopeias a vogal *a* representa os sons graves, e *i* representa os agudos: o som produzido pelos relógios grandes é grave em relação ao produzido pelos relógios de algibeira, e por isso as onomatopeias que representam o bater destes têm por base *i*, ao passo que as que representam o bater daqueles têm por base *a*, pelo menos uma vez.

Que o som produzido pela pêndula dos relógios grandes seja representado pela vogal *a* e o produzido pelo balanceiro dos relógios de algibeira o seja pela vogal *i*, compreende-se, visto que, como ficou dito, o som daqueles é mais grave que o destes.

Que os sons produzidos pela pêndula do mesmo relógio sejam alternativamente iguais, isto é, que os ímpares sejam iguais entre si, e iguais entre si sejam os pares, mas estes sejam diferentes daqueles no que se refere ao tom, também se compreende pela observação feita ao mecanismo dos relógios, o que é corroborado pela alternativa das vogais *i* e *a*, em que se baseia a onomatopeia *tic tac*.

Agora, o que não se compreende bem, pelo menos à primeira vista, é a razão por que a onomatopeia dos relógios de algibeira não tem essa alternativa vocálica, e as outras a têm.

¿Será porque de facto não há alternativa de tons?

Sobre a onomatopeia *tic tac*, devem ser meditadas as seguintes considerações de Grammont, *Traité de Phonétique*, p. 379:

«Le mot *tictac*, désignant le bruit que fait le balancier d'une pendule, est un autre exemple fort instructif. Il s'agit de deux petits bruits secs, qui forcément diffèrent un peu l'un de l'autre, puisque la roue qui est frappée par le balancier ne l'est pas les deux fois exactement de la même manière. Mais si l'on considère

que quel que soit le moment auquel on commence à écouter le bruit de la pendule on entend toujours *tic-tac*, *tic-tac*, jamais *tac-tic*: que si l'on se contraint, en laissant passer un coup, à entendre *tac-tic*, on revient vite, sans s'en douter, à entendre *tic-tac*, on comprendra qu'il y a des phénomènes psychologiques qui dominent les formations onomatopéiques et les rendent dans une certaine mesure indépendantes des sons imités. On entend *tic-tac* parce que l'on s'attend à entendre *tic-tac* et que la force de l'habitude empêche d'entendre autre chose. Ces deux petits bruits métalliques ne commencent certainement pas par une occlusive dentale et ne finissent pas par une occlusive vélaire. Les occlusives sont là pour marquer que le son commence et finit brusquement. La consonne initiale est un *t* parce que c'est l'occlusive qui s'articule sur la partie antérieure du palais et que cet *i* et cet *a* sont deux voyelles antérieures. Quant à l'occlusive finale, elle pourrait aussi être un *t*; mais on est peu habitué, à cause du principe de la dissimilation, à avoir deux fois la même occlusive dans la même syllabe, et d'autre part on n'aime pas obliger la langue à faire un mouvement de va et vient dans la même syllabe; le point d'articulation de l'*i* et de l'*a* est plus en arrière que celui du *t* et le *e* est l'occlusive que rencontre la langue dans son mouvement d'avant en arrière.

«Mais si c'est l'habitude qui nous contraint à entendre *tic-tac*, qu'est-ce qui a déterminé ceux qui ont créé le mot à ranger les deux syllabes dans cet ordre plutôt que dans l'ordre inverse? C'est une autre habitude, beaucoup plus générale, qui domine les mots à redoublement de formation purement onomatopéique. Quand ils ne sont pas constitués par la répétition pure et simple d'une même syllabe, comme *coucou*, *ronron*, *glouglou*, *cricri*, ils ont une apophonie spéciale. Beaucoup de familles de langues, telles que les langues indo-européennes, les langues sémitiques et d'autres, ont une apophonie caractéristique qui paraît être due à une évolution phonétique et a pris par la suite une valeur morphologique. gr. *leipa*, *élipon*, *léloipa*, all. *helfen*, *half*, *geholfen*. L'apophonie des onomatopées à redoublement est indépendante de celles là. Elle veut que leurs voyelles accentuées soient d'une manière générale *i*, *a*, *ou*, allant de la plus claire à la plus sombre, sans que cet ordre puisse être interverti. Quelquefois l'*a* est remplacé par un *o* ouvert, de valeur à peu près équivalent. En voici quelques exemples: fr. *pif paf*, *pif-paf-pouf*, *bim-boum*, *bim-bam-boum*, *flie-flac*, *flie-flac*, *crie-crac*, *crie-croc*, *clic-clac*, *bredi-breda*, *de bric et de broc*, *patati-patata*, *cahin-caha*, etc.

«all. *pimpampum*, *pißpaßpuff*, *flackflack*, *klipklapp*, *klitsch-klatsch*, *ripsraps*, *schwippschwapp*, *lirumlärum*, *klimperklämper*, *klingklang*, *singsang*.

«angl. *criddle-cradle*, *middle-waddle*, etc.

«Dans certaines langues, en concurrence avec ce type, on en rencontre un autre, qui est beaucoup plus rare, et qui consiste à commencer par la voyelle la plus fermée; ce type ne comporte que deux degrés: lat. *tæx-tæx*, all. *puß-puß*».

Como se vê do transcrito, Grammont tem os seguintes conceitos: ouve-se sempre *tic-tac*, e nunca *tac-tic*; ouve-se sempre *tic-tac* pela força do hábito: as oclusivas que começam e acabam as onomatopeias do bater do relógio aparecem ali para indicar a maneira brusca como começa e como acaba o som do bater do relógio; a oclusiva inicial é um *t*, porque é oclusiva que se articula na parte anterior do palato, e o *i* e o *a* são duas vogais anteriores, isto é, é um fenómeno orgânico, um fenómeno de assimilação que afecta a articulação; a oclusiva final podia também ser *t*, mas devido ao principio da dissimilação, estamos pouco habituados a ter duas vezes a mesma oclusiva na mesma sílaba, e por outro lado somos avessos a obrigar a língua a fazer um movimento de vai-vem na mesma sílaba; a ordem *i-a-a* provém de outro hábito, que domina as palavras de redobro, de formação puramente onomatopaica.

Comentemos:

Não é verdade que sempre se ouve *tic-tac*, e nunca *tac-tic*: nos relógios bem equilibrados ouve-se indiferentemente *tic-tac* ou *tac-tic*; nos mal equilibrados ouve-se ou sempre *tic-tac* e nunca *tac-tic*, ou sempre *tac-tic* e nunca *tic-tac*, conforme a natureza do desequilíbrio.

A verificação disto é simples: equilibremos bem um relógio de parede, e ouviremos indiferentemente *tic-tac* ou *tac-tic*; inclinemo-lo um pouco para um lado e ouviremos *tic-tac* e só *tic-tac*; inclinemo-lo para o outro e ouviremos *tac-tic* e só *tac-tic*.

¿Por que é que no primeiro caso se ouve indiferentemente *tic-tac* ou *tac-tic*, e nos outros dois se ouve ou sempre *tic-tac*, ou sempre *tac-tic*?

A resposta a esta pergunta pertence aos domínios da física. Vejamos:

O movimento de vai-vem da pêndula de um relógio é produzido pela força da gravidade, auxiliada pela da corda.

Se não houvesse o auxílio da força da corda, a pêndula acabaria por parar ao cabo de certo número de movimentos de vai-vem, em

obediência às leis do pêndulo, que é descabido recordar aqui. Basta aqui dizer que o auxílio da força da corda serve para vencer as resistências que obrigam o pêndulo a parar ao cabo de certo número de movimentos de vai-vem, e que a sua acção é constante, qualquer que seja a posição do relógio, e que se exerce só num dos sentidos, o que faz que o movimento de vai seja produzido pela força da gravidade auxiliada pela da corda, ao passo que o de vem é produzido só pela força da gravidade. Resulta daqui que o auxílio prestado pela força da corda faz que o impulso por ela produzido tenda sempre a ser um pouco mais intenso que o contrário.

Quando a pêndula está bem centrada, isto é, quando o relógio está bem equilibrado, o impulso que a desvia no sentido da corda é maior do que o que a desvia no sentido oposto; se inclinamos o relógio de maneira que a pêndula caia para o lado do sentido da corda, êsse impulso torna-se ainda maior do que o que desvia a pêndula no sentido oposto; se inclinamos o relógio de maneira que a pêndula caia para o lado oposto ao do sentido da corda, êsse impulso pode tornar-se igual ou menor do que o que desvia a pêndula no sentido oposto.

Por que é tudo isto? Vejamos:

Se a pêndula está bem centrada, são iguais os desvios que sofre da vertical na sua trajectória, para o escape de um lado e do outro; se está mal centrada, tem de se desviar menos para o lado para onde ela cai.

Por isso, quando está bem centrada, ela vai para um lado e para o outro praticamente com o mesmo impulso e com a mesma velocidade, o que faz que sejam de igual duração os movimentos de vai e de vem; quando está mal centrada, ela vai com maior impulso e com maior velocidade para o lado para onde ela cai, o que faz que sejam de diferente duração os movimentos de vai e de vem.

Quere dizer:

a) quando o relógio está equilibrado, a duração entre o *tic* e o *tac* é igual à entre o *tac* e o *tic*, o que se pode representar assim:

tic...tac...tic...tac...tic...tac...tic...tac

b) quando o relógio está inclinado para um lado, a duração entre o *tic* e o *tac* é menor que a entre o *tac* e o *tic*, o que se pode representar assim:

tic...tac.....tic...tac.....tic...tac.....

c) quando o relógio está inclinado para o outro lado, a duração entre o *tic* e o *tac* é maior que a entre o *tac* e o *tic*, o que se pode representar assim:

tic.....*tac*...*tic*.....*tac*...*tic*.....*tac*...

Do que fica exposto resulta que, quando o relógio está equilibrado, os estalidos produzidos pelo movimento pendular constituem uma série de sons uniformemente intervalados, o que nos permite ouvir indiferentemente *tic-tac* ou *tac-tic*; quando o relógio está inclinado para um dos lados, esses estalidos constituem uma série de grupos de dois sons, o que nos força a ouvir esses sons, não indiferentemente, mas agrupados, ou pela ordem *tic-tac*, ou pela *tac-tic*.

Quanto a aparecerem nestas onomatopeias as oclusivas para indicar a maneira brusca como começa e como acaba o som do bater do relógio, estou inteiramente de acordo. Este conceito deixei-o já expresso nos §§ 11; 12, g); e 115.

Quanto a iniciar a onomatopeia a oclusiva *t*, por ser o seu ponto de articulação próximo do do *i*, e a terminá-la a oclusiva *c*, por estarmos pouco habituados a ter duas vezes a mesma oclusiva na mesma sílaba, creio que o foneticista francês não está totalmente na razão.

A forma *tic* tem na realidade uma disposição de fonemas foneticamente cômoda, mas não creio que seja por comodidade fonética que dizemos assim, mas por interpretação fonética.

Se a comodidade fonética tivesse tamanha virtude, não deveriam existir formas como *top*, que têm o duplo defeito de ter o *t* (anterior) junto ao *o* (posterior), e de obrigar a língua a fazer um movimento de vai-vem na mesma sílaba.

A meu ver, a razão do *t* inicial e a do *c* final foram implicitamente dadas no § 115: o *t* é uma oclusiva de explosão mais intensa que a do *c*, e como é mais intensa a maneira como começa essa onomatopeia do que a como acaba, naturalmente empregou-se *t* no início, e *c* no fim.

131. SINO (cf. § 103). — Muitos dos comentários feitos às onomatopeias do canhão (cf. §§ 112 sgs.) são aplicáveis às onomatopeias do sino: o emprêgo das oclusivas, o das vogais, e o da nasalidade fundam-se nos mesmos princípios.

Aqui vou limitar-me a comentar a forma *trrrrrinnnn* da campainha eléctrica.

132.-- *terrrríquup*.—Traduz esta onomatopeia o som produzido pelo badalar velozmente repenicado da campainha eléctrica. Foneticamente esta onomatopeia é muito interessante: a primeira pancada sêca é traduzida por uma oclusiva, o *t*, e as seguintes, que são uma sucessão rápida de pancadas, que são uma vibração mais ou menos longa, são representadas foneticamente por um *r* múltiplo, que é uma vibrante, e ortograficamente por uma série de *rr*, e, finalmente, depois de cessarem as badaladas, termina o som do toque com uma ressonância mais ou menos prolongada, que é traduzida pela sílaba nasal *quup* (cf. §§ 20, *a*: 17, *b*).

A escolha de uma oclusiva para representar a primeira pancada, é feliz, visto que a explosão das oclusivas corresponde de certo modo ao choque repentino dessa primeira pancada (cf. §§ 115; 12, *g*). Onde aparece um delicado problema de carácter fonético é na escolha da oclusiva mais apropriada. Com efeito, sendo as oclusivas portuguesas *b*, *p*, *d*, *t*, *g*, *k*, por que se havia de ter escolhido o *t*, e não qualquer das outras? Por que se havia de ter escolhido uma surda e não uma sonora? Assim como se diz *terrrrim*, não se poderia dizer *derrrim*, *prrrrim*, *hrrrrim*, *krrrrim*, *grrrrim*?

Como se vê, só o aspecto fonético o problema é muito interessante.

A meu ver, antes de mais nada, a escolha de uma oclusiva surda é mais justificável que a de uma sonora, porque, sendo as surdas mais fortes e mais bruscas que as sonoras, elas são mais apropriadas para interpretar a força e a brusquidão com que se produz o som da primeira pancada do toque da campainha eléctrica.

Sendo assim, o problema passa a circunscrever-se às surdas *p*, *t*, *k*. Aqui, a meu ver, ainda se justifica a escolha do *t* por assimilação: é de crer que primitivamente e geralmente ainda hoje seja apical a natureza do *r*, e nesse caso a consoante oclusiva que mais facilmente se pode agrupar com ele é a ápico-alveolar dental *t*.

A escolha da vibrante múltipla *r*, representada na nossa ortografia corrente por dois *rr*, e, em casos particulares como este, por três, quatro ou mais *rr*, é também feliz para representar as pancadas seguintes à inicial, visto que é o *r* múltiplo o único fonema que temos capaz de traduzir o repenicar rápido e prolongado da campainha eléctrica: nêle o ápice da língua desempenha as funções do badalo.

A escolha da nasalidade final é também feliz, visto que é a nasalidade o fenómeno fonético que mais se assemelha à ressonância de uma campainha, sino, ou coisa semelhante (cf. §§ 12, *f*: 17, *b*).

Resta apreciar a escolha que se fêz da vogal *i* para a sílaba final desta onomatopeia. Aqui, a meu ver, ainda se justifica a escolha do *i*: como se vê da comparação desta onomatopeia com estoutras: *palão*, *bombo*, *pim*, *pum*. O timbre da campainha eléctrica é em geral agudo, e por isso escolheu-se a vogal mais aguda que temos que é *i*; o do sino, particularmente dos sinos das igrejas, é mais grave, e por isso se escolheu para êles a vogal *a*, que é mais grave: *palão*.

VIII. Índice das onomatopeias

133. No presente índice vão registadas tôdas as onomatopeias citadas no corpo da obra, com a indicação dos parágrafos em que se encontram.

Além dessas, são registadas as que posteriormente ocorreram e não vieram a tempo de serem citadas na devida altura.

A

á, á, á, á, á (port.), gargalhada, 64, 5.
 abayer (fr.), cão, 36, 1.
 abbaiare (it.), cão, 36, 1.
 aboyer (fr.), cão, 36, 1.
 abubilla (esp.), poupa, 92.
 annitrire (it.), cavalo, 38, 1.
 ão, ão (port.), cão, 36, 1.
 arensar (port.), cisne, 43.
 arrotar (port.), homem, 64, 8.
 arrôto (port.), homem, 64, 8.
 arrufar (port.), gato, 59, 3.
 arrulhar (port.), pombo, 4 e 90.
 arrullar (esp.), pombo e rôla, 5 e 90.
 assobiar (port.), serpente, 4.
 assoprar (port.), gato, 59, 3.
 atroar (port.), canhão, 20 a).
 à... txim (port.), espirro, 64, 3.
 au, au (port.), cão, 36, 1.
 aullar (esp.), cão e lobo, 5 e 68.
 ayear (esp.), bufo, 5.
 azurrar (port.), burro, 29.

B

baa (ingl.), carneiro, 37.
 ba-a, ba-a (esp.), carneiro, 37.
 bae (din.), carneiro, 37.

balar (port.), carneiro, 4 e 37.
 balar (esp.), carneiro, 5 e 37.
 balare (lat.), carneiro, 37.
 balbettare (it.), homem, 64, 8.
 balbo (port.), homem, 64, 8.
 balbo (it.), homem, 64, 8.
 balbuciar (port.), homem, 64, 8.
 balbus (lat.), homem, 64, 8.
 balbuzzare (it.), homem, 64, 8.
 balir (port.), carneiro, 4 e 37.
 balitar (esp.), carneiro, 5 e 37.
 barboter (fr.), homem, 64, 4.
 barbottare (it.), homem, 64, 4.
 barrire (lat.), boi, 26.
 bân (port.), canhão, 117.
 haubari (lat.), cão, 36, 1.
 bāunnnn (port.), canhão, 20 a) e 115.
 bāunnnn, bāunnnn (port.), sino, 103.
 1.
 βούζαν (gr.), cão, 36, 1.
 bayer (fr.), cão, 36, 1.
 bbbbbb (port.), boi, 26.
 bbbbbbēēēēēē (port.), boi, 26.
 bbbbbbuuuuuu (port.), boi, 26.
 bé bé (it.), carneiro, 37.
 bēco, bēco (port.), cão, 36, 1.
 hēe (fr.), carneiro, 37.
 bee bee (catal.), carneiro, 37.
 bēēēē (port.), carneiro, 37.

beéé beéé (esp.), carneiro, 37.
 bégue (fr.), homem, 64, 8.^o
 beh (fr.), carneiro, 37.
 be he he (romeno), carneiro, 37.
 belare (lat.), boi, 26.
 belare (it.), carneiro, 37.
 bēler (fr.), carneiro, 37.
 bem dito, bem dito (port.), megeugra, 73.
 bem te vi... bem te vi... (port.), cotovia, 47.
 berrar (port.), boi e carneiro, 4, 26 e 37.
 berrear (esp.), boi 5 e 26.
 bēu, bēu (port.), cão, 36, 1.^o
 beugler (fr.), boi, 26.
 bim bam boum (fr.), sino, 103.
 bing bing (fr.), sino, 103.
 bique-bique (port.), certa ave, 24.
 bisbigliare (it.), homem, 64, 4.^o
 bisbisar (esp.), homem, 5 e 64, 4.^o
 bite-bite (port.), certa ave, 24.
 blaterar (port.), camelo, 32.
 blaterare (lat.), camelo, 32.
 bōh (din.), boi, 26.
 bois! bois! (port.), mocho, 76.
 bomba (port.), canhão, 20 a) e 116.
 bōmmmba (port.), canhão, 20 a).
 bōnnnn (port.), canhão, 20 a).
 bōnnnn, bōnnnn (port.), sino, 103, 1.^o
 boo (ingl.), boi, 26.
 borbottäre (it.), homem, 64, 4.^o
 boubou (fr.), mocho, 76 e 92.
 boubouler (fr.), mocho, 76.
 boum-boum (fr.), tambor, 104.
 braire (fr.), burro, 29.
 bramar (port.), onça, veados, mar, 4, 72 e 108.
 bramar (esp.), leão, 5 e 66.
 bramir (port.), mar, 72.
 braviar (esp.), boi, 5.
 bré bré (it.), rã, 95.
 brontolare (it.), homem, 64, 4.^o
 brrke ke ke kex koax koax (fr.), rã, 95.
 brrr (port.), carneiro, 26 e 37.
 brrrrr (port.), vômito, 64, 7.^o
 βρυχαται (gr.), leão, 66.
 bu bu (it.), cão, 36, 4.^o

bubbola (it.), poupa, 92.
 bufa (port.), homem, 9, 58, 3.^o e 64.
 bufar (port.), cavalo, gato, 38, 2.^o e 59, 3.^o
 bufar (esp.), cavalo, gato, boi, 5, 38, 2.^o e 59, 3.^o
 buh (din.), boi, 26.
 bum, bum (port.), tambor, 104.
 būmmmba (port.), canhão, 20 a).
 būnnnn (port.), canhão, 20 a) e 116.
 C
 cá, cá, cá, cá, cá (port.), homem, 64, 5.^o
 cācārācā (port.), galo, 17 a).
 cá-cá-rā-cā (port.), galo, 56, 1.^o
 cá... cāra... cāāāā (port.), galo, 56, 1.^o
 cacarder (fr.), pato, 81.
 cacarejar (port.), galinha, 4 e 56, 5.^o
 cachapim (port.), megeugra, 73.
 cachapuz (port.), queda de um corpo, 41, 3.^o
 calcaré (port.), codorniz, 44.
 cal-co-ré (port.), codorniz, 44.
 calcuré (port.), codorniz, 44.
 cancan (fr.), pato, 81.
 cantar (port.), galo, pardal, canário, cigarra, rouxinol, passarinhos, 4, 34, 42, 56, 1.^o, 80 e 102.
 cantar (e-pa), galo, cigarra, papagaio, passarinhos, 5.
 capataz, capataz, capataz (port.), codorniz, 44.
 caqueter (fr.), galinha, 56, 7.^o
 car (romeno), corvo, 46.
 carcalhota (port.), codorniz, 44.
 castanetear (esp.), macaco, perdiz, 5, 70 e 84.
 catapum, catapum, catapum (port.), cavalo, 38, 3.^o
 catrapum, catrapum, catrapum (port.), cavalo, 38, 3.^o
 catrapuz (port.), queda de um corpo, 41, 3.^o
 catrapuz, catrapuz, catrapuz (port.), cavalo, 38, 3.^o
 caw (ingl.), corvo, 46.
 cegarrega (port.), cigarra, 42.

- chamar pelo gregório (port.), vômito, 64, 7.º
- chapim (port.), megengra, 73.
- charim, charim (port.), pardal, 79.
- chas, chas, chas (port.), chasco, 40.
- chasco (port.), certa ave, 40.
- chiar (port.), rato, lebre, macaco, 4, 70 e 98.
- chicchirichi (it.), galo, 56, 7.º
- chichisvear (esp.), homem, 5.
- chillar (esp.), papagaio, macaco, passarinho, 5, 70, 78 e 80.
- chilrar (port.), aves, pardal, 4, 79 e 80.
- chilrear (port.), aves, pardal, 79.
- chilrear (esp.), papagaio, 78.
- chinchinim (port.), megengra, 73.
- chirlar (esp.), homem, papagaio, 5 e 78.
- chirrear (port.), coruja, 45.
- chirriar (esp.), passarinho, coruja, 5, 45 e 80.
- chop, chop, chop, chop (port.), cavalo, 38, 3.º
- chuchear (esp.), homem, 64, 4.º
- chuchoter (fr.), homem, 64, 4.º
- chuinte (fr.), coruja, 45.
- ciciar (port.), homem, 64, 4.º
- clatir (fr.), cão, 36, 1.º
- clo clo (esp.), galinha, 56, 7.º
- cloquear (esp.), galinha, 5 e 56, 7.º
- coasser (fr.), rã, 95.
- coax! coax! (lat.), rã, 95.
- coax! coax! (fr.), rã, 95.
- κόαξ (gr.), rã, 95.
- coaxar (port.), rã, 95.
- coaxare (lat.), rã, 95.
- cochichar (port.), homem, 64, 4.º
- cochicho (port.), certa ave, 17 a).
- cock a doodle doo (ingl.), galo, 56, 7.º
- có..., có..., có... (port.), galinha, 56, 6.º
- có, có, có, có (port.), galinha, 56, 4.º
- có, có, có, có, córócó (port.), galinha, 56, 5.º
- cocorejar (port.), galinha, 56, 5.º
- cocorico (fr.), galo, 56, 7.º
- cócóricó (port.), galo, 56, 1.º
- cocoroci (catal.), galo, 56, 7.º
- có... córócó (port.), galinha, 14 e 17 b).
- cócórcó (port.), galo, 14, 15 e 17 a).
- có-có-ró-có (port.), galo, 13, 14 e 56, 1.º
- có... córó... cóóóóó (port.), galo, 14, 17 b) e 56, 1.º
- có-cró-có (port.), galo, 56, 1.º
- codorni... codorni... (port.), codorniz, 44.
- coi! (fr.), rã, 95.
- coq (fr.), galo, 56, 7.º
- coquelicot (fr.), galo, 56, 7.º
- coquericó (port.), galo, 56, 1.º
- coquericot (fr.), galo, 56, 7.º
- couac (fr.), homem, 64, 8.º
- couan couan (fr.), pato, 81.
- cou cou (fr.), cuco, 48.
- couin couin (fr.), pato, 81.
- courcailleur (fr.), codorniz, 44.
- courcaillet (fr.), codorniz, 44.
- courleri (fr.), maçarico, 71.
- courlerit (fr.), maçarico, 71.
- courleru (fr.), maçarico, 71.
- courlieu (fr.), maçarico, 71.
- courlis (fr.), maçarico, 71.
- cracher (fr.), homem, 64, 8.º
- cracolé (port.), codorniz, 44.
- crá, crá (port.), corvo, 46.
- craqueler (fr.), quebrar, rasgar, 94.
- craquer (fr.), quebrar, rasgar, 94.
- craqueter (fr.), quebrar, rasgar, 94.
- crás (port.), corvo, 46.
- crascitar (port.), corvo, 5.
- crascitar (esp.), corvo, 46.
- críteler (fr.), galinha, 56, 7.º
- cri, cri (port.), grilo, 60.
- cri, cri (fr.), grilo, 60.
- cric crac (fr.), quebrar, rasgar, 94.
- cric croc (fr.), quebrar, rasgar, 94.
- critx, critx (port.), quebrar, rasgar, 94.
- croa, croa (fr.), corvo, 46.
- croailler (fr.), corvo, 46.
- croajar (esp.), corvo, 5 e 46.
- croar (esp.), rã, 5 e 95.
- croasser (fr.), corvo, rã, 46 e 95.
- crocicare (it.), corvo, 46.
- crocitar (port.), corvo, 4 e 46.

crocitar (esp.), corvo, 46.
crocitare (lat.), corvo, 46.
croquer (fr.), quebrar, rasgar, 94.
croscitar (esp.), corvo, 46.
crotorear (esp.), cegonha, 5 e 39.
cucar (port.), cuco, 48.
cuchichear (esp.), homem, 64, 4.º
cuchichiar (esp.), perdiz, 5 e 84.
cuckow (ingl.), cuco, 48.
cucillo (esp.), cuco, 48.
cuco (port.), certa ave, 48.
cuco (esp.), certa ave, 48.
coucou (fr.), certa ave, 48.
cucú (esp.), cuco, 48.
cucular (port.), cuco, 48.
cuculo (it.), cuco, 48.
cuculus (lat.), cuco, 48.
cuculus (lat.), cuco, 48.
cucuricar (port.), galo, 4 e 56, 1.º
cucuriger (romeno), galo, 56, 7.º
cucurire (lat.), galinha, 56, 7.º
cucuritar (port.), galo, 56, 1.º
cucurucu (port.), galo, 17 a).
cu... curu... cuuuu (port.), galo, 56, 1.º
cu-cu-ru-cu (port.), galo, 56, 1.º
cucus (lat.), cuco, 48.
cui! cui! (fr.), passariinho, 80.
curculhêr (port.), codorniz, 44.

D

dãunnnn (port.), canhão, 20 a).
dãunnnn, dãunnnn (port.), sino, 103, 1.º
derliner (fr.), sino, 103.
desganifarse (esp.), homem, 64, 8.º
desganitar (esp.), homem, 5 e 64, 8.º
digue, digue, dig, din, dig, din, don (fr.), sino, 103.
dindan (fr.), sino, 103.
din don, din don (fr.), sino, 103.
dlãunnnn, dlãunnnn (port.), sino, 103, 1.º
dõnnnn, dõnnnn (port.), sino, 103, 1.º
drelin dindin (fr.), sino, 103.
drelin drelin (fr.), sino, 103.
dugoudugo (fr.), mecho, 76.
dũnnnn (port.), canhão, 20 a).

E

efundir (esp.), homem, 5.
énacat (gr.), poupa, 92.
eructation (fr.), homem, 64, 8.º
erutaci6n (esp.), homem, 64, 8.º
erutar (esp.), homem, 64, 8.º
eruto (esp.), homem, 64, 8.º
escarro (port.), homem, 64, 8.º
esganiçado (port.), homem, 64, 8.º
estou fraca, estou fraca (port.), galinha de Angola, 8 e 55.
estou fresca, estou fresca (port.), galinha de Angola, 55.
estralejar (port.), foguete, 121.
estralôtôtô (port.), foguete, 121.

F

falar (port.), homem, 4.
fanhoso (port.), homem, 64, 8.º
fffff (port.), gases, 58, 1.º
fffff, fffff, fffff (port.), locomotiva, 69, 1.º
fífa (port.), homem, 64, 8.º
fioco (it.), homem, 64, 8.º
fla (fr.), tambor, 104.
flac flac (fr.), bofetada, 41, 2.º
fion fion (fr.), viola, 110.
fonfom (port.), certo insecto, 65.
fretenir (port.), cigarra, 42.
fric frac (fr.), quebrar, rasgar, 94.
fritinnire (lat.), cigarra, 42.
frrrrrr (port.), quebrar, rasgar, 94.
fungar (port.), homem, 64, 8.º
fxxtt... ta, pum, pum (port.), foguete, 121.

G

gaguejar (port.), homem, 64, 8.º
gago (port.), homem, 64, 8.º
gallear (esp.), galo, 5 e 56, 7.º
gangoso (esp.), homem, 64, 8.º
ganir (port.), cão, 4.
ganir (esp.), cão, 5.
gargalhada (port.), homem, 64, 5.º
gargarejar (port.), homem, 64, 8.º
gargarejo (port.), homem, 64, 8.º
gargariser (fr.), homem, 64, 8.º

gargarisme (fr.), homem, 64, 8.º
gargarismo (esp.), homem, 64, 8.º
gargarizar (esp.), homem, 5 e 64, 8.º
gazear (port.), garça, 57.
gaznar (esp.), galinha, 5 e 56, 7.º
gaznear (esp.), galinha, 5 e 56, 7.º
gazoniller (fr.), passarinho, 80.
gemer (port.), rôla, 4 e 101.
ghiattire (it.), cão, 36, 1.º
gick gick (alem.), pato, 81.
glapir (fr.), cão, 36, 1.º
glatir (fr.), cão, 36, 1.º
glattire (lat.), cão, 36, 1.º
glocidare (lat.), galinha, 56, 5.º
glocire (lat.), galinha, 56, 5.º e 56, 7.º
glocitare (lat.), galinha, 56, 5.º e 56, 7.º
gloctorare (lat.), cegonha, 39.
gloterar (port.), cegonha, 39.
gloterar (esp.), cegonha, 39.
glottorare (it.), cegonha, 39.
glou glou (fr.), líquido, 67.
glonglou (fr.), peru, 85, 1.º
glouglouter (fr.), peru, 85, 1.º
glous! glous! glous! (fr.), peru, 85, 1.º
gloussement (fr.), galinha, 56, 7.º
glousser (fr.), galinha, 56, 7.º
glu glu (port.), peru, 85, 1.º
gnao (it.), gato, 59, 1.º
gô, gô, gô, gô (port.), galinha, 56, 4.º
gorjear (port.), aves, 4 e 80.
gorjear (esp.), passarinhos, 5 e 80.
gornir (port.), porco, 91.
gra, gra (esp.), corvo, 46.
gra, gra (it.), corvo, 46.
gra gra (it.), rã, 95.
grajear (esp.), corvo, 5.
grasnar (port.), pato, rã, 4 e 81.
grassitar (port.), pato, 81.
graznar (esp.), pato, corvo, 5, 46 e 81.
graznear (esp.), corvo, 5 e 46.
gregório [chamar pelo] (port.), vó-mito, 64, 7.º
gri, gri (port.), grilo, 60.
grillar (esp.), grilo, 5 e 60.
grillare (lat.), grilo, 60.
grim-grim (port.), certa ave, 61.
grisoler (fr.), cotovia, 47.

grogner (fr.), porco, homem, 64, 4.º e 91.
groir (port.), grou, 62.
grommeler (fr.), homem, 64, 4.º
gronder (fr.), porco, 91.
grou (port.), certa ave, 62.
gruere (lat.), grou, 62.
grugnare (it.), porco, 91.
grugnire (it.), porco, 91.
gru, gru (port.), peru, 85, 1.º
grugulejar (port.), peru, 85, 1.º
gruir (port.), grou, 62.
gruir (esp.), grou, 5 e 62.
grulhar (port.), peru, 85, 1.º
grundire (lat.), porco, 91.
grunhir (port.), porco, 4 e 91.
grunir (esp.), cão, porco, homem, 5, 64, 4.º e 91.
grunnire (lat.), porco, 91.
guanir (esp.), porco, 5 e 91.
guayar (esp.), homem, 5.
güi... güi... (port.), porco, 91.
guilleri (fr.), pardal, 79.
guinchar (port.), macaco, 4 e 70.
guiorrer (fr.), rato, 98.

II

hablar (esp.), homem, papagaio, 5.
há, há, há, há, há (port.), homem, 64, 5.º
ham, ham (port.), cão, 36, 1.º
hây, hây (port.), cão, 36, 1.º
hennir (fr.), cavalo, 38, 1.º
hibou (fr.), mocho, 76.
hi, hi, hi, hi, hi (port.), homem, 64, 5.º
himplar (esp.), pantera, 5.
hinnire (lat.), cavalo, 38, 1.º
hipar (esp.), macaco, 5 e 70.
ho ho (fr.), mocho, 76.
hó, hò, hò, hò, hò (port.), homem, 64, 5.º
hoquet (fr.), homem, 64, 8.º
hou hou (fr.), lobo, 68.
houhou (fr.), mocho, 76.
hourhou (fr.), mocho, 76.
hourongou (fr.), mocho, 76.
hourouhou (fr.), mocho, 76.

I

iiiiiii (port.), cavalo, 38, 1.^o
 iiiiii (port.), homem, 64, 1.^o
 i, i, i, i, i (port.), homem, 64, 5.^o

J

japer (fr.), cão, 36, 1.^o
 Jesus Cristo é na...ado (port.),
 galo, 56, 1.^o
 jipar (esp.), homem, 5.
 jiiiii (port.), líquido, 67

K

kark (russo), corvo, 46.
 kikiriki (esp.), galo, 56, 7.^o
 klaxon (ingl.), automóvel, 21.
 koak koak (sueco), rã, 95.
 kra kra (dinam.), corvo, 46.
 krax krax (sueco), corvo, 46.
 kriak (russo), pato, 81.
 krrrrr (port.), metralhadora, 120.
 kuckuck (al.), cuco, 48.
 kukeliku (sueco), galo, 56, 7.^o
 kukkukiekkuu (finl.), galo, 56, 7.^o
 kykilliky (dinl.), galo, 56, 7.^o

L

ladrar (port.), cão, 4 e 36, 1.^o
 ladrar (esp.), cão, 5 e 36, 1.^o
 ladrido (port.), cão, 36, 1.^o
 ladro (port.), cão, 36, 1.^o
 lairar (fr.), cão, 36, 1.^o
 latido (port.), cão, 36, 1.^o
 latir (port.), cão, 4 e 36, 1.^o
 latir (esp.), cão, 5 e 36, 1.^o
 latrare (lat.), cão, 36, 1.^o
 llantear (esp.), homem, 5.

M

mac (din.), carneiro, 37.
 mac mac (romeno), pato, 81.
 mah mah (it.), boi, 26.
 marmotter (fr.), homem, 64, 4.^o
 mand (ingl.), corvo, 46.

maullar (esp.), gato, 5 e 59, 2.^o
 mau mau (port.), gato, 59, 1.^o
 meh (fr.), carneiro, 37.
 mech mech (atal.), pato, 81.
 méééé (port.), carneiro, 37.
 meugler (fr.), boi, 26.
 meuh (fr.), boi, 26.
 miagar (esp.), gato, 5 e 59, 1.^o
 miagolare (it.), gato, 59, 1.^o
 miaou (fr.), gato, 59, 1.^o
 miar (port.), gato, 1 e 59, 1.^o
 miar (esp.), gato, 5 e 59, 1.^o
 mian (port.), gato, 59, 1.^o
 mian (esp.), gato, 59, 1.^o
 miauler (fr.), gato, 59, 1.^o
 miauen (al.), gato, 59, 1.^o
 mién (port.), gato, 59, 1.^o
 mijar (port.), líquido, 67.
 minhau (port.), gato, 59, 1.^o
 mio (port.), gato, 59, 1.^o
 miullar (esp.), gato, 59, 1.^o
 mmmmmm (port.), boi, 26.
 mmmmmmméééééé (port.), boi, 26.
 mmmmmmmuuuuuu (port.), boi, 26.
 moo (ingl.), boi, 26.
 moô (finl.), boi, 26.
 moû (fr.), boi, 26.
 mouac mouac (fr.), pato, 81.
 mu (lat.), boi, 26.
 mu (romeno), boi, 26.
 µ (gr.), boi, 26.
 muggiare (it.), boi, 26.
 muggire (it.), boi, 26.
 mugliare (it.), boi, 26.
 mugir (port.), boi, 26.
 mugir (esp.), boi, 5 e 26.
 mugir (fr.), boi, 26.
 mugire (lat.), boi, 26.
 μυζαζαζα (gr.), boi, 26.
 musitar (esp.), homem, 5 e 64, 4.^o
 muu (esp.), boi, 26.
 muuu (atal.), boi, 26.
 µζα (gr.), boi, 26.

N

nao (it.), gato, 59, 1.^o
 nau (finl.), gato, 59, 1.^o
 nhau (port.), gato, 59, 1.^o e 17 al.

nhéu (port.), gato, 59, 1.^o
nitrir (port.), cavalo, 38, 1.^o
nitrire (it.), cavalo, 38, 1.^o

O

oacaca (romeno), rã, 95.
ôh (finl.), porco, 91.
ô, ô, ô, ô, ô (port.), homem, 64, 1.^o
ô... ô, ô... ôôôô (port.), galo, 56, 1.^o
 e 122, 1.^o
ornear (port.), burro, 29.
ornear (galego), burro, 29.
ornejar (port.), burro, 29.
ou ou (fr.), cuco, 48.

P

pá (port.), pistola, 20 c).
pack pack (al.), pato, 81.
palalalalan (fr.), tambor, 104.
paläunnnn, paläunnnn (port.), sino, 103, 1.^o
palrar (port.), pèga, papagaio, 4, 79 e 83.
pan pan (fr.), espingarda, 20 a).
pá, pá, pá, pá (port.), metralhadora, 20 d).
parlotear (esp.), papagaio, 5 e 78.
parpalhós (port.), codorniz, 44.
parpar (esp.), pato, 5 e 81.
parpalhás (port.), codorniz, 44.
paspalhão (port.), codorniz, 44.
paspalhás (port.), codorniz, 44.
paspalhós (port.), codorniz, 17 a) e 44.
patachim (port.), megengra, 73.
patalear (esp.), homem, 5.
pūu (port.), pistola, 20 c).
pāu (port.), canhão, 117.
pāunnnn (port.), canhão, 20 a) e 115.
pāunnnn, pāunnnn (port.), sino, 103, 1.^o
paz (port.), pistola, 20 c).
paz (port.), befetada, 41, 2.^o
pépier (fr.), passarinho, 80.
petouf (fr.), canhão, 20 a).
pffff (port.), homem, 9 e 58, 3.^o

pffff, pffff (port.), gato, 59, 3.^o
pffff, pffff, pffff, pffff (port.), locomotiva, 69, 1.^o
piar (port.), pintainho, mocho, 4, 76, 80 e 87.
piauler (fr.), passarinho, 80.
pif paf (fr.), espingarda, 20 b).
pif paf pouf (fr.), espingarda, 20 b).
pim (port.), espingarda, 20 b).
pimba (port.), espingarda, 20 b) e 116.
pim, pim, pim, pim (port.), metralhadora 20 d).
pio (port.), mocho, pintainho, passarinho, 76, 80 e 87.
pipiar (port.), passarinho, 80.
pipiar (esp.), passarinho, 5 e 80.
pipiare (lat.), passarinho, 80.
pipilar (port.), passarinho, 80.
pipilare (lat.), passarinho, 80.
πιπιζο (gr.), passarinho, 80.
πιπιζο (gr.), passarinho, 80.
pipituni (sicil.), poupa, 92.
pisco (port.), certa ave, 88.
pis, pis (port.), pisco, 88.
pissitar (port.), estorninho, 50.
pisitare (lat.), estorninho, 50.
pitar (esp.), gamo, 5.
pitrire (it.), cavalo, 38, 1.^o
piu, piu (port.), mocho, pintainho, passarinho, 76, 80 e 87.
planplan (fr.), tambor, 104.
pläunnnn, pläunnnn (port.), sino, 103, 1.^o
pōnnnn (port.), canhão, 20 a).
pōmmmba (port.), canhão, 20 a).
póóóó, póóóó, póóóó (port.), automóvel, 21.
pó, pó (port.), automóvel, 12 f).
pópó (port.), automóvel, 21.
pouca terra, pouca terra (port.), locomotiva, 8 e 69, 1.^o
pouca terra, pouco pão (port.), locomotiva, 69, 1.^o
pouca terra, muita calha (port.), locomotiva, 69, 1.^o
poum, poum (fr.), canhão, 20 a).
poupa (port.), certa ave, 92).
poupa o milho (port.), poupa, 92.

poupa o pão (port.), poupa, 92.
poupou (fr.), poupa, 92.
prrrrr (port.), quebrar, rasgar, 94 e 120.
psssstrim pim (port.), guitarra, 63.
pum (port.), espingarda, 20 *bi*.
pum (port.), canhão, 12 *f*, 17 *a* e 17 *f*.
pumba (port.), canhão, 20 *a* e 116.
pummmm (port.), canhão, 116.
pūmmmba (port.), canhão, 17 *f* e 20 *a*.
pum, pum (port.), bater à porta, 41, 1.
pum, pum, pum, purupum (port.), tambor, 104.
pūnnnn (port.), canhão, 17 *a*, 17 *f* e 20 *a*.
pūnnnn (port.), canhão, 115.
pupã (maculónio), poupa, 92.
pupázã (romeno), poupa, 92.
pupilar (port.), pavão, 82.
pupillare (lat.), pavão, 82.
púpita (calabrês), poupa, 92.
pupula (piementês), poupa, 92.
pusitare (lat.), estorninho, 50.

Q

quack quack (al.), pato, 81.
quack (ingl.), pato, 81.
qual! qual! (port.), corvo, 46.
qualquerré (port.), codorniz, 44.
quand quand (fr.), pato, 81.
quá quá (port.), corvo, pato, 81.
qua qua (it.), pato, 81.
quefum, quefum, quefum (port.), tosse, 64, 6.
quê quê (port.), porco, 91.
quê, quê, quê, quê (port.), galinha, 56, 7.
quetepum, quetepum, quetepum (port.), cavalo, 38, 3.
quiquia, quiquiá, quiquiá (port.), galinha de Angola, 55.
quiquiriqui (port.), galo, 17 *a*.
quiquiriqui (catal.), galo, 56, 7.
quí... quiri... quiiii (port.), galo, 56, 2.

R

ragghiare (it.), burro, 29.
ragliare (it.), burro, 29.
rana cataplana mata aquela rata-zana (port.), tambor, 104.
ran plan plan (fr.), tambor, 104.
ran tan plan (fr.), tambor, 104.
rap rap (din.), pato, 81.
rã-rã (port.), rã, 95.
rataplam, rataplam (port.), tambor, 104.
rataplan, rataplan (fr.), tambor, 104.
rauco (it.), homem, 64, 8.
raucus (lat.), homem, 64, 8.
rauque (fr.), homem, 64, 8.
rau, rau; rau, rau; ticalaz, ticalaz (port.), codorniz, 44.
ré! (fr.), passarinho, 80.
rebéubên (port.), cão, 36, 1.
rebombar (port.), canhão, 20 *a*.
rebramar (esp.), boi, 5.
rebudiar (esp.), porco, 5 e 91.
rebumbar (esp.), canhão, 20 *a*.
rebuznar (esp.), burro, 5 e 29.
reco (port.), porco, 91.
refunfunar (esp.), homem, 64, 4., 64, 8.
regañar (esp.), cão, 5.
regoldar (esp.), homem, 64, 8.
regougar (port.), raposa, 1 e 96.
regrunir (esp.), porco, cão, 5 e 91.
relinchar (port.), cavalo, 4 e 38, 1.
relinchar (esp.), cavalo, 5 e 38, 1.
remiau (port.), gato, 59, 1.
reminhau (port.), gato, 59, 1.
renconner (fr.), pombo, 90.
rencouller (fr.), pombo, 90.
renhau (port.), gato, 59, 1.
renhau-nhau (port.), gato, 59, 1.
requetecunnnnn... requetecunnnnn... (port.), pombo, 90.
resfolgar (port.), cavalo, 38, 2.
resmangar (port.), homem, 64, 4.
resoplar (esp.), boi, cavalo, 5 e 38, 2.
ressonar (port.), homem, 64, 8.
retecunnnnn... retecunnnnn (port.), pombo, 90.
retumbar (port.), canhão, 20 *a*.

retumbar (esp.), canhão, 20 a).
 réu-réu (port.), rã, 95.
 rezongar (esp.), homem, 5 e 64, 4.
 ribombar (port.), canhão, 20 a).
 rimbombare (it.), canhão, 20 a).
 rinchar (port.), cavalo, 38, 1.
 rintronare (it.), canhão, 20 a).
 roco (it.), homem, 64, 8.
 romão (port.), gato, 59, 2.
 rompe-te cu, rompe-te cu (port.),
 pombo, 90.
 rom-rom (port.), gato, 59, 2.
 roncar (port.), homem, porco, 64, 8.
 e 91.
 roncar (esp.), bufo, gamo, porco, 5 e
 91.
 ronco (port.), homem, 64, 8.
 ronco (esp.), homem, 64, 8.
 ronconner (fr.), pombo, 90.
 ron-ron (fr.), gato, 59, 2.
 ronronner (fr.), gato, 59, 2.
 rot (fr.), homem, 64, 8.
 rouco (port.), homem, 64, 8.
 roucou (fr.), pombo, 90.
 roufenhar (port.), gato, 59, 2.
 roufenho (port.), homem, 64, 8.
 rrrrrr (port.), gato, 59, 2.
 rrrrenhan (port.), gato, 59, 1.
 roznar (esp.), burro, 5 e 29.
 rufar (port.), gato, fambor, 59, 3. e
 104.
 ruflar (port.), tambor, 104.
 rugir (port.), leão, mar, 4, 37, 66 e
 72.
 rugir (esp.), leão, 5 e 66.
 rugire (lat.), leão, 66.
 rum, rum (port.), insecto, 65.
 ruttare (it.), homem, 64, 8.

S

sanglot (fr.), homem, 64, 8.
 semeia milho... semeia milho...
 (port.), boieirinha, 27.
 silbar (esp.), papagaio, 5 e 78.
 singhiozzare (it.), homem, 64, 8.
 singhiozzo (it.), homem, 64, 8.
 singulto (it.), homem, 64, 8.
 singultus (lat.), homem, 64, 8.

solozar (esp.), homem, 64, 8.
 solozo (esp.), homem, 64, 8.
 soluçar (port.), homem, 64, 8.
 soluço (port.), homem, 64, 8.
 soplar (esp.), gato, 5 e 59, 3.
 soprar (port.), cavalo, gato, 38, 2.
 59, 3.
 ssssss (port.), gases, 58, 1.
 syyo biobiohiobio (port.), milhafre, 75.

T

tacapum, tacapum, tacapum (port.),
 cavalo, 38, 3.
 tacatum, tacatum, tacatum (port.),
 cavalo, 38, 3.
 tac tac tac tac (port.), metralhadora,
 12 A, 20 d).
 tac... tac... tac... tac... (port.),
 relógio, 99.
 talalã, talalã (port.), sino, 103, 1.
 talãunnnn, talãunnnn (port.), sino,
 103, 1.
 tam-tam (port.), sino, 103, 4.
 tam, tam, tam (port.), sino, 103, 4.
 tam, tam, tam, taratam (port.), tam-
 bor, 104.
 tão toleirão, tão toleirão (port.), sino,
 103, 1.
 tarare (fr.), tambor, 104.
 tartagliare (it.), homem, 64, 8.
 tartamudo (port.), homem, 64, 8.
 tartamudo (esp.), homem, 64, 8.
 tartarear (port.), homem, 64, 8.
 tártaro (port.), homem, 64, 8.
 tartaranha (port.), homem, 64, 8.
 tátaro (port.), homem, 64, 8.
 tá, tá, tá, tá (port.), metralhadora,
 20 d).
 tatebitate (port.), homem, 64, 8.
 tau (port.), pistola, 20 c).
 tãunnnn (port.), canhão, 20 a).
 tãunnnn, tãunnnn (port.), sino, 103,
 1.
 tci pci pci pce (port.), petinha das ár-
 vores, 86.
 tem lendeas, tem lendeas (port.), sino,
 103, 1.
 tenir (port.), sino, 103.

tê tê tê tê tê (port.), metralhadora, 12 *k*) e 120.

teuf teuf (fr.), automóvel, 21.

tico tico tico tico tico tico (port.), relógio, 99.

tic tac, tic tac (port.), relógio, 8, 15 e 99.

tic tic tic (port.), relógio, 12 *b*, 12 *k*) e 99.

tilintar (port.), sino, 103.

tim, tim, tim (port.), sino, 103, 2.^a e 103, 3.^a

tinnire (lat.), sino, 103.

tintin (fr.), sino, 103.

tintinare (lat.), sino, 103.

tintinnire (lat.), sino, 103.

tiou! (fr.), passarinho, 80.

ti ou ti ti ou ti ti ou ti ti (fr.), ronzinol, 102.

tirelire (fr.), cotovia, 47.

titubare (it.), homem, 64, 8.^a

titubare (lat.), homem, 64, 8.^a

titubear (esp.), homem, 64, 8.^a

tituber (fr.), homem, 64, 8.^a

titubiar (port.), homem, 64, 8.^a

tläunnnn, tläunnnn (port.), sino, 103, 1.^a

tlim, tlim, tlim (port.), sino, 103, 2.^a

tlintar (port.), sino, 103.

toti! (fr.), passarinho, 80.

trapuz (port.), queda de um corpo, 41, 3.^a

traque (port.), homem, 58, 3.^a

trrararão, trrararão (port.), viola, 110.

träunnnn (port.), canhão, 20 *ai*.

trūu (port.), pistola, 20 *c*).

traz (port.), pistola, 20 *c*).

traz (port.), bofetada, 41, 2.^a

traz, traz (port.), choque, 41, 1.^a

trilar (port.), canário, 22 e 34.

trim, trim, trim (port.), bandolim, 22.

trinar (port.), bandolim, canário, 22 e 34.

trinar (esp.), canário, 22.

trinus (lat.), canário, 22.

trinfar (port.), andorinha, 19.

trisar (esp.), andorinha, 19.

τρίζω (gr.), aves, 19.

trissar (port.), andorinha, 19.

trissare (lat.), andorinha, 19.

troar (port.), canhão, 20 *ai*.

trom (port.), canhão, 20 *ai*.

tronar (esp.), canhão, 20 *ai*.

trrrrrr (port.), metralhadora, 12 *k*) e 120.

trrrrrr (port.), rasgar, 94.

trrrrrrá... tá, tá, tá, tá (port.), metralhadora, 20 *di*.

trrrrrrê... tẽ, tẽ, tẽ, tẽ (port.), metralhadora, 20 *di*.

trrrrrrim (port.), campainha, 8.

trrrrrriinnnn (port.), campainha, 103, 3.^a

trucilar (port.), tordo, 105.

trucilare (lat.), tordo, 105.

truc, truc, truc, truc (port.), cavalo, 32, 3.^a

trummmmba (port.), canhão, 20 *ai*.

truz, truz (port.), bater à porta, 41, 1.^a

tse-tse (port.), certo insecto, 65.

tuc, tuc (port.), bater à porta, 41, 1.^a

tumba (port.), canhão, 20 *ai* e 116.

tummmmba (port.), canhão, 20 *ai*.

tum, tum, tum turutum (port.), tambor, 104.

tunnnn (port.), canhão, 20 *ai*.

turlu (fr.), flauta, 51.

turlut (fr.), cotovia, 47.

turlututu (fr.), flauta, 51.

turtur (lat.), rôla, 101.

txim (port.), homem, 64, 3.^a

txim, txim, txim (port.), pratos de música, 93.

txum (port.), peru, 85, 2.^a

U

uão, uão (port.), cão, 36, 1.^a

uau, uau (port.), cão, 9 e 36, 1.^a

ué, ué, ué (port.), homem, 64, 2.^a

ugou (fr.), mocho, 76.

uivar (port.), cão, lóbo, 4 e 68.

ulular (port.), lóbo, 68.

ulular (esp.), lóbo, cão, homem, 5 e 68.

upe, upe (port.), poupa, 92.

upupa (lat.), poupa, 92.

urrar (port.), leão, elefante, 4 e 66.

V

vagir (port.), homem, 4.
verre (lat.), boi, 26.
viii (port.), homem, 64, 1.
vocear (esp.), papagaio, 5.
vociferar (esp.), papagaio, 5 e 78.
voznear (esp.), cisne, 5 e 43.
vvvvvv (port.), insectos, gases, 58, 2.
 e 67.

X

xarim, xarim, xarim (port.), pardal,
 79.
xixi (port.), homem, 67.
xxxxxxx (port.), gases, líquidos, 58,
 1.º e 67.

Z

zenir (port.), insecto, 65.
zom zom (port.), viola, 110.
zon zon (fr.), insecto, viola, 65 e
 110.
zonzonner (fr.), insecto, viola, 65 e
 110.
zopillar (esp.), homem, 5.
zumbar (esp.), insecto, 65.
zumbido (port.), insecto, 65.
zumbido (esp.), insecto, 65.
zumbir (port.), insecto, 4, 65 e 116.
zum, zum (port.), insecto, 65.
zunir (port.), insecto, 4 e 65.
zurrar (port.), burro, 4, 29 e 72.
zzzzzz (port.), insecto, 65.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

feito Sep.

Arras

Achêgas para a solução dum problema filológico-jurídico

SUMÁRIO:—O problema e o seu interesse. Estado em que se encontra. —I. Relações entre as arras (sinal) e as doações espousalícias. Direito comparado. Exemplo do *tirchata* babilónico. A *arrha sponsalicia* do direito romano e a *donatio ante nuptias*. —II. O *anulus arrharum* no direito romano e no direito visigótico; suas relações com o dote *ex marito*. Aproximação da *subarrhatio* e da *dotatio*. As arras de direito germânico e os esponsais: uso do anel com esta função. Poderia o dote visigótico desempenhar a função de *arrha poenitentialis*? O dote talvez já considerado como arra na época visigótica. —III. As arras na liturgia do casamento. O ritual visigótico e o *anulus arrharum*.

Para designar o dote *ex marito*, instituição (como é sabido) familiar ao direito hispânico, usou-se correntemente numa vasta porção da Península, nomeadamente em Leão-Castela e em Portugal, a palavra «arras», termo de origem semítica¹, que nos textos da época visigótica ainda não aparece empregado nesta acepção, mas sim apenas no sentido tradicional de garantia ou sinal². Que já no séc. X o vocábulo se usava com o novo significado, ou seja, no sentido de dádiva nupcial, atesta-o um documento de Sahagún do ano 962, onde se lê: «Io Gondosalbo dono a tivi sponsa mea Gelbira, in dotis titulo arrarum, pueros et puellas, etc.»³, sendo de notar o uso cumulativo das palavras «arras» e «dote» (designação romano-visigótica do instituto).

Como foi que do sentido comum da palavra «arras» se passou para o sentido de dote, facto tanto mais merecedor de atenção

¹ Grego ἀρραβών, lat. *arra* (*arrha*), *arrabo*. Sobre o sentido da palavra nas línguas semíticas vid. a *Realencyclopädie*, de PAULY-WISSOWA, no artigo «Arra» (II, 1, p. 1223).

² O *Fuero Juzgo*, versão castelhana do *Código Visigótico* realizada na baixa Idade-Média, traduz indistintamente por «arras» as *arrhae* e a *dos* do texto latino, o que, aparentemente pelo menos, altera o sentido de várias disposições. Vid., por exemplo, III, 1, 3.

³ É uma carta de arras outorgada por Gonçalo, filho de Placêncio, no dia 27 de Dezembro do ano 962. (Doc. 402 de Sahagún).

quanto é certo que fora da Península, e mesmo em grande parte desta, o dote *ex marito* nunca assim foi designado¹?

Cárdenas viu o interesse da questão e esforçou-se por penetrar o mistério, mas de modo pouco satisfatório. Segundo elle², ou para dar maior garantia e solenidade aos esponsais, ou para iludir a limitação da taxa do dote, ter-se-ia introduzido o costume de o noivo entregar, juntamente com o anel esponsalício (*anulus arrarum*), aqueles bens — servos, cavalos, *ornamenta* — que o *Código Visigótico* (III, 1, 5) especificava como complemento do «décimo» dotal (o antigo *morgengab*). Esta hipótese ajudaria sobretudo a explicar a expressão *diezmo y arras*, muito em uso nos lugares onde vigorava a lei gótica, ou, como se dizia, o *fuero de León*³, mas a verdade é que essa expressão só tarde (séc. XIV?) aparece nos documentos.

Ninguém mais, que eu saiba, abordou a questão de frente⁴ e isso me anima a tentar esclarecê-la, embora sem a pretensão de lhe dar uma solução definitiva.

I

Principiarei por pôr em foco um facto importante e preenhe de significação: a estreita relação, atestada pelo direito comparado, entre o instituto das arras esponsalícias (emprego aqui a palavra «arras» na acepção tradicional e comum) e o dote *ex marito*, nas suas várias modalidades.

Nos países orientais, que são por excelência o *habitat* das doações esponsalícias, as arras figuram com frequência a par doutros

¹ O problema não se poria nestes termos se aceitássemos a etimologia fantasista de UREÑA (*Hist. de la literatura jurídica española*, t. 1, vol. 1, p. 326), segundo a qual o termo «arras» (dote) derivaria do árabe عرس, consumar o matrimónio, e mais imediatamente do plural أعراس (*nuptiae, convivium nuptiale*).

² *Estudios jurídicos*, II, p. 35.

³ No *Fuero Viejo*, pelo contrário, o dote propriamente dito é que se designa pela palavra «arras», ao passo que a doação complementar tem o nome particular de *donadio*.

⁴ Recentemente LEMAIRE, num suculento artigo sobre a *dotatio* da esposa no antigo direito francês (*Rev. Hist. Dr. Fr.*, VIII, 1929, p. 576), accentua a confusão que no sul da França se deu entre as *arrhae sponsaliciae* de origem romana e a doação, quando a *desponsatio* se incorporou no cerimonial do próprio casamento, resultando daí que, sob a designação de *arrhae*, as tradicionais moedas (*solidum et denarium*) — talvez mesmo, nalguns casos, o anel — vieram a simbolizar a *dotatio* da esposada; e, muito a propósito, se bem que apenas de fugida, assinala (n. 3, *in fine*) a circunstância de na Espanha o vocábulo «arras» designar o próprio dote. Tocaremos este ponto no lugar oportuno.

conjuntos de bens que o futuro marido igualmente dá ou promete por vários títulos à noiva, contrapondo-se àqueles que constituem o seu «enxoval». A génese do instituto encontra-se no antigo matrimónio por compra, podendo dizer-se que, em regra, a arra sponsalícia entronca historicamente no preço da mulher¹.

Tal é, para apenas citar um exemplo bem nítido, o caso do *tirchatu* babilónico, essencial ao casamento entre pessoas de raça semítica², e que, tendo provavelmente começado por ser uma arra dada antes do casamento por conta do preço integral da mulher³, tem no *Código de Hamurabi* um valor mais simbólico que real, apresentando-se todavia claramente com a função jurídica de sinal. Com efeito, se o espôso se arrepende, o pai da noiva retém o *tirchatu*; se é este quem se recusa a entregar a filha, deve pagar o *tirchatu* em dobro⁴. Ao mesmo tempo o *tirchatu* desempenha o papel de pena de divórcio, visto que, se o marido repudia a mulher por esterilidade desta, é obrigado a restituir-lhe, juntamente com o «enxoval» (*sheriqtu*), a importância do *tirchatu*⁵. Ao lado do *tirchatu* figura o *nudunnu*, cujo carácter era provavelmente o de *pretium pudicitiae*⁶.

É precisamente nestes direitos orientais que, segundo o modo de ver hoje corrente, reside a origem da *arrha sponsalicia* romana⁷. É esta, com efeito, uma das novidades do direito romano post-clássico⁸ e constitui um instituto próprio dos esposais cristãos formalistas a que serviram de modelo os usos da Igreja Oriental. A origem destes esposais é, com toda a probabilidade, semítica.

¹ Vid. MITTEIS, *Reichsrecht u. Volksrecht*, 1891, p. 254 sgs.; DE RUGGIERO, «Studi papirologici sul matrimonio nell' Egitto preromano», in *Boll. Ist. Dir. Rom.*, 1903; KOSCHAKER, *Rechtsvergleichende Studien zur Gesetzgebung Hammurapis*, 1917; VOLTERRA, «Studio sull' arrha sponsalitia», in *Riv. Ital. per le Scienze Giurid.*, 1927-1930; SCHERILLO, «Studi sulla donazione nuziale», in *Riv. St. del Dir. Ital.*, II 1929 e III 1930; VISMARA, «La donazione nuziale nel diritto ebraico», in *Cristianesimo e diritto romano*, 1935, p. 297 sgs.

² Pelo menos tratando-se dum «casamento legítimo» (*Rechtsche*). Vid. sobre este ponto H. MEYER, in *Z. Sac. Stif.*, 1924, p. 253.

³ VOLTERRA, art. cit., *Rev. cit.*, 1930, p. 163.

⁴ *Cod. de Hamm.*, caps. 159-161.

⁵ *Cod. de Hamm.*, 138.

⁶ SCHERILLO, art. cit., *Rev. cit.*, II, 1929.

⁷ Sobre a origem da *arrha sponsalicia* (ἀρραβών sponsalicia) do Baixo Império vid. sobretudo os citt. artt. de VOLTERRA, na *Riv. It. per le Scienze Giurid.*

⁸ A opinião clássica que faz remontar a arra sponsalícia ao antigo direito romano encontra cada vez menos defensores.

O «sinal» que dêles faz parte integrante deve derivar, através dos ritos hebraicos, daquele tipo de doação que existe nos direitos babilónico e hebraico¹ como vestígio do antigo preço da mulher. O direito romano do Baixo Império acolheu estas instituições e, pela analogia daquela dádiva com a arra ou sinal dos contratos — visto que podia também funcionar como garantia da promessa de matrimónio e como pena para o caso de não cumprimento² —, deu-se-lhe o nome de *arrha sponsalicia*, designação que só existe nas línguas latina e grega³.

Em face do que resumidamente deixamos exposto fácil é compreender, por sua vez, a estreita conexão do instituto das arras sponsalicias com a *donatio ante nuptias*⁴, conexão tal que von Löhrr, num trabalho notável⁵, não duvidou sustentar — tese, é certo, bastante desacreditada — que a doação nupcial deriva da *arrha*.

É também aquela estreita ligação que torna possível atribuir, como fazem Mitteis e Koschaker⁶, uma função arral à *donatio* nas célebres leis de Constantino⁷. O ponto é discutível, mas, quando mesmo perfilhemos a argumentação em contrário de Volterra, não devemos, pelo menos, esquecer que no *Livro Siro-romano*⁸ se aplicam às arras preceitos que a legislação constantiniana aplicava às doações nupciais.

Seja como fôr, o que sobretudo impressiona é a aproximação que communmente se fazia da *dos* (no novo sentido de doação *ex marito*) e da *arrha*, a qual vai ao ponto de, por exemplo, Santo Agostinho confundir as duas coisas ao figurar juridicamente as núpcias mis-

¹ Sobre o *mohar* do direito hebraico vide VOLTERRA, art. cit., e, mais recentemente, VISMARA, *Cristianesimo e diritto romano*, 1935, a p. 301.

² Segundo a legislação do Baixo Império, se a culpa da violação dos sponsais provier do espôso, este perde a *arrha*; se provier da espôsa, o espôso tem direito ao quádruplo do valor da *arrha* (ao duplo apenas desde Leão I). *Cod. Th.*, 3, 5, 11 e 3, 6, 1; *C. Just.*, 5, 1, 5 e 5, 2, 1. A *arrha* dada pela espôsa ao espôso era um facto raro. Cf. *C. Just.*, 5, 3, 16, 1.

³ E na língua siria, por influência grega, ou talvez romana. VOLTERRA, art. cit., *Rev. cit.*, 1927, pp. 631 e 646.

⁴ Sobre a *donatio ante nuptias* a bibliografia é vastíssima. Vid. recentemente o já citado estudo de VISMARA, «Le donazione nuziale nel diritto ebraico e nelle fonti cristiane», ap. *Cristianesimo e diritto romano*, 1935, p. 297 sgs.

⁵ *Archiv. f. civilist. Praxis*, xv, xvi, xxx. Não pude consultar estes artigos, cujo conteúdo só indirectamente, e portanto defeituosamente, conheço.

⁶ É a doutrina geralmente aceita. Contra: VOLTERRA, *Rev. cit.*, 1927.

⁷ *C. Th.*, 3, 5, 2 e 3, 5, 6 (leis do ósculov). Cf. *C. Just.*, 5, 3, 15 e 16.

⁸ P. § 45.

ticas de Cristo com a Igreja¹. Para este facto não podia deixar de concorrer a circunstância de a obrigação dotal ser assumida pelo espôso na ocasião dos esponsais, portanto a par da entrega da arra².

II

O *Código Visigótico*, referindo-se ao anel esponsalício, chama-lhe «anulus arrharum nomine datus» (II, 1, 3: Chindasvindo), o que bem mostra ter-se mantido no reino visigodo o uso romano do anel de arras³.

São, com efeito, bastante frequentes entre os escritores latinos as alusões ao *anulus arrharum*⁴, uso que se deve interpretar juridicamente como um caso de «arra confirmatória», mas sem que seja lícito esquecer o seu significado moral, visto que o anel oferecido à espôsa representava evidentemente uma arra, um sinal, um penhor de fidelidade⁵.

O anel esponsalício dos romanos transmitiu-se, com a significação indicada, aos Germanos estabelecidos na Gália, Espanha e Itália⁶. Nada há pois a acrescentar de essencial a respeito do anel de arras em uso na época visigótica. Na citada lei, II, 1, 3, adapta-se a prática romana à *desponsatio* de tipo germânico, fazendo depender da entrega do *anulus arrharum* — ou da redacção duma escritura, como já anteriormente era de lei⁷ — a irrevogabilidade dos espon-

¹ Vid. VISMARA, *ob. cit.*, p. 353 sgs. Cf., a p. 359, a citação de S. Gregório Nazianzeno: «quasi enim arrha, aut dos sponsi. .».

² VISMARA, *ob. cit.*, p. 354, sem apresentar esta coincidência como um facto incontestável, dá-a todavia como «muito provável» (*com ogni probabilità*).

³ Segundo a doutrina corrente entre os escritores alemães, os Germanos usavam também o anel a título de arra (*Launegild*) (contra: BRANDILEONE, *Saggi sulla storia della celebrazione del matrimonio*, 1906, p. 412 sgs.) e por isso SOHN, *Das Recht der Eheschliessung*, p. 55, considerava o *anulus arrharum* da lei visigótica como desempenhando a função tradicional de arra germânica; mas ZEUMER (*Neues Archiv*, xxiv, 580), atribui origem romana à prática do anel de arras nos esponsais e reconhece que a lei de Chindasvindo dá à arra uma função estranha à tradição germânica. Cf. SCHÖDER, *Deutsche Rechtsgeschichte*, p. 327.

⁴ Podem ver-se citações várias em CHÉRON, «Sur quelques rites nuptiaux», *NRHD*, 1912, p. 578, e em VOLTERRA, *Rev. cit.*, 1927. — Dos juristas creio que só Ulpiano fala em *anulus arrharum nomine*, mas não a propósito de esponsais.

⁵ Sobre o significado moral vid. as considerações de BRANDILEONE, *ob. cit.*, p. 406.

⁶ CHÉRON, art. cit. da *NRHD*, 1912, p. 581 sgs.

⁷ Neste sentido: ZEUMER, *N. Arch.*, xxiv, 578.

sais. O anel funciona como arra confirmatória¹, explicando-se assim a epígrafe «De non revocandis datis arris»².

Por outro lado, é sabido como a promessa de dote pelo espôso acompanhava, no direito visigótico, o acto da *desponsatio*³.

Portanto, e tendo sempre presente que já no séc. IV escritores eclesiásticos tendiam a estabelecer confusão entre *dos* e *arrhae*⁴, não repugna aceitar como provável que a estreita ligação da *dotatio* visigótica com a entrega do *anulus arrharum* tenha favorecido a aproximação dos dois conceitos, já porque os dois actos tinham lugar ao mesmo tempo, já porque a constituição do dote era, como a entrega do anel, a prova irrefragável do compromisso assumido pelo espôso⁵.

E tanto assim é, que mesmo naqueles países onde a palavra arra nunca significou dote se empregaram indistintamente as expressões *subarrhata* e *dotata* para significar a mulher legitimamente desposada e conseqüentemente dotada⁶.

Uma outra série de considerações, extraídas (é certo) doutros climas jurídicos, vem reforçar a aproximação das duas noções.

Considera-se em regra como «arra germânica»⁷ o objecto, ou soma de valor relativamente reduzido, que o espôso entrega ao mundoalho da espôsa, mais tarde à própria espôsa, e de que é exemplo típico o conhecido *solidum et denarium* em uso entre os francos sális. Já numa das Fórmulas de Pithou⁸ estas moedas apa-

¹ Cf. DAHN, *Westg. Studien*, 114.

² Quanto ao significado moral, são eloquentes alguns passos de ISIDORO DE SEVILHA: *Etymol.*, XIX, 32, 4 (ap. MIGNE, vol. 84, col. 702) e *De Ecclesiæ Officiis*, II, 20, 8 (*ibid.*, vol. 83, col. 811).

³ Vid. sobretudo a lei III, 4, 2. Cf. III, 1, 3; III, 6, 3. — Ervigio, acentuando a importância do dote e proclamando a célebre sentença «ne sine dote coniugium fiat» (III, 1, 9), consagrou uma prática tradicional, assegurando a dignidade e a prova do casamento. Vid. sobre o assunto o importante ensaio de LEMAIRE, «Origine de la règle: nullum sine dote fiat coniugium», in *Mélanges Fournier*, 1929.

⁴ Supra, p. 288.

⁵ Uma evolução análoga e deveras curiosa sofreu a palavra *osculum*, designativa dum rito nupcial bem conhecido, e que veio a significar dote, equivalendo a *dotulitium* ou *douaire*. Vid. CHÉRON, art. cit., p. 591 sgs.

⁶ Vid. o meu estudo «Mulher recadada» in *Miscelânea em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, 1933.

⁷ A natureza da arra de direito germânico e do *Launegild* constitui um problema complexo que não pode aqui ser versado.

⁸ N.º 60 (ZEUMER, *Formulae*, p. 598). — Cf., para o séc. X, o doc. n.º 73 ap. LOERSCH U. SCHRÖDER, *Urkunden*³ (ano 966).

recem explicitamente sob a designação latina de *arrhae*, sem dúvida por influência dos usos galo-romanos¹.

Tem-se discutido se esta função foi atribuída pelos povos germânicos ao anel esponsalício romano². Seja como for, parece que também o anel, pelo menos nalguns lugares da Itália meridional, ora entregue «como arra e preço (aparente) do mundo» — *pro arra et precio mundi*³.

Regressando ao direito hispânico, seja-nos lícito ir um pouco mais longe e aventar a conjectura de que o dote visigótico desempenharia por vezes a função de *arrha poenitentialis*.

É certo que, pela lei visigoda, o dote não tinha esse carácter; mas nada impede que se lhe atribuisse convencionalmente a função de arra penitencial, e a favor desta hipótese militam, não só razões do direito comparado⁴, como ainda o facto de Recesvindo ter, num caso especial, adaptado ao *pretium puellae* a pena romana do quádruplo⁵.

Esta verosímil conjectura, e ainda a circunstância de a lei garantir expressamente o dote à mulher injustamente repudiada⁶, ajudam a aceitar que, no juízo comum, o dote fôsse considerado como uma arra, como um penhor, no sentido mais ou menos vago de garantia que sempre se deu a estas palavras.

III

Como se vê, a aproximação dos dois conceitos, o de dote e o de arra, já vinha produzindo-se através da época visigótica, e é bem possível que, se desta época nos tivessem ficado documentos de actos

¹ CHÉNON, art. cit. da *NHHD*, 1912, p. 625. Cf. LEMAIRE, *RHD*, 1929, p. 576.

² Contra: BRANDILEONE, *ob. cit.*, p. 412 sgs., o qual se afasta do modo de ver comum.

³ Documenta-se esta afirmação com o testemunho de Biagio da Morecone, citado, entre outros, por BRANDILEONE, *ob. cit.*, p. 424, n. 2. — Também nos *fragmenta juris sicuti* publicados por Merkel o anel é apresentado como *anulus pretii* (cit. por SCHUPFER, *Diritto privato dei pop. germanici; La famiglia*², p. 37).

⁴ Sobre o dote com a função de arra penitencial entre vários povos germânicos vid. SCHRÖDER, *Deutsche Rechtsg.*, p. 331; LOESING, *Vertragsbruch*, p. 142 sgs.; SCHUPFER, *Diritto privato; La famiglia*, p. 38. Compare-se com o que acêrca do *tirchatu* babilónico ficou dito a p. 287.

⁵ Refiro-me à lei (iii, 3, 3) que punia com a *poena quadrupli* o pai que, depois de ter prometido a filha a certo indivíduo, consentisse no casamento dela com o raptor, preceito manifestamente inspirado no direito romano (supra, p. 288, n. 2), mas sendo aqui o *pretium puellae* que funciona como arra.

⁶ *L. Vis.*, iii, 6, 1. No caso de o espôso se recusar a casar, a espôsa teria direito ao dote? (arg. iii, 6, 3).

jurídicos, nêles encontrássemos uma ou outra vez a palavra *arrhae* no sentido de dote *ex marito*.

Resta trazer à colação os textos litúrgicos e investigar se — como é admissível em tese — a linguagem eclesiástica concorreu nalguma medida para aquela aproximação.

Os estudos a que se tem procedido sobre a história do casamento na França e na Alemanha mostram-nos que a partir do séc. XI — talvez já mesmo antes dessa data — a dotação da espôsa se incorpora nos ritos do casamento celebrado *in facie ecclesiae* debaixo do símbolo da entrega dumas tantas moedas (a quantidade e qualidade dependiam dos usos locais). Nos rituais do séc. XI o facto é já corrente, dando-se às próprias moedas o nome de «dote» — v. g.: *de ista dote te doto*, que equivale a *de cest argent te doñe*¹; e é frequente — se bem que só mais tarde (séc. XIV?) — designarem-se por «arras» essas moedas, sendo numerosos os rituais em que figura a *benedictio arrarum*².

Observarei ainda que a entrega e bênção das arras são acompanhadas correntemente da bênção do anel nupcial³, podendo talvez até admitir-se que as «arras» a que se referem alguns rituais sejam, não as moedas, mas o próprio anel⁴.

Ora é de notar que no ritual visigótico, ou seja, no *Liber Ordinum* usado na Espanha no séc. XI, figura já a *benedictio arrarum*, tendo por objecto, não moedas (que na Espanha não estavam então em uso), mas sim os dois anéis que, após a bênção nupcial, os dois esposos se colocam mutuamente no dedo⁵.

Não tirei daqui a conclusão de que a entrega dos anéis de arras segundo o ritual hispânico fôsse uma forma simbólica de do-

¹ Trechos comprovantes em LEMAIRE, cit. *RHD*, 1929, p. 375, n. 3; cf. CHÉNON, art. cit., p. 631, e SOHM, *Eheschliessung*, p. 54.

² LEMAIRE, art. cit., 576, n. 3. Cf. supra, p. 286, n. 4.

³ Já no ritual de Rennes (séc. XI): «anulo quoque benedicto...».

⁴ LEMAIRE, art. cit., p. 576: «et dès lors quelques pièces de monnaie encore — parfois peut-être l'anneau — sous le nom d'arrhes, symbolisèrent la dotation de l'épouse».

⁵ *Liber Ordinum* (ed. Férotin — *Monumenta Ecclesiae Liturgica*, v, Paris, 1904): «Ordo arrarum. Si quis arras noluerit tradere, accedit ad sacerdotem, et afferter fiala et desuper [ponit] sindonem mundam et duos annulos». No ms. A de Silos, a. 1039, a *oratio* diz expressamente: «Benedic, Domine, has arras...». A troca dos anéis de arras se refere já um conhecido passo de Eulógio (séc. IX): «completis sponsalium titulis arrharumque pignore alternanti invicem exhibitione contradita legitima...» (*Memor. Sanctorum*, II, 9, 3, ap. MIGNE, t. CXV, col. 778). Vid. sobre o assunto FREISEN, *Das Eheschliessungsrecht in Spanien*, p. 49 sgs.

tatio. Nada há na liturgia respectiva que se refira à dotação, nem o uso do símbolo sob a forma de entrega *recíproca* de anéis se coaduna com aquela significação. No entanto, não deixa de ser notável que nos rituais transpirenaicos a bênção das «arras» se faça em condições de flagrante semelhança com aquelas em que na Espanha se procedia à bênção dos anéis.

Coimbra.

PAULO MERÊA.

Nota da Redacção.—Dado o carácter desta revista, é natural que alguns dos seus leitores não estejam familiarizados com assuntos jurídicos. Por isso, a Redacção do «Boletim» permite-se lembrar que alguns dos termos e respectivos institutos que se mencionam no presente artigo, se encontram explicados nas seguintes obras (entre outras), de carácter geral:

GIRARD, *Manuel élémentaire de droit romain*.

BRUNNER—V. SCHWERIN, *Grundzüge der deutschen Rechtsgeschichte* (trad. esp. com o título: «Historia del derecho germánico», na *Enciclopedia de Ciencias Jurídicas y Sociales*, Editorial Labor, 1936).

HÜBNER, *Grundzüge des deutschen Privatrechts*.

BLISSAUD, *Manuel d'histoire du droit privé*.

C.

Fonética experimental

Crítica do Método Quimográfico (III)

Analisadas as curvas orais e as curvas laringeas, resta-nos apreciar as inscrições quimográficas da actividade nasal. Seguindo método idêntico ao adoptado na apreciação dos quimogramas orais e laringeos, observaremos detalhadamente as características técnicas dum inscridor nasal.

Na inscrição da actividade nasal há que atender: I) Aos movimentos de massa; II) Aos movimentos vibratórios.

Alguns autores distinguem: a) Nasalidade surda; b) Nasalidade sonora. A nasalidade surda é representada por uma corrente de ar nasal, desprovida de vibrações. A nasalidade sonora corresponde uma saída de ar, provida de vibrações, pelas fossas nasais.

Achamos preferível a distinção seguinte: I) Movimentos de massa; II) Movimentos vibratórios. As vibrações nasais podem ser acompanhadas dum maior ou menor movimento de massa. Os movimentos de massa podem ser simples, isto é: desprovidos de vibrações nasais.

Inscridor nasal:

A inscrição quimográfica da actividade nasal, é realizada com o auxílio dum inscridor nasal¹.

Há variados tipos de inscridores nasais que não diferem, essencialmente, uns dos outros. Por sua vez, estes também pouco diferem dos inscridores laringeos. A principal diferença reside na substituição da cápsula receptora pela oliva nasal.

As cápsulas reveladoras nasais, geralmente empregadas, apresentam um diâmetro maior do que o diâmetro das cápsulas reveladoras laringeas.

As vibrações nasais (ou movimentos de massa) captados pela oliva nasal (ou olivas nasais) são transmitidas à cápsula reveladora por intermédio dum tubo de borracha (tubo de ligação).

No seu funcionamento, uma cápsula reveladora nasal, não difere duma cápsula reveladora laringea.

¹ Consultar: E. W. SCRIPTURE, *Anwendung der graphischen Methode auf Sprache und Gesang*. Panconcelli-Calzia, «Die experimentelle Phonetik in ihrer Anwendung auf die Sprachwissenschaft», *Das Hamburger experimentalphonetische Praktikum*.

A inserção realiza-se, de igual forma, sobre a superfície, coberta de negro de fumo, do cilindro registador.

O sistema inseritor nasal, consta das seguintes partes: *a)* Oliva nasal; *b)* Tubo de ligação; *c)* Cápsula reveladora; *d)* Membrana; *e)* Ligamento; *f)* Alavanca; *g)* Inseritor.

Há, finalmente, a considerar a superfície móvel, recoberta de negro de fumo, sobre a qual se realiza a inserção quimográfica.

Vamos analisar, separadamente, cada uma das partes componentes do sistema.

a) Oliva nasal.—Embora possam apresentar variados formatos, as olivas nasais têm, como o seu nome indica, a forma duma oliva. As olivas mais usuais são as de vidro e as de ebonite. As de vidro transparente, são as preferíveis, porque, além de facilitarem a desinfeção, são de fácil inspecção.

A oliva deve ser introduzida na narina, inclinada, de forma a permitir a passagem livre da corrente de ar nasal ou a captação das ondas nasais, sem qualquer constrangimento.

Alguns experimentadores empregam uma única oliva, deixando a outra narina livre; outros, porém, ou por sistema, ou por não conseguirem doutra forma curvas aproveitáveis, aplicam duas olivas, uma em cada narina. A aplicação de duas olivas não é todavia compreensível¹ ainda que o tubo de ligação seja munido de abertura, o que raramente sucede. Empregando duas olivas e não sendo o tubo de ligação munido de abertura, a corrente de ar nasal depois de tendida demasiadamente a membrana da cápsula reveladora, terá de cessar, por não encontrar saída em parte alguma do sistema².

Se o tubo de ligação for munido de abertura, a corrente de ar nasal pode efectuar-se, mas a sua passagem é constrangida, afectando a actividade nasal. A forma como o emprêgo de duas olivas afecta a actividade nasal é de certo modo pôsto em evidência pela diversidade do efeito acústico produzido por um mesmo som nasal quando emitido com duas olivas introduzidas nas narinas, ou quando

1 ... «Bei der Aufnahme der Nasalkurve ist jedoch folgender Fehler zu vermeiden: man darf nicht die beiden Nasenlöcher durch Oliven schliessen und gleichzeitig den Mundstrom mit geschlossenem System aufsaugen; denn auf diese Weise wird jeder Laut nasal». Vgl. *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung*, von P. MESZERATH und A. de LACERDA. Berlin und Bonn.

2 «Eine Nasenolive aus Glas wird in ein Nasenloch gesteckt und mittels eines Gummischlauches mit einem empfindlichen Schreibkapsel verbunden. Das andere Nasenloch wird je nach den Umständen während eines Versuches offen gelassen oder geschlossen». Ver SCRIPTURE, *ob. cit.*, p. 12.

aplicando uma só oliva. A aplicação duma só oliva, deixando uma narina livre, permite que esta funcione como abertura do sistema total.

A deficiência do método quimográfico, tem forçado os experimentadores a proceder, muitas vezes, errôneamente. A sensibilidade deficiente dos sistemas inscritesores, é agravada pela falta de espirito de exactidão. A aplicação de duas olivas facilita a inscrição de curvas, mas esquece-se que estas, assim obtidas, carecem do valor científico que pretendem atribuir-lhes.

Preconizam alguns foneticistas o emprêgo duma só oliva e a introdução dum pouco de algodão em rama na outra narina.— Também neste caso se vai afectar a actividade nasal, procurando-se restringir a saída da corrente de ar nasal com a intenção de se captar uma maior energia.

b) *Tubo de ligação*.—Este tubo destina-se a ligar a oliva (ou olivas) à cápsula reveladora. Se o sistema é munido de duas olivas, o tubo de ligação bifurca-se a certa altura e cada um dos seus ramos vai ligar-se a uma das olivas.

De maior ou menor comprimento, o tubo de ligação actua como factor de absorção. Tratando-se duma inscrição simultânea, o comprimento do tubo de ligação deverá ser igual ao dos outros tubos, de forma a facilitar a sincronização das inscrições.

A energia captada por uma só oliva é por vezes insuficiente para fazer reagir o inscriteor. A energia inicial pode ser suficiente, mas se as condições que subordinam o funcionamento do inscriteor nasal não são favoráveis, oferecendo o levantamento da membrana demasiada resistência, a corrente nasal escapa-se pela narina livre e o inscriteor ficará imóvel. As experiências preliminares que antecedem as inscrições definitivas, accusam geralmente uma grande irregularidade do grau de sensibilidade, levando o experimentador pouco cauteloso a optar pelo emprêgo de duas olivas. Não se dando ao sistema uma abertura, a aplicação de duas olivas torna-o fechado e a inscrição passa a ser forçada, carecendo as curvas obtidas das características que lhe devem ser exigidas.

c) *Abertura*.—Empregando uma só oliva, a narina que fica livre funciona como abertura de grau invariável. É esta prática a mais aconselhável. Aplicando duas olivas a corrente de ar nasal não encontrará saída a não ser retrocedendo pela via oral. Dentro do sistema efectuar-se-á uma descompressão do ar acumulado durante a emissão do som nasal.

Em qualquer altura do percurso do tubo de ligação, pode ser praticada uma abertura, sendo preferível intercalar um tubo de

metal de comprimento reduzido e munido dum orifício lateral de abertura graduável. O grau de abertura permanecerá o mesmo durante a inscrição duma unidade ou agregado fonatório, mas pode ser alterado anteriormente, permitindo determinar, embora irregularmente, o grau de abertura mais favorável a esta ou aquela inscrição. Como no caso das inscrições orais, também aqui a energia pode ser insuficiente em relação ao grau de sensibilidade do inscridor. A energia captada varia constantemente ao passo que o grau de abertura se mantém o mesmo durante uma dada inscrição; são, portanto, aplicáveis as objecções formuladas a respeito da abertura dos sistemas inscridores orais.

d) *Cápsula reveladora*. — As dimensões duma cápsula reveladora nasal são, no geral, menores do que as dimensões duma cápsula reveladora oral e maiores do que as duma cápsula reveladora laringea. As dimensões das cápsulas reveladoras, orais, nasais ou laringeas, estão, de certo modo, relacionadas com a quantidade de energia captada, sendo tanto maiores quanto mais elevado é o grau de energia de que se pode dispor para produzir a inscrição, por intermédio do sistema inscridor adoptado. Há cápsulas laringeas de tamanho reduzido a seis ou sete milímetros de diâmetro, e de facto as cápsulas pequenas reagem mais facilmente. Com o fim de diminuir o volume total do sistema pneumático dum inscridor laringeo, as cápsulas de dimensões muito reduzidas, são ligadas às cápsulas receptoras por intermédio de tubos de ligação, de secção muito pequena. A redução das dimensões não poderá, todavia, exceder determinados limites, pois quanto menor fôr a secção do tubo, maior será a resistência oferecida à transmissão. O emprego de cápsulas de diâmetro reduzido, permite, ainda, dar um maior grau de tensão a membranas muito finas.

Os inscridores orais e nasais de Scripture, parecem obedecer a um outro princípio: As cápsulas deverão poder ser munidas de tubos de ligação de diâmetro aproximadamente igual ao diâmetro imposto pelo organismo às correntes fonatórias. Assim, o tubo do inscridor oral, deverá apresentar uma secção aproximadamente igual à secção média da traqueia; o tubo do inscridor nasal deverá apresentar uma secção aproximadamente igual à secção média da narina.

A cápsula reveladora nasal, como qualquer outra cápsula, pode actuar em maior ou menor grau, nos fenómenos de ressonância.

e) *Membrana*. — A corrente nasal, pode ser acompanhada ou ser desprovida de vibrações. Pretende-se, conseqüentemente, que um inscridor nasal esteja apto a traduzir, em curva, os movimentos de

massa e os movimentos vibratórios. Sabemos já, que se a membrana estiver demasiado tensa, reagirá, apenas, perante os movimentos vibratórios; se, pelo contrário, estiver demasiado frouxa, reagirá, apenas, perante os movimentos de massa. Por outro lado, o grau de reacção da membrana, perante os movimentos de massa, será tanto menor, quanto menor fôr o diâmetro da membrana tendida.

Tratando-se da membrana que reveste uma cápsula nasal, de material geralmente idêntico ao da membrana que reveste uma cápsula oral, enfrentamos as dificuldades já apontadas, quando falamos das inscrições quimográficas orais: *a)* Não podemos dar à membrana um determinado grau de tensão; *b)* Modificando o grau de tensão da membrana, modificamos o grau de sensibilidade do sistema. Se favorecemos a inscrição dos movimentos vibratórios, prejudicamos a tradução gráfica dos movimentos de massa; *c)* A tensão dada à membrana não fica uniformemente distribuída; *d)* Desconhecendo o grau de tensão dada à membrana, e não o podendo regular, torna-se impossível efectuar inscrições com membranas dispostas a reagir igualmente, ainda que tôdas as restantes peças do sistema estivessem subordinadas às mesmas condições de funcionamento.

f) Ligamento. — Os desvios sofridos pela membrana duma cápsula nasal, são tam consideráveis como os efectuados pela membrana dum inscridor oral. Os inconvenientes motivados pela peça de ligação da membrana com a alavanca, são, portanto, igualmente apreciáveis.

Aplicando uma pequenina haste duma graminea, directamente sobre a membrana, de forma a evitar o emprêgo da alavanca e sua peça de articulação, conseguimos resultados muito melhores. Tal prática, reduz o valor da inércia do sistema, aumentando, proporcionalmente, o seu grau de sensibilidade.

g) Alavanca. — A insuficiência do grau de sensibilidade dos inscridores quimográficos, leva muitos experimentadores a aumentar, inconvenientemente, o comprimento da alavanca inscridora. O processo poderá resolver a dificuldade, aparentemente, pois, de facto, vai afectar, ainda mais, a sensibilidade do sistema. Quanto maior fôr o comprimento do braço inscridor da alavanca, maior será o arco de círculo descrito sobre o negro de fumo, para um dado desvio da membrana; porém, tanto maior será, também, a energia requerida para a execução do movimento produtor da inscrição, e mais difficilmente elle cessará no momento em que findou a energia que o motivou.

Com o fim de reduzir o valor da inércia do sistema inscridor, pode substituir-se a alavanca metálica, como acima esclarecemos,

pelo simples caule duma graminea, reduzindo, tanto quanto possível, as suas dimensões. Um dos extremos do caule, achatado na extensão de um ou dois milímetros, é colado na periferia da cápsula, sobre a parte da membrana que repousa sobre o bordo da cápsula. Um rectângulo de celulóide de dois a três milímetros de altura e munido dum orifício, colado ao centro da membrana, permite a ligação da membrana com o caule, passando este pelo orifício. Este orifício deve ser suficientemente apertado, de forma a evitar que o caule possa vibrar livremente.

A elasticidade da membrana e a elasticidade do rectângulo de ligação e do triângulo inseritor, permitem que este último não abandone a superfície de negro de fumo, durante a inscrição.

O processo referido, não deixa de oferecer graves inconvenientes, embora em muito menor escala do que os inerentes aos inscritores vulgares, que são tanto mais deficientes, quanto maior é o número das suas peças articuladas e maior o valor da sua massa.

b) *Inseritor*.—O triângulo de celulóide, ou qualquer outro material suficientemente leve e elástico, que forma o inseritor, propriamente dito, é igual ao adaptado às alavancas dos inscritores orais ou laringeos. São também, semelhantes, as objecções a formular: a) A tensão com que o vértice do triângulo inseritor se apoia sobre o negro de fumo, varia segundo o grau de desvio da linha de referência (linha-zero). b) O maior ou menor grau de tensão de apoio, dado ao triângulo, com o auxílio de parafusos micrométricos, tem um valor não mensurável e que muito difficilmente se poderá manter constante. O grau de amortecimento do sistema, é variável.

i) *Superfície de inscrição*.—Ao apreciarmos as inscrições laringeas, vimos que o factor, de valor variável, mais importante que havia a considerar, era a espessura do negro de fumo. Nas inscrições nasais, a resistência a vencer, terá de ser considerada, como nas inscrições orais, segundo o afastamento da linha-zero e segundo a espessura do negro de fumo. Abstraímos de outras resistências a vencer de valor relativamente constante.

A passagem da emenda da tira de papel, quer se trate dum quimógrafo simples ou duplo, afecta muito o valor da inscrição, succedendo, muitas vezes, que o inseritor passa a reagir duma forma diversa, depois da passagem da emenda. A sobreposição dos dois extremos da tira, representa uma duplicação da espessura, acrescida do aumento provocado pela colagem. Deve ainda notar-se que a superfície de inscrição não deixa de ser cylindrica, apenas numa extensão igual à largura da emenda; antes e depois da

emenda, há uma zona em que o papel se encontra afastado do cilindro. O facto de não se aproveitar a parte da inscrição realizada sobre a emenda, o que nem sempre sucederá, não evita que as condições que presidem à inscrição antes da passagem da emenda, sejam modificadas. À sua passagem, o triângulo inscridor sofre uma curvatura excessiva em relação ao seu grau de elasticidade conveniente, provocando modificações em outras partes do sistema.

Este inconveniente surge em todas as inscrições quimográficas.

*

As mais simples tentativas de inscrição, são suficientes para pôr em relêvo as deficiências dum inscridor nasal. Se pretendermos obter inscrições simultâneas, as dificuldades que se nos deparam são muitas vezes tão numerosas que nos obrigam a desistir do intento. Vejamos, a título de exemplo, o que pode suceder com a simples inscrição oral-nasal, duma vogal nasal: Estabelecida a relação dos traçados, procure-se obter uma série de provas de inscrição da referida vogal. Entre outros, surgirão os casos seguintes: 1) A inscrição nasal apresenta uma série contínua de ondas de muito fraca amplitude, sem acusar qualquer desvio da linha de referência. Não se tratando duma simples transmissão, mais ou menos indirecta, de vibrações —do chamado frémito— ou, então, dum caso muito especial, rejeitaremos a curva, como infiel. 2) O traçado nasal revela-nos claramente as vibrações nasais, mas o inscridor sofreu um desvio negativo (que pode ser motivado por uma inspiração involuntária, ou outra qualquer razão) que se manteve durante toda a emissão do fonema. O inscridor deixou, portanto, de reagir perante os movimentos de massa, acusando, apenas, a ressonância nasal. 3) Com o auxílio do parafuso micrométrico correspondente ao inscridor nasal, dar-lhe um maior afastamento de forma a permitir-lhe liberdade de movimento e repetir a experiência. Resultado provável: o inscridor abandona a superfície de inscrição, ao executar os maiores desvios.

*

Quimogramas nasais.—Auxiliado pelo inscridor nasal, quimográfico, o foneticista tem pretendido obter curvas nasais que traduzam o lugar e o grau de nasalidade, e revelem, de certo modo, a actividade do véu palatino. A inspecção e comentário de algumas curvas nasais, vai ajudar-nos a esclarecer o assunto.

Observemos, por exemplo, o traçado obtido para o grupo *ama*¹, reproduzido na fig. 1.

O traçado compõe-se das seguintes inscrições: Inscrição labial dupla (L); Inscrição nasal (N); Inscrição oral (M); Inscrição de referência ou Linha Zero (Null).

Os pontos marcados sobre a curva nasal, exceptuando o ponto assinalado por uma cruz, correspondem aos pontos marcados sobre a curva oral (excepto o ponto 2). Os pontos delimitativos e independentes, de cada uma das curvas, estão marcados com uma cruz.

Principiando por inspecionar a curva nasal, isoladamente, sem atender a qualquer dos restantes quimogramas, observamos: O quimograma nasal, a partir de dada altura (ponto assinalado por uma cruz) acusa uma saída de corrente de ar nasal, sonora. O desvio, a princípio crescente, mantém-se a partir de dado momento com ligeira oscilação, decresce em seguida para voltar a aumentar, acabando por sofrer um desvio negativo.

No ponto em que se inicia a subida da curva nasal, principia a descida da curva oral e o labiograma revela a proximidade da oclusão labial. No ponto 3 é possível que a oclusão labial seja já completa. Sabemos já que o labiograma não nos pode revelar com precisão o momento oclusivo. Depois de se tocarem, motivando a oclusão, os lábios comprimem-se mais ou menos, traduzindo o labiograma êsse movimento de compressão labial por uma maior aproximação dos dois traçados labiais².

O ponto 2 da curva nasal, deverá indicar o início da actividade nasal, mas só assim sucederá no caso do inscriptor ter reagido ao iniciar-se a corrente de ar nasal, o que é discutível, como já tivemos ocasião de esclarecer.

Poderá afirmar-se: O ponto 2 da curva nasal não oferece dúvidas de interpretação, visto que êsse ponto coincide com o início da descida da curva oral; a corrente de ar nasal iniciou-se, naturalmente, no momento em que principiou a minorar a corrente de ar oral.

Respondemos: O ponto 2 da curva oral não pode ser tomado como ponto delimitativo³.

¹ Os gráficos publicados neste artigo são extraídos do livro *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung*, de Menzerath-Lacerda.

² Consultar o artigo publicado neste *Boletim*, *A labiografia e os seus métodos de investigação*.

³ Consultar os artigos anteriores sobre o problema da delimitação.

O início da actividade nasal pode ou não coincidir com o momento em que a corrente de ar oral principia a diminuir de valor.

Quanto à zona 3-4, nenhuma das curvas pode oferecer-nos dados seguros, o mesmo sucedendo com a zona 4-5. Um pouco depois do

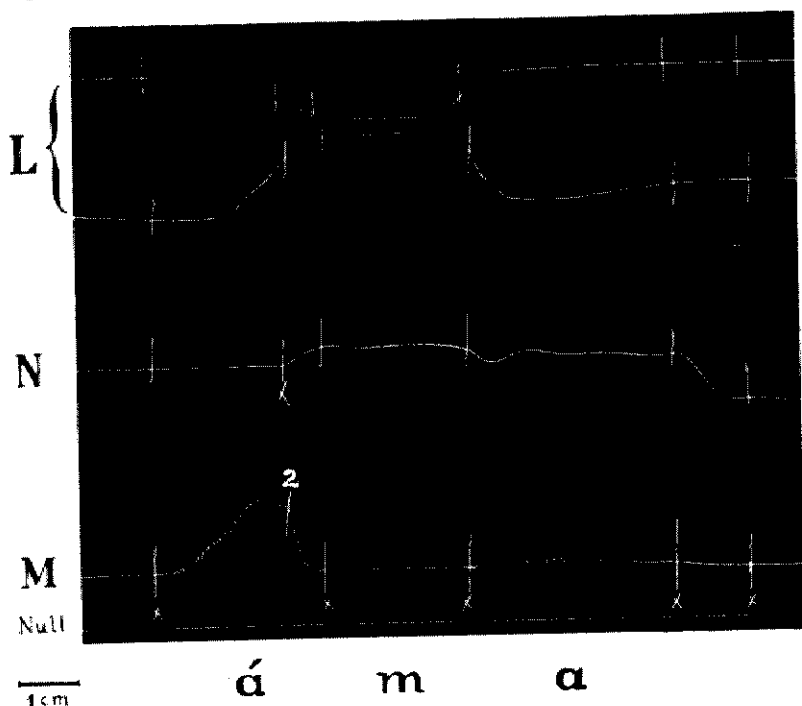


Fig. 1

ponto 4, a curva nasal desce até atingir um grande desvio negativo. Este desvio deve ter sido motivado por uma inspiração involuntária, como muitas vezes sucede.

Curva 2.—Grupo proferido: *âma* (primeiro grupo; constituído por fonemas portugueses).

O traçado compõe-se das seguintes inscrições: Inscrição cronográfica (Z); Inscrição da actividade labial (L); Inscrição nasal (N); Linha de referência (Null); Inscrição oral (M); Inscrição laríngea (K). Analisando a curva nasal, constatamos:

Ponto 1.—Inicia-se uma corrente de ar nasal, desprovida de vibrações (nasalidade áfona). A partir do ponto 2, ponto em que se iniciam as vibrações orais, o traçado nasal acusa ondulações de fraca amplitude. Durante a zona 1-2, o labiograma acusa um grau de abertura constante.

Antes de atingir o ponto 3, ponto em que as vibrações cessam na curva oral, a curva nasal acusa uma irregularidade difícil de interpretar com segurança e que pode ter sido motivada por um movimento do véu palatino.

A zona 3-4 é a de maior nasalidade, coincidindo com a zona de oclusão labial. Também o quimograma laríngeo apresenta, durante este trecho, uma série de vibrações mais acentuada.

No ponto 4, a avaliar pelo labiograma, cessa a oclusão labial, a curva nasal desce rapidamente, a curva oral revela vibrações, o mesmo sucedendo à curva laríngea.

No ponto 5, a abertura labial atingiu quasi o seu máximo, cessam as vibrações nasais, orais e laríngeas.

Se pretendêssemos delimitar os componentes do grupo *ama*, teríamos de recorrer à curva oral. Todo o quimograma laríngeo, de 2 a 5, acusa voz, não havendo qualquer ponto delimitativo. A zona oral que lhe corresponde acusa uma nasalidade sonora contínua, embora com desvios de grau diverso.

O único ponto delimitativo mais aceitável, seria o ponto 4, sendo possível que ele coincida, de facto, com o momento em que cessa a oclusão labial. Mas este único ponto, ainda que admitido como ponto delimitativo, de valor, não seria suficiente¹.

Segundo a curva oral, diremos que o som *a* está representado pela zona 2-3. (A zona 1-2 não lhe deve ser atribuída como já explicámos anteriormente, ao tratarmos das curvas orais).

O som *m* está representado pela zona 3-4 e o som final pela zona 4-5.

Objecções.— A nasal inicia-se no momento em que começam as vibrações nasais e não no momento em que se dá a oclusão oral.

¹... «Die Nasal-Kurve bietet ohne weiteres einen unbedingt sicheren Punkt, die Verschlussöffnung (die bei Nasalkonsonanten auch nie eine Explosion ist, wie vielleicht zu beachten wäre). An dieser Stelle sinkt die Nasalkurve tatsächlich knickhaft. Warum? Es sind zwei Ursachen für diesen Tatbestand verantwortlich zu machen. Einmal fällt dieser Moment mit dem Steigen des Gaumensegels zusammen. Die Ausmessung jeder Kurve wird diese Auffassung bestätigen. Bald nach der Öffnung sinkt nämlich die Nasalkurve auf die Nulllinie—ein Beweis dafür, dass alsdann die Nase geschlossen ist. Dazu aber wird dieses Absinken eben durch die Mundöffnung unterstützt, insofern ja jetzt der Atem durch den Mund abströmt und das für die Nase in Betracht kommende Quantum verringert wird. Diese beiden Ursachen dürften den Knick, den plötzlichen Abstieg der Nasalkurve, durchaus erklären. Ver: Menzerath-Lacerda, *ob. cit.*, p. 24.

Da mesma forma que dissemos que um *a* proferido durante a implosão ou explosão dum *p* não deixa de ser ouvido como a vogal *a*, embora afectado no seu efeito acústico pela coarticulação, o mesmo aqui diremos a respeito da delimitação acústica do som *m*. Sabemos já que não é possível delimitar o traçado articulatório, e, de resto, é acusticamente que a delimitação nos interessa.

Tanto a vogal inicial como a vogal final são afectadas pela nasal. Teremos pois duas vogais, *á* e *a*, mais ou menos nasalizadas,

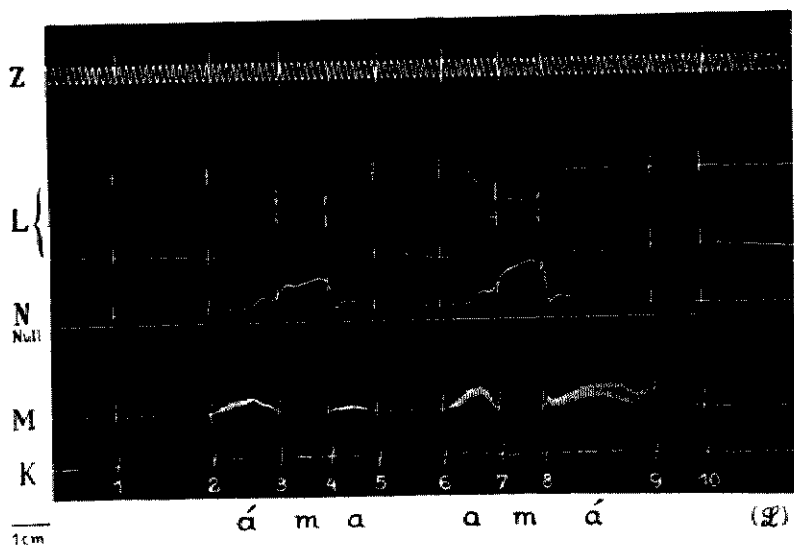


Fig. 2

não deixando por êsse facto de se tratar de duas vogais e não de uma consoante. A nasalização das vogais vizinhas é um acidente que afecta êsses fonemas, e não o próprio fonema nasal.

Segundo grupo.—Grupo «amá» (constituído por fonemas portugueses). O labiograma mostra-nos que entre o final do primeiro grupo e o início do segundo, não houve regresso dos lábios à posição neutra.

A curva nasal apresenta um decurso semelhante ao decurso do grupo anterior, havendo a notar o desvio positivo, na zona final 9-10. Êste desvio deve ter sido motivado por um movimento do véu palatino, possivelmente provocado pelo elevado grau de energia articulatória do último fonema. Lembramos, nesta altura, os desvios revelados pela curva nasal, nas inscrições de determinados fonemas como *t* e *k*. O véu palatino pode desempenhar o papel duma membrana, transmitindo os choques provocados pelos fone-

mas. Segundo as articulações, os desvios podem ser positivos ou negativos. É claro que os movimentos accidentais do véu palatino, podem provocar também desvios positivos ou negativos do inscridor. Deverá ainda notar-se que o grau da tensão oclusiva do véu palatino, e o seu grau de oclusão, é muito variável.

Um pouco antes do ponto 9, o labiograma do lábio inferior acusa um desvio irregular. A subida da curva oral, depois de terminada a série final de vibrações orais e a irregularidade do traçado do lábio inferior, pode ser atribuída a uma subida involuntária do maxilar inferior.

Duma forma geral, o traçado do segundo grupo sofre as mesmas objecções que o primeiro.

Frémito e ressonância nasal.—Segundo as instruções dos foneticistas intérpretes de curvas quimográficas¹, na análise da actividade nasal, teremos a distinguir: I—Simple desvio do traçado—revelando a existência de sopro nasal desprovido de vibrações (nasalidade surda, segundo a terminologia de alguns autores); II—Curva de vibrações—revelando a existência de sopro nasal, acompanhado de vibrações (nasalidade sonora); III—Linha de vibrações—revelando ressonância nasal; IV—Linha de vibrações—revelando uma simples transmissão mais ou menos indirecta, das vibrações laringeas ao ar contido nas fossas nasais. Vejamos:

I—*Simple desvio do traçado.*—Um desvio positivo ou negativo da curva nasal, não oferece dificuldades de interpretação. Resta apenas provar que os desvios traduzem com fidelidade a actividade do sopro nasal desprovido de ondas.

Comentamos: A saída do ar encerrado pelas fossas nasais, provoca a subida da alavanca da cápsula reveladora, mas o triângulo inscridor dobra-se, por vezes, a ponto de não abandonar a linha-zero. Como poderemos asseverar que um dado desvio traduz uma variação correspondente da actividade nasal. Teremos ainda que admitir a possibilidade de a alavanca permanecer imóvel, o que sucederá se o atrito a vencer pelo inscridor tiver um valor superior à energia transmitida à alavanca.

II—*Curva de vibrações.*—Foram já apontadas as objecções a formular.

¹ Consultar: Albrecht Biebedt, *Über die Kraft des Gaumensegelverschlusses*; A. Hartmann, *Über das Verhalten des Gaumensegels bei der Artikulation*; e ainda entre outros autores: Voltolini e H. Gutzmann.

III e IV—*Linha de vibrações*.—Se o traçado nos revela uma série de vibrações sem desvio da linha de referência, essa zona do traçado será interpretada (segundo os mestres da quimografia) como indicadora da ressonância nasal ou do chamado frémito. Seguindo de perto os ensinamentos dos referidos autores, o ar encerrado nas fossas nasais pode entrar em vibração e transmitir o seu movimento vibratório ao ar ambiente sem que se dê uma saída de ar nasal—produz-se então a chamada ressonância. Pode dar-se também uma saída de ar nasal, desprovido de vibrações—produz-se então a chamada nasalidade surda.

Tratando-se dum som nasal, o volume do ar saído pelo nariz, pode ser mínimo, embora as suas vibrações acusem uma grande amplitude. Um leve abaixamento do véu palatino será suficiente para que as vibrações laringeas se transmitam ao ar encerrado na cavidade nasal. Se o véu palatino se abaixa um pouco mais, pode entrar na cavidade nasal uma quantidade de ar suficiente para deslocar o ar existente. Teremos, neste caso, nasalidade propriamente dita¹.

As vibrações laringeas podem transmitir-se mais ou menos indirectamente e em maior ou menor grau, conforme as condições em que se opera a transmissão, ao ar contido nas fossas nasais. Daqui resulta que um som oral pode provocar o aparecimento duma linha de vibrações no traçado nasal, revelando-nos um frémito mais ou menos pronunciado.

Preguntamos: ¿Como saber se uma dada linha de vibrações do traçado nasal traduz ressonância nasal ou se traduz simplesmente o chamado frémito? Abstraindo das deficiências dos inscritores quimograficos, estes nunca poderiam permitir a distinção entre frémito e ressonância nasal, visto que em qualquer dos casos é idêntica a sua tradução gráfica.

Concluimos: Uma linha de vibrações pode ser interpretada: a) Como reveladora do chamado frémito; b) Como reveladora de ressonância; c) Como tradução infiel duma corrente de ar nasal provida de vibrações.

Coimbra.

ARMANDO DE LACERDA.

¹ Consultar as obras de P. Calzia sobre a nasalidade: *Estudos de Fonética Italiana*; *La Parole*.

Os nomes germânicos na toponímia portuguesa

(Continuado do Têmo IV, p. 56)

I

843. Idães (1. Fafe, B; 2. Felgueiras, P).

O elemento IT-, ID- não é raro em nomes medievais, cf. OM ITILA 959, IDILA 1021, genet. ITILANI 1054, IDILANIZ ap. 998 (?), IDILAZ 1099, IDILU, IDILO fem. 988 = ITILU 1077, ITI-MONDO 965, ID-IDU fem. 1065, IDIA 1096, ID-ENIU 875, IDY 1258 = *IT-ILI. As formas antigas de IDÃES são: VILLA ITILANES 946, S.^{ta} MARIA DE EIDIAES 1220, IDIÃES 1220. Trata-se, como se vê, do genet. *ITILANIS. No art. EIDIM já me referi a EIDIAES, que porém interpretei mal, visto esta forma provir de IDIÃES. De facto IDÃES do concelho de Felgueiras (cf. *Inquisitiones* 165²: *de termino de Felgueiras*) escreve-se indistintamente IDIANES, IDIAES e EIDIAES. A semi-vogal -i- passou para a sílaba inicial, donde EIDÃES, reduzido modernamente a IDÃES. O significado da raiz IT- é pouco seguro. Förstemann 943, Meyer-Lübke 38, Sachs 72 admitem um suposto gótico *īps «diligência» que corresponderia ao ant. nord. īp «opus, negotium, studium». No caso de IDILA pode pensar-se também no ant. sax. IDAL, ant. alto alem. ITAL, mod. EITEL «vaidoso» que talvez significasse primitivamente «brilhante», relacionando-se neste caso com o gr. αἴω «acender», cf. Kluge, *Etymolog. Wörterbuch der deutschen Sprache* 115. O nome IDILO era também conhecido entre os longobardos, cf. Gamillscheg, *Rom. Germ.*, II, 96, e vive nos topónimos italianos IDOLA e IDDIANO. Igualmente entre os francos, cf. *Político* 340 IDWINUS, ITGANDUS, e os borgundos, cf. *RG* III, 133. IDÃES é registado como nome germânico por Nunes 594. A raiz IT- está também em IDOY da província de Navarra.

844. Ifanes (Miranda, Bça).

Tratou circunstanciadamente dêste nome Leite de Vasconcelos, *Estud. de Phil. Mir.*, I, 86-87. «Em resumo, vê-se que no séc. XIII as formas do nome são: INFANEIS e IFANES; no séc. XVI IFANEZ, INFANES, INFANYS; no séc. XVIII (errónea) AFANES... A oscillação que achamos entre IF- e INF- acha-se ainda hoje: oficialmente escreve-se IFANES ou IFFANES, e pronuncia-se não raro INFANES ou INFANEÇ

(port.) e EIFANHEÇ ou INFANHEÇ... Também merece menção o facto de um dos documentos do séc. XIII, o mais antigo, conter IFANES, com a terminação -ES... A melhor base para o estudo do étimo da palavra é a moderna forma EIFANHEZ; todavia nada posso dizer sobre eles.

IFANES é uma das povoações mais importantes da «Terra de Miranda» que lingüisticamente sempre pertenceu e pertence à região leonesa. Daí a conservação do -N- intervocálico. A forma genuinamente portuguesa seria IFÃES. Em -FANES reconheço o mesmo elemento que em AFÃES art. 10, cf. FÃO art. 431, quer dizer o genet. patron. -FAN-ICI de *-FANUS, gót. FANA. Visto o primeiro componente do nome se encontrar reduzido à vogal -I-, é mais difícil identificá-lo. Creio que seja o elemento IN- que temos em ENGILDE, ENVIANDE, etc., cf. estes artigos. ¿Ou não será o correspondente godo do nome borgundo IFFA, longobardo IFFO, cf. *Rom. Germ.*, III, 132?

845. Igarei (Vouzela, Vis).

Vem do genetivo do nome EGAREDO 921, EGAREO 1081, patron. EGAREDICI 924, EGAREDIZ 968, etc. Em 1075 encontra-se documentada uma VILLA EGAREDI «subtus monte Kastro de boue discurrento ribulo llabrugia prope lldore maris in territorio portugalensis...» (*Dipl.* 322, DXXIV) = EGAREL, *Dipl.* 255, caracterizado com as mesmas palavras. Como se vê, esta VILLA EGAREDI não pode corresponder geográficamente a IGAREI do concelho de Vouzela. Pode tratar-se duma das duas localidades chamadas GAREI, que no art. 543 expliquei como vindo de *GADA-REDI, a sua posição porém não concorda com as indicações do diploma que acabo de citar. Nas *Inquirições* de 1258, p. 486² há uma referência a uma VILLA IGAREY «collacionis Sancti Stephani predictae Ecclesie», e outra HYGAREY, p. 480², ambas «de iudicatu Madie» (Maia). A circunstância da primeira possuir três casais e a segunda, que deve corresponder ao EGAREDI do diploma a que acabo de me referir, dez, prova que de facto se trate de duas povoações diferentes. Sachs 47 atribui a mesma origem a GAREI e IGAREI, e deve ter razão. Sobre a raiz EG- consulte-se o art. EGA.

846. Ildefonso (1. [Montinho de], Beja; 2. [Monte de Santo], Arronches, PA; 3. [Casas da Igreja de Santo], Elvas, PA; 4. [Herdade de Santo], Alandroal, Év; 5. [Santo] Soure, Coim).

Santo Ildefonso que deu o nome a estas terras nasceu nos princípios do séc. VII. Contemporâneo de S. Isidoro de Sevilha, foi

arcebispo de Toledo e exerceu uma profunda influência na vida política e religiosa do seu tempo. À primeira vista nota-se que os topónimos ILDEFONSO se encontram quasi todos no sul do país. Datam da época da reconquista e reflectem, como tantos outros nomes de santos tornados topónimos, o carácter religioso dessa empresa. Já Meyer-Lübke 37 notava que ILDEFONSO faltava no onomástico dos documentos que estudou, o que, dada a popularidade do santo e a sua origem peninsular, era bastante de estranhar. A ausência do nome ILDEFONSO nos documentos medievais não é, na verdade, tam completa como o eminente romanista julgou. Assim vem mencionado um ILDEFONSUS em 1087, em dois documentos da Sé de Coimbra (*Dipl.* 411 e 484), mas não conheço outro exemplo. A extrema raridade do nome explica-se da maneira seguinte. A forma genuinamente portuguesa é AFONSO, ao passo que ILDEFONSO é a forma «cult», histórica, latina. Meyer-Lübke² 3 mostrou duma maneira insofismável como o primitivo ILDE-FONSUS, que tem como primeiro componente o gót. *HILDI «combates», evolucioneu foneticamente para ALDE-FONSUS, que por sua vez se confundiu com outro nome, ADE-FONSUS, donde AFONSO. A evolução de ILD-, ELD- para ALD-, em que Meyer-Lübke quer ver uma influência do artigo árabe AL, mas que antes me parece ser um fenómeno análogo àquele que observamos diante dum R (arc. AR = ER < RE, ARVORADO < *HERBORATU) observa-se também noutros casos, cf. ELDERIZ 897, ILDERIZI 974 = ALDARIZ 1089, ALDERIZ 1258; ILDONZA, ELDONZA 1043 = ALDONZA 1258; ELDOSINDO 1058, ILDOSINDO 1053, ALDOZENDI 1258, hoje ALDOSINDE, art. 27. Na *Chronica Leonesa* o nome do Afonso V escreve-se normalmente ALDEFONSUS, mas isoladamente também ADEFONSUS. O inverso observa-se no nome de Afonso VI que, segundo Meyer-Lübke, nos diplomas de Silos assina sempre ADEFONSUS, ao passo que num privilégio de Fernando III de 1233 é chamado ALDEFONSUS. No *Onomástico* só encontro uma vez ALDEFONSUS 959, nos outros casos só ADEFONSUS. É inútil observar que na época em que o nome do santo Ildefonso foi reintroduzido na língua na sua forma latina, a popular Afonso se havia afastado demasiadamente da forma primitiva para que se pudesse reconhecer a identidade dos dois nomes. É possível que ALDEFONSUS se tivesse transformado em ADEFONSUS em virtude duma assimilação do -L- ao -D-, fenómeno que observamos por exemplo em OM EDDEGES 960 a par de ELDEGES 960 (*Dipl.* 49; trata-se do mesmo indivíduo!), -IDE a par de -ILDE, -GIDE a par de -GILDE, MAPADA 867 = MAFALDA, etc.

847. Ingilde (Baião, P).

Vejam-se os arts. ENGIL e ENGILDE.

848. Inquião (Barcelos, B).

Sachs 71 explicou muito bem este nome que faz derivar dum nome caracteristicamente visigodo IKILA, diminutivo de IKO, de que trata Förstemann 942. Este IKO deve ser por sua vez a contracção dum nome como IDGER ou duma forma semelhante. Com relação a Portugal, o *Onomástico* de Cortesão fornece as formas seguintes: IKILA 938, IQUILA 933, IQUILANI (bispo de Viseu) = IKILANI 981, IQUILO 1088, PETRA DE IQUIA 1258, IQUIAZ 1220, CASAL DO INQUIANO 1258 e os topónimos EIQUIAM 1220 e HEIQUIAM 1258, derivados certamente do genet. IQUILANI. EIQUIAM, das inquirições de Afonso II (nas inquirições de Afonso III, 1258, escreve-se ENQUIAM, cf. *Inqu.* 306²), pertence à «terra de Nevía, ... de S.^{ta} Maria de Ligios» (Lijó), *Inqu.* 103², é portanto idêntico ao actual INQUIÃO, ao passo que HEIQUIAM de 1258 é um simples «locus» na «villa que vocatur Carvalius», *Inqu.* 647¹. Como se vê dos exemplos, a nasalização da sílaba inicial é secundária. Corresponde a uma tendência normal do português, cf. Nunes, *Gram. Hist.*², 58: «tanto à língua repugnam o E e I iniciais isolados que, quando os conserva, muitas vezes os nasaliza, como se vê em: ENXEMPRO, ... INVERNO, ENZINHA (ao lado de AZINHA), ENXAME, etc.», cf. também o art. ENVIANDE. A sílaba inicial passou para AN- em ANQUIÃO, nome de três localidades ao Norte do Douro (1. Ponte de Lima, Via; 2. Barcelos, B; 3. Baião, P). Vejo agora que ANQUIÃO n.º 2 pertence à freguesia de Lijó, que é portanto a mesma terra que INQUIÃO de que estou a tratar. A troca de EN- por AN- também é um fenómeno conhecido do português. Veja-se também o art. EGA 326.

849. Insalde (Paredes de Coura, Via).

Esta freguesia é idêntica à «COLLATIO(NIS) SANCTI MAMETIS D'ANSALDI», do julgado de FROYAM (Fraião), das inquirições de Afonso III. O elemento ANS- encontrámo-lo nos topónimos já estudados ANÇARIZ, ANCEDE, ANCIÃES, ANCIÃO, ANCIDE (que se deveriam escrever com -s- e não com -c-), ANSAR e ANSERIZ. Há também um ENSALDE na província de Orense, cf. Sachs 30. São bastantes os nomes medievais formados com esta raiz: ANS-ILA 870, ANSE-MIRUS 973, ANSE-MUNDUS 906, *ANSE-RICUS (ANSERIGO 1010), ANSO-REDUS (ANSOREDO 1016), ANSUETUS 906, *ANSULFUS (ANSULFI 1090), etc., de que se podem ver mais modalidades no OM 24,

25. Sobre a raiz final -ALDE, de WALDAN «governar», veja-se o art. BARALDE.

850. *Inviando (Góis, Coim).

O *Diccion. Post.* escreve INVIADO, mas deve ser INVIANDO (ou ENVIANDO) a boa forma que vem citada na *Chor. Mod.* e no *Censo*. Já encontramos este nome na forma do genetivo. Refiro-me a ENVIANDE do art. 345. Sendo o primeiro componente o gót. *AIHVS «cavalo» (esta forma é melhor que *AIHVA que aponto no artigo citado, cf. o lat. EQUUS), que está no composto AIHVA-TUNDI «espinhal», à letra «dente de cavalo», e *NANþs «corajoso, audaz» (cf. ANA-NANþJAN «tomar coragem»), o nome EVE-NANDUS é formado exactamente como o gr. Ἰππο-θέτης e significa «corajoso com os cavalos», «cavaleiro intrépido». A raiz EV- está também, com supressão da vogal inicial, em VIANDOS e VARIZ.

851. *Irmenil (Ponte de Lima, Via).

No *Censo* escreve-se IRMANIL. Parece ser um nome formado com *AIRMANS «forte», cf. o art. ERMEGILDE, mas a composição é pouco clara.

J

[852. *Jafafe (Águeda, Av)].

Este nome representa, a meu ver, uma contracção de João FAFE. O primeiro elemento do nome, João, em virtude de estar em próclise, teria sido reduzido para JAN, cujo -N- se teria assimilado ao -F- de FAFE. Veja-se sobre este fenómeno *Antroponímia*, 449. O nome de João parece esconder-se também nos topónimos JANALVO (Lei, Sant), JANDURÃO (Guar), JANDOREM (F) = João DE OURÉM, JANCIDE (Via), JADÃO (Vis) = João ADÃO, JANAFONSO (Sant), cf. o antigo nome de lugar JAMFANE 867-912 e hoje o CASAL DO JANCHEIO (Lisb) onde temos manifestamente uma alcunha João CHEIO. Sobre FAFE veja-se o art. 405.

853. *Janarde (1. Carregal, Vis; 2. Arouca, Av; 3. 4. Felgueiras, P).

Uma vila JANARDI vem documentada em 1096 (*Dipl.* 494). Trata-se do genetivo do nome a seguir. Na província da Corunha existe um GENARDE (mun. de Carballo).

854. *Janardo (1. Macieira de Cambra, Av; 2. Tondela, Vis; 3. Leiria; 4. Paredes, P).

É um nome de pessoa freqüente em documentos medievais, cf. OM JANARDUS 973, JANARDO 908, JANARDIZI 1068, -IZ 908, -ICI 1075, etc. Em 1258 cita-se um nome de lugar JENARDO. Esta grafia faz pensar num nome germânico formado com a raiz GEN- < gót. *GAIN- «arma», cf. o art. JUFÉ. O elemento -ARDO porém não é próprio, como vimos, de nomes visigodos. JANARDO deveria vir neste caso do suevo ou do francônico. Também admira que o -N- intervocalico se tenha mantido, o que só se explicaria se o étimo fôsse uma raiz com -N- duplo. Os francos possuíam nomes como JANIPERT e JANO-VILDIS, cf. *Políptico* e Förstemann 979, que são talvez formações híbridas com JOHANNES. Assim se pode também explicar JANARDO.

855. Jesufrei (Vila Nova de Famalicão, B).

O primeiro elemento, JES-, só o conheço dos nomes GES-ULFUS 773 (?), JES-ULFO 973, JES-UFO 1220, GES-MONDO 1018, GIS-MONDU 949, GES-ILI, GES-ILLI (vila) 1059. Como já expliquei no art. 590, a raiz GES-, JES- (que diante de uma consoante passa para GER-) pertence ao gót. *GAIS «lança». A segunda parte do nome é naturalmente -FREDI, genet. de -FREDUS < *FRIþUS «paz».

856. Jomil, São (Vinhais, Bça).

Não é nome de santo, vejamos-se os arts. SANGEMIL e SANJOMIL, genet. de OM SANGI-MIRUS 1258.

[857. *Jou (Valpaços, VR)].

Parece-me que se pode identificar com o nome do homem JAUDO de 1017 (*Dipl.* 144) a respeito do qual nada posso dizer.

858. *Jozenda, São (Valpaços, VR).

Não creio que se trate dum autêntico nome de santo. Deve ser, como no caso de SÃO JOMIL = SANGEMIL, um nome formado de SUNJA «verdade». O segundo componente é manifestamente sinþs «caminho».

859. Jufé (Ponte do Lima, Via).

Sachs 91 inclui JUFÉ no número dos nomes formados com SUNJA. Esta explicação é foneticamente inadmissível. JUFÉ é o genetivo do nome GEN-ULFO, séc. XI = JUFO, do artigo a seguir, composto com

*GAIN- «arma», cf. o art. GEGUINTE, e WULFS «lôbo». Aos nomes formados da raiz *GAIN- pode juntar-se o topón. GENGIDE < *GENI-GILDI na província da Corunha.

860. *Jufo (Alenquer, Lish).

Veja-se o artigo precedente.

L

861. *Laboriz (1. Braga; 2. Amarante, P).

As formas antigas dêste topónimo são LEOUERIZ 1097, *Dipl.* 513, e LOVERIZ 1258, *Inqu.* 628 e 533. Trata-se do genetivo do nome de homem LEOUE-RIGU 1044, LOVE-RIGO 1220. O elemento LEOV- (que se escreve também LOV-, LEV-, LEV- e LUB-) vem do gót. *LEUBA «caro, carinhoso» que está documentado no composto LIUBA-LEIKS «aprazível», cf. LIUFS «querido», ant. alto alem. LIOB, LIUB, mod. LIEB. Encontrámo-lo em muitos nomes germânicos, onde serve tanto de primeiro como de segundo componente, cf. Förstemann 1018 sgs. Também é freqüente no onomástico medieval português que fornece mais de cinquenta exemplos. Eis alguns dos mais correntes: LUBO 955 (LUBON, LEOBON, LOBON, LOBOM) que se pode comparar com LEUBO, nome dum rei visigodo do séc. VI e dum bispo de Braga 681-684, LOU-ILA (LOB-ELA, LOB-ELLO, LOB-ELE, LEOU-ILLI, etc.) = F 1022 LECBILA; LEOUE-GILDO (LEOB-GILDO, LUBI-GILDO, LOUE-GILDO, LOUE-GIDO), LEOU-ILDO (LEOU-ILDIZ), LEOUE-SINDO (LEOE-SENDO, LOUE-SINDO, LOVE-SENDA), LOUE-REDO (LOUE-REO), LEUE-COTO (LEUE-GOTO, LEUE GODO), LEOU-ARNI (vila), LOUE-NEUZI = genet. de *LOUENEUS = gót. LIUBANIUS, cf. v. Grienb. 547. A maior parte dêstes nomes já foram apontados por Meyer-Lübke 38. A boa interpretação de LABORIZ encontra-se em Sachs 73. Na província de Orense existe um LUBRIGO que representa o nome LEOUERIGO, citado acima. De LABORIZ há uma variante LAVARIZ, cf. êste artigo.

862. *Lagarém (Barcelos, B).

É certamente o mesmo nome que LAGAREY da província de Pontevedra, ou seja o genet. *LACA-REDI dum nome *LACA-REDUS documentado no OM em LAGA-REO 1220. Sobre -REI e -REM veja-se o art. GONDARÉM. A raiz LAC- aparece também no topónimo a seguir

e no nome de homem (?) LACARO 1043, *Dipl.* 200, e em VILLA LACO 1025 (cf. LACOM, ap. séc. xv). Estes correspondem, ao que parece, a LAGER (= LAGERIUS, *Rom. Germ.*, III, 135) e LAGO, nomes de pessoas apontados por Förstemann 995. A par de LAC- encontra-se também LEC-, cf. LEGOM 1220, LEGUEI 922, LEGUEICUT 1009, que parece ser a forma primitiva, que, aliás, quadraria melhor com o suposto étimo, o gót. LÊKEIS «médico», aparentado com o grego λέγω «falar», λέγῃς «fala», lat. LEGO e LÊX.

863. *Lagomar (Bragança).

A localidade é nomeada no Tombo de Castro de Avelãs de 1501, cf. Viterbo, *Elucidário*, I, 241². O primeiro elemento foi explicado no artigo anterior. Sobre -MAR cf. o art. ARMAMAR.

[864. *Lamares (Vila Real)].

Registo este nome com muita dúvida. No primeiro elemento poderia esconder-se uma raiz germânica LAM- correspondente ao alem. mod. LEHM «barro», cf. F 1002 LAMO, *Rom. Germ.*, III, 135, LEIMO, etc., mas talvez não passe dum derivado de LAMA, do lat. LAMA, que aliás é formado da mesma raiz indo-europeia que o vocábulo germânico apontado. -ARES seria neste caso o suf. -ALES (de -ALIS). ¿Ou será o patronímico do nome que vive em LOMAR? Veja-se este artigo.

865. *Lamarigo (Paredes de Coura, Via).

Sobre o elemento inicial LAM- veja-se o artigo precedente. ¿Ou não será melhor interpretar LAMARIGO como sendo LAMA ARIGO, do nome OM ARIGUS 1075? É verdade que neste caso o nome deveria estar antes no genetivo, como sucede em LAMANSIÁN (Corunha) = LAMA ANSILANI «prado, lameiro dum chamado Ansila», e em LAMATIDE (Guimarães, B) = LAMA TIDE. Esta última forma, documentada em 1009, é o genetivo do nome latino TITUS 959. A palavra LAMA desempenha um importante papel na toponímia, cf. os numerosos LAMA(s), LAMEIRO, -A, LAMELA(s), LAMINHO(s), etc.

[866. *Landeiro (1. Barcelos, B; 2. Vila Nova de Famalicão, B)].

Veja-se o artigo a seguir. Este nome era também conhecido dos longobardos, cf. *Rom. Germ.*, II, 97, LANDHARI, que vive em VILLA LANTERII.

867. **Landim** (1. Ponte da Barca, Via; 2. Vila Nova de Famalicão, B; 3. [Monte do] Viana do Alentejo, Év).

Nunes 596 quis ver em LANDIM um genet. *NAND-INI, com dissimilação do primeiro *n*. Sachs 73 observa justamente que é escusado recorrer a tal hipótese porque todos os povos germânicos possuem nomes formados com LAND «terra». O *Onomástico* fornece os exemplos seguintes: LANDI geogr. 1258 (LANTI, LANDE ap. 1258). LAND-EIRUS ap. 1258, LAND-OY, LANT-IDO, LANT-ILI 1008. Como resulta da grafia LANDE, LANDIM não é idêntico a LANDI de 1258, mas representa um genet. *LAND-INI (cf. F 1004 LANTINI), ao passo que LANDI, LANDE vêm de *LANDI, de LANDUS, cf. F 1003 LANDUS, LANDO, nomes de bispos dos sécs. VI e VII. LANDOY, que ocorre ainda hoje na província da Corunha, era também uma localidade do jugado de Vila Chã, cf. *Inqu.* 438². Quanto a LANDEIRUS = LANDEIRO do artigo anterior, quere-me antes parecer que seja formado do nome comum LANDE < GLANS, GLANDIS e que significaria o homem que negocia ou colhe bolotas. Para a forma feminina, LANDEIRA, que se encontra umas seis vezes como topónimo, lembro LANDEIRA «montado de sobreiros» (Când. de Figueiredo).

868. ***Landina**, Herdade da (Arraiolos, Év).

Deve ser o feminino de *LANDINUS do artigo precedente.

869. **Lavariz** (Montemor-o-Velho, Coim).

Tem a mesma origem que LABORIZ. Veja-se este artigo.

- [870. ***Laviados** (Bragança)].

¿Será também composto na primeira parte com *LEUBA? Cf. LAVARIZ e LABORIZ.

871. **Lebrém**, Casal de (Arouca, Av).

Vem do genetivo do nome LOUE-REDO 1070, LOUE-REO 1100, apontado no art. LABORIZ. O caso obliquo conservou-se em LUBREU.

872. **Leomil** (1. Almeida, Guar; 2. Moimenta da Beira, Vis).

Representa o genetivo de LEO-MIRUS 943, cujo primeiro elemento Meyer-Lübke 39 explicou como sendo *LEWS «paz». Sachs 75 acrescenta o topónimo LEOBALDE, na província da Corunha. Juntarei LEO-GUNDIA 1094 (a par de LEEGUNDIA) que, na verdade, pode também ser o LEODEGUNDIA de 1100. Também no caso de LEOMIRUS não é impossível que provenha de *LEODE-MIRI, tanto mais que o

étimo LEWI- ou LEWS não passa duma conjectura de Kögel, cf. *Anzeiger für deutsches Altertum*, XVIII, 57.

[873. Lestido (Fafe, B)].

Apesar de se poder aproximar o elemento LEST- do gót. *LISTS* «inteligência, astúcia», cf. F 1060 *LISTA*, etc., e Gamillscheg, *Rom. Germ.*, III, 137, *LESTBRANUS* = *LISTIBRANDS*, as formas antigas *LESTEDO* geogr., 1258, *LESTOSA* 1220 e *LISTOSA* 1258 indicam claramente com os seus sufixos um nome de planta de origem latina.

874. Letrigo (Arcos de Valdevez, Via).

Vejo em LETRIGO um nome visigodo **LAIDA-REIKS*, formado como os nomes borgundos *LAIDA-RÊPS* e *LAIDO-WIDIS*, apontados por Gamillscheg, *Rom. Germ.*, III, 135, cf. no *Políptico*, VI, 17, *LAID-RADUS*. O primeiro elemento *LET-* vem do gót. **LAiþs* «pena», cf. ant. francês *LAID*, prov. *LAIT*, catal. *LLETG*, etc., e o gr. *ἀλατῆς* «malvado». A única dificuldade que subsiste é que o *-þ-* do gótico está representado por *-t-* em vez de *-d-*. A forma que se espera é **LEDRIGO*.

875. *Levaredo, Monte de (Moura, Be).

Deve incluir-se, parece-me, no número dos nomes formados com **LEUBA*, cf. o art. *LABORIZ*. Já apontei um *LOUE-REDUS* no art. *LEBRÉM*; veja-se também *Rom. Germ.*, III, 136, *LEUBAREDUS*. É verdade que o elemento final *-REDUS* < gót. **REþs* perde normalmente o *-d-*, soando *-REU*, no genet. *-REI* ou *-REM*, mas não se deve esquecer que *LEVAREDO* se encontra numa região que mostra ainda hoje na sua toponímia um certo arcaísmo fonético, reflexo do antigo romance moçárabe ali falado, como a conservação do *-n-* e *-l-* intervocálicos, *-ARIA* em vez de *-EIRA*, etc. A forma «normal» de *LEUBA-REDUS* é aliás representada por *LUBREU* no concelho de Braga.

876. *Liz (Paredes de Coura, Via).

Vem dum antigo patronímico *OM LILIZ* 1043 = *LIIZI* ap. 1002 (que se deve certamente ler **LILIZI*) dum nome **LILUS*, cujo genitivo se encontra em *LILI* 973. A forma não latinizada está em *LILA* 1220 e *UILLAR DE LILLA* 1013 (?). Nada posso dizer sobre esta raiz *LIL-*, que certamente é germânica porque existe também em nomes borgundos, cf. *Rom. Germ.*, III, 137 *LILJA* (cf. *OM patron. LILIAZI* 1008) e *LILISA*.

- [877. ***Loba** (1. Barcelos, B; 2. Vila Nova de Famalicão, B; 3. Lagos, F)].

Talvez não se trate do feminino de LOBO < LŪPUS, mas do nome visigodo LOBA fem., 1060, LLUBA fem. 1050 (patron. LOBAZ 1258) = F 1021 LEUBA, nome amplamente documentada e formado de *LEUBA, de que tratei no art. LABORIZ. Pode ser que este se tenha misturado com o nome latino LUPUS, cf. no OM o nome de mulher LUPA 1089. Claro que em casos como HERDADE, QUINTA, etc. DA LOBA, só se pode tratar do nome do animal.

878. ***Lobão** (1. Celorico de Basto, B; 2. Tondela, Vis; 3. Feira, Av).

Nos *Opúsculos* de Leite de Vasconcellos, III, 196, encontro uma referência a este nome geográfico: «Em Lobão temos ou um aumentativo de *lôbo*, ou, mais provavelmente, um nome medieval de homem». Trata-se de facto do caso obliquo, ou do genetivo, do nome LEUBO (= OM LUBO 955) que conhecemos dum rei visigodo do séc. VI, e dum bispo de Braga 681-684. É a forma masculina correspondente a LEUBA do art. LOBA. De Lobão possuímos as formas medievais LUBON 967, LUPON 906 (latinizado LUBANUS 850-860), LEOBON 1003, LOBON, LOBOM 1258, que já foram apontadas no art. LABORIZ. Veja-se contudo ML² 79.

- [879. ***Lobazes** (Miranda do Corvo, Coim)].

No art. LOBA apontei um nome LOBAZ que classifiquei de patronímico de LOBA. Será talvez mais razoável ver nele o nome comum LOBAZ «grande lôbo», de que LOBAZES é o plural.

880. ***Lobazim**, Quinta de (Carrazeda de Anciães, Bea).

Veja-se o art. LOVAZIM.

- [881. ***Lobel** (Feira, Av)].

Devo limitar-me a lembrar o nome de homem LUBENEL 973, *Dipl.* 68, que parece ser formado na primeira parte com *LEUBA, sem que me seja possível explicar o segundo componente.

882. ***Lobelha**, Monte da (Odemira, Be).

Veja-se o artigo a seguir.

883. ***Lobelhe**: 1. Santa Maria de Lobelhe (Vila Nova de Cerveira, Via); 2. Lobelhe do Mato (Mangualde, Vis).

Trata-se do genetivo dum nome formado de *LEUBA mais o sufixo -ELLUS a substituir -ILO, -ILA, cf. *OM LOBELLO* 1065 (patronímico *LOBELLIZI* 1068), *LEOBELE* 998 (?), *LEOPELLE* 952. *LEUBILA* (= *OM LOBELA* 1258) vem citado por Förstemann 1022. Leite de Vasconcellos, *Opúsculos*, III, 196, explica *LOBELHE* por *LUPICULI.

884. ***Lobrigo**, Quinta do (Sernancelhe, Vis).

Já encontramos este nome *LEUBA-RICUS na forma do genetivo. Refiro-me a *LABORIZ*, de *LEOQUERIZ*, *LOVERIZ*, com a variante *LA-VARIZ*. Também na província de Orense existe um *LOBRIGO* cf. S 73. Förstemann 1028 regista um bispo de Urgel dos fins do século VII chamado *LEUPARICH*. *LEUBAREIKS significa «o cheio de carinho», «o que tem muito amor».

885. ***Lobrigos** (Santa Marta de Penaguião, VR).

Trata-se dum plural do nome precedente.

- [886. **Lodeiro** (nome de 18 localidades situadas quasi todas ao Norte do Mondego)].

Sachs 74 quer ver neste topónimo um nome germânico formado com a raiz *LEUD-, de *LEUDI «povo», mas na realidade não passa dum derivado de LÔDO < LÛTUM e significa «sítio onde há muito lodo». As formas antigas *LODARIUM*, *LODARIO* 1258 e, com outro sufixo, *LOTARES* 1086, *LODARES* 907, são nomes geográficos e não de pessoas. Só *LODERI* 985 forma uma excepção. Aqui pode tratar-se dum nome visigodo formado com a raiz apontada. Também no ponto de vista fonético a explicação proposta por Sachs não é admissível, porque os nomes formados com o elemento *LEUDI perdem modernamente todos, como vamos ver, o -D- intervocálico, e assim havia também de acontecer se a base fôsse *LIODA-* ou *LAUDI*. A par de *LODEIRO* existe *LODOEIRO* (concelho de Lamego).

887. ***Lomão** (Vouzela, Vis).

O elemento inicial *LO-* dêste e doutros topónimos pode explicar-se por várias raízes góticas, cf. Sachs 74. A mais indicada é *LIUD-, *LEUD-, que temos no verbo *LIUDAN* «crescer», donde vem o visigótico *LEODES* «gente» da *Lex Visigotorum*, cf. ant. alto alem. *LIUT* «homem», «povo», alem. mod. *LEUTE*, ant. ingl. *LÉOD*, ant.

franc. LIÖD, ant. sax. LIUD, etc., que significam também «povo» e que se aparentam com o lat. LIBER, gr. *ἐλεύθερος* «libre», cf. Holt-hausen 64. O segundo componente de LOMÃO seria MANNA «homem», mas não na forma do caso geral -MANNU, que havia de dar -MANO, mas na do genet. -MANNI que perde o -i- final reduzindo-se a -MÃO. Esta explicação de LOMÃO não é muito segura por não dispormos de nenhuma forma antiga. Que a composição indicada existiu, prova-o F 1045 LIUDMAN que significaria «homem de gente» ... «chefe».

888. **Lomar** (1. Penafiel, P; 2. Braga).

É o genetivo do nome de homem LEODE-MARO 1037, (LEODE-MARIZI 1037, LEODEMARIZ 1001). O primeiro componente é o estudado no artigo anterior. Não é raro em nomes medievais, cf. OM LEODE-MUNDO 915, LEODE-RIGUS séc. XIII, LEODE-SINDA 1001, LEODE-SINDO 967, LEODE-GUNDIE 990, LEODE GILDO 1009, LODE-MIRO era 1102, LODE-RIGO, etc. Em 1220 uma das duas localidades aparece documentada na forma LOOMAR. Na província da Corunha há um LOIMAR, cf. S. 74. Sobre -MAR veja-se o art. ARMAMAR. LOMAR já foi explicado por Nunes 595.

889. ***Lonho** (Arouca, Av).

Dum nome *LAUN-ILA, *LAUN-ILO formado do gót. LAUX «re-compensa», cf. aut. alto alem. LON, mod. LOHN, lat. LUCRUM, etc., que aparece também nos nomes medievais LAUNA 1021, LONE 973, LONES 976 e LONO-GINDUS 1033 com que se podem comparar F 1016 LAUNUS, LONO, LAUNOMAR, LAUNOMUND, LAUNARIGUS, etc. Como o elemento LAUN- seguido duma «fugenvokal» havia de evolucionar em português para LO-, pode ser que alguns dos nomes geográficos que faço derivar de LEUD- (que também evoluciona para LO-) tenham esta origem. Neste conjunto deverá talvez citar-se LONIA, no município de Orense, que parece representar *LAUN-ILA.

890. ***Lorigo** (1. Barcelos, B; 2. Ponte de Lima, Via).

Do nome OM LODERIGU 985, cujo genetivo vive no topónimo LURIZ. Sobre o primeiro componente vejam-se os arts. LOMÃO e LOMAR. Conhecemos um bispo de Urgel do séc. VIII chamado LEUDERICUS, cf. F 1047.

891. ***Lovainho** (Valença, Via).

Veja-se o art. LORA.

892. ♦**Lovazim** (1. Santo Tirso, P; 2. Guimarães, B).

Veja-se o artigo **LOBAZIM**. Deve ser uma destas duas localidades que vem mencionada em 1077 na forma **LUBAZIM**.

893. **Lubreu** (Braga).

Trata-se do nome **LEOUE-REDU** 960, **LOUEREDO** 1070, **LOUEREU** 1100 composto com ***LEUBA**, cf. o art. **LABORIZ**, e **REPS** «conselho». Förstemann 1027 cita também um **LEUBARED** que significaria «o do conselho carinhoso». O genetivo ***LEOVE-REDI** vive hoje no topónimo **LEBRÉM**, art. 871.

894. **Lufe** (Ponte do Lima, Viã).

Do primeiro componente dêste nome só ficou **L-**, o que, visto não possuímos formas antigas, dificulta a sua identificação. Creio que seja ***LEUDI**, cf. o art. **LOMÃO**, porque o nome **LEUD-ULF** é um nome freqüente entre os germanos, cf. F 1050. O -**d-** intervocálico godo é tratado como o -**p-** de origem latina, quer dizer emmudece, de modo que um genet. ***LEUD-ULFI** havia de evolucionar normalmente para ***LEUFE**, donde **Lufe**.

[895. ♦**Lufinha** (Viseu)].

Do nome anterior? -**INHA** parece-me ser o sufixo adjectívico -**INA** e indicar a propriedade dum chamado ***LUFO** ou **Lufe**.

896. **Lufrei** (Amarante, P).

Esta freguesia chama-se em 1220 **LUIFREI** e **LOIFREI**, em 1258 **LUIFREY**, no séc. xv **LOYFREI**. Trata-se do genetivo do nome de pessoa que está no topónimo a seguir, cf. S 74, Meyer-Lübke 39, Nunes 595 e Sachs 74. Em 1091 temos a grafia **LOGEFREI** com um -**g-** «parasita» que não se pronunciava.

897. ♦**Lufreu** (Penacova, Coim).

Dum nome ***LEODE-FREDUS**, formado como **LEODE-RIGUS**, etc., cf. o art. **LOMAR** e F 1039 **LEODEFRED**, bispo de Córdova do século VII.

[898. ♦**Luilhas** (Fafe, B)].

No **OM** vem um **CASAL DE LUILAS** 1258. Veja-se F 1064 **LUN-** em **LUNI**, **LUN-FRID**, **LUNI-MUNT**, cujo significado se desconhece. Virá de gót. **LUN** «resgate?» Veja-se também o art. **LONHO**.

899. **Luriz** (1. Marco de Canaveses, P; 2. Valongo, P).

Vem do genet. de LORIGO < LODERIGO 985, LEODERICO 1092 que já estudámos. Possuímos uma série de formas antigas que indicam a evolução fonética: OM LEODERIZ 1080, LODERIZ 1086, LOIRIZ 1090, LURIZ 1220, LUARIZ 1258, LURIZ 1258. cf. também Nunes 595.

900. **Lusenda** (Góis, Coim).

Do nome de mulher OM LEODE-SINDA 1001, cf. LEODE-SINDO 967. O primeiro componente foi explicado nos arts. LOMÃO e LOMAR. O segundo já nos é familiar. O genetivo de LEODESINDO vive em LUSINDE, art. 904.

[901. ***Lusianes** (1. Nelas, Vis; 2. S. Tiago de Cacém, Lisb; [Monte de] Odemira, Be)].

Do nome LUSIO, cf. este artigo, e LUSIM.

[902. ***Lusianos**, Monte dos (Alvito, Be)].

Veja-se o artigo anterior e LUSIM.

[903. **Lusim** (Penafiel, P)].

O nome desta freguesia não é de origem visigoda como quer Sachs 74 que o relaciona com *LEUDI «povo». Representa o genetivo LUCIDI 1088 do nome latino LUCIDIUS 922 = LUSIDIO 995 que vive hoje no topónimo Lusio. A par de LUCIDIUS existe LUCIDUS 911, LUCIDO 922, patron. LUCIDIZ 912, LUSUS 1258. A evolução de LUSIM é a seguinte: VILLA LOSIDI 943, VILLA LOSII 1097, LOSI e LUSY 1258. Como se vê, a nasalização da vogal final, que de resto corresponde a uma tendência geral do português, é de data recente. Os dois topónimos precedentes, LUZIANES e LUZIANOS devem ser localidades povoadas por gente desta antiga «villa». Nunes 595 vê em LUSIM uma forma divergente de LUSINDE, o que não me parece admissível.

904. **Lusinde** (Penalva do Castelo, Vis).

Foi explicado no artigo LUSENDA.

905. ***Lusindinho** (Penalva do Castelo, Vis).

Como se vê trata-se duma parte ou dum bairro de LUSINDE.

- [906. ***Lusio** (1. Paredes de Coura, Via; 2. Castelo de Paiva, Av; 3. Monção, Via; 4. [Monte do] S. Tiago de Cacém, Lisb)].

Veja-se o art. **LUSIM**. Existe também um **MONTE DOS LUSIOS** (Alvito, Be).

907. ***Luvar**, Monte de (Barcelos, B).

Vejo em **LUVAR** o genetivo do nome de homem *OM LUPARIO* 1039 = F 1025 **LEUPARIUS** formado com ***LEUBA**, do art. **LABORIZ**, mais -**ARIUS** < gót. **HARJIS**. Nas formas antigas que citei parece ter havido confusão com o lat. **LŪPUS**, como já verificámos a propósito de **LOBA**, art. 917 = ant. **LUPA** = gót. **LEUBA**.

908. ***Luvares** (Vila Nova de Famalicão, B).

Creio que representa o patronímico ***LEUB-AR-ICI** do nome que precede.

(*Continua*).

JOSEPH M. PHEL.

Enigma Vicentino

«Juan Domado»

Segundo a própria rubrica do Autor, a personagem Gil Terron, do *Auto Pastoral Castellano*, é «um pastor inclinado à vida contemplativa e anda sempre solitário». Por isso outro pastor, Brás, lhe pergunta:

Di, Gil Terron, tu ¿que has
que siempre andas apartado?...

Gil tem, com efeito, a bossa da meditação, graças à qual se lhe afigura fugaz, efêmero, incerto, tudo aquilo em que os outros pastores põem seu cuidado, inconscientes da fragilidade da vida e da incerteza do dia de amanhã. Amores, festas, bens do mundo — tudo isto o vê Gil Terron, a seu modo, *sub specie aeternitatis*.

Em breve há-de chegar a primavera; ele, porém, não sabe se viverá até então:

Házia¹ en Dios, vendrá el verano
con sus flores y rosetas;
cantaré mil chaconetas,
muy ufano.
si allá llega vivo y sano...

Brás anda sempre no rodopio dos folguedos; Gil sermoneia-o pela sua ilusão e descuidança:

Tu, que andas siempre en bodas,
corriendo toros y vacas,
¿que ganas tu, o que sacas
dellas todas?
Asmo², asmo, que t'entodas...

E faz o elogio da solidão:

Solo, quiero canticar
repastando mis cabritas
por estas sierras benditas...

¹ fé, confiança.

² creio.

Aí, no silêncio e paz da montanha, vê o céu mais de perto e despreza os amores terrenos:

Quando, cara al cielo, oteo¹
y veo tan buena cosa,
nho² me parece hermosa
ni de asseo
zagala de quantas veo...

Aí aprende também a não considerar o dinheiro como bem supremo:

Andando solo, magino
que la soldada que gano
se me pierde de la mano...

E a solidão das alturas ensina-lhe ainda que as riquezas mudam facilmente de dono:

Nesta soledad m'enseño
que el ganado con que ando
nho sabré como, ni quando,
seguir sueño,
quién será d'otro dueño...

Nesta altura do sermão prégado a Brás, lembra-se Gil de apresentar ao seu ouvinte um exemplo concreto e convincente. Este passo, discutidíssimo, não tem interpretação ainda bem fixada, pelo que respeita à palavra *domado*:

¿Conociste a Juan domado,
que era pastor de pastores?
Yo lo vi entre estas flores
con gran hato de ganado,
con su cagado Real,
repastando en la frescura,
con favor de la ventura.
Dí, zagal,
¿que se hizo de su corral?...

Com estes dizeres sai a *figura* do Gil Terron do seu quadro teatral ou fantástico e invade as realidades presentes e passadas. Mais ainda: o representador representa-se agora a si próprio, como a

¹ olho.

² *nho* por *no*, forma dialectal de Salamanca e redondezas (saiaguês), usada por Encina e imitada por Gil Vicente.

pessoa de carne e osso que é na vida real: Gil Vicente desmascara Gil Terron, ou *vice-versa*. *Entre estas flores*, isto é: naquele mesmo paço, ou noutro semelhante ambiente de beleza e luxo, éle mesmo, Gil Vicente, via *João Domado, pastor de pastores, com seu cajado real*. ¿Que é feito do seu curral, ou da sua grandeza? Pastores: assim passam glórias do mundo! Onde há poucos anos estava um grande rei, vêdes agora outro...

E de qual fôsse êsse rei não pode haver dúvidas. Ao lado da estrofe, na edição *princeps*, lá se encontra a nota explicativa, assim disposta:

Ioã do
mado
dezia
por el
rey dõ
Ioã se-
gũdo.

E assim se prende o mundo real ao da fantasia para fazer sentir que a morte não perdoa, nem a pastores, nem a reis. Mas estes pastores vicentinos são crianças, seres vegetativos e simples, tam distanciados do eterno, tam avessos à contemplação e à própria religião, que nem sequer sabem benzer-se contra o mal, como no decorrer do auto se verá. O próprio Gil diz:

Io no me sé santiguar...
Decid todos como yo:
enel més del padre
enel més del fijo...
el otro més se m'olvido!¹

Ora o auto foi concebido e escrito para celebrar o nascimento de Jesus Cristo, e Gil Vicente, religioso e realista ao mesmo tempo, tendo de servir-se de pastores para a sua celebração artístico-hierática, por estar preso às regras do género pastoril, não se esquece de que os pastores são da espécie dos gentios. Êste, o sentido flor-sófico da composição, embora tenhamos de buscá-lo nas entrelinhas. Gil Terron é o encarregado de aconselhar alguma espiritualidade àqueles materialões, como quando Lucas perde de vista duas cabras do seu rebanho, por ter estado horas a bater o pé num bailarico,

¹ Apesar de sábio relativamente, Gil transforma *em nome de em no mês de*.

e sempre de bôca aberta para a formosura da cachopa Marta. Gil, o contemplativo, comenta logo:

Y aun por eso que yo sospecho
me aparto de saltijones;
que vanas conversaciones
no traem ningún provecho.
Siempre pienso en cosas buenas,
yo me hablo, yo me digo,
tengo paz siempre conmigo
sin las penas
que dan las cosas ajenas.

Mas nem por isso Gil converte Lucas, como prova o seguinte diálogo:

GIL: ...Busca, busca las cabritas.
Trás¹ que tienes muy poquitas,
nho te das
de perder cada vez más.
Encomiéndalas a Dios!
LUCAS: ¿Que podrá esso prestar?
GIL: El te las irá buscar,
que siempre mira por nós.
LUCAS: Si los lobos las comiéron,
¿há-me-las Dios de traer?
Harto terná que hacer;
y, si muriéron,
mucho más que yo perdiéron...

Indiferença e fatalismo. Depois, brinquedo. Lucas chama outros pastores e todos dançam, saltam, jogam, chocarreiam, até caírem a dormir, de cansados.

Em pleno sono surge-lhes o anjo anunciador do nascimento do Menino Deus. E então o auto assume carácter hierático, sem deixar de ser pastoril — dêste pastoril naturalista, rude e cómico. Gil Ter-ron comanda as homenagens, manda buscar arrabis, flautas e gaitas, para honrar com música e bailos *el niñito* ou *el garzon*; e a êste oferecem os pastores seus presentes, desculpando-se e confessando a própria bruteza:

Perdonad, Señor, por Dios,
que, como somos bestiales,
los presentes no son tales
como los merecis vós...

¹ Trás = além de que.

Estes pastores *bestiales*, isto é, *rudes e pagãos* no fundo de alma, apesar da casquinha cristã, continua o pedagogo Gil Terron (ou Gil Vicente) a leccioná-los muito pedagogicamente.

Como bem disse Menéndez y Pelayo, na *Antologia de Poetas líricos castelhanos*, vol. VII, Gil Vicente é poeta e pensador de duplo fundo (traduzo assim *doble fondo* para não dizer *fundo falso*), em quem sempre se adivinha alguma cousa mais do que o que mostra a superfície.

Assim, não está expressa no diálogo de Gil Terron com o colega Brás a ideia de que o povo rude é mais pagão do que cristão. Mas essa ideia, que nenhum outro poeta nosso revelou, nem então nem mais tarde, subjaz a muitas das cenas, aparentemente apenas para fazer rir, em que Gil Vicente faz intervir os seus pastores *bestiales*.

O contemplativo Gil Terron, porém, não é *bestial*: por sua voz ouve-se a Virgem líricamente cantada e venerada com paráfrases do *Cântico dos Cânticos*, sendo por ele citado o próprio autor, Salomão:

Como el lilio plantada,
florecido entre espinos,
como los olores finos,
muy suave eres hallada:
tu eres huerta cerrada
en quien Dios vivir desea,
tota pueru amica mea,
flor de virgindad sagrada...

Os outros pastores admiram e comentam a erudição do companheiro:

...Sabes de achaque d'igreja...

...Dí, por vida de tu tío,
tu sabes de perfeías...

...Con eso hablas latín
tan a punto que es placer

E Gil Terron prossegue e explica a seu modo o mistério da divindade e humanidade de Jesus:

Hecha el sol su rayo en Mayo,
como mil vezes verés:
el mismo rayo sol es
y el sol tambien es rayo;
entrambos visten un sayo

de un envés,
y una cosa misma se es.
Ansi este¹ descendió,
quedando siempre en el padre:
aunque vino a tomar madre,
del padre no s'apartó.

Explicação bem popular, como poesia e filosofia, e que nos faz lembrar a quadra mais moderna:

No ventre da Virgem-Mãe
Encarnou divina graça:
Entrou e saiu por ela
Como o sol pela vidraça.

Mais uma vez se espanta a zagalada com a sabedoria de Gil Terron:

Quien te viere no dirá
que naciste en serranía...

E os pastores cantam, e fenece o auto.

Nesta atmosfera de religiosidade ingénua e rústica se deve colocar a forma *Juan domado*, que tanto tem dado que falar. ¿Porque chamou Gil Vicente assim a D. João II?

Querem uns que se leia assim mesmo — *domado* — como está na edição *princeps*; outros julgam necessário emendar para *damado*, isto é: *querido, bem amado*. Segundo a interpretação fiel ao texto vai-se ao drama histórico real e raciocina-se assim:

O *Auto Pastoril Castellano* foi encomendado pela protectora de Gil Vicente, D. Leonor, viúva de D. João II, e representado perante ela. E aquela rainha teria sido assim lisonjeada pelo Poeta, como *domadora* do indomável *Príncipe Perfeito*, que pretendia assegurar a sucessão no trôno ao seu bastardo D. Jorge, e afinal consentiu em reconhecer como herdeiro dinástico a D. Manuel, irmão de D. Leonor.

Ora o eruditíssimo Braamcamp Freire² cita o discutido passo vicentino, bem como a nota marginal da edição *princeps*, e faz a seguinte observação, em que vários outros o seguiram³: «...Notável

¹ Jesus.

² Vid. «Gil Vicente, Mestre da Balança», em *Revista de História*, 6.º vol., 1917, pp. 37 e 38.

³ Por ex.: Queiroz Veloso, em *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. II, p. 23.

é contudo não se tornar a encontrar em toda a obra de Gil Vicente mais nenhuma referência ao Príncipe Perfeito; lembrou-se dêlo na sua segunda produção dramática, mas compreendeu, ou fizeram-lhe compreender, que recordar aquella altiva figura era desagradável na côrte».

A verdade, porém, é que Gil Vicente não se lembrou do *Príncipe Perfeito* só na sua segunda composição dramática. Já na primeira diz o *Vaqueiro*, referindo-se ao príncipe recém-nascido:

Será rey *don Juan tercero*
y heredero
de la fama que dexáron
el segundo y el primero,
y aun los otros que passáron.

Alusão decerto anódina, mas perfeitamente respeitosa, e que não impediu o Poeta de voltar a referir-se a D. João II logo na sua segunda produção dramática, meses depois de representada a primeira.

Parece pois que a observação de Braamcamp Freire perde assim um pouco do seu carácter absoluto.

Mais ainda: também não será muito certo que *se não torne a encontrar em toda a obra de Gil Vicente mais nenhuma referência ao Príncipe Perfeito*.

Vejá-se o *Romance de Gil Vicente*, que fez quando foi levantado por Rei el-rei D. João o Terceiro, de gloriosa memória e, em especial, algumas das falas que o autor supõe «que cada um dos senhores de Portugal diriam (*sic*) ao beijar da mão» ao novo soberano.

Aí faz o Poeta uma espécie de revista política e social do reinado de D. Manuel I, por vezes bem corajosa e bem cruel. O novo rei D. João III herda um país em grave crise económica — tal é o sentido da fala do conde de Marialva:

Mandai chamar vosso gado
e preguntai-lhe que há;
o, de pouco para cá,
o porque anda arrepiado
vos dirá.

De pouco para cá é claro como água. O povo sofria, pelo menos durante os últimos tempos do reinado *venturoso*. E contudo coincidia a miséria popular com a sede de riquezas no alto. É isto que o Poeta

põe na boca do Conde Priol (D. João de Meneses, Prior do Crato, mordomo-mór de D. Manuel I):

Quero-vos aconsellar
que façais grande tesouro
antes de fama *que d'ouro*;
e tende o *muito* cobiciar
por agouro.

Tópico repetido, nos alvitre e votos dos fidalgos, é a reforma da magistratura e o melhoramento da justiça real. Sirva de exemplo, entre várias, a fala do duque de Bragança:

Esta súbita mudança¹
bem parece obra divina,
e com esta segurança
faizei que vossa balança
seja fina.

E a série das falas dos senhores fecha com o seguinte juízo geral e popular do reinado findo, síntese pouco entusiástica da epopeia, grito de alívio e esperança de melhores dias:

Diria o povo em geral:
— *Bouança nos seja dada,*
que a tormenta passada,
*foi tanta e tão desigual*²,
que no mundo é soada.

Tal a ideia ou impressão de Gil Vicente a respeito do reinado de D. Manuel, o *Venturoso*. E, pela boca dos fidalgos maiores, o Poeta aconselhava o novo rei D. João III a não se inspirar no seu antecessor, antes muito pelo contrário: procurasse modelo ou exemplo *em tempos anteriores*, mais sábios na governança e mais felizes para o povo.

Assim lhe diz o marquês de Vila Real:

Governai pelo antigo,
que este pasto está em perigo,
as ovelhas suspirando
sem abrigo...

¹ D. Manuel I falecera inesperadamente, ao cabo de breve doença, tifo ou encefalite letárgica (*mal de modorra*). O Poeta mostra considerar tal morte como castigo de Deus.

² Injusta? Talvez antes *contraditória*: mistura disparatada de esplendor e miséria.

E o bispo de Évora:

... Para benção
foi *homo missus a Deo*,
cujo nome era Joam.
Beijo-vos, senhor, a mão
e ferraí sôbre o velho...

Ora gem que altura da nossa história localizaria o Poeta este *antigo, este velho* tempo e modo que ao moço rei convinha imitar para bem do seu povo?

Não é de crer que pusesse seus anelos no começo da Monarquia, ou quisesse ressuscitar a justiça de D. Pedro I. Os *laudatores temporis acti* não costumam requisitar de tam longe a Idade Áurea e fazem-na coincidir em regra com a sua própria mocidade. Se Herкулano se consolou das suas desilusões de liberal apaixonando-se românticamente pelo Portugal mediévico; se alguns economistas ou sociólogos portugueses dos nossos dias são partidários atrasados do velho do Restelo—tais exemplos não parece que colham no caso de Gil Vicente, em cujo tempo não havia ainda filosofia da História, nem, portanto, a ideia ou mania de preconizar regressos a séculos já rodados de há muito.

Quando morreu D. João II tinha Gil Vicente cêrca de trinta anos—idade em que os pensares e pendores individuais começam a assentar e em que já se presta apoio e aplauso aos pensares e pendores da geração anterior, às queixas e saudades dos velhos. Ora os velhos da maturidade de Gil Vicente deviam ser mais joanistas que manuelistas.

Mas...

É de 1529 a bela peça vicentina *Triunfo do Inverno*, que abre com um monólogo do *Autor* (designado por esta própria palavra), e aí fala Gil Vicente em seu próprio nome, lamentado os tempos actuais e louvando os passados:

Em Portugal já eu vi
em cada casa pandeiro
e gaita em cada palheiro;
e de vinte anos a cá
não há 'i gaita nem gaiteiro.
A cada porta um terreiro¹,
cada aldeia dez folias²

¹ A cada porta se via um bailarico.

² Danças ao som de pandeiro ou adufe.

cada casa atabaqueiro¹;
 e agora Jeremias
 é nosso tamborileiro.
 Só em Barcarena havia²
 tambor em cada moinho,
 e no mais triste ratinho
 se enxergava uma alegria
 que agora não tem caminho.
 Se olhardes às cantigas
 do prazer acostumado³,
 tôdas têm som lamentado,
 carregado de fadigas,
 longe⁴ do tempo passado.
 O de então era cantar
 e bailar como há-de ser:
 — o cantar para folgar,
 o bailar para prazer,
 que agora é mau de achar...⁵

De vinte anos a cá... Escrito isto em 1529 e tomado à letra, ou, melhor, ao algarismo, conduz-nos a 1509, isto é: ao 14.º ano do reinado de D. Manuel I, que reinou 26. Poderá pois dizer-se, partindo da interpretação literal ou numérica daquela fórmula, que Gil Vicente se mostrava nesta época saudável dos primeiros anos, ou da primeira metade do reinado manuelino.

Se porém voltarmos ao que o Poeta escreveu quando D. João III foi aclamado, logo nos parecerá que as suas saúdaes apontavam mais longe no tempo. Veja-se o que Gil faz dizer ao conde de Penalva com sobrescrito ao rei novo:

Sêde isento e liberal,
 provedor dos lavradores
 e pai dos povos menores:
 C'os grandes, muito Real
 e moderados favores.

¿Não pode ler-se nestes versos o elogio do *Príncipe Perfeito*, muito mais que o de D. Manuel? ¿Não mereceu D. João II êsse cognome porque era *liberal*, punha os grandes no seu lugar e, *muito*

¹ Tocador de *atabaque* (espécie de tambor).

² Só em Barcarena, como quem diz: para citar só Barcarena.

³ Isto é: das festas do costume actual.

⁴ longe = muito diferente.

⁵ Assim como se enxergava *alegria* no mais *triste* ratinho de outrora, assim agora infundiam *tristeza* no espectador as *alegrias* *soturnas* do povo de 1529.

Real, de muitos réis fez um só, com proveito e alívio dos *povos menores*?

A fala do conde de Alcoutim é, neste sentido, talvez ainda mais nítida:

Sêde livre, e não mandado:
açamai qualquer criado
que¹ não seja, diz a grossa,
mais que vós à custa vossa
adorado...

E não lembra isto imediatamente o que conta Rêsende daquele *Monseor Descallas*, irmão da rainha de Inglaterra², o qual dizia, referindo-se a D. João II, que o que mais admirara em Portugal era «ver um homem que mandava todos e ninguém mandava a ele»³?

O que da alma popular de Gil Vicente transpira sempre através das suas obras, a permanente e incorrutível simpatia com os humildes e os pequenos, a prontidão e segurança com que satirizava os abusos dos grandes, provam que não podia deixar de ser-lhe simpática igualmente a figura ou memória do soberano que lutou *pola Grey* e certa vez, em Évora, rogando aos senhores do pão que o vendessem por trinta réis o alqueire ao povo ameaçado de fome e não sendo escutado, abriu logo as fronteiras ao cereal de Castela, e assim arruinou os assambarcadores⁴.

Não só para Garcia de Rêsende e Sá de Miranda foi D. João II rei santo e «de grandes louvores»⁵. O qualificativo de *príncipe perfeito* foi voz do povo, que Gil Vicente não podia deixar de sentir, porque sempre mostrou ter para ela o ouvido apurado.

«Lembrou-se dêle (diz Braamcamp Freire) na sua segunda produção dramática, mas compreendeu, ou fizeram-lhe compreender, que recordar aquela activa figura era desagradável na Côrte».

Mas, e porquê, se se entendeu que a *activa figura* aparece ali *domada*, ou *domesticada*, pela rainha irmã do rei reinante? Se os ódios duravam ainda fortes, e se Gil Vicente era capaz de os adular com pesadas alusões daquele jeito, e porque desagradaria à Côrte

¹ = para que

² Aliás Lord Woodville (vid. SABUGOSA, *A Rainha D. Leonor*, p. 130 sgs.).

³ GARCIA DE RÊSENDE. *Crónica de D. João II*, cap. CLIV.

⁴ RÊSENDE, *Crónica de D. João II*, cap. CCII.

⁵ MIRANDA, Carta V, a António Pereira.

semelhante abatimento da *altiva figura* e porque não insistiria o Poeta em abatê-la ainda outras vezes, noutras obras?

Foi sempre muito difícil fazer calar um poeta satírico, destes cuja ironia borbulha irreprimível para eles próprios e que aliás se escudam facilmente perante os outros na função de fazer rir.

É ver Molière, Voltaire e quantos mais; é ver o próprio Gil Vicente, que sempre disse quanto quis.

Mas ¿quis êle dizer ali que D. João II foi um rei *domesticado*? Por tudo o que temos visto e revisto, não parece isto lógico, nem psicológico.

*

Para nós são pontos de fé:

1.º Que a própria rainha D. Leonor não estimaria muito êsse jogo;

2.º Que Gil Vicente era psíquica e moralmente incapaz de se prestar a jogá-lo;

3.º Que a palavra *domado* está muito certa; mas

4.º Não é ali o participio-adjectivo do verbo *domar* com os seus significados conhecidos de *vencer* ou *submeter*.

Convirá portanto procurar outra cousa, mas é preciso antes disso arredar a hipótese *damado*.

O Sr. Aubrey Bell, na Introdução às suas *Four Plays of Gil Vicente*, é de parecer que deve ler-se ali *damado*, e não *domado*: «Será talvez melhor (diz êle) ler *damado*, palavra que torna a aparecer no mesmo Auto. Pode ver-se talvez ali meramente uma alusão a certo incidente ocorrido no reinado de D. João II, e não ao próprio rei».

O incidente a que o eminente crítico se refere cita-o de passagem o poeta do *Cancioneiro* de Rêsende, Álvaro de Brito Pestana, nas suas *Trovas em louvor* (irónico) de *Pero Dias, escrivão*.

É a queima de um judeu:

...Preguntem a seu cunhado,
& a todos em jeral;
Vejam uns autos Damado,
huũ judeu que foi queymado
no rressio por seu mal...

Ora, em primeiro lugar, êste *Damado* deverá ler-se *d'Amado*. Os tais autos eram *d'Amado*, referentes a certo *Amado*, o judeu que foi queimado. *Amado* continua a usar-se hoje como apelido de família e haverá sido, de comêço, nome próprio (cf. o francês *Aimé*, freqüentíssimo, e os nossos *Amador* e *Amante*, nome próprio e ape-

lido ainda correntes). Não se esqueça tam pouco o *Amato Lusitano*, israelita além de *Amado* à latina.

A isto acresce que a queima de um judeu ignorado não era facto de importância tam grande, que merecesse revelar-se para caracterizar em meia duzia de linhas a figura de um rei cuja vida fôra recheada de acontecimentos políticos decisivos e trágicos, pessoal e politicamente.

Com a única palavra *Domado* significou Gil Vicente o rei que fizera executar o duque de Bragança e por sua própria mão executara o duque de Viseu, irmão de sua mulher. A par disto, ¿como se lembraria o Poeta de exumar dos cartórios o nome de um condenado, no meio de tantos que no mesmo reinado haverão sofrido a pena última? Não percamos de vista que Gil Vicente possuía, entre as muitas facetas do seu génio, o sentimento artístico da proporção, tantas vezes magnificamente revelado nas obras que nos deixou. E o Sr. Aubrey Bell reconheceu isto mesmo melhor do que ninguém, quando, no livro já citado, falou do *poder de concentração* de Gil Vicente, e no *seu talento de tocar e pôr em relêvo pontos essenciais numa longa acção*.

Na sua magistral *Nota Vicentina IV* (Coimbra 1922, p. 294) diz a saudável mestra D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, pondo muito bem o problema segundo os dois aspectos crítico e filológico:

«Quanto ao sentido que devemos dar ao participio adjectivado, acho impossível identificá-lo com *damado* ou *adamado* = *bem amado*. Mas também hesito em considerar *domado* *dumado* como forma popular de um *duado*, tirado livremente do latim *duo*, sinónimo de *segundo*. A par de *uma*, *alguma*, *nenhuma* temos *jejumar*, *debrumar*, e mesmo *luma*, em dialectos da Galiza. Mas em tôdas essas formas o *m* corresponde a um *n* primitivo.

Como à insigne senhora também a nós nos parece impossível identificar *domado* com *damado*, ou *bem-amado*. Gil Vicente lisonjeou naturalmente os seus régios patronos, que eram também seus empregados e seu público principal. Mas ainda aí revela nobreza de alma, bem como finura de espirito.

Os seus cumprimentos a reis, rainhas, príncipes e princesas, por tufados que sejam, não soam a servilismo ou sabujice. E, sobretudo, não se ouvem fífias, nessa música de elogio mais ou menos protocolar ou mais ou menos sincero. Chamar a D. João II *bem-amado* numa representação dada ao povo estaria certo; em plena côrte não parece oportuno.

A hesitação em considerar *domado* como significando *segundo*, de mais a mais com as estações intermediárias *duado* e *dumado* — compreende-se e partilha-se, não porém pelos motivos de filologia séria alegados na *Nota Vicentina*.

As liberdades tomadas por Gil Vicente com as formas vocabulares são constantes, e muita vez avêssas a tôda a espécie de disciplina ou explicação filológica. Para simplificar a técnica da rima ou do metro, ajudando-se da rudeza de tantas das suas personagens e entendendo obter da mesma cajadada efeitos cómicos, o Poeta não estava a êste respeito com meias medidas.

Neste próprio *Auto Pastoril Castelhana* encontramos *matrimuão* para rimar com *Nuño*; o latim *transiens* transformado em *intrinsienes* para rimar com *tienes*; *igreja*, à portuguesa, para rimar (e como?) com *peleja*; *se m'olvido* (*se m'olvidó*) emparelhado com *hijo*; *mundo*, em lugar de *mundi*, pedido por *facundo*. Noutros autos (por ex. o *da Fé*) *igreja* aparece, também em texto espanhol, já transformado em *igrija* porque assim o exigiu (duas vezes) a rima *sevandiça*; e o verbo *significa* deturpa-se para *señefisca*, por causa de um *morisca* do verso anterior. E, à semelhança dêstes, dezenas e dezenas de outros exemplos se podem colhêr nas obras do Poeta.

*

À vista de todo o exposto poderá aventurar-se outra explicação de *domado*, que respeita e aceita a forma assim mesmo fixada na edição *princeps* e se compadece talvez mais com o sentido psicológico do contexto. Êste não pedia que D. João II fôsse ali invocado por ser *segundo*, nem por ter sido *domado* por alguém.

Qualquer destas definições do soberano parece fina de mais para se apresentar ao pastor boçal que o contemplativo e sábio Gil Terron estava leccionando muito pedagogicamente, como qualquer adulto sensato falaria a uma criança.

O que o Poeta quis dizer no texto é muito mais acessível, mais didáctico, mais consentâneo com a regra de ensino que manda chegar ao desconhecido através do conhecido:

Juan Domado era *pastor*, como Brás (o aluno de Gil Terron), mas *pastor de pastores*; tinha um *cajado real* e possuía *muito gado*. ¿Que foi feito do seu *curral*?... Tudo precauções de bom docente para fazer penetrar numa cabeça bronca de serrano a ideia de *rei*.

Exprime-se portanto Gil como se Brás nunca tivesse ouvido falar na existência de reis. Quando muito, saberia o rude zagal que tinha um senhor, dono das terras onde pastoreava. ¿Conhecê-lo-ia

ao menos de vista? Nem isso; de nome apenas: um fidalgo, um *Dom João* qualquer.

Para tentar a explicação da estranha palavra *domado* convém pois adaptarmo-nos provisória e simultaneamente ao espírito da personagem que a emprega e ao daquela que a ouve: o pastor doutrinante e o pastor doutrinado. Esta precaução não se tomou até aqui; por isso insistimos e reínsistimos nela: pela necessidade de integrar o emprêgo de tal vocábulo no sistema pedagógico de que Gil Terron se estava servindo.

Enigmático o têrmo para nós agora, não o poderia ter sido (pelo menos no pensamento do Poeta) para a ocasião em que se adoptou e para a intelligência rude a que se dirigia. Pelo contrário: usou-se dêle para facilitar a compreensão, dentro da série de analogias pastoris de que o pastor sábio se vinha servindo para leccionar o pastor simples. Recapitulemos ainda uma vez, e completemos:

O rei—*pastor de pastores*;
O cetro—*cajado real*;
A riqueza régia—*grande fato de gado*;
A pompa régia—*entre estas flores*;
O reino ou reinado—*curral*;
O nome—*Juan*.

Juan, como tanta gente e tantos pastores. ¿Que mais o distinguia dêstes e o punha muitíssimos furos acima dêles na craveira pastoril? O título de DOM. Êsse pastor-rei designava-se por DOM, cousa nunca vista entre pastores. *Juan Domado* era um *Juan* que usava DOM.

Mas...

O texto é castelhano, e a forma *Dom*, com *m*, portuguesa. Em castelhano aparece *don*, com *n*, já na escrita literária medieval de Afonso o Sábio e de seu sobrinho D. João Manuel, por exemplos.

Caíremos pois em dúvida filológica séria, semelhante à tam sãbiamente apresentada por D. Carolina—se não preferirmos arri-mar-nos, talvez com melhor êxito charadístico, à filologia fantasista e patusca de Gil Vicente.

As suas sem-cerimónias por azo de metro ou rima, os lusismos ingênuos, desleixados ou propositados, de que salpica o seu castelhano, autorizam-nos a conjecturar que, visto D. João II usar *Dom* com *m*, à portuguesa, o Poeta preferiu sem hesitar, na libérrima invenção do adjectivo, a forma *dom-ado*, mais portuguesa; e repudiou a forma *don-ado*, derivável do *don* espanhol.

Acrescente-se ainda que as formas *doado* e *donado*, embora pudessem encostar-se a regras mais sérias de derivação, não convinhiam naquela altura a Gil Vicente, por se confundirem com vocábulos de outras significações, ou dêles se aproximarem (*doado*, de *doar* (*donare*) e *donato*, que tem igual origem).

Juan Domado deve pois entender-se como *João com dom*, ou *Dom João*.

Será assim? Talvez não. Talvez alguém algum dia encontre melhor.

*

Publicou-se esta lucubração em artigos, no *Comércio do Porto* de 4, 14 e 21 de Junho de 1936. Reedita-se agora, emendando certos lapsos e reforçando a tese com novos argumentos e textos.

Logo depois de publicado o primeiro artigo se nos dirigiu por carta um leitor, o sr. Emilio Castelo Branco, que não temos o gosto de conhecer pessoalmente, e mostra haver chegado à nossa mesma conclusão antes de a ver exposta no terceiro: *Juan Domado* é *João dom-ado*, ou *João com dom*, ou *dom João*:

«Na linguagem coeva (diz aquele nosso correspondente), como na actual, não existiria o vocábulo com esse significado; mas o génio do autor parece-me suficiente para o criar, assim como o grande Camilo criou muitos».

De acôrdo. O génio ou a fantasia, quando não a sugestão e necessidade da rima, ou as liberdades que o Poeta tomava com a linguagem, disfarçando por vezes sob efeitos cómicos as conveniências da sua composição fluente, espontânea e quasi sempre apressada.

Sobre os simbolismos político-pastoris por Gil Vicente adoptados para reduzir à mentalidade de um pastor rude a figura de D. João II diz-nos o sr. Castelo Branco que interpreta *gran hato de ganado* como grandes feitos políticos. E acrescenta:

«Adoptando a divisa *Pola Grey* defendeu D. João II o «terceiro estado» contra a soberba, que abateu, das outras classes preponderantes — clero e nobreza. Foi por isso que o *gran hato de ganado* (a Grey), protegido pelo *cayado Real* (o poder do rei) pôde

repastar en la frescura
con favor de la ventura.

«Isto devia ter sido grato ao ourives de Guimarães. Mas a ulterior politica, dando azo ao renovamento da preponderância das altas classes, cerceou as regalias da Grey, e deu motivo à desolada pergunta: *¿Que se hizo de su corral?* — isto é: do terceiro estado?».

Sim. É bom recordar a este propósito que Gil Vicente andaria já perto dos vinte anos quando D. João II mandou reunir as Côrtes de 1481-82 (primeiro em Évora, depois em Montemor-o-Novo, por causa da peste); e que dos capítulos respectivos consta o seguinte:

«Os fidalgos, os prelados e os mestres das ordens militares acoutavam em suas vilas e fortalezas os malfetores, os ladrões e os assassinos; e, em vez de os prenderem e julgarem, proibiam a entrada de suas terras às justiças (do Rei) que os perseguiam.

«Quando (os fidalgos, etc.) saíam da Côrte para residirem nos distritos da sua jurisdição, a sua presença era assinalada, como a dos flagelos, pelos gemidos e prantos dos espoliados.

«Não satisfeitos ainda com as grossas rendas que arrecadavam, tinham inventado um meio fácil de as dobrar, e este consistia em exigirem dos moradores pão, vinho, gados, ouro, prata, alfaia e várias outras cousas de valor a título de empréstimo — e nunca mais as pagarem.

«Se os desgraçados se opunham ao roubo, recusando, prendiam-lhes as mulheres e os filhos até entregarem o que fôra pedido; e se, depois de o terem dado, alguma vez se lembravam de instar pela restituição, expiavam sem demora esta ousadia incrível nos cárceres do castelo do ofendido donatário...

«Não eram raros os prelados, fidalgos e mosteiros que, não possuindo senão a jurisdição civil nas suas terras, por mercê dos reis, não duvidavam assenhorear-se *de motu proprio* da jurisdição criminal, estabelecendo ouvidores seus que tomassem conhecimento das causas crimes e dos delitos sujeitos à competência dos tribunais dos concelhos, usurpando a acção da justiça real e municipal, para fraudarem os concelhos de parte das suas rendas, e o fisco (régio) de uma receita que não era insignificante...»¹.

Já em idade de juizo assistiu com certeza Gil Vicente a muitos destes abusos contra o direito dos povos, dos municípios e da própria realaleza. Dada a sua origem popular, não é difícil adivinhar para que lado se lhe inclinariam simpatias e preferências. As suas obras não nos deixam dúvidas a tal respeito. Na *Barca do Purgatório*, por exemplo, aparece-nos um lavrador que deslocava os marcos do seu campo com prejuizo do vizinho; e contudo aproveita o Poeta este mau ensejo para defender a pobre gente campesina, pondo na boca daquele pouco escrupuloso representante dos lavradores os

¹ Torre do Tombo, maço 3, n.º 5 de Côrtes; Capítulos das Jurisdições. *Apud* REBÊLO DA SILVA, *D. João II e a Nobreza*.

mais comunicativos protestos, cheios de verdade e sinceridade, ao mesmo tempo elogio e elegia da sua classe pisada:

Nós somos vida das gentes
E morte de nossas vidas;
A tiranos, pacientes,
Que a unhas e a dentes
Nos têm as almas roídas...

Que queira ser pecador
O lavrador,
Não tem tempo nem lugar
Nem somente de alimpar
As gotas do seu suor...

Muito atribuladas são!
Cada um péla o vilão
Por seu jeito...



Em-fim: tudo nos persuade que a expressão *Juan Domado* exige interpretação que se harmonize:

1.º Com o momento psicológico em que é empregada;
2.º Com a psicologia especial da personagem que fala e da que escuta;

3.º Com os tipos morais da rainha D. Leonor, que encomendara o auto, honrando-lhe a representação com a sua presença, e do próprio Poeta, pouco atreito a subserviências de mau gosto;

4.º com as ideias ou pendores «sociais» de Gil Vicente, ao qual evidentemente foi — e não podia deixar de ser simpática a personalidade de D. João II, cuja política de centralização ou consolidação do poder régio levou a voz do povo a apelidá-lo de «Príncipe Perfeito», a dar-lhe a alta categoria de «santo», a suspeitar que ele morresse envenenado pelos «grandes» (como não raro acontece à morte dos reis amados pela multidão — veja-se o caso de D. Pedro V) porque essa política tinha a vantagem de impor uma justiça régia, igual para todos, e de libertar assim os humildes da arbitrariedade e dos abusos ou atropelos dos poderosos barões locais.

A tais condições obedece, cremos nós, melhor que qualquer das anteriores, a interpretação que a mêdo propomos para o qualificativo de *Domado*.

Coimbra, Dezembro de 1936.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

Vida e feitos de Julio Cesar

(Continuado do Tõmo IV, p. 108)

Os cavalleiros rromaãos, que [fl. 42 d] eram da novena legiõ e da dezena (que era aa parte seestra), lançaram tantos dardos aos d'Artoões¹ e cometerõ-nos tã asperamente que os fêzerom rroteer atees a agua e ferirõ muytos delles e² provarom de passar a agua. Os rromaãos os encalçarom³ e derribarõ delles grande parte. Os cavaleiros destas duas legioões passarom aalem da agua e os que ficaram dos d'Artoões ajuntarõ-sse em batalha⁴ e os rromaãos os fazerõ fogir, querendo ou nom. E, da outra parte, os da oytava legiom e da onzena levarom os de Verendoois⁵ per força atees a agua e aly se conbatyram rryjamente huũs cõ os outros. Entom veeo Rrodoatus⁶, que era capitam e senhor dos de Nevres⁷, e aderençarõ com todo seu esforço⁸ contra a dezena legiom, que estava aa parte direita⁹, e contra a dezena¹⁰ legion, que era acerqua dela, e hũa das partes dos de Nevres começou a ameaçar¹¹ hũa destas ligioões e a outra [fl. 43 a] parte enderençou contra as tẽdas dos rromaãos que estavõ no outeiro alto¹².

E entõ hyã os cavalleiros e os pioões, que primeiramente forom desbaratados na primeira peleja, pera suas tendas a folgar e encontraram com seus imiigos e começarõ a fogir de hũa parte e da outra e esso meesmo fizeram os das tendas e sobiron-sse no mais alto outeiro. E elles virom os d'Artoões desbaratados e por esto se esforçarõ de sayr. E quando virom os de Devenais ante seus olhos que eram em meo de suas tendas, elles começarõ a fogir braadando¹³;

¹ d'Artois, qui lassé estoient de corre et d'assaillir FR. ² *Faltam aqui algumas palavras que tornariam o texto mais correcto. O original francês diz: Et si come il s'esforçaient de passer, li Romain les enchacerent...* ³ encalçaram no ms. ⁴ s'estoient ralié a bataille outre l'iaue FR. ⁵ Vermandois FR.

Boduonatus FR; Boduognatus, Cesar. ⁷ Nevers FR. ⁸ s'adrece a tot son efforts FR. ⁹ ou destre cor FR. ¹⁰ septisme FR. ¹¹ encloire FR. ¹² em plus haut leu FR. ¹³ *Em todo este período o tradutor afasta-se bastante do texto francês que diz: En ce meïsmes point avint que li chevalier et li peon, qui legierement estoient armé et ou premerein asaut avoient esté tres percié des Neverçois, qui aigrement les orent requis, si com nos avons dit, s'en quidoient repairier as tentes et il entroient lor anemis en lor voie, Boduonatus et les soens. Lors s'en tornerent en*

e a pressa foe grande antre aquelles que trágiam a carriagem e aynda nom tiñham todo descarregado, e foram tam espátados que huñs fogiam acá e outros alá. Na hoste de Cesar avia cavalleiros de Treve¹ que lhe os cidadãos enviarõ e eram em aquelle tempo os mais nomeados de Frãça. E quando virom os de Nevres correr pelas tendas e pelas [fl. 43 b] legioões e derribar e encaçar e ferir com espadas e com outras armas e fogir de todas partes cavalleiros e pioões rromaños e archeiros e fundeiros medyaãos², e elles cayrõ em desesperaçõ³ que Cesar e os seus podessem aver alguñ salvamento: tornarõ-sse direitos fogindo a Treve⁴ e acontarõ⁵ aos cidadãos que Cesar e os rromaños erã desbaratados e que os de Nevres lhes tomarom as tendas e a carryagem per força.

Cesar se partio da decima legiom, que elle amoestara de bem fazer, e trabalhou de chegar aa dozena por a esforçar. Mais quando elle chegou aos seus desbaratados e que os de Nevres hyam após elles, derrybando e destroyndo, que nom tiñham poder de sse defender nõ tanto espaço que podessem ferir com suas espadas⁶, elle foe em grande pressa⁷ por que o alfferez que trágia a bandeira da quarta aaz⁸ era morto e a bandeira derribada (e em huña legiõ da decima terceira aaz que som de quinhentos [fl. 43 c] homeës cada huñ e na legiom som seis mill e seis centos) e todolos centuriões daquella meesma os acharom mortos e os da outra ou mortos ou feridos. E Pristatinus, huñ nobre cavaleiro romaño, forte e virtuoso, que per sua ardidez dava grande esforço aos outros, era tanto ferido que por as muytas feridas que tiñha os outros enfraqueciam e sse tor-

fufe d'autre part. Li autre, qui reues furent es tentes ou plus haut trefre, qui orent veü cels d'Artois chacier outre l'iaue par force des lor, et por icele fiance estoient oissu fors des loges por prees, quant il encontreient en mi lor ieux cels de Nevres qui s'estoient enbatu en lor tentes, si se metent a la fufe chaant levant... *FR.* ¹ *É Tréveris. Trieve FR.* ² *numidiens FR.* ³ *châirent en desesperement FR.* ⁴ *creve no ms. Trieve FR.* ⁵ *O escriba que tinha escrito acontarõ riscou depois o r.* ⁶ *por la presse FR.* ⁷ *il fu en angoisse FR.* ⁸ *A fim de tornar mais comprehensivel todo o fim deste periodo achamos conveniente de citar o texto francês particularmente mal traduzido neste parágrafo: mes quant il trova les soens grevez durement en cele legion... il fu en angoisse; et meesmement por ce que li gonfanonniers qui portoit l'ensaigne de la quarte cohorte — dont il a .xiiij. en une legion, car la cohorte est de .v. cenx homes, et en la legion a milliers anquore .vj. et .vj. cenx otot— estoit ocis et l'ensaigne abatue, et tuit li centurion de cele quarte cohorte ocis ensement, et des autres choortes tuit li centurion mort ou naurez angoisseusement, et Presextius, uns nobles chevaliers... FR.*

navam da batalha, e pelejara já tanto que apenas sse podia manter. E quando esto vyo Cesar que seus imiigos feryam e derribavam os seus a todas partes sem nê huũ esforço nem espaço e sentyo seu feito em gram periigo como quem nom avya arredor de ssy nê huũ homê fresco que podesse acorrer aos seus que eram cansados e destroydos, entõ tomou huũ escudo¹ a huũ de seus cavalleiros (ca entõ nã o trazia) e hũa lança cortador² e ferio o cavallo das esporas cõtra Dodunatus³, que era senhor dos de Nevres⁴, e feryo tã rryjamente no costado seestro que cota nem outra arma nom lhe prestou que o fferro nã passa-[fl. 43 d]sse⁵ da outra parte e Dodunatos cayo morto. Desque Cesar assy feryo no primeiro cõbate, começou de chamar seus cõdestabres e centurioões per seus nomes e os outros cavaleiros que sse traba[lha]ssem de fazerem bem e se alegrassem⁶ por teer mayor esforço de ferir cõ suas espadas e que aderçassẽ suas bandeiras contra seus imiigos. Os cavalleiros rrecobrarõ logo toda esperança de virtude de sua viinda e creceo-lhes coraçõ de pelejar assy por averem o grado delle que lhes veera acorrer como por guanharẽ suas vidas, que estavam ã periigo, e elles o fferzerom tam bem que o encallço⁷ de seus imiigos sse rreteve⁸.

Quando Cesar vyo a septima ligiom que os de Nevres tiinhã aa sua vontade e que matarõ Cota⁹, huũ condestabre daquella legiõ, elle amoestou os tribuũs e centurioões que ajudassem¹⁰ a dozena e a septima legiõ pois estavã tam acerqua. Como esto ffoe ffeito, elle mandou que tendessem as bandeiras cõtra seus imiigos [fl. 44 a] e elles o fferzerom de boamente que nem huũ nom faleceo de sse combater e de pelejar contra seus averssairos como aquelles que sse temiam de seerem mortos se tornassem as espadoas¹¹. Enquanto a batalha durava, as duas ligioões que Cesar leixara detras a carryagem ouvirom que a peleja era começada e que os seus avyã a peor

¹ espendo no ms. Lors prist l'escu dou col a un de ses chevaliers, car il estoit la venu sanz escu, ... FR. ² un fausart trenchant FR. ³ Boduonatus FR. ⁴ Omissão das palavras: et abatoit les soens et foloit durement FR. ⁵ ne li passast par mi le foie FR. ⁶ O texto francês diz: et que lachassent et esparsissent lor conroiz que il tenoient trop serrez, por avoir greignor espace a ferir des espees, et... ⁷ enchanz FR. ⁸ fu un pou retardez a cele empeinte FR. ⁹ Coeta, un provost Cesar conestable de cele legion FR. ¹⁰ que joinsissent petit et petit la septiesme legion a la dousiesme FR. ¹¹ come gent qui se dotnoient d'estre anelos et cravanté se il tornassent les dos FR.

e começaram a correr tão que os de Nevres os viram per cimo do outeiro da outra parte. Titus Labienus, que era duque da decima legiom (que já foram aas logeas dos [de] Nevres depois do desbarato dos d'Artoys e de Vernendoois), ouvyo e vio do outeiro donde estava a pressa e o tenir que faziam nas logias¹ dos rromaãos; envyrou asinha sua² ligiõ por acorro e elles virõ³ em camanho periigo em que estavam os seus e suas tendas e sua carriagem. Ca en todolos logares ouvya o arroydo e cada huõ se trabalhou por chegar asinha. Quando Titus Labienus e sua ligiõ chegarõ onde estava Cesar⁴, todo o feito foe canbado asinha, ca os rromaãos [fl. 44 b], que eram derrybados e feridos e se encostavam sobre seus escudos, se levantaram em pee e combateron-sse com novo esforço. E os de Vernes⁵ foram muyto espantados e começaram a fogir, e os da mesnada de Cesar, que antes fogiam, se começarõ a cõbater de todas partes por abater a desonrra de sua fogida. Os desarmados pelejavam com os armados⁶. Quando os de Vernes sentirõ que eram na derradeira esperãça de salvar suas vidas, colherom⁷ ardimento e dos seus que eram derrybados fizeram huõ monte⁸ e daly lançavam dardos e outras armas aos rromaãos e aa sua gente, aquelles meesmos que os rromaãos lhes lançavã e os que eles tiravam dos feridos. Mais⁹ em fim elles foram desbaratados e os que daly escaparõ se forõ meter na agua¹⁰ e viã-nos sobir pollas rrybas altas e pollos outeiros e pollas rrochas assy que o medo fazia (os) ligeiros os pesados¹¹.

Desque a batalha foe acabada e cõtada aos velhos homeës e molheres e moços pequenos que estavam ençarrados na bastida dos paaos¹² [fl. 44 c], ouverõ muy grande medo e fizeram muy gram doo por que lhes parecia que nem hũa cousa poderia defender os vencidos contra os vencedores. Elles, por comuõ consselho, envyroum o[s]

¹ loges *FR.* ² la disiesme legion *FR.* ³ oïrent. ⁴ ou li compaignon Cesar estoient si accint *FR.* ⁵ Nevers *FR.* ⁶ li desarmé se metoient ancontre les armez *FR.* ⁷ il coillirent hardement *FR.* ⁸ et mostrerent si grant vertu que quant li uns chaoient, li autre les amonceloient et montoient sor les taz des abatuz, si lançoient darz... *FR.* ⁹ grande occision firent de Romains, mes en la fin torna li meschies sor els *FR.* ¹⁰ la ou ele estoit plus lee *FR.* ¹¹ *O nosso tradutor afasta-se demais do original: et les veoit l'an ranper et monter les rives roistes et hautes et les tretres et les rochiers, si come lor granz cuers les menoit, qui lor fesoit legier ce qui fust pesant a homes sanz vertu et sans hardement FR.* ¹² enclos es mares et es plesseïz *FR.*

mais anciação[s]¹ de todos a Cesar e pedirõ-lhe mercee e disserom que de seis cêtos senadores que eram na bandeira de Vernes nõ ficarõ mais de trres; e de sasseenta mill homeês nom eram certos² se ficarõ quinhentos que armas podessẽ trazer, e a nimigalha era tornado o nome dos de Nevres³. Cesar ouve delles mercee e mandou que sse tornassem a suas terras e vilas e castellos e que sse fossem em paz e encomendou-os aas cidades suas vezinhas que lhes nõ fezessẽ nem hũa sem rrazom⁴.

- Huũas gentes que sse chamavã Avelooy⁵ viinham em ajuda dos de Nevres e desque virom o desbarato tornarõ-sse pera suas casas⁶ e leixa[ro]m as villas e meterõ-sse com quanto tiinham em huũ castello muy forte e defenssaa-[fl. 44 d]-vel e bem guarnido e era assentado sobre hũas rrochas altas⁷ e tiinha hũa entrada de duzêtos pees em alto cercada de dous muros de muy boos cantos⁸. Antiigamente sairrom os d'Anoolois⁹ e de Tooybres e de Tecoois, que vinham em hoste, e leixarom daalem do rryo huã parte de sua carriagem que nõ podiã trazer e leixarõ em guarda dela seis mill homeês. Aquelles seis mill, de pois da morte dos outros que entraram em batalha e forom todos desbaratados, ficarõ aly e forom grande tempo em guerra contra seus vezinhos¹⁰ e aa derradeira fizeram paz.

Quando Cesar, com toda sua hoste, foe cõtra o castello onde elles estavã, elles sairrom de dentro contra os rromaãos e como os virõ, tornarõ-sse sem mais fazer¹¹. Cesar¹² fez fazer arteficios e castellos e casas de madeira¹³ e ã quanto se esto fazia cessavã e estavam em paz. Depois desto fez Cesar fazer outros engenhos¹⁴ para filhar a villa e armou hũa grande torre de madeira sobre [fl. 45 a]

¹ Li plus encien *FR.* ² *O original diz simplesmente:* de .lx. mile homes i avoit a paine remes .v. cenx qui armes poissent porter *FR.* ³ a neent estoit revenuz et li nons et la gent Nevernoise *FR.* ⁴ desreison *FR.* ⁵ Avalois ou Avaldois *FR.* São os Atuatuçi (*César, Bel. Gal., II, xxix*). ⁶ mes il vuidèrent totes lor villes *FR.* ⁷ en roches hautes quanque l'en pooit veoir as ieuz *FR.* ⁸ Une entree i avait tote sengle a .cc. piez de haut; cele estoit fermee de double mur haut et espes, bien garniz de quariax et de piex de chesne aguz. *FR.* ⁹ estoient oissu cil Avaldois de Cymbres et de Thyois *FR.* ¹⁰ les voisins du país, de cui il estoient assailli, et il les rasailloient ensement. *FR.* ¹¹ *Tradução pouco exacta do texto francês que diz:* il ossoient sovant de laienz et coraient et hurtoient as Romains; apres se refiechoient ou chastel. ¹² *Caesar no ms.* ¹³ ...motes et bre-taiches et chastiax de fust *FR.* ¹⁴ vignes, chaz, autres engins... et un terral dressier, et en sou le terral une grant tor de fust haute sor roes *FR.*

rrodas. Os avellooís, quando a virom armar longe do muro, escarneciam¹ dos caramãchoes² e deziã: «Muyto sooes sandeus se cuydaaes tam grande torre chegar ao muro por força nem por siso que tenhaaes, que vós parecees vaãos³ em comparaçõ de nós!». Verdadeiramente os avellooís e franceses eram em aquel tempo muyto mayores que os rromaãos e por esto os desprezavã e cuydavam que nom podessem aquello acabar⁴. E quando virõ que a torre se chegava per engenho e sisso dos rromaãos, forõ espantados de veer o que nũca virõ. E entõ enviarõ a Cesar messegeiros de paz e disserõ assy: «Cesar, os de dentro vos mandam dizer que elles nõ cuydam que os rromaãos mantẽem guerra sem ajuda divinall, que tam grandes obras fazem tam aginha, e querõ meter em vossas maãos sy meesmos e quanto ham. Mais hũa soo cousa vos rrogam: que sse deles ouverdes mesericordia, que os nom despogees de suas armas: ca som desamados de seus ve-[fl. 45 b]-zinhos e nom sse poderã delles defender sem ellas, e mais lhes valleria seerem em todolos periũgos de batalhas contra os rromaãos que entrar desarmados em maãos daqueles com que sempre andarom em guerra e de que elles, em outro tempo, eram senhores. E por esto, se os rromaãos ouvessem deles piedade e franqueza, e que lhes leixassem suas armas, elles poderiam seer senhores de seus corpos e de todos seus averes». Cesar⁵ rrespondeo aos messegeiros: «Eu som prestes de rreceber a villa e de a salvar, mais por minha acostumada boõdade que por mericimento dos que em ella estam, e bem me prouvera sse sse elles rrrenderõ ante que o arteificio⁶ chegasse ao muro. Mais hi nom ha nem hũa condiçom, ca eu quero que elles me rrrendam suas armas e se metã em minha merçee e eu farey deles o que fiz dos [de] Nevres, e guarda llos ey que nem huũ delles nom aja mall assy como guardey os de Nevres que sse me rrrenderom».

«Senhor, disserom os messegeiros, nós faremos vosso mandado e con-[fl. 45 c]-taremos vossa vontade a nossos cidadaaños». E entom sse forõ aa villa e per comuũ consselho lançarõ na cava⁷ tantas das suas armas que o monte chega[va]⁸ acerqua dos caramãchoes do muro⁹,

¹ il escharnissoient FR. ² creniax FR. ³ nain (anões) FR. ⁴ O tradutor português resume o original: et ne quidoient qu'a nul fuer poissent cele tor atraire jusqu'as murs don chastel et de si loigntaign espace. ⁵ Cessar no ms. ⁶ li moutons FR. ⁷ giterent ou fossé defors FR. ⁸ sic no ms. ⁹ et dou terrail FR.

empero elles guardaram dentro mais que a terça parte e os rromaños enydavam que as tiñham todas. Des y abrirom as portas e aquelle dia esteverõ em paz huñs com os outros e aa noute mandou Cesar que as portas fossem fechadas e que nẽ huñ dos seus ficasse dentro nem fizessem nojo aos da villa, mais elles tomarom consse-lho antre ssy e disserom que eram enganados, que Cesar metia dentro gram multidodoẽ de seus cavalleiros e que lhe destruyam a villa ou ao menos nõ no ajudariam contra seus iniĩgos, e de hũa destas nom podiam falecer. E esto lhes mudou os coraçõẽs, e des y tomarom daquellas armas que tiñham ascondidas e fezerõ escudos de paao¹ e cobrirã-nos de coyro, segundo o breve tempo que tiñham, e des y sayrõ acerqua da mea noute do castello todos juntos e chegarom aa bastida² dos rromaños, naquella parte onde a virõ [fl. 45 d] melhor de sobir, e os da bastida, quando os sentirom, acenderõ seus fogos segundo lhes Cesar tiñha mandado. Os das outras guardas entenderõ pollo fogo que aquelles aviam mester ajuda, e correrom todos contra llã. Os da villa, quando sentirom o esforço dos rromaños, souberom que toda a esperanza de sua saude³ jazia em seu esforço, combaterõ-sse tam rryjamẽte e manteverom os golpes espessos de pedras e de dardos⁴ tanto que morrerõ hy quatro mill; os outros foram-sse aa villa. E em outro dia⁵ britarõ-lhe as portas sem defesa. Cesar e os seus entrarem na villa e os cidadãos foram todos vendidos pera desvairados lugares a quem os queria comprar e eram acerqua de cincoenta e quatro⁶ mil, segundo contarom a Cesar. Toda a villa foe queimada e destroida e os averes filhados e rrepartidos pollos soldadeiros.

Em este tempo veerom certas novas a Cesar que muytas cidades das marinhas⁷ da Bretanha a menor⁸ eram rrendidas [fl. 46 a] a Publius Crassus, o moço, aquelle⁹ que elle alã enviara com toda hũa legiom, e Bretanha era metida nas mãos dos rromaños e tiñham já estas cidades rrecebidas, assy como Bresnes e Anelles e Vaynes e Ses e outras fortelezas¹⁰.

¹ d'esclises et d'osiers que il couvrent de cnirs *FR.* ² as berfroiz que Romain avoient dreciez de cele part ou li leus fu plus legiers a poier et a monter *FR.* ³ salut *FR.* ⁴ qui de bas et de haut lor venoient espessement *FR.* ⁵ L'endemain *FR.* ⁶ .liij. chief *FR.* ⁷ de la marine *FR.* ⁸ la menor *FR.* ⁹ Publius Crassus, le jovencel que il avoit la envoieé *FR.* ¹⁰ les aigles estoient receties

Quando esto foe feito, toda França foe pacificada. A nomeada correo tanto que os barbes¹ daalem do rryo enviarõ seus messegeiros a Cesar que eram prestes de lhe darem arreffeës e fazerem todo seu mandado. Cesar rrespondeo aos messegeiros que sse queria hir a Itallya, (e) aallem² dos montes, e que allá fossem a elle e aly os ouveria³. E entom fez levar suas legioões a Chartaym⁴, en Toirana⁵, por invernar. Aquelle logar era cerqua donde fora a bata[l]ha dos de Nevres. Desque esto foe feito, elle se foe a Ytalia e mandou por leteras a Rroma como avya acabado, o que os senadores julgarõ⁶, e fezerõ-lhe em Rroma oorações e festas quinze dias enteiros, o que dantes nom fora feito [fl. 46 b] a nã huũ.

Quando⁷ Cesar propôs de sse hir a Ytalia, assy como vos já dissemos, encomendou a Servinus⁸ Galba hũa legiõ e a outros cavaleiros que a levassem contra Mëgë⁹, ca elle queria fazer que os caminhos¹⁰ fossem tam seguros que os lavradores¹¹ fossem andar francamente per hu lhe aprouvesse e passou-sse pollos vales de Morryana¹² e mandou a Galba que, sse comprisse, fizesse invernar aquella ligiom antre¹³ os montes¹⁴. Galba fez aly arredor muytas batalhas de que ouve a vittoria e tomou villas e castellos, tantos que toda a terra lhe enviarom messegeiros e lhe oferecerom arreffeës de paz¹⁵. Elle tomou os castellos e manteve as villas em paz. Des y envyou duas cohortas¹⁶ de mil cavaleiros¹⁷ aa cidade de Nicante¹⁸ por folgarem¹⁹ hy e guardarẽ a terra e elle se veeo a

es citez, si come en Resnes (Rennes), en Nantes, en Vannes (Vannes), en Ses (Sées ou Séz) et es autres FR. ¹ li barbre (bárbaros) d'outre le Rin FR. ² en Ytaille outre les monz FR. ³ revenissent a lui un premercin esté: il les orroit FR. ⁴ Chartain FR. É a região de Chartres. ⁵ Coirana no ms. É a Touraine, antiga provincia de França, cuja capital é Tours. ⁶ et manda... comment il avoit exploitié; si que li senator jugerent que l'en en feist feste et oroisons... FR. ⁷ Aqui começa o Livro III do Bel. Gal. de César. ⁸ Servius FR. ⁹ il charja une legion a Servius Galba et chevaliers assez por mener vers Mongeu FR. César diz: Caesar Servium Galbam cum legione XII et parte equitatis in Nantuatis, Veragros Sedunosque misit (I, 1). Estes três povos ocupavam a região do Valais (Suíça). ¹⁰ li chemins FR. É o singular. ¹¹ marcheant et voitures FR. ¹² Morienno FR. É a Maurienne, departamento da Savoie. ¹³ entor FR. ¹⁴ Falta aqui uma pequena frase: Cele legions estoit la dousiesme FR. ¹⁵ ostages de pes FR. ¹⁶ legionnaires cohortes FR. ¹⁷ de mil chevaliers — car tant a il chevaliers en .ij. cohortes — FR. ¹⁸ Mante FR. César diz: ...in Nantuatibus. Os Nantuates pertenciam à região de S.^a Maurice en Valais. Cf. L.-A. Constans, op. cit. ¹⁹ sejourner FR.

Cabloris¹, onde jaz Sam Moris, com toda sua parte² de ligiõ por teer hy o inverno. A villa era assentada em huñ valle nõ muy grande e d'arredor [fl. 46 c] avya huñ chaão³ e as montanhas d'arredor eram altas e grandes e a aagua partya a villa em duas partes: em hũa dellas meteo Servius Galba os franceses que andavam na hoste e em a outra os da sua legiom e fez fazer hũa cava muy grande e alta arredor de sua hoste.

Despois que gram parte do inverno foe passada⁴, Galba mandou que lhe trouvessem aa hoste pam e çevada e outras bitalhas⁵ e disseron-lhe⁶ que os franceses sse tornaron⁷ de noite e que leixarom suas pousadas onde os Galba fizera alojar e disseron-lhe que as montanhas arredor de Cabloys eram todas cheas de gentes d'armas das cidades e villas d'arredor das Alpas. E algũa rrazom hy avya porque os franceses tomarõ conselheo de aver batalha contra aquella legiõ que Galba governava e guardava⁸: ante que os visse mais fracos e mais minguidos daqueles que ficarom em Bicante õ guarda das duas cõhortes, outros, que hiam por trazer a vyanda aa [fl. 46 d] hoste, lhes pareciã tam fracos que cuydavam por esto que os rromaños nom se lhes poderiam teer. E por que estavã çarrados⁹ em aquelle valle e os dardos e pedras lhes viñham de cima das montanhas. Des y os franceses tiñhã seus filhos em arrefeõs, que Galba rrecebera das cidades de toda a terra que sse entõ chamava França, e parecia-lhe que os rromaños nom estavam aly por guardar os caminhos nõ por teer a terra segura, mais soomõte pera sempre possuyrẽ. Quando Galba soube estas novas e que nõ tiñha viãda e assaz de famito¹⁰ em sua hoste nem perfeita guarniçom de covas nem de bastidas¹¹, como aquelle que tiñha suas arrefeõs rrecebidas e nom

¹ Chabloy, la ou seint Morises gist ore *FR.* ... in Vico Veragrorum, qui appellatur Octodurus, *César* (Bel. Gal., III, 1). *É Martigny-Baug (Valais)*. Cf. *Constans*, op. cit., p. 75. ² le remenant de sa legion, entor .v^m. et vj. cens, *FR.* ³ une plaigue *FR.* ⁴ passado *no ms.* ⁵ vitaille *FR.* ⁶ il ne se donna garde quant l'en li dist que... *FR.* ⁷ tourné de la ville *FR.* ⁸ Para tornar esta frase mais intelligivel transcrevemos aqui a frase correspondente do original francês: ...cele dousiesme legion que Galba gardoit: tout avant ce que il veoient la legion desmembree et affebliee de cels qui estoient remes en garnison a Mante, ou il avoit .ij. cohortes de mil homes, et d'autres qui aloient par la terre por la viande conduire et amener a l'ost: si lor senbloit plus foibles li remena[n]z; apres, il lor sambloit que li Romain de cele region n'eüssent ja duree a eils, por ce qu'il estoient enclos en cele valee... ⁹ carrados *no ms.* ¹⁰ de froment *FR.* ¹¹ de fossez et de

sse catava das batalhas, chamou assy todos seus homeês por ouvir a ssentença de cada huñ¹, ca elles eram caydos em grande periigo e assy despeita² que avyam os montes e os outeiros cheos de gentes darmas e eram já metidos antre eles [fl. 47 a] e o caminho donde lhes avia de viir o acorro e as viandas. E a desesperança³ foe grande ätre os rromaños: huñs davã consselho de leixarẽ toda a carryajem e salvar seus corpos e passar por onde os outros estavam; pero prouve aa mayor parte de atenderem aly o que a ventura lhe hordenasse⁴. E nom tardou muyto: desque elles tiverom hordenadas suas festas⁵, quando os das mōtanhas tangiam suas vozinas⁶ e combaterõ-nos de todas partes e lançavam pedras e dardos a grande esforço contra as defesas que os rromaños tiinhã aparelhadas. E seus golpes nom erã em vão mais faziã grande dano na ligiõ e faziã lhes leixar os lugares⁷ em que estavam e os mais f[r]escos acorryam aos feridos e ajudavã-nos a sseu poder, mais os da montanha eram tantos que depois que mantiinhã huñ gram combate e canssavam, tiravã-sse affora e entravam outros frescos em seu lugar e assy duravam na peleja sem cã-[fl. 47 b]-ssar. Mais os rromaños erã tam poucos a rrespeito delles, que nom podiam esto fazer, ante lhe conviinha a manter a peleja sen sse rrevezar: nẽ soomẽte os feridos aviam poder de sse tornar dõde estavam por salvar seus corpos. Desque os do monte os combaterom seis oras continuadas, assy que os rromaños erã já muyto fracos e nom tiinhã armas com que pelejar, os franceses começaram a encher a cav[a] e a cortar o palanque de que suas tēdas eram cercadas. e a cousa era em tall ponto que nom tiinha já nẽ hũa cousa de salvamẽto.

Publius Sextus⁸, centuryam que fora ferido na batalha dos nevres, e Gayos Volnosenus⁹, que era homẽ de grande virtude e cõsselho e era tribuñ dos cavalleiros, correrõ a Galba e disseron-lhe que nom sabiam senom hũa soo esperança e esto era de passar a cova e o pallanque aallem per força contra seus averssairos e meterẽ-sse

berfroiz FR. ¹ en haste FR. ² et en si soudain FR. ³ desperemenz de salu FR. ⁴ et de desfendre lor tentes et lor garnison FR. ⁵ festas no ms., defenses FR. ⁶ O original francês parece-nos mais claro e mais correcto: a paines orant il lor defenses ordenees, quant cil des montaignes sonerent buisines et moienliax... ⁷ ... ainz domachioient la legion durement, tant que plusor, qui plus ne pooient andurer, guerpissoient lor estax, et lor defenses remanoient esnuees FR. ⁸ P. Sextius Baculus, César. ⁹ Volusenus, FR e César.

em aventura de os rromper ante que elles veessê aas tendas e matarê-nos ally ençarrados. Galba chamou [fl. 47 c] entom os¹ centurioões e mandou per elles aos cavalleiros que leixassem de ferir e entendessem² soamente rreceber os golpes sobre seus escudos ataa que folgassê e rrecebesssem suas lenas³. Desque esto foe feito e elles folgarô huñ pouco, ajuntarô-sse todos a huñ esforço a ssoô de huã vozina e saiom das tendas por quatro portas que eram nas liças e bem lhes foe ditto que toda sua esperanza era ã sua força e em sua vertude e elles fezerô esto que nũca seus imiigos soubessem o que elles queriam fazer por sse nom ajuntarê a defender-lhe a ssaida. E elles passarô per força por a meetade⁴ delles, e fortuna foe assy mudada que aquelles que cuydavam a matar os rromaños em suas tendas, foram ençarrados e matarô deles dez mill de triinta mill que erã e os viinte mill fogirom cá⁵ e lá que soamente nas montanhas nõ sse deteverô, tanto hyã espantados. Quando os rromaños assy desbaratarô⁶ seus imiigos, queimarô-lhes as armas e toda [fl. 47 d] a outra carriagê e des y foron-sse a suas tendas. Depois daquella batalha, Galba viia sua gête minguada de vianda pera passar ho inverno e nõ sse queria mais poer em aventura de batalha: ca soomête pã nõ podia trager aa hoste sem grande gente e perigosa cousa lhe parecia partir sua gente em trres ou em quatro partes.

Entom fez meter o fogo nas logeas e em todalas cousas da villa de Cabloois e emcaminhou⁷ o levou sua hoste segura e saã⁸, abregou-ha e nũca achou cõtrairo e ally esteve todo o inverno.



Depois que estas cousas foram feitas, Cesar cuidou que toda França era pacificada, ca os belgues erã fogidos⁹ e os saynees aalem do rryo e os Selduncois¹⁰ desbaratados nas Alpas por Galba, e os bretoões e soysoões pe[r] Publius Crassus a que as cidades das marinyhas erã rrendidas [fl. 48 a]. Cesar, por que cuydou que a terra estava em paz, passou-sse aalẽ dos montes no inverno contra Veneza e contra Escravonya¹¹ por conhecer os feitos della.

¹ toz les centurions *FR.* ² entendissent *FR.* ³ que il eüssent un petit lor alaines (*alantos*) reprises *FR.* *Erro cómico do tradutor.* ⁴ par mi els *FR.* ⁵ ça et la *FR.* ⁶ desconfiz, ocis et chaciez *FR.* ⁷ si achemina s'ostz l'endemain *FR.* ⁸ en Berguogne *FR.* ⁹ sormonté *FR.* ¹⁰ Sedunois *FR.* ¹¹ Esdavonie *FR.* ... in

Em Frãça era [nova guerra]¹ de cõtra a marinha de Bretanha com sete legiões e o cajõ da guerra foe tal: Publius Trassus² invernara aly cõ aquella meesma legiõ³ e por que nõ tiinham pam⁴, enviou aas cidades suas vezinhas os priostes e os tribuñs dos cavalleiros a busca-llo. Tytus Terradisius⁵ e Marcos Trebius e Quintus Nebanius⁶ e Trittus⁷ Sillius foram envyados aa cidade de Vaynes⁸, que era a mais nomeada de toda menor Bretanha em aquelle tẽpo pollos muytos navyos que em ella avia e os sajes⁹ marinheiros que a meude passavam a gram Bretanha. Quantos por ally hyam, rrendiam tributo aos de Vaynes e quando os de Vaynes virõ Quintus Vellanius e Titus Sillius a buscar o triigo, tomarõ antre ssy cõsselho de os rreteer ataa que Publius Crasus lhes desse as arre-[fl. 48 b]fheẽs que delles rrecebera, que muyto lhes pesava de seerõ em sogeiçõ dos rromãos. E os das outras cidades fezerõ esso medês daqueles que lhe foram enviados. Tytus Terradisius e Marcos Tribius forõ rreteudos a Rresnes¹⁰.

O juramẽto foe asynha ffeito antre os principes das cidades que antes queryã teer¹¹ contra toda fortuna que ficar em servidoõ de dos rromãos. Entom enviarõ a todallas cydades e villas da marinha pe[r] cõsselho de todos seus messegeiros a Publius Trisus, dizendo que lhe mandassem suas arrefheẽs sse quisessem que elles lhe enviassẽ os seus que tiinham presos. Publius Crasus fez saber esta cousa a Cesar, que estava longe daly. Cesar fez fazer grandes naaos e lõgas em Leire¹², que he mar ouçiano escontra Bretanha¹³, e fez buscar governadores e marinheiros em Proença e em Bergonha para guiar e governar a frota. Desque esto foe ffeito e o mar foe mansso e Cesar vyo convinhaavell tẽpo, veo-sse¹⁴ aa hoste. Os de Vaynes e das outras cidades souberõ certamẽte [fl. 48 c] que Cesar viinha sobr'elles e conhocerom que seu feito era forte por que lhe prenderõ assy os messegeiros que devyam seer guardados segundo boo

Illyricum profectus esset, *César*, op. cit., III, vii. ¹ *No ms.*: aanoũgm. ... une soudaine guerre leva en par devers la marine Bretagne. L'achoisons de la guerre fu itex *FR.* ² Crassus *FR.* ³ la septiesme legion *FR.* ⁴ la ou Publius et sa legion devoit yverner *FR.* ⁵ Terradisius *FR* e *César*. ⁶ Velanius *FR* e *César*. ⁷ *sic*: Titus *FR.* ⁸ Vannes *FR.* (cabeça do departamento do Morbihan). ⁹ les sages mariniens *FR.* ¹⁰ Resnes *FR.* É Rennes (cabeça do departamento da Ille-et-Villaine). ¹¹ se... abandoner a tote fortune que... *FR.* ¹² Loire *FR.* ¹³ en Loire, qui chiet (*desagua*) en la mer d'Océan par devers Bretagne *FR.* ¹⁴ vee-sse *no ms.*

custume. Eles se corregiam d'armas e da[s] cousas convinhaavees a batalha e des y de booa frota. Fiavã-sse muyto por que os lugares de suas cidades eram fortes¹ e a basa² era grande, que os homees nõ poderiam sair a pee ã muytos logares e navyos estranhos nom lhes podiam empeeecer por que hi avya poucos portos e os de fora nõ os sabyam³ E des y parecia-lhes que a hoste dos rromaãos nõ poderya muyto durar hy por que nõ era abastada de pam. E o que os mais confortava era cuydar que sabiã mais do mar que os rromaãos, e que os rromaãos nom tiinham naaos nem sabiam os portos nõ os logares⁴ do mar donde aviam de pelejar nõ as ilhas d'arredor, ca aly avya hũa maneira de navegar no mar estreito e outra no largo mar ouciano. E assy guarnecerõ suas villas e castelos [fl. 48 d] e troverõ triigo dos campos e das outras villas⁵. Todallas naaos que poderõ aver poserõ davante a cidade de Nayves⁶, que ally cuydavam de aver batalha, e ajuntarõ⁷ em sua ajuda os d'Eu e de Leosis⁸ em Normãdya e os de d'Avvois⁹ e de Pontefit¹⁰ e os de Teronane¹¹ e os de Ingraterra meesmos mandarom aly muyta

¹ fort par nature FR. ² li flos de mer enpeeschoit que l'en n'i pooit avenir a pié en meinz leus FR. ³ n'estranges genz n'i savoient pas bien le chemin FR. ⁴ ne les guez (vauz) dou leu FR. ⁵ des chans et des viles champestres FR. ⁶ Vennes FR. César diz: ...naves in Venetiam, ubi Caesarem primum bellum gesturum constabat, quam plurimas possunt cogunt. Bel. Gal., III, ix. O tradutor francês de César tomou Venetiam por a forma latina de Vannes. ⁷ Il porchacerent en lor aide FR. ⁸ Lisois FR. = Lisieux (departamento do Calvados). ⁹ d'Aminois FR. César diz Namnetes. São os Namnetes; eram os habitantes da região de Nantes, cabeça do depart. da Loire-Inférieure. Aminois = Amienois, território de Amiens. ¹⁰ Pontif FR. Será Ponthieu, antigo condado do Norte da França, cujo território corresponde hoje a uma parte do departamento da Somme? ¹¹ Teroene FR. = Théroüanne (departamento do Pas-de-Calais). O tradutor francês não soube identificar — o que aliás por certos nomes era difícil — os povos citados no texto de César: Socios sibi ad id bellum Osismos, Lexovios, Namnetes, Ambiliatos, Morinos, Diablintes, Menapios adsciscunt. Bel. Gal., III, ix. O Sr. L.-A. Constans, op. cit., p. 80, diz numa nota: «César ne suit pas, dans cette énumération, l'ordre géographique; il ne semble pas non plus que ce soit celui de la puissance relative de ces peuples. Les Osismes habitaient le Finistère, les Lexovii le pays de Lisieux, au sud de l'embouchure de la Seine, les Namnètes la région de Nantes. Les Ambiliates, qui ne sont nommés que dans ce passage, et par une seule classe de manuscrits, se confondent peut-être avec les Ambilarii nommés VII, 75, 4: leur nom indique qu'ils étaient établis de part et d'autre d'une rivière. Les Diablintes étaient une des trois fractions du peuple Aulerque, établi en Normandie...». Quanto aos Morini e aos Messapii, pertenciam à região de Boulogne e das fozes do rio Escaut (Constans, op. cit., p. 51).

gente. Assaz ouverô d'estorvo os rromaãos que sobr'elles avyam de viir. Empero muytas cousas demovyam a Cesar a hir sobr'elles: a primeira, por que rreteverô seus cavaleiros, des y por que rrenderom e fallecerom a ssuas arrefieës. E tantas cidades eram juntamente juramêtadas que sse elle esto nã fizesse assy, ho fariam as outras terras e ele poderia asynha perder todo. Quando elle entendeo que a moor parte de França sse aparelhava de mover guerra, por que cada huũ homẽ amava frãqueza por natura e desamava logar de servidom, pareceo-lhe que era bem d'espalhar sua hoste [fl. 49 a] e enviar em desvayradas comarcas antes que todallas cidades de França se juntassem. Entõ enviou Titus Labienus aa terra de Creve¹, de contra o rryo², e mandou-lhe que cavalgasse ataa cerqua de Rrees³ e das outras cidades dos belgues e que as tevesse em amor e em paz de Rroma a sseu poder. E sse os seynees⁴ quissessem passar ho rryo, segundo ele ouvira dizer, que os belgues os chamavam em sua ajuda que lhes defendessem a passagõ. Des y mandou que Publius Crassus fosse em Aquytanya cõ doze⁵ cohortas de seis mill homeës⁶. E esto fazia elle por que as cidades que sse contra elle levantavam nom ouvessem acorro daquella parte. E Quintus Tutarius⁷ foe envyado a Lisois, em Normandia, com tĩres legioões por teerê⁸ a gente da terra que nã fosse em ajuda de seus imiigos de toda França que Cesar mandava fazer ajuntar. Fez duque Decius Bontus⁹ e mandou-lhe que tam asynha podesse, levasse a frota a Nayves¹⁰. Cessar en-[fl. 49 b]-caminhou contra lá com os de pee e as cidades e castellos onde elle avya d'hir eram sobre o mar, tam longe¹¹ da terra que homẽ nã poderia hir a pee polla altura do mar que hi viinha duas vezes no dia. E quando o mar era vazio, as naaos nã podiam hir atras nẽ adeante, e assy empachava o mar ambollos combates, assy do mar como da terra. E sse assy acontecesse algũas vezes que alguũs fizessem taaes arteficios¹² descontra a terra que sse chegassem ao muro, elles seriam õ sospeita de seerem presos; por esto tiinham aparelhadas gram soma de naaos¹³

¹ Trieve FR. = Treveris. ² le Rin FR. ³ Reins FR. = Reims. ⁴ Seane FR. ⁵ xiiij. FR. ⁶ et otot grant nombre de chevaliers FR. ⁷ Tyturius FR. Quintus Titurius Sabinus, César. ⁸ por les genz dou païs tenir FR. ⁹ mestre et duc Decius Brutus FR. ¹⁰ Vennes FR. = Vannes. ¹¹ en si haut promontoires et en langues de terre FR. ¹² si hanz terralz et motes et berfrois FR. ¹³ grant some de nes, dont il avoient foison FR.

pera meterem ã ellas seus corpos e averes e flogirem pera outros castellos seus vezinhos¹.

Quando Cesar chegou a terra de Nayves², trabalhou-sse de fazer artefficios e engenhos e verdade he que elle filhava castellos, mais nõ podia aver os corpos nem os averes de seus emmiigos, ca lhe fogaõ todos ã as naaos. E quando vyo que sse trabalhava em vaõ, que seus imiigos lhe fogiam per mar de [fl. 49c] fortaleza em fortaleza, elle se meteo em soffrença³ ataa que Decius Brutus veesse com todalas naaos que tardavam cõ a tõpestade que espargera⁴ grande parte dellas e achavam poucos portos em que os rromaõs marinheiros ouvessem ancorar. As naaos de Nayves e das marynhas eram melhores e mayores e mais seguras que as dos rromaõs e avyam os bordos altos e os mastos⁵ grandes e fortes e tiñham-se bem aas tormentas e erã de muy duro paaõ⁶ p[er]a soffrer golpes e eram bem guarnydas e avyam cadeas de ferro em lugar de cordas e suas vellas bẽ forradas⁷ pera melhor soffrer ho vento. As naaos dos rromaõs nõ tiñham se nom huã soo melhoria contra aquellas e esto era seerẽ mais ligeiras d'armar⁸ e de governar. Mais as outras erã mais convinhaaves pera soffrer tormẽta e se governarem nõ grã mar ouçiano melhor e eram de tam duro paaõ que as naaos⁹ dos rromaõs nom lhes podiam empeeceer¹⁰ e fferiam de tam allto¹¹ sobr'ellas que muyto lhes empeeçeria, ca eram [fl. 49d] tam grandes que nom temyam nõ huã tormenta e aynda que topassem em algũa pedra ou rrocha nom quebravam ligeiramente¹². E em todallas cousas eram as naaos dos rromaõs em periigos, ca nõ eram de tam forte madeira nem tam altas e mingua[av]ã-lhes muytas boas cousas pera sua boca guarda¹³.

¹ iluec se desfendoient de rechief *FR.* ² Vennes *FR.* ³ il[l] atorna a metre en soufrance *FR.* ⁴ que tempeste et orages aloit detenant et atarjant grant partie d'esté *FR.* ⁵ les fians fers et estables contre tempeste *FR.* ⁶ de chesne fort et dur *FR.* ⁷ lor voile estoient de piay, ou por soufraite de lin *FR.* *César diz:* pelles pro velis alutaeque tenuiter confectae, sive propter lini inopiam atque eius usus inscientiam, sive eo, quod est magis veri simile, quod tantas tempestates Oceani tantosque impetus ventorum sustineri... non satis commode posse arbitrabantur. *Bel. Gal., III, xiii.* ⁸ plus isneles as governiax et au rimer *FR.* ⁹ li bec des nes a Romains *FR.* ¹⁰ domachier *FR.* ¹¹ O nosso tradutor ajusta-se um pouco outra vez do original: et si hautes estoient, que cil des nes as Romains n'i pooint ateindre de lor darz *FR.* ¹² Se li venez estoit granz et les nes s'abandonioient au soufle, eles ne doutoient gaires tempeste ne flot por lor grandeé et por lor force *FR.* ¹³ et cremoient meintes choses dont celes

Brutus veeo com toda sua mesnada¹. Quando os bretoões virõ viür as naaos dos rromaãos, sairõ do porto contra ellas e levarõ bem cento² e viinte naaos bẽ guarnidas de todas maneiras³. Brutus era em hũa naao e tribuũs e centuriõdes em as outras⁴. Mais elle nem nõ huũ de seus parçeiros nõ se acordarom de combater⁵, ca nom poderiam fazer nem huũ boo f[e]ito contra as grandes naaos com as suas muy pequenas. Os castelos d'avante⁶ das de Brutus nõ erã tam altos cõ muyto⁷ como os de Nayves. E os franceses e bretoões que em ellas estavã poderyã ferir seguramente cõ [fl. 50 a] seus dardos sobre os rromaãos como aquelles que estavam de muy alto e os rromaãos nom aviam poder de lhes empeeecer. Mais de hũa soo cousa eram provehudos, que tiinhã fouces longas e bem cortadores, amarradas aos bordos em tal guisa que cortassem as guarniçoões⁸ das naaos de seus ymiigos. E ajuntarõ⁹-sse huũs com os outros e estas fouces cortarõ-lhes as cordas e derrybavã os mastos e as vellas. Quando esto foe ffeito, os das grandes naaos nõ ouverõ nõ hũa esperança de saude, ca toda sua fiança era nas vellas e no vento que os rromaãos lhe tolhiam com força de suas fouces e agora conviinha que cada huũ mostrasse sua vertude e ardimento por corpo¹⁰. Mais daquello avyam os rromaãos o melhor, que de booa mente mostravam seu ardimento ante Cesar e toda sua gente que estavam oolhando a batalha dos montes e dos outeiros arredor [fl. 50 b] da rrybeira que nõ huũ nom fazia boo golpe que Cesar e os seus nõ vissem e por esto se trabalhava cada huũ de mostrar sua ardideza. Despois que os mastos e as vellas assy foram derribadas, duas ou ttrres naaos dos rromaãos aferrarom com hũa grande e poiinhan-lhe escaadas¹¹ e trabalharon-sse tanto que a tomarom e assy filharõ muytas dellas. Quando os bretoões e franceses das outras naaos virõ que os rromaãos os filhavã em esta guisa, nom souberom outro conselheiro senõ fogir e tornarõ todas suas naaos a barllavento¹². Mais ha callma foe tanta e o mar tã mãssõ que as naaos

n'eüssent garde *FR.* ¹ son navie *FR.* ² .cc. et .xx. ³ de totes manieres d'armes *FR.* ⁴ en chascune des autres nes romainnes, qui mestre (*os centuriõdes*) [en] estoient *FR.* ⁵ ne voioit souffisant maniere d'assaillir *FR.* ⁶ li chastel des nes *FR.* ⁷ si haut de trop come *FR.* ⁸ les cordes *FR.* ⁹ Lors najoient lor galiot a a[f]orce as avirons *FR.* ¹⁰ Or covenoit que li remenanz de lor estrif alast par vertu et par hardement de cors *FR.* ¹¹ si gitoient cros et drejoient eschieles *FR.* ¹² aval le vant *FR.*

nõ sse poderom mover pouco nem muyto. Esta cousa ajudou muyto aos rromaños pera acabar o que queriam, ca elles forõ todos sobre as naaos que sse nõ poderom mover e filharõ-nas todas, que poucas escaparõ e esto foe pella noute: ca doutra guisa hũa soo nõ escapara. A batalha durou de ora de terça atee mea noute¹.

Ally foron desbaratados [fl. 50 c] todollos da marynha a mayor² e de Vaynes e doutros logares, que erã viindos em sua ajuda, ca toda a mancebia e os homeës velhos, ã que nõ avia força nem consselho, eram viindos aaquella batalha e forom tã desbaratados que os que escaparõ nom souberõ a quall parte se tornar nem filhar consselho como guardassem seus castellos. E por esto sse rrêderõ todos e meterõ-sse soo a mercee de Cesar e elle tomou em elles cruell viingança por as outras cidades nom sse estreverem a fazer outra tal³ e que sse guardassem de meter maão em messegeiros, que sempre devyã seer seguros. Entom fez matar todollos homeës velhos e os outros vender.

(*Continua*).

JEAN-BAPTISTE AQUARONE.

¹ jusqu'en la noire [nuit]. ² tuit cil de la marine de Bretagne la menor FR. ³ autretel FR.

Gil Vicente

O aspecto «medieval» e «renascentista» da sua obra

Ensaio de interpretação

I

Por mais problemática que seja, — em consequência das investigações e discussões recentes —, a distinção antiga, simplificadora e generalizadora, de épocas e períodos históricos — como seja a que se estabelece entre Idade-Média e Renascença —, nem a História, nem a Arte, nem a Literatura se vêem em condições de prescindir por completo do hábito metodológico de tam vaga e convencional distinção. A consciência, porém, de a evolução natural da história estar muito longe de ser tam directa, lógica e consequente, e de as suas fases não se deixarem tam claramente distinguir na sua sucessão, como pretendem os nossos conceitos, as nossas descrições e definições; a consciência, pois, do carácter imperfeito e artificial, e do valor apenas secundário e auxiliar das nossas periodizações e classificações; a consciência, por fim, do carácter parcial e apenas aproximativo das nossas averiguações: tudo isto oferece um certo correctivo à nossa maneira de falar em «Idade-Média» e «Renascença», e em «medieval» e «renascentista», atribuindo-lhes o carácter de «época», e determinando-lhes os elementos «característicos» e a «individualidade». Já não ignoramos e não deixamos de salientar, que muitos dos elementos, considerados «característicos» e próprios duma das épocas, nem por isso deixaram de existir e actuar já em tempos anteriores a ela, continuando, por outro lado, na época posterior e ainda em tempos mais «modernos», muitos daqueles que se costumam considerar como que «superados» ou «exaustos» pelo «progresso» da história (se bem que possivelmente em relações, acção e intensidade diferentes e por isso talvez mais próprias e aptas de servir para a «distinção» e «caracterização» das épocas, do que os simples «factos»). De mais a mais, à necessidade de diferenciação cronológica acresce outra. Sem prescindir do carácter e significado «europeu»

dos movimentos e periodos da história e civilização ocidentais, impõe-se-nos distinguir-lhes as feições nacionais.

Na sua generalidade, a Idade-Média apresenta-se sob o aspecto duma como que unidade europeia, católica e imperial, nascida e mantida apesar da tensão política e moral, da rivalidade entre o poder espiritual e o temporal — unidade harmoniosamente realizada pelo génio e pela acção das ordens de cavalaria, e nas guerras político-religiosas das cruzadas ¹ — unidade moral que se baseava no cristianismo, e cuja organização partia, na sua totalidade, do princípio católico-cristão. A Renascença, por seu lado, parece representar, na sua generalidade, um estado de como que dissolução e individualização religiosa e política daquela unidade medieval: a variedade de «confissões», no lugar da Fé; de seitas, no lugar da Igreja; e a consciência, o carácter e a orientação «nacional» da política e da cultura, no lugar da ideologia «romano-imperial» e «católica»; ao passo que a acção do «humanismo» normativo, o alargamento dos conhecimentos e a intensificação dos interesses históricos, levam ao mesmo tempo à consciência da autonomia nacional e duma nova unidade ideal, não pronunciadamente cristã, mas sim, simplesmente humana e cultural, incluindo o elemento cristão, sem, no entanto, nêle se basear. De mais a mais, o alargamento dos conhecimentos do mundo físico, pelas invenções técnicas, as expedições marítimas e os descobrimentos, contribuem para (definitivamente) transformar a unidade europeia, num universalismo mais que europeu, e para (definitivamente) desviar as tendências imperialistas e universalistas do campo continental. — Cronologicamente, porém, é difícil e mesmo impossível, estabelecer um ponto e um momento de cisão fundamental e rigorosa, entre as duas épocas. O que se nota é um outro saber e uma outra consciência, um novo sentimento da vida e uma diferente interpretação do mundo e do homem, uma nova esfera e uma nova orientação da actividade humana. No seu princípio, porém, não somente a estrutura religiosa e moral do

¹ Por mais forte que fôsse, nessas emprêsas, o elemento inegável da humana e humaníssima ambição, de egoísmos interesseiros e de cálculos práticos e políticos: tal elemento nunca teria chegado a dar-lhes e garantir-lhes o carácter, significado e valor histórico que inegavelmente têm; o elemento humano-psicológico teria apenas chegado para se lhes attribuir o carácter de aventuras mais ou menos audaciosas e apreciáveis; o cálculo político, prático e frio, o de guerras como quaisquer outras.

«mundo» da Reforma luterana e calvinista, e a do «mundo» da Contra-Reforma, como também a conquista — a intelectual e moral, assim como a política e concreta —, do mundo descoberto e revelado, na forma da sua existência, pelas emprêsas de Colombo, Gama, Magalhães e Albuquerque, etc., são ainda profundamente penetrados por motivos cristão-medievais. Mas, apesar de continuar, como moral e ética, como elemento e factor integrante da civilização ocidental, o cristianismo deixa cada vez mais de representar, na sua catolicidade, o princípio fundamental e orgânico-organizador da ordem e realidade europeias.

Portugal oferece um aspecto particular no que respeita a tal conceito e interpretação da Idade-Média, pelo carácter pronunciadamente nacional da sua existência, e pelo significado altamente nacional, guerreiro e militante que soube dar às emprêsas e lutas cristãs e vitais contra os mouros. E, junto com a Espanha, mas duma maneira sua, Portugal oferece também um aspecto próprio ao universalismo renascentista: tanto pelo próprio facto, pela orientação e resultados da sua actividade oceânica, como ainda pelo significado cristão que soube dar à sua política de expansão (e que acresce àqueles elementos da sua acção histórica, provenientes da sua situação e da consciência da sua missão oceânica). São estes dois factos: a nacionalização, por assim dizer, da sua religiosidade cristã, e a cristianização da sua nacionalidade e da sua acção conseqüentemente nacional e universalista, — é a interpenetração dos elementos nacional e cristão, — é a unidade nacional, política e religiosa, que permitem a Portugal (como à Espanha, mas com feições diferentes e talvez mais equilibradas), uma actividade no Ultramar, em descobertas, conquistas e realizações, vedada a outros países europeus, por estarem sujeitos às lutas e dissensões religiosas, sociais e políticas. São os mesmos factos que contribuem para que a transição da «Idade-Média» portuguesa para a «Renascença» se realize e opere numa continuidade talvez ainda mais orgânica, e num processo histórico talvez ainda menos revolucionário do que em outros países.

E ao momento desta transição mesma que GIL VICENTE pertence, e é por isso que a sua caracterização e determinação, seja pelo epíteto de «medieval», seja pelo de «renascentista», oferece certas dificuldades e não satisfaz, — o que já não acontece com Fernão Lopes, quando considerado «medieval», ou com Camões,

«renascentista» pelo seu sentimento de vida e pelos motivos e formas da sua poesia —, nem com os próprios contemporâneos do comediógrafo, tais como os dois Rêsendes, Sá de Miranda, Damião de Goes e João de Barros, quando encarados como humanistas «renascentistas». Com Gil Vicente, porém, dá-se o facto de quasi todos os seus biógrafos e interpretores críticos se encontrarem perante a necessidade de lhe reconhecer tanta possibilidade «medieval» como «renascentista». O conde Von Schack, referindo-se aos autos, diz: «Parece (. . .) que Gil Vicente foi o primeiro a ennobrecer e elevar este género, através da poesia, começando assim a operar a transição dos mistérios e moralidades da Idade-Média, para as composições posteriores, que, sob o nome de autos, chegaram a ser um dos principais elementos do teatro espanhol». E as Farsas considera êle como o «protótipo perfeito das composições dramáticas a que mais tarde se chamou *entremeses*¹». Menendez y Pelayo, aproximando-o, pelo estilo e espírito do seu teatro, do «erasmismo» humanístico-renascentista, determina-lhe o lugar histórico entre os poetas «en las postrimerias de la Edad Media y en los albores del Renacimiento (. . .)»². Mendes dos Remedios vê em Gil Vicente «uma das figuras proeminentes do Renascimento, não somente peninsular, mas europeu³». Creizenach, porém, o historiador do drama moderno, salienta-lhe a independência perante as tendências e «influências» italianas e humanistas, renascentistas, sem no entanto lhas negar por completo⁴. Aubrey Bell acha que «tocado, sem dar por isso, pelo espírito novo do Renascimento, mas ao mesmo tempo absolutamente nacional, Gil Vicente sabe unir a Idade-Média à erudição nova, e as velhas tradições de Portugal ao crescente alargamento dos domínios portugueses (. . .)»⁵. Fide-

¹ *Geschichte der dramatischen Literatur und Kunst in Spanien*, vol. I, Berlim 1845, pp. 167 e 177, trad. espanhola por Eduardo de Mier (*Hist. de la Lit. y del Arte Dramático en España*, t. I, pp. 287 e 299, Col. de Eseritores Cast., 87).

² *Antologia de Poetas Líricos Castellanos*, t. VII, pp. CLXIII sgs., CLXV e CCXVIII.

³ *Obras de Gil Vicente*, prefácio, vol. I, p. LVII.

⁴ *Geschichte des Neueren Dramas*, vol. III (2.^a ed., Halle 1923), p. 117 sgs.

⁵ *Portuguese Literature*, p. 129 (*A Literatura portuguesa*, trad. por Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha, p. 163). Nas suas *Notes on the Spanish Renaissance*, in *Revue Hispanique*, 1930, o mesmo autor determina como renascentistas, os três séculos de 1400 a 1700, em Espanha, distinguin-

lino de Figueiredo toma «Gil Vicente como pioneiro do gôsto clássico, apesar do muito de medievalismo que na sua dramaturgia se contém (. . .)»¹. A D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a religiosidade do poeta apresenta-se tanto medieval e «só de leve atingida pelo bafo humanista do Renascimento», como erasmista². Pela sua «curiosidade, ânsia de saber, e gôsto por mui novas invenções», o poeta «grande, por saber algo de tudo, e querer entender tudo (. . .), de espírito aberto, erasmiano» — parece-lhe merecer a classificação de *Renascente primitivo*. Assim, ela descreve-o na iv das suas *Notas Vicentinas*³, embora não renunciando por completo àquilo que anteriormente afirmara, caracterizando Gil Vicente, no respectivo capítulo de *Groebers Grundriss*, «como poeta medieval quanto ao espírito e à forma»⁴. Pois, na mesma *Nota*, ela volta a enunciar a tese, «que Gil Vicente (. . .) se compenetrara, necessariamente, na infância e na mocidade, de ideas medievais, adoptando uma concepção do mundo escolástica — de filosofia teologante ou teologia filosofante. Colocado nos umbrais do tempo moderno podia ser influído todavia na idade viril pelas

do-lhes, entre outros, um período preparatório (séc. xv), seguido pela época de descobrimentos e maravilhas, de imitação, forma externa e arte pura (que vai de 1492 a 1522) (p. 340 sgs.), e é a este último período que Gil Vicente, a quem BELL não se refere particularmente, mas que não deixa de citar, de vez em quando, para ilustrar as suas afirmações, deve forçosamente pertencer.

¹ *História da Literatura Clássica*, 2.^a ed., p. 42.

² Assim, ela afirma, com respeito à *História de Deus*, seguida pelo *Diálogo da Ressurreição*, que é «uma das obras mais profundamente medievais e teológicas» (*Autos Portuguezes de Gil Vicente y de la escuela vicentina*, Madrid 1922, Introdução p. 41). «Gil Vicente era . . . cristão de fé medieval . . .» (ib. 117). «. . . Gil Vicente — sem estar enfileirado em qualquer partido ou seita, e sem ser humanista *ex officio* — era erasmista, acérrimo propugnador duma reforma das almas e dos costumes religiosos, dentro dos limites da ortodoxia . . .» (*Notas Vicentinas* I, Coimbra 1912, p. 10).

³ *Cultura intelectual e Nobreza literária*, Coimbra 1922, resp. pp. 11 e 205.

⁴ Assim, na referência bibliográfica, do prefácio da 4.^a *Nota Vicentina*, Cf. *Geschichte der portugiesischen Literatur*, von D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos und Teófilo Braga, in *Groebers Grundriss der Romanischen Philologie*, Strassburg 1897, vol. II, p. 280 sgs. De facto, Gil Vicente e os princípios do drama aparecem ali incluídos no «terceiro período» (de 1521 a 1580), «o qual apontam, apesar de a sua emancipação da Igreja começar já antes de 1502», e apesar de Gil Vicente se relacionar, pelas suas «origens», com a «segunda época» (pp. 148-144).

correntes caudalosas das ideações do Renascimento»¹. Hernani Cidade descreve-o como um daqueles «que mais parecem de espírito formado pela cultura medieval», mas ao mesmo tempo «um homem que, sem passar pela primeira fase do *humanismo* — a *curiosidade pelo humano, estudado nos textos greco-latinos* —, atingiu, pelas qualidades da sua índole e pela penetração do seu génio, a segunda fase do mesmo movimento — a *simpatia pelo humano*, que êle surpreendia na própria vida social portuguesa»². Le Gentil chega à conclusão que «este grande precursor, quasi alheio ao movimento estranho do humanismo, foi, para quem o comparar com Camões, o último sobrevivente da Idade-Média»³. Dámaso Alonso, no entanto, acha, com respeito ao lírico, que: «renacentista, aunque aún en el mismo umbral de nuestro Renacimiento, nos ofrece una poesia variada, colorida, humana y divina al mismo tiempo, fuera, muy lejos de los Cánones que petrarquismo u horacianismo iban a imponer al Siglo de Oro»⁴.

— Seria erróneo basearmo-nos, para determinar a posição e relação histórico-intelectual e moral da obra vicentina, em certas citações isoladas, destinadas a transmitir-nos aquilo que se pretende definir como o «pensamento», as «ideias» e «opinões» do poeta. Nada mais fácil, mas também nada mais superficial e cómodo, do que «provar» assim, ou a simples «religiosidade» ou o «libertinismo erasmista» de Gil Vicente, ou o seu «mordaz criticismo» moral, ou até as suas «avançadas ideias sociais». Tal maneira de ver e interpretar é tam errónea como em parte o foram as tentativas de acertar e reconstruir, através da obra dramática, a biografia do poeta, identificando simplesmente algumas das figuras vicentinas com o autor e actor, e relacionando as palavras do seu papel com a personalidade do comediógrafo.

O seu pensamento, encontra-se expresso, como «opinião» e «parecer», apenas no *Sermão* poético de 1506, por ocasião do nascimento do Infante D. Luís, e ainda na sua *Carta a D. João III*, sobre o tremor de terra, em 1531. No *Sermão*, abstraindo de toda a discussão teológica, limita-se a descrever a situação geral do homem (de todos os homens) e a proferir a lamentação e lamúria

¹ *Notas Vicentinas*, IV, p. 5.

² *Lições sobre a cultura e a literatura portuguesas*, vol. I, Coimbra 1913, pp. 126 e 137.

³ *Histoire de la Littérature Portugaise*, Paris 1935, p. 44.

⁴ «Gil Vicente», in *Cruz y Raya*, n.º 10, Madrid 1934, p. 118.

de todos os tempos: sôbre a viciosidade humana e a desmoralização da actualidade:

Quiero dezíros con grande querella

 que anda con vos
 y comigo el diablo ala çacapella.
 Quiero dezíros que moça y vieja
 y viejo, y moço, monja, y frayle
 todos andamos al son de su bayle
 vos y yo, y aquel, y aquella.

Juro

 que nunca enel mundo huuo tanta fee
 con el infierno como oy hahi.

No outro Sermão, perante os frades de Santarém, relatado na sua famosa *Carta a D. João III*, chega a distinguir entre dois mundos: um eterno, que é a «resplandecente gloria» de Deus, «repouso permanente, quieta paz, sossego sem contenda, prazer auondoso, concordia triumphante, mundo primeyro», e outro, humano, «todo sem repouso, sem firmeza certa, sem prazer seguro, sem fausto permanente, todo breue, todo fraco, todo falso, temeroso, auorrecido, cansado imperfeyto, pera que por estes contrayros sejam conhecidos as perfeições da gloria do segre primeyro. E pera que melhor sintam suas pacificas concordanças, todosos mouimentos que neste orbe criou, e os efeytos delles sam letigiosos, e porque nam quis que nenhuma cousa tiuesse perfeyta durança sobre a face da terra, estabeleceo na ordem do mundo que humas cousas dessem fim aas outras e que todo genero de cousa tiuesse seu contrayro», dando exemplificação bíblica e histórica, moral e natural. «Concruo que nam foy este nosso espantoso tremor, yra Dei, mas aindo quero que me queymem se nam fizer certo que tam euidente foy y manifesta a piedade do senhor Deos neste caso como a furia dos elementos y dano dos edificios». Pronuncia-se a seguir contra as manias proféticas que pretendem poder saber «aquilo que nam tem ser senam no segredo da eternal sabedoria». — Conservando a dualidade cósmica, cristã-medieval, do mundo divino e humano, não deixa de reivindicar para êste último certa individualidade e valor próprio, não por ser autónomo, emancipado da ordem divina, mas pelo próprio facto de dever a sua individualidade ao arbítrio e plano de Deus. Chegando a

atribuir ao mundo terrestre, a sua função num sentido mais positivo assim como um significado e valor moral e materialmente mais real, do que lhe concedera a Idade-Média, não nega, antes acentua a superioridade do mundo divino, a onnipotência de Deus e a harmonia da sua ordem, — ao passo que a experiência maior da realidade e ordem humana e natural, não o leva ao «cálculo», mas sim, à veneração mais profunda do mistério divino, nos seus muitos aspectos.

Tal atitude, radcada no sentimento e conceito medieval do mundo, sem se sujeitar a conseqüências incompatíveis com a realidade não transformada, mas alargada, revelada e legitimada, — e adiantando-se no humanismo e realismo renascentista, sem porém se inspirar no seu sentimento vital e vitalista: é simplesmente cristã e prova a continuidade do elemento cristão como possível, natural e legítimo ao sentimento moral e ao sentimento da vida de ambas as épocas.

Em primeiro lugar, porém, Gil Vicente é poeta, e não pensador, e poeta dramático (por mais forte que seja nêle o elemento lírico), e — abstraindo das duas ocasiões excepcionais que acabamos de referir — o seu intuito não é de formular ideas, opiniões ou pareceres, ou de exprimir sentimentos apenas seus, pessoais e subjectivos, senão de apresentar e mostrar homens e situações, tal como lhos oferece a realidade, a experiência e a imaginação. O seu «mundo» não são as discussões, disputas ou teorias, mas sim, o teatro, a cena, o diálogo e o espectáculo. Seria, portanto, erróneo pretender conhecer e atribuir, no que diz respeito à sua obra dramática, «sistemas» ou «opiniões» ou mesmo «tendências», como essenciais ou características. É claro que a sua obra não está completamente isenta de ideas e conteúdos morais, sentimentais e ideais, — antes pelo contrário: mas quem lhes dá vida, expressão, forma e exteriorização, não é o pensador ou moralista, mas o *poeta*; e a expressão e exteriorização que êle lhes dá é essencialmente *poética*. — A sua obra não obedece a fins e finalidades alheias ao seu carácter e à sua função (formal e social) de *poesia*; e o lugar da sua acção não é nem o púlpito, nem a tribuna, nem a praça, mas sim o *teatro*, e o teatro não como púlpito, tribuna ou tribunal, mas pura e simplesmente como *cena*.

Ocasionado por um acontecimento profano, o nascimento de D. João III, — que inspirou ao poeta o quasi dramatizado *Monólogo do Vaqueiro* ou *Auto da Visitação*, e à Rainha D. Leonor o de-

sejo de ver a Noite de Natal festejada à mesma maneira —, o teatro vicentino está, desde os seus princípios, relacionado com as festas religiosas e palacianas. Entre as primeiras, nomeadamente as de Natal, mas também a do dia de Reis, do Corpo Santo e das Endoenças, são celebradas por representações, ou na própria Côrte, ou na Igreja; dos acontecimentos que se ligam à vida profana da Côrte, são os nascimentos e casamentos, entradas e saídas solenes de príncipes e reis, que ocasionam ou exigem a Gil Vicente a contribuição teatral para a sua celebração.

A origem e primitiva relação litúrgica e cristã da sua estrutura artística e moral faz-se ainda notar, por mais ligeira e mesmo artificial que seja, em muitas das peças relacionadas com momentos religiosos, e por mais profanizado que o elemento religioso nelas apareça, em cena e diálogo: — o próprio *Monólogo do Vaqueiro* é apenas a adaptação da cena bíblica e simbólica da adoração do Presépio, ao acontecimento profano¹. Não somente os hinos a Nossa Senhora, a Deus e ao Menino Jesus, as orações e adorações, as profecias e as próprias cenas bíblicas (como a anunciação aos pastores), se inspiram nos textos da Bíblia e da Liturgia, mas também o elemento profano-pastoril relaciona-se, na sua origem, com o texto do Evangelho. Os próprios assuntos bíblicos e lendários, e os episódios religiosos, ainda se sentem e vivem, na sua representação teatral, como algo de eterno, de sempre presente, possível e familiar, no sentido mais simples e ingénuo da palavra, — e sendo assim, o elemento religioso actua como orientador, se bem que não exclusivo, na maior parte dos Autos pastoris; — ou o momento religioso representa e revela algo de maravilhoso e sobrenatural, como nos grandes mistérios simbólicos da *Barca da Glória*, do *Auto da Alma*, da *História de Deus*. Em ambos os casos, o seu aspecto é imutável, a sua verdade, eterna; — familiar ou maravilhoso, não sai da ordem cósmica, absoluta e divina. Elemento integrante da vida individual e social, do pensamento e sentimento humanos e da edificação moral,

¹ Que como tal deve também ter impressionado o público, depreende-se do facto de a Rainha D. Leonor no princípio ter pensado numa simples repetição do mesmo *Auto*, pela noite de Natal. A mesma interpenetração dos dois elementos, bíblico e profano, nota-se, mais tarde, no *Auto da Serra da Estréla*, de 1527, representado para celebrar o nascimento da princesa D. Maria, onde os pastores e as pastoras acabam por se dirigir aos Reis, cantando e dançando, como os dos Autos religiosos, ao presépio.

o elemento religioso não se apresenta, porém, bem próprio para animar e divertir, por si mesmo, uma sociedade reunida e disposta para celebrar um acontecimento profano e extraordinário na sua própria profanidade: para tal efeito foram precisas situações e figuras extraordinárias e estranhas, criações da fantasia ou da mitologia clássica, com os seus deuses e seres lendários. Os deuses antigos representam algo de alheio e transitório, em ambos os casos, algo de extra-ordinário.

O que, porém, é importantíssimo, é que a «legitimidade» deste teatro vicentino, — já não simples concretização e representação duma cena bíblica, dentro dum programa litúrgico, nem simples alegorização ou apoteose dum momento actual, profano —, não está nas ocasiões festivas da sua representação (— ocasiões, aliás, com que a representação, como «acção» e «cena», apenas ligeira e artificialmente se liga —), ou nos seus assuntos e conteúdos (— perante os quais a fantasia se mantém livre e independente —); o seu carácter «solene» não lhe é determinado pelos assuntos e elementos materialmente religiosos e alegóricos. A «legitimidade» do teatro vicentino está, pelo contrário, na intensidade *poético-teatral*, com que os assuntos são penetrados e animados —, o carácter edificante e distractivo das suas peças, dependem menos dos seus conteúdos materiais do que da beleza da sua poesia e da graça da sua arte —, e é em virtude da sua qualidade poética, que os autos constituem, eles próprios, uma contribuição, um elemento festivo e solene à festa, embelecendo-a e intensificando-lhe a festividade. É prova disto não sómente o desejo de ver as festas animadas por uma peça vicentina, mas também a naturalidade, com que o autor faz triunfar, mesmo nos autos representados em ocasiões religiosas, o elemento materialmente profano, e ainda a naturalidade, com que tal desenvolvimento dos autos foi presenciado e aceite pelo público. Legitimado assim o elemento poético, como o produto da imaginação livre, como possível contribuição valiosa e festiva, no sentido religioso e profano, não é de admirar, que a representabilidade do auto ou da peça não se limite ao momento casual e ao programa da sua primeira representação. Mas isto significa, também, que tal representação é um elemento não integrante, senão apenas acessório da festividade religiosa ou palaciana, o qual constitui uma contribuição desejada, não imprescindível.

Notável é, no entanto, o reconhecer-se às criações autónomas da poesia, o carácter de legítima contribuição festiva, espontânea

ou pedida, e sobretudo, o facto de tais representações — que ou edificam ou elevam, ou simplesmente divertem e distraem — encontrarem um público desejoso e interessado, e de tal sorte que êle pode ser considerado inspirador e impulsionador.

Mas, se bem que estética e moralmente emancipado dos primitivos e estreitíssimos laços litúrgicos e da legitimidade litúrgica, o teatro vicentino continua, como se viu, intimamente relacionado com os elementos históricos e orgânicos da forma e das representações teatrais. Edificante e distractivo, «legítimo» e «interessante», em virtude da sua própria graça e autonomia poética, não chega, porém, a alcançar, em virtude dessa mesma autonomia e graça, verdadeira dignidade sua. Não chega a representar algo de «religioso» e festivo, por si próprio, na sua qualidade de criação espontânea e livre do génio humano e da arte, e como revelação humana e divina, fora da convenção ou do hábito sentimental ou moral, religioso ou social. Não se opera, nem moralmente, nem socialmente, dentro duma esfera onde a representação teatral e poética não fôsse apenas um elemento acessório, possível, mas sim, o elemento integrante e imprescindível, o verdadeiro momento solene, central e vital da festa, — onde a liberdade da fantasia não fôsse apenas permitida, mas sim, criadora, — e onde o teatro não fôsse apenas contribuição festiva, mas, êle próprio, festa.

— A origem palaciana de grande parte das peças vicentinas é simplesmente casual e não lhes limita a representabilidade. É um facto que foram representadas fora da côrte e perante um público vulgar, — e que, ao lado das peças ocasionadas por momentos e acontecimentos particulares da côrte, outras existem, cuja origem ocasional não está indicada e certa. É um facto que o elemento popular e profano chega não só a igualar, como até a dominar os elementos religiosos, nas próprias peças «palacianas», — e é um facto ainda muito propriamente significativo, a sua emancipação e seu triunfo, na total produção dramática de Gil Vicente. É um facto, por fim, a própria «popularidade» do seu teatro — popularidade da «inspiração» (na total realidade nacional, humana, social, e moral, religiosa e sentimental do povo e da actualidade), do «estilo» e da sua «fama» (caracteristicamente manifesta na mudança do título de *Auto dos Mistérios da Virgem* em *Auto da Moína Mendes*, segundo o episódio profano-popular do mesmo auto, e na denominação vulgar da farsa de *Quem tem farelos* . . .). Tudo isto leva-nos a afirmar que, originado pelo génio

espontaneamente teatral e poético de Gil Vicente, ocasionado nos seus princípios por determinados momentos da vida palaciana-cristã, o teatro vicentino, não menos ocasionado pelo impulso e geral desejo e interesse popular de espectáculos e representações, foi socialmente e na sua existência mais que efémera, possibilitado pelas conseqüências morais da evolução e situação nacional e social da sua época.

É que, apesar de não ter faltado à nação, até então, o génio dramático, faltara-lhe o drama e o teatro. Não faltaram mesmo representações — são, no entanto, escassas as notícias (muitas vezes citadas) que lhes dizem respeito, e nulas as informações sobre o seu teor —: faltara, porém, a tradição dramática ou teatral, fenómeno singular, dada a riqueza da documentação, neste campo da actividade e do interesse humano, em outros países. Mas perguntar-se-á, se a situação e as circunstâncias políticas e sociais da nação, durante a Idade-Média, eram tais que permitissem não somente representações momentâneas e casuais, como ainda, a existência dum género, dum costume e duma instituição, cuja vida e acção depende tanto dum autor capaz, como dum público interessado e disposto, a quem fôsse dado o gosto e o ócio. Ora, o cristianismo português era militante, — assim o era o nacionalismo; e o espírito guerreiro compreendeu e orientou a nação inteira, levou-a, na sua totalidade, a acções de cujos resultados dependia a própria existência da sociedade e da nacionalidade portuguesa, bem como dos indivíduos. O terreno nacional era mais um campo de batalha do que um lugar de festas e representações. Porém, chegado o momento em que o país se viu livre de inimigos, o momento, em que o seu campo de acção se encontrava já fora do solo nacional, e já não dependia do resultado das emprêsas guerreiras a simples existência, mas sim, a fama, o bem-estar e a riqueza da nação; chegado o momento em que as lutas e conquistas já não afectaram a sociedade em si, e apenas se reflectiam, ou pelos seus resultados práticos, ou pelo alargamento do horizonte físico e intelectual . . . : chegara também o momento mais propício para fazer surgir a ocasião e o público para as expressões e o hábito duma arte destinada à representação viva e atendida, e a edificar e divertir não o indivíduo, mas a sociedade. E foi então que nasceu o teatro vicentino-português.

Medievais nos seus elementos litúrgicos, populares, sérios e cómicos, no seu ambiente e espírito teatral, as peças vicentinas

constituem, todavia, dentro da sociedade portuguesa, algo de novo, pelo simples facto de oferecerem a representação *cénica e teatral* de assuntos bíblicos e lendários, mitológicos, humanos e fantásticos, religiosos, palacianos e populares. Medieval nos seus elementos materialmente teatrais, o teatro vicentino foi possibilitado, na sua própria *teatralidade*, pela atmosfera social e cultural da época portuguesa post-medieval.

Pelos seus motivos religiosos, palacianos e populares, pelos assuntos, pelas figuras e situações e pelos lugares de representação das suas peças, seus conteúdos, seu ambiente e sua acção, o teatro vicentino relaciona-se com a totalidade humana, moral e social, da realidade e actualidade nacional, assim como ela se lhe oferece. Não há elementos, cenas, situações, figuras no seu teatro, que, religiosas, fantásticas ou profanas, sentimentais, morais ou sociais, não fôsem familiares e conhecidas, comuns ou possíveis, compreensíveis e acessíveis à sociedade nacional. A unidade cristã-nacional, moral e política, igualmente alcançada, em lutas e sacrifícios, defendida e mantida pelo Rei, pela Igreja e pelo Povo, representa e constitui ainda uma realidade positiva e afirmativa, apesar das transformações sociais e morais que se vão operando, na passagem da Idade-Média portuguesa para a época do Renascimento — transitórias, porém, e não revolucionárias, orgânicas, e não subversivas —, e é por isso que, dentro da tradição e evolução orgânica, moral e nacional, da sociedade portuguesa, Gil Vicente não oferece nenhum aspecto diferente do da sua nação; as transições medievais-renascentistas do seu teatro são tam pouco abruptas e tam equilibradas como o são as da sociedade portuguesa, na sua passagem duma das épocas para a outra.

Assim, nem a introdução do elemento popular, nas suas peças, nem o seu realismo, podem ser considerados novos e «renascentistas», sendo ambos simplesmente portugueses e manifestos já, — para citar apenas o exemplo mais valioso, representativo e sintético da literatura portuguesa medieval — em Fernão Lopes. Ao passo, porém, que na obra do cronista, o povo aparece apenas na sua colectividade, Gil Vicente — não sòmente por o seu «género» ser outro, ou seja teatro e não crónica, mas também por o aspecto moral e o ambiente histórico e social ser diferente — apresenta-lhe os tipos individuais, não sòmente em diferenciação social, mas também humana. Seria erróneo considerar, ou a existência, no seu teatro, de certas figuras, feições e atitudes aristocráticas, ou a do elemento e carácter popular, e certas cita-

ções que com este elemento se relacionam, sob o aspecto de determinadas ou inconscientes tendências ou simpatias sociais. A sociedade portuguesa, assim como ela aparece na obra vicentina, é simplesmente humana e nacional. Humana, apresenta-se-nos em homens que fazem rir ou reflectir, não pela sua situação «social», mas sim, pela sua humanidade. Nacional, aparece igualmente relacionada com a Corte e o Povo, e penetrada do sentimento e impulso da dignidade cristã, e é este mesmo saber e esta mesma consciência que leva o poeta a cantar-lhe a missão nacional (na *Tragicomédia da Exortação da Guerra*), a fama (no *Auto da Fama*), e o significado cristão das empresas (no final da *Barca do Inferno*). Dando, desta forma, expressão aos sentimentos, às convicções e atitudes de dignidade e orgulho guerreiro, cristão e nacional, Gil Vicente não chega, porém, a dispensar à obra e às façanhas individuais ou nacionais, nem a apoteose lisonjeira, nem a reflexão pensativa sobre o seu alcance e significado histórico, e a sua glória. A fama que ele canta, os feitos para os quais exorta a nação, impõem-se-lhe ainda na sua simples actualidade real e potencial, e não na sua glória histórica ou historicidade gloriosa, que se revelaram apenas aos próprios historiadores ou aos espíritos mais afastados, em espaço ou tempo, tais como aqueles que presenciaram a embaixada de Tristão da Cunha, a Roma, ou como Erasmo e Vives, e Camões¹. Tanto a apoteose como a glorificação, pessoal ou nacional, corresponde à mentalidade do humanista ou poeta renascentista, — a Gil Vicente, não. A fama nacional e a nacionalidade apresentam-se-lhe ainda como algo de evidente e real, tornando-se-lhe tam pouco problemáticas como qualquer outro fenómeno da vida e do mundo². Igual atitude se nota no poeta perante o homem e a sociedade, como também perante a religião e a Fé. É que a realidade e a actividade nacional, a ordem social e humana, tanto como a cósmica e moral, a divina

¹ Os dois eruditos, *seduzidos pela fama e glória portuguesa*, dedicam ao Rei D. João III, ERASMO, as *Chrysostomi Lucubationes* (1527), VIVES, o seu livro *De Corruptibus artibus* (1533). Cf. MARCEL BATAILLON, *Erasme et la Cour de Portugal*, in *Arquivo de história e bibliografia*, vol. II, Coimbra 1927. — Camões, dando à obra histórico-nacional a sua glorificação definitiva, sentiui-lhe ao mesmo tempo o carácter problemático, transitório e fugitivo, dentro da realidade material.

² Os versos do Rei D. Manuel, p. ex., não ultrapassam os limites do conceito cristão da vida, parafraseando a idea do *sic transit gloria mundi*, as suas lamentações não são mais que convencionais, por mais poéticas que sejam.

tanto como a alegórico-fantástica, assim como se oferecem a Gil Vicente, e assim como se reflectem na sua obra, são, na sua totalidade, algo de estruturalmente religioso, cristão e católico, interpretado sob o aspecto do princípio de ordem e unidade hierárquica. Considerado dentro da continuidade orgânica que liga o Portugal «renascentista» ao «medieval», pelo motivo cristão da sua expansão e das conquistas, nacionais e ultramarinas, pelo sentimento cristão da vida e a ordem e organização hierárquica que se impõe à existência humana, o próprio Gil Vicente, que não sai nem dos limites nem das profundezas da religiosidade e vida cristã-portuguesa, não oferece, a este respeito, nenhuma possibilidade de distinção entre «medieval» e «renascentista».

É que a própria situação histórico-moral da época, em que Gil Vicente vive e poetiza, ainda não se sente ou considera de qualquer forma «problemática», — a unidade social e religiosa, e a unidade do sentimento de vida e de acção ainda não é quebrada, nem pela reflexão, nem pela desilusão. Isto não quer dizer, que a situação fôsse simplesmente ideal, a felicidade e o bem-estar perfeitos, ou que os seus defeitos e as suas deficiências não se fizessem notar. Havia miséria, havia injustiça, havia hipocrisia e corrupção, mentira e desmoralização, e é nas próprias obras de Gil Vicente que tal estado de cousas aparece e se evidencia. Havia mesmo, quem o criticava e satirizava. Mas o que não havia, eram movimentos, tendências ou tentativas subversivas, nem política nem moralmente, nem com respeito à ordem moral, nem com respeito à religiosa (como existiram e actuaram em outras partes da Europa). A própria crítica dizia respeito a factos e aspectos, defeitos, danos e vícios isolados, mas não à «ordem» em si. A ordem social tanto como a moral ficaram intactas e cristãs.

A este respeito, a estrutura hierárquica e a unidade moral dos autos das *Barcas* — quando considerados como uma Trilogia, premeditada ou não — são altamente significativas. O facto de coincidir, na *Barca da Glória*, a representação da mais alta graça divina, com a da mais alta dignidade social, corresponde intimamente ao conceito católico-cristão do princípio hierárquico da ordem social e humana, como da cósmica e celeste, sem por isso ser intencional, como Creizenach julga¹. Esta ordem não é nem

¹ «No entanto, a sátira é muito geral e relativamente fraca, sem as invectivas fortes da *Barca do Inferno*, também o anjo é aqui mais conciliante a

negada, nem criticada, nem sequer lamentada, por mais severa que tenha sido; é simplesmente considerada legítima e natural.

Por outro lado, perante a Morte, o homem, seja ele quem fôr, aparece apenas na sua humanidade; — é que, perante Deus, outra dignidade não vale, senão a moral. E por isso que, dentro da estrutura e da ordem hierárquicas que os autos das *Barcas* representam, o aspecto humano e moral é sempre o mesmo e é sempre cristão. O tremor e a penitência são simplesmente humanos e elementares, e é como tais que se manifestam, independentes da dignidade social, — mas deviam impressionar mais quando reveladas na própria humilhação dos altos e grandes, e evidenciadas na queda, da glória mundana e do fausto terrestre, nos abismos da morte e do inferno. A salvação, porém, é dentro da mesma ordem moral, tam cristã, orgânica e legítima, como o é a condenação.

Quanto ao facto de figurarem, nas peças vicentinas, pastores ingênuos e rudes, camponeses grosseiros e ridículos, enganados por palacianos, isto não é prova nenhuma duma atitude de desprezo e escárnio para com o «estado» rústico e os «simples» (como o parece pretender Creizenach ¹) e de simpatia para com a fidalguia; mas, por outro lado, o facto de o lavrador aparecer enganado e como que explorado pelo cortesão, também não significa que o comediógrafo procurasse criticar a situação social do país, chamando, propositadamente, a atenção do seu público para as injustiças e opressões praticadas por uma «classe» contra outra, e defendendo pretendidos interesses ou direitos dum pretenso proletariado (como o parece pretender Rodrigues Lapa ²). Os fidalgos ridicularizados ou infames do seu teatro, não aparecem assim em virtude duma pronunciada atitude ou tendência anti-aristocrática no poeta, — não justificando os seus cavalheiros nobres, os cortesãos, tam gentis em comparação com a rudeza e naturalidade de camponeses e pastores, nenhuma interpretação da obra vicentina no sentido duma tendência e atitude pro-aristocrática. Também a

recusar a entrada para a sua barca. É uma concessão aberta do poeta palaciano ao seu auditório aristocrático, de perpetuar as convenções e considerações sociais ainda além da morte. O que é ainda mais estranho, é, porém, o fim: afastando-se os anjos com a sua barca vazia, Cristo aparece, manda-os voltar e leva os nobres passageiros». CREIZENACH, l. c., III, p. 102 sgs.

¹ L. c., p. 96.

² No IV Centenário de Gil Vicente: Um que amou o povo e por amor d'ele desceu à rua, in *O Diabo* n.º 89, de 8 de Março de 1936.

caricatura dos físicos, na respectiva Farsa, não pode ser considerada como diatribe dirigida contra uma determinada profissão e um determinado estado social, mas apenas como a ridicularização duma espécie de burlões e ignorantes. E no que diz respeito, por fim, ao grande número de clérigos desmoralizados, eremitões hipócritas e fingidos, monjes corruptos, e de alusões à corrupção da moral e dos costumes na Igreja e nos seus representantes: por mais vivas e justificadas que sejam, não passam dos limites medievais (pois eram tam naturais à Idade-Média, como as caricaturas e alusões profanas), e, longe do zelo luterano, não implicam nenhuma invectiva ou mesmo crítica contra o catolicismo e os seus princípios. Nos seus *Estudos para a concepção renascentista do mundo*, E. Walser apontou a «distinção clara que o cristão medieval e renascentista fazia entre o clérigo como homem e como ministro da Igreja. Assim como a acção dos sacramentos dependia da pessoa, não de quem os celebrava, mas de quem os recebia, — assim a consciência dos leigos também não achou incompatibilidade com o direito canónico, combater e castigar os clérigos pelos seus pecados terrestres, nem sequer o considerou um pecado contra Deus»¹.

Mas nem é forçosamente como «censura» geral, que temos de interpretar êste elemento do teatro vicentino², atribuindo-lhe motivo mais próprio dum panfletista que dum poeta.

É que tôdas as figuras do teatro vicentino têm, em primeiro lugar e simplesmente uma função *teatral*, ora cómica, ora séria,

¹ *Studien zur Weltanschauung des Renaissance*, BASEE 1920, p. 33.

² Como o fazem supor o *Ensaio sobre a vida e os escritos de Gil Vicente*, no t. I da ed. de HAMBURGO (p. xxxii), e ainda FIDELINO DE FIGUEIREDO, falando em «teatro de crítica social» (l. c., pp. 62 e 70). — A caracterização do poeta, como «inimigo jurado» do clero, na *Advertência* e no referido *Ensaio* da ed. de HAMBURGO (t. I, resp. pp. iv e xxxii), corresponde mais à situação e à ideologia dos então editores da obra vicentina, do que aos factos, quando examinados à luz da história, e à situação histórica do poeta. — Por outro lado, nada nos leva a qualificar GIL VICENTE, pelas suas funções morais, ou pelos valores da sua obra, como um daqueles «choquarreiros castelhanos» que DAMIÃO DE GÓIS diz fazerem parte da corte de D. MANUEL, «cô hos motes, & ditos dos quaes folgaua, não porque gostasse tanto do que dizião, quomo ho fazia das dissimuladas reprehensões q̃ com geitos, & palauras trocadas dauão ahos moradores de sua casa, fazêdolhes conhecer has manhas, viços, & modos q̃ tinhã de q̃ se muitos tirauã, & emmêdação, tomando ho q̃ estes truães dizião com graças, por spelho do que havião de fazer». (*Crónica do*

conforme a situação cénica e o efeito alvejado (de edificar ou divertir). Cómicas ou sérias, ridículas ou perfeitas, são-no apenas na sua *humanidade*, — e não pela sua posição ou representatividade social. A *Tragicomédia da Romagem dos Agravados* é, segundo nos informa a própria didascália, «sátira»; mas a caracterização que Creizenach lhe dá, pode levar a um mal-entendido que não é raro encontrar com respeito a Gil Vicente. Diz aquele historiador do drama moderno: «Vêm, um após outro, os representantes das várias classes e profissões; todos estão descontentes com a sua sorte e vão à romaria, procurando o alívio das suas aflições»¹. Não são bem os «representantes», mas antes os «homens» de tôdas as classes que, malcontentes e à procura duma vida melhor, aparecem nesta romagem, — e nem as suas aflições, nem as suas ambições são, como tais, propriamente as do seu officio e da sua situação social, mas simplesmente *humanas*, e é apenas humana e naturalmente, mas não socialmente, que as causas do seu descontentamento e os objectos dos seus desejos se relacionam com o ambiente em que vivem.

Nas *Barcas*, não se trata de apontar ou censurar os vícios de certas classes sociais. O que nestes três autos se patenteia, lamenta e expia, é apenas a natural viciosidade, fraqueza e deficiência humana e geral, acessível a tôda a espécie de tentação, a que ninguém escapa, e contra a qual nenhuma função e dignidade social oferecem protecção eficaz. Realista, Gil Vicente não pode deixar de evidenciar esta situação geral da existência humana sob o aspecto da realidade do próprio momento actual. É assim que a corrupção e deturpação moral da época (de tôdas as épocas . . .),

felicissimo Rei D. Manuel, ed. por J. M. TEIXEIRA DE CARVALHO e DAVID LOPES, Coimbra 1926, parte IV, cap. LXXXIV, p. 198). O facto de o rei favorecer as críticas morais aos cortesãos explica apenas as muitas alusões directas e pessoais, e as liberdades que GIL VICENTE tomou para si, referindo-se a certos indivíduos e determinados casos, conhecidos ao seu público. A existência de tais elementos alusivos e mesmo críticos é inegável, mas não é lícito exagerar-lhes a importância, considerando-os «característicos» e «essenciais». São apenas ocasionais e acessórios. — ¿E os versos do elogio de ANDRÉ DE RÊSENDE (*iocis leuibus doctus perstringere mores*)? Não referem mais do que um aspecto e uma acção possível do teatro vicentino, assim como se afigurou a um humanista: o facto de tal efeito educativo parecer possível ao humanista RÊSENDE, em 1532, significa tam pouco que fôsse alvejado pelo poeta, como da comparação com PLAUTO e TERCÊNCIO, no mesmo poema, seria lícito concluir que esta fôsse ambicionada, ou sequer ideada pelo próprio GIL VICENTE.

¹ L. c., p. 105.

a miséria e as injustiças do seu tempo (de todos os tempos . . .) chegam a fazer-se notar também no teatro vicentino, mas apenas como elemento natural do seu realismo, não em virtude de qualquer intencionalidade crítica, social ou moralista. Os lamentos sobre a maldade, depravação e decadência da moral e dos costumes, contemporâneos do poeta, são os lamentos de todas as inteligências sensíveis em todas as épocas. Além disso, Gil Vicente não ignora o lado positivo da vida moral do seu tempo. Prova-o a *Carta a D. João III*, onde se lê, expressamente como protesto contra as censuras e repreensões moralistas da parte dos religiosos: « . . que nam he de prudencia dizerêse taes cousas publicamente, nem menos seruiço de Deos, (. . .) as vilas e cidades dos Reynos de Portugal principalmête Lixboa, se hi ha muytos peccados, ha infindas esmolos e romarias, muytas missas e orações, e procissões jejûs, disciplinas, e infindas obras pias, publicas e secretas . . . ». Se as suas lamentações obedecessem a determinados objectivos e intuitos tendenciosos, de crítica subversiva ou de sátira intencional, não teriam o carácter de simples lamúria, mas antes de acusações directas ou gerais. Mas por mais intensa e comovente que seja a queixa ou situação lamentável duma das figuras vicentinas, e mesmo por mais alusiva, com respeito a «casos» geralmente conhecidos e indivíduos particulares, — nunca chega a acusar seja quem ou o que fôr. O próprio lavrador da *Barca do Purgatório*, ao descrever a sua triste sorte, deplora apenas o desamparo perante a tirania e a exploração, a desgraça duma vida dura e pobre, cheia de sacrifícios e escassa em honras, queixando-se, todavia, mais da sua situação humana do que da sua função social (a situação social evidencia simplesmente uma das muitas formas da miséria humana e geral): não acusa ninguém de o tyrannizar ou explorar, procurando o seu alívio, não na remodelação duma ordem, contra a qual não protesta, mas sim, na fé e confiança cristã.

O tema da humanidade exposta às várias possibilidades de desgraça e miséria, material e moral, de vexames, contrariedades e tentação, da existência humana desabrigada perante toda a espécie de pragas e perigo, é dos mais significativos na obra de Gil Vicente. A rivalidade entre o Diabo e o Serafim, no *Auto da Feira*; as revelações e expiações humanas, nas *Barcas*; o episódio de Todo o Mundo e Ninguém, do *Auto da Lusitânia*; o vacilar e a hesitação da Alma, entre a tentação do Diabo e a exortação do Anjo, no *Auto da Alma*: são a representação ora alegórica,

ora realista e desenvolvida, ora concentrada, ora simbólica, dum mesmo estado e processo humano, suas possibilidades, sua acção e suas conseqüências. Mas do mesmo modo que a sua consciência da muita viciosidade contemporânea não o levou à condenação moral da época, nem a das deficiências e misérias sociais a determinadas acusações, ou duma classe, ou da ordem social no seu conjunto, — a sua consciência da fraqueza do homem e das tristezas, das desgraças e do desamparo da existência humana, não o leva nem ao pessimismo, nem ao desespero. Pois assim como a consciência vicentina da corrupção, que anda pelo mundo e pela sociedade do seu tempo, corresponde a dos valores morais e cristãos que não desapareceram; e à da vida pesada, dentro da ordem social, a consciência do princípio e carácter cristão da mesma ordem: assim a sua consciência da natural miséria humana é inteiramente equilibrada pela confiança cristã na graça divina, e pela certeza da salvação cristã, no sentido da doutrina.

A representação dramático-teatral d'este estado é tam pouco intencional, como o é a da situação social. É edificante e poética, sem ser moralista e didáctica. Evoca, exprime e revela, mas quasi não exorta, nunca ensina e não dirige ou orienta. Sem ignorar os perigos da situação, que lhe emanam dos costumes corruptos e da moral decadente, — sem ignorar as discussões e lutas, teóricas e morais, de doutrinas e ideas, conceitos e ideais; — sem as excluir por completo do seu teatro, não chega a reconhecer-lhes ou a atribuir-lhes, dentro da sua produção, um papel ou significado material ou moralmente essencial, activo, orientador, determinante. Dentro do seu teatro, a função das próprias «ideas», é apenas teatral.

O poético *Sermão* mostra-o inteiramente ao corrente da discussão teológico-moral, mas ao mesmo tempo desinteressado dela; mostra-o consciente da situação moral, ou antes imoral, da época, mas ao mesmo tempo irónico para com as lamentações e exortações moralizantes e moralistas. A *Carta a D. João III* evidencia até a sua aversão contra o fanatismo moralizador, no seu dizer que «pregar nam ha de ser praguejar». No seu teatro, a poetização dramática da situação e existência humana, quando revelada sob o aspecto eterno, é indiscutivelmente cristã e fora de toda a discussão, é simplesmente edificante, — e quando representada sob o aspecto humano, humanissimo e temporal, ou sob o das discussões e opiniões, é — alusiva, irónica, cómica — apenas destinada a divertir e distrair o auditório.

Por isso, não é exacto relacionar Gil Vicente com a Reforma ou com o humanismo, ou chamar-lhe «erasmista».

Quanto à Reforma (luterana ou calvinista), esta não significou simples oposição contra a Igreja Católica, contra as aparentes deficiências da sua organização, ou a evidente viciosidade de alguns dos seus ministros e representantes, — oposição que sempre existira e se manifestara. O que acabou por orientar o movimento reformista-protestante, intensificando-lhe a veemência e alargando-lhe o alcance, foi a sua religiosidade interiorizada e ética que, começando por sentir repugnância pelas aparências da situação externa, chegou a duvidar no valor e na legitimidade da estrutura interna da Igreja, do seu sistema, método moral e organização teológica, sua doutrina e seu dogma, terminando, pois, pela cisão completa. Por mais medieval que fôsse a intensidade religiosa do sentimento e pensamento protestantes (que se julgaram mais genuínos, mais sinceros e mais cristãos), o seu motivo individualista e o carácter mesmo relativista da sua prática (quando comparada com a católica), o seu espírito faccioso, relacionam o protestantismo, pelos seus princípios e pela sua acção, como instituição e como moral, com o individualismo renascentista. O simples facto da representação e poética concretização do processo humano-religioso, como o *Auto da Alma* as oferece, contradiz ao primitivo cristianismo reformado. O teatro protestante da época é tendencioso, agressivo ou propagandista. Os motivos e fins das invectivas satíricas protestantes, são tam diferentes dos gracejos vicentinos, são tam abertamente militantes, que temos de lhes atribuir um significado diferente do encerrado nas graças do comediógrafo português, que não têm nada que ver com o zelo das diatribes luteranas. Dentro do sistema tradicional da justificação religiosa, pelas instituições e sacramentos, pela disciplina e o *aparato* da Igreja, a religiosidade de Gil Vicente não é apenas cristã, é católica. Os autos da *Alma*, da *Fé* e das *Barcas* são prova suficiente de que o catolicismo vicentino fica intacto ¹.

¹ Os versos 971-975, do *Auto da Feira* (*E as graças que dizeis / que tendes aqui na praça, / se vos outros as vendeis. / a virgem as da de graça / aos bos como sabeis*), além de isentos de todos os elementos de polémica, inspirados simplesmente pela situação cénica, — como ainda a cena final da *Barca da Glória*, representando a acção da graça divina, não têm significado «protestante». Apontam apenas uma possibilidade, não proclamam nenhum princípio religioso.

Além de alheio às discussões e polémicas humanista-teológicas e moralistas, Gil Vicente afasta-se — tanto pela sua cultura intelectual, como pela sua arte, e ainda pelo seu sentimento de vida — do erudito humanismo retrospectivo e normativo, historista e intelectualista. A existência de elementos «clássicos», na sua obra, não o relaciona, nem pelo seu aspecto material, nem pela sua forma, com os «classicismo» humanista do renascimento¹. Por outro lado, o «nacionalismo» da sua obra, espontâneo e natural, não se parece com o reflectido e historista do humanismo da sua época. Espontâneo e natural é também o «realismo» vicentino, e longe, portanto, de se relacionar com o dos humanistas, emanação da sua curiosidade intelectual.

A muito discutida (e muito discutível) tese «erasmista», baseia-se apenas na coincidência e no paralelismo de determinados pensamentos, formulados por Erasmo e expressos também em algumas partes das obras de Gil Vicente. Tais concordâncias são inegáveis, sem que isto implique a suposição ou certeza de certas «influências» e «dependências». São simplesmente naturais, visto a realidade que se oferece a um e ao outro ser sob certo aspecto moralmente a mesma. Os motivos, porém, e a atitude intelectual e moral dos dois, são diferentes. Do humanismo criticista, céptico e reservado, disputador e problematizador, de Erasmo, distingue-o a sua religiosidade crente e absoluta, a sua moralidade natural, e a sua aversão contra toda a espécie de escolasticismo e pretenciosidade crítica e erudita. Da sátira e ironia erasmista, distinguem-no a sua graça natural, momentânea, alusiva e directa, mas não intencional e tendenciosa, — graça poética, em vez de criticista e moralista. Não são dois aspectos ou duas expressões diferentes dum mesmo motivo moral ou duma mesma atitude perante o mundo e os fenómenos, a vida, os homens e a situação, — são antes expressões e manifestações aparentemente iguais ou semelhantes, mas fundamentalmente diferentes pelo seu motivo e pela sua finalidade².

Se, mais tarde, quando da representação do *Jubileu d'Amor*, em 1531, em Bruxelas, Girolamo Aleandro, o representante do Papa, se indignava com aquilo que teve de presenciar, julgando-

¹ Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Notas Vicentinas*, IV.

² Sobre o «erasmismo» vicentino, cf. ALFREDO PIMENTA, no respectivo artigo dos *Novos estudos filosóficos e críticos*, Lisboa 1935, pp. 244 a 254, e DOMINGOS MAURÍCIO, *Actualidade Vicentina*, in *Brotéria*, vol. VIII, 1934, p. 197 sgs.

-se «na própria Saxónia a ouvir Lutero», tal attitude e opinião justificam-se ¹. Assistindo a uma peça vicentina, em Bruxelas, e em 1531, no momento em que mesmo em países até então pouco affectados pelo protestantismo, o prestígio e a autoridade da Igreja e dos clérigos estavam a soffrer, o representante da Cúria, material e moralmente prejudicada pelos efeitos do Saco de Roma, e implicada numa luta veemente contra a heresia e o luteranismo cada vez mais aggressivo, não podia deixar de considerar luteranista e herética, e portanto perigosíssima e vituperável, tódá a falta de respeito perante a Igreja e os ecclesiásticos, tódá a ridicularização dos clérigos, todo o gracejar com a sua vida, seus costumes, sua moral e sua humanidade, ainda inofensivo em Portugal, em virtude tanto do seu motivo simplesmente teatral e do seu carácter simplesmente cómico, como também do sólido espírito católico-cristão do poeta e do povo, mas já não em Bruxelas. E se, mais tarde ainda, a Inquisição se viu obrigada a intervir no texto da obra de Gil Vicente, tal procedimento — por mais lastimável que fôsse — justifica-se pela época, onde também as inofensivas alusões vicentinas não podiam continuar a ser consideradas pelo seu motivo e carácter original, mas pela acção que possivelmente podiam exercer, dada a situação precária da autoridade e do prestígio moral da Igreja. Mas as medidas da Inquisição não nos dão direito, a nós, de considerar os elementos incriminados nas peças vicentinas, como autênticos testemunhos do seu pretenso espírito oposicionista, anti-católico, libertino, quando são apenas elementos que se tornaram perigosos pelos seus possíveis efeitos, depois de o luteranismo e as tendências afins terem minado a supremacia da Igreja católica e a catholicidade da Fé e da Moral cristãs.

(Continua).

A. EDUARD BEAU.

¹ Cf. sôbre este assunto e a carta de Aleandro o 3.º volume do livro de CREIZENACH, p. 119 sgs., D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Notas Vicentinas*, I, e o referido artigo de ALFREDO PIMENTA.

Recensões críticas

DAVID LOPES, *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*. Portucalense Editora, L.^{da}, Barcelos 1936.

A acção dos portugueses no Oriente pode ser analisada sob dois prismas, tendo cada um deles a sua expressão na literatura quinhentista. O mais geralmente focado é Albuquerque a marinhar aos píncaros quasi inacessíveis do Aden, ao mesmo tempo que inutiliza os tratos do Golfo Pérsico com a conquista de Ormuz e faz fiscalizar pelos portugueses o comércio do Extremo Oriente com a posse de Malaca; na India os naturais desorientam-se porque lhes tirou o centro espiritual: Goa; D. João de Castro, governador de honra exemplar, mostra a veia cavalheiresca dum povo de conquistadores. E a acção colossal que enchia de espanto orientais e europeus e forjava uma nova Mitologia. Cada nova proeza era um passo seguro para a imortalidade e uma pedra para um edificio formidável: *a Epopeia, Os Lusíadas*.

Ao mesmo tempo que esta se realizava, figuras quasi anónimas embarcavam em frágeis barinéis nessas costas longínquas e partiam por aqueles mares infestados de tufões terríveis e de corsários de civilizações estranhas em demanda de novas regiões onde se commerciasse. Arrostavam a inclemência duns e batiam-se doidamente com o barbarismo e a cupidéz dos outros. Apesar desta adversidade terrível chegaram às costas da China e às ilhas nipónicas. Aí *trataram* ou batalhavam, conforme o que o momento proporcionava, não hesitando por vezes, apesar de poucos, em desembarcar e baterem-se contra cidades inteiras. Lá, nessas terras onde o sol nasce, estabeleciam feitorias que viviam à sombra da bandeira das quinas e eram o testemunho da passagem de portugueses por lá. O fim mais vulgar desses estabelecimentos era o massacre. Desses, poucos nomes chegaram até hoje. O anonimato tapou-os ingratamente. Mas foi este que tornou esta faceta mais vital, da mesma maneira que o Brasil, ainda hoje quasi completamente português pelo espírito, também é a resultante duma colonização de anónimos. E o aspecto que se observa através da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

O primeiro aspecto, mais esgotante de energias, realizou uma obra cujo esplendor durou cerca dum século. Passado este começou a derrocada; porém, lá no Oriente tam distante, a muitas léguas da metrópole, ainda lá estão, como testemunho dos tempos passados, os padrões luminosos que atestam a passagem por ali duma civilização.

O segundo, mais anónimo mas mais tenaz, estendeu-se durante mais séculos e, embora também tivesse a sua época áurea, ainda hoje se observam os vestígios da sua existência não só nas regiões que vivem à sombra da bandeira de Portugal, mas, o que ainda é mais, mesmo naquelas que têm sofrido o domínio de outros povos e o reflexo das respectivas convulsões sociais: a sobrevivência nessas terras da *Língua Portuguesa*. Além dos já apontados fenómenos sociais, ela lá se tem mantido apesar dos decretos proibitivos dos dominadores que afinal, em muitos casos, se vêem forçados a aprendê-la para

se poderem fazer compreender pelos dominados. Neste momento não posso deixar em claro o passo de Barros que, antes de se ter observado isto, já dizia: «... o mais certo sinal que o Romano pôde dar ser Espanha sudita ao seu império, nã será suas corónicas e escrituras, cá estas, muitas uezes sã fauoráveis ao senhor de quẽ fálam: mas a sua linguagem que nos ficou em testemunho de sua uitoria. E quanto antre as cousas materiães, é de mayor excellência aquella que máis dura: tanto açerca das cousas da honrra sã de mayor glória as que a memória mais retem. Exemplo temos em todalas monarchias, cá se perderam cõ a uariédade do tempo, e fortuna das cousas humanas: però leixou a lingua latina sinal de seu império, que durará eternálmente. As armas e patrões portugueses póstos em Africa e em Asia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçãm das tres partes da térra, materiães sam, e podeãs o tempo gastár: però nã gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas térras leixárem... Ethiopas, Persianos, indos... per esta nõssa árte aprendem a nõssa linguagem, com que pössam ser doutrínados (sic) em que os preceitos da nõssa fé, que nellã uãm escritos»¹.

A não ser as valiosas contribuições de M. Sebastião Rodolfo Dalgado nada conheço que se tenha publicado até agora que represente um estudo, já não digo sistemático, mas pelo menos algo profundo sôbre a acção, influencia e vitalidade da lingua portuguesa no Oriente. O trabalho do Dr. David Lopes veio preencher essa lacuna. Nesta obra o A. não estuda as línguas crioulas do português, mas deixou as portas abertas de par em par com preciosas indicações históricas e bibliográficas. Quem quiser amanhã lançar-se no estudo dêste tam interessante quam indispensável capitulo da *Filologia Portuguesa* terá necessariamente como estrêla de orientação êste trabalho.

O A. serve-se de testemunhos concretos para demonstrar a sua tese: no livro «pretende-se mostrar que a lingua portuguesa foi durante três séculos de uso corrente entre as populações marítimas de grande parte do Oriente»². Não se utilizou de informações colhidas nas narrativas dos historiadores e viajantes portugueses daquela época. Assim como não se utilizou também dos estudos modernos dessas sobrevivências da nossa lingua nessas terras onde é noite quando cá é dia. A razão é simples: porque ainda não os há. É um trabalho de importância capital o estudo dêsses dialectos condenados, mais dia menos dia, a desaparecer. Era bom que se pensasse nisto e se procurasse qualquer resolução satisfatória para que depois da sua desapareição não fique mais do que a lembrança. Os testemunhos, além de concretos, são acima de tudo insuspeitos. Vejamos quais são: «referências dos viajantes estranhos que visitaram aquelas paragens nesse tempo ou ainda com documentos oficiais especiais; mostra-se com o vocabulário português que passou para muitas das línguas vernáculos daquelas partes e com as obras de carácter didáctico publicadas para o ensino do português correntemente com as línguas do país; e mostram-no finalmente a formação de crioulos portugueses e as numerosas impressões em lingua portuguesa

¹ *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, p. 18. (Edição de Luciano Pereira da Silva).

² *Préambulo*, p. v.

que os missionários protestantes de Batávia, Colombo, Trangambar e Vepery fizeram para exercer a sua acção doutrinal»¹.

A obra começa com umas considerações de carácter histórico. Nelas o A. apresenta-nos a chegada e instalação dos portugueses no Oriente; a construção desse edifício que foi o nosso Império; o declínio; a chegada a essas partes e a consequente concorrência dos ingleses e holandeses. Estes ocupam uma parte proeminente neste estudo: nossos seguidores na rota, foram os nossos sucessores no domínio. Nação nova e plena da vitalidade a Holanda enviava anualmente esquadras encarregadas de combater e fazer concorrência aos portugueses, cimentando ao mesmo tempo um poderio colonial que ainda hoje permanece quasi intacto. Os povos subjugados pelos portugueses e convencidos da invencibilidade destes, assistem primeiro de braços cruzados à luta, para depois tomarem parte nela ao lado dos novos intrusos do seu território. Os pedidos afitivos de socorro para o continente dos que viam tudo a afundar-se não encontrava eco. «A nossa fraqueza tornava mais atrevidos os nossos adversários. E não admirava: um século de vida intensa quebrara as nossas energias físicas e relaxara as nossas virtudes morais. De admirar era que assim se pudesse combater e por vezes vencer tantos inimigos, sobretudo inimigos poderosos da Europa, fortemente apetrechados e exuberantes de vida. Porque, afinal, a história do nosso domínio no Oriente e no Brasil neste século não nos envergonha. Tínhamos que ser vencidos, mesmo que a Espanha não viesse algemar o nosso braço. Tarde ou cedo o exclusivo da navegação e comércio do Oriente se havia de perder com a concorrência de povos novos, que se sentiam apertados no seu território e com direitos iguais na conquista da terra. Já não tínhamos o comando do mar e por isso a segurança do tráfico». E era assim . . . Ingleses, holandeses, franceses e até dinamarqueses passaram sobre os nossos territórios como as imagens dum filme maravilhoso passam ante a nossa vista espantada.

As *Fontes estrangeiras onde se fala do uso da lingua portuguesa no Oriente* baseiam-se em factos que por si só bastam para pôr acima de qualquer dúvida o papel capital que durante cerca de três séculos a nossa lingua exerceu em toda a Ásia. Nesses documentos se atesta o português como geralmente usado no Oriente. Se o professor David Lopes quisesse ainda adquirir outras provas além das que cita estrangeiras, mas talvez um pouco indirectas e suspeitas, teria muito por onde escolher. Refiro-me aos escritores quinhentistas das cousas do Oriente e à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, onde são vulgares as referências a asiáticos que entendiam o português e que, em geral, se empregavam junto dos nossos marinheiros como intérpretes. Aí os corsários orientais «praticam» com António de Faria, sem que Mendes Pinto faça a mínima alusão a *linguas*; poder-se-ia argumentar que o capitão português comprehendia os interlocutores no próprio idioma, mas nesse caso ficava por explicar o facto de, noutras ocasiões, com povos da mesma região, já lançar mão do *lingua*. Portanto ou os corsários entenderiam qualquer cousa de português ou então existiam orientais que o compreendiam. A existência de portugueses que percebessem as linguas indígenas é que não parece admissível, visto que Mendes Pinto, ao referir-se a intérpretes, dá quasi sempre a entender

¹ *Preambulo*, p. v.

que são orientais. Eis um passo que julgo abonar o que atrás fica dito: «Acabando o interprete (que lá se chama tansuu) de lér a carta & declarar o que ella dezia . . .»¹. O português que essa gente falava era um português maculado de algumas formas indígenas e decerto extremamente simplificado. O que sucedia nos mares sucedia nos portos onde os portugueses chegavam e se estabeleciam para traficar. Para compreensão mútua em cada local formou-se uma «língua franca», cujo fim principal era o comércio. «Esse português não era uniforme, como bem se compreende, antes reflectia a variedade das gentes e das linguas» e «foi certamente a formação dessa língua que permitiu a entrada de tantos termos portugueses nas linguas do Oriente». Infelizmente até que ponto ela se fez é que ainda não se sabe; «a influência do vocabulário português em linguas asiáticas é incontestável, mas o seu estudo está ainda incompleto e confuso», diz o A. na p. 91: além dos trabalhos de Monsenhor Dalgado pouco mais há. Era bom que se enviasse a essas partes alguém que pudesse recolher esses testemunhos do nosso domínio espiritual por lá. A pena do historiador tem consagrado a nossa acção política, oxalá a do filólogo pudesse fazer aparecer à luz do sol a psicológica.

Como já disse acima o A. não se utiliza de fontes nossas, porque «o depoimento de Portuguezes teria menos péso, porque se julgaria porventura ditado por amor patriótico excessivo». Fez bem. «Falarão . . . os viajantes peregrinos daqueles séculos, holandeses, ingleses e franceses: não só elles são muito mais numerosos do que os nossos, mas viam factos que como novos naquele mundo unicamente para elles eram novos e por isso registavam». E melhor assim. Ninguém poderá assacar ao A. qualquer accusação de parcialismo científico que é sempre desagradável; em compensação a sua consciência permanecerá tranqüila.

As *Fontes* que apresenta têm duas qualidades essenciais: 1.º São absolutamente comprovadoras da tese do A.; 2.º E em minha opinião talvez a principal: são desconhecidas, ou pelo menos quasi, entre nós: umas são documentos de carácter politico dos holandeses redigidos em português; outras, embora citadas em segundo plano, têm um valor inestimável, mas, infelizmente, poucos portugueses terão o prazer de as ler, visto que estão escritas na língua dos nossos sucessores no Oriente e ainda porque se guardam em arquivos estrangeiros. Como prova da influência do nosso idioma cita ainda duzentas palavras de origem portuguesa empregues usualmente no holandês da «Companhia das Indias Orientais» extraídos da obra de F. de Haan.

O capítulo III denomina-se *Vocabulos portugueses em linguas asiáticas: estudos feitos até hoje acêrca do assunto e sua critica. Dicionários, vocabulários e gramáticas de linguas asiáticas e português ou em português*. A importância dêste está: 1.º Em o A. citar um número avultado de obras que atestam perfeitamente o que tem em vista demonstrar; 2.º Essas obras são na sua maioria estrangeiras, portanto insuspeitas; 3.º Como as acima apontadas muitas são desconhecidas entre nós; 4.º Descreve-as bibliograficamente o que tem muita importância, dada a sua inexistência entre nós; 5.º Indica obras que a elas se referem; 6.º Sendo desconhecidas entre nós indica as bibliotecas estrangeiras onde se encontram e respectivas cotas. Cita e critica tra-

¹ *Peregrinação*, cp. LXIII (vol. II, p. 163, da edição de Vila Nova de Gaia).

balhos em que a intromissão do vocabulário luso nessas línguas está estudada ou, pelo menos, apontada; além dos trabalhos propriamente lingüísticos de Marre, Yule e Burnell, Schuchardt, Fokker, Gonçalves Viana, M. Dalgado, etc., aproveita-se do testemunho de algumas obras de carácter extra-filológico como as *Cartas do Japão* de Venceslau de Moraes. Não lhe escapou também a influência sob «a forma didáctica dos dicionários e das gramáticas para uso dos missionários naquelas partes». As obras citadas são outras tantas preciosidades bibliográficas. Neste capítulo occupa-se ainda da acção intensíssima da nossa língua em Batávia, sob vários prismas e da figura central dessa acção: *João Ferreira de Almeida*, o primeiro tradutor para português do Velho e do Novo Testamento. A figura do grande missionário está estudada com clareza, focando as diversas facetas que a sua vida agitada implicam.

No capítulo v o A. estuda a missão holandesa de Trangambar (Índias Orientais). É a esta cidade que o Padre Manuel Barradas, da Companhia de Jesus, se refere assim: «Desembarcámos em Trangambar, seis léguas de Negapatão, em uma igreja que ali temos, donde caminhámos por terra ao longo da praia . . .»¹. As dificuldades que aí passaram os missionários Ziegenbalg e Plutschow são apresentadas muito documentadamente; uma das maiores que tiveram de arrostar, mas que a nós portugueses nos honra sobremaneira, foi a necessidade que tiveram de aprender, ao lado da língua indígena, a portuguesa para se poderem fazer compreender pelos naturais na sua propaganda religiosa. O espírito de iniciativa com que esses homens estavam animados no seu mister levou-os ao ponto de escreverem à mão os livros para uso das escolas e a requisitarem da Europa um prelo que lá chegou depois de muitas dificuldades, assim como uma porção de exemplares do *Novo Testamento*. A acção dessa tipografia foi admirável. Além dos livros indispensáveis para a doutrina, imprimiu uma coisa que o Oriente ainda desconhecia: um *calendário* e em português.

Uma parte das obras impressas em Trangambar foi em português, o que demonstra quam necessário se tornava o seu conhecimento para quem queria fazer-se entender por esses povos. O professor David Lopes apresenta 29 e «são elas na sua maioria de carácter religioso . . .; há, todavia, entre elas algumas para o ensino do português — abecedários, cartilhas e gramática. Outras são reimpressões de publicações feitas pelos holandeses para aquele fim e de que já falei no capítulo iv . . .». Deve-se agora ligar o que vou dizer com o que deixei escrito na apreciação desse capítulo. O valor das obras que o A. apresenta em ambos salta à vista. Naquela ainda a importância histórica subsiste, enquanto neste aparecem-nos obras puramente didácticas também. Como as outras são igual e geralmente desconhecidas ou porque o nosso desprêzo por estas cousas é proverbial, ou porque jazem ignoradas em bibliotecas estranhas. O A. conseguiu vê-las, lê-las, analisá-las e descreve-as. Tudo isto tem uma grande importância, que o A. destas linhas não poderia de forma alguma deixar passar em claro, visto que, como colaborador da *Bibliografia Filológica*

¹ *História Trágico-Marítima*, t. II, p. 76 (ed. da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa): «Descrição da cidade de Columbo pelo Padre Manuel Barradas, da Companhia de Jesus».

Portuguesa, editada pelo Centro de Estudos Filológicos e actualmente em publicação, sabe perfeitamente como são penosas de adquirir essas notícias. E ainda quando elas se obtêm . . . Ai me referirei bastas vezes à *Expansão* que até sob este ponto de vista, que não o histórico ou propriamente o linguístico que o A. se propôs estudar em primeiro plano, é de grande valor para Portugal e mesmo para os restantes países de actividade política e espiritual no Oriente.

Lisboa, Novembro de 1936.

JOSÉ PEDRO MACHADO.

KARL VOSSLER, *Poesie der Einsamkeit in Spanien, Zweiter Teil*. München 1936. Verlag der *Bayerischen Akademie der Wissenschaften*.

O eminente crítico Prof. Vossler, da Universidade de Munich, continua neste livro os seus estudos, a que já aqui nos referimos, sobre a *poesia do isolamento em Espanha*, ou melhor — na *Península*, visto que abrange nelas a literatura espanhola, portuguesa e catalã. Contém este volume os capitulos que intitula: O aprofundamento religioso da poesia do isolamento: Luís de León; os traços barrocos da mesma poesia: Cristóbal de Virués, Agostinho da Cruz, Camões e outros; Francisco de Aldana, Pedro Espinosa, D. João da Cruz; Idílios e jogos de palavras.

É, na verdade, notável a corrente formada por esta lírica que, até agora, por seu tom mais discreto, por seu curso que, aqui e além, diríamos subterrâneo, tem escapado à atenção valorizadora da critica. Este 2.º volume continua o estudo da lírica quinhentista e vai até o século XVII, a análise de trechos do beneditino Álvaro de Hinoja y Carvajal, que em 1611 publicou em Braga o *Libro de la vida y milagres de Santa Inês*, e das *Saludes do Buçaco*, de D. Bernardo Ferreira de Lacerda. A obra continuará ainda, justificando a análise do autor sobre o conceito da *solidão* cantada pelos poetas: longe de ser o gostoso aniquilamento da consciência na contemplação estática da *Pluralidade* apreendida como *Unidade*, é antes, em crescente anelo de libertação individualista, a *penumbrosa ponte de passagem* que leva do penitente medieval ao humanista enamorado da vida idílica, e deste, passando pelo asceta barroco, ao filósofo do *século das luzes*, empenhado na renovação e esclarecimento do mundo (*Erneuerung und Erhellung*).

O autor, subtil na análise e documentado, como poucos estrangeiros, sobre a cultura peninsular, sabe magistralmente salientar e comentar o trecho expressivo, que traduz numa perfeita correspondência, não apenas de substância, mas de forma estrófica e métrica.

Lisboa.

HEENANI CIDADE.

VACLAV ČERNÝ, *Essai sur le titanisme dans la poésie romantique entre 1815 et 1850*. Aux Editions Orbis, Prague, XII, R. Fachoda.

O Dr. Černý, *privat-docent* da Universidade de Genebra, confronta o conceito de moral e de Deus na filosofia de Joseph de Maistre e na filosofia de Kant. A primeira deriva de poderes transcendentes, cuja realidade crê de intuição imediata, o critério de certeza, como a norma de procedimento; a segunda,

inversamente, infere a própria convicção da existência de Deus do conceito humano de moral, das normas de procedimento que a razão prática nos impõe. A raiz do que elle chama o *titanismo romântico* está no choque destas duas filosofias: a de de Maistre, procurando manter o homem numa attitude de perfeita obediência ante os *prelados, os nobres, os grandes officiaes do Estado*, a quem cumpre ser os *depositários e guardas das verdades conservadoras, ensinar às nações o que é mal e o que é bom, o que é verdadeiro e o que é falso na ordem espirital*; os outros não têm o direito de raciocinar sobre tais matérias; têm as *ciências naturais para se entreter*; a de Kant, pelo contrario, concebendo a Moral como repou-sando inteiramente sobre a autonomia, a lei como derivada da razão pura associada à vontade. Assim, ninguém poderá impô-la como investido de poderes de origem transcendente; está sujeita à critica e às correções dos que autónoma-mente a criaram. O *homem novo* que, sob a influencia da cultura inglesa, surgiu na França de setecentos, do Enciclopedismo e da Revolução, não funda noutro postulado o direito que reivindica de rever os problemas essenciaes, dando-lhes soluções que a razão assenta no *que sube de si própria e da vida*, muito mais do que no *que lhe ensinam sobre Deus*.

É a esta attitude de interrogação ansiosa e inquieta, quando não de protesto ou revolta, expressa nas formas que assume o sentimento religioso e o apostolado social, e, mais directamente ainda, traduzida em mais de um aspecto da litteratura, durante a época romântica, que Černy chama o *Titanismo*—uma como que realização contemporânea da mítica revolta dos *Titãs* contra *Júpiter*.

A documentação da tese, num livro de 431 paginas, é abundante. Byron, Schelley, Keats, Leopardi, Lamartine, e, depois de 1830, Vigny, Hugo, Musset, Quinet, Ménaud, Tennyson, Browning, Guerrazzi, Carducci, etc., são invocados; e, entre elles, de entre os portuguezes, abrangidos por aquellas duas datas, figuram Garrett e Herculano.

Černy, todavia, sabe distinguir o fundamental conformismo de Garrett da funda inquietação da alma grave de Herculano. Madalena e Manuel de Sousa, do *Frei Luiz de Sousa*, submetem-se aos decretos da Providência, como aos da convenção se submete Bernardim Ribeiro, em *Um auto de Gil Vicente*. Herculano, dentro das balizas da sua fé de *velho católico*, encontra espirito de autonomia para criar a personagem do *Eurico*, que se subtrai pelo suicidio à tirania do cânone que lhe impede a felicidade pelo amor, ou a personagem de *Vasco*, no *Monje de Cister*, cujo ódio e obstinada vontade de vingança são mais fortes do que o terror religioso das penas eternas. Nisto, sobretudo, se distancia Herculano de Garrett. A maior parte dos passos invocados por Černy e extraídos da *Harpa do Crente*, creio que não denunciam uma attitude ideológica fundamentalmente diferente da de Garrett, democrata como elle, liberal como elle, e, como tal, concebendo Jesus como hostil a todas tiranias, como simpático a todos os que soffrem a injustiça e a opressão, em nome de leis humanas ou que como divinas se inculcam.

O que tais passos, como muitos outros semelhantes mostrarão, é uma *permanência*, uma *coerência e unidade*, através de toda a obra de Herculano, nesta *attitude titânica* de protesto, de que não era capaz o temperamento humoral, ligeiro, versátil de Garrett. Este é um artista *sensorial*, mais attento às *formas exteriores* da vida, do que ao *drama intimo* que a possa agitar, às leis humanas que em seu juízo a oprimem, como às leis eternas que lhe determinam a evolução.

ALBIN BEAU, *Die Geschichtsauffassung Alexandre Herculanos*, publicado no *Ibero-Amerikanisches Archiv*, XII (1936).

Eis a súpula do interessante estudo:

Os conceitos historiográficos de Herculano são formulados por uma inteligência dominada pelos sentimentos de cristão e liberal com que o historiador reage às lutas contemporâneas entre o absolutismo e a liberdade. O A. estuda ainda, em artigo publicado em *Volkstum und Kultur der Romanen*, ano IX, fasc. 1-2, os motivos que teriam determinado a obra histórica de Herculano. E cita, em resposta ao quesito, palavras do historiador: «O mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Executam-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime». (*Bobo*). Assim, longe de se *evadir* do presente, o historiador quer influir no mundo contemporâneo; não *evoca o passado*, senão para *esclarecer e corrigir o presente*.

A época das preferências do grande historiador é, como se sabe, a Idade Média. Porquê? Porque é uma idade de transição, análoga àquela em que vive, entre o absolutismo imperial e a forma orgânica e liberal em que a Europa procura fixar-se. Herculano também aspira a uma organização da vida colectiva *tam longe do absolutismo dos tempos antigos, como do moderno modelo francês*, e não estuda a história senão para que os vindouros tenham na mão um instrumento que lhes permita *criar instituições mais harmonicas com a tradição e com a indole do povo* — segundo diz em carta a Oliveira Martins.

H. C.

Os últimos trabalhos acêrca de Mariana Alcoforado.

São, na verdade, bem dignos de registo os dois trabalhos ultimamente publicados a respeito da freira portuguesa: *Mariana Alcoforado — História e crítica de uma fraude literária*, de A. GONÇALVES RODRIGUES, Coimbra 1935; e *Em volta das «Lettres Portugaises»*, separata dos artigos publicados em *O Diabo* por LUIS CARDIM.

A. Gonçalves Rodrigues pôs no seu trabalho, além de muito estudo, uma juvenil agilidade intelectual, ao mesmo tempo de argumentação e expressão, que o tornam o mais notável de quantos têm negado a autenticidade das cartas, e um dos mais interessantes que sobre o assunto têm sido escritos. Impunha a revisão do problema a sua histórica, e é com método claro e aliciente vivacidade que o autor no-la expõe. Na critica da tese *Chamilly-Alcoforado*, a novidade da contribuição do autor está na critica interna das *Cartas*, de que procura salientar quanto se lhe afigura estar em contradição com as circunstâncias do drama passionai — ao mesmo tempo que em comprometedora conformidade com os hábitos da literatura francesa, dada à análise psicológica e aos conceitos sentenciosos; mas sobretudo consiste ela na resposta que elle dá a este quesito: *Se a tradição dos amores entre Chamilly e a freira portuguesa é persistente, unica, indiscutida e autorizada*. Organizado o quadro das edições das *Cartas*, publicadas em França e nos Países-Baixos, dêle conclui que, nas primeiras, não se verifica, durante 53 anos, a mais leve allusão a Chamilly como seu destinatário ou a Guilleragues como seu tradutor; e nas segundas, desde a

de 1678 à da Haia, de 1682, desaparecem um e outro, a-pesar de denunciados na do Marteau (Colônia), de 1669; apenas as de 1678 e uma das duas de 1682 trazem a abreviatura *Chevalier de C.****. Assim, contra os que inferiam do silêncio de Chamilly uma confirmação da revelação da Marteau, pôde o A. concluir: «Creio que só a intervenção das autoridades, a pedido de Chamilly ou da família, explica os factos expostos que até agora passaram despercebidos...». Ocorre, todavia, perguntar: e o nome de Guilleragues, a quem o *tabu* se não estendia, porque era igualmente omitido? Não será, pelo menos, admissível como explicação que melhor possa abranger a dupla omissão—a do desinteresse do editor, por exemplo?

Mesmo, porém, que tal argumento, valha para destruir o *argumento negativo* do não repúdio por Chamilly da aventura que lhe era atribuída, está longe de ser prova decisiva no pleito. Sê-lo há, como pensa o A., o registo da Biblioteca Nacional de Paris, descoberto pelo Prof. F. C. Green?:

Ce jourdhui 17 Novembre 1668 nous a esté présenté un Privilege du Roy donné à paris le 28 Octobre 1668 signe Mageret pour cinq années pour un Livre Intitulé Les Valentines lettres portugaises Epigrammes et Madrigaux de Guilleragues.

A este novo dado do problema já o Prof. Luis Cardim havia dedicado um estudo, hoje inserto na sua valiosa colectânea—*Estudos de Literatura e Linguística* (Pôrto 1929). A novas investigações sobre o mesmo assunto lhe deu agora ensejo a brochura de Gonçalves Rodrigues. O registo, na verdade, está longe de ser decisivo, quanto à autoria das *Cartas* por Guilleragues, visto como, tratando-se de uma miscelânea, de maneira indiscutível só lhe é atribuída a última parte—*Epigrammes et Madrigaux*. Nada, na verdade, impedia o editor de inserir outros escritos que, embora de origem e até de natureza diversas, tivessem com aquele o denominador comum do interesse feminino. Mas cumpria saber, ainda, qual seria o conteúdo daquele volume. Para isso, pediu para Paris ao Dr. Jaime Cortesão, a quem o interesse pela treira bôjeuse já tinha suscitado a tradução das suas *Cartas*, informes sobre a publicação de Barbin, que o bom faro do investigador tinha visto indicada numa *Bibliografia* de 1861. Segundo tais informes, são as *Valentines* um jôgo literário, de sala, que consiste na atribuição à sorte de certo número de *madrigais* ou *epigramas* a número igual de cavalheiros ou damas interessados no passatempo. As *Lettres Portugaises* mencionadas no *registo de privilégios* foram substituídas por cartas jocosas, o que melhor se ajusta à indole da miscelânea. Outro registo descobriu ainda J. C., sem dívida daquele mesmo volume, assim indicado: *Les Valentines, Lettres Portugaises, Epigrammes et Madrigaux de Guilleragues* (com q).

Pelo que se vê, tanto da indole dos escritos, que contém, como também —acrescentarei eu— da própria redacção do ms. parisiense que os regista, de modo nenhum se infere a evidência da identidade de autoria. Assim, não seria apenas pelo picante do escândalo, senão que ainda pela diferença de proveniência e conteúdo que Barbin resolveu a publicação à parte das *Lettres*.

Eis a preciosa achega do Prof. Cardim. É claro que muito ainda fica no trabalho do Dr. Gonçalves Rodrigues por discurrir. As contradições cronológicas das *Cartas* não serão apenas explicáveis por má seriação das mesmas? A freira escandalosa não podia ser nomeada porteira, em conformidade com as regras da clausura. Mas seria esse o primeiro e último descaro do favoritismo humano—e da lassidão de costumes conventuais? O irmão, inculcado, numa das cartas, como intermediário dos amores sacrilegos, é um caso de amo-

ralidade ou inconsciência repugnante. Mas será por isso uma impossibilidade humana, sobretudo em tempos de tanta indulgência para pecados anti-canônicos? Este argumento da inverosimilhança não me parece merecer uma confiança excessiva. A mistificação costuma ser mais acautelada do que... a verdade, contra o que pareça torná-la suspeita... Quanto à revelação de amores em Portugal, não deveria ser, mesmo nesse tempo, uma indiscrição muito mais condenável do que o seria a de amores no Paraguai. Depois, a maravilhosa novidade das cartas não bastaria a moderar os escrúpulos que contra a sua publicação pudessem surgir no espírito de Chamilly? Um meio segrêdo lhe bastaria para tranquilidade de consciência. Quanto ao conteúdo de análise psicológica e de conceitos sentenciosos, nada nos impede que demos boa parte à colaboração do tradutor (*traduttore, traditore*), mas reservemos o essencial às possibilidades de uma mulher de génio com o coração e a inteligência enriquecidos pela dolorosa experiência passional. Lembremos a observação de Tomé Pinheiro da Veiga sobre as facilidades das portuguesas no manejo da pena: «...mas assim como têm tam bom pico (as espanholas) lhes falta a pena, que não escrevem tam bem como as portuguesas» (*Fastigínia*, p. 33);— e a do Cavaleiro de Oliveira, citada pelo autor (p. 48): «É certo, contudo, que algumas delas (das moças portuguesas) e principalmente as mais formosas que ornão os Conventos do Reino, são tam discretas, tam naturais e tam expressivas nas suas correspondências, e sobretudo nas amatórias, que dão muitas bem que estudar, depois de darem muito bem que fazer a seus galantes». Cumpre não esquecer, aliás, que o que nas *Lettres* chocava os hábitos franceses é muito mais do que o que d'elles poderia derivar: nem outra é a explicação do entusiasmo que a novidade provocou.

Seria de tentar, para quem tivesse competência e tempo, o estudo da língua das *Lettres*. Há nelas, de facto, lusismos que denunciavam a sua primeira redacção portuguesa? Ou apenas as imperfeições já censuradas pelos contemporâneos, mas que lhes não prejudicariam o carácter francês que foi o obstáculo às várias tentativas de retroversão?

Quid inde?

A questão, quanto a mim, continua em aberto. E creio, até que surjam novos elementos de prova, que não seria má uma posição que se aproximasse, corrigindo-a, da que o A. defende nas últimas páginas:

«Assente-se mais uma vez que nada se opõe à possibilidade histórica dos amores do marquês com uma ou mais freiras portuguesas, com Mariana Alcoforado ou qualquer outra. Ela seria uma apenas, entre as cem amorosas que os oficiais regressados poderiam deselegantemente denunciar à curiosidade indígena. E as cartas da freira, pensadas e escritas em francês, mas sentidas em português, pertenceriam assim ao coração de tôdas e ao espírito de nenhuma...».

Como se vê, as principais concessões estão feitas, só faltando estendê-las às possibilidades do espírito de Mariana Alcoforado. Uma vez assim admitido que uma freira dêste nome, a-pesar das dificuldades do estatuto conventual, possa ser a amante de um marquês daquele título, que, por seu turno, e não obstante as objecções das *bienséances*, se permita a indiscreta revelação, que custa admitir, com a tradição, que seja dela a substância das cartas, em emoção, realidade moral, vigor comunicativo, e do espírito francês do tradutor a parte que êle, em geral, não resiste a acrescentar—pormenores de forma, mesmo de análise psicológica, mesmo de romanesco?

H. C.

AFONSO DUARTE, *O ciclo do Natal na literatura oral portuguesa*, Barcelos, 1936.

Afonso Duarte é um desertor do Parnaso. Depois de escrever alguns dos versos mais expressivos de fina e humaníssima emotividade da sua geração, não mais, que saibamos, se exprimiu em *linguagem numerosa*. Mas porque o professor não conseguiu matar o poeta, ei-lo realizando, na Escola Normal Primária de Coimbra, um apostolado artístico que se adivinha de efficacíssima sugestão.

O livro que temos presente é dêle um esplêndido resultado. Trata-se de uma interessantíssima colheita folclórica feita sobretudo com a colaboração dos seus alunos, futuros professores primários que assim ficam iniciados no valor estético, como no significado social das criações artísticas populares ou popularizantes.

Afonso Duarte não se contentou da simples ordenação — onde aliás, creio, teria meio de evitar tanta repetição de composições. Comentou em sínteses perfectas, reveladoras do fino artista que ôle é, cotejou com produtos folclóricos os versos ao Natal consagrados por Gil Vicente, e fez assim um livro interessante a mais de um respeito — sobretudo pelo abundante e formoso conteúdo popular em ditados, cantigas, crendices e costumes relativos ao Natal.

Tôda popular a colheita — quero dizer — tôda, se não de origem popular, ao menos de popular e duradoura adopção?

Eis o que não me atreverei a afirmar, em face do que é localizado na minha terra natal — Redondo, e se insere nas pp. 29 e 30. Em minha casa, nos meus tempos de rapaz, cantavam-se tôdas as cantigas ao *Menino Jesus*, de boa parte das quais esta colectânea mostra a vagabundagem do norte a sul de Portugal. Jamais ouvi as quadras citadas, cujo sabor, aliás, de modo nenhum se confunde com as tipicamente populares.

Por exemplo:

Apenas sôbre o Presépio
Levantou mãos piedosas,
Tremeram todos os astros
E abriram tôdas as rosas.

Quando pela vez primeira
Jesus chorou o seu pranto,
Foi já sangue derrimido (*sic*)¹
Corações em treva e pranto.

Esta inserção, porventura menos acautelada, não diminui, evidentemente, o valor notável da colectânea.

H. C.

¹ Certamente *redimido*.

Através das Revistas¹

O *Boletim de Filologia* tem recebido com regularidade numerosas revistas nacionais e estrangeiras, com as quais gostosamente permuta.

Dos últimos números recebidos salientamos somente aqueles artigos que julgamos de mais interesse para os leitores do *Boletim* e para a Bibliografia do Centro de Estudos Filológicos.

PORTUGAL:

Arquivo Histórico de Portugal (Rua de Damasceno Monteiro, 63, 1.ª — Lisboa).

Vol. II (1936), fasc. 7, 8, 9, 10.

Fasc. 8: JOÃO DA SILVA CORREIA, *Algumas observações num domínio da história da lingua portuguesa*, pp. 344-346. [A influência da lingua espanhola na portuguesa é maior do que geralmente se pensa; vários exemplos]; JOÃO MARTINS DA SILVA MARQUES, *Estudos de paleografia portuguesa*, pp. 347-352. [Extenso trabalho expositivo e de crítica à obra de John Miller Burnam. Prolonga-se pelos fasc. seguintes].

Biblos.

1936, N.ºs 4 a 6: PAULO MERÊA, *Sobre a palavra «mandas»* [no sentido de «testamento» e «legado»], pp. 151-157; AUGUSTA F. GERSÃO VENTURA, *Subsídios para o estudo da flora camoniense*. VII: Fruta da ilha dos Amores, pp. 212-222; A. GONÇALVES RODRIGUES, *Cartas inéditas do Cavalleiro de Oliveira* (Cont.), pp. 233-254.

Boletim da Academia das Ciências de Lisboa.

Vol. VIII, Julho de 1936: Na sessão de 9 de Julho o Dr. Luís da Cunha Gonçalves apresentou uma comunicação sobre «A terminologia jurídica e os dicionários».

Boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes).

Ano VI, 1936: Conferências pedagógicas: *Bibliotecas liceais*, pp. 264-269; *O aprendizado das linguas estrangeiras*, pp. 279-283. — Sessões culturais: *O lirismo feminino contemporâneo em França* (relato da conferência de Dr. Alfredo de Carvalho), p. 300; *Evolução do teatro francês* (relato da conferência de Romain Coolus), p. 306.

Brotéria. (Caixa Postal, 364 — Lisboa).

Vol. 23 (1936), fasc. 1, 2-3, 4, 5, 6.

Fasc. 1: JOÃO R. MENDES, *Coração de barro*, pp. 15-19. [Crítica ao romance de Nuno de Montemor]; VASCO BOTELHO DE AMARAL, *Coisas de linguagem*, pp. 20-

¹ Para evitar a repetição de indicações relativas ao carácter das revistas e seus directores, remetemos o leitor para o tomo IV, fasc. 1-2, pp. 203-209.

27. [Breves notas gramaticais sobre: *lua*, no sentido de «mês», preposição *de*, preposição *com*, *dever*].

Fasc. 2-3: SERAFIM LEITE, *O primitivo vocabulário tupi-guarani «português-brasileiro»*, pp. 109-113; PAULO DURIÃO, *G. K. Chesterton*, pp. 141-152; MÁRIO MARTINS, *Gorki e Nietzsche*, pp. 208-216.

Fasc. 4: JOÃO R. MENDES, *S. João e a trovada*, pp. 221-230. [Crítica à obra de Teixeira de Pascoais]. Na «Revista das Revistas», resumo do artigo de Mac Donagh em *The Month*, Junho de 1936, sobre «A figura enigmática de Erasmo».

Fasc. 5: JOÃO R. MENDES, *Do erasmismo de Gil Vicente*. No 4.º centenário da morte do poeta, pp. 303-319.

Fasc. 6: A. MOSCA DE CARVALHO, *A aposta de Pascal*, pp. 374-387. — No fim de cada fascículo, a habitual secção de bibliografia crítica sobre obras portuguesas e estrangeiras, de carácter científico e literário.

A Língua Portuguesa.

Vol. IV, 1936, fasc. IX-XII: *Homenagem ao Dr. Leite de Vasconcelos* (Conclusão). ABÍLIO ROSEIRA, *Fona*, pp. 267-270. [O A. não acha dificuldades, nem fonética, nem semanticamente, em tirar o vocábulo de frases como: *vês o Mafoma comigo*, através de *vês o Mafona comigo*, por concepção equívoca *vês uma fona comigo*]; J. DE OLIVEIRA SIMÕES, *A expressão numeral na linguagem*, pp. 271-360; LUÍS CHAVES, *O labor científico e literário do Dr. Leite de Vasconcelos*, pp. 361-383. [Lista alfabética de todos os trabalhos publicados].

Vol. V, fasc. 1: RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA, *O problema do infinito pessoal em português*, pp. 7-15; RAÚL MACHADO, *Deteção—detector*, pp. 16-18; AGOSTINHO DE CAMPOS e RICARDO JORGE, *Sobre a denominação portuguesa das filiadas na Associação Internacional «Le Noël»*, pp. 19-37; ALEXANDRE DE CARVALHO COSTA, *Pro-núncia e significação de alguns vocábulos populares do Alto Alentejo*, pp. 38-44.

Pensamento (Apartado 19—Pôrto).

Revista mensal de divulgação social e científica, arte e literatura. ANO VII, n.ºs 76, 77, 78, 79, 80, 81, Julho a Dezembro de 1936.

O n.º 78 é dedicado a Antero do Quental.

Portucale (R. dos Mártires da Liberdade, 178—Pôrto).

Vol. IX (1936), n.ºs 51-52: ALEXO RIBEIRO, *O romantismo e a natureza humana*, pp. 86-90; DIOGO IVENS TAVARES, *O narcisismo de uma poetisa* [Florbela Espanca], pp. 106-120. — No fim, as habituais secções de bibliografia, novidades e Res & Verba.

Revista de Guimarães (Sociedade Martins Sarmiento—Guimarães).

Vol. 46, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho de 1936: LUÍS CHAVES, *O Anjo-Custódio ou as «palavras ditas e tornadas»*, pp. 8-24; PEDRO VITORINO, *Museus, galerias e colecções*, pp. 25-33.

Seara Nova (Travessa da Boa Hora, 43, 1.º—Lisboa).

ANO XVI (1936), n.ºs 480 a 492.

N.º 480: PIERRE HOURCADE, *Êça de Queirós e a França* (Cont.), pp. 375-379.

[Tradução de mais uma parte do artigo publicado na «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», fasc. 2 do t. II. A tradução prolonga-se pelos n.ºs 481, 482 e 484].

N.º 482: SANT'ANA DIONÍSIO, *Transição da crítica judicativa para a crítica compreensiva*, pp. 19-23; ANTÓNIO SÉRGIO, *Sobre os inconvenientes de se desprezar a clareza do entendimento*, p. 18 e 31; JOÃO FALCO, *Marginalia à crítica*, pp. 23-26.

N.º 486: SANT'ANA DIONÍSIO, *Sôbre as veleidades da crítica explicativa dita «científica» e insuficiências da crítica «compreensiva» limitada à justificação*, pp. 86-92.

N.º 484: ANTÓNIO SÉRGIO, *Explicação sôbre «Os dois Anteros»*, pp. 115-118.

N.º 491: CASTELO BRANCO CHAVES, *Eça de Queirós. Alguns aspectos do seu temperamento*, pp. 171-173.

ALEMANHA:

Archiv für das Studium der neueren Sprachen. A parte das línguas românicas é dirigida pelo Prof. G. ROHLFS—Tübingen, Heebingerstrasse 14.

Ano 91, 1935, fasc. 3-4: KURT WAGNER, *Wirklichkeit und Schicksal im Epos des Eilhart von Oberg* [Realidade e destino na epopeia de E. von O.], pp. 161-184; ROLF KAISER, *René und Harold*, pp. 185-196 [Sôbre a influência de Chateaubriand em Byron]; ELISE RICHTER, *Wilhelm Meyer-Lübke*, pp. 197-210. [Artigo de homenagem ao valor da obra, método de trabalho, ensino e personalidade do grande Mestre da Filologia românica, desaparecido a 4 de Outubro de 1936]; EDOUARD BOURCIEZ, *Un centenaire: La Grammaire de Fr. Diez en 1836*, pp. 211-214; H. STEN, *Zur portugiesischen Syntax. I. Wiederholung des Verbums als Antwort* [Repetição do verbo como resposta, em português]¹. II. *Haver de*, pp. 229-234.

No fim, as duas conhecidas e valiosas secções de recensões e bibliografia.

Na p. 301 faz-se referência à obra de M. L. Wagner, «Restos de latinidad en el Norte de África», publicada pela Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Ibero-Amerikanisches Archiv (Ibero-Amerikanisches Institut—Breite Strasse 37, Berlin C 2).

Ano x, fasc. 3, Outubro de 1936: O. QUELLE, *Von deutscher Wissenschaft an der Universität Sevilla vom 18. Jahrhundert bis heute* [A ciência alemã na Universidade de Sevilha desde o séc. XVIII até nossos dias], pp. 257-262.—Na secção de «Pequenas notícias da vida do Instituto» faz-se o apanhado dos 25 fascículos da *Bibliografia Ibero-americana*, publicados nos últimos seis anos em suplemento ao «Archiv». Em média, publicam-se por dia 4 a 5 livros ou artigos, em língua alemã, sôbre problemas dos países ibero-americanos. «Isto mostra quam forte é o interêsse dos eruditos e escritores alemães pelos países de língua espanhola e portuguesa».

No fasc. 26 da *Bibliografia*, mencionam-se, sôbre Portugal, Ilhas Adjacentes e Colónias, 26 títulos bibliográficos; a maior parte são pequenos artigos de jornais ou revistas. Ao Brasil cabem 57 títulos.

Romanische Forschungen (Verlag Junge & Sohn, Erlangen).

Vol. 50 (1936), fasc. 2: ERNST ROBERT CURTIUS, *Calderón und die Malerei* [C. e a pintura], pp. 89-136.

Fasc. 3: HANS HEISS, *Deutsche Moden im Paris des 18. Jahrhunderts* [Modas alemãs em Paris, no séc. XVIII], pp. 259-274. [«A literatura alemã começou a ser conhecida e apreciada em França entre 1750 e 1760»]; FRIEDRICH SCHÜRR, *Umlaut und Diphthongierung in der Romania* [Metafonia e ditongação nas líng.

¹ N. da R. — A propósito deste artigo, o *Boletim* publicará no próximo fascículo uma contribuição do Prof. Spitzer sôbre a «Linguagem-eco em português».

guas românicas] pp. 275-316. — No fim, 28 páginas de recensões críticas, algumas delas bastante extensas, sobre obras de carácter filológico e literário.

Zeitschrift für französische Sprache und Literatur (Jena e Leipzig—Verlag von Wilhelm Gronau).

Vol. 60, 1936, fasc. 3-4: M. REGULA, *Beiträge zur syntaktischen und stilistischen Forschung* [Subsídios para o estudo da investigação sintáctica e estilística], pp. 129-145; B. E. VIDOIS, *Beiträge zur französischen Wortgeschichte* (III) [Subsídios para a história do léxico francês], pp. 155-164. [andrivel(le), despache, extorne, extorni, stourny, resto(u)rne, risto(u)rne, falot]; LINDFORS-NORDIN e GAMILLSCHEG, *Lanier, Lanet, Lanette*, pp. 165-172. [Explicação destes termos da falcoaria francesa]; W. MEYER-LÜBKE, *Aus Anlass von gask. mul' é molinariu* [A propósito do gasc. *mul' é molinariu*], pp. 173-175; MARIE DALMER, *Zur französischen Literaturgeschichte des 15. Jahrhunderts. Noch einmal Pierre Michault. Ein unbekannter Dichter* [Para a história da literatura francesa do séc. xv. Um poeta desconhecido: Pierre Michault], pp. 176-181; KURT WAIS, *Mallarmé's Neuschöpfung eines Gedichtes von Keats* [Imitação original de Mallarmé duma poesia de Keats], pp. 183-196; M. ALLENSPACH, *Victor Hugo «Le Semeur und seine Sterne*, pp. 197-212. — Na secção de Recensões, críticas desenvolvidas a obras sobre literatura francesa.

Fasc. 5-6: D. SCHELUDEK, *Zur Geschichte des Naturcinganges bei den Troubadours* [Para a história do motivo da Primavera nos Trovadores], pp. 257-334; KURT JÄCKEL, *Paul Morand und die Erneuerung des Exotismus in der französischen Literatur der Gegenwart* [P. Morand e a renovação do exotismo na literatura francesa contemporânea], pp. 341-377.

ARGENTINA:

Por nuestro idioma. Jornal bimestral, órgão da «Sociedad Argentina de Estudios Lingüísticos» (SADEL). — Ano II, Outubro-Novembro 1936.

BÉLGICA:

Bulletin du Dictionnaire wallon, dirigido por J. Warland e publicado pela «Société de Littérature wallonne» da Universidade de Liège.

Ano XX, 1935, n.ºs 1-4: *Un appel aux wallons!* [A referida Sociedade faz apêlo aos seus colaboradores correspondentes para que a auxiliem a organizar o «Dictionnaire général des parlers romans de la Belgique». Segue-se uma parte do vocabulário-questionário. Algumas indicações podiam ser adaptadas e aproveitadas para o futuro Atlas Lingüístico Português]; J. WARLAND, *Le genre grammatical des substantifs wallons d'origine germanique*, pp. 53-86; JULES FELLER, *Liège, Legia et Glain, Merchoul et Pichoul. Étude historique et philologique*, pp. 87-123; ALPHONSE BAYOT, *A propos du lieu dit «des vicier»*, pp. 125-130; M. DELBOUILLE, *D'où vient «Fouarge»?*, pp. 131-137. — No fim, secção de «comptes rendus», por Delbouille: Gamillscheg, «Romania Germanica», I, pp. 139-148.

BRASIL:

Revista da Academia Brasileira de Letras (Avenida das Nações—Rio de Janeiro).

Ano 28 (1936), n.º 171 a 174.

N.º 171: ALCEU AMOROSO LIMA, *Paul Bourget*, pp. 324-329; LINDOLFO GOMES, *Antônio de Morais Silva*, pp. 333-361. [Dados biográficos e análise das obras].

N.º 172: AFRÂNIO PEIXOTO, *Vistas de Portugal*, pp. 387-410. [I—Hino a Coimbra. II—Elogio do Pôrto. III—Tristeza de S. Miguel de Seide]; MÚCIO LÊÃO, *Ensaio sobre a prosa brasileira*, pp. 426-435. [Conclusões: «1.º—Se na expressão *prosa brasileira* quisermos entender alguma coisa inteiramente autónoma e original, isenta de influência de ideias ou estilo de escritores estrangeiros, então não teremos uma *prosa brasileira*; 2.º—A nossa prosa, como a nossa poesia, recebe ainda hoje, mesmo nas suas mais legítimas expressões literárias, o influxo que nos vem de culturas e literaturas alheias; continuamos ora tributários dos portugueses, ora, em escala bem mais importante, dos franceses. (...)»; GUILHERME DE ALMEIDA, *Uma experiência com Verlaine*, pp. 436-439. [Versão poética, em português, da poesia de Verlaine: «Le ciel est, par-dessus le toit, | Si bleu, si calme!»; HENRIQUE PERDIGÃO, *Coelho Neto*, pp. 458-462. [Artigo para o «Dicionário Universal de Literaturas»]; E. ROQUETTE-PINTO, *Bilac e Maeterlinck*, pp. 481-483. — Na secção de Crítica literária, recensão da obra de Georges Le Gentil «La littérature portugaise», 1935.

N.º 173: CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO, *Paul Bourget*, pp. 5-18; AFRÂNIO PEIXOTO, *Vária*, pp. 19-35. [I—O crepúsculo da literatura. II—Pró e contra. III—Desarmamento espiritual. IV—O ritmo da glória. V—Horácio e os números. VI—Castro Alves, profeta]; AMADEU AMARAL, *Paulo Eiró*, pp. 57-97.

174: A. AUSTREGÉSILO, *Neologismos. Quando se justificam. Regionalismos*, pp. 151-159; RAMIZ GALVÃO, *Lexicologia portuguesa. Os melhores léxicos*, pp. 182-201; CLAUDIO DE SOUSA, *Centenário de Paulo Eiró*, pp. 204-224. — Concursos literários de 1935, pp. 236-246.

CHILE:

Anales de la Facultad de Filosofía y Educación. Universidade de Santiago do Chile.

TÓMO I, fasc. 2 e 3: WILLIAM BERRIEN, *Algunos propósitos literarios de Fernán Caballero*, pp. 5-47; LIDIA SANTELICES, *Probable autor de «El condenado por desconfiado»*, pp. 48-56; CLAUDIO ROSALES Y., *Las combinaciones sintácticas de vocales en la lengua vulgar de Chile*, pp. 110-114; RODOLFO OROZ, *A propósito de los sufijos de los nombres gentilicios chilenos* [Nota adicional ao artigo do fasc. anterior]; RODOLFO OROZ, *Algunas denominaciones de la «cabeza» en Hispano-América*, pp. 240-242. — No final, secção de «Reseñas»: Hermann Weinert, «Dichtung aus dem Glauben». [Contribuição para o problema do «Renouveau catholique» literário em França], pp. 243-257 (J. Rau); Amado Alonso, «El problema de la lengua en América» (R. Oroz); Paul Scheuermeier, «Wasser- und Weingeßasse im heutigen Italien» [Vasilhas para a água e para o vinho na Itália de hoje], (R. Oroz); Vossler-Spitzer-Hatzfeld, «Introducción a la lingüística [aliás, estilística] romance» (Pino Saavedra).

ESPAÑA:

Cataluña:

Estudis Universitaris Catalans (Institut d'Estudis Catalans, Barcelona). Vol. xx, 1935.

ANTAL DE ALDASY, *Les rapports de Sigismond avec le royaume d'Aragon*, pp. 1-49; ANTONI LLORENS, *Francesc de la Via a Bella Venus*, pp. 84-97. [Texto inédito do princípio do séc. xv]; JOSEP TARRÉ, *Un document del Papa Benet XIV*

sobre el lul·lisme, pp. 142-161. — Seguem-se as secções de «Recensões» (obras respeitantes a assuntos catalães) e de «Revistas».

Galiza:

Boletín de la Academia Gallega (Palacio Municipal—Coruña).

Ano XXXI, 1936, n.ºs 262 e 263. — Com numeração própria, continua a publicar-se a «Colección de documentos históricos». [Docs. de 1390, 1552, 1283, 1564, 1240, 1320].

Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos históricos y artísticos de Orense.

Tomo XI. Julho-Agosto 1936: *Documentos del Monasterio de Montederramo*, pp. 87-96. [1165, 1155, 1384].

ESTADOS UNIDOS:

Revista Hispánica Moderna (Casa de las Españas, Columbia University — 435 West, 117th Street—New York City).

Ano II, 1936, n.º 3: ALBERTO JIMÉNEZ FRAUD, *La Universidad española en la Edad Media y en el Renacimiento*, pp. 173-192; MARGARITA DE MAYO, *Gabriel Miró: Vida y obra*, pp. 193-205; ANTONIO OLIVER BELMÁS, *Naturaleza y poesía en la obra de Gabriel Miró*, pp. 205-207; SIDONIA ROSENBAUM e JUAN GUERRERO Ruiz, *Gabriel Miró: Bibliografía*, pp. 207-215. — Secção de «Libros breves», pp. 215-232. [Recensões de obras no domínio da poesia, novela e conto, teatro, ensaio, crítica (Fidelino de Figueiredo, «Pirene»), biografia, política, história, história literária, arte, filologia, folclore, ensino. Obras estrangeiras sobre temas hispânicos. Notícias literárias]. — Na secção de «Textos y Documentos» (pp. 233-242) arquivam-se alguns escritos inéditos de Rubén Darío. — No fim, a conhecida e útil *Bibliografía Hispano-americana*, disposta por assuntos, pp. 243-265.

Esta revista publica, em suplemento, um pequeno boletim da Secção escolar, órgão da «Agrupación Nacional de Clubs de Estudiantes de españoles». Nêle se publicam alguns artigos, acompanhados de gravuras, sobre assuntos de carácter literário e artístico.

FINLÂNDIA:

Mémoires de la Société Néo-Philologique de Helsingfors.

1936, vol. XI: *Simon Roth's Fremdwörterbuch*, herausgegeben von EMIL ÖHMANN, pp. 227-370. [Republicação do 1.º vocabulário alemão de estrangeirismos, impresso em 1567. É curioso notar a quantidade enorme de vocábulos de origem latina de que estava então cheia a língua alemã, alguns dos quais com sentido diferente do que se fixou nas línguas românicas].

Neuphilologische Mitteilungen (Bergmannsg. 23 b A—Helsingfors).

1936, n.ºs 5-6: PIERRE DE LUZ, *Colette et la langue française*, pp. 226-241.

N.ºs 7-8: HOLGER PETERSEN DYGGVE, *Personnages historiques figurant dans la poésie lyrique française des XII^e et XIII^e siècles* (Cont.), pp. 257-283; ADOLF KULSEN, *Die Sirventes-Kanzone des Bertran de Born lo fih Un sirventes voil obrar*, pp. 284-289; GIOVANNI ALESSIO, *Un antico termine di cucina: veru ustulare «arros-*

tire allo spiedo» (> fr. *brûler*, it. *abbrustolare*), pp. 289-293; HANS MARCHAND, *Das englische ordinal «second»*, pp. 293-301. [O A. procura responder a esta pergunta: por que razão aparece na lista dos numerais ordinais ingleses, que são de origem germânica, uma expressão românica? — Quanto à observação de que *other* e *der* *ander* significaram, em épocas idas, «segundo», confronte-se a nota de Sá Nogueira em *A Língua Portuguesa*, I (1929-30), p. 394: no verso dos *Lusiadas*, I, 13, «*Outro Joane*», está por «*João Segundo*»; V. KIPARSKY, *Sur le rapprochement artificiel des langues littéraires*, pp. 305-308. — Na secção das recensões destacamos: S. Etienne, «*Défense de la philologie*» (L. Spitzer), Holger Petersen Dyggve, «*Onomastique des trouvères*» (Långfors); Ravizé et Schön, «*Deux mille ans de vie française*» (Långfors); Jacques de Broglie, «*Madame de Staël et sa cour au château de Chaumont en 1810*» (Hirn). — No fim transcrevem-se actas das sessões da «Associação de Línguas Modernas» de Helsingfors.

N.º 4, Outubro-Dezembro de 1936:

PAUL HAZARD, *Un romantique de 1730: l'Abbé Prévost*, pp. 617-634; JACQUES KOSCIUSKO, *Diderot et Hagedorn*, pp. 635-669; ARTURO FARINELLI, *Le Romantisme [français] et l'Espagne*, pp. 670-690.

Na secção «Notes et Documents»: J.-F. Mc DERMOTT, *Voltaire and the free-thinkers in early Saint-Louis*, pp. 720-731; CARGILL SPIETSMA, *Deux lettres inédites de Silvio Pellico. Introduction aux études italiennes en Bourgogne de 1821 à 1847*, pp. 734-764; GARNET REES, *A French influence on T. S. Eliot: Rémy de Gourmont*, pp. 764-767.

Na secção «Chronique» dá-se notícia desenvolvida dos fins e funcionamento do «Instituto de literatura comparada da Sorbonne». — A p. 775 noticia-se a conferência pública que «M. Agostinho de Campos, professeur à l'Université de Coïmbre, a fait à la Sorbonne, le 11 juin, sous les auspices de l'Institut portugais de l'Université de Paris: *Gil Vicente. Un génial précurseur de Lope de Vega et de Molière*. — No fim, secção de «Comptes rendus».

Romania (2, rue de Poissy, Paris, Ve).

Tômo 62, n.º 247, Julho de 1936: PAUL VERRIER, *Origine et évolution des anciennes diphtongues françaises*, pp. 289-301; P. J. TANQUEREY, *Ancien français il n'y a que (suivi de l'infinif)*, pp. 302-316; ALLEN MAWER, *La Folie in Place-Names*, pp. 378-385. — Depois de algumas recensões de livros, publicam-se os sumários de várias revistas linguísticas; alguns artigos são acompanhados dum breve resumo crítico.

Na secção «Chronique», dá-se notícia do «Prémio Bibesco» (mil francos), que oxalá possa vir a ser imitado e adoptado noutros países, como estímulo à produção científica, de carácter filológico. Eis algumas condições do concurso:

1.º O prémio é atribuído à melhor obra que tenha por objecto a gramática, o léxico, as origens ou a história das línguas românicas em geral, do romeno em particular;

2.º O autor pode ser de qualquer nacionalidade;

3.º O trabalho apresentado deve ser redigido em francês, latim ou romeno;

4.º Deve aparecer à luz entre 1 de Janeiro de 1933 e 1 de Janeiro de 1936.

FRANÇA:

Revue des Langues Romanes (Société des Langues Romanes, Montpellier).

Tômo 67, Janeiro-Dezembro de 1935: GRAD TONE, *Remarques sur la valeur verbale d'un infinitif substantivé en ancien français*, pp. 249-262; M. RAIMBAULT,

Une représentation théâtrale à Aic en 1444, pp. 263-274; PAUL BARBIER, *Noms de poissons*. Notes étymologiques et lexicographiques (Cont.), pp. 275-372; ALBERT DORY, *Contribution à l'étude de la voyelle accentuée*, pp. 373-445. [O A. estuda três evoluções distintas: «Uma evolução *pre-romana*, a das vogais breves; uma evolução *gala-romana*, $\bar{u} > \bar{u}$; uma evolução *franco-romana*, a de $\bar{e}$ (< $\bar{e}$, $\bar{y}$), $\bar{a}$ (< $\bar{a}$, $\bar{u}$), $\bar{o}$ (< $\bar{o}$, $\bar{u}$), vogais que só se ditongam no norte da França»]; H. DAUZAT e P.-F. FOURNIER, *Argots de métiers auvergnats et marseillais*, pp. 446-470; JEAN BOURCIEZ, *Note sur le relatif analytique en vieux-provençal*, pp. 471-487.

Revue de Littérature comparée (Librairie Boivin et ^{ce}, 5, rue Palatine — Paris).

ANO VI, n.º 3, Julho-Setembro de 1936: A. BLANCH, *Une représentation de l'Iphigénie de Racine à Stockholm, en 1684*, pp. 441-464; J. DUCASSE, *Une «supercherie littéraire» de l'Abbé Prévost—Les Voyages de Robert Lade*, pp. 465-476; A. RUMEAU, *Mariano José de Larra et le baron Taylor—Le «Voyage pittoresque en Espagne»*, pp. 477-493; E.-J. ARNOULD, *Taine et le moyen âge anglais*, pp. 494-520.

Na secção «Notes et Documents»: HENRI PERROCHOU, *Un foyer helvétique de préciosité au XVIII^e siècle*, pp. 537-549; RAMON ESQUERRA, *Stendhal en España (1835-1935)*, pp. 552-575.—Na secção «Chronique», salienta-se a cooperação fecunda que se verificou nas «Journées d'études franco-italiennes», realizadas em Roma.

HOLANDA:

Neophilologus. *Driemaandeliks tijdschrift voor de wetenschappelijke beoefening van lerende veezende talen en van hun letterkunde en voor de studie van de klassieke talen in hun verband met de moderne* [Revista trimestral para o estudo científico de línguas vivas estrangeiras e das suas literaturas, e para o estudo das línguas clássicas na sua relação com as modernas]. Dirigida pelos professores SALVERDA DE GRAVE, GALLAS, VAN HAMEL, HESSELING, SCHOLTE, SCHRIJNEN, SNEYDERS DE VOGEL, SWAEN.—J. B. Wolters-Groningen, Batavia.

ANO 22, 1936, fasc. 1: S. ÉTIENNE, *Deux publics*, pp. 1-16. [Ao lado do público letrado, que julga a obra de arte segundo o seu valor artístico, há agora um público que se documenta. Não está aí, porém, a diferença, mas sim no atractivo diferente exercido sobre eles pela obra de arte]; HERMANN MASCHKE, *Ein Beitrag zur Geschichte des mittelalterlichen Dramas* [Contribuição para a história do drama medieval], pp. 63-69.

Fasc. 2: B. H. WIND, *Les contributions néerlandaises au vocabulaire du français belge*, pp. 81-98; J. F. BUISMAN JR., *Marot en spiegel*, pp. 98-108.—No fim, secção de referências a livros.

ROMÉNIA:

Revista Critică, dirigida por GIORGE PASCU, professor da Universidade de Iași.

ANO X, 1936, n.º 4 (Outubro-Dezembro): G. PASCU, *Călători străini [viajantes estrangeiros] în Moldova și Muntenia în secolul XVIII: Carra*, pp. 199-219. Segue-se a «Cronica», na qual o director da revista se insurge pormenorizadamente contra factos ocorridos dentro da Universidade de Iași.

SUECIA:

Uppsala Universitets Årsskrift [Anuário da Universidade de Uppsala], *Språkvetenskapliga Sällskapet i Uppsala Föreläsningar* [Monografias da Sociedade Linguística de Uppsala].

Janeiro 1934-Dezembro 1936: ALF LOMBARD, *La prononciation du roumain*, pp. 103-176; NILS SVANBERG, *Wilhelm von Humboldt und die Sprachforschung unserer Zeit* [Guilherme de Humboldt e a investigação linguística da época actual], pp. 177-198.

M. P. BOLÉO.

Publicações recebidas

— DAVID LOPES, *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*.—Portucalense Editora, Lda, de Barcelos, xii + 192 páginas. Acompanham o volume 9 fotografias representativas de frontispícios de obras a que o A. se refere no texto. Acêrea dêste livro cf. *Recensões Críticas*.

—Para comemorar o 4.º centenário da publicação da primeira gramática portuguesa o Dr. Rodrigo de Sá Nogueira levou a cabo uma 3.ª edição da *Grammatica da Linguaem Portuguesa* por Fernão de Oliveira, feita de harmonia com a primeira (1536), 142 páginas. Além de um *Prefácio* do dirigente da edição, esta tem a enriquecê-la umas *Breves notas sobre Fernão de Oliveira e a sua Gramática* por Anibal Ferreira Henriques, que contribuem para o conhecimento do A., sua vida e obras. A edição é de José Fernandes Júnior, Lisboa.

—RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA, *Subsídios para o estudo das conseqüências da analogia em português* (Livraria Clássica Editora), 1926, 189 páginas.

—FRITZ KRÜGER, *Die Hochpyrenäen*, D: Indústria caseira. Traje. Indústrias rurais. Acompanhado de 20 gravuras e 38 fotografias. Hamburg (Seminar für romanische Sprachen und Kultur), 1936, 225 páginas.

—VIGGO BRONDAL, *Le Français, Langue Abstraite*, Copenhagen, 1936, 42 páginas. [Esta língua é estudada de acôrdo com as modernas teorias linguísticas: a aliança de língua e espirito ou, mais tecnicamente, o paralelismo lógico-gramatical].

J. P. M.

Necrologia

Wilhelm Meyer-Lübke

Após uma doença bastante longa, faleceu em Bonn, a 4 de Outubro de 1936, o professor Wilhelm Meyer-Lübke. Poucos meses antes tinha completado 75 anos, e, dada a sua robusta constituição, os amigos e alunos não pensavam perdê-lo tão cedo. Com êle desapareceu a figura de maior relêvo da filologia românica. Não há hoje romanista nenhum, seja qual fôr a sua «escola» ou orientação, que não fôsse duma certa maneira seu discípulo, e também de futuro a sua obra será ainda durante muito tempo a sólida base, de que ninguém que se ocupe da lingüística românica, poderá prescindir. Ao contrário do que sucede freqüentemente com grandes sábios, Meyer-Lübke foi produtivo — verdadeiramente produtivo e não recompilador dos seus próprios trabalhos — até ao fim da vida. Tanto mais é para lamentar que tenha sido arrebatado pela morte antes de concluir os estudos que tinha em mente levar a cabo, e que só êle poderia realizar.

A carreira académica de Meyer-Lübke, que nasceu em Dübendorf, na Suíça, em 30 de Janeiro de 1861, começou em Zurich, onde apresentou para tese de doutoramento um estudo sobre o neutro latino nas línguas românicas¹, em que já se define toda a personalidade científica do futuro mestre. É em Zurich que adquiriu a «venia legendi» (1884). No ano seguinte está em Paris, onde, a convite de Gaston Paris, rege um curso de latim vulgar. Passou daí para Jena como professor extraordinário (1887), transitando pouco depois para a universidade de Viena (1890), onde foi nomeado catedrático, e onde exerceu temporariamente as funções de reitor. Finalmente, depois dum professorado de quasi um quarto de século naquela universidade austriaca, em 1915, foi chamado para Bonn, onde, faz agora precisamente um século, Friedrich Diez criara os estudos românicos², e cuja universidade se mostrava ciosa de manter esta tradição brilhante. Ali viveu e preleccionou até à morte.

¹ *Die Schicksale des lateinischen Neutrum im Romanischen*, 1883.

² O primeiro volume da *Gramática das Línguas românicas* appareceu em 1836.

Quem percorrer o campo da sua actividade científica, ficará surpreendido com a sua vastidão e complexidade. Um^a genial intuição, ajudada por uma memória prodigiosa e por uma capacidade de trabalho excepcional, permitia-lhe inteirar-se dos mais heterogêneos ramos da ciência linguística, familiarizar-se em pouco tempo com as línguas mais diversas. Não há língua românica nenhuma para cuja história não tivesse contribuído duma maneira decisiva. Assim escreveu a primeira e até à data a única gramática histórica do italiano¹, deu-nos também uma gramática histórica do francês², e outra do catalão³, focou os diferentes aspectos da estrutura do romeno⁴ e do sardo⁵.

Não se confinou porém na «România». O seu horizonte era muito mais largo, abrangia também as línguas periféricas dos países românicos e as línguas pre-latinas, como atestam preciosos estudos sobre o albanês, o grego⁶, o lituano, o vasco⁷, os dialectos itálicos, o celta, o ligure, o ibérico, e, naturalmente, occupou-se profundamente com o latim. É da sua autoria o respectivo capítulo no *Grundriss* de Gröber⁸.

Não se deverá também esquecer a sua actividade como editor. Dirigia a conhecida colecção de manuais de filologia românica destinada aos estudantes⁹, e era um dos directores das revistas *Germanisch-romanische Monatsschrift* e *Wörter und Sachen*¹⁰. A propósito

¹ *Italianische Grammatik*, 1890. A tradução e adaptação italiana desta obra: *Grammatica storica della lingua italiana e dei dialetti toscani* teve várias edições, a última que conheço devido ao cuidado de M. BARTOLI, em 1927.

² *Historische französische Grammatik*, vol. I, 1908; II, 1921; 4.^a e 5.^a ed. 1934.

³ *Das Katalonische. Seine Stellung zum Spanischen und Provenzalischen*, 1925.

⁴ Em 1911 erigiu em Viena um instituto de estudos romenos, publicando os *Mitteilungen des Rumänischen Instituts an der Universität Wien*.

⁵ *Zur Kenntnis des Sardo-Sardischen*, 1902.

⁶ Cf. a edição comentada da gramática de Simão Porcio de 1638, importante contribuição para o estudo do grego vulgar (in *Bibliothèque de l'École des Hautes Études*, fasc. 78, 1889).

⁷ Entre outros o estado de conjunto «Das Baskische», in *German.-roman. Monatsschrift*, XII, 171-192.

⁸ *Grundriss der romanischen Philologie*, 2.^a ed. (1904-1906), vol. I, 451: «Die lateinische Sprache in den romanischen Ländern». Colaborou também nos capítulos «Die italischen Sprachen», «Die italienische Sprachen» e «Die lateinischen Elemente im Albanesischen».

⁹ *Sammlung romanischer Elementar- und Handbücher*: Série I, Gramáticas; II. História literária; III. Dicionários; IV. Estudos e textos. Heidelberg, Carl Winter ed.

¹⁰ Publicam-se ambas desde 1909.

desta última lembra-me que quem visitava a sua casa encontrava num dos corredores uma colecção muito estranha: de manguais, que tinha trazido dos muitos países que visitara. Simples capricho? Não. Ela tivera a sua origem num artigo que publicara sobre as designações deste utensílio agrícola¹ e fora por ele pacientemente reunida em obediência ao princípio, que a si mesmo impusera, de que o etimologista não deve tratar dos nomes sem conhecer os objectos que representam, visto aqueles estarem em íntima relação com a sua forma e feitiço.

Mereceram-lhe uma atenção especial a dialectologia, a geografia lingüística e a onomatologia. Principalmente a última ocupa um lugar privilegiado na sua obra. Lembrarei só os dois magistrais estudos sobre os nomes visigodos e latino-cristãos do volume *Diplomata et Chartae dos Portugaliæ Monumenta Historica*². Duma maneira geral a lingua portuguesa possuía nêle um grande cultor. Periódicamente dedicava-lhe uma cadeira semestral, e em todos os seus estudos comparativos nunca falta o português.

Entre tantos trabalhos que escreveu e que se contam por muitas centenas, destacam-se três obras de importância primordial. Refiro-me à *Gramática das linguas românicas*³, ao *Dicionário etimológico das linguas românicas*⁴ e à *Introdução ao estudo da filologia românica*⁵. Tinha sonhado com uma nova edição da *Gramática* que, visto a data da sua publicação, estava em parte, principalmente o primeiro volume sobre a fonologia, antiquada. Com este fim já publicara uma série de monografias em várias revistas e, ainda há pouco

¹ «Zur Geschichte der Dreschgeräte», in *Wörter und Sachen*, vol. 1, 211-244.

² *Romanische Namenstudien*, I. Die altportugiesischen Personennamen germanischen Ursprungs, 1904; II. Weitere Beiträge zur Kenntnis der altportugiesischen Namen, 1917. Sobre os nomes geográficos pre-latinos da Península Ibérica: «Zur Kenntnis der vorrömischen Ortsnamen der iberischen Halbinsel», in *Homenaje Menéndez Pidal*, vol. 1, 63-84.

³ *Grammatik der romanischen Sprachen*, 3 vols., 1890-1899. Registo 1902. Tradução francesa 1890-1906.

⁴ *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 1.ª ed. 1911-1920, 3.ª ed. 1935. A 2.ª ed., de 1924, não passa duma reimpressão anastática da primeira.

⁵ *Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft*, 1.ª ed. 1901, 3.ª ed. 1920. Esta última foi traduzida para o espanhol por AMÉRICO CASTRO (*Introducción a la lingüística románica*, Madrid 1927). A tradução espanhola merece ser preferida à edição alemã por possuir aditamentos do autor e notas do editor. Sobre a tradução portuguesa, de 1916, cf. M. DE PAIVA BOLÍO, *Orientações da Filologia românica na Alemanha e o Seminário Românico de Hamburgo*, 1931, p. 35, nota.

— como se tivesse o pressentimento de que era preciso apressar-se — sobre o *L*¹ e o *Ge*, *Gi* e *J*². Em compensação foi-lhe possível, graças a um esforço sobre-humano, dar uma nova edição, inteiramente refundida, do *Dicionário Etimológico*, que, não obstante numerosos deslizes de ordem tipográfica (que aliás numa futura edição facilmente se poderão emendar), continuará a ser uma das obras primas da lexicografia do século XX, e um instrumento de trabalho imprescindível ao lingüista. Quanto à *Introdução*, de proporções menores que as das obras anteriores, é certamente o mais pessoal e original dos seus trabalhos. Longe de ser uma simples introdução, como o título pode levar a crer, trata-se dum livro de doutrina imensamente sugestivo, um livro clássico de filologia, que se pode ler e reler sem que nunca o seu interesse se esgote, que obriga a pensar e reflectir, uma verdadeira iniciação para as próprias investigações de quem o estudar.

Por ocasião do seu 50.^o aniversário, numa homenagem que lhe ofereceram os admiradores e discípulos, assim estes caracterizavam a sua mentalidade de investigador: «l'ma *vista larga* que abrange a totalidade dos fenómenos e que nunca deixa, ainda quando se trata dum trabalho de pormenor, de situar este pormenor no conjunto, de o ver dentro do todo; para vós todo o trabalho é românico-comum, porque nunca perdeis de vista o lugar que cada fenómeno a investigar deve ocupar na totalidade da România. A segunda característica, que põe um cunho inconfundível nos vossos trabalhos, é o *método*: para vós todo o trabalho tem uma significação de princípio (ist von prinzipieller Bedeutung), porque nunca vos ocupais dum caso isolado, mas investigais o que é característico e típico nos fenómenos e sabeis colocá-los na sua verdadeira luz»³. Não se pode, deve confessar-se, exprimir em termos mais justos a essência da sua obra. Meyer-Lübke só se sentia à vontade no terreno firme dos factos, que o espírito crítico pode comprovar, não admitindo que fôsse substituído pela imaginação ou intuição. As obras mais eluci-

¹ «Die Schicksale des lateinische *l* in Romanischen», in *Berichte über die Verhandl. d. Sächs. Akad. d. Wissensch., Phil.-hist. Klasse*, 86, 2.^o fasc. 1934 (83 páginas).

² «Zur Geschichte von lat. *Ge*, *Gi* und *J* im Romanischen», in *Vor Romanica*, vol. 1 (1936), pp. 1-31.

³ *Zeitschrift für romanische Philologie*, Beiheft 26 (Prinzipienfragen der romanischen Sprachwissenschaft), p. ix. Este passo foi traduzido por M. DE PAIVA BOLÃO, *Orientações da Filologia Românica*, p. 36.

dativas acêrca do seu método de trabalho são talvez a gramática histórica do francês e o livrinho sobre o catalão. Quem procurar nêles uma resposta concludente a respeito de qualquer problema, ficará desiludido. Como na *Introdução*, limita-se a reunir e interpretar os factos, desbravar o caminho à solução definitiva que cada um poderá escolher segundo o seu próprio critério — se para isso tiver possibilidades. Não impõe em parte alguma uma doutrina, porque era cousa que lhe repugnava e que considerava como anti-pedagógico: «O dogma científico é incompatível com a própria idea de ciência. O estudo dogmático dum problema, que leva o leitor a aceitar a doutrina apresentada sem que compreenda a sua razão, é, por assim dizer, a negação do espirito científico»¹.

É este o motivo por que o mestre de Bonn foi um grande professor, um grande formador de mentalidades. Não era sempre fácil seguir as suas prelecções, que muitas vezes exigiam conhecimentos demasiados da parte dum principiante, mas quando discutia com temperamento os problemas predilectos, não havia ninguém que não se deixasse fascinar, mesmo que se tratasse dos assuntos mais áridos da fonologia. Onde as suas qualidades pedagógicas se manifestavam melhor, era na intimidade do «seminário». Na discussão dum problema sabia respeitar opiniões contrárias, quando se podiam justificar, e às vezes fornecia argumentos novos à tese do seu jovem opositor. Nada desta prosápia de catedrático que faz sentir a sua superioridade ao discípulo e que tantas vezes impede proveitosas relações entre mestre e aluno. Sempre estava pronto a auxiliar e aconselhar os discípulos quando estes o consultavam por causa dos seus trabalhos. A sua barba branca, que inspirava uma confiança ilimitada, ter-lhe-ia dado um ar patriarcal, se não fôsse o olhar, ligeiramente vesgo, onde luzia uma vivacidade juvenil e um tudo-nada de malícia inocente. (Confessou uma vez que ainda aos 60 anos lutava contra a tentação de tocar nas campainhas das casas quando passava pelas ruas solitárias, como o tinha praticado em garoto). Era ligeiramente tímido, mesmo na convivência com os seus alunos, um homem que vivia recolhido em si mesmo, pouco prático nos negócios do mundo, sempre completamente absorvido pelos seus estudos, mesmo quando tinha de abandonar o seu gabinete de trabalho. Extremamente modesto na sua apresentação, e mesmo apagado, freqüentemente, no decorrer duma conversa, se espelhava no seu rosto como que um reflexo da sua intensa vida interior.

¹ *Historische Grammatik der französischen Sprache*, p. x.

Não lhe faltaram honras e distinções, que elle não procurava. Era sócio das academias de Berlim, Leipzig, Viena, Bologna, Bucarest, Lisboa¹, Helsingfors, Lund, Göteborg, etc., e doutor *honoris causa* pelas universidades de Lovaina, Cambridge e Coimbra. Visitou várias vezes Portugal e regeu em 1926 e 1927 as cadeiras de filologia românica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra². Nos anos seguintes foi fazer conferências à Suécia, à América do Norte, à Roménia e à Inglaterra.

Meyer-Lübke perdurará como eminente sábio, homem justo e bondoso na mente e no coração de todos que o conheceram.

Coimbra.

JOSEPH M. PIEL.

¹ Quando a Academia das Ciências de Lisboa resolveu nomeá-lo seu sócio correspondente, foi o Dr. LEITE DE VASCONCELLOS, que de facto era a pessoa mais indicada para poder focar a obra e personalidade do homenageado, o relator do parecer, que se pode ver impresso nos *Opúsculos*, vol. iv, pp. 1241-1247.

² Cf. o belo artigo que acérca da sua personalidade escreveu o Dr. CARLOS SIMÕES VENTURA na *Biblos*, vol. i, pp. 433-437 (com retrato).

Edições do Centro

M. Rodrigues Lapa:

<i>Livro de Falcóaria de Pero Menino.</i> Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, LXVII-91 páginas	12\$00
<i>Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval.</i> Lisboa, Tip. da «Seara Nova», 1934, 345 páginas	15\$00
<i>Uma versão desconhecida da 1.ª «Soleiad» de Góngora.</i> Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, 40 páginas	5\$00

F. Rebêlo Gonçalves:

<i>A fala do Velho do Restelo. Aspectos clássicos deste episódio camoniano.</i> Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, 76 páginas	7\$50
---	-------

Abílio Roseira:

<i>Vida do cativo monge confesso.</i> Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, 52 páginas	7\$50
<i>Costumes de Semide.</i> Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, 42 páginas	5\$00

NO PRELO

F. Rebêlo Gonçalves:

De vocibus Graecis in sermone latino vulgari.

Textos de Literatura Portuguesa

1. Afonso X, o Sábio, *Cantigas de Santa Maria* (Rodrigues Lapa). Lisboa, Imprensa Nacional, 1933. 12\$50
2. Gil Vicente, *Triunfo do Inverno* (Marques Braga). Lisboa, Imprensa Nacional, 1934 7\$50
3. Lopo d'Almeida, *Cartas de Itália* (Rodrigues Lapa). Lisboa, Imprensa Nacional, 1935 6\$50

NO PRELO

4. Gil Vicente, *Auto da Feira* (Marques Braga).